Prioridades Políticas do Governo:

Opções para o Orçamento de 2027



Junho de 2026

Ministério das Finanças

Índice

Prefácio i

Resumo Executivo iii

Como os ministros da CRP podem responder às opções da PPG v

Opções de Prioridade de Política Governamental (PPG) vii

Introdução 1

1: Criação de espaço orçamental 3

PPG 1: Proteção do Fundo Petrolífero (espaço orçamental no balanço) 5

PPG 2: Empréstimos estratégicos 15

PPG 3: Investir no sistema de receitas internas 17

PPG 4: Reduzir as ineficiências 20

PPG 5: Tornar a ajuda mais eficiente 23

2: Pressões políticas do Governo central 25

PPG 6: Controlo dos Níveis de Efectivos e do Profissionalismo 25

PPG 7: Estratégia de Infraestruturas para o Crescimento e o Emprego 27

PPG 8: Pressões conhecidas decorrentes de novas políticas não financiadas 33

PPG 9: Visibilidade das despesas obrigatórias 34

PPG 10: Veículos, viagens e restauração 35

PPG 11: Género, Crianças e Deficiências 39

PPG 12: Aquisições, Contratos, Fornecedores e Pagamento de Faturas 45

PPG 13: Outras pressões no Orçamento de 2027 – Cidadãos e política 50

3: Oportunidades e pressões das políticas setoriais 60

PPG 14: Garantir o futuro: do compromisso à decisão sobre o Sunrise 60

PPG 15: Concretizar o potencial da economia azul — Desenvolver uma indústria pesqueira de 200 milhões de dólares por ano 62

PPG 16: Do Potencial ao Premium: Desenvolver uma Economia Turística de Nicho de 300 milhões de dólares por ano 71

PPG 17: Empregos no setor digital para os jovens — Criar uma economia de serviços digitais no valor de 350 milhões de dólares por ano 78

PPG 18: Da Fibra à Função: Transformar a Conectividade em Capacidade Estatal 86

PPG 19: «Grow Timor 2037» para uma economia agrícola de 500 milhões de dólares por ano 89

PPG 20: Segurança hídrica e saneamento básico para as comunidades 98

PPG 21: Custos elevados da energia, estradas e pontes 101

PPG 22: Transparência e eficiência da proteção social 104

PPG 23: Eficiência na educação e escolas seletivas multilingues 111

PPG 24: Cuidados de saúde terciários como infraestrutura social e económica 117

PPG 25: Reforço da função de ordem pública e segurança 123

PPG 26: Equidade fiscal e operações dos governos subnacionais 130

PPG 27: Direitos de Propriedade Privada para o Crescimento 137

PPG 28: Bases para a soberania financeira 143

4. Novas ideias políticas dos ministros 146

Visão geral das novas ideias políticas 146

Conclusões da Análise de Novas Ideias 150

Estão a ser retiradas lições 151

Conclusão 153

Anexos 155

Anexo 1: Análise da Sustentabilidade Orçamental com o Sunrise–Tasi Mane TLNG (IA v1) ... 156

Anexo 2: Resultados da consulta sobre o Orçamento Participativo 162

Anexo 3: Apelo do Primeiro-Ministro a novas ideias políticas – Avaliação global 193

Anexo 4: Apelo do Primeiro-Ministro a novas ideias políticas – Análise de cada nova ideia política 217

Prefácio

O Orçamento de 2027 marca um ponto de viragem para Timor-Leste. Trata-se do primeiro orçamento elaborado ao abrigo de uma nova forma de trabalhar: uma abordagem que exige que o Governo se concentre não só no montante que cada ministério recebe, mas também nas políticas que devem ser alteradas, nos resultados que essas alterações devem produzir e na forma como os recursos públicos podem ser utilizados de forma mais estratégica para garantir o futuro do nosso país. Trata-se de uma mudança profunda na forma como elaboramos o Orçamento do Estado. Reflete a realidade de que Timor-Leste já não pode depender apenas das rotinas orçamentais anuais, dos padrões históricos de despesas ou dos levantamentos do Fundo Petrolífero para concretizar as nossas ambições de desenvolvimento. Temos de fazer escolhas mais claras, mais precoces e melhores.

A elaboração do orçamento baseada em políticas significa que o orçamento parte das prioridades do Governo e das decisões políticas, e não da reconstrução do orçamento de cada ministério a partir do zero todos os anos. Com a abordagem anterior, gastava-se demasiado tempo e esforço a reconstruir as dotações anuais, a negociar rubricas orçamentais e a responder a reivindicações fragmentadas sobre o orçamento. Isso tornava difícil para o Conselho de Ministros concentrar-se nas decisões importantes que mais importam: como proteger a sustentabilidade fiscal, como melhorar os serviços, como criar empregos e como construir uma economia não petrolífera mais forte. Uma abordagem baseada em políticas muda esta situação. Separa o custo da continuidade dos serviços existentes do custo das novas opções políticas. Exige que as novas propostas sejam justificadas, orçamentadas, comparadas e consideradas em conjunto. Torna as compensações mais visíveis e reforça a disciplina necessária para alocar recursos escassos às principais prioridades nacionais.

A condição essencial para esta reforma é a introdução de Estimativas Prospectivas contínuas. As Estimativas Prospectivas fornecem o custo de referência da continuação das políticas e serviços existentes ao longo do ano orçamental e dos quatro anos seguintes. Permitem ao Governo antecipar as consequências a médio prazo das decisões de hoje antes de essas decisões serem tomadas. Acabam também com a necessidade de reconstruir todo o orçamento anualmente, como se nenhuma decisão anterior tivesse sido tomada. Em vez disso, o orçamento pode agora centrar-se na mudança: quais as políticas que devem ser reforçadas, quais as que devem ser reformuladas, quais as que devem ser suspensas e quais as novas prioridades que devem ser financiadas. Isto cria um processo orçamental mais honesto e mais estratégico.

Isto é importante porque Timor-Leste enfrenta um desafio económico e fiscal decisivo. O nosso modelo de desenvolvimento nacional continua a depender fortemente da riqueza petrolífera, enquanto a necessidade de emprego, produtividade, investimento privado e melhores serviços públicos se torna cada vez mais urgente. O país precisa agora de fontes mais sólidas de crescimento económico não petrolífero. O Orçamento de 2027 deve, por isso, ser mais do que um exercício contabilístico. Deve tornar-se uma ferramenta estratégica para a diversificação, a produtividade, a prestação de serviços e a resiliência fiscal a longo prazo. Deve ajudar a transformar a despesa pública em capacidade nacional real: melhores infraestruturas,

instituições mais fortes, serviços mais eficientes e setores capazes de criar emprego e rendimento para além do petróleo e do gás.

O novo processo político proporciona ao Conselho de Ministros uma forma mais eficaz de gerir o orçamento. Ao utilizar as Estimativas Prospectivas como base de referência, os ministros podem concentrar-se nas grandes questões políticas, em vez de reverem anualmente todas as dotações existentes. O Governo pode questionar-se sobre quais as pressões que são inevitáveis, quais as despesas que são ineficientes, quais os investimentos que irão apoiar o crescimento e quais as reformas necessárias para proteger o futuro. Isto é especialmente importante numa altura em que a margem orçamental é limitada e as consequências de uma definição de prioridades deficiente se fariam sentir não só no próximo orçamento, mas ao longo da próxima década.

O presente documento destina-se a apoiar essa nova forma de trabalhar. Apresenta opções de prioridades políticas do Governo para o Orçamento de 2027, para que os ministros possam analisar, comparar e ordenar as opções que se nos deparam. Nem todas as opções serão levadas a cabo. Algumas necessitarão de um maior aprofundamento, de uma avaliação de custos mais rigorosa, de consultas adicionais ou de uma implementação faseada. Mas o valor deste processo reside no facto de as escolhas serem explicitadas. O orçamento não deve continuar a ser o resultado de propostas acumuladas e de uma reformulação anual. Deve ser o resultado de decisões políticas disciplinadas sobre o futuro que queremos construir em conjunto.

Na qualidade de Ministro das Finanças, vejo o Orçamento de 2027 como o momento em que Timor-Leste começa a utilizar o orçamento de forma mais deliberada como um instrumento de transformação nacional. A tarefa não consiste simplesmente em gastar, mas em gastar com um objetivo e com sabedoria. O Governo deve proteger os alicerces fiscais do Estado, criar margem para prioridades de maior valor e direcionar os recursos públicos para políticas capazes de gerar benefícios duradouros para os cidadãos. Se formos bem-sucedidos, o Orçamento de 2027 marcará o início de uma abordagem mais estratégica, mais transparente e mais sustentável às finanças públicas — uma abordagem capaz de apoiar o crescimento não petrolífero de que nós, timorenses, tanto precisamos.

Ministra das Finanças

Santina José Rodrigues Ferreira Viegas Cardoso

Resumo Executivo

O presente documento apresenta um conjunto estruturado de opções de Prioridades Políticas do Governo (PPG) a considerar no processo do Orçamento de 2027, enquadradas no desafio fiscal e de desenvolvimento central de Timor-Leste: *como preservar a estabilidade fiscal, reduzir a dependência excessiva do Fundo Petrolífero e utilizar o orçamento de forma mais estratégica* para apoiar o crescimento, o emprego e a resiliência a longo prazo. O documento defende que o Orçamento de 2027 constitui um teste importante à transição do Governo para uma orçamentação baseada em políticas, exigindo que o Comissão de Revisão de Políticas (CRP) faça escolhas mais precoces e explícitas sobre quais as alterações políticas que devem ser priorizadas, como devem ser financiadas e quais as compensações que devem ser aceites. A análise destina-se a apoiar uma tomada de decisões disciplinada, identificando onde é possível criar margem orçamental, onde as pressões sobre as despesas estão a aumentar e onde mudanças políticas específicas poderiam melhorar tanto o desempenho orçamental a curto prazo como os resultados nacionais a longo prazo.

A primeira parte do documento centra-se na criação de margem orçamental. Defende que o atual modelo de desenvolvimento de Timor-Leste continua fortemente dependente dos levantamentos do Fundo Petrolífero e que, sem medidas corretivas, o país enfrenta riscos crescentes de instabilidade orçamental na década de 2030, mesmo que o projeto Greater Sunrise avance conforme previsto. O documento propõe, por conseguinte, um primeiro conjunto de opções de PPG destinadas a reforçar a sustentabilidade orçamental: proteger o Fundo Petrolífero através de regras orçamentais e limites mínimos de valor dos ativos; desenvolver uma abordagem de endividamento estratégico mais ativa para suavizar as despesas e diversificar o financiamento; aumentar as receitas internas através do IVA e de uma reforma fiscal mais abrangente; reduzir as ineficiências através de uma melhor utilização dos dados, de uma IA responsável e de controlos mais rigorosos; e melhorar a eficiência da ajuda ao desenvolvimento, aumentando a percentagem da ajuda canalizada através dos sistemas governamentais. Em conjunto, estas medidas são apresentadas não como reformas técnicas isoladas, mas como os alicerces fundamentais para sustentar o orçamento e proteger as opções de desenvolvimento ao longo do tempo.

A segunda parte centra-se nas pressões políticas sobre o governo central, identificando áreas em que a despesa é elevada, está a crescer, é mal controlada ou está insuficientemente alinhada com os resultados prioritários. O documento destaca as pressões na massa salarial da função pública, na estratégia de infraestruturas, no tratamento das despesas obrigatórias, nas despesas com viagens e administrativas, nas despesas sociais transversais, na gestão de contratos e aquisições, e nos riscos emergentes de economia política ligados às eleições, à gestão da coligação e à governação da despesa. As opções de PPG apresentadas neste documento destinam-se a ajudar a PRC a introduzir maior disciplina, visibilidade e otimização dos recursos nestas áreas. A mensagem subjacente é que o Governo não pode criar espaço orçamental duradouro a menos que melhore também a qualidade da afetação e da execução no âmbito do orçamento existente.

A terceira parte centra-se nas oportunidades e pressões das políticas setoriais, com uma ênfase clara nas áreas que poderiam ajudar a diversificar a economia e a apoiar o emprego a

médio prazo. Estas incluem as pescas, o turismo de nicho, os empregos digitais para os jovens, a agricultura, a energia e os transportes, a proteção social, a educação, os cuidados de saúde terciários, a ordem pública e a segurança, os direitos de propriedade privada e o desenvolvimento do setor financeiro. Em cada caso, o documento defende que Timor-Leste deve ir além das despesas incrementais e, em vez disso, considerar estratégias plurianuais de investimento e reforma com uma sequência, uma lógica de financiamento e mecanismos de execução mais claros. Um tema central em todos estes capítulos setoriais é que o crescimento futuro dependerá menos do petróleo e mais da capacidade do Governo de converter o investimento público em ativos produtivos, instituições mais fortes e setores não petrolíferos viáveis.

A quarta parte resume os resultados do processo de análise de novas ideias políticas. A pedido do Primeiro-Ministro, os ministros foram convidados a apresentar ideias para o financiamento de novas políticas, com vista a informar o processo orçamental de 2027 e a avaliar se deveriam ser introduzidas prioridades adicionais a par da agenda política existente do Governo. O Ministério das Finanças analisou 119[1] propostas apresentadas à luz do quadro emergente de orçamentação baseada em políticas, avaliando cada ideia quanto ao alinhamento estratégico, fundamentação política, implicações orçamentais, prontidão para a estimativa de custos, relação com as linhas de base existentes, viabilidade de implementação e adequação às 28 opções de Prioridades Políticas do Governo já identificadas no Documento de Orientação do Governo. A avaliação concluiu que a maioria das propostas visava o financiamento de atividades existentes e não exigia um quadro de prioridades separado. Setenta e cinco correspondiam diretamente às opções existentes das Prioridades Políticas do Governo, enquanto as restantes sete podiam ser acomodadas através de um agrupamento, ligação ou esclarecimento sensatos.

Foram apresentados cálculos de custos indicativos para 69 das 112 propostas, totalizando 2,0 mil milhões de dólares a médio prazo e 1,3 mil milhões de dólares para o Orçamento de 2027, enquanto as 35 propostas cuja aprovação foi recomendada representam 343 milhões de dólares. Nenhuma das propostas identificou receitas adicionais, poupanças ou medidas de reordenação de prioridades para financiar as novas despesas propostas. Os canais de apresentação também foram desiguais: apenas 29 propostas foram encaminhadas através do ministro da pasta competente, em comparação com 33 através do Gabinete do Primeiro-Ministro e 47 apresentadas diretamente ao Ministério das Finanças.

Foram enviadas demasiadas propostas ao Ministério das Finanças sem autorização ministerial ou coordenação através da pasta ministerial responsável. Dado que esta foi a primeira vez que se realizou um processo orientado por políticas, tal não foi inesperado. No entanto, no futuro, o Ministério das Finanças deverá envidar esforços para garantir que as propostas passem pelo ministro da pasta competente para análise e aprovação.

Para os membros do CRP e os seus consultores, a mensagem estratégica central é que o Orçamento de 2027 deve ser tratado como um ponto de viragem. As decisões tomadas agora irão moldar não só o próximo orçamento anual, mas também a capacidade do país para evitar a

[1] Foram apresentadas 119 propostas de políticas até ao prazo inicial. Na sequência de uma prorrogação do prazo de apresentação, foram recebidas mais 85 propostas de políticas, o que resultou num total de 204 propostas de políticas apresentadas.

instabilidade fiscal, preservar a poupança nacional e construir uma economia mais diversificada e resiliente ao longo da próxima década. O documento não solicita ao CRP que aprove todas as opções de imediato. Em vez disso, apresenta um leque de orientações políticas e propostas específicas que podem ser encomendadas através do processo PPG.

A principal tarefa da CRP nesta fase consiste em decidir quais as opções do PPG que devem ser aprovadas para desenvolvimento posterior, **antes da ronda de decisões de agosto**. Caso uma opção seja aprovada, a agência competente será convidada a preparar uma nova proposta de política, incluindo uma estimativa detalhada dos custos e o preenchimento do modelo de proposta orçamental exigido. As decisões finais serão então tomadas em agosto, após as propostas terem sido analisadas pelo Ministério das Finanças e os custos propostos terem sido avaliados como realistas e coerentes com os objetivos políticos.

A abordagem recomendada é seletiva, mas disciplinada: proteger a base fiscal, reforçar a eficiência do governo central e apoiar um número limitado de estratégias setoriais de maior valor que possam gerar crescimento, emprego e retornos nacionais mais amplos ao longo do tempo.

Como os ministros da CRP podem responder às opções da PPG

O documento apresenta atualmente uma lista de 28 opções de Prioridades de Política Governamental (PPG), que estão resumidas na Tabela 1 do «Tabela 1 abaixo, abrangendo a criação de margem orçamental, as pressões políticas do governo central e oportunidades e riscos setoriais selecionados. Estas opções destinam-se a servir de menu estrutural inicial para consideração da CRP, em vez de um conjunto fechado de propostas.

Tabela 1. Resumo do Impacto Orçamental das Opções de PPG

Item	BY27	FE1	FE2	FE3	FE4	Total
Impacto fiscal total	**-14,9**	**205,9**	**148,8**	**22,6**	**29,6**	**391,5**
1: Criação de margem orçamental	-60,0	-65,0	-120,0	-200,0	-220,0	**-665,0**
2: Política do Governo Central	23,0	53,0	39,0	2,00	-22,0	**95,00**
3: Política setorial	17,1	213,9	229,8	221,6	272,6	**954,5**
4: Novas ideias dos ministros	-	-	-	-	-	-

Para cada opção de Prioridade Política do Governo, o ministro responsável da CRP disporá de um conjunto claro de vias de decisão. Uma proposta pode ser aprovada tal como apresentada, caso se considere que a fundamentação política, as implicações orçamentais e as modalidades de implementação sejam suficientemente sólidas. Pode ser rejeitada caso a proposta seja financeiramente inviável, tenha uma prioridade menor, esteja mal concebida ou seja inconsistente com a orientação política mais ampla do Governo. Pode também ser remetida para novo trabalho, caso sejam necessárias informações adicionais, cálculos de custos, consultas ou aperfeiçoamento da conceção antes de se poder tomar uma decisão final. Por fim, uma proposta pode ser aprovada em princípio, mas sujeita a uma estratégia de implementação diferente, incluindo um início mais tardio, uma implementação faseada, uma cobertura geográfica mais restrita ou outras alterações na sequência destinadas a melhorar a viabilidade financeira, reduzir o risco ou alinhar a reforma mais estreitamente com a capacidade de execução. Este quadro ajuda a garantir que a apreciação do CRP não se limite a uma escolha

binária de aprovação ou rejeição, mas apoie, em vez disso, uma tomada de decisão mais disciplinada, flexível e atenta à implementação.

Opções de Prioridade de Política Governamental (PPG)

Opção PPG 1: sobre a Proteção do Fundo do Petróleo i

Opção PPG 1: sobre a Proteção do Fundo Petrolífero 14

Opção PPG 2: sobre o Endividamento Estratégico 16

Opção PPG 3: Sobre o investimento no sistema de receitas internas 19

Opção PPG 4: Sobre a redução das ineficiências 23

Opção PPG 5: Sobre tornar a ajuda mais eficiente 24

Opção PPG 6: sobre o controlo dos níveis de efetivos e o reforço do profissionalismo 27

Opção PPG 7: sobre uma Estratégia de Infraestruturas para o Crescimento e o Emprego ... 32

Opção PPG 8: Sobre as novas pressões políticas conhecidas e ainda não financiadas 34

Opção PPG 9: sobre a melhoria da visibilidade das despesas obrigatórias 35

Opção PPG 10: em veículos, viagens e restauração 39

Opção PPG 11: sobre Género, Crianças e Deficiência 44

Opção PPG 12: sobre Aquisições, Contratos e Fornecedores 50

Opção PPG 13: sobre a gestão das pressões da economia política no Orçamento de 2027 59

Opção PPG 14: sobre «Garantir o Futuro: Do Compromisso à Decisão sobre o Sunrise» .. 61

Opção PPG 15: Sobre a Economia Azul: Desenvolvimento da Indústria Pesqueira 70

Opção PPG 16: para o desenvolvimento da indústria do turismo de nicho 77

Opção PPG 17: sobre empregos digitais para os jovens 85

Opção PPG 18: De «Fibra para Função»: Transformar a Conectividade em Capacidade Estatal 87

Opção PPG 19: sobre a Agricultura: Grow Timor 2037 97

Opção PPG 20: sobre Segurança Hídrica e Saneamento Básico para as Comunidades 99

Opção PPG 21: sobre os elevados custos da eletricidade, estradas e pontes 103

Opção PPG 22: sobre a Melhoria da Transparência e da Eficiência da Proteção Social ... 109

Opção PPG 23: sobre a Melhoria da Eficiência Educativa e as Escolas Seletivas Multilingues 116

Opção PPG 24: sobre os Cuidados de Saúde Terciários como Infraestrutura Social e Económica 122

Opção PPG 25: sobre o reforço da função de ordem e segurança públicas 128

Opção PPG 26: sobre a Equidade Fiscal das Operações do Governo Subnacional 137

Opção PPG 27: sobre os direitos de propriedade privada para o crescimento 142

Opção PPG 28: sobre as Bases para a Soberania Financeira 145

Resumo das recomendações i

Opção PPG 1: sobre a Proteção do Fundo Petrolífero 14

O Ministério das Finanças deverá apresentar uma proposta de política reforçada sobre a proteção do Fundo Petrolífero, que defina opções para um limite mínimo legal do valor real dos ativos, limites de levantamento fiscalmente sustentáveis a médio prazo e regras orçamentais explícitas ancoradas em previsões das futuras receitas do Fundo Petrolífero, dos retornos dos investimentos e das trajetórias de levantamento. A proposta deverá também avaliar as implicações para as estimativas futuras, a estabilidade orçamental, a equidade intergeracional e o ritmo de ajustamento necessário para reduzir a dependência a longo prazo do financiamento do Fundo Petrolífero. 14

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 0 $ 14

Opção PPG 2: sobre o Endividamento Estratégico 16

O Ministério das Finanças e o Fundo de Infraestruturas devem apresentar uma proposta de política reforçada em matéria de contração e concessão de empréstimos estratégicos, que defina uma estratégia de dívida a médio prazo destinada a apoiar a sustentabilidade orçamental, uniformizar as despesas ao longo do tempo, reduzir a pressão sobre os levantamentos do Fundo Petrolífero e diversificar as fontes de financiamento do orçamento. A proposta deverá avaliar o equilíbrio adequado entre o endividamento concessionário, interno e comercial limitado; as reformas institucionais e legais necessárias para reforçar a gestão da dívida; o papel potencial do envolvimento no risco soberano e das notações de crédito; e as condições em que o endividamento poderá ser utilizado de forma prudente para apoiar a estabilidade orçamental e o investimento público de maior valor. Deverá também ser considerado o crédito vinculado a políticas, de modo a que o endividamento seja orientado por prioridades políticas e não por projetos individuais. 16

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: -0,5 mil milhões de dólares..... 16

Opção PPG 3: Sobre o Investimento no Sistema de Receitas Internas.....19

O Ministério das Finanças deverá apresentar uma nova proposta de política sobre a implementação do IVA, melhorias no cumprimento das obrigações fiscais e aduaneiras e uma nova política de tarifação dos utilizadores. A proposta deverá definir um percurso prático para a introdução de um IVA simples e de base ampla, com uma taxa inicial baixa, incluindo disposições transitórias, definição de limiares, tratamento de bens e serviços essenciais, preparação administrativa, sensibilização dos contribuintes e a sequência necessária para minimizar os transtornos para as famílias e as empresas. Deverá também identificar medidas complementares para reforçar o desempenho das receitas através de um melhor cumprimento das obrigações fiscais e aduaneiras, incluindo melhorias no registo, na apresentação de declarações, na cobrança de pagamentos, na auditoria baseada no risco, nos controlos fronteiriços e na partilha de dados entre as agências fiscais. 19

Além disso, a proposta deverá apresentar opções para um quadro de taxas de utilização mais claro e coerente em todos os serviços públicos, com especial atenção à acessibilidade financeira, à recuperação de custos, à equidade e aos setores em que as taxas poderiam ser alargadas ou melhor aplicadas. A proposta deverá avaliar os ganhos de receitas esperados, os custos de implementação, os impactos distributivos, os riscos políticos e administrativos, bem

como a medida em que estas reformas poderão reduzir a dependência a longo prazo do financiamento do Fundo do Petróleo, reforçando simultaneamente a base de receitas internas ao longo do tempo. 20

Impacto orçamental ao longo das estimativas futuras: -165 milhões de dólares 20

Opção PPG 4: Sobre a Redução das Ineficiências 23

O Ministério das Finanças (MdF), o Ministério da Saúde (MoH), o Ministério da Educação (MdE), o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas (MAPPF) e a CAC devem apresentar uma proposta de política conjunta sobre a redução de ineficiências, com foco no reforço da partilha de dados, na melhoria da qualidade e gestão dos dados e na criação de sistemas para detetar, dissuadir e responder de forma mais eficaz à ineficiência, ao desperdício e à corrupção. 23

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: -50 milhões de dólares 23

Opção PPG 5: Sobre Tornar a Ajuda Mais Eficiente 24

O Ministério das Finanças, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Ministério da Educação e o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas apresentarão uma proposta de política conjunta sobre o aumento da percentagem da ajuda ao desenvolvimento canalizada através dos sistemas governamentais, com foco na melhoria da eficiência da ajuda, na redução dos custos de prestação, no reforço dos sistemas nacionais e na identificação das reformas e salvaguardas necessárias para melhorar a forma como esta é registada nos orçamentos e nas demonstrações financeiras, bem como para aumentar a confiança dos doadores na implementação gerida pelo governo. 24

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 0 milhões de dólares (saldo orçamental) + 50 milhões de dólares em despesas..... 24

Opção PPG 6: sobre o Controlo dos Níveis de Efetivos e o Reforço do Profissionalismo. 27

A CFP e o Ministério das Finanças apresentarão uma proposta de política conjunta sobre o controlo da dimensão e dos custos da função pública, com foco no reforço dos controlos de efetivos, na gestão do crescimento do pessoal, na melhoria do planeamento da força de trabalho e na construção, ao longo do tempo, de um serviço público mais profissional, independente e menos politizado. 27

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: -60 milhões de dólares..... 27

Opção PPG 7: sobre uma Estratégia de Infraestruturas para o Crescimento e o Emprego..... 32

O Ministério das Finanças, o Ministério do Planeamento e do Investimento Estratégico e as equipas de gestão do Fundo de Infraestruturas devem apresentar uma revisão reforçada da Estratégia de Infraestruturas, com o objetivo de aumentar o crescimento não petrolífero, apoiar o comércio e criar mais postos de trabalho através de investimentos em infraestruturas melhor priorizados e melhor sequenciados. A revisão deve avaliar todos os projetos existentes e propostos do Fundo de Infraestruturas, incluindo a execução orçamental, o desempenho na execução, as implicações em termos de custos recorrentes e a relação custo-benefício, mas

deve ir mais além, verificando em que medida a carteira atual está alinhada com as estratégias de crescimento e desenvolvimento humano de maior prioridade do Governo. 32

Em particular, a revisão deverá analisar se as dotações destinadas às infraestruturas estão a apoiar de forma suficiente as opções relacionadas com as Prioridades políticas do Governo (PPG) nos setores das pescas, da agricultura, do emprego digital, do turismo e dos cuidados de saúde terciários, incluindo os investimentos facilitadores de que estes setores necessitam em estradas, portos, energia, água, conectividade digital, logística e instalações de apoio. Deve também incluir um exercício estruturado de alinhamento de prioridades para identificar quais os projetos que estão fortemente ligados aos objetivos nacionais de diversificação, segurança alimentar, prestação de serviços e criação de emprego, quais os projetos que devem ser reavaliados ou adiados e onde poderá ser necessária nova infraestrutura para viabilizar resultados setoriais de maior valor. 32

A proposta deverá, por conseguinte, proporcionar aos ministros uma base mais clara para afastar o Fundo de Infraestruturas de uma abordagem de carteira de projetos abrangente e orientá-lo para um quadro de investimento estratégico mais disciplinado, que dê prioridade às infraestruturas com maior contribuição para o crescimento, a produtividade, a sustentabilidade orçamental e o impacto no desenvolvimento a longo prazo. 32

Um dos principais objetivos é apresentar um conjunto de estimativas para os anos futuros que esteja, em linhas gerais, em consonância com os níveis atuais das Estimativas Financeiras (FEs), de cerca de 250 a 300 milhões de dólares por ano. Os 156 milhões de dólares relativos a novas atividades existentes ao longo de 5 anos, aprovados através do CAFI, devem ser incluídos nas novas estimativas do pipeline para os anos futuros. 33

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 0 dólares (excluindo novas políticas incluídas de outros PPG)..... 33

Opção PPG 8: Sobre as Novas Pressões Políticas conhecidas e ainda Não Financiadas.....34

A Comissão Eleitoral deverá apresentar uma proposta de política orçamentada sobre as implicações fiscais das Eleições Municipais de 2027, definindo opções de baixo, médio e elevado custo e qualidade para apreciação do Governo. 34

A Comissão Eleitoral deverá apresentar uma proposta política orçamentada sobre as implicações fiscais das eleições presidenciais de 2027 e das eleições legislativas de 2028, definindo opções de baixo, médio e elevado custo e qualidade para apreciação do Governo. 34

O Ministério dos Negócios Estrangeiros deve apresentar uma proposta política orçamentada sobre as implicações fiscais da organização da Cimeira da ASEAN de 2029 e dos eventos relacionados com a CPLP em 2027, apresentando opções de baixo, médio e elevado custo e qualidade para apreciação do Governo. 34

O Fundo de Infraestruturas, o Ministério do Planeamento e do Investimento Estratégico, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério do Turismo devem apresentar uma proposta sobre a estratégia de financiamento do ICCTL ou considerá-la no âmbito das PPG 7 (Fundo de Infraestruturas) ou PPG 16 (Turismo). 34

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 164,5 milhões de dólares ao longo de 3 anos (expirante) 34

Opção PPG 9: sobre a Melhoria da Visibilidade das Despesas Obrigatórias.....35

O Ministério das Finanças, o Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão e o Ministério da Justiça apresentarão uma proposta política sobre a melhoria da estimativa e do tratamento das despesas obrigatórias, incluindo opções para uma abordagem baseada em parâmetros ou variação direta da estimativa, quando apropriado. A proposta deverá avaliar como estes métodos poderiam ser aplicados nas principais áreas de despesas obrigatórias, incluindo pagamentos a veteranos, segurança social e grandes despesas baseadas em direitos. 35

O Ministério das Finanças deverá apresentar uma proposta política sobre uma classificação e divulgação mais claras das dotações especiais, para que o Parlamento e os cidadãos possam distinguir mais facilmente entre as despesas decorrentes da legislação primária em vigor e as propostas através da Lei Orçamental anual. Tal deverá incluir opções para que o Orçamento de 2027 identifique explicitamente as dotações decorrentes da legislação primária. 35

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 0,5 milhões de dólares no ano fiscal de 2027..... 35

Opção PPG 10: em Veículos, Viagens e Restauração 39

O Ministério das Finanças, o Ministério do Interior, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa deverão apresentar uma proposta de política relativa às principais rubricas de despesas administrativas, definindo as atuais orientações políticas e medidas de controlo aplicáveis a veículos, viagens e serviços de restauração, juntamente com opções para melhorar a eficiência, reforçar a disciplina orçamental e reduzir, ao longo do tempo, as despesas desnecessárias ou de baixo valor. 39

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: -15 milhões de dólares 39

Opção PPG 11: sobre Inclusão Social: Género, Crianças e Deficiências 44

O Secretário de Estado para a Igualdade, o MCLAN e o MSSI devem apresentar uma proposta política conjunta com as entidades relacionadas, com vista a melhorar a eficiência, a orientação e a transparência da assistência financeira prestada a programas e grupos de interesse relacionados com o género, as crianças e a deficiência. A proposta deve avaliar os padrões de despesas atuais, identificar opções para melhorar a rentabilidade e o alinhamento com os resultados prioritários e propor critérios, salvaguardas e mecanismos de prestação de contas mais rigorosos para o apoio futuro. 44

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 5 milhões de dólares (15 milhões de dólares novos e 10 milhões de dólares de poupanças resultantes da reordenação de prioridades) 44

Opção PPG 12: sobre Aquisições, Contratos e Fornecedores..... 50

O Fundo de Infraestruturas, o Ministério das Finanças, o Ministério das Obras Públicas, a RAEOA e os municípios apresentarão uma proposta de política conjunta sobre a melhoria do

desempenho na gestão de aquisições e contratos, com foco no reforço da execução dos contratos, na garantia de que todos os contratos sejam registados no sistema contabilístico, na melhoria da qualidade e transparência dos dados e na redução do risco de supervisão deficiente, atrasos na entrega e má relação custo-benefício. 50

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: -3 milhões de dólares (1 milhão de dólares de novas despesas e 4 milhões de dólares de poupanças) 50

Opção PPG 13: sobre a Gestão das Pressões da Economia política no Orçamento de 2027 59

O Ministério das Finanças, o Ministério do Planeamento e do Investimento Estratégico, os ministérios da CRP e o Ministério da Administração Estatal devem apresentar uma proposta de Prioridade Política do Governo sobre a gestão das pressões da economia política no Orçamento de 2027. A recomendação deverá apresentar opções práticas para reforçar a afetação de recursos baseada em regras, melhorar a transparência em torno das pressões de despesas politicamente sensíveis e garantir que as decisões da RPC sejam avaliadas não só em termos de viabilidade financeira, mas também quanto ao seu efeito na disciplina orçamental, na qualidade da execução e na capacidade do Governo de redirecionar recursos para utilizações de maior prioridade e maior valor ao longo do tempo. A opção política deverá prever um fundo reservado para prioridades políticas fundamentais e um mecanismo para isolar as políticas de elevado crescimento, com salvaguardas e mecanismos de autoaplicação..... 59

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 10 milhões de dólares ao longo de 3 anos (com caducidade) 59

Opção PPG 14: sobre «Garantir o Futuro: Do Compromisso à Decisão sobre o Petróleo e os Minerais » 61

O Ministério do Petróleo e dos Recursos Minerais, o Ministério das Finanças, o Ministério Planeamento e Investimento Strategico e o Fundo de Infraestruturas devem apresentar uma proposta orçamental relativa ao projeto Greater Sunrise – TLNG, indicando as despesas até à data, os progressos no sentido da Decisão Final de Investimento e quaisquer alterações necessárias às atuais decisões de investimento e aos quadros de monitorização. A proposta deve identificar o que já foi comprometido, o que ainda falta financiar, as implicações para a estratégia fiscal a médio prazo, as estimativas futuras e os pontos de decisão que têm implicações orçamentais e que exigirão orientação da CRP. 61

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 0 milhões de dólares 61

Opção PPG 15: Sobre a Economia Azul: Desenvolvimento da Indústria Pesqueira.....70

O Fundo de Infraestruturas, o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, o Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas e o Ministério da Defesa apresentam uma proposta conjunta sobre uma estratégia de investimento a 10 anos para construir uma indústria pesqueira de vários milhões de dólares. As condições para o sucesso devem ser claramente definidas, incluindo os responsáveis pelo programa. A médio e longo prazo, a estratégia de investimento deve também dar prioridade à gestão marinha sustentável, reforçando simultaneamente as capacidades de segurança e defesa para combater as atividades de pesca ilegal e proteger os recursos marinhos de Timor-Leste 70

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 156 milhões de dólares 70

Opção PPG 16: para o desenvolvimento da indústria do turismo de nicho 77

O Fundo de Infraestruturas, o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, e o Ministério do Turismo e do Ambiente apresentam uma proposta conjunta sobre uma estratégia de investimento de 15 anos para construir uma indústria de turismo de nicho no valor de vários milhões de dólares. As condições para o sucesso devem ser claramente definidas, incluindo o grupo de liderança do programa. 77

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 156 milhões de dólares 77

Opção PPG 17: sobre empregos digitais para os jovens 85

O Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), o Instituto de Tecnologias da Comunicação (TIC), o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, e o Fundo de Infraestruturas devem apresentar uma proposta conjunta sobre uma estratégia de investimento de 10 anos para criar até 25000 empregos digitais para os jovens. A proposta deverá fornecer uma atualização sobre o estado do cabo de fibra ótica de Timor-Leste, incluindo os progressos no sentido da sua plena operacionalidade, as medidas necessárias para garantir uma conectividade acessível e fiável e quaisquer decisões de investimento ou políticas associadas que sejam agora necessárias. As condições para o sucesso devem ser claramente articuladas, incluindo a liderança do programa, as responsabilidades de implementação e a sequência dos investimentos de apoio. 85

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 76 milhões de dólares 85

Opção PPG 18: De «Fibra para Função»: Transformar a Conectividade em Capacidade Estatal 87

O Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), o CTL, o Ministério das Finanças (MdF), o Ministério da Educação (MdE), o Ministério da Saúde (MdS) e o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas (MAPPF) devem apresentar uma proposta conjunta de Prioridade Política do Governo relativa a um Programa «Da Fibra à Função» de três anos, concebido para converter o novo cabo submarino numa capacidade estatal mais forte e numa prestação de serviços mais eficiente. A proposta deverá definir um pacote sequencial de investimentos e reformas centrado na substituição de computadores e equipamentos de escritório obsoletos, na atualização do software ministerial e dos sistemas de registos seguros, no reforço da cibersegurança e das redes locais, e na modernização dos processos operacionais prioritários nos seis ministérios. Deverá também identificar as disposições de implementação e governação necessárias para garantir que a melhoria da conectividade se traduza em ganhos práticos na elaboração de orçamentos, nas aquisições, na administração, na gestão da educação, na administração do sistema de saúde e na prestação de serviços agrícolas e das pescas, em vez de permanecer como um ativo de infraestrutura subutilizado. 87

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 30 milhões de dólares ao longo de 3 anos 88

Opção PPG 19: sobre a Agricultura: Grow Timor 2037 97

O Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas, o Ministério das Finanças, o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, o Fundo de Infraestruturas e as agências económicas relevantes devem apresentar uma proposta conjunta sobre o «Grow Timor 2037» como uma estratégia de investimento e reforma de 10 anos destinada a aumentar a produtividade agrícola, reforçar a segurança alimentar, aumentar os rendimentos rurais e criar postos de trabalho. A proposta deve definir prioridades por fases, opções de financiamento, cadeias de valor emblemáticas e os mecanismos de governação e execução necessários para garantir a disciplina na implementação e resultados mensuráveis. 97

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 156 milhões de dólares 97

Opção PPG 20: sobre Segurança Hídrica e Saneamento Básico para as Comunidades 99

O Ministério das Obras Públicas, a ANAS, a Bee Timor-Leste, o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, e os municípios apresentam uma proposta conjunta de Prioridade Política do Governo sobre Segurança Hídrica e Saneamento Básico para as Comunidades, concebida para responder diretamente aos comentários recolhidos na consulta aos cidadãos, que identificaram a água e o saneamento como uma das principais prioridades de infraestruturas para o Orçamento de 2027. 99

A proposta deverá definir um programa nacional de cinco a dez anos para alargar o acesso fiável ao abastecimento básico de água e ao saneamento seguro, dando prioridade às comunidades rurais, aos aglomerados periurbanos, às escolas, às unidades de saúde e aos municípios carenciados. Deve combinar a reabilitação de sistemas de água inoperacionais, a expansão direcionada de sistemas de abastecimento de água de pequena escala e municipais, a proteção e armazenamento de fontes resilientes às alterações climáticas, mecanismos de manutenção comunitários e municipais, a aceleração do saneamento rural e medidas práticas de saneamento urbano, incluindo a gestão de lamas fecais, a drenagem e a redução dos riscos associados às águas residuais, sempre que apropriado..... 99

A proposta deve ir além da mera construção, clarificando as responsabilidades institucionais entre as agências centrais, os serviços públicos e os municípios; reforçando as operações e a manutenção; melhorando a fiabilidade do serviço e a responsabilização local; e integrando a resiliência climática no planeamento setorial e na conceção dos ativos. Deve também apresentar uma estratégia de execução sequencial, incluindo resultados rápidos em áreas de grande necessidade nos Orçamentos de 2027 e 2028, seguidos de um reforço mais abrangente do sistema e de uma expansão em escala a médio prazo..... 99

A proposta deve avaliar os custos de capital e correntes, as opções de financiamento e de cofinanciamento por parte de doadores, os riscos de implementação e as metas de serviço mensuráveis, incluindo melhorias no acesso básico à água, na cobertura de saneamento, nas condições de WASH (água, saneamento e higiene) em escolas e clínicas, reduções no tempo gasto na recolha de água e uma maior equidade na prestação de serviços entre os municípios. 99

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 40 milhões a 90 milhões de dólares 100

Opção PPG 21: sobre os elevados custos da eletricidade, estradas e pontes 103

O Ministério das Obras Públicas (MOP), o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, e a EDTL apresentam uma proposta de estratégia de investimento para melhorar a recuperação de custos, aproximando-a dos 50% no prazo de 5 anos, mantendo simultaneamente um elevado nível de acesso e reduzindo o tempo necessário para obter ligações à rede elétrica. Devem também ser desenvolvidas opções para uma utilização mais rentável das fontes de energia renováveis..... 103

O MOP apresentará ainda uma atualização do plano diretor para estradas e pontes de Timor-Leste, com base numa despesa média anual de 100 milhões de dólares ao longo de 5 anos, recorrendo a contratos plurianuais de 5 anos. 103

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: -230 milhões de dólares 103

Opção PPG 22: sobre a Melhoria da Transparência e da Eficiência da Proteção Social... 109

O MSSI e o Ministério das Finanças apresentam uma proposta para melhorar a visibilidade e a eficiência do sistema de proteção social. A proposta inclui uma sugestão para estabelecer um sistema de reporte das operações do Fundo de Segurança Social e de reporte consolidado das administrações públicas, em conformidade com as Normas de Estatísticas das Finanças Públicas (GFS). Além disso, prevê-se um plano para aumentar as contribuições sociais e reduzir os benefícios sociais líquidos a médio prazo, a fim de contribuir para a sustentabilidade orçamental a médio e longo prazo. Serão elaboradas medidas que incluem um identificador único e a obrigatoriedade de certidões de óbito nos municípios..... 109

A revisão deverá incluir uma avaliação do sistema de ordem pública e segurança, a fim de garantir um equilíbrio entre a obtenção dos dividendos da paz através da aplicação da lei e da dissuasão e através de incentivos positivos, tais como o sistema de proteção social (ver PPG 25). Devem ser identificadas opções de poupança através de uma avaliação de caráter atuarial dos dados demográficos relativos à elegibilidade. 110

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: -125 milhões de dólares 110

Opção PPG 23: sobre a Melhoria da Eficiência Educativa e as Escolas Seletivas Multilingues 116

O Ministério da Educação e o Ministério Planeamento e Investimento Strategico deverá apresentar uma estratégia competitiva para um sistema de escolas seletivas multilingues, a implementar ao longo de cinco a dez anos, concebida para atrair os melhores e mais brilhantes alunos timorenses de todas as regiões e origens. A proposta deverá apresentar opções para uma rede faseada de escolas de elevado padrão que ministram ensino em tetum, português, malaio e inglês, com um processo de admissão transparente e baseado no mérito, medidas de equidade para alunos talentosos das zonas rurais e de baixos rendimentos, recrutamento e formação de professores especializados, e um currículo ligado às prioridades económicas nacionais. Deve também avaliar os benefícios prováveis para o comércio, o emprego qualificado, a mobilidade laboral, os percursos de ensino superior e a capacidade de Timor-Leste para competir de forma mais eficaz nos mercados lusófonos e anglófonos. 116

O Ministério da Educação deve igualmente apresentar opções para melhorar a eficiência em todo o sistema educativo, com foco na qualidade, afetação, desenvolvimento profissional e desempenho dos professores, a par de um programa coordenado de reabilitação e expansão

das escolas. Deve ser incluída uma ênfase na melhoria dos dados relativos aos resultados de aprendizagem. As principais necessidades em termos de infraestruturas escolares devem ser definidas em conjunto com o Fundo de Infraestruturas, para que as salas de aula, as instalações sanitárias, os laboratórios, o mobiliário e a conectividade digital possam ser melhorados de forma mais sistemática e fiscalmente sustentável. 116

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 35 milhões de dólares 116

Opção PPG 24: sobre os Cuidados de Saúde Terciários como Infraestrutura Social e Económica 122

O Ministério da Saúde, o Ministério das Finanças, o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, e o Fundo de Infraestruturas devem apresentar uma Proposta de Projeto do Governo com vista a reforçar a autossuficiência nacional nos cuidados de saúde terciários através da criação de um hospital terciário de referência de confiança. A proposta deverá definir opções de nível de serviço, incluindo um hospital nacional de serviço completo e um modelo de hospital secundário de custo reduzido, juntamente com estimativas de custos de capital e correntes, requisitos de pessoal e operacionais, fases de implementação, mecanismos de governação e opções de financiamento. Deverá também avaliar o impacto esperado na redução dos custos de tratamento no estrangeiro, na melhoria da segurança dos doentes e da confiança clínica, no apoio ao turismo de alto valor e à confiança dos investidores, e no reforço da resiliência económica e social a longo prazo de Timor-Leste. 122

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 0,1 mil milhões de dólares - 0,5 mil milhões de dólares..... 122

Opção PPG 25: sobre o reforço da função de ordem e segurança públicas 128

Investir na Ordem Pública e na Segurança..... 128

O Ministério da Justiça, o Ministério do Interior e o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, com o apoio do Ministério das Finanças, devem apresentar uma estratégia conjunta de longo prazo para a Ordem Pública e a Segurança, com o objetivo de estabelecer uma presença nacional mais forte e visível da POS nos próximos 5 a 10 anos. A estratégia deve centrar-se no reforço da capacidade operacional essencial da polícia, das prisões e dos tribunais, incluindo o planeamento de recursos humanos, as necessidades em termos de instalações e equipamento, a cobertura geográfica dos serviços e os custos recorrentes e de capital a médio prazo necessários para sustentar uma melhor prestação de serviços. Deve também incluir um quadro mais robusto de acompanhamento das despesas e do desempenho dos serviços de bombeiros, para que as despesas possam ser classificadas, monitorizadas e avaliadas com maior precisão, no âmbito do sistema mais alargado de ordem e segurança públicas. A proposta deverá apresentar opções faseadas, requisitos de financiamento, responsabilidades de implementação e a contribuição esperada de uma presença mais forte do POS para a dissuasão, o Estado de direito, a confiança do público e a paz e estabilidade a longo prazo. Devem ser apresentadas opções de financiamento para a estratégia, incluindo uma avaliação sobre se as poupanças na proteção social decorrentes de melhorias de eficiência poderiam cobrir as necessidades de financiamento adicionais. 128

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 0 $ 129

Desenvolvimento do sistema judicial 129

O Ministério da Justiça, o Tribunal de Recurso e o MPIE, com o apoio do Ministério das Finanças, devem apresentar uma proposta conjunta no âmbito das Prioridades Políticas do Governo sobre o «Reforço dos Tribunais Superiores e da Capacidade Judicial», com o objetivo de colmatar a lacuna existente entre a atual presença de tribunais de primeira instância em Timor-Leste e a implantação ainda incompleta de um sistema de tribunais superiores plenamente operacional. A proposta deverá definir um programa faseado, com uma duração de cinco a dez anos, para o desenvolvimento e a operacionalização da capacidade dos tribunais superiores, incluindo instalações judiciais, gabinetes, sistemas de registo e gestão de processos, desenvolvimento do pessoal judicial e do Ministério Público, percursos de formação jurídica especializada e o apoio administrativo e institucional mais alargado necessário para que as funções de recurso e de tratamento de processos complexos funcionem de forma eficaz. Deve avaliar as lacunas jurídicas e operacionais atuais, identificar opções para articular a infraestrutura física com o recrutamento e a formação profissional de juízes qualificados e de pessoal de apoio, e esclarecer de que forma o Governo evitará a criação de estruturas judiciais que existam formalmente, mas que, na prática, continuem a funcionar de forma insuficiente. 129

A proposta deve também explicar de que forma o reforço dos tribunais superiores apoiaria o Estado de direito, a ordem constitucional, os direitos de propriedade, a confiança comercial e a resolução mais eficiente de questões civis, administrativas e penais complexas. A proposta deve avaliar os custos de capital e correntes, os riscos de execução e implementação, as disposições transitórias e os indicadores mensuráveis de progresso, incluindo a criação de instalações funcionais para os tribunais superiores, a melhoria da capacidade de recurso, a redução dos atrasos na resolução de processos complexos e o reforço da confiança no sistema judicial nacional ao longo do tempo. 129

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 15 milhões a 40 milhões de dólares 129

Opção PPG 26: sobre a Equidade Fiscal das Operações do Governo Subnacional 137

O Ministério da Administração Estatal, a RAEOA e os municípios, em consulta com o MF, devem apresentar uma proposta de política sobre o financiamento e a prestação de contas dos governos subnacionais que proponha uma fórmula de alocação simples, transparente e baseada na equidade para os municípios e para Oecusse, juntamente com regras de consolidação claras e um quadro de prestação de contas subnacional amplamente alinhado com os princípios de setorização das Estatísticas das Finanças Públicas (GFS). A proposta deverá avaliar opções de alocação vertical e horizontal utilizando indicadores objetivos, tais como a população e o grau de afastamento geográfico, basear-se na análise das despesas existentes e na análise per capita para identificar questões de equidade fiscal e definir um quadro de transferências alinhado com o PEFA e baseado em regras, que possa ser implementado a baixo custo na sequência de uma consulta estruturada em todo o Governo. A proposta deve também apresentar opções para melhorar a integridade da contabilidade e dos relatórios subnacionais, ao mesmo tempo que estabelece um caminho realista para que os municípios mobilizem uma maior parte das suas próprias receitas, no âmbito de uma agenda de autonomia gradual. 137

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 1 milhão de dólares 137

Opção PPG 27: sobre os direitos de propriedade privada para o crescimento 142

O Ministério da Justiça, o Ministério das Finanças, o Ministério do Planeamento e do Investimento Estratégico e as autoridades competentes em matéria de administração fundiária devem apresentar uma proposta conjunta sobre uma estratégia nacional de reforma do registo de propriedade e dos direitos de propriedade. A proposta deverá definir um plano plurianual realista para regularizar a propriedade fundiária, alargar a emissão de títulos de propriedade, reforçar a resolução de litígios, clarificar o tratamento das terras do Estado, da comunidade e privadas, e criar um sistema de informação fundiária transparente e fiável. Deverá também identificar o investimento necessário, as opções de financiamento, as modalidades de implementação e as reformas necessárias para tornar os direitos de propriedade privada seguros uma pedra angular do investimento privado, da transformação agrícola, do desenvolvimento urbano e da diversificação económica a longo prazo. 142

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 66 milhões de dólares 142

Opção PPG 28: sobre as Bases para a Soberania Financeira 145

O Banco Central de Timor-Leste, com o apoio do Ministério das Finanças, deve apresentar uma proposta relativa a um plano decenal para construir as bases institucionais de uma maior soberania monetária, antes que haja qualquer possibilidade de os riscos de instabilidade orçamental se intensifiquem. A proposta deverá definir reformas faseadas para reforçar a disciplina orçamental, os sistemas de pagamentos, a gestão das reservas e da liquidez, os mercados financeiros nacionais e a capacidade do banco central, avaliando simultaneamente as condições em que Timor-Leste poderia considerar, de forma credível, um futuro modelo de moeda nacional ou paralela. Deve ainda incluir uma estratégia para um envolvimento deliberado no risco soberano, incluindo contração de empréstimos comerciais de forma limitada e prudente para construir um historial de crédito soberano, uma maior capacidade de gestão da dívida e a obtenção de notações de crédito soberano, assim que as condições prévias fiscais e institucionais necessárias estiverem em vigor 145

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 2 milhões de dólares (líquido do financiamento proveniente de fontes próprias do CBTL) 145

Tabelas

Tabela 1. Resumo do Impacto Orçamental das Opções de PPG v

Tabela 2. Cenário de base para o Sunrise TLNG 12

Tabela 3. Cenário «Lento e Baixo» para a Sunrise TLNG 13

Tabela 4. Cenário «Rápido e Elevado» para o Sunrise TLNG 14

Tabela 5. Dívidas atuais ; adicionar ações (ver Avelino) 15

Tabela 6. Programas com os maiores problemas de orçamentação excessiva 21

Tabela 7. Programas com os maiores problemas de suborçamentação 22

Tabela 8. Total da ajuda em % das despesas por COFOG 23

Tabela 9. Ajuda canalizada através do Governo em % das despesas por COFOG 24

Tabela 10. Principais Programas de Investimento e Desenvolvimento 2023-25 28

Tabela 11. Demonstrações Financeiras do Fundo de Infraestruturas 2013-25 29

Tabela 12. Demonstrações de Despesas COFOG do Fundo de Infraestruturas 2013-25 ... 30

Tabela 13. Carteira de Projetos do Fundo de Infraestruturas 2026-2030 31

Tabela 14. Carteira do Fundo de Infraestruturas 2026-30: Atividades dos Projetos (>20 milhões de dólares ao longo de 6 anos) 32

Tabela 15. Despesas com veículos e operações - 2013-25 (GFS) 36

Tabela 16. Despesas com viagens – 2013-25 (GFS) 38

Tabela 17. Despesas com serviços de catering – 2013-25 (GFS) 39

Tabela 18. Maiores despesas em atividades relacionadas com a igualdade de género - 2013-25 40

Tabela 19. Despesas com atividades relacionadas com a comunidade LGBx - 2013-25 ... 41

Tabela 20. Maiores despesas com atividades para crianças - 2013-25 42

Tabela 21. Maiores despesas com atividades relacionadas com a deficiência — 2013-25 43

Tabela 22. Subsectores das pescas e estimativas do valor potencial (190-240 milhões de dólares por ano) 63

Tabela 23. Necessidades de investimento na indústria pesqueira 63

Tabela 24. Estratégia de Financiamento do Desenvolvimento da Indústria Pesqueira 63

Tabela 25. Estimativas de criação direta de emprego decorrentes do investimento na indústria pesqueira 64

Tabela 26. Estimativas totais de criação de emprego decorrentes do investimento no setor das pescas 64

Tabela 27. Estimativas do valor potencial da indústria do turismo de nicho (285–500 milhões de dólares por ano) 71

Tabela 28. Necessidades de investimento no setor do turismo de nicho (700–950 milhões de dólares) 71

Tabela 29. Estratégia de Financiamento para o Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Nicho 72

Tabela 30. Estimativas de criação direta de emprego decorrentes do investimento na indústria do turismo de nicho 73

Tabela 31. Estimativas totais de criação de emprego decorrentes do investimento na indústria do turismo de nicho 73

Tabela 32. Empregos Digitais para os Jovens: Estimativas do Valor Potencial (350–500 milhões de dólares por ano) 79

Tabela 33. Componentes do investimento em empregos digitais..... 79

Tabela 34. Empregos digitais criados 81

Tabela 35. Pacote de Transformação Digital 86

Tabela 36. Grow Timor 2037 Impacto no PIB : 420–610 milhões de dólares 90

Tabela 37. Estimativas de investimento do Grow Timor 2037 (285–500 milhões de dólares por ano) 91

Tabela 38. Estratégia de Financiamento do Grow Timor 2037 92

Tabela 39. Estimativas de criação de emprego decorrentes do investimento no Grow Timor 2037 93

Tabela 40. Estimativas totais de criação de emprego decorrentes do investimento na indústria do turismo de nicho 93

Tabela 41. Outras subfunções em % das despesas – Timor-Leste vs. ASEAN 101

Tabela 42. Tendências de despesas na função de proteção social: 2013-25 106

Tabela 43. Demonstrações financeiras da proteção social: 2013-25 106

Tabela 44. As 10 principais agências de proteção social: 2013-25 106

Tabela 45. Ajuda à Proteção Social em % das Despesas com Proteção Social (Todos os Canais) 108

Tabela 46. Ajuda à proteção social em % das despesas com proteção social (canais governamentais) 108

Tabela 47. Tendências de despesas na área da educação: 2013-25..... 113

Tabela 48. Demonstrações financeiras da educação: 2013-25..... 113

Tabela 49. As 12 principais agências de educação: 2013-25 113

Tabela 50. Ajuda à Educação em % das Despesas Públicas com a Educação (Todos os Canais) 114

Tabela 51. Ajuda à Educação em % dos Gastos com a Educação (Canal Governamental) 114

Tabela 52. Tendências de despesas por função de saúde: 2013-2025 119

Tabela 53. Demonstrações financeiras da saúde: 2013-2025..... 119

Tabela 54. As 15 principais agências de saúde: 2013-2025 119

Tabela 55. Ajuda à Saúde em % das Despesas Públicas com a Educação (Todos os Canais) 119

Tabela 56. Ajuda à saúde em % das despesas com a educação (canal governamental).. 120

Tabela 57. Estimativa de Custos de um Hospital Nacional com Serviço Completo..... 121

Tabela 58. Estimativa de custos de um hospital secundário com serviços reduzidos 121

Tabela 59. Funcionalidade das tendências de despesas com a ordem pública e a segurança: 2013-2025 124

Tabela 60. Demonstrações Financeiras da Ordem Pública e Segurança: 2013-2025 125

Tabela 61. As 12 principais agências de ordem pública e segurança: 2013-2025..... 125

Tabela 62. Ajuda à ordem pública e à segurança em % das despesas com a educação (todos os canais) 126

Tabela 63. Ajuda à ordem pública e à segurança em % das despesas com a educação (canal governamental) 126

Tabela 64. Despesas dos governos subnacionais por município/região 2013-25..... 131

Tabela 65. Despesas dos governos subnacionais por COFOG 2013-25..... 131

Tabela 66. Quotas de despesas do SNG por município/região – excluindo Díli 2013-25 .. 132

Tabela 67. Despesas per capita do SNG 2013-25 (população de 2022) 132

Tabela 68. Receitas do SNG por município/região..... 133

Tabela 69. Receitas do SNG por classificação económica das GFS 134

Tabela 70. Necessidades indicativas de investimento em títulos de propriedade por componente 139

Tabela 71. Estimativa anual para o plano de financiamento dos títulos de propriedade (7 anos) 140

Tabela 72. Lista de novas propostas de políticas apresentadas..... 147

Tabela 73. Evolução estilizada das despesas 157

Tabela 74. Evolução do PF – instantâneos de 5 anos – Sem Sunrise..... 158

Tabela 75. Evolução do Fundo Petrolífero com as entradas do projeto Sunrise-Tase Mane TLNG 159

Figuras

Figura 1. RNB per capita de Timor-Leste e estatuto de rendimento do país 1

Figura 2. 7 Dimensões do espaço orçamental 3

Figura 3. Espaço fiscal pontual de Timor-Leste 4

Figura 4. Posição patrimonial líquida de Timor-Leste (valor dos ativos do Fundo Petrolífero) 6

Figura 5. Cenário 1 – Instabilidade « » Orçamental: TLNG gera receitas líquidas de 13 mil milhões de dólares, um limite mínimo de 8 mil milhões de dólares para o Fundo Petrolífero e ausência de endividamento 8

Figura 6. Cenário 2 – Suavização fiscal : Endividamento permitido 9

Figura 7. Cenário 3 – Sem instabilidade fiscal: TLNG 28 mil milhões de dólares, limite mínimo de fundos próprios de 8 mil milhões de dólares , e endividamento de 1,6 mil milhões de dólares 9

Figura 8. Cenário 4 – Cenário 1 com maior crescimento das receitas fiscais 10

Figura 9. Tendências da arrecadação fiscal da ASEAN 17

Figura 10. Receitas fiscais de países altamente dependentes de recursos (Orçamento do Governo Central) 17

Figura 11. Receitas em % do PIB (BCG) – incluindo subvenções do Fundo Petrolífero (PF) – ASEAN 18

Figura 12. Despesas em % do PIB (BCG) – ASEAN 18

Figura 13. Estatísticas do WDI de Timor-Leste — % de todos os indicadores do WDI por tema 21

Figura 14. Comparadores de remuneração dos funcionários – ASEAN 25

Figura 15. Remuneração bruta – Valores reais e per capita – Constantes e atuais 26

Figura 16. Remuneração bruta – por grupo de emprego (constante e atual) 26

Figura 17. Tendências no número de funcionários 26

Figura 18. Aquisição de ativos não financeiros (GFS) 2013-25 US$ 28

Figura 19. Capital e Desenvolvimento por Programas e Partes dos Ministérios - 2013-2 5 28

Figura 20. Despesas com Veículos e Operações - 2013-25 36

Figura 21. Despesas por Unidade Administrativa com Veículos e Operações - 2013-25 ... 37

Figura 22. Despesas com viagens – 2013-25 37

Figura 23. Despesas com viagens por unidade administrativa - 2013-25 38

Figura 24. Despesas com serviços de catering – 2013-25 38

Figura 25. Despesas com serviços de restauração por unidade administrativa – 2013-25 39

Figura 26. Despesas com questões de género - 2013-25 40

Figura 27. Despesas relacionadas com a igualdade de género por unidade administrativa - 2013-25 40

Figura 28. Despesas com as crianças – 2013-25 41

Figura 29. Despesas com crianças por unidade administrativa em viagens - 2013-25..... 42

Figura 30. Despesas com a deficiência - 2013-25..... 43

Figura 31. Despesas com a deficiência por unidade administrativa - 2013-25 43

Figura 32. Painel de Controlo de Contratação Pública 45

Figura 33. Painel de Contratos..... 46

Figura 34. Painel de Contratos Recorrentes (2021-25) 47

Figura 35. Painel de Contratos Plurianuais (2021-25)..... 47

Figura 36. Painel de fornecedores 48

Figura 37. Painel de controlo do pagamento de faturas válidas 49

Figura 38. Prioridades da consulta aos cidadãos para o Orçamento de 2027 54

Figura 39. Prioridades dos Parceiros Sociais para o Orçamento de 2027 56

Figura 40. Cronograma de Desenvolvimento da Indústria Pesqueira (10 Anos) 62

Figura 41. Cronograma de desenvolvimento da indústria do turismo de nicho (15 anos).. 71

Figura 42. Cronograma do Programa de Desenvolvimento de Empregos Digitais para os Jovens (15 anos)..... 80

Figura 43. Cronograma do Grow Timor 2037 (10 anos) 520–720 milhões de dólares..... 91

Figura 44. Tendências no desempenho do setor elétrico – comparadores da ASEAN 101

Figura 45. Painel de Controlo da Eletricidade..... 102

Figura 46. Função «Transportes» versus «Combustíveis e Energia» (2021-25) 102

Figura 47. Tendências COFOG - % das despesas públicas – ASEAN vs. TL (FMI) 105

Figura 48. Tendências da Proteção Social – Orçamento do Governo Central – ASEAN 105

Figura 49. Tendências na despesa com proteção social – Principais países de comparação 105

Figura 50. Educação – BCG – ASEAN 111

Figura 51. Tendências na despesa com a educação – Principais países de comparação 113

Figura 52. Indicadores de resultados na educação 2001-18..... 114

Figura 53. Rácio aluno-professor — Ensino Básico e Secundário 2001-18 115

Figura 54. Saúde – BCG – ASEAN 118

Figura 55. Indicadores selecionados de desempenho do sistema de saúde – ASEAN 118

Figura 56. Tendências nas despesas com a saúde – Principais indicadores de comparação 118

Figura 57. Ordem Pública e Segurança – BCG – ASEAN e g7+ (% das despesas)..... 123

Figura 58. Tendências nas despesas com a ordem pública e a segurança – Principais países de comparação..... 124

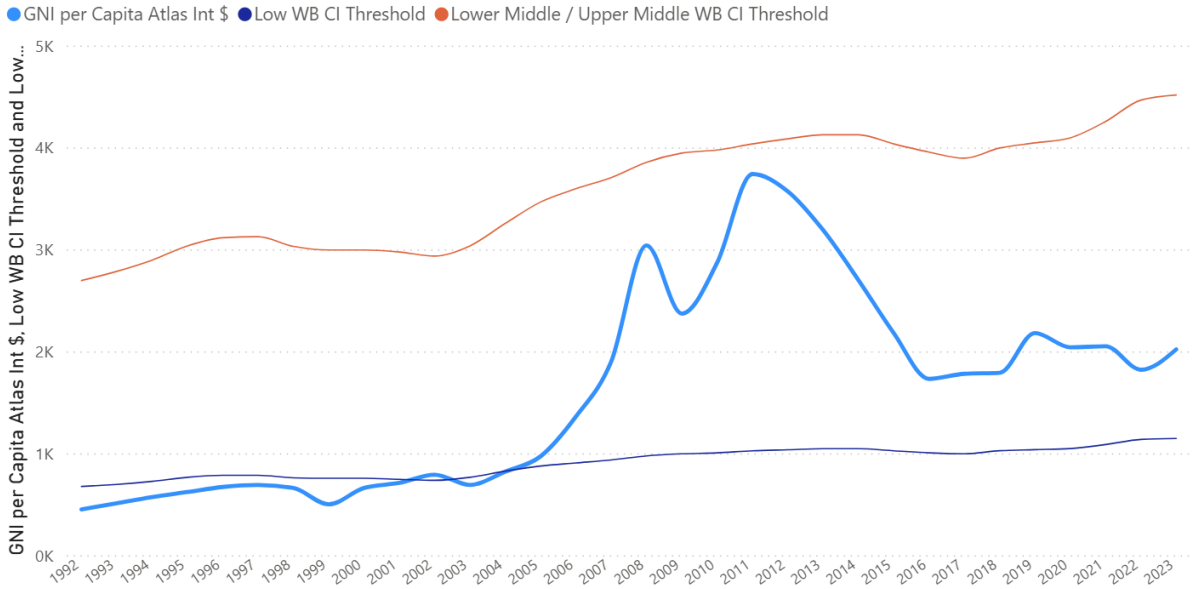
Figura 59. Tendências agregadas dos gastos dos governos subnacionais 2013-25 131

Introdução

Este resumo apresenta um conjunto de novas opções de prioridades políticas para apreciação do Primeiro-Ministro e do seu grupo de liderança no Comité de Revisão de Políticas (CRP). Apresenta um panorama dos desafios e oportunidades em termos de margem orçamental para alcançar a sustentabilidade, mitigar potenciais riscos de «abismo orçamental» e dar resposta às necessidades tanto agregadas como setoriais, apoiando simultaneamente a paz e a estabilidade. Identifica as pressões políticas e as respostas potenciais para ajudar o CRP a definir as prioridades de ação para o processo de Novas Prioridades Políticas do Orçamento de 2027.

A prosperidade futura de Timor-Leste depende das escolhas políticas e estratégicas feitas nos próximos orçamentos. No auge da sua produção petrolífera, o país quase atingiu o estatuto de rendimento médio-alto (3 740 dólares per capita), mas desde então caiu para 1 730 dólares, ligeiramente acima do limiar de rendimento baixo de 1 146 dólares (2023) e bem abaixo do valor de referência do rendimento médio-alto de 4 515 dólares (2023) (verFigura 1 abaixo). Este artigo apresenta opções para orientar os decisores políticos timorenses no sentido de um crescimento sustentável do RNB e para evitar o regresso ao estatuto de país de rendimento baixo.

Figura 1. RNB per capita de Timor-Leste e estatuto de rendimento do país



Fonte: TiFIS

O Orçamento de 2027 de Timor-Leste marca a primeira utilização pelo país de um orçamento baseado em políticas, uma abordagem que enfatiza as mudanças na política governamental em vez da atribuição de quotas orçamentais de acordo com as pastas ministeriais. Uma diferença significativa consiste em definir as prioridades de mudança de políticas numa fase inicial do processo, quando os ministros responsáveis pelo orçamento ponderam as diversas necessidades de recursos e abordam múltiplas questões políticas e de política pública.

Para analisar as novas prioridades políticas, recomenda-se começar por examinar o espaço orçamental, avaliar em seguida a sustentabilidade orçamental e considerar os principais desafios tanto a nível do governo central como a nível setorial (como a saúde e a educação). A incorporação de questões políticas neste quadro ajuda a gerir os compromissos.

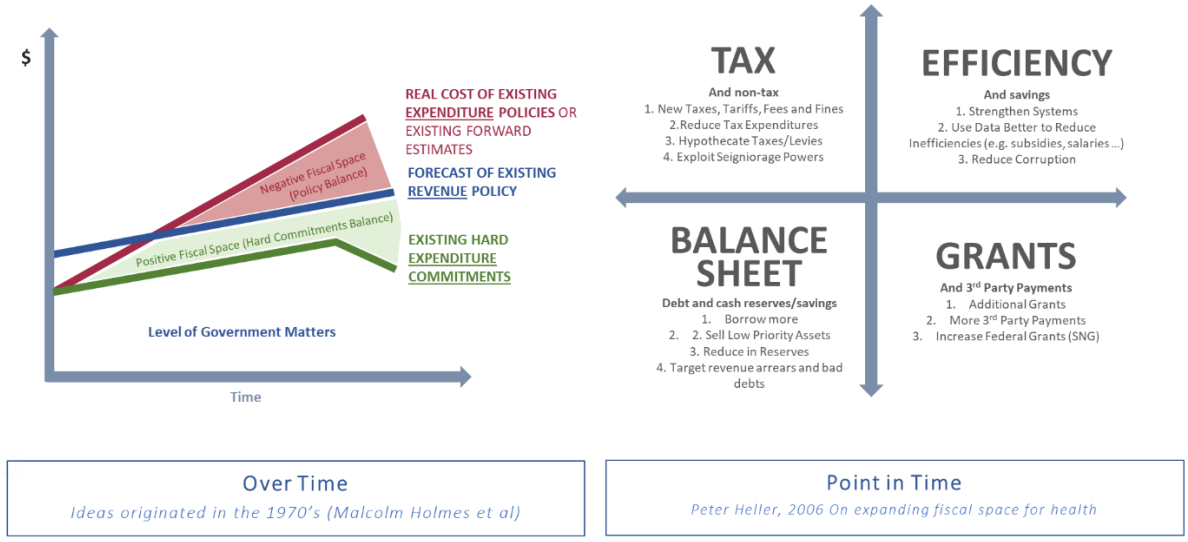
O documento está, por conseguinte, **estruturado em três partes** que se centram nos principais desafios orçamentais que Timor-Leste enfrenta: i) Criação de Espaço Orçamental; ii) Pressões do Governo Central; e iii) Pressões Setoriais. Cada secção apresenta um leque de opções de prioridades políticas que poderiam ser consideradas no processo orçamental de 2027, acompanhadas de um resumo de todas as opções.

1: Criação de espaço orçamental

O espaço orçamental é definido como «a capacidade do governo de financiar novas políticas de maior prioridade sem pôr em risco a estabilidade orçamental, económica, social e política». Existem dois tipos de espaço orçamental: i) ao longo do tempo; e ii) num determinado momento (verFigura 2 abaixo).

A versão do espaço orçamental ao longo do tempo analisa a margem orçamental disponível a médio prazo, tendo em conta as políticas a que o governo já se comprometeu. Esta é frequentemente definida como política existente. Trata-se, basicamente, da diferença entre as previsões de receitas e os custos estimados das políticas existentes e prometidas ou dos compromissos firmes. O espaço orçamental num determinado momento centra-se na margem de manobra disponível num ano específico e nas diferentes fontes de espaço orçamental disponíveis.

Figura 2. 7 Dimensões do espaço orçamental



Esta forma de espaço orçamental é semelhante ao conceito de sustentabilidade orçamental, o que significa que um governo pode cumprir os seus compromissos de despesa atuais e futuros sem necessitar de aumentos irrealistas das receitas, de endividamento excessivo ou de cortes disruptivos nos serviços. Por outras palavras, as finanças públicas permanecem estáveis, credíveis e controláveis a longo prazo. Numa versão mais técnica, a sustentabilidade orçamental é a capacidade de um governo manter os seus níveis de dívida e défice numa trajetória que não exija mudanças abruptas de política nem ameace a estabilidade económica, social ou política ao longo do tempo, o que está relacionado com o conceito de «precipício orçamental».

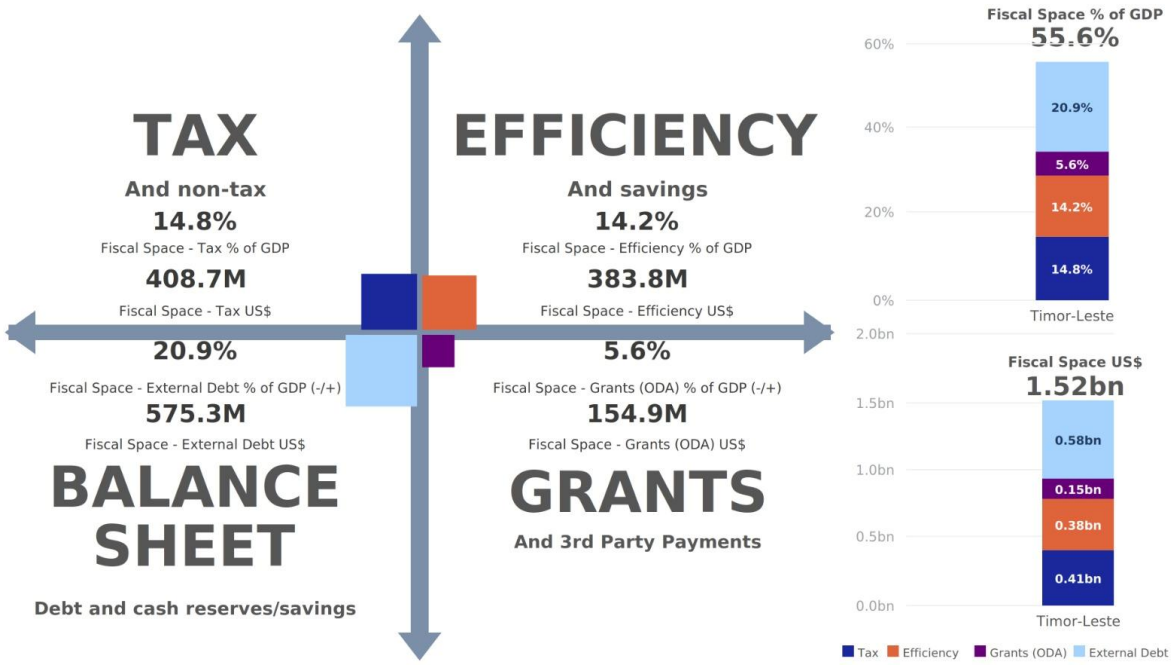
O espaço fiscal de Timor-Leste também pode ser analisado numa perspetiva pontual. A perspetiva pontual é apresentada emFigura 2 acima , com os resultados da análise para Timor-Leste emFigura 3 abaixo . Esta visão do espaço orçamental — a margem de manobra do governo para aumentar a despesa — é apresentada em quatro dimensões sobre como: i) aumentar a receita fiscal; ii) ser mais eficiente (por exemplo, fazer mais com menos); iii) obter mais dos doadores; e iv) contrair mais empréstimos (ou utilizar as poupanças ou vender ativos).

A necessidade de criar espaço orçamental é urgente. Os principais desafios orçamentais do governo consistem em aumentar as receitas fiscais, melhorar a eficiência da despesa e evitar finanças insustentáveis que possam conduzir a «precipícios orçamentais», bem como implementar uma estratégia orçamental que promova o crescimento económico não petrolífero e os objetivos de desenvolvimento.

A análise do Ministério das Finanças sobre o espaço orçamental revela oportunidades de política orçamental (verFigura 3 abaixo). Foram analisados quatro indicadores de espaço orçamental: i) Receitas fiscais em percentagem do PIB – proximidade do limiar; ii) Dívida em percentagem do PIB – proximidade do limiar; iii) Subvenções/pagamentos a terceiros em percentagem do PIB (ajuda ao desenvolvimento) – proximidade do limiar da capacidade de absorção; e iv) Perdas decorrentes de ineficiências causadas por incompetência, corrupção e sistemas deficientes – em percentagem do PIB.

Os pressupostos relativos aos parâmetros do espaço orçamental para Timor-Leste são: i) limiar baixo de receitas fiscais em relação ao PIB de 20%; ii) fraca capacidade de emissão de dívida a 30% do PIB; iii) níveis moderados de ajuda de 15% do PIB; e iv) ausência de descontos nas estimativas de perdas de eficiência. Os resultados estão disponíveis emFigura 3 below .

Figura 3. Espaço fiscal pontual de Timor-Leste



Fonte: TiFIS

As quatro secções seguintes correspondem às quatro dimensões do espaço orçamental, apresentando opções de política para criar espaço orçamental e, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios colocados pelo precipício orçamental e pelas pressões sobre a sustentabilidade orçamental: i) Reduzir a dependência das receitas do petróleo (incluindo adiar e atenuar o impacto de um precipício orçamental); ii) Investir no sistema fiscal de Timor-Leste; iii) Corrigir as ineficiências nas despesas; e iv) Tornar a ajuda mais eficiente.

PPG 1: Proteção do Fundo Petrolífero (espaço orçamental no balanço)

Há mais de vinte anos que se recorre fortemente ao Fundo Petrolífero para financiar a paz, a estabilidade política e o crescimento. Recorrer a estas poupanças é frequentemente mais simples do que alternativas como aumentar os impostos, melhorar a eficiência ou obter subvenções. No entanto, esta dependência acarreta riscos significativos, incluindo despesas ineficientes, má implementação de políticas, volatilidade económica e despesas insustentáveis que podem conduzir a uma crise orçamental.

Timor-Leste continua a ser o país mais dependente de recursos naturais do mundo. O Fundo Petrolífero forneceu 84% (13 mil milhões de dólares) das receitas entre 2013 e 2024, com as despesas públicas a representarem entre 50% e 90% do PIB. O património líquido (valor do FP) está a começar a diminuir em termos reais, e existe a possibilidade de um precipício fiscal, mesmo que o projeto Greater Sunrise se concretize rapidamente. As melhores estimativas das previsões de fluxo de caixa do Sunrise indicam que não será possível cobrir futuros défices orçamentais não petrolíferos se as despesas e o crescimento económico não petrolífero se mantiverem nas trajetórias atuais. Além disso, se as despesas aumentarem e o ESI diminuir, o abismo orçamental concretizar-se-á mais rapidamente.

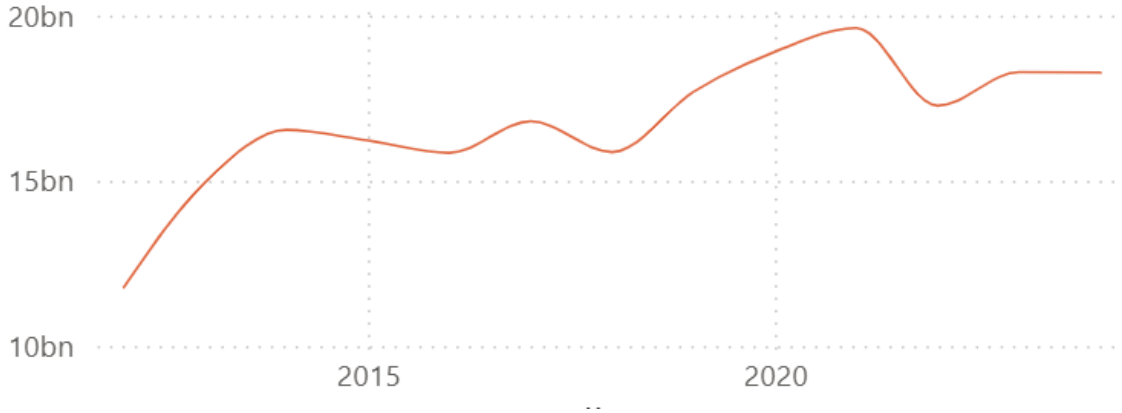
O impacto desta dependência é que está a criar desincentivos ao aumento de impostos e à melhoria da eficiência, porque é muito fácil gastar as poupanças. Não tem impacto imediato em nenhum grupo de pessoas ou grupo de interesses especiais. As outras fontes de margem orçamental têm. Os impostos prejudicam as empresas e os cidadãos. As subvenções vêm acompanhadas de condições. E melhorar a eficiência requer frequentemente a redução das rendas disponíveis para os operadores estabelecidos ou retirar dinheiro a um grupo para o dar a outro, o que pode ser particularmente difícil.

A análise do espaço orçamental revela que a dívida pode proporcionar mais de 0,5 mil milhões de dólares para financiar despesas correntes e de capital, mas a sua utilização está sujeita a riscos fundamentais. Estes incluem antecipar o precipício fiscal, o desperdício, criar expectativas insustentáveis junto dos cidadãos e da classe política e gerar condições para a instabilidade política. No entanto, existem vantagens na emissão de dívida nacional e internacional, incluindo o acesso a taxas de juro inferiores aos rendimentos do Fundo Petrolífero (FP) e a capacidade de entrar em incumprimento ou celebrar acordos condicionais e revogáveis de alívio da dívida, caso o precipício fiscal se concretize mais cedo do que o previsto.

A redução da forte dependência das poupanças do Fundo do Petróleo (FP) pode ser alcançada através do estabelecimento de restrições políticas mais abrangentes. Formas comprovadas de o conseguir consistem no estabelecimento de metas orçamentais anuais e a médio prazo relativas às receitas fiscais e ao défice não relacionado com subvenções, que se tornem elementos-chave de acompanhamento durante a execução do orçamento.

A utilização das poupanças do FP e as opções de política de endividamento para o processo do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2027 também poderiam ser consideradas. Tal implicaria o desenvolvimento de: i) políticas de utilização das poupanças do FP que pudessem garantir um amplo consenso político para limitar gradualmente a dependência do Fundo Petrolífero; e ii) políticas de endividamento interno e internacional para ajudar a reduzir os custos da utilização das poupanças.

Figura 4. Posição patrimonial líquida de Timor-Leste (valor dos ativos do Fundo Petrolífero)



Fonte: TiFIS

Implicações da instabilidade fiscal

Foi realizada uma análise preliminar, apoiada por Inteligência Artificial (IA), sobre os riscos de sustentabilidade fiscal de Timor-Leste, utilizando apenas dados disponíveis publicamente. Os resultados estão em consonância com as projeções de outros intervenientes, incluindo o FMI.

O limiar de risco de sustentabilidade orçamental é aqui definido como o momento em que o Fundo Petrolífero (FP) é demasiado pequeno para financiar «com segurança» uma parte dominante das despesas orçamentais. Este é o ponto em que as partes interessadas acreditam que existe um desastre iminente e os orçamentos são forçados a sofrer reduções drásticas — isto pode ser considerado como o limiar de «pânico» do saldo do Fundo Petrolífero. Foi realizada uma avaliação inicial da sustentabilidade orçamental para ajudar a compreender as suas implicações para a política orçamental.

As linhas de base de sustentabilidade fiscal do « » incluem a ausência do projeto «Greater Sunrise» e o projeto «Greater Sunrise» com processamento em terra do TLNG da Tase-Same, com e sem recurso a empréstimos para reforçar o PF (ou financiamento do défice) e suavizar as despesas. Foram também analisados dois cenários: condições de instabilidade fiscal e condições de estabilidade fiscal ou de suavização.

O modelo baseia-se em seis pressupostos principais:

I. o nível de receitas líquidas que revertem para Timor-Leste do projeto «Greater Sunrise» num cenário de GNL transportado por tubagem (por exemplo, 13 mil milhões de dólares ou 28 mil milhões de dólares);
II. o nível de despesas orçamentais, com a linha de base para 2025 fixada em 1,9 mil milhões de dólares;
III. a proporção das despesas financiadas através de levantamentos, estimada em 80 por cento do total das despesas orçamentais;
IV. a taxa de crescimento das despesas, estimada em 1 por cento ao ano;

V. o limiar do saldo do Fundo Petrolífero a partir do qual seria desencadeado um ajustamento orçamental, seja por decisão do governo, por restrições externas ou por exigência legal, fixado aqui em 8 mil milhões de dólares; e
VI. a intensidade da reforma fiscal, refletida na taxa de crescimento anual das receitas não provenientes de subvenções, inicialmente estimada em 2% ao ano.

O conjunto completo de pressupostos do modelo é apresentado na Figura 5 do documento «Figura 5 abaixo . Os pressupostos adicionais incluem despesas relacionadas com o TLNG anteriores à Decisão Final de Investimento (Pre-FID) no valor de 1,2 mil milhões de dólares, fluxos de receitas anuais projetados do TLNG e perfis alternativos de endividamento, incluindo cenários em que o endividamento é utilizado para suavizar as despesas ao longo do tempo.

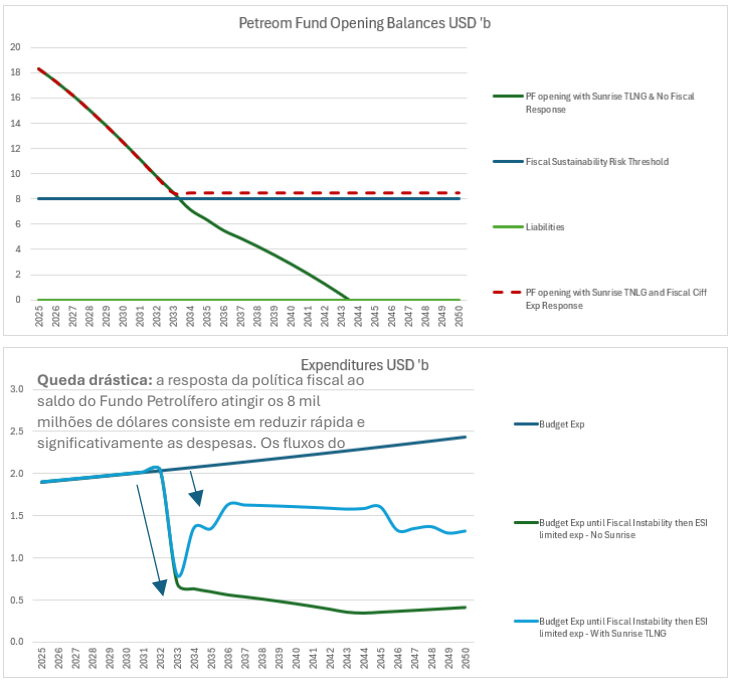
São apresentados quatro cenários para análise: um em que ocorre instabilidade orçamental; um em que o endividamento é utilizado para atenuar a gravidade do ajustamento orçamental; um em que não surge instabilidade orçamental; e um em que se alcança um crescimento mais forte das receitas fiscais.

Cenário 1: Ocorre instabilidade orçamental

No primeiro cenário, prevê-se que a instabilidade orçamental surja durante a década de 2030, dependendo dos pressupostos subjacentes (verFigura 5). Neste cenário, a instabilidade orçamental — definida como uma redução significativa nas despesas — é desencadeada quando o saldo do Fundo do Petróleo desce abaixo dos 8 mil milhões de dólares. Presume-se que a reforma fiscal seja modesta, com as receitas não provenientes de subvenções a aumentarem 2 por cento ao ano. Nesta base, prevê-se que a instabilidade fiscal surja em 2031, partindo do pressuposto de que o projeto Greater Sunrise TLNG gere 13 mil milhões de dólares em receitas, exija uma despesa inicial de 1,2 mil milhões de dólares e comece a gerar fluxos de receitas líquidas a partir de 2034.

O ajustamento orçamental resultante poderá exceder 1 mil milhões de dólares em redução das despesas orçamentais. Sob certos pressupostos, este período de instabilidade orçamental poderá prolongar-se ou tornar-se efetivamente permanente, especialmente se o investimento público não conseguir gerar fontes de crescimento não petrolíferas — tais como o turismo, o desenvolvimento do setor privado, a agricultura e as pescas, ou um regime fiscal mais competitivo — ou se o projeto Greater Sunrise não avançar conforme previsto e os riscos de deterioração se concretizarem. Na ausência das receitas do Sunrise, as despesas orçamentais anuais cairiam para aproximadamente 0,5 mil milhões de dólares, com Timor-Leste a depender efetivamente dos rendimentos de investimento de um Fundo Petrolífero de 8 mil milhões de dólares.

Figura 5. Cenário 1 – Instabilidade « » Orçamental: TLNG gera receitas líquidas de 13 mil milhões de dólares, um limite mínimo de 8 mil milhões de dólares para o Fundo Petrolífero e ausência de endividamento



Parameters	Amount
PF Investment Return	3.5
Withdrawal as % of Expenditure	80%
Expenditure Growth (i.e. inflation or policy)	1
PF Value when Fiscal Instability Emerges (for Tax & Exp Falls	8
Impact on revenues from FC - % of ESI	50%
Sustainable Exp Level (b) - Medium Term	1.5
Borrowing growth for Exp Smoothing	0
GS TLNG sensitivity parameter	1
DSA Threshold - Rev: 55% of Non-Grant Revenue	Moderate
DSA Threshold - GDP: 55% of GDP	
Tax Reform - Assumption	1.02
GDP - PF Dependency (Exp as % of GDP)	0.9
Post FID Revenue $'b for TL from TLNG as at 2050	13
Pre-FID costs for TLNG $'b	1.2
Total Borrowing $'b	0.0
Implied Gross TLNG revenues $'b	14.2
Min Level of PF Balances	8.5

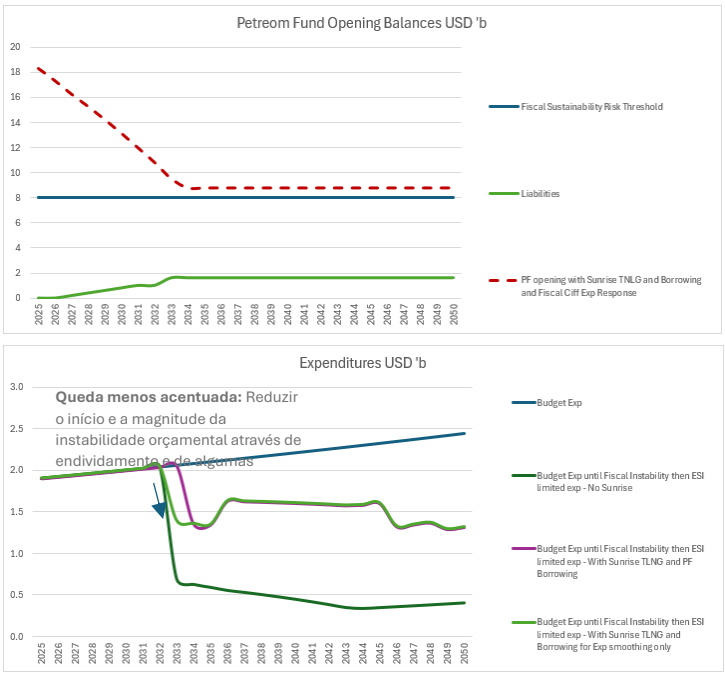
Cenário 2: Suavização fiscal através de endividamento

No segundo cenário, o endividamento é utilizado quer para apoiar o Fundo do Petróleo, quer para suavizar as despesas rumo a uma trajetória sustentável a médio prazo. O endividamento para apoiar o Fundo do Petróleo financia efetivamente défices e levantamentos anteriores. Neste cenário, o endividamento de 1 mil milhões de dólares ao longo de cinco anos (200 milhões de dólares por ano) adia o momento em que as despesas têm de diminuir (linha roxa na figura 6 do relatório «Figura 6 abaixo). O endividamento adicional para suavizar as despesas mais tarde no período reduz a gravidade do ajustamento orçamental. Neste exemplo, são contraídos empréstimos no valor de 0,6 mil milhões de dólares em 2033 (linha de despesas em verde claro). No entanto, níveis elevados de endividamento aumentam o risco de sobreendividamento.

Cenário 3: Ausência de instabilidade orçamental:

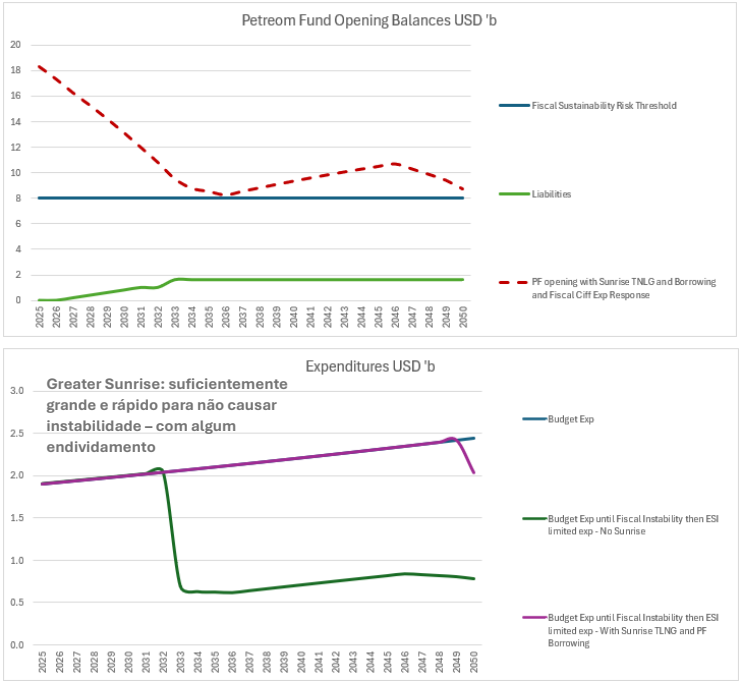
No terceiro cenário, não se verifica instabilidade orçamental. Este cenário pressupõe que o projeto Greater Sunrise TLNG arranca rapidamente e gera 28 mil milhões de dólares em receitas e que o saldo do Fundo Petrolífero não desce abaixo dos 8 mil milhões de dólares (verFigura 7 abaixo). O endividamento está limitado a 1 mil milhões de dólares. Com base nestas premissas, o Fundo Petrolífero desce para um mínimo de 8,7 mil milhões de dólares em 2035, recupera até um pico de 10,8 mil milhões de dólares em 2046 e, posteriormente, diminui para 8,5 mil milhões de dólares em 2050. Com base nos pressupostos de fluxo de caixa, seriam necessárias receitas do TLNG de, pelo menos, 22 mil milhões de dólares para impedir que o Fundo Petrolífero caísse abaixo dos 8 mil milhões de dólares. O principal efeito do endividamento neste cenário é proteger o saldo do Fundo Petrolífero, permitindo-lhe atingir um novo pico de 11 mil milhões de dólares em 2046.

Figura 6. Cenário 2 – Suavização fiscal : Endividamento permitido



Parameters	Amount
PF Investment Return	3.5
Withdrawal as % of Expenditure	80%
Expenditure Growth (i.e. inflation or policy)	1
PF Value when Fiscal Instability Emerges (for Tax & Exp Falls	8
Impact on revenues from FC - % of ESI	50%
Sustainable Exp Level (b) - Medium Term	1.5
Borrowing growth for Exp Smoothing	0
GS TLNG sensitivity parameter	1
DSA Threshold - Rev: 55% of Non-Grant Revenue	Moderate
DSA Threshold - GDP: 55% of GDP	
Tax Reform - Assumption	1.02
GDP - PF Dependency (Exp as % of GDP)	0.9
Post FID Revenue $'b for TL from TLNG as at 2050	13
Pre-FID costs for TLNG $'b	1.2
Total Borrowing $'b	1.6
Implied Gross TLNG revenues $'b	15.8
Min Level of PF Balances	8.8

Figura 7. Cenário 3 – Sem instabilidade fiscal: TLNG 28 mil milhões de dólares, limite mínimo de fundos próprios de 8 mil milhões de dólares , e endividamento de 1,6 mil milhões de dólares



Parameters	Amount
PF Investment Return	3.5
Withdrawal as % of Expenditure	80%
Expenditure Growth (i.e. inflation or policy)	1
PF Value when Fiscal Instability Emerges (for Tax & Exp Falls	8
Impact on revenues from FC - % of ESI	50%
Sustainable Exp Level (b) - Medium Term	1.5
Borrowing growth for Exp Smoothing	0
GS TLNG sensitivity parameter	1.94
DSA Threshold - Rev: 55% of Non-Grant Revenue	Moderate
DSA Threshold - GDP: 55% of GDP	
Tax Reform - Assumption	1.02
GDP - PF Dependency (Exp as % of GDP)	0.9
Post FID Revenue $'b for TL from TLNG as at 2050	25.2
Pre-FID costs for TLNG $'b	1.2
Total Borrowing $'b	1.6
Implied Gross TLNG revenues $'b	28.0
Min Level of PF Balances	8.2

Cenário 4 – Cenário 1 com maior crescimento das receitas fiscais

Um quarto cenário aplica um crescimento fiscal mais elevado ao Cenário 1, resultando numa capacidade de despesa significativamente maior e numa proteção mais forte do

Fundo Petrolífero. Neste cenário, a reforma fiscal eleva o crescimento das receitas não provenientes de subvenções de 2% para 7% ao ano. Conforme ilustrado na Figura 8 deFigura 8 abaixo , isto reduz o período de instabilidade fiscal para alguns anos e permite um nível de despesa superior ao atualmente projetado, criando maior margem para investimento no desenvolvimento e no crescimento relacionado com o comércio.

Figura 8. Cenário 4 – Cenário 1 com maior crescimento das receitas fiscais



Parameters	Amount
PF Investment Return	3.5
Withdrawal as % of Expenditure	80%
Expenditure Growth (i.e. inflation or policy)	1
PF Value when Fiscal Instability Emerges (for Tax & Exp Falls	8
Impact on revenues from FC - % of ESI	50%
Sustainable Exp Level (b) - Medium Term	1.5
Borrowing growth for Exp Smoothing	0
GS TLNG sensitivity parameter	1
DSA Threshold - Rev: 55% of Non-Grant Revenue	Moderate
DSA Threshold - GDP: 55% of GDP	
Tax Reform - Assumption	1.07
GDP - PF Dependency (Exp as % of GDP)	0.9
Post FID Revenue $'b for TL from TLNG as at 2050	13
Pre-FID costs for TLNG $'b	1.2
Total Borrowing $'b	0.0
Implied Gross TLNG revenues $'b	14.2
Min Level of PF Balances	8.5

Adiar e atenuar o impacto da instabilidade orçamental

Tal como revelam os cenários anteriores, limitar o impacto da instabilidade orçamental implica suavizar as trajetórias de despesas, reduzindo a gravidade da instabilidade e a sua duração. Estão disponíveis opções políticas inovadoras para ajudar a proteger as gerações atuais e futuras e criar incentivos positivos. Estas incluem o estabelecimento de um limite mínimo para o valor real do Fundo Petrolífero. Para proteger e fazer cumprir tal política, seria necessário aprovar legislação que exigisse uma maioria qualificada (por exemplo, 2/3) para retirar montantes inferiores ao limite mínimo (por exemplo, 8 mil milhões de dólares). O património líquido de Timor-Leste corresponde essencialmente ao valor dos ativos do Fundo Petrolífero menos a dívida. Se fosse considerado um limite mínimo para o Fundo Petrolífero, poderia ser apresentada à Assembleia Legislativa Popular uma série de trajetórias de despesas a médio e longo prazo para diferentes limites mínimos, para apreciação.

Outras opções de política incluem a uniformização das despesas a médio prazo no âmbito de uma estratégia orçamental sustentável, através de uma redução das despesas, do aumento da tributação, do recurso ao endividamento (conforme modelado acima) e/ou de ajuda adicional (ver abaixo). Tal apoiaria uma estratégia destinada a reforçar as fontes de crescimento não petrolíferas e relacionadas com o comércio. Esses ganhos poderiam ser alcançados através do reequilíbrio do investimento público e da melhoria da eficiência, particularmente em setores-chave como a agricultura e as pescas, o turismo, a educação (incluindo empregos digitais para

os jovens), a saúde e a proteção social (ver3: Oportunidades e pressões das políticas setoriais na página60).

No entanto, uma estratégia de despesas sustentável exigiria, idealmente, um amplo consenso político entre os principais partidos, dados os fortes incentivos existentes em qualquer processo orçamental para aumentar as despesas, a fim de garantir vantagens eleitorais e/ou de coligação política.

Implicações para as Estimativas Prospectivas

Os três cenários abaixo destinam-se a enquadrar o leque de implicações orçamentais plausíveis para as estimativas futuras, dependendo da forma como o projeto Greater Sunrise evoluir ao longo do tempo. Não se trata de previsões, mas sim de cenários de planeamento estilizados concebidos para testar como diferentes combinações de calendário, escala e resultados em termos de receitas poderiam afetar a capacidade de despesa, a sustentabilidade do Fundo Petrolífero e o grau de ajustamento orçamental que ainda possa ser necessário. Em conjunto, proporcionam uma base prática para ponderar até que ponto o Governo deve ser conservador ou ambicioso ao definir os pressupostos de despesas a médio prazo, enquanto a incerteza em torno do Sunrise se mantém elevada.

Os três cenários são: i) Cenário de base – para o Sunrise concretizar-se conforme previsto; ii) Lento e Baixo – para o Sunrise concretizar-se; e iii) Rápido e Alto.

Cenário de base

O cenário de base pressupõe que o projeto Greater Sunrise avance de acordo com um calendário central e gere receitas globalmente em linha com as hipóteses de trabalho atuais, sem alterar significativamente as pressões orçamentais a médio prazo com que o orçamento já se depara. Neste cenário, o Sunrise melhora as perspetivas orçamentais em relação a uma linha de base sem o Sunrise, mas não elimina a necessidade de contenção, de uma mobilização mais forte das receitas internas e de uma definição mais rigorosa das prioridades de despesa. Em termos práticos, as estimativas futuras teriam ainda de ser elaboradas partindo do princípio de que os levantamentos do Fundo Petrolífero continuam a ser estruturalmente importantes, enquanto as futuras receitas do Sunrise poderão chegar demasiado tarde, ou a um nível demasiado modesto, para compensar totalmente os riscos de sustentabilidade orçamental existentes nos primeiros anos.

Para efeitos de estimativas futuras, isto significa que as orientações em matéria de despesas devem manter-se cautelosas e não devem partir do princípio de que o Sunrise irá criar um novo e significativo espaço orçamental a curto prazo. O principal valor do cenário de base reside no facto de poder ajudar a adiar ou atenuar o ajustamento orçamental que, de outra forma, seria implícito na diminuição da riqueza petrolífera, especialmente se acompanhado por uma reforma fiscal, ganhos de eficiência e um crescimento não petrolífero mais robusto. No entanto, tal não justificaria um aumento significativo dos compromissos recorrentes nem um abrandamento da disciplina em torno de novas propostas políticas. A orientação política adequada neste cenário é, portanto, a de expectativas geridas: reconhecer as vantagens estratégicas do Sunrise, mantendo simultaneamente o orçamento ancorado em pressupostos conservadores em matéria de despesas e financiamento. (VerTabela 2 .)

Tabela 2. Cenário de base para o Sunrise TLNG

Estatísticas das Finanças Públicas (GFS) da CG

GFS 1	Orig. Bud 2026	Orig. Bud 2026 (-TM)	BY2027 Baseline	2028 FE1	2029 FE2	2030 FE3	2031 FE4
1 REVENUE	2,032,571,556	2,032,571,556	2,033,871,416	2,045,077,087	2,053,459,564	2,052,952,297	2,064,687,204
11 Taxes	220,480,401	220,480,401	252,816,655	265,938,463	280,166,020	295,018,349	305,603,402
12 Social contributions	26,231,322	26,231,322	26,231,322	26,231,322	26,231,322	26,231,322	26,231,322
13 Grants	1,727,068,395	1,727,068,395	1,696,695,830	1,690,698,691	1,682,591,986	1,664,884,009	1,663,595,398
14 Other revenue	58,791,438	58,791,438	58,127,609	62,208,611	64,470,236	66,818,617	69,257,082
2 EXPENSE	1,771,399,230	1,590,166,018	1,591,465,877	1,591,654,336	1,594,081,996	1,593,574,729	1,605,309,635
21 Compensation of employees	527,634,669	525,906,670	525,906,670	520,058,427	518,704,086	518,124,152	523,194,058
22 Use of Goods & Services	432,341,424	356,336,211	356,881,100	357,436,601	358,003,223	358,581,187	365,743,175
24 Interest	8,027,687	8,027,687	8,782,657	14,786,107	18,515,204	18,515,204	18,515,204
25 Subsidies	313,893,707	282,893,707	282,893,707	282,351,457	281,817,341	281,291,236	280,773,023
26 Grants	86,960,268	19,960,268	19,960,268	19,960,268	19,960,268	19,960,268	19,960,268
27 Social benefits	342,241,475	336,741,475	336,741,475	336,761,475	336,781,875	336,802,683	336,823,907
28 Other expense	60,300,000	60,300,000	60,300,000	60,300,000	60,300,000	60,300,000	60,300,000
3 CHANGE IN NET WORTH	261,172,326	552,272,704	552,272,704	563,289,918	569,244,734	569,244,734	569,244,734
31 Net acquisition of nonfinancial assets	498,769,630	476,507,980	476,507,980	476,507,980	476,507,980	476,507,980	476,507,980
32 Financial assets	1,943,826	1,943,826	1,943,826	1,943,826	1,943,826	1,943,826	1,943,826
33 Liabilities (-)	239,541,130	73,820,898	73,820,898	84,838,112	90,792,928	90,792,928	90,792,928
Statistical Discrepancy	0	0	1	0	0	0	0

Despesas por COFOG (não consolidadas)

COFOG1 (AFI)	Orig. Bud	Orig. Bud (_TM)	BY2027 Baseline	2028 FE1	2029 FE2	2030 FE3	2031 FE4
701-General public services	406,066,677	387,197,727	388,093,422	404,393,119	413,932,817	414,192,327	417,200,570
702-Defense	59,121,918	52,066,918	52,091,446	51,873,102	51,737,331	51,736,655	52,157,363
703-Public order and safety	121,097,055	120,369,056	120,402,523	118,702,306	118,686,274	118,592,423	119,650,949
704-Economic affairs	845,312,688	697,854,571	697,975,812	695,651,997	694,669,985	693,904,719	695,966,087
705-Environmental protection	6,166,790	6,166,790	6,170,465	5,964,440	5,898,364	5,847,735	5,872,116
706-Housing and community amenities	94,042,533	94,042,533	94,085,653	93,918,341	93,877,573	93,844,153	94,172,309
707-Health	156,508,027	152,158,027	152,243,364	152,263,340	152,307,786	152,406,290	153,884,717
708-Recreation, culture and religion	41,901,359	41,766,529	41,824,666	41,844,824	41,867,047	41,889,314	42,061,057
709-Education	175,242,026	173,242,026	173,258,109	173,236,403	173,251,314	173,270,690	175,550,914
710-Social protection	539,629,328	516,729,362	522,952,360	528,970,260	535,812,490	543,031,799	551,476,441
Total	**2,445,088,401**	**2,241,593,539**	**2,249,097,818**	**2,266,818,132**	**2,282,040,981**	**2,288,716,106**	**2,307,992,523**

Fonte: TiFIS

Lento e Baixo

O cenário «lento e baixo» pressupõe que o projeto Greater Sunrise avance mais tarde do que o esperado, gere rendimentos fiscais líquidos mais baixos, ou ambos. Tal poderá refletir atrasos na seleção do conceito, na Decisão Final de Investimento (FID), na construção, na primeira produção de gás, no aumento dos custos, em condições fiscais mais desfavoráveis ou em preços e volumes de produção realizados mais baixos. Neste cenário, o Sunrise continua a contribuir positivamente a longo prazo, mas de forma insuficiente e demasiado tardia para alterar significativamente a trajetória fiscal subjacente no período das estimativas prospectivas. O resultado é que Timor-Leste continuaria altamente exposto à diminuição dos saldos do Fundo Petrolífero e ao risco de um ajustamento fiscal mais acentuado na década de 2030. As estimativas futuras (FEs) neste cenário são determinadas por uma posição política de cerca de 1,5 mil milhões de dólares em despesas no ano fiscal de 2027 (excluindo subvenções a outras entidades da administração pública) (verTabela 3).

Em termos de estimativas prospectivas, este é o cenário pessimista prudente e deve ser tratado como um importante ponto de referência para o planeamento. Implica que o crescimento das despesas teria de ser mais rigorosamente restringido, que as políticas de endividamento e de proteção do Fundo Petrolífero se tornariam mais importantes e que se exerceria uma pressão adicional sobre a reforma fiscal, a obtenção de ganhos de eficiência e as estratégias de crescimento não petrolíferas. Significa também que novos compromissos de despesas ligados politicamente ou implicitamente ao Sunrise seriam especialmente arriscados.

Num cenário de «Sunrise» lento e de baixo crescimento, o orçamento central teria de partir do princípio de que a maior parte do ónus do ajustamento recairia ainda sobre as opções de política orçamental interna, em vez de sobre as futuras receitas de hidrocarbonetos.

Tabela 3. Cenário «Lento e Baixo» para a Sunrise TLNG

Estatísticas das Finanças Públicas (GFS) da CG

GFS 1	Orig. Bud 2026	Orig. Bud 2026 (-TM)	BY2027 Baseline	2028 FE1	2029 FE2	2030 FE3	2031 FE4
1 REVENUE	2,032,571,556	2,032,571,556	2,033,871,416	2,045,077,087	2,053,459,564	2,052,952,297	2,064,687,204
11 Taxes	220,480,401	220,480,401	252,816,655	265,938,463	280,166,020	295,018,349	305,603,402
12 Social contributions	26,231,322	26,231,322	26,231,322	26,231,322	26,231,322	26,231,322	26,231,322
13 Grants	1,727,068,395	1,727,068,395	1,696,695,830	1,690,698,691	1,682,591,986	1,664,884,009	1,663,595,398
14 Other revenue	58,791,438	58,791,438	58,127,609	62,208,611	64,470,236	66,818,617	69,257,082
2 EXPENSE	1,771,399,230	1,590,166,018	1,193,599,408	1,193,740,752	1,195,561,497	1,195,181,047	1,203,982,226
21 Compensation of employees	527,634,669	525,906,670	394,430,003	390,043,820	389,028,064	388,593,114	392,395,544
22 Use of Goods & Services	432,341,424	356,336,211	267,660,825	268,077,451	268,502,417	268,935,890	274,307,381
24 Interest	8,027,687	8,027,687	6,586,993	11,089,580	13,886,403	13,886,403	13,886,403
25 Subsidies	313,893,707	282,893,707	212,170,280	211,763,593	211,363,006	210,968,427	210,579,767
26 Grants	86,960,268	19,960,268	14,970,201	14,970,201	14,970,201	14,970,201	14,970,201
27 Social benefits	342,241,475	336,741,475	252,556,106	252,571,106	252,586,406	252,602,012	252,617,930
28 Other expense	60,300,000	60,300,000	45,225,000	45,225,000	45,225,000	45,225,000	45,225,000
3 CHANGE IN NET WORTH	261,172,326	552,272,704	427,937,924	436,200,834	440,666,946	440,666,946	440,666,946
31 Net acquisition of nonfinancial assets	498,769,630	476,507,980	357,380,985	357,380,985	357,380,985	357,380,985	357,380,985
32 Financial assets	1,943,826	1,943,826	1,457,870	1,457,870	1,457,870	1,457,870	1,457,870
33 Liabilities (-)	239,541,130	73,820,898	69,099,069	77,361,980	81,828,092	81,828,092	81,828,092
Statistical Discrepancy	0	0	522,201,251	525,002,667	527,098,287	526,971,470	529,905,197

Despesas por COFOG (não consolidadas)

COFOG1 (AFI)	Orig. Bud	Orig. Bud (_TM)	BY2027 Baseline	2028 FE1	2029 FE2	2030 FE3	2031 FE4
701-General public services	406,066,677	387,197,727	291,070,066	303,294,839	310,449,613	310,644,246	312,900,427
702-Defense	59,121,918	52,066,918	39,068,584	38,904,827	38,802,998	38,802,491	39,118,022
703-Public order and safety	121,097,055	120,369,056	90,301,892	89,026,730	89,014,706	88,944,317	89,738,212
704-Economic affairs	845,312,688	697,854,571	523,481,859	521,738,998	521,002,489	520,428,539	521,974,565
705-Environmental protection	6,166,790	6,166,790	4,627,848	4,473,330	4,423,773	4,385,802	4,404,087
706-Housing and community amenities	94,042,533	94,042,533	70,564,239	70,438,756	70,408,180	70,383,115	70,629,232
707-Health	156,508,027	152,158,027	114,182,523	114,197,505	114,230,839	114,304,717	115,413,538
708-Recreation, culture and religion	41,901,359	41,766,529	31,368,500	31,383,618	31,400,285	31,416,985	31,545,793
709-Education	175,242,026	173,242,026	129,943,581	129,927,302	129,938,485	129,953,017	131,663,185
710-Social protection	539,629,328	516,729,362	392,214,270	396,727,695	401,859,367	407,273,849	413,607,331
Total	**2,445,088,401**	**2,241,593,539**	**1,686,823,364**	**1,700,113,599**	**1,711,530,736**	**1,716,537,079**	**1,730,994,393**

Fonte: TiFIS

Rápido e Elevado

O cenário «rápido e elevado» pressupõe que o projeto Greater Sunrise avance rapidamente, atinja a produção mais cedo e gere retornos fiscais líquidos mais elevados do que no cenário de base. Tal exigiria uma combinação de tomada de decisões atempada, execução bem-sucedida, custos controlados e um perfil de receitas sólido para Timor-Leste ao longo da vida útil do projeto. Nestas condições, o Sunrise poderia melhorar significativamente as perspetivas orçamentais a médio e longo prazo, proteger os saldos do Fundo Petrolífero por mais tempo e reduzir a gravidade do ajustamento orçamental que, de outra forma, seria implícito nas atuais tendências de despesas e receitas. Proporcionaria ao Governo maior margem de manobra para distribuir as despesas ao longo do tempo e para financiar uma maior parte do investimento estratégico sem ultrapassar tão rapidamente os limiares orçamentais prudentes.

No entanto, mesmo neste cenário mais favorável, o Sunrise não deve ser considerado um motivo para abandonar a disciplina orçamental. A principal implicação política para as estimativas futuras é que um resultado mais sólido do Sunrise poderia criar mais margem para escalonar grandes investimentos, reduzir a gravidade da futura instabilidade orçamental e apoiar uma transição mais gradual para longe da forte dependência do Fundo Petrolífero.

Tabela 4. Cenário «Rápido e Elevado» para o Sunrise TLNG

Demonstrações Financeiras Consolidadas (GFS)

GFS 1	Orig. Bud 2026	Orig. Bud 2026 (-TM)	BY2027 Baseline	2028 FE1	2029 FE2	2030 FE3	2031 FE4
1 REVENUE	2,032,571,556	2,032,571,556	2,033,871,416	2,045,077,087	2,053,459,564	2,052,952,297	2,064,687,204
11 Taxes	220,480,401	220,480,401	252,816,655	265,938,463	280,166,020	295,018,349	305,603,402
12 Social contributions	26,231,322	26,231,322	26,231,322	26,231,322	26,231,322	26,231,322	26,231,322
13 Grants	1,727,068,395	1,727,068,395	1,696,695,830	1,690,698,691	1,682,591,986	1,664,884,009	1,663,595,398
14 Other revenue	58,791,438	58,791,438	58,127,609	62,208,611	64,470,236	66,818,617	69,257,082
2 EXPENSE	1,771,399,230	1,590,166,018	1,909,759,052	1,909,985,203	1,912,898,395	1,912,289,675	1,926,371,562
21 Compensation of employees	527,634,669	525,906,670	631,088,004	624,070,113	622,444,903	621,748,982	627,832,870
22 Use of Goods & Services	432,341,424	356,336,211	428,257,320	428,923,922	429,603,867	430,297,424	438,891,810
24 Interest	8,027,687	8,027,687	10,539,189	17,743,329	22,218,244	22,218,244	22,218,244
25 Subsidies	313,893,707	282,893,707	339,472,448	338,821,748	338,180,809	337,549,483	336,927,628
26 Grants	86,960,268	19,960,268	23,952,322	23,952,322	23,952,322	23,952,322	23,952,322
27 Social benefits	342,241,475	336,741,475	404,089,770	404,113,770	404,138,250	404,163,220	404,188,689
28 Other expense	60,300,000	60,300,000	72,360,000	72,360,000	72,360,000	72,360,000	72,360,000
3 CHANGE IN NET WORTH	261,172,326	552,272,704	651,740,528	664,961,185	672,106,964	672,106,964	672,106,964
31 Net acquisition of nonfinancial assets	498,769,630	476,507,980	571,809,576	571,809,576	571,809,576	571,809,576	571,809,576
32 Financial assets	1,943,826	1,943,826	2,332,591	2,332,591	2,332,591	2,332,591	2,332,591
33 Liabilities (-)	239,541,130	73,820,898	77,598,361	90,819,018	97,964,797	97,964,797	97,964,797
Statistical Discrepancy	0	0	-417,760,998	-420,002,135	-421,678,630	-421,577,176	-423,924,157

Despesas por COFOG (não consolidadas)

COFOG1 (AFI)	Orig. Bud	Orig. Bud (_TM)	BY2027 Baseline	2028 FE1	2029 FE2	2030 FE3	2031 FE4
701-General public services	406,066,677	387,197,727	465,712,106	485,271,742	496,719,381	497,030,793	500,640,684
702-Defense	59,121,918	52,066,918	62,509,735	62,247,722	62,084,797	62,083,986	62,588,836
703-Public order and safety	121,097,055	120,369,056	144,483,027	142,442,768	142,423,529	142,310,908	143,581,139
704-Economic affairs	845,312,688	697,854,571	837,570,974	834,782,396	833,603,982	832,685,663	835,159,305
705-Environmental protection	6,166,790	6,166,790	7,404,557	7,157,328	7,078,036	7,017,282	7,046,539
706-Housing and community amenities	94,042,533	94,042,533	112,902,783	112,702,009	112,653,088	112,612,984	113,006,771
707-Health	156,508,027	152,158,027	182,692,036	182,716,007	182,769,343	182,887,548	184,661,661
708-Recreation, culture and religion	41,901,359	41,766,529	50,189,599	50,213,789	50,240,457	50,267,177	50,473,268
709-Education	175,242,026	173,242,026	207,909,730	207,883,684	207,901,577	207,924,828	210,661,096
710-Social protection	539,629,328	516,729,362	627,542,832	634,764,312	642,974,988	651,638,159	661,771,729
Total	**2,445,088,401**	**2,241,593,539**	**2,698,917,382**	**2,720,181,758**	**2,738,449,177**	**2,746,459,327**	**2,769,591,028**

Fonte: TiFIS

Mas muito depende da forma como o espaço orçamental adicional for utilizado. Se as receitas mais elevadas fossem absorvidas principalmente por despesas correntes mais elevadas, os ganhos em termos de sustentabilidade seriam rapidamente enfraquecidos. O cenário «rápido e elevado» proporciona, portanto, uma perspetiva otimista para o planeamento a médio prazo, mas continua a apontar para a necessidade de uma gestão disciplinada das despesas, de uma definição cuidadosa de prioridades e de uma estratégia centrada na conversão de receitas temporárias provenientes de recursos em crescimento não petrolífero duradouro. As FE neste cenário são determinadas por uma orientação política que prevê despesas de cerca de 2,3 mil milhões de dólares no ano fiscal de 2027, aumentando para 2,8 mil milhões de dólares na FE3 de 2031 (verTabela 3).

Opção PPG 1: sobre a Proteção do Fundo Petrolífero

O Ministério das Finanças deverá apresentar uma proposta de política reforçada sobre a proteção do Fundo Petrolífero, que defina opções para um limite mínimo legal do valor real dos ativos, limites de levantamento fiscalmente sustentáveis a médio prazo e regras orçamentais explícitas ancoradas em previsões das futuras receitas do Fundo Petrolífero, dos retornos dos investimentos e das trajetórias de levantamento. A proposta deverá também avaliar as implicações para as estimativas futuras, a estabilidade orçamental, a equidade intergeracional e o ritmo de ajustamento necessário para reduzir a dependência a longo prazo do financiamento do Fundo Petrolífero.

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 0 $

PPG 2: Empréstimos estratégicos

Há cada vez mais argumentos a favor de um maior recurso ao endividamento, em vez de se depender principalmente das reservas do Fundo Petrolífero para financiar o orçamento. O endividamento público tem sido, até agora, restringido para proteger as gerações futuras, evitar o financiamento de despesas recorrentes, tais como prestações sociais, subsídios e salários, e limitar a exposição a condições de crédito desfavoráveis. Embora estas preocupações continuem a ser importantes, os argumentos a favor da expansão da capacidade de endividamento reforçaram-se à medida que aumentaram as preocupações com a instabilidade orçamental decorrente de um rápido declínio das reservas do Fundo Petrolífero para níveis inferiores a um limiar prudente, bem como com os riscos orçamentais associados ao projeto Greater Sunrise Tasi Mane TLNG.

No entanto, **a dívida pública atual situa-se em cerca de 0,3 mil milhões de dólares**, sendo toda ela concessionária (ver**Error! Reference source not found.**). O montante assinado da dívida existente é de 0,9 mil milhões de dólares. Qualquer nova estratégia de endividamento teria de incluir os níveis atuais da dívida e os períodos de carência, juros e encargos relacionados, bem como outras condições e exigências de reembolso.

Tabela 5. Dívidas correntes e saldos acumulados

Credor	Montante original assinado ($)	Dívida atual Níveis ($)	Total do capital reembolsado ($) (março)	Saldo atual ($)
JICA	68 723 958	38 753 853	6 713 526	62 010 433
ADB	606 946 415	195 600 900	55 649 035	551 297 380
BM	134 179 040	63 187 121	12 960 866	121 218 174
Austrália	45 000 000	-	-	45 000 000
Total	**854 849 414**	**297 541 873,65**	**75 323 427**	**779 525 987**

Capacidades sólidas de endividamento e gestão da dívida permitem ao governo fazer face de forma eficaz aos riscos elevados associados à dívida. Isto é especialmente relevante durante períodos em que as receitas provenientes do processamento, em Tasi Mane e no TLNG, do gás e dos condensados do Greater Sunrise são insuficientes para satisfazer as necessidades de financiamento orçamental. As estimativas atuais dos fluxos de caixa líquidos decorrentes do processamento, em Tasi Mane e na TLNG, dos recursos do Greater Sunrise criam um nível temporário de instabilidade fiscal. O financiamento-ponte pode colmatar os défices orçamentais até que os rendimentos provenientes de Tasi Mane, da TLNG ou de outras estratégias de crescimento económico aumentem as receitas fiscais. Estabelecer antecipadamente uma capacidade robusta de gestão da dívida seria altamente vantajoso e melhoraria o fraco desempenho em termos de desembolsos da atual carteira de empréstimos.

À medida que os riscos de instabilidade fiscal se aproximam, a capacidade do governo de adiar a data em que esses riscos se materializam é determinada por vários fatores. O recurso ao endividamento permite ao governo preservar as poupanças do setor petrolífero ao mesmo tempo que contrai mais dívida, com a opção de entrar em incumprimento ou aderir a programas estratégicos de alívio da dívida, caso os investimentos não reduzam os riscos de instabilidade fiscal. A utilização direta das poupanças não oferece tal alternativa. A adesão a uma política de

estabilização das despesas a médio e longo prazo permite que o endividamento adie o início de uma instabilidade orçamental, independentemente do momento em que tal possa ocorrer.

O endividamento concessionário e o endividamento interno são duas vias que podem ser utilizadas para ajudar a adiar os riscos de instabilidade fiscal. O endividamento concessionário a taxas inferiores à taxa de rendibilidade dos investimentos do fundo petrolífero faz todo o sentido, desde que as condições não sejam demasiado onerosas. O endividamento interno através de instrumentos como as letras do Tesouro é outra opção e pode também ajudar a criar uma cultura de investimento local no país. O FMI prestará assistência em agosto para ajudar a estabelecer as capacidades técnicas necessárias para gerir de forma segura e eficaz um programa de letras do Tesouro. Poderá ser necessária assistência adicional.

Um programa de crédito alargado pode igualmente alavancar os recursos do Fundo Petrolífero para ajudar a diversificar as fontes de financiamento para o desenvolvimento, reduzindo a necessidade de elevados níveis de financiamento orçamental. Isto pode também afastar os riscos de instabilidade orçamental. O banco de desenvolvimento timorense, recentemente aprovado, é um instrumento perfeito, desde que a supervisão, os controlos e as estratégias de investimento possam ser bem estabelecidos e implementados. Poderá também ser necessária assistência adicional para estabelecer capacidade suficiente.

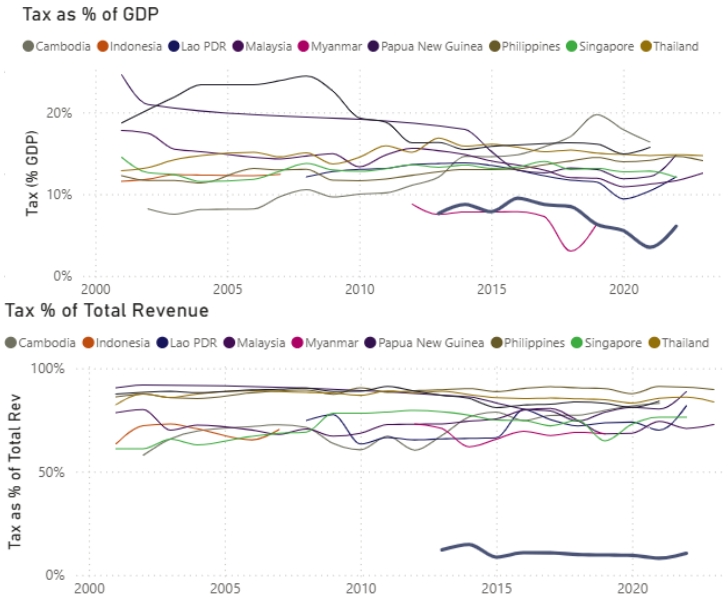
Opção PPG 2: sobre o Endividamento Estratégico

O Ministério das Finanças e o Fundo de Infraestruturas devem apresentar uma proposta de política reforçada em matéria de contração e concessão de empréstimos estratégicos, que defina uma estratégia de dívida a médio prazo destinada a apoiar a sustentabilidade orçamental, uniformizar as despesas ao longo do tempo, reduzir a pressão sobre os levantamentos do Fundo Petrolífero e diversificar as fontes de financiamento do orçamento. A proposta deverá avaliar o equilíbrio adequado entre o endividamento concessionário, interno e comercial limitado; as reformas institucionais e legais necessárias para reforçar a gestão da dívida; o papel potencial do envolvimento no risco soberano e das notações de crédito; e as condições em que o endividamento poderá ser utilizado de forma prudente para apoiar a estabilidade orçamental e o investimento público de maior valor. Deverá também ser considerado o crédito vinculado a políticas, de modo a que o endividamento seja orientado por prioridades políticas e não por projetos individuais.

Impacto fiscal estimado ao longo das FE: -0,5 mil milhões de dólares

PPG 3: Investir no sistema de receitas internas

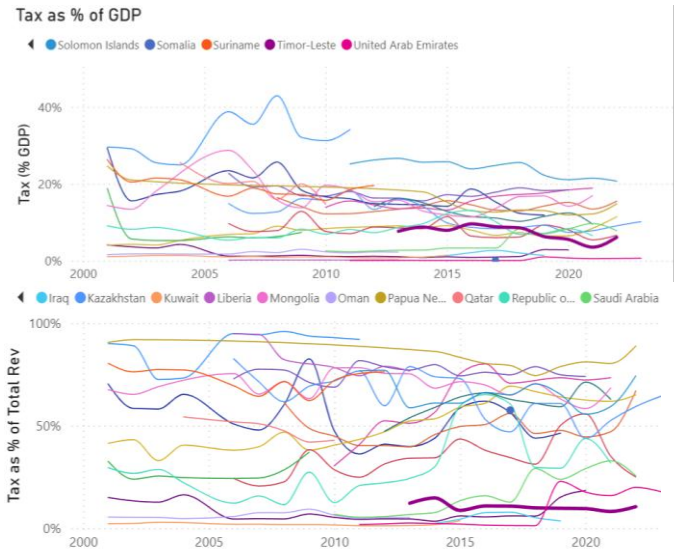
Figura 9. Tendências da arrecadação fiscal da ASEAN



Source: TiFIS

A arrecadação fiscal do governo central de Timor-Leste está entre as mais baixas do mundo, situando-se em cerca de 11% da receita total, ou aproximadamente 5% do PIB. Este nível é demasiado baixo para gerar receitas internas adequadas, especialmente tendo em conta as perspetivas limitadas do país em termos de recursos naturais, quando comparado com outros Estados ricos em recursos, como o Iraque e os Emirados Árabes Unidos. O esforço fiscal de Timor-Leste é inferior ao dos países do G7+, dos membros da ASEAN (verFigura 9), das economias do G20 e da maioria dos outros países dependentes de recursos (verFigura 10). Embora o Iraque e os Emirados Árabes Unidos possam registar níveis de tributação igualmente baixos, ambos dispõem de reservas de recursos que se prevê que durem mais de um século.

Figura 10. Receitas fiscais de países altamente dependentes de recursos (Orçamento do Governo Central)



Source: TiFIS *Nota: Os países dependentes de recursos podem arrecadar rendimentos provenientes desses recursos através de sistemas fiscais e do governo central ou, como faz Timor-Leste, através de operações extra-orçamentais.*

Quando se incluem as subvenções do fundo petrolífero, a dependência de Timor-Leste em relação aos recursos naturais torna-se evidente, especialmente quando comparada com outros países da ASEAN. As receitas e despesas, em percentagem do PIB, situam-se em cerca de 20% para os países da ASEAN. No caso de Timor-Leste, este valor é bem superior a 50% e tem-se situado em cerca de 90% (verFigura 11 eFigura 12 abaixo).

Figura 11. Receitas em % do PIB (BCG) – incluindo subvenções do Fundo Petrolífero (FP) – ASEAN

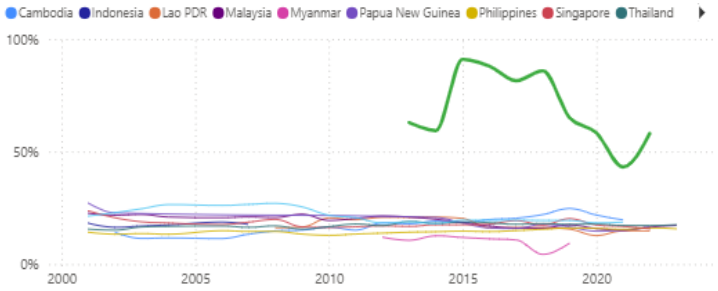
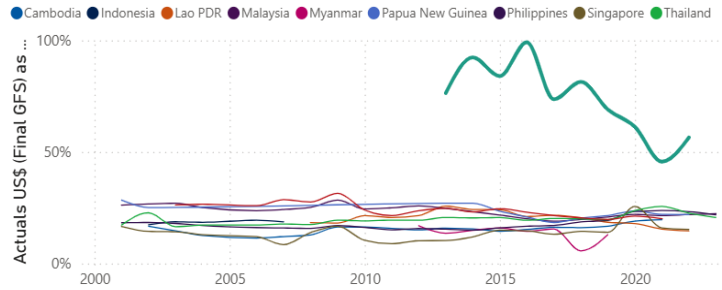


Figura 12. Despesas em % do PIB (BCG) – ASEAN



Source: TiFIS

Há fortes argumentos a favor do desenvolvimento de medidas tanto de política fiscal como de administração fiscal para aumentar as receitas internas. O desenvolvimento da política do IVA é um primeiro passo positivo, mas agora tem de se traduzir na sua implementação e numa cobrança de receitas mais eficaz.

Uma das principais fraquezas da estratégia de receitas de Timor-Leste é o facto de parecer haver um investimento insuficiente na própria administração do sistema fiscal. Os dados internacionais demonstram consistentemente que a administração fiscal é uma das áreas de maior retorno no investimento em capacidades essenciais do Estado. Nos países da OCDE e noutras administrações participantes, o custo da administração fiscal situa-se normalmente entre 0,5 % e 1,5 % da receita líquida arrecadada, o que indica que mesmo os sistemas com recursos relativamente abundantes operam com um custo administrativo baixo em relação à receita que garantem. Isto significa que, se Timor investir 1 dólar na administração fiscal, obterá 100 dólares a mais em retorno.

Mais importante ainda para Timor-Leste, o trabalho comparativo do FMI entre países conclui que o reforço da capacidade da administração fiscal pode aumentar as receitas fiscais em cerca de 1,8 pontos percentuais do PIB quando as administrações passam de níveis de desempenho mais fracos para níveis mais moderados, enquanto os processos de reforma sustentados têm gerado ganhos de 2 a 3 pontos percentuais do PIB ao longo do tempo e, em alguns casos, mais do que isso após vários anos. Uma análise mais recente do FMI sugere

também que a melhoria da eficácia da administração fiscal pode aumentar as receitas em cerca de 0,6% do PIB apenas através do cumprimento das obrigações em matéria de IVA, com ganhos indiretos mais amplos noutros impostos a elevar o total para cerca de 1,3% do PIB.

A lição prática em termos de políticas é simples: cada dólar adicional bem gasto no sistema fiscal pode gerar um montante muitas vezes superior a esse valor em receitas adicionais. O retorno exato depende das condições iniciais e da qualidade da reforma, mas a referência internacional é clara: o investimento em sistemas de conformidade, registo, fiscalização da apresentação de declarações, auditoria, cruzamento de dados, controlos aduaneiros e administração dos grandes contribuintes está normalmente entre as formas de despesa pública com maior rendimento à disposição de um ministério das finanças. Para Timor-Leste, isto implica que uma administração fiscal mais forte não deve ser tratada como um custo operacional menor, mas sim como um investimento fiscal estratégico capaz de ajudar a financiar o próprio Estado.

A análise do espaço orçamental indica que a tributação continua a ser uma importante fonte inexplorada de capacidade orçamental adicional, estimada em mais de 400 milhões de dólares, ou cerca de 15 por cento do PIB, embora a expansão da base tributária venha a ser um desafio político. Um ponto de partida prático seria estabelecer um sistema tributário de base ampla com taxas iniciais baixas através do novo processo de proposta de políticas e, posteriormente, expandi-lo gradualmente à medida que as condições políticas e técnicas o permitam.

As receitas geradas pelos setores são também muito limitadas. Entre 2013 e 2024, foram arrecadados e depositados na Conta Única do Tesouro (TSA) apenas 18,3 milhões de dólares, dos quais 70% (13 milhões de dólares) provieram de propinas universitárias.

As opções de política de receitas para o processo do NPP do Orçamento de 2027 incluem:

- ***Desenvolver políticas fiscais que visem cobrir as despesas correntes*** a médio prazo, começando com um sistema de IVA simples, mas com uma taxa muito baixa, a implementar em 2027;
- ***Melhorar a cobrança de taxas aos utilizadores*** em setores-chave, incluindo serviços públicos, serviços de utilidade pública e saúde; e
- ***Reforçar as políticas*** e os sistemas ***de contribuição dos funcionários públicos*** relacionados com a utilização pessoal de bens do Estado.

Opção PPG 3: Sobre o investimento no sistema de receitas internas

O Ministério das Finanças deverá apresentar uma nova proposta de política sobre a implementação do IVA, melhorias no cumprimento das obrigações fiscais e aduaneiras e uma nova política de tarifação dos utilizadores. A proposta deverá definir um percurso prático para a introdução de um IVA simples e de base ampla, com uma taxa inicial baixa, incluindo disposições transitórias, definição de limiares, tratamento de bens e serviços essenciais, preparação administrativa, sensibilização dos contribuintes e a sequência necessária para minimizar os transtornos para as famílias e as empresas. Deverá também identificar medidas complementares para reforçar o desempenho das receitas através de um melhor cumprimento das obrigações fiscais e aduaneiras, incluindo melhorias no registo, na apresentação de

declarações, na cobrança de pagamentos, na auditoria baseada no risco, nos controlos fronteiriços e na partilha de dados entre as agências fiscais.

Além disso, a proposta deverá apresentar opções para um quadro de taxas de utilização mais claro e coerente em todos os serviços públicos, com especial atenção à acessibilidade financeira, à recuperação de custos, à equidade e aos setores em que as taxas poderiam ser alargadas ou melhor aplicadas. A proposta deverá avaliar os ganhos de receitas esperados, os custos de implementação, os impactos distributivos, os riscos políticos e administrativos, bem como a medida em que estas reformas poderão reduzir a dependência a longo prazo do financiamento do Fundo do Petróleo, reforçando simultaneamente a base de receitas internas ao longo do tempo.

Impacto orçamental ao longo dos FEs: -165 milhões de dólares

PPG 4: Reduzir as ineficiências

As estimativas do Ministério das Finanças indicam que Timor está a incorrer em perdas decorrentes de ineficiências de cerca de 14 % do PIB (c$384m por ano), causadas por sistemas fracos, culturas institucionais improdutivas e fragmentação das políticas (verFigura 3 acima na página nº 4). As ineficiências nas despesas estão a resultar em gastos excessivos nos locais errados e numa relação custo-benefício muito fraca quando os recursos são gastos nas políticas certas. Melhorar a eficiência é uma tarefa muito difícil de abordar, tanto do ponto de vista técnico como político, mas pode ser alcançada concentrando-se na resolução sistemática das questões mais importantes através de processos orçamentais anuais cumulativos.

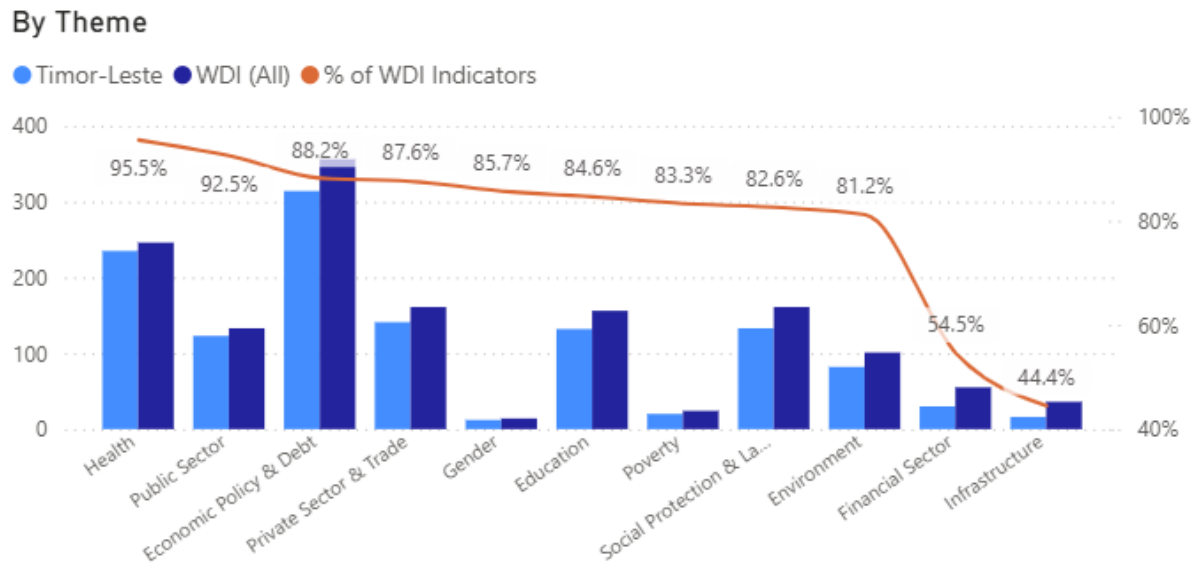
Uma lacuna na resolução do problema da ineficiência reside no facto de os dados financeiros e não financeiros detidos por diferentes organismos não serem suficientemente bem utilizados para detetar e resolver problemas de ineficiência. O Ministério das Finanças (MdF) iniciou o processo para utilizar melhor os dados disponíveis, com vista a ajudar a reduzir as ineficiências e a desenvolver opções que apoiem as prioridades políticas. Ainda só foi dado um primeiro passo, com a integração nas bases de dados do MdF das estatísticas publicamente disponíveis fornecidas pelo WDI, embora os indicadores do WDI apresentem um atraso de 2 a 5 anos e Timor-Leste registe um baixo nível de conformidade em áreas-chave como as infraestruturas, o ambiente e a proteção social (verFigura 13). É necessário mais trabalho para permitir que o MdF e as agências responsáveis pelas despesas tenham acesso atempado e fiável a todas as bases de dados do governo.

Recomenda-se que o Governo se concentre anualmente num número limitado de ineficiências importantes, selecionadas a partir de uma lista mais ampla com base na viabilidade política e técnica. Tal ajudaria a garantir que as reformas sejam implementadas de forma segura, sistemática e controlável.

Problemas de sobredotação e subdotação orçamentais. A sobredotação orçamental ocorre quando a despesa real é inferior à prevista, enquanto a subdotação orçamental ocorre quando a despesa excede o orçamento. Ambas são formas significativas de ineficiência alocativa que enfraquecem a credibilidade orçamental e reduzem a qualidade da despesa. Os programas com maior sobredotação orçamental (verTabela 6) e maiores problemas de subdotação orçamental

(verTabela 7 abaixo) revelam que centenas de milhões de dólares não estão a ser alocados de forma eficiente.

Figura 13. Estatísticas do WDI de Timor-Leste — % de todos os indicadores do WDI por tema



Fonte: TiFIS

Os esforços não devem ser direcionados para problemas cuja resolução não seja, atualmente, realista. Uma abordagem mais prática consiste em abordar um pequeno número de questões prioritárias todos os anos através do processo orçamental e apresentar opções para apreciação da CRP, incluindo medidas específicas para resolver os problemas persistentes de sobredotação e sub-orçamentação, bem como as operações mais ineficientes.

Tabela 6. Programas com os maiores problemas de orçamentação excessiva

B2A < 40% and Original Budget >$1m

Fiscal Year	2022			2023			2024			Total		
Program	Orig. Bud	Est. Act	B2A	Orig. Bud	Est. Act	B2A	Orig. Bud	Est. Act	B2A	Orig. Bud	Est. Act	B2A
A07 Contributory Capitalization Scheme				162,007,651			254,795,707	17,375,886	7%	**416,803,358**	**17,375,886**	**4%**
26 Roads and Bridges	96,969,040			100,358,920			5,011,459	489,789	10%	**202,339,419**	**489,789**	**0%**
148 Contingency	29,500,000			66,000,000			44,900,000	0	0%	**140,400,000**	**0**	**0%**
25 Administrative Decentralization and Local Power	28,360,065			99,952,950						**128,313,015**		
28 Rural and Urban Development	70,580,189			14,003,854						**84,584,043**		
23 Public Financial Management	43,680,108			36,489,008						**80,169,116**		
510 Functioning and Institutional Development				51,808,437	3,824,611	7%	13,882,538	3,570,636	26%	**65,690,975**	**7,395,247**	**11%**
809 Airport	38,539,116	3,865,350	10%	14,001,297	1,939,022	14%	4,301,437	318,087	7%	**56,841,850**	**6,122,460**	**11%**
805 Health	23,664,159	3,099,311	13%	19,720,302	2,221,430	11%	4,005,660	1,150	0%	**47,390,121**	**5,321,891**	**11%**
510 Good Governance and Institutional Management	40,050,313	7,087,157	18%							**40,050,313**	**7,087,157**	**18%**
401 Management of Petroleum And Mineral Resources							40,000,000	0	0%	**40,000,000**	**0**	**0%**
977 Maintenance, Rehabilitation and Response to the Structures Damaged by Calamity				1,657,100			30,000,000	0	0%	**31,657,100**	**0**	**0%**
980 Gender Equality and Social	28,820,000	1,742,056	6%	831,234	197,810	24%	1,195,138	199,369	17%	**30,846,372**	**2,139,235**	**7%**
867 Development and Strengthening of Areas with Special Administrative and Economic Treatment	5,707,778	252,431	4%	20,796,937	1,037,406	5%	4,206,264	217,959	5%	**30,710,979**	**1,507,796**	**5%**
867 Development and Reinforcement of Zones with Special Administrative and Economic Treatment	23,700,466	57,294	0%							**23,700,466**	**57,294**	**0%**
366 National Security	18,294,766	5,534,536	30%	3,700,879			1,500,000	0	0%	**23,495,645**	**5,534,536**	**24%**
802 Electricity	5,207,239	294,738	6%	2,000,000	754,778	38%	14,264,262	0	0%	**21,471,501**	**1,049,516**	**5%**
252 Telecommunications	15,500,000	5,798,695	37%							**15,500,000**	**5,798,695**	**37%**
979 Education and Training	4,100,000	594,249	14%	7,601,250	109,043	1%	82,432	0	0%	**11,783,682**	**703,292**	**6%**
977 Maintenance, Rehabilitation and Response to Disaster Damaged	11,628,710									**11,628,710**		
Total	**503,383,011**	**29,939,587**	**6%**	**640,968,429**	**15,959,477**	**2%**	**472,676,982**	**34,352,242**	**7%**	**1,617,028,422**	**80,251,305**	**5%**

Fonte: TiFIS

As despesas continuam desequilibradas em algumas áreas (investimento agregado excessivo ou insuficiente para alcançar resultados satisfatórios) **e ineficientes** noutras (resultados insatisfatórios para o nível de investimento realizado ou dinheiro alocado e distribuído a políticas de baixa prioridade).

Outra opção política para resolver o problema do desequilíbrio consiste em adotar um conjunto de parâmetros de referência, comparadores e metas **de desempenho fiscal a médio prazo**, para ajudar as diferentes partes interessadas a compreender em que ponto a TL se encontra em relação ao que deveria ser. Com a adoção de um sistema de avaliação de desempenho contínuo, tal abordagem é agora viável.

Tabela 7. Programas com os maiores problemas de suborçamentação

Fiscal Year	2022			2023			2024			Total		
Program	Orig. Bud	Est. Act	B2A	Orig. Bud	Est. Act	B2A	Orig. Bud	Est. Act	B2A	Orig. Bud	Est. Act	B2A
802 Electricity	91,650,000	150,742,430	164%				2,049,983	3,508,609	171%	**93,699,983**	**154,251,039**	**165%**
983 Investment and Economic Diversification	1,690,137	50,577,587	2993%	11,000,000	21,111,111	192%				**12,690,137**	**71,688,699**	**565%**
980 Gender Equality and Social	42,036,495	67,360,055	160%	1,500,000	2,088,400	139%				**43,536,495**	**69,448,455**	**160%**
510 Good Governance and Institutional Management	4,167,561	6,946,612	167%	18,412,191	23,199,708	126%	17,352,651	35,957,098	207%	**39,932,403**	**66,103,419**	**166%**
805 Health	7,361,566	13,536,061	184%	15,758,910	27,135,434	172%	4,919,915	13,002,237	264%	**28,040,391**	**53,673,732**	**191%**
025 Administrative Decentralization and Local Power				0	26,091,323		26,839,094	25,742,732	96%	**26,839,094**	**51,834,055**	**193%**
023 Public Financial Management				0	23,340,265		29,099,664	27,355,510	94%	**29,099,664**	**50,695,775**	**174%**
979 Education and Training				15,923,403	34,467,467	216%				**15,923,403**	**34,467,467**	**216%**
366 National Security	17,488,085	29,661,893	170%	2,243,500	3,257,378	145%	693,994	676,610	97%	**20,425,579**	**33,595,881**	**164%**
26 Roads and Bridges				0	11,922,656		13,396,866	16,625,610	124%	**13,396,866**	**28,548,266**	**213%**
026 Roads and Bridges				0	13,179,931		9,114,598	10,547,314	116%	**9,114,598**	**23,727,245**	**260%**
529 Secondary and tertiary health care							6,000,000	16,199,892	270%	**6,000,000**	**16,199,892**	**270%**
510 Functioning and Institutional Development				1,110,973	1,457,166	131%	8,105,905	11,417,731	141%	**9,216,878**	**12,874,897**	**140%**
867 Development and Strengthening of Areas with Special Administrative and Economic Treatment	7,713,671	11,542,171	150%							**7,713,671**	**11,542,171**	**150%**
797 Agriculture				2,647,200	1,744,194	66%	2,095,500	5,250,796	251%	**4,742,700**	**6,994,990**	**147%**
028 Rural and Urban Development				0	4,526,879		1,831,426	1,826,345	100%	**1,831,426**	**6,353,224**	**347%**
867 Development and Reinforcement of Zones with Special Administrative and Economic Treatment	3,766,800	5,548,990	147%							**3,766,800**	**5,548,990**	**147%**
977 Maintenance, Rehabilitation and Response to the Structures Damaged by Calamity				1,024,419	2,116,371	207%	1,900,978	2,231,702	117%	**2,925,397**	**4,348,074**	**149%**
A08 Information and Communications Technology				1,397,522	2,331,957	167%	101,915	90,651	89%	**1,499,437**	**2,422,608**	**162%**
400 Timor-Leste Foreign Policy				700,000	1,737,106	248%	380,000	156,860	41%	**1,080,000**	**1,893,966**	**175%**
Total	**175,874,315**	**335,915,799**	**191%**	**71,718,118**	**199,707,346**	**278%**	**123,882,489**	**170,589,699**	**138%**	**371,474,922**	**706,212,845**	**190%**

Fonte: TiFIS

Para criar eficiências de forma geral, outras novas opções de prioridades políticas incluem:

1. **Reformas,** tais como a melhoria da orçamentação baseada em políticas e no desempenho, a utilização de Inteligência Artificial (IA) para ajudar a detetar e dissuadir todas as formas de ineficiência, a construção de culturas institucionais e o combate à corrupção institucional — estas medidas podem ser orçamentadas e antecipadas.

2. **A reorientação de políticas**, programas e projetos **existentes** que não constituem a máxima prioridade deste governo — estes podem ser orçamentados e antecipados; e

3. **Associar o financiamento contínuo das atividades existentes a melhorias de eficiência** a médio prazo, recorrendo ao sistema de estimativas prospectivas baseadas em parâmetros (por exemplo, atribuir às atividades um prazo de 1 a 3 anos para demonstrarem eficiência numa escala de financiamento decrescente). No caso de atividades suspeitas de corrupção ou de fraco desempenho, é possível identificar um conjunto destas para reduções de financiamento baseadas em parâmetros, enquanto se

aguarda a comprovação de que as intervenções existentes são eficientes e estão a produzir resultados políticos de elevada prioridade.

Opção PPG 4: Sobre a redução das ineficiências

O Ministério das Finanças (MdF), o Ministério da Saúde (MdS), o Ministério da Educação (MdE), o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas (MAPPF) e a CAC devem apresentar uma proposta de política conjunta sobre a redução de ineficiências, com foco no reforço da partilha de dados, na melhoria da qualidade e gestão dos dados e na criação de sistemas para detetar, dissuadir e responder de forma mais eficaz à ineficiência, ao desperdício e à corrupção.

Impacto orçamental estimado ao longo das Estimativas Futuras: -50 milhões de dólares

PPG 5: Tornar a ajuda mais eficiente

A ajuda adicional é reduzida, mas continua a ser uma fonte importante de todo o espaço orçamental (cerca de 10 %), no valor de 155 milhões de dólares. A ajuda pode vir acompanhada de condições (por exemplo, ajuda vinculada e condições onerosas) e pode também ser muito ineficiente devido a elevadas despesas gerais e custos associados aos níveis de rendimento elevados do país (por exemplo, o custo do pessoal do Banco Mundial ou de consultores internacionais residentes é 10 a 20 vezes superior ao de consultores nacionais especializados).

A ajuda pode ser muito ineficiente. Em 2023, a ajuda canalizada através de todos os canais equivalia a quase 19% da despesa pública, mas a ajuda canalizada através dos sistemas governamentais era muito inferior, situando-se nos 4,9%. Isto sugere que existe uma margem significativa para melhorar a eficiência e a eficácia da ajuda através de uma maior utilização dos sistemas nacionais e de modelos de prestação de menor custo (verTabela 8 eTabela 9). Aumentar a percentagem da ajuda canalizada através do governo para 50% duplicaria o montante atual administrado através de canais governamentais, para aproximadamente 73 milhões de dólares americanos.

Tabela 8. Total da ajuda em % das despesas por COFOG

Item and Code 2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
705-Environmental protection	424.9%	128.6%	189.5%	308.9%	164.1%	293.2%	263.2%	224.2%	44.1%	58.2%	38.6%	**288.6%**
703-Public order and safety	91.1%	36.6%	25.7%	25.6%	30.2%	21.0%	24.7%	35.7%	39.9%	38.8%	34.5%	**147.3%**
701-General public services	23.6%	16.0%	15.7%	16.7%	31.3%	47.8%	21.8%	44.7%	35.6%	21.6%	31.0%	**57.7%**
707-Health	40.1%	41.9%	39.9%	45.2%	34.5%	26.1%	40.3%	26.1%	32.5%	30.6%	30.7%	**53.8%**
709-Education	33.4%	27.5%	23.4%	32.8%	30.8%	35.2%	42.9%	41.3%	27.6%	31.3%	29.7%	**53.7%**
706-Housing and community amenities	44.9%	41.8%	74.0%	67.0%	157.7%	186.9%	65.5%	26.1%	5.2%	1.5%	9.1%	**45.1%**
704-Economic affairs	16.7%	13.8%	14.5%	10.4%	16.3%	13.9%	18.2%	20.9%	13.4%	11.9%	13.7%	**20.6%**
710-Social protection	1.5%	9.8%	2.9%	1.5%	1.6%	6.2%	1.1%	0.6%	2.6%	2.3%	9.2%	**8.0%**
708-Recreation, culture and religion	2.4%	2.7%	1.4%	1.3%	0.9%	1.6%	0.9%	1.0%	1.4%	1.4%	0.7%	**4.3%**
Total	**24.1%**	**19.0%**	**16.9%**	**15.0%**	**20.7%**	**20.3%**	**20.4%**	**23.3%**	**18.4%**	**14.1%**	**19.0%**	**37.8%**

Fonte: TiFIS

Tabela 9. Ajuda canalizada através do Governo em % das despesas por COFOG

Item and Code 2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
705-Environmental protection	126.4%	27.0%	46.0%	74.9%	44.2%	31.6%	12.0%	27.8%	3.6%	8.5%	1.4%	**43.4%**
707-Health	10.6%	12.2%	6.6%	10.5%	10.1%	9.4%	15.3%	11.4%	7.5%	6.8%	10.2%	**11.1%**
704-Economic affairs	8.9%	8.7%	9.7%	6.5%	8.6%	9.0%	13.2%	10.8%	6.3%	6.8%	7.2%	**9.7%**
701-General public services	6.3%	4.5%	5.0%	4.9%	9.5%	13.0%	3.5%	11.8%	11.4%	2.7%	2.9%	**7.1%**
709-Education	7.2%	5.1%	8.0%	8.7%	7.3%	12.9%	16.4%	1.0%	0.8%	3.0%	1.6%	**6.9%**
706-Housing and community amenities	4.2%	2.0%	7.1%	17.5%	11.4%	5.4%	3.0%	1.0%	1.1%	1.1%	7.9%	**5.9%**
703-Public order and safety	6.0%	0.4%	0.3%	0.2%	0.0%	0.4%	0.0%	1.6%	0.2%	0.5%	7.5%	**1.6%**
710-Social protection	0.2%	0.3%	0.2%	0.3%	0.2%	0.2%	0.3%	0.1%	1.0%	0.0%	2.8%	**0.7%**
708-Recreation, culture and religion		0.8%	0.7%	0.4%	0.5%	0.9%	0.3%	0.1%	0.0%		0.1%	**0.3%**
Total	**6.7%**	**5.7%**	**6.4%**	**5.8%**	**7.0%**	**7.8%**	**8.8%**	**7.0%**	**4.6%**	**3.6%**	**4.9%**	**7.0%**

Fonte: TiFIS

As preocupações dos doadores quanto aos riscos fiduciários e de desenvolvimento também podem limitar o volume e a modalidade da ajuda. Uma resposta prática consiste em alargar os acordos baseados em resultados ou de pagamento por desempenho, ao abrigo dos quais os parceiros de desenvolvimento efetuam os pagamentos com base em resultados ou efeitos verificados de forma independente, em vez de despesas iniciais. Isto pode ajudar a reduzir as preocupações de que os fundos transferidos possam ser mal utilizados, ao mesmo tempo que cria incentivos mais fortes para a execução. Embora os recursos públicos continuem a ser fungíveis na prática, tais abordagens podem ainda melhorar a prestação de contas, reforçar a monitorização e facilitar aos doadores a justificação de uma maior utilização dos sistemas nacionais, sempre que o desempenho possa ser demonstrado.

Devem ser desenvolvidas opções para aumentar a percentagem da ajuda canalizada através dos sistemas **governamentais**, em condições aceitáveis tanto para os doadores como para o Governo de Timor-Leste. Aumentar esta percentagem para 75% colocaria 146 milhões de dólares adicionais sob a gestão direta do governo. O aumento poderia ser condicionado a progressos satisfatórios nas principais reformas e áreas de execução que o governo já está a levar a cabo. Devem ser introduzidas melhorias na forma como toda a ajuda, incluindo a assistência em espécie, é integrada no orçamento, nomeadamente no que diz respeito à conformidade com as normas IPSAS.

Opção PPG 5: Sobre tornar a ajuda mais eficiente

O Ministério das Finanças, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Ministério da Educação e o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas apresentarão uma proposta de política conjunta sobre o aumento da percentagem da ajuda ao desenvolvimento canalizada através dos sistemas governamentais, com foco na melhoria da eficiência da ajuda, na redução dos custos de prestação, no reforço dos sistemas nacionais e na identificação das reformas e salvaguardas necessárias para melhorar a forma como esta é registada nos orçamentos e nas demonstrações financeiras, bem como para aumentar a confiança dos doadores na implementação gerida pelo governo.

Impacto orçamental estimado ao longo das Estimativas Futuras: 0 milhões de dólares (saldo orçamental) + 50 milhões de dólares em despesas

2: Pressões políticas do Governo central

As pressões do governo central são significativas. As principais áreas de preocupação prendem-se com: i) os elevados custos dos salários e subsídios da função pública; ii) o desequilíbrio no investimento em assuntos económicos, com subsídios à eletricidade muito elevados e receitas da eletricidade muito baixas; iii) os elevados custos de políticas de proteção social de âmbito restrito; iv) o baixo financiamento destinado à ordem pública e à segurança; v) as ineficiências causadas por políticas fracas nas áreas da saúde e da educação; e v) uma estratégia de infraestruturas a médio e longo prazo pouco clara.

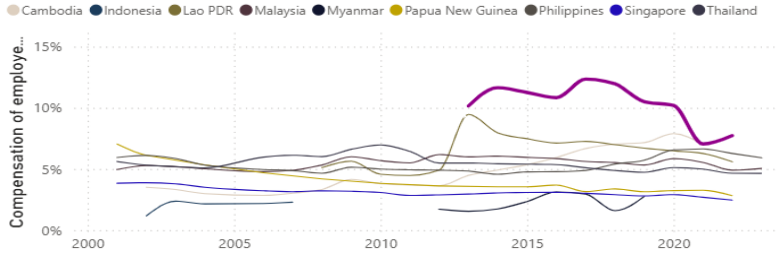
Outras questões para o governo central estão relacionadas com despesas-chave, tais como combustível, viagens e restauração, e com temas transversais, como o apoio às mulheres, às raparigas e às pessoas com deficiência. Estão a revelar-se graves problemas na execução orçamental, evidenciados pelo fraco desempenho na execução do orçamento e por um aumento significativo das transferências orçamentais. Verificam-se desenvolvimentos positivos nas áreas das aquisições e da contratação, que resultaram numa boa informação sobre empreiteiros e fornecedores.

PPG 6: Controlo dos Níveis de Efectivos e do Profissionalismo

Os níveis de efetivos e os custos da função pública são elevados porque os controlos de organograma não estão a funcionar de forma eficaz. Em percentagem do PIB, Timor-Leste tem a despesa salarial mais elevada da ASEAN, o que não é invulgar para um país altamente dependente dos recursos naturais (verFigura 14). No entanto, tanto os custos salariais per capita constantes como os atuais aumentaram significativamente (verFigura 15), impulsionados principalmente pelo crescimento do número de funcionários (Figura 17). A análise revelou ainda que os salários médios mensais aumentaram a um ritmo superior ao da inflação, que foram utilizados regimes salariais especiais para compensar determinados grupos de interesse, que o número de pessoal temporário e de contratados tem vindo a crescer de forma constante e que existem sinais de aumentos do emprego na véspera das eleições.

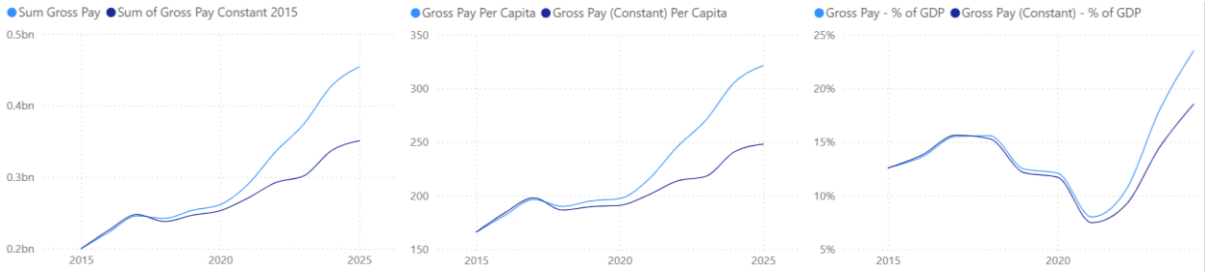
Os maiores aumentos verificaram-se nos trabalhadores temporários, na educação, no pessoal temporário e na defesa (verFigura 17) antes das últimas eleições. O número de trabalhadores temporários subiu de um nível há muito estável de cerca de 6 800 para 26 784 em 2025; na educação, aumentou de cerca de 7 500 para 15 555 em 2025; o pessoal temporário passou de 806 em 2017 para 3 639 em 2023, antes de registar uma queda acentuada em 2024; e o número de funcionários na Defesa aumentou de cerca de 2 200 para 3 424 em 2025. Todos estes aumentos ocorreram antes das eleições de 2023.

Figura 14. Comparadores de remuneração dos funcionários – ASEAN



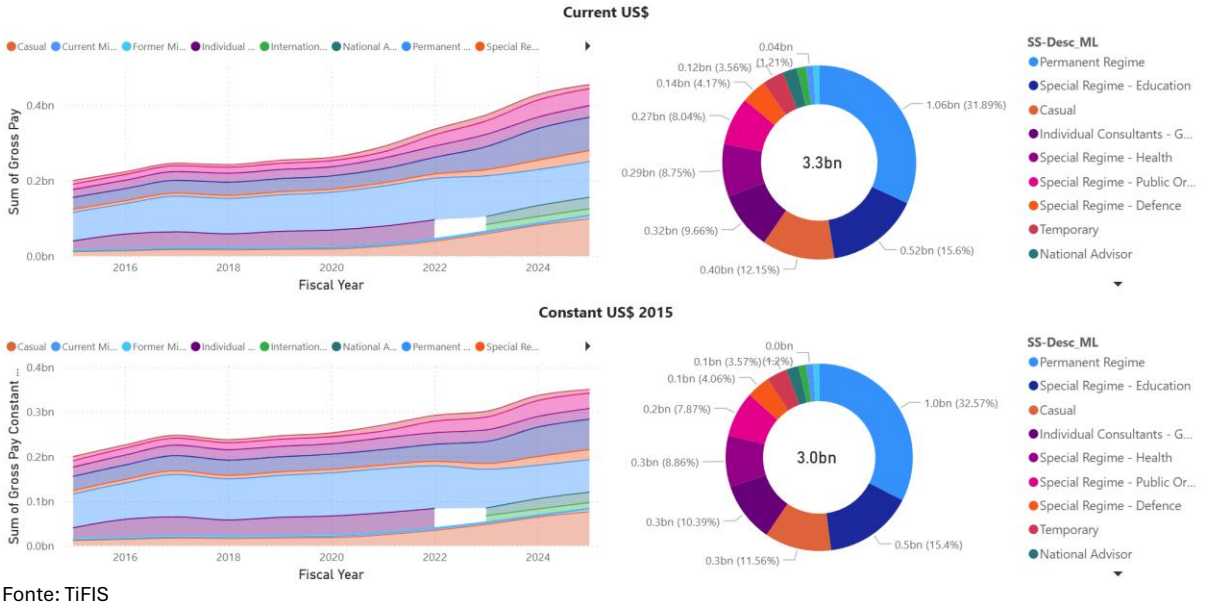
Fonte: TiFIS

Figura 15. Remuneração bruta – Valores reais e per capita – Constantes e atuais



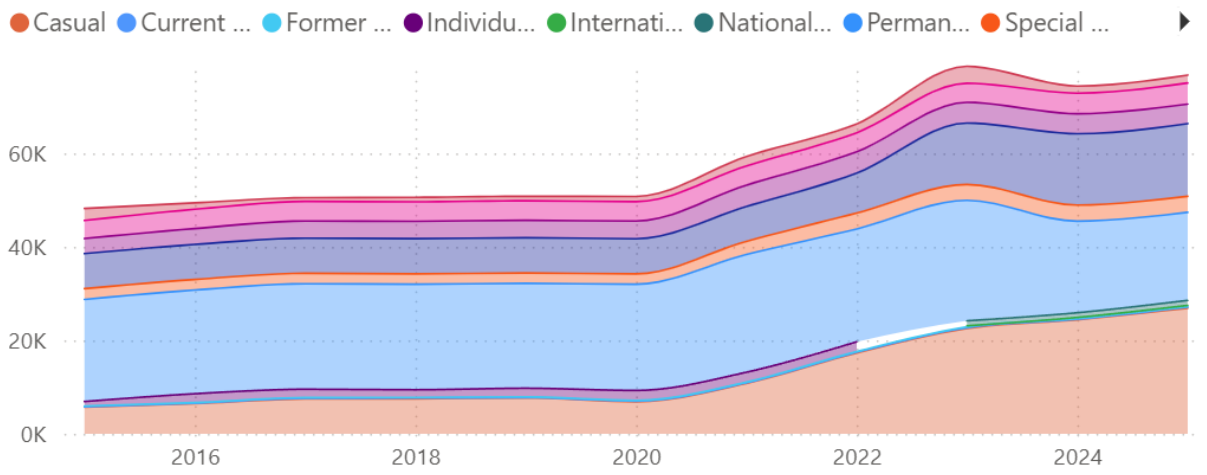
Fonte: TiFIS

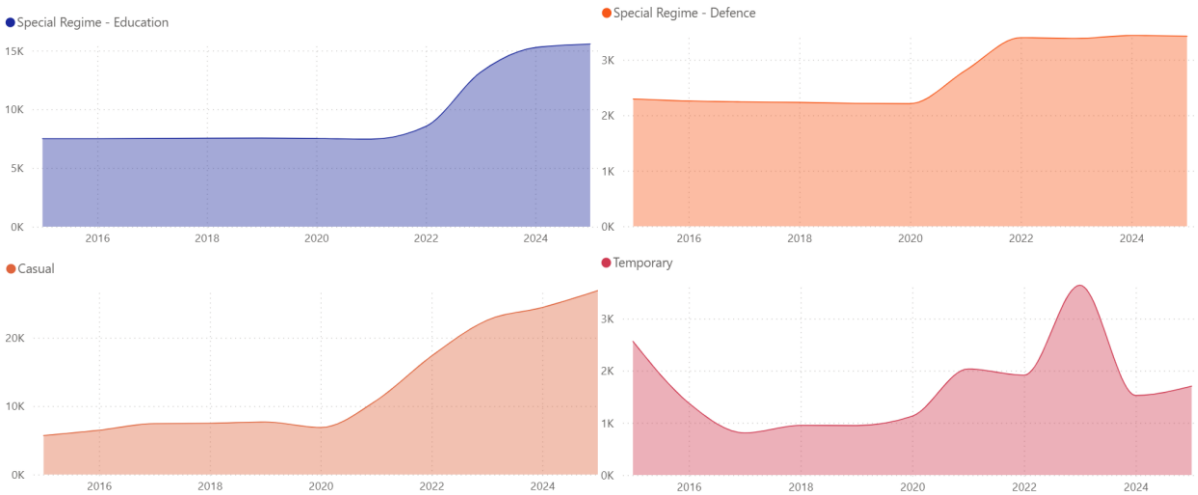
Figura 16. Remuneração bruta – por grupo de emprego (constante e atual)



Fonte: TiFIS

Figura 17. Tendências no número de funcionários





Fonte: TiFIS

O resultado é uma função pública cada vez mais injusta e dispendiosa, que corre o risco de se tornar cada vez mais ineficiente. É necessário desenvolver políticas para profissionalizar ainda mais a função pública e reduzir quaisquer problemas de politização excessiva.

Opção PPG 6: sobre o controlo dos níveis de efetivos e o reforço do profissionalismo

A Comissão da Função Pública (CFP) e o Ministério das Finanças apresentarão uma proposta de política conjunta sobre o controlo da dimensão e dos custos da função pública, com foco no reforço dos controlos de efetivos, na gestão do crescimento do pessoal, na melhoria do planeamento da força de trabalho e na construção, ao longo do tempo, de um serviço público mais profissional, independente e menos politizado.

Impacto orçamental estimado ao longo das Estimativas Futuras: -60 milhões de dólares

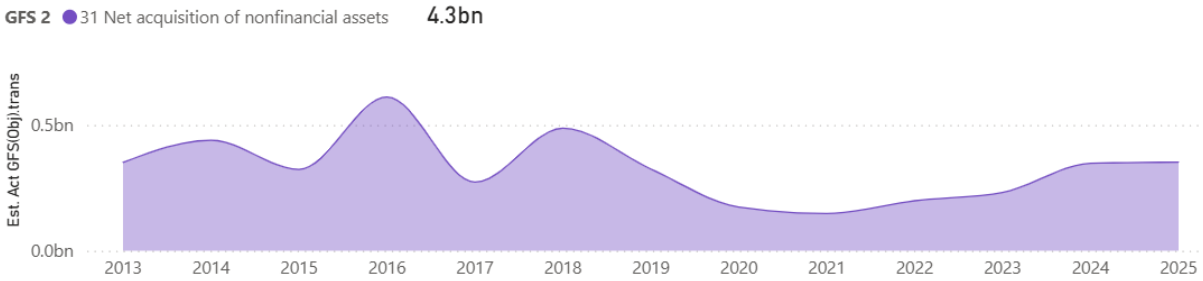
PPG 7: Estratégia de Infraestruturas para o Crescimento e o Emprego

Ativos não financeiros, capital e desenvolvimento

Desde 2013, foram gastos 4,3 mil milhões de dólares em ativos não financeiros e 3,7 mil milhões de dólares em capital e desenvolvimento. Os investimentos atingiram o pico em 2016, com 0,6 mil milhões de dólares gastos, tendo depois diminuído ao longo do tempo até um mínimo de 150 milhões de dólares em 2021, valor que, desde então, tem vindo a recuperar. A maior parte das despesas destinou-se a edifícios e estruturas (3,3 mil milhões de dólares), seguida de maquinaria e equipamento (0,5 mil milhões de dólares). (VerFigura 18 .)

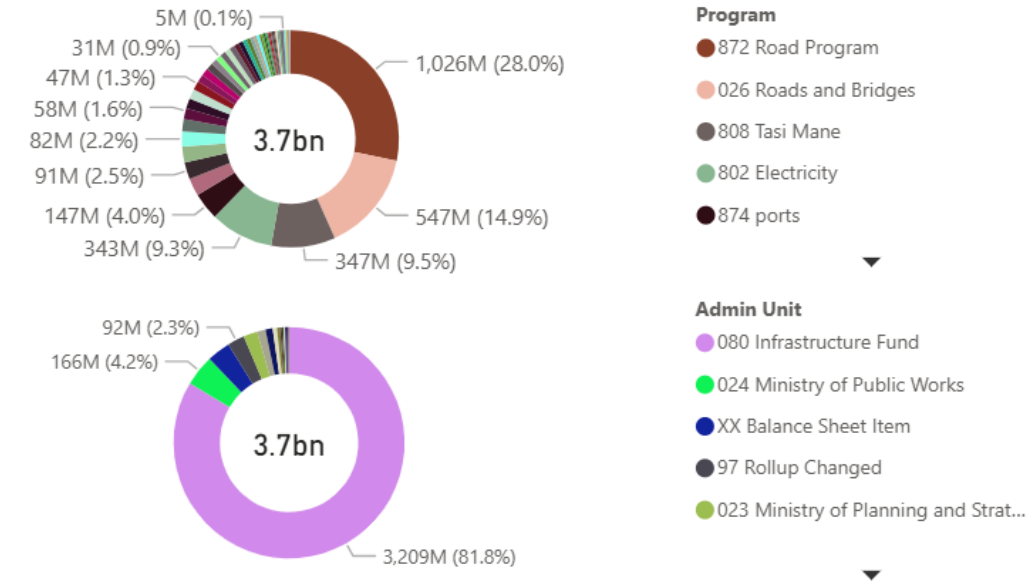
Os três maiores programas na categoria de despesas de desenvolvimento de capital (3,7 mil milhões de dólares) representaram 1,8 mil milhões de dólares, incluindo Estradas (1,6 mil milhões de dólares), Tasi Mane (0,55 mil milhões de dólares) e Eletricidade (0,35 mil milhões de dólares). 82% (3 mil milhões de dólares) de todas as despesas de capital e desenvolvimento foram realizadas através do Fundo de Infraestruturas. O Ministério das Obras Públicas (MOP) ocupou o segundo lugar, com 4,2% (166 milhões de dólares) (verFigura 19).

Figura 18. Aquisição de ativos não financeiros (GFS) 2013-25 US$



Fonte: TiFIS

Figura 19. Capital e Desenvolvimento por Programas e Partes dos Ministérios - 2013-2 5



Fonte: TiFIS

Tabela 10. Principais Programas de Investimento e Desenvolvimento 2023-25

Program	2023	2024	2025	Total
026 Roads and Bridges	99,264,920	149,250,969	192,791,544	**441,307,432**
977 Maintenance, Rehabilitation and Response to Disaster Damaged Structures	10,072,778	25,428,218	26,881,318	**62,382,315**
A08 Information and Communications Technology	16,123,629	26,209,575	11,061,786	**53,394,991**
028 Rural and Urban Development	8,484,566	18,921,578	4,633,563	**32,039,707**
510 Functioning and Institutional Development	5,965,835	6,783,873	12,572,157	**25,321,865**
867 Development and Strengthening of Areas with Special Administrative and Economic Treatment	13,865,764	4,202,531	4,043,588	**22,111,883**
A39 Agriculture, Horticulture, Coffee and Industrial and Annual Plants			21,065,891	**21,065,891**
797 Agriculture	5,202,590	11,629,421		**16,832,011**
980 Social Inclusion	3,138,553	8,089,260	5,053,592	**16,281,405**
809 Airport	1,695,698	499,371	14,003,839	**16,198,908**
802 Electricity	1,694,118	6,898,134	3,497,587	**12,089,840**
025 Administrative Decentralization and Local Authority			9,473,988	**9,473,988**
798 Water and sanitation	1,088,022	6,002,893	1,159,872	**8,250,787**
023 Public Financial Management	2,117,300	2,325,206	3,223,098	**7,665,605**
979 Education and Training	3,056,971	3,771,878		**6,828,849**
805 Health	3,523,653	3,149,636	46,490	**6,719,779**
388 National Defense	1,004,806	3,679,937	1,272,603	**5,957,346**
366 National Security	1,874,036	952,414	2,905,444	**5,731,894**
A32 Sustainable Increase in Productivity and Production		5,177,621		**5,177,621**
982 Tourism	40,494	4,596,600	511,503	**5,148,597**
Total	**187,187,705**	**300,142,327**	**326,912,531**	**814,242,563**

Fonte: TiFIS

O programa de Estradas e Pontes representou mais de metade (54 %) de todos os programas de capital e desenvolvimento nos últimos três anos (2023-25), com 441 milhões de dólares de um total de 814 milhões de dólares. O segundo maior foi o programa de manutenção e resposta

a catástrofes (62 milhões de dólares, ou 8 %), seguido das tecnologias da informação (53 milhões de dólares, ou 7 %) (verTabela 10 acima).

O Fundo de Infraestruturas

Tendências do Fundo de Infraestruturas

As operações do Fundo de Infraestruturas entre 2013 e 2025 foram dominadas pela formação de capital, com as despesas concentradas de forma esmagadora na aquisição de ativos fixos (verTabela 11). Ao longo desse período, foram gastos cerca de 3,2 mil milhões de dólares através do Fundo, e a característica económica dominante desses gastos foi a aquisição de ativos não financeiros, especialmente grandes infraestruturas fixas. Isto confirma que o FI tem funcionado principalmente como o principal veículo do Governo para o investimento de capital a longo prazo, em vez de como um instrumento de financiamento multifuncional mais abrangente. Na prática, o Fundo tem sido utilizado sobretudo para construir ativos físicos — estradas, pontes, infraestruturas elétricas, instalações públicas e outras grandes obras —, com um papel muito menor nas despesas recorrentes ou operacionais. O padrão geral reforça, portanto, a opinião de que o FI tem sido o principal canal através do qual o Estado tem tentado converter a riqueza petrolífera em infraestruturas públicas visíveis.

Por destino das despesas, os recursos do IF concentraram-se fortemente na área dos Assuntos Económicos, que representou cerca de 2,9 mil milhões de dólares do total das despesas entre 2013 e 2025 (verTabela 12). Dentro desse valor, só os transportes representaram cerca de 1,8 mil milhões de dólares, tornando-se de longe a subfunção dominante, enquanto a energia representou cerca de 0,4 mil milhões de dólares. Isto significa que a maior parte das despesas do FI foi direcionada para os sistemas físicos essenciais destinados a apoiar a conectividade, a mobilidade e a atividade económica, com as estradas e as infraestruturas de transportes relacionadas a assumirem claramente prioridade sobre outros setores. A dimensão desta concentração também ajuda a explicar por que razão os debates mais amplos sobre a eficácia do investimento público em Timor-Leste voltam frequentemente ao Fundo de Infraestruturas: este não tem sido simplesmente um mecanismo de financiamento, mas sim o instrumento central através do qual o Governo tem prosseguido as suas ambições de infraestruturas económicas mais vastas e visíveis.

Tabela 11. Demonstrações Financeiras do Fundo de Infraestruturas 2013-25

GFS 1	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
1 REVENUE	52,053									3,325,558	1,548,335	0	0	4,925,946
11 Taxes	15,120									3,325,558	1,548,335	0	0	4,889,013
14 Other revenue	36,933												0	36,933
2 EXPENSE		-22,376		645,253	845,265	1,314,258	914,946	858,289	930,057	888,848	873,142	1,121,517	1,329,077	9,698,276
21 Compensation of employees					29,298	47,629	29,687	28,900	30,480	33,616	739,164	876,213	1,122,227	2,937,212
22 Use of Goods & Services		-22,376		645,253	812,368	1,260,629	876,119	818,139	886,677	855,232	133,978	245,304	206,850	6,718,173
27 Social benefits											0			0
28 Other expense					3,600	6,000	9,140	11,250	12,900					42,890
3 CHANGE IN NET WORTH	210,954,530	310,696,011	239,812,946	548,994,715	231,100,497	456,179,812	275,983,984	137,879,803	79,709,906	110,574,594	128,944,102	223,561,048	228,406,973	3,182,798,919
31 Net acquisition of nonfinancial assets	210,954,530	310,696,011	239,812,946	548,994,715	231,100,497	456,179,812	275,983,984	137,879,803	79,709,906	110,574,594	128,944,102	223,561,048	228,406,973	3,182,798,919
311 Fixed assets	210,954,530	310,696,011	239,812,946	548,994,715	231,100,497	456,179,812	275,983,984	137,879,803	79,709,906	110,574,594	127,039,839	223,266,434	228,406,973	3,180,600,041
314 Nonproduced assets											1,904,263	294,614	0	2,198,877
Net Lending/Borrowing	-210,902,477	-310,673,635	-239,812,946	-549,639,968	-231,945,762	-457,494,070	-276,898,930	-138,738,092	-80,639,963	-108,137,883	-128,268,909	-224,682,565	-229,736,049	-3,187,571,248

Fonte: TiFIS

Tabela 12. Demonstrações de Despesas COFOG do Fundo de Infraestruturas 2013-25

COFOG1 (AFI)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
701-General public services	25,794,777	29,663,498	7,200,070	10,062,451	7,215,359	8,833,734	3,575,241	2,600,458	2,755,834	3,848,141	6,041,712	14,654,977	9,744,153	2,346,674	134,337,079
702-Defense	2,643,768	3,188,943	2,188,724	1,815,653	31,830	1,317,351	28,340	925,346	356,345	424,441	608,729	1,684,161	1,024,041	0	16,237,672
703-Public order and safety	2,843,852	2,675,743	1,604,932	1,668,108	401,368	625,767	3,013,556	43,106	2,510,240	968,330	4,514,512	930,043	4,253,363	975,697	27,028,617
704-Economic affairs	167,143,000	255,144,769	214,775,097	519,804,432	217,664,833	440,105,334	268,082,946	123,988,964	66,817,387	99,292,102	103,542,975	184,767,035	202,917,850	35,753,936	2,899,800,660
7041-General economic, commercial, and labor affairs	1,256,631	17,267,963	875,106	133,127,994	504,183	808,913	187,664	287,667	392,273	446,425	881,180	375,842	24,110	1,644,544	158,080,494
7042-Agriculture, forestry, fishing, and hunting	3,560,187	11,802,681	11,457,654	2,107,409	2,772,772	4,771,154	1,021,923	1,172,684	1,628,949	4,272,615	4,491,358	12,387,022	35,921,543	3,904,771	101,272,723
7043-Fuel and energy	86,592,050	117,110,485	56,556,872	59,877,196	13,494,673	26,022,250	16,926,037	3,107,640	870,144	5,638,956	1,855,751	5,412,474	3,661,712	16,972	397,143,215
7044-Mining, manufacturing, and construction												0	2,924,433	9,723,158	12,647,591
7045-Transport	73,849,245	97,871,986	131,875,317	245,202,876	175,223,629	349,884,618	216,317,214	103,904,890	61,237,102	79,320,071	75,007,243	94,048,008	130,844,436	19,402,738	1,853,989,373
7046-Communication	208,380	545,020	786,499	1,765,558	1,557,758	4,003,279	4,045,393	1,000,339		5,798,695	16,123,629	16,067,407	11,061,786	0	62,963,743
7047-Other industries	1,676,507	10,546,635	13,223,648	77,723,400	24,111,818	54,615,120	29,584,714	14,515,743	2,688,918	3,369,008	5,116,257	56,476,282	18,479,830	1,061,753	313,189,633
7048-R & D Economic affairs										446,332	67,556			0	513,888
7049-Economic affairs not elsewhere classified														0	0
705-Environmental protection	753,521	4,551,950	3,043,316	1,997,269	2,188,467	925,483	212,153	1,025,020	3,232,839	4,469,383	9,748,531	9,989,545	2,306,224	0	44,443,699
706-Housing and community amenities		2,403,462	4,396,518	1,214,138	1,382,114	2,876,458	1,252,683	7,102,266	3,324,186	1,295,698	1,218,078	4,882,817	1,254,082	1,149,970	33,752,471
707-Health	237,877	1,758,138	1,923,343	165,429	45,982	686,856	123,302	9,560		264,801	2,031,358	2,478,459	2,604,650	602,094	12,931,849
708-Recreation, culture and religion	1,514,940	1,341,329	915,236	3,571,841	1,958,131	1,970,864	464,885	3,043,373	588,243	151,159	828,208	2,296,490	3,424,176	937,494	23,006,370
709-Education	2,900,465	4,025,770	2,065,710	854,432	244,055	152,222	149,184		1,054,890	749,385	1,283,140	2,923,107	601,130	48,425	17,051,916
710-Social protection	7,129,370	5,920,026	1,700,000	8,486,216	813,622						0	75,932	1,606,380	0	25,731,546
Total	210,961,570	310,673,628	239,812,946	549,639,968	231,945,762	457,494,070	276,902,290	138,738,092	80,639,963	111,463,441	129,817,243	224,682,565	229,736,049	41,814,290	3,234,321,877

Fonte: TiFIS

Carteira de Projetos do Fundo de Infraestruturas

A carteira atual do Fundo de Infraestruturas indica um programa futuro de grande envergadura, com cerca de 2 mil milhões de dólares previstos para os próximos seis anos, mas a maior parte deste montante não é genuinamente nova (verTabela 13 eTabela 14 . Apenas cerca de 150 milhões de dólares da carteira parecem estar relacionados com novos projetos, enquanto o restante reflete projetos já existentes no sistema e que se prolongam ao longo do período futuro. Os maiores projetos individuais na carteira são aqueles acima de 20 milhões de dólares, e estes continuam concentrados em áreas já conhecidas, como Tasi Mane, infraestruturas relacionadas com a agricultura e estradas.

A carteira de projetos é fortemente moldada por compromissos herdados e orientações de investimento previamente aprovadas, em vez de uma grande onda de prioridades emergentes. Nesse sentido, a questão não se prende tanto com a ausência de projetos, mas sim com o facto de a carteira existente estar suficientemente alinhada com as prioridades atualizadas do Governo em matéria de crescimento, diversificação e prestação de serviços, no âmbito do novo quadro de orçamentação baseado em políticas.

Uma preocupação mais imediata é a forte concentração inicial da carteira de projetos em 2027, ano em que as despesas previstas atingem cerca de 903 milhões de dólares, um nível que dificilmente será realista do ponto de vista da implementação ou do fluxo de caixa. Existe um hábito de longa data de sobreprogramar as carteiras de investimento para proporcionar flexibilidade, manter opções e permitir margem para atrasos nos projetos. Embora isto pudesse ter tido alguma lógica prática no âmbito de regimes orçamentais anuais menos previsíveis, é mais difícil de justificar agora que Timor-Leste está a transitar para um orçamento plurianual baseado em políticas com estimativas prospectivas, o que deverá tornar os fluxos de financiamento mais previsíveis a médio prazo. Ao abrigo deste quadro mais recente, há menos necessidade de concentrar tantas despesas no primeiro ano simplesmente para proteger opções futuras.

Uma abordagem mais credível e disciplinada consistiria em equilibrar o fluxo de projetos ao longo do médio prazo, reduzir picos irrealistas no primeiro ano e adequar melhor as despesas programadas à capacidade real de execução, à preparação para a adjudicação de contratos e às prioridades estratégicas. Tal proporcionaria níveis elevados de financiamento previsível aos gestores de projetos do FI.

Tabela 13. Carteira de Projetos do Fundo de Infraestruturas 2026-2030

Program	IF 2026	IF 2027	IF 2028	IF 2029	IF 2030	Total 6 years
026 Roads and Bridges	45,311,228.00	231,692,182	199,655,546.72	41,888,840.47		518,547,796.85
A18 Implementation of the Tasi Mane Project on the country's South Coast	51,220,284.00	224,722,440	21,900,000.00	21,900,000.00	21,900,000.00	341,642,723.90
A39 Agriculture, Horticulture, Coffee and Industrial and Annual Plants	13,190,814.00	65,079,754	98,809,671.82	10,015,740.74	0.00	187,095,980.34
	23,164,054.00	58,019,199	54,919,061.81	12,215,155.17	220,000.00	148,537,470.15
798 Water and sanitation	5,282,017.00	46,519,034	31,433,333.33	11,240,000.00	0.00	94,474,384.35
510 Functioning and Institutional Development	11,076,879.00	24,021,699	30,991,155.06	11,540,053.65	5,972,000.00	83,601,786.84
366 National Security	3,122,446.00	26,811,899	27,432,979.70	16,892,459.90		74,259,785.10
809 Airport	16,510,876.00	17,474,450	17,474,450.13	14,376,971.92		65,836,748.19
977 Maintenance, Rehabilitation and Response to Disaster Damaged Structures	17,573,703.00	32,407,733	8,651,526.71	1,440,378.43		60,073,341.38
A41 Fisheries, Aquaculture and Aquatic Resources Management	42,641.00	13,680,000	13,930,000.00	14,213,000.00	8,499,000.00	50,364,641.00
260 Gab.do Minister of Education	5,630,808.00	24,425,913	15,554,414.27	2,248,183.40		47,859,318.68
388 National Defense	1,637,284.00	4,525,000	12,739,141.80	21,328,283.60		40,229,709.40
983 Investment and Economic Diversification	4,580,966.00	17,462,389	9,711,627.03	2,914,397.00	2,714,170.00	37,383,549.12
024 Culture and Heritage	1,446,929.00	16,792,433	14,737,068.56	2,912,250.29		35,888,681.02
171 Bringing the Services of the Population Courts	1,895,223.00	13,622,439	13,620,438.55	3,107,903.91		32,246,004.01
522 Secondary Education	333,395.00	9,035,342	7,812,023.52	1,050,000.00	7,541,250.00	25,772,010.39
802 Electricity	7,467,894.00	11,500,000	5,466,000.00	36,000.00		24,469,894.00
502 Transport	1,802,999.00	6,087,000	5,767,000.00	5,127,000.00	4,822,000.00	23,605,999.00
A08 Information and Communications Technology	6,024,727.00	12,623,504	1,900,000.00			20,548,231.34
980 Social Inclusion	1,011,184.00	14,855,345	2,356,337.86	0.00		18,222,866.58
023 Public Financial Management	3,860,960.00	4,410,000	2,100,000.00	2,100,000.00	2,100,000.00	14,570,960.00
982 Tourism	1,501,749.00	4,528,029	3,288,977.21	3,551,332.53	1,170,700.63	14,040,788.38
528 Primary Health Care	2,862,448.00	7,701,599	2,394,521.49	855,303.31	20,000.00	13,833,871.37
028 Rural and Urban Development	4,444,274.00	2,369,406	3,018,264.78	1,722,619.58		11,554,564.85
529 Secondary and tertiary health care	3,591,178.00	1,426,429	1,969,078.18	616,811.00	12,000.00	7,615,496.50
171 Bring services closer to the Population Courts	650,000.00	4,909,506	1,090,779.00			6,650,284.50
521 Basic Education	1,185,047.00	1,627,500	1,047,500.00	530,000.00	515,000.00	4,905,047.00
874 ports	993,985.00	940,000	930,000.00	110,000.00	750,000.00	3,723,985.00
439 Ensuring Freedom of Expression and Access to Information	316,280.00	1,650,000	1,300,000.00	110,000.00	110,000.00	3,486,280.00
981 Protection and Conservation of the Environment	242,641.00	956,667	746,666.67	746,666.67	250,000.00	2,942,641.00
392 Access to Justice	834,443.00	640,168	238,277.50	337,500.00	100,000.00	2,150,388.00
984 Spatial Planning	145,641.00	1,070,490	43,641.00	43,641.00		1,303,413.00
261 Gab.Minister of Health	200,000.00					200,000.00
A27 Implementation of decent community housing	92,641.00	92,641				185,282.00
Total	**239,247,638.00**	**903,680,189**	**613,029,482.70**	**205,170,492.56**	**56,696,120.63**	**2,017,823,923.23**

Fonte: TiFIS

Tabela 14. Carteira do Fundo de Infraestruturas 2026-30: Atividades dos Projetos (>20 milhões de dólares ao longo de 6 anos)

IF Pipeline

Subprogram	IF 2026	IF 2027	IF 2028	IF 2029	IF 2030	Total 6 years
A1801 Developing the infrastructure to support the Tasi Mane Project (eg Suai Supply Base and Highway Corridor)	51,220,284.00	224,722,440	21,900,000.00	21,900,000.00	21,900,000.00	341,642,723.90
A3904 Infrastructure Development for Agriculture, Horticulture, Coffee and Industrial and Annual Plants	13,190,814.00	65,079,754	98,809,671.82	10,015,740.74	0.00	187,095,980.34
2605 Roads	29,378,064.00	73,049,845	68,317,725.82	14,412,735.15		185,158,370.13
	23,164,054.00	58,019,199	54,919,061.81	12,215,155.17	220,000.00	148,537,470.15
02612 Road, Bridges and Flood Control	525,371.00	63,979,718	63,979,717.68	14,240,555.49		142,725,361.85
02605 Roads	6,623,618.00	59,101,570	46,501,182.78	10,207,603.37		122,433,974.46
2604 Bridges	4,264,996.00	48,103,248	31,048,077.71	4,382,135.79		87,798,457.77
79807 Water Maintenance	4,447,017.00	40,744,034	28,783,333.33	11,050,000.00		85,024,384.35
36613 Security	2,591,846.00	26,811,899	27,432,979.70	16,892,459.90		73,729,185.10
97706 Bridge and flood control	17,295,093.00	32,001,412	8,591,721.93	1,440,378.43		59,328,605.37
80901 Airports	13,904,572.00	15,407,984	15,407,983.97	13,148,486.42		57,869,026.35
A4103 Fisheries and Aquaculture Infrastructure Development	42,641.00	13,680,000	13,930,000.00	14,213,000.00	8,499,000.00	50,364,641.00
51005 Public Building	7,001,505.00	13,533,440	12,578,305.43	5,949,508.71	3,238,000.00	42,300,759.58
38811 Defense	1,512,284.00	4,525,000	12,739,141.80	21,328,283.60		40,104,709.40
17106 Courthouse buildings	2,545,223.00	18,531,944	14,711,217.55	3,107,903.91		38,896,288.51
98339 Development of Fiscal Infrastructures for Commerce	3,981,434.00	17,005,221	8,910,627.03	2,212,360.00	2,258,170.00	34,367,811.58
51004 Infrastructure of Administrative buildings	1,552,068.00	7,449,759	16,309,526.02	3,664,384.94	1,004,000.00	29,979,737.73
52213 Infrastructure and Facilities General Technical and Vocational Education	333,395.00	9,035,342	7,812,023.52	1,050,000.00	7,541,250.00	25,772,010.39
2418 Development of resistance Historical site	54,000.00	11,655,751	10,374,751.29	2,221,500.29		24,306,002.87
80201 Electrical Energy	7,331,894.00	11,464,000	5,430,000.00	0.00		24,225,894.00
50203 Land Transport Infrastructures	1,721,999.00	5,617,000	5,297,000.00	4,977,000.00	4,477,000.00	22,089,999.00
Total	**239,247,638.00**	**903,680,189**	**613,029,482.70**	**205,170,492.56**	**56,696,120.63**	**2,017,823,923.23**

Fonte: TiFIS

Opção PPG 7: sobre uma Estratégia de Infraestruturas para o Crescimento e o Emprego

O Ministério das Finanças, o Ministério do Planeamento e do Investimento Estratégico e as equipas de gestão do Fundo de Infraestruturas devem apresentar uma revisão reforçada da Estratégia de Infraestruturas, com o objetivo de aumentar o crescimento não petrolífero, apoiar o comércio e criar mais postos de trabalho através de investimentos em infraestruturas melhor priorizados e melhor sequenciados. A revisão deve avaliar todos os projetos existentes e propostos do Fundo de Infraestruturas, incluindo a execução orçamental, o desempenho na execução, as implicações em termos de custos recorrentes e a relação custo-benefício, mas deve ir mais além, verificando em que medida a carteira atual está alinhada com as estratégias de crescimento e desenvolvimento humano de maior prioridade do Governo.

Em particular, a revisão deverá analisar se as dotações destinadas às infraestruturas estão a apoiar de forma suficiente as opções relacionadas com as políticas públicas de aquisição (PPG) nos setores das pescas, da agricultura, do emprego digital, do turismo e dos cuidados de saúde terciários, incluindo os investimentos facilitadores de que estes setores necessitam em estradas, portos, energia, água, conectividade digital, logística e instalações de apoio. Deve também incluir um exercício estruturado de alinhamento de prioridades para identificar quais os projetos que estão fortemente ligados aos objetivos nacionais de diversificação, segurança alimentar, prestação de serviços e criação de emprego, quais os projetos que devem ser reavaliados ou adiados e onde poderá ser necessária nova infraestrutura para viabilizar resultados setoriais de maior valor.

A proposta deverá, por conseguinte, proporcionar aos ministros uma base mais clara para afastar o Fundo de Infraestruturas de uma abordagem de carteira de projetos abrangente e orientá-lo para um quadro de investimento estratégico mais disciplinado, que dê prioridade às

infraestruturas com maior contribuição para o crescimento, a produtividade, a sustentabilidade orçamental e o impacto no desenvolvimento a longo prazo.

Um dos principais objetivos é apresentar um conjunto de estimativas para os anos futuros que esteja, em linhas gerais, em consonância com os níveis atuais das Estimativas Financeiras (FEs), de cerca de 250 a 300 milhões de dólares por ano. Os 156 milhões de dólares relativos a novas atividades existentes ao longo de 5 anos, aprovados através do CAFI, devem ser incluídos nas novas estimativas do pipeline para os anos futuros.

Impacto orçamental estimado ao longo das Estimativas Futuras: 0 dólares (excluindo novas políticas incluídas de outros PPG)

PPG 8: Pressões conhecidas decorrentes de novas políticas não financiadas

Seguem-se as pressões de despesas conhecidas e não financiadas:

1. Eleições autárquicas em 2027
2. Eleições presidenciais em 2027 e eleições legislativas em 2028
3. Custos da Cimeira da ASEAN em 2029
4. Organização da CPLP 2027 pela TL (3 milhões de dólares – o MNEC sugeriu que o orçamento fosse incluído no Orçamento do WoG)
5. Centro Internacional de Convenções de Timor-Leste (ICCTL) (150 milhões de dólares)

Estes itens terão de ser devidamente orçamentados e avaliados para apreciação pela CRP.

A maior pressão em termos de despesas é representada pelo ICCTL. Timor-Leste deu oficialmente início às obras de um novo Centro Internacional de Convenções a 20 de maio de 2026, durante as celebrações do Dia da Independência. O local situa-se na zona do antigo porto de Díli, junto à costa. O seu objetivo é servir de sede para a Presidência da ASEAN em 2029, incluindo a Cimeira de Chefes de Estado. As instalações incluem: i) edifício principal de convenções; ii) várias salas de conferências; iii) auditórios; iv) salas de exposições; v) passeio pedonal à beira-mar; vi) aquário; vii) roda gigante; e viii) zona comercial e de entretenimento. A escala e o âmbito do projeto (grande centro de convenções e reabilitação da zona ribeirinha, incluindo atrações de lazer) estão em consonância com projetos de capital de grande escala na ordem dos 150 milhões a 360 milhões de dólares. O governo está simultaneamente a levar a cabo outras infraestruturas ligadas ao turismo em faixas de custos semelhantes: i) Modernização do Aeroporto de Díli: 300 milhões de dólares; ii) Conversão do Porto da Baía de Tibar num terminal de cruzeiros: grandes obras de infraestruturas; iii) Projeto de Reabilitação da Orla Marítima de Díli: também uma iniciativa de reabilitação urbana no valor de várias centenas de milhões de dólares. O financiamento existente para estes projetos pode ser analisado no contexto do Fundo de Infraestruturas e das Prioridades Políticas do Governo (PPG) em matéria de Turismo.

Opção PPG 8: Sobre as novas pressões políticas conhecidas e ainda não financiadas

A Comissão Eleitoral deverá apresentar uma proposta de política orçamentada sobre as implicações fiscais das Eleições Municipais de 2027, definindo opções de baixo, médio e elevado custo e qualidade para apreciação do Governo.

A Comissão Eleitoral deverá apresentar uma proposta política orçamentada sobre as implicações fiscais das eleições presidenciais de 2027 e das eleições legislativas de 2028, definindo opções de baixo, médio e elevado custo e qualidade para apreciação do Governo.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros deve apresentar uma proposta política orçamentada sobre as implicações fiscais da organização da Cimeira da ASEAN de 2029 e dos eventos relacionados com a CPLP em 2027, apresentando opções de baixo, médio e elevado custo e qualidade para apreciação do Governo.

O Fundo de Infraestruturas, o Ministério do Planeamento e do Investimento Estratégico, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério do Turismo e do Ambiente devem apresentar uma proposta sobre a estratégia de financiamento do ICCTL ou considerá-la no âmbito das PPG 7 (Fundo de Infraestruturas) ou PPG 16 (Turismo).

Impacto orçamental estimado ao longo das Estimativas Futuras: 164,5 milhões de dólares ao longo de 3 anos (expirante)

PPG 9: Visibilidade das despesas obrigatórias

Conforme exigido pela DL 42, o orçamento deve ter em conta as seguintes despesas obrigatórias:

- Transições de autorizações e pagamentos em atraso
- Despesas com pessoal
- Prestações sociais (dotações especiais)
- Dívida (dotações especiais)
- Passivos contingentes concretizados, etc.

Propõe-se que o processo seja revisto de forma aprofundada, a fim de reforçar a estimativa, a classificação e a divulgação das rubricas de despesas obrigatórias. Tal deverá incluir um tratamento mais claro das dotações especiais, que não são criadas apenas pelo orçamento anual, mas decorrem de obrigações estabelecidas na legislação primária, tais como os direitos a prestações sociais e os pagamentos relacionados com a dívida.

Estas despesas são efetivamente obrigatórias assim que as condições legais forem cumpridas e devem, por conseguinte, ser apresentadas de forma mais transparente, para que o Parlamento e os cidadãos possam distinguir entre as dotações que decorrem da legislação em vigor e aquelas que estão a ser solicitadas através da Lei Orçamental anual. O Orçamento de 2027 deve identificar explicitamente as dotações que decorrem da legislação primária.

Opção PPG 9: sobre a melhoria da visibilidade das despesas obrigatórias

O Ministério das Finanças, o Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão e o Ministério da Justiça apresentarão uma proposta política sobre a melhoria da estimativa e do tratamento das despesas obrigatórias, incluindo opções para uma abordagem baseada em parâmetros ou variação direta da estimativa, quando apropriado. A proposta deverá avaliar como estes métodos poderiam ser aplicados nas principais áreas de despesas obrigatórias, incluindo pagamentos a veteranos, segurança social e grandes despesas baseadas em direitos.

O Ministério das Finanças deverá apresentar uma proposta política sobre uma classificação e divulgação mais claras das dotações especiais, para que o Parlamento e os cidadãos possam distinguir mais facilmente entre as despesas decorrentes da legislação primária em vigor e as propostas através da Lei Orçamental anual. Tal deverá incluir opções para que o Orçamento de 2027 identifique explicitamente as dotações decorrentes da legislação primária.

Impacto orçamental estimado ao longo das Estimativas Futuras: 0,5 milhões de dólares no ano fiscal de 27

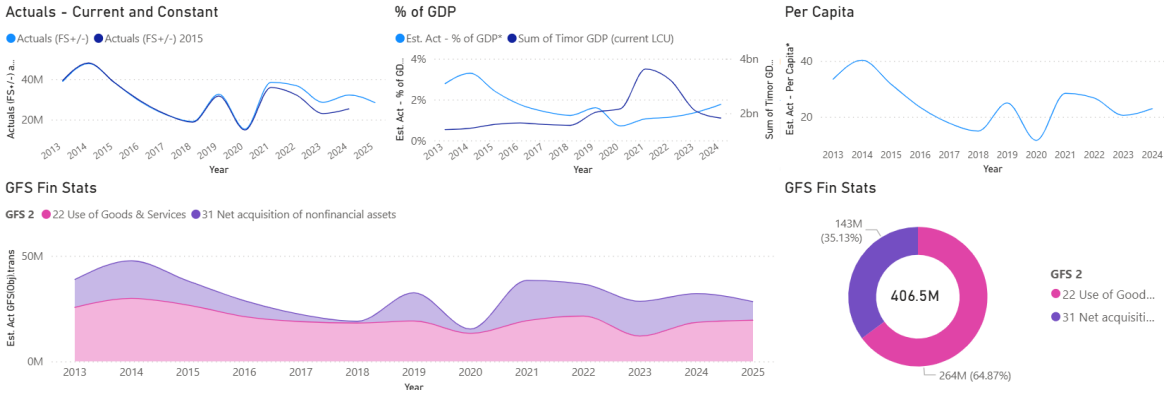
PPG 10: Veículos, viagens e restauração

Veículos

O Governo gastou 406,5 milhões de dólares na aquisição e exploração de veículos entre 2013 e 2025. Isto corresponde a cerca de 31 milhões de dólares por ano. 143 milhões de dólares (35 %) destinaram-se à aquisição de veículos (automóveis, motociclos e embarcações), enquanto 264 milhões de dólares (65 %) foram gastos com a exploração, dos quais 104 milhões de dólares (26 %) se destinaram à manutenção (verFigura 20 eTabela 15 abaixo). Defesa, Interior, Administração Estatal, Agricultura e Saúde são os setores que mais gastam nesta área (verFigura 21).

Existem queixas pontuais relativas à fraca relação custo-benefício do mecanismo de manutenção de veículos que passa pelo sistema do setor público, incluindo atrasos excessivos na conclusão da manutenção de rotina (por exemplo, meses para uma revisão de rotina em vez de alguns dias/semanas).

Figura 20. Despesas com Veículos e Operações - 2013-25



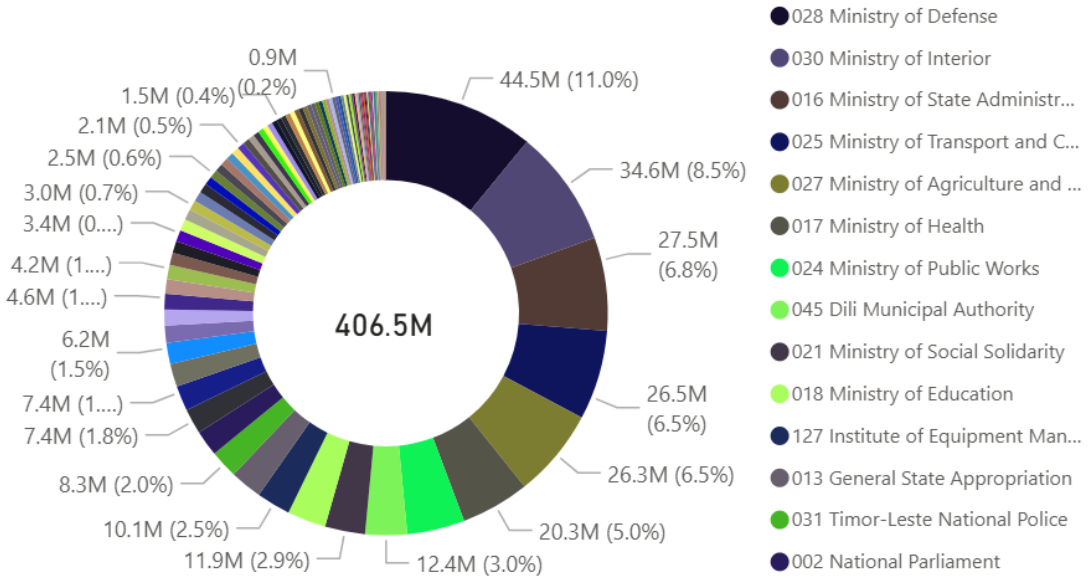
Fonte: TiFIS

Tabela 15. Despesas com veículos e operações - 2013-25 (GFS)

GFS 1	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
2 EXPENSE	**25,611,118**	**29,847,184**	**26,687,609**	**21,246,240**	**18,843,897**	**18,175,067**	**19,152,468**	**13,308,740**	**19,290,495**	**21,499,103**	**12,043,895**	**18,495,753**	**19,510,119**	**263,711,688**
22 Use of Goods & Services	**25,611,118**	**29,847,184**	**26,687,609**	**21,246,240**	**18,843,897**	**18,175,067**	**19,152,468**	**13,308,740**	**19,290,495**	**21,499,103**	**12,043,895**	**18,495,753**	**19,510,119**	**263,711,688**
221 Use of Goods & services	**25,611,118**	**29,847,184**	**26,687,609**	**21,246,240**	**18,843,897**	**18,175,067**	**19,152,468**	**13,308,740**	**19,290,495**	**21,499,103**	**12,043,895**	**18,495,753**	**19,510,119**	**263,711,688**
2211 Use of goods and services	**25,611,118**	**29,847,184**	**26,687,609**	**21,246,240**	**18,843,897**	**18,175,067**	**19,152,468**	**13,308,740**	**19,290,495**	**21,499,103**	**12,043,895**	**18,495,753**	**19,510,119**	**263,711,688**
6510 - Vehicle Maintenance	10,612,329	12,311,330	11,964,472	10,535,816	10,096,792	8,197,901	9,263,050	6,100,652	7,802,786	6,907,987				**93,793,115**
6500 - Vehicle Operation Fuel - Petrol	13,165,130	14,572,106	11,129,283	8,534,502	6,291,845	6,482,613	3,935,049	2,252,154	3,369,366	3,953,377				**73,685,425**
6520 - Vehicle rental & Insurance	1,832,774	2,851,094	3,557,946	2,173,797	2,274,272	3,081,103	1,828,379	1,824,565	2,668,871	3,716,373				**25,809,173**
5021002 - Vehicle Operation Fuel												9,282,318	9,531,190	**18,813,508**
6501 - Vehicle Operation Fuel – Diesel					81,362	126,000	4,114,115	2,927,286	5,408,872	5,641,316				**18,298,952**
5021701 - Maintenance of Vehicle												6,232,751	7,031,162	**13,263,913**
E021002 - Vehicle Operation Fuel											10,275,006			**10,275,006**
5023103 - Rentals of Vehicles												2,708,518	2,897,467	**5,605,985**
E040201 - Vehicles											1,768,889			**1,768,889**
4026 - Conting. Conbu Operac Vehicles		97,350			70,000	266,800		6,444		887,142				**1,327,736**
6503 - Rental of Vehicles	885	15,304	35,908	2,125	29,625	20,650	11,875	197,640	40,600					**354,612**
6504 - Vehicle Operation Fuel - Petrol - Elections										261,600				**261,600**
5027801 - Contingency Rentals of Vehicles												138,215		**138,215**
5025102 - Contingency for Vehicle Operating Fuel												91,805	0	**91,805**
6522 - Vehicle rental & Insurance - Elections										65,520				**65,520**
6512 - Vehicle Maintenance - Elections										65,388				**65,388**
5025201 - Contingency for Vehicle Maintenance												28,190		**28,190**
5023409 - Fuel CPLP													18,750	**18,750**
5023310 - Rentals of Vehicles EXPO													16,550	**16,550**
5023105 - Airplane Rentals													15,000	**15,000**
5023104 - Rentals of Ships (Vessels)												13,956	0	**13,956**
6521 - Rental of Vehicles - Elections										400				**400**
3 CHANGE IN NET WORTH	**13,182,585**	**17,819,252**	**11,469,282**	**7,524,007**	**3,392,388**	**832,123**	**13,378,720**	**2,029,050**	**19,107,781**	**15,158,659**	**16,440,720**	**13,642,037**	**8,830,642**	**142,807,244**
31 Net acquisition of nonfinancial assets	**13,182,585**	**17,819,252**	**11,469,282**	**7,524,007**	**3,392,388**	**832,123**	**13,378,720**	**2,029,050**	**19,107,781**	**15,158,659**	**16,440,720**	**13,642,037**	**8,830,642**	**142,807,244**
311 Fixed assets	**13,182,585**	**17,819,252**	**11,469,282**	**7,524,007**	**3,392,388**	**832,123**	**13,378,720**	**2,029,050**	**19,107,781**	**15,158,659**	**16,440,720**	**13,642,037**	**8,830,642**	**142,807,244**
3112 Machinery and Equipment	**13,182,585**	**17,819,252**	**11,469,282**	**7,524,007**	**3,392,388**	**832,123**	**13,378,720**	**2,029,050**	**19,107,781**	**15,158,659**	**16,440,720**	**13,642,037**	**8,830,642**	**142,807,244**
8101 - Vehicles	10,035,906	14,424,309	10,086,289	6,238,855	3,165,357	832,123	12,189,197	1,805,850	15,486,639	13,773,789				**88,038,313**
5040101 - Civil Vehicle												11,427,387	8,241,342	**19,668,729**
E130201 - Civil Vehicle											12,127,632			**12,127,632**
8100 - Motorcycles	2,731,802	1,469,920	1,240,593	1,175,916	227,031		1,100,223	23,200	3,037,876	850,795				**11,857,356**
E130202 - Military Vehicle											4,313,088			**4,313,088**
8102 - Boats/Vessels	414,877	1,925,023	142,400	109,236			89,300	200,000	583,266	534,075				**3,998,177**
5040102 - Military Vehicle												1,657,700	589,300	**2,247,000**
5045001 - Contingency for Civil Vehicle												556,950		**556,950**
5040301 - Passenger Vehicles													0	**0**
Total	**38,793,702**	**47,666,435**	**38,156,890**	**28,770,247**	**22,236,284**	**19,007,190**	**32,531,188**	**15,337,790**	**38,398,276**	**36,657,762**	**28,484,614**	**32,137,791**	**28,340,760**	**406,518,932**

Fonte: TiFIS

Figura 21. Despesas por Unidade Administrativa com Veículos e Operações - 2013-25

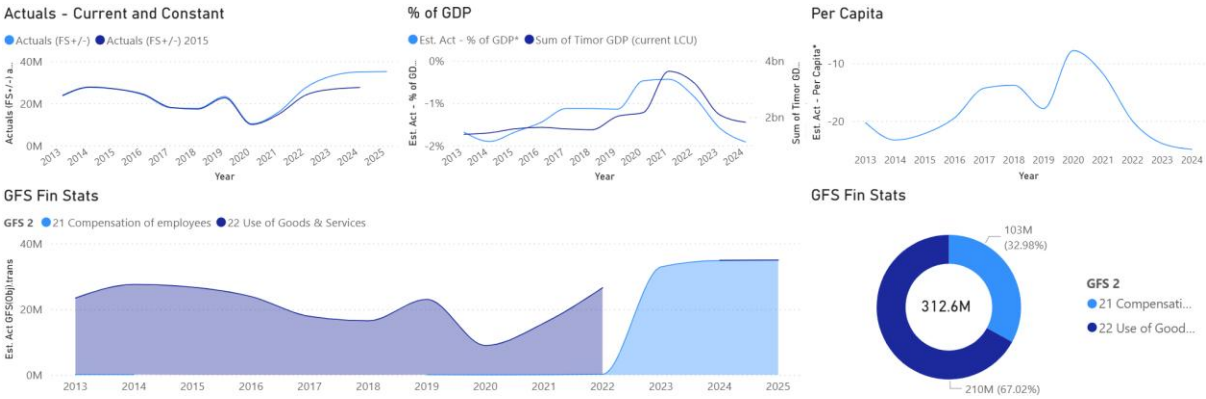


Fonte: TiFIS

Viagens

O Governo gastou 313 milhões de dólares em viagens entre 2013 e 2025. Isto corresponde a cerca de 24 milhões de dólares por ano. O mecanismo de pagamento passou de pagamentos diretos de bens e serviços para cobrir os custos de viagem (passagens aéreas, etc.) para pagamentos através do sistema de subsídios, na categoria de salários e remunerações. 136 milhões de dólares (44 %) destinaram-se a viagens ao estrangeiro. O nível mais baixo de despesas com viagens registado ocorreu em 2018 e 2020, com 16,5 milhões de dólares e 8,9 milhões de dólares, respetivamente. O ano de pico foi 2024, com 32 milhões de dólares. Os setores que mais gastaram foram o Parlamento Nacional, a Educação, os Negócios Estrangeiros, a Agricultura, a Administração Estatal, a Saúde e a Defesa.

Figura 22. Despesas com viagens – 2013-25



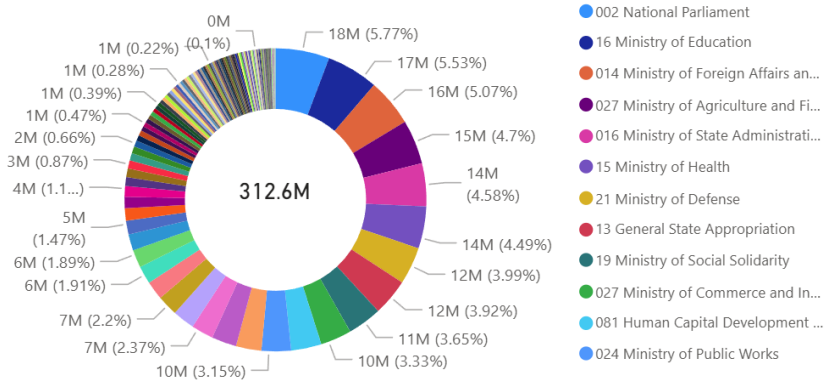
Fonte: TiFIS

Tabela 16. Despesas com viagens – 2013-25 (GFS)

GFS 1	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
2 EXPENSE	**23,400,544**	**27,536,472**	**26,693,746**	**23,846,689**	**17,793,639**	**16,459,447**	**22,983,964**	**8,945,289**	**15,762,976**	**26,506,489**	**32,880,333**	**34,863,013**	**34,929,717**	**312,602,318**
22 Use of Goods & Services	**23,291,544**	**27,464,472**	**26,693,746**	**23,846,689**	**17,793,639**	**16,459,447**	**22,947,569**	**8,929,278**	**15,705,677**	**26,310,531**		**47,598**	**15,000**	**209,505,189**
221 Use of Goods & services	**23,291,544**	**27,464,472**	**26,693,746**	**23,846,689**	**17,793,639**	**16,459,447**	**22,947,569**	**8,929,278**	**15,705,677**	**26,310,531**		**47,598**	**15,000**	**209,505,189**
2211 Use of goods and services	**23,291,544**	**27,464,472**	**26,693,746**	**23,846,689**	**17,793,639**	**16,459,447**	**22,947,569**	**8,929,278**	**15,705,677**	**26,310,531**		**47,598**	**15,000**	**209,505,189**
6200 - Local Travel	8,067,679	11,191,013	11,343,006	11,033,968	9,566,638	9,023,888	11,267,188	7,414,465	13,071,195	17,063,934				**109,042,976**
6255 - Overseas Trav-Officials-Ticket	2,254,773	4,141,579	5,153,582	3,101,825	2,098,778	1,881,238	3,298,503	553,796	727,625	3,277,781				**26,489,481**
6254 - Overse.Trav-Officials-Perdiem	2,787,416	2,403,996	3,005,745	2,671,254	2,071,313	2,208,121	3,867,688	224,858	844,532	2,797,314				**22,882,236**
6256 - Overseas Travel-Others-Ticket	3,010,595	3,103,617	1,936,399	2,596,962	1,433,259	984,638	1,348,029	274,195	521,818	422,101				**15,633,612**
6252 - Overs.trav-Members Gov.Ticket.	3,251,641	2,729,453	2,330,973	1,639,297	951,231	679,674	1,456,586	94,405	189,167	684,156				**14,006,585**
6251 - Overse.Tra-Members Gov.Perdiem	3,172,280	2,266,798	1,903,449	1,807,932	904,244	537,079	945,316	20,338	179,508	527,806				**12,266,751**
6257 - Overseas Travel-Others-Perdiem	747,161	1,196,884	1,020,590	968,275	773,040	1,019,053	587,239	43,571	121,238	933,796				**7,410,847**
4022 - Conting. Foreign Travel		429,132		25,175		79,735	177,020	186,800	50,594	17,328				**965,784**
4021 - Local Travel Contingency						46,020		116,850		64,760				**227,630**
6272 - Overseas Travel-Officials-Ticket - Elections										213,515				**213,515**
6273 - Overseas Travel-Others-Perdiem - Elections										131,125				**131,125**
6307 - Staff Training Overseas - Perdiem										126,750				**126,750**
5027501 - Contingency Allowances for Overseas Business Travel												40,778		**40,778**
6308 - Staff Training Overseas - Ticket										29,705				**29,705**
6202 - Local Travel - Elections										20,460				**20,460**
5023105 - Airplane Rentals													15,000	**15,000**
5029301 - Contingency Allowances for Local Business Travel												6,820		**6,820**
6263 - Airplane Tickets/ Transport Cost for Scholarships HCDF Training Overseas					-4,865									**-4,865**
21 Compensation of employees	**109,000**	**72,000**					**36,395**	**16,011**	**57,299**	**195,958**	**32,880,333**	**34,815,415**	**34,914,717**	**103,097,129**
211 Compensation of employees: Wages and salaries	**109,000**	**72,000**					**36,395**	**16,011**	**57,299**	**195,958**	**32,880,333**	**34,815,415**	**34,914,717**	**103,097,129**
2111 W&S in cash	**109,000**	**72,000**					**36,395**	**16,011**	**57,299**	**195,958**	**32,880,333**	**34,815,415**	**34,914,717**	**103,097,129**
5022401 - Allowances for Local Business Travel												22,219,638	23,239,640	**45,459,279**
5022402 - Allowances for Overseas Business Travel												12,106,820	10,876,238	**22,983,058**
E010202 - Allowances for Local Business Travel											19,882,082	0		**19,882,082**
E010203 - Allowances for Overseas Business Travel											7,942,232			**7,942,232**
E010204 - Overseas Travel Allowance for Study Purposes											5,056,020			**5,056,020**
5022430 - Advance Allowances Local Business Travel												129,970	480,480	**610,450**
5022403 - Overseas Travel Allowance for Study Purposes												315,783	287,790	**603,573**
6250 - Expenses of President, Members of Government, Members of Parliament and Officials Overseas							36,395	15,426	57,299	195,958				**305,078**
6260 - Living Allowance Missions	59,000	32,000						585						**91,585**
6261 - Housing Allowance Missions	50,000	40,000												**90,000**
5022431 - Advance Allowances Overseas Business Travel												43,203	30,570	**73,773**

Fonte: TiFIS

Figura 23. Despesas com viagens por unidade administrativa - 2013-25

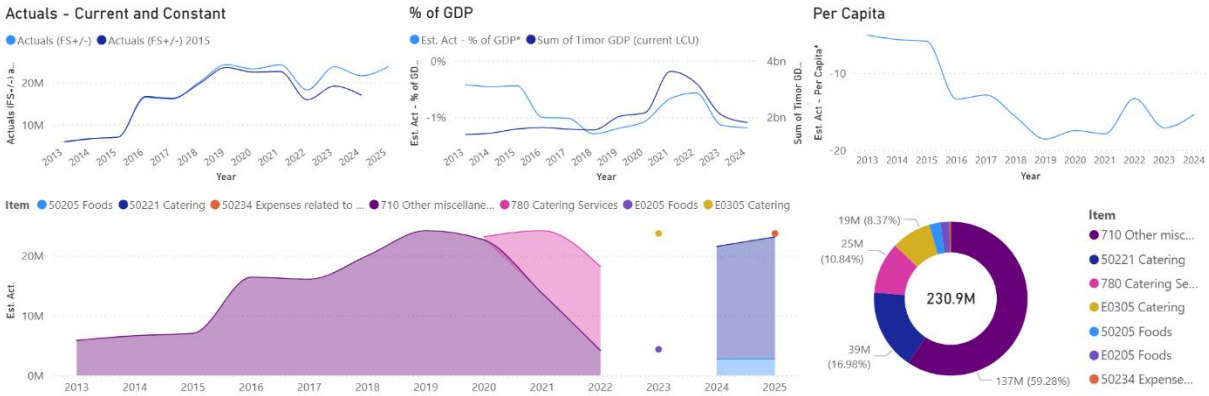


Fonte: TiFIS

Serviços de restauração

Entre 2013 e 2025, foram gastos 231 milhões de dólares em serviços de catering e alimentação. Verificaram-se alguns aumentos significativos em 2016 e 2019. Os dois setores que mais gastaram foram a Defesa (73 milhões de dólares, 32 %) e o Ministério do Interior (63 milhões de dólares, 27 %), seguidos pela Saúde (14 milhões de dólares, 6 %).

Figura 24. Despesas com serviços de catering – 2013-25



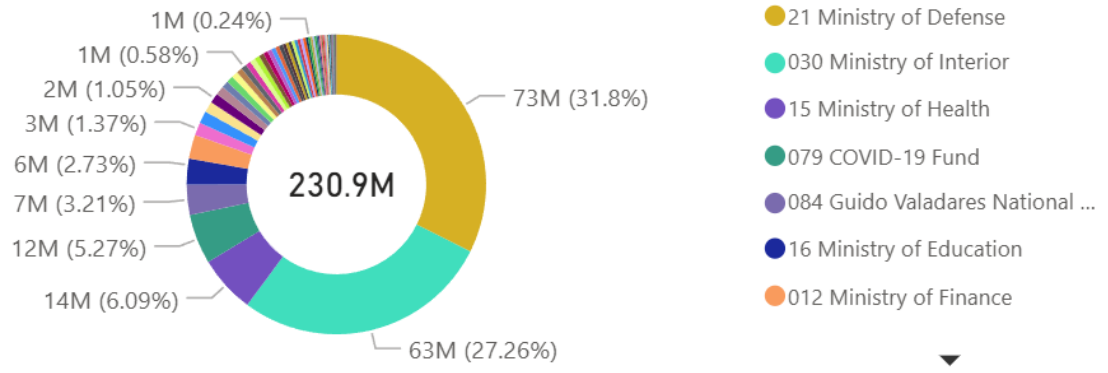
Fonte: TiFIS

Tabela 17. Despesas com serviços de catering – 2013-25 (GFS)

GFS 1	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
2 EXPENSE	5,867,781	6,652,068	7,053,044	16,426,649	16,084,316	20,046,929	24,199,657	23,168,061	24,188,311	18,205,461	23,710,260	21,559,300	23,722,028	230,883,864
22 Use of Goods & Services	5,867,781	6,652,068	7,053,044	16,426,649	16,084,316	20,046,929	24,199,657	23,168,061	24,188,311	18,205,461	23,710,260	21,559,300	23,722,028	230,883,864
221 Use of Goods & services	5,867,781	6,652,068	7,053,044	16,426,649	16,084,316	20,046,929	24,199,657	23,168,061	24,188,311	18,205,461	23,710,260	21,559,300	23,722,028	230,883,864
2211 Use of goods and services	5,867,781	6,652,068	7,053,044	16,426,649	16,084,316	20,046,929	24,199,657	23,168,061	24,188,311	18,205,461	23,710,260	21,559,300	23,722,028	230,883,864
7101 - Catering Services	5,867,781	6,652,068	7,053,044	16,426,649	16,084,316	20,046,929	24,199,657	22,649,451	13,708,769	4,168,854				136,857,517
5022101 - Catering												18,815,433	20,384,595	39,200,028
7801 - Office Catering								518,610	9,469,662	12,830,870				22,819,142
E030501 - Catering											19,335,093			19,335,093
5020504 - Other Foods												1,925,549	1,751,028	3,676,578
E020504 - Other Foods											3,410,971			3,410,971
5020501 - Unprocessed Food Products												818,318	1,017,486	1,835,803
7802 - Catering Services for Hospital									672,699	930,227				1,602,926
E020501 - Unprocessed Food Products											964,196			964,196
7803 - Catering Services for Prison									337,181	275,509				612,690
5023415 - Catering CPLP													568,920	568,920

Fonte: TiFIS

Figura 25. Despesas com serviços de restauração por unidade administrativa – 2013-25



Fonte: TiFIS

Opção PPG 10: em veículos, viagens e restauração

O Ministério das Finanças, o Ministério do Interior, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa deverão apresentar uma proposta de política relativa às principais rubricas de despesas administrativas, definindo as atuais orientações políticas e medidas de controlo aplicáveis a veículos, viagens e serviços de restauração, juntamente com opções para melhorar a eficiência, reforçar a disciplina orçamental e reduzir, ao longo do tempo, as despesas desnecessárias ou de baixo valor.

Impacto orçamental estimado ao longo das Estimativas Futuras: -15 milhões de dólares

PPG 11: Inclusão Social: Género, Crianças e Deficiência

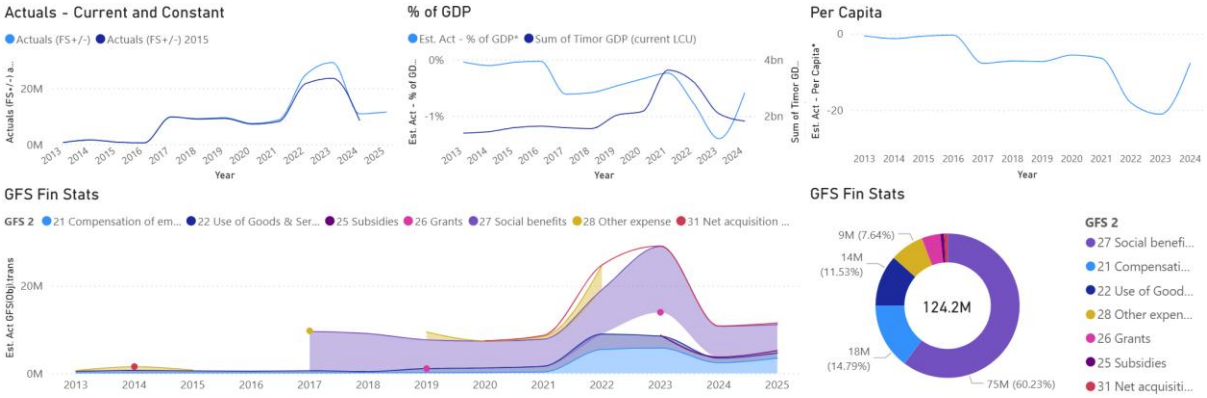
Esta secção analisa as tendências ao longo do tempo no que diz respeito à inclusão social, com especial destaque para as questões de género, crianças e deficiência. A análise foi realizada utilizando metodologias de marcação de segunda geração.

Género

Foram gastos 124,2 milhões de dólares em questões de género entre 2013 e 2025, com um grande aumento entre 2022 e 2024. 75 milhões de dólares (60 %) foram gastos em «prestações sociais» e 18 milhões de dólares (26 %) em salários. O maior programa direto destinado a mulheres e raparigas foi a Bolsa da Mãe, com 66,6 milhões de dólares (53 %). As principais entidades foram o Ministério da Segurança Social (80 milhões de dólares, 65%), o Ministério da Saúde (21 milhões de dólares, 17%) e a Secretaria de Estado para a Igualdade (9 milhões de dólares, 7%). A despesa com o apoio a grupos de movimentos políticos que se centram na orientação sexual, identidade de género e características sexuais (por exemplo, LGBTQI+) foi de

2 milhões de dólares entre 2021 e 2025 (inclui algumas questões relacionadas com a deficiência e a inclusão), 72% da qual foi canalizada através da Secretaria de Estado para a Igualdade e o restante através do MoSS (verFigura 26 atéTabela 19 .)

Figura 26. Despesas com questões de género - 2013-25



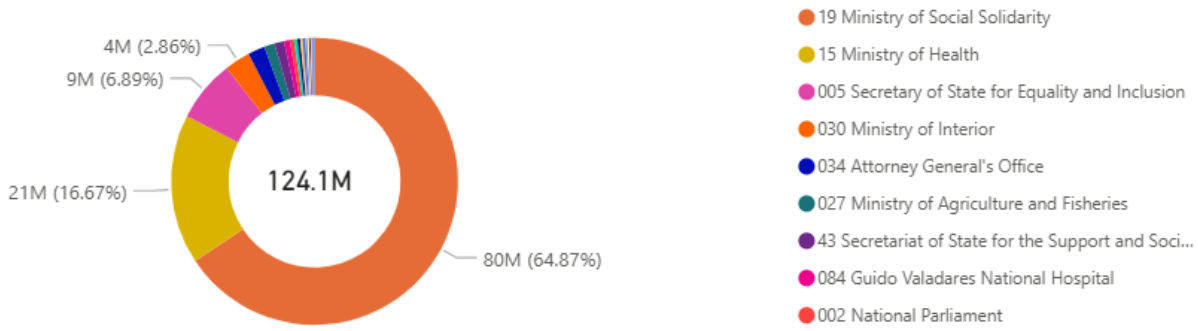
Fonte: TiFIS

Tabela 18. Maiores despesas em atividades relacionadas com a igualdade de género - 2013-25

Activity	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
5800103 Bolsa da Mãe (conditional support allowance)					8,978,898	8,691,520	8,308,855	6,129,780	6,255,537					**38,364,590**
9804001 Bolsa da Mãe (conditional support allowance)										10,187,718	4,811,079	7,175,792	6,056,313	**28,230,901**
8053201 Inpatient care, including specialized medical services										10,368,332	10,056,690	700		**20,425,723**
9804003 Support new generation grants for Pregnant Women, children under 3 years and disabled children											12,042,283			**12,042,283**
7010101 Gender Development Policy Directorate	590,814	1,419,927	664,918	301,051	322,931	230,090	136,985	174,232						**3,840,948**
3920505 Notifications and participation in Mobile Criminal Trials, with special emphasis on crimes against children and gender-based violence										2,018,741	103,730	95,970	126,087	**2,344,528**
3662111 Management of human resources allocated to the provision of community conflict prevention services												1,180,870	1,133,657	**2,314,526**
A420401 Workforce for Field Service Activities													1,347,311	**1,347,311**
9800901 Support and assist Groups of Women, People with Disabilities, LGBTQI Community in the Development of Their Economic Skills										300,000	314,002	389,084	298,575	**1,301,661**
3840101 Support and assist Women's Groups in Developing their Economic							248,000	48,450	953,518	0				**1,249,968**
5100111 Implement the integrated gender policy approach					35,393	6,640	86,014	64,921	75,255	126,753	168,742	333,037	103,854	**1,000,609**
5280508 Maternal and Neonatal Health												123,394	529,588	**652,982**
4120408 Dissemination of practical information on the prevention of crimes related to domestic violence and GBV to local Authority and Community Leaders								592,058	60,675					**652,733**
9800603 Assistance to State Institutions and Agencies										106,642	294,946	182,131	911	**584,630**
9804002 Registration and verification data of Bolsa de MAE										409,348	53,186	10,190	49,313	**522,036**
1021501 Parliamentary Womens Group for Timor-Leste	45,515	125,560	101,200	77,311	73,434	32,730	27,947	28,371						**512,067**
9804905 Konstrusaun Uma Mahon Salele, Covalima												75,932	379,994	**455,925**
Total	**638,234**	**1,545,487**	**766,118**	**491,271**	**9,710,199**	**9,129,276**	**9,467,564**	**7,419,208**	**8,682,105**	**24,777,166**	**29,156,569**	**10,837,612**	**11,530,417**	**124,151,225**

Fonte: TiFIS

Figura 27. Despesas relacionadas com a igualdade de género por unidade administrativa - 2013-25



Fonte: TiFIS

Tabela 19. Despesas com atividades relacionadas com a comunidade LGBx - 2013-25

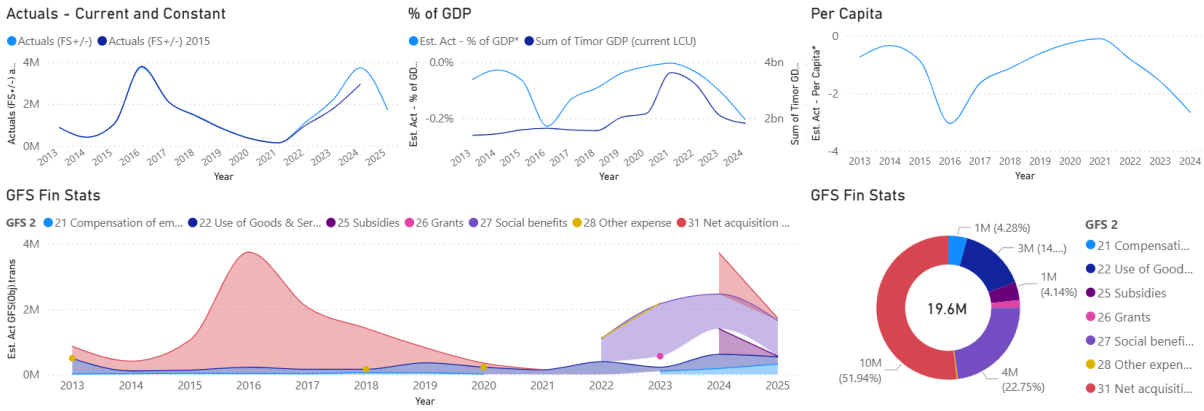
Activity	2021	2022	2023	2024	2025	Total
9800901 Support and assist Groups of Women, People with Disabilities, LGBTQI Community in the Development of Their Economic Skills		300,000	314,002	389,084	298,575	**1,301,661**
9801305 Specific support and social reintegration for victims of VBJ, VD, LGBTI, drug trafficking, and other vulnerable groups					332,562	**332,562**
9802605 Punctual support and social reintegration for victims of GBV, RV, LGBTI, trafficking, and other vulnerable groups				214,617		**214,617**
9803101 Empower Women, People with Disabilities, LGBTQI community members to carry out political functions at local and national level		21,316	77,392	44,266	62,041	**205,014**
5810107 Re-integration of LGBT, Human trafficking and elderly abandoned to the community	24,350					**24,350**
Total	**24,350**	**323,416**	**391,394**	**647,967**	**693,178**	**2,080,304**

Fonte: TiFIS

Crianças

Foram gastos 19,6 milhões de dólares entre 2013 e 2025, com picos de despesa em 2016 e 2024. 10 milhões de dólares (52%) foram gastos em «Aquisição de ativos não financeiros» e 4 milhões de dólares (23%) em «Benefícios sociais». O maior projeto/atividade individual foi o financiamento de bolsas de estudo para veteranos (4,5 milhões de dólares). A construção de estádios de futebol constituiu o grupo dominante de atividades. As principais entidades responsáveis pelos gastos nesta área são o Fundo de Infraestruturas (10 milhões de dólares, 51%), os Veteranos (4 milhões de dólares, 23%) e o MoSS (1 milhão de dólares, 6%). (VerFigura 28 atéFigura 29 .)

Figura 28. Despesas com as crianças – 2013-25



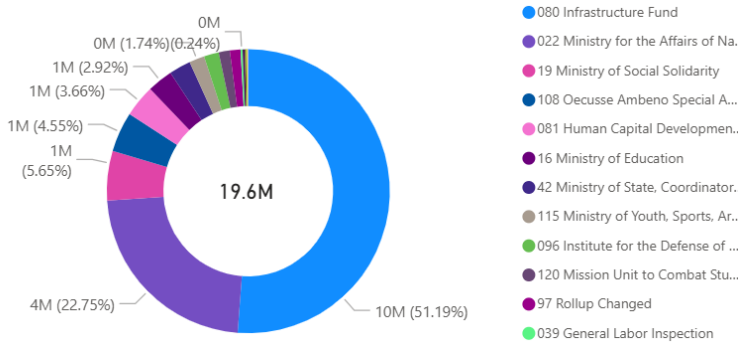
Fonte: TiFIS

Tabela 20. Maiores despesas com atividades para crianças - 2013-25

Activity	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
9805001 Attribution of scholarships to the children of National Liberation										703,975	1,603,100	1,062,650	1,089,450	**4,459,175**
9150102 Construction of new Football Stadium in Manufahi			551,750	980,562	222,825									**1,755,137**
9150104 Construction of new Football Stadium in Ermera				283,761	276,739	636,160	348,323	123,021						**1,668,004**
8000115 Design, construction and supervision of Stadion National		92,375	54,987	359,063	664,155	423,472								**1,594,052**
9821130 Rehabilitation room in China (PR) at the Children's Center (PR)												1,262,231	66,433	**1,328,664**
8000116 Design, construction and supervision Genasio multi-function "Indoor"	363,375	200,000	68,058	537,699	58,548	27,833								**1,255,513**
9150101 Construction of new Football Stadium in Maliana			240,441	777,656	230,101									**1,248,198**
9150103 Construction of new Football Stadium in Baucau				533,693	291,051	167,892								**992,636**
7600101 Nac.Children's Rights Commission	121,307	113,753	132,391	182,093	161,511	150,668	51,510	-133						**913,099**
5210501 School-feeding program for Primary School									1,460			781,496		**782,956**
8130101 Youth training	377,559													**377,559**
9801801 Awareness raising - protection of children rights targeted local communities including border military authority										111,558	49,746	56,404	55,747	**273,454**
9801701 Promotion of children										96,333	34,668	57,940	79,009	**267,951**
5280410 Implement a feeding program for pregnant women and children (0-7 years)													247,653	**247,653**
9800702 Implement social welfare policy for children and family										102,793	40,600	37,890	65,722	**247,005**
9803808 Youth Parliament											206,381			**206,381**
3150602 Subsidy for Veterans children (5 years, 2013-2018, 2014-2019 and 2015-2020)							110,100	73,746						**183,846**
5210505 School Emergency Program												179,385		**179,385**
4430204 School Assessment on corporal punishment, school meals (ME); Nutrition, Immunization (ISPA prevention) affected the Children -MS; Register Children and Legislation MJ							113,375	48,694						**162,069**
8132102 Grant for veterans and children of veterans (5 years, starts 2013-2018, 2014-2019 and 2015-2020)				90,475	24,725	40,256								**155,456**
9150105 Design, Construction and Supervision of the Bintang football field, in Dili					108,566									**108,566**
4430102 Awareness raising - protection of children rights targeted local communities including border military authority							36,150	33,798	27,365	0				**97,313**
Total	**862,240**	**406,128**	**1,047,627**	**3,745,001**	**2,068,218**	**1,442,250**	**809,347**	**344,220**	**147,596**	**1,123,883**	**2,192,140**	**3,725,162**	**1,720,196**	**19,634,009**

Fonte: TiFIS

Figura 29. Despesas com crianças por unidade administrativa em viagens - 2013-25

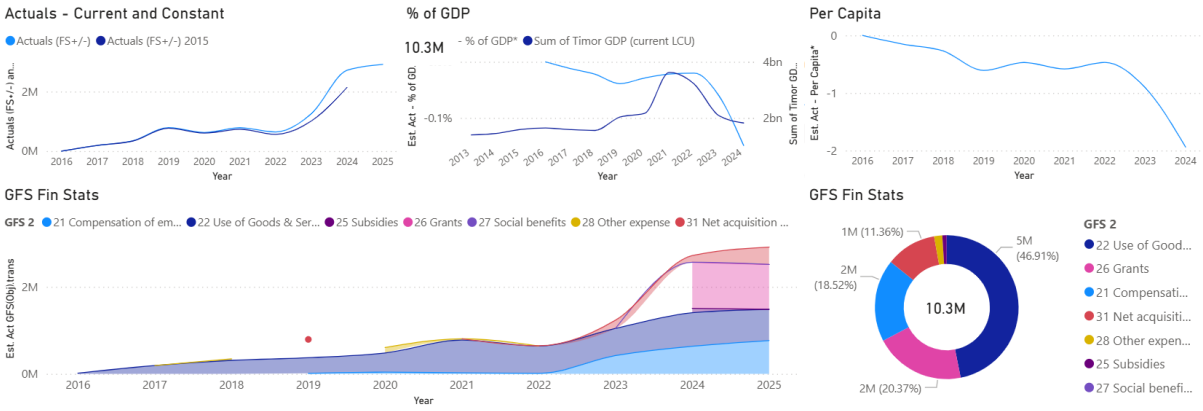


Fonte: TiFIS

Deficiências

Foram gastos 10,3 milhões de dólares entre 2013 e 2025, com o pico de despesas em 2025. 5 milhões de dólares (47%) foram gastos em «Bens e Serviços» e 5 milhões de dólares (20%) em «Subsídios». O maior projeto/atividade foi o financiamento de serviços de reabilitação (3 milhões de dólares). As principais entidades nesta área foram o Centro Nacional de Reabilitação (5 milhões de dólares, 47%), o Ministério da Juventude e do Desporto (3 milhões de dólares, 26%) e o Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão (2 milhões de dólares, 15%). (VerFigura 30 aFigura 31 .)

Figura 30. Despesas com a deficiência - 2013-25



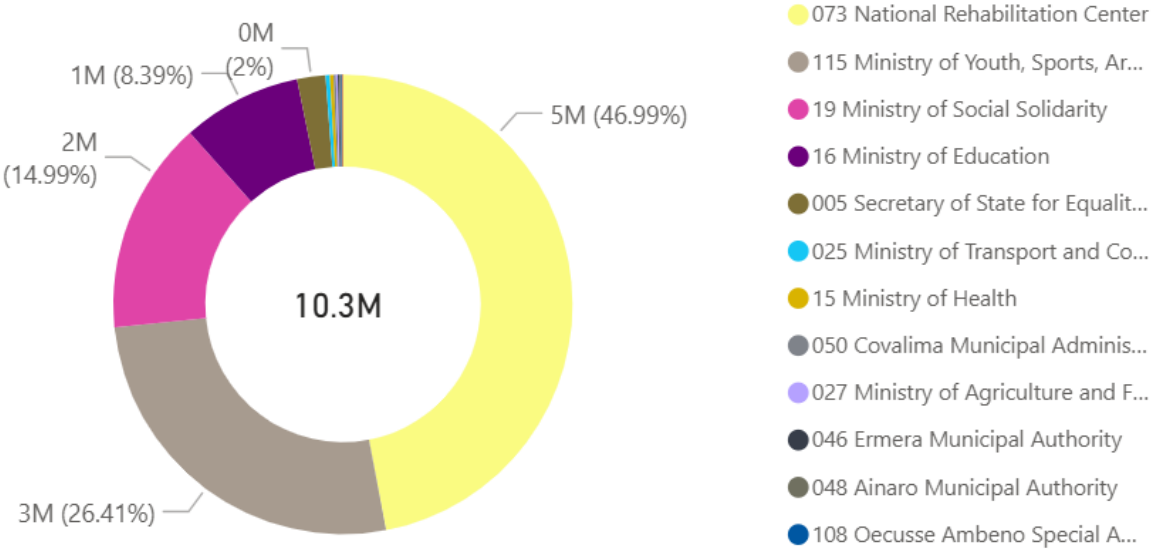
Fonte: TiFIS

Tabela 21. Maiores despesas com atividades relacionadas com a deficiência — 2013-25

Activity	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
9802301 Provide and monitor specialized rehabilitation services (clinical areas)							254,225	533,787	561,011	650,514	**1,999,536**
5840101 Provide and monitor specialized rehabilitation services (clinical areas)				545,722	230,254	238,444					**1,014,420**
5800101 Promote the rights, protection and inclusion of disabled citizens		109,840	295,147	12,462	311,594	-20,300					**708,743**
9802402 Support Materials and Equipments for disabled people							157,095	208,814	248,139	49,416	**663,464**
9805802 CRAM Operational Management									272,060	290,000	**562,060**
9806201 Construction of Multipurpose Field in Taibesse									122,723	328,492	**451,214**
5830102 Support Materials and Equipments for disabled people				26,211	24,788	385,483					**436,482**
9805801 Reinforcement Organizasaun Youth									220,862	210,999	**431,861**
9801203 Promotion of the Rights of Persons with Disabilities							35,145	113,490	30,786	247,857	**427,277**
9805803 Supported youth initiative									236,462	134,177	**370,639**
510022T Implementing the National Policy on Inclusive Education									58,037	274,363	**332,400**
9806101 Reinforces sports organizations									167,800	145,000	**312,800**
5830101 Raise awareness of CNR's services		21,054	17,532	147,151	33,395	68,569					**287,701**
9803101 Empower Women, People with Disabilities, LGBTQI community members to carry out political functions at local and national level							21,316	77,392	44,266	62,041	**205,014**
9805902 Performs Selebrasaun Loron Nasional Youth activity at Komemorasaun Masakre Santa Cruz									105,200	98,140	**203,340**
Total	**0**	**190,413**	**345,527**	**791,408**	**624,191**	**786,524**	**643,615**	**1,255,680**	**2,717,213**	**2,912,399**	**10,266,971**

Fonte: TiFIS

Figura 31. Despesas com a deficiência por unidade administrativa - 2013-25



Source: TiFIS

Opção PPG 11: sobre inclusão social: Género, Crianças e Deficiência

O Secretário de Estado para a Igualdade, o MCLAN e o MSSI devem apresentar uma proposta política conjunta com as entidades relacionadas, com vista a melhorar a eficiência, a orientação e a transparência da assistência financeira prestada a programas e grupos de interesse relacionados com o género, as crianças e a deficiência. A proposta deve avaliar os padrões de despesas atuais, identificar opções para melhorar a rentabilidade e o alinhamento com os resultados prioritários e propor critérios, salvaguardas e mecanismos de prestação de contas mais rigorosos para o apoio futuro.

Impacto orçamental estimado ao longo das Estimativas Futuras: 5 milhões de dólares (15 milhões de dólares novos e 10 milhões de dólares de poupanças resultantes da reordenação de prioridades)

PPG 12: Aquisições, Contratos, Fornecedores e Pagamento de Faturas

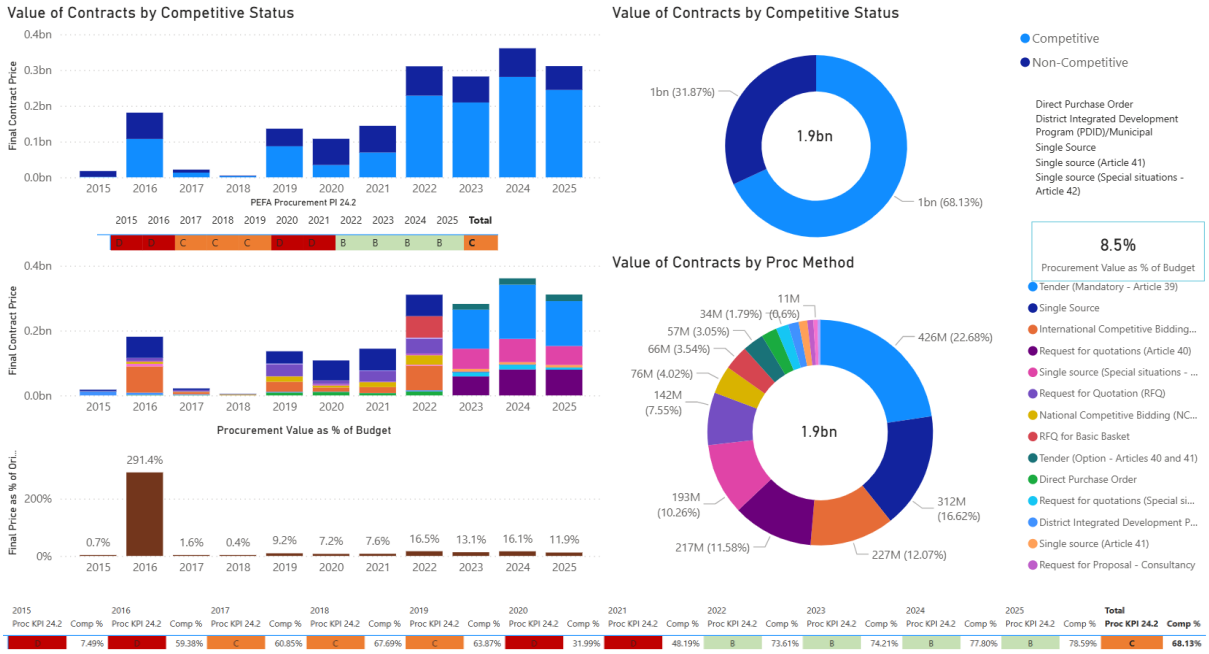
Esta secção analisa o desempenho em termos de aquisições, contratação e fornecedores.

Contratação

Verificou-se uma melhoria significativa na utilização do Módulo de Gestão de Contratações e Contratos do sistema de contabilidade desde a sua introdução em 2015. Entre 2015 e 2025, foram registados no sistema contratos no valor de 1,9 mil milhões de dólares.

É evidente um fraco historial de aquisições até 2021, com poucos contratos registados no sistema e um excesso de métodos não concorrenciais quando estes foram registados. No entanto, verificou-se uma melhoria significativa, com uma classificação média de «B» no âmbito do PEFA para o indicador de desempenho n.º 24.2 entre 2022 e 2025, em termos de valor na utilização de métodos concorrenciais. Ao longo de todo o período entre 2015 e 2025, 68% dos contratos no sistema foram adjudicados através de métodos competitivos. O melhor ano foi 2024, com 79%, correspondendo à classificação «A» do PEFA, ficando apenas 1% aquém da classificação «A». O valor total dos contratos adjudicados, em percentagem do Orçamento, é, em média, de 8,5% entre 2015 e 2025. O ano com o valor mais elevado foi 2016, com 296% do Orçamento, o que se deveu a um elevado número de contratos introduzidos no sistema que não entraram em vigor, não implicaram qualquer despesa ou implicaram uma despesa muito reduzida. O segundo ano com o valor mais elevado foi 2022, com 16,5% (2024 registou 16,1%). (VerFigura 32 below .)

Figura 32. Painel de Controlo de Contratação Pública



Source: TiFIS

Contratos

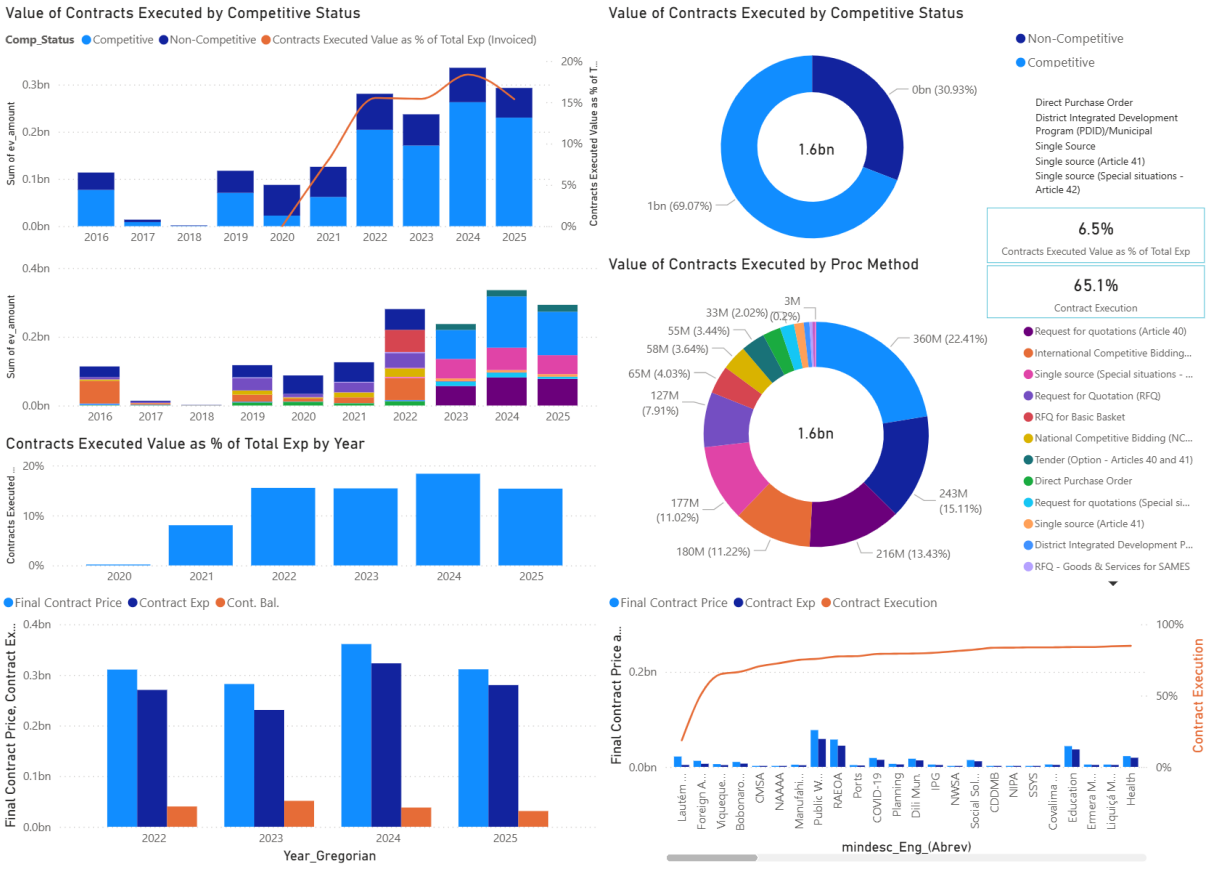
A análise da execução dos contratos com base nas faturas revela que se verificou uma grande melhoria desde 2022. Em percentagem da despesa total, as despesas com contratos situaram-se, em média, nos 6,5% entre 2016 e 2025. Os níveis aumentaram drasticamente,

passando de 1% entre 2016 e 2019 para 16,2% no período de 2022-25 e 18,4% em 2024. Dos 1,6 mil milhões de dólares adjudicados, foram gastos 1,2 mil milhões de dólares. Os contratos executados com base em faturas representaram 65% no período de 2016 a 2025, aumentando para 87% no período de 2022 a 2024. Os municípios, o Ministério das Obras Públicas (MOP) e a RAEOA são os que enfrentam mais problemas com a execução dos contratos. A análise revela também que existem muitos números de contrato sem títulos. (VerFigura 33).

A decisão do Governo sobre a utilização obrigatória do novo módulo de contratos públicos eletrónicos ajudará a garantir que todos os contratos constem do sistema e que não haja movimentação de fundos enquanto os contratos não estiverem registados no sistema.

Entre 2021 e 2025, registaram-se 61 000 contratos no sistema e, destes, 15 eram contratos repetidos, no sentido de que a descrição do contrato se repetiu 60 ou mais vezes. Normalmente, os contratos repetidos são divididos apenas no âmbito de um ano. Houve 4 contratos que se repetiram ao longo de 2 ou mais anos fiscais. As áreas da Agricultura, Polícia, SSPTE e Interior apresentaram o maior número de contratos no sistema. Houve 15 agências que registaram mais de 1 000 contratos. Existem 14 fornecedores com 150 ou mais contratos, sendo que 6 fornecedores se distribuíram por 2 ou mais anos. A Timor-Telecom foi o caso atípico em termos de valor ou de contratos repetidos (16,8 milhões de dólares)

Figura 33. Painel de Contratos

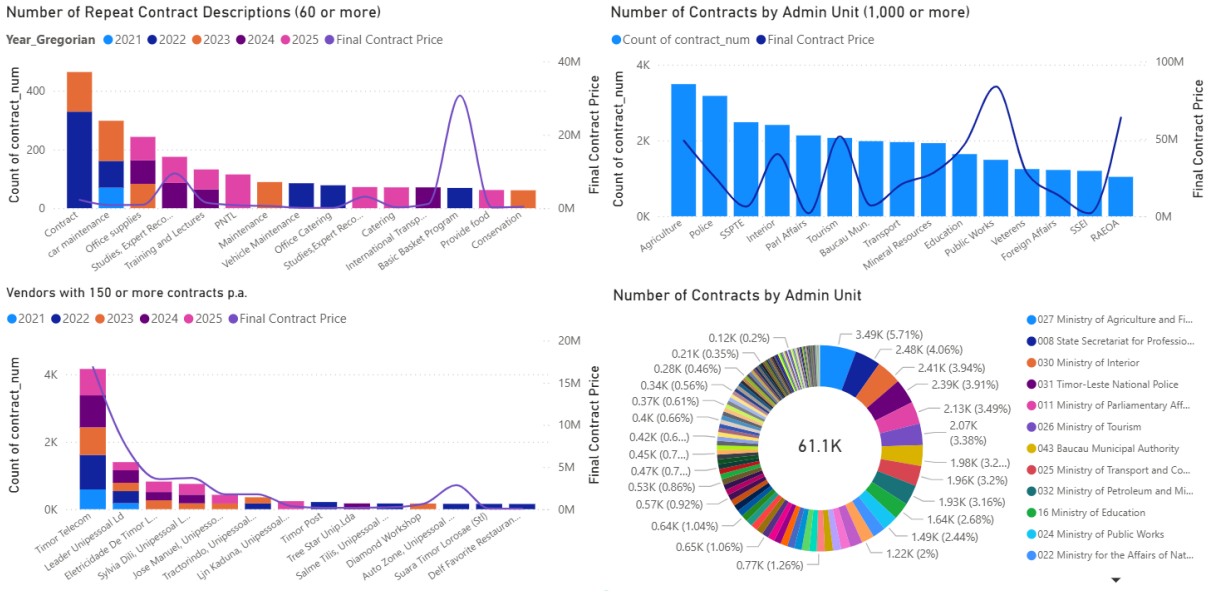


Source: TiFIS

Apenas 199 (0,1 %) contratos tinham uma duração superior a 2 anos, no valor de 2,4 milhões de dólares, durante o período de 2021-25. Em termos de quantidade de contratos plurianuais, 17 % de todos os contratos têm uma duração de 2 anos.

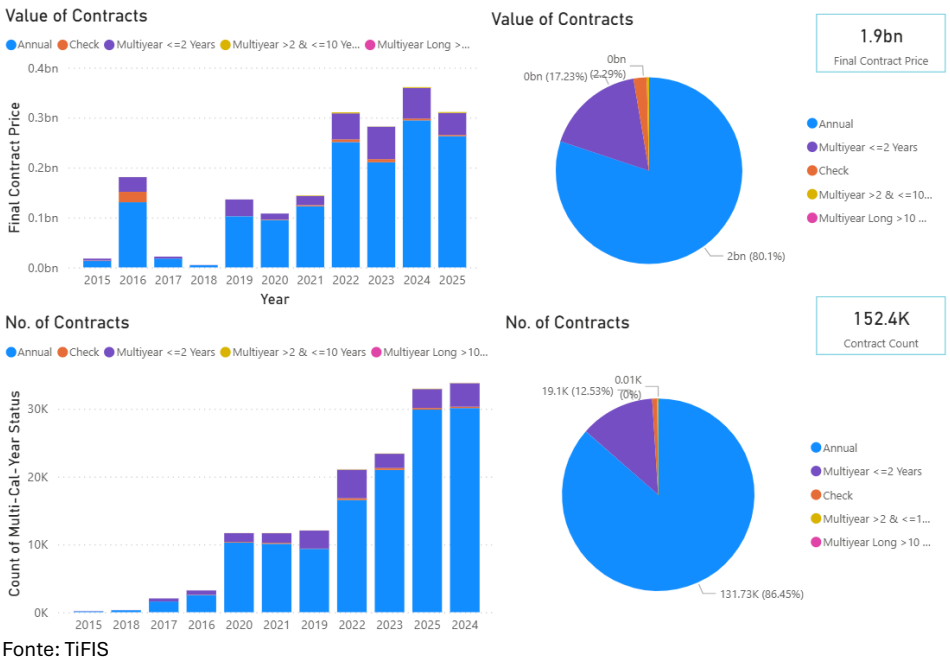
Um maior número de contratos plurianuais pode constituir uma prioridade mais elevada no âmbito de um quadro orçamental plurianual. Os contratos plurianuais são úteis para acompanhar os compromissos nos anos seguintes, estimar a margem orçamental e poupar tempo no início do ano (por exemplo, não é necessário passar por outro processo de contratação pública para selecionar o mesmo fornecedor).

Figura 34. Painel de Contratos Recorrentes (2021-25)



Source: TiFIS

Figura 35. Painel de Contratos Plurianuais (2021-25)

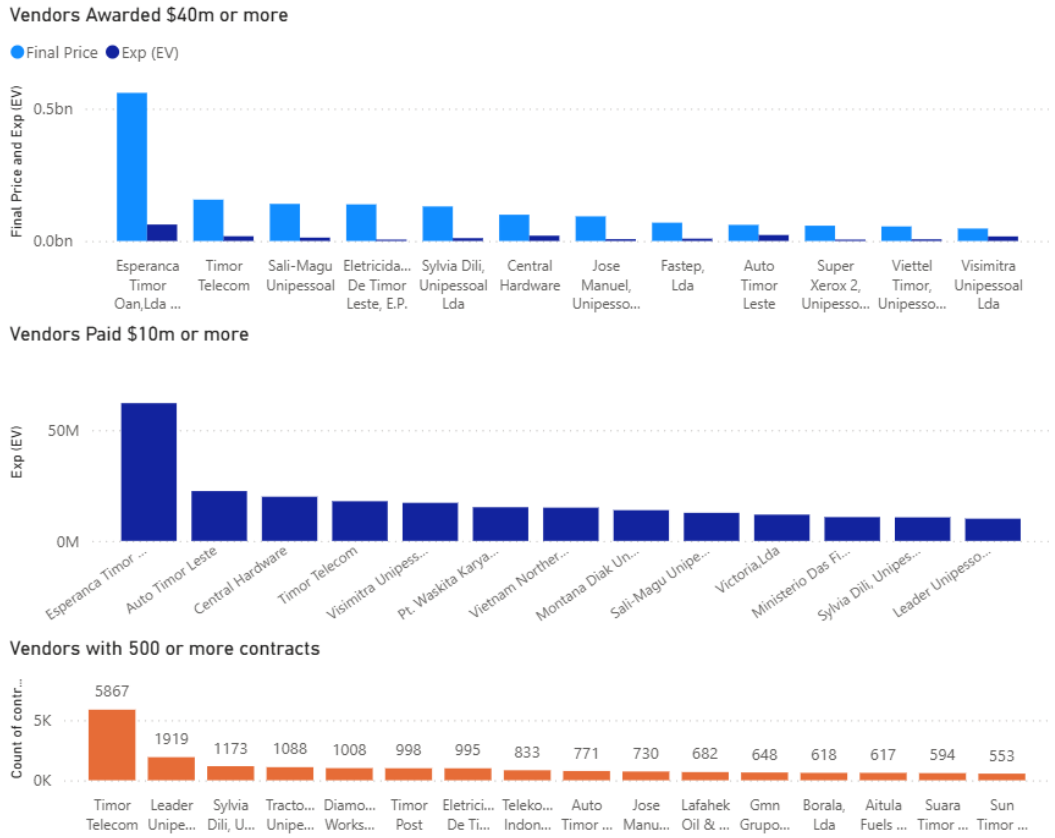


Fonte: TiFIS

Fornecedores

A análise dos fornecedores revela que 12 fornecedores receberam contratos que totalizaram mais de 40 milhões de dólares durante o período (2015-25). Verificou-se que a Esperança Timor foi a maior adjudicatária (mas recebeu apenas uma fração do montante). Houve 13 fornecedores que receberam efetivamente mais de 10 milhões de dólares durante o período. A Esperança Timor foi também o fornecedor que recebeu o maior montante. Houve 16 fornecedores com mais de 500 contratos durante o período. (VerFigura 36).

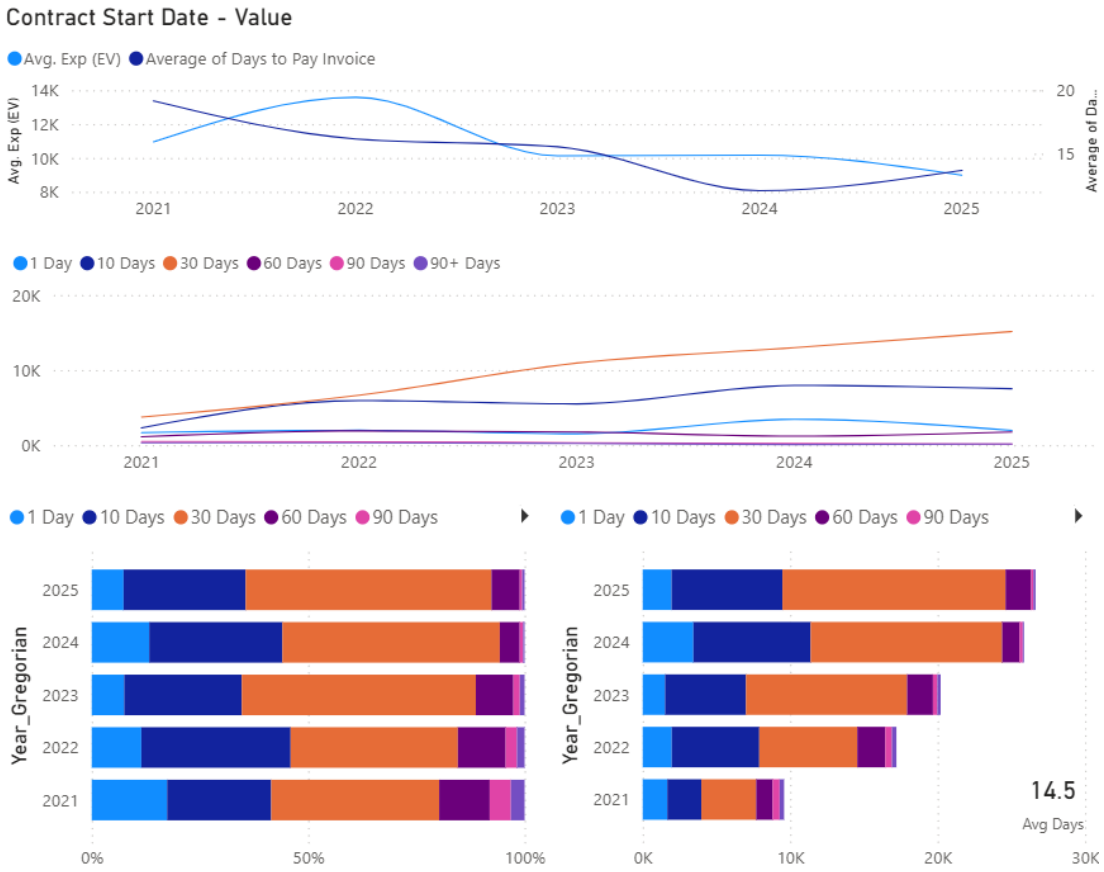
Figura 36. Painel de fornecedores



Source: TiFIS

Pagamento de faturas válidas

Figura 37. Painel de controlo do pagamento de faturas válidas



Year	1 Day	10 Days	30 Days	60 Days	90 Days	90+ Days	Pay invoices	Pay invoices 30+ days (%)	Pay invoices 60+ days (%)	Pay invoices 90+ days (%)
2025	1,959	7,517	15,132	1,741	151	145	26,796	7.6%	1.1%	0.54%
2024	3,436	7,953	12,988	1,191	205	85	26,063	5.7%	1.1%	0.33%
2023	1,516	5,489	10,927	1,752	301	223	20,509	11.1%	2.6%	1.09%
2022	1,971	5,935	6,648	1,901	448	304	17,655	15.0%	4.3%	1.72%
2021	1,670	2,306	3,721	1,118	470	304	10,059	18.8%	7.7%	3.02%
Total	**10,552**	**29,200**	**49,416**	**7,703**	**1,575**	**1,061**	**101,082**	**10.2%**	**2.6%**	**1.05%**

Source: TiFIS

Observam-se melhorias significativas no pagamento de faturas válidas ao longo do período de 2021 a 2025. O número de faturas pagas registadas quase triplicou, passando de 10 mil em 2021 para 27 mil em 2025. O tempo médio de processamento para pagar uma fatura válida diminuiu de 19 dias em 2021 para 14 dias em 2024, embora, em média, devesse rondar os 20 dias se o governo estivesse a obter rendimentos com os saldos de caixa detidos nos bancos. A taxa de processamento de faturas com mais de 90 dias diminuiu de 3% para 0,5%, enquanto a taxa de processamento de faturas com mais de 60 dias diminuiu de 11,7% em 2021 para 6,5%.

Opção PPG 12: sobre Aquisições, Contratos e Fornecedores

O Fundo de Infraestruturas, o Ministério das Finanças, o Ministério das Obras Públicas, a RAEOA e os municípios apresentarão uma proposta de política conjunta sobre a melhoria do desempenho na gestão de aquisições e contratos, com foco no reforço da execução dos contratos, na garantia de que todos os contratos sejam registados no sistema contabilístico, na melhoria da qualidade e transparência dos dados e na redução do risco de supervisão deficiente, atrasos na entrega e má relação custo-benefício.

Impacto orçamental estimado ao longo das Estimativas Futuras: -3 milhões de dólares (1 milhão de dólares de novas despesas e 4 milhões de dólares de poupanças)

PPG 13: Outras pressões no Orçamento de 2027 – Cidadãos e política

Análise de sentimento – O que os cidadãos e as empresas timorenses estão a discutir

Compreender o que os cidadãos e as empresas pensam é essencial ao definir as prioridades políticas. As escolhas orçamentais não são feitas no vácuo: têm mais probabilidades de serem eficazes, credíveis e politicamente sustentáveis quando respondem às pressões, expectativas e preocupações sentidas em todo o país. O sentimento público ajuda o governo a identificar onde os problemas são sentidos com maior intensidade, onde a confiança é fraca e onde são mais necessárias ações visíveis. Constitui, portanto, um complemento importante à análise fiscal, técnica e setorial na hora de decidir quais as prioridades que devem ser destacadas no processo do Orçamento de 2027.

A opinião pública em torno da Agenda de Reforma Orçamental de 2027 reflete uma mistura de otimismo, cautela e expectativas crescentes. As conversas em reuniões comunitárias, nos meios de comunicação locais, nas redes sociais e nas associações setoriais foram analisadas e revelam vários temas recorrentes. Estas perspetivas ajudam a explicar onde os cidadãos e as empresas vêem oportunidades, onde sentem pressão e onde esperam uma ação mais clara por parte do governo.

1. Pressões do custo de vida e estabilidade das famílias

Os cidadãos destacam consistentemente as preocupações com o aumento dos **preços** dos alimentos, dos transportes e dos bens de primeira necessidade. Embora a inflação tenha abrandado em comparação com o período pós-COVID, as famílias — especialmente nas zonas periurbanas e rurais — referem que os salários e os rendimentos do setor informal não têm acompanhado o ritmo dos custos de vida. Os temas-chave incluem:

- **Segurança alimentar e volatilidade dos preços**, particularmente do arroz, do óleo alimentar e dos produtos básicos importados.
- **Custos de transporte**, impulsionados pelas pressões sobre os preços dos combustíveis e pela concorrência limitada nas rotas de transportes públicos.

- **Acessibilidade à habitação**, especialmente em Díli, onde os preços das rendas continuam a subir mais rapidamente do que os rendimentos.
- **Expectativas de uma proteção social mais forte**, incluindo um apoio mais previsível para famílias vulneráveis e cidadãos idosos.

Sentimento geral: *«A vida está a ficar mais cara e os sistemas de apoio parecem desiguais.»*

2. Prestação de serviços: saúde, educação e infraestruturas locais

Os cidadãos manifestam um forte interesse em melhorias nos serviços de primeira linha. As questões mais frequentemente mencionadas incluem:

- **A fiabilidade do sistema de saúde**, especialmente a disponibilidade de medicamentos, a capacidade de diagnóstico e os tempos de espera.
- **A qualidade da educação**, com preocupações quanto ao absentismo dos professores, aos resultados de aprendizagem e à manutenção das escolas.
- **As infraestruturas locais**, em particular as estradas, o sistema de drenagem, o abastecimento de água e a fiabilidade do fornecimento de eletricidade fora de Díli.
- **A conectividade digital**, cada vez mais considerada essencial para a educação, as empresas e os serviços públicos.

Sentimento geral: *«Queremos melhorias visíveis nos serviços que utilizamos todos os dias.»*

3. Emprego, competências e oportunidades para os jovens

Grupos de jovens, associações de estudantes e líderes comunitários manifestam constantemente preocupações quanto às oportunidades de emprego limitadas. Temas-chave:

- **Elevada taxa de desemprego juvenil**, especialmente entre os diplomados do ensino secundário e universitário.
- **Desfasamento de competências**, com os empregadores a referirem dificuldades em encontrar trabalhadores com competências técnicas e digitais.
- **Interesse na formação profissional**, particularmente nos setores da construção, hotelaria, agricultura e TIC.
- **Vias de migração**, com muitos jovens a considerarem os programas de trabalho no estrangeiro como a sua opção mais realista.

Sentimento geral: *«Os jovens precisam de vias reais de acesso ao mercado de trabalho, não apenas de certificados de formação.»*

4. Preocupações do setor privado: previsibilidade, regulamentação e acesso ao financiamento

As empresas, especialmente as PME, estão focadas no ambiente empresarial e na previsibilidade dos processos governamentais. Os temas comuns incluem:

- **Incerteza regulatória**, incluindo licenciamento, inspeções e aplicação inconsistente da legislação.

- **Transparência nos contratos públicos**, com as empresas a procurarem regras mais claras, pagamentos mais rápidos e mais oportunidades para as empresas locais.
- **Acesso ao financiamento**, especialmente para as pequenas empresas que não dispõem de garantias ou de registos formais.
- **Estreituras de infraestruturas**, tais como custos logísticos, atrasos portuários e fornecimento de eletricidade instável em alguns municípios.
- **Escassez de competências**, o que aumenta os custos operacionais e reduz a produtividade.

Opinião geral: *«O setor privado precisa de estabilidade, clareza e condições de concorrência equitativas.»*

5. Expectativas em relação às receitas do petróleo e à sustentabilidade fiscal

Os cidadãos e as empresas estão cada vez mais conscientes dos riscos a longo prazo associados à diminuição das receitas do petróleo. Os debates centram-se frequentemente em:

- **O futuro do Fundo do Petróleo**, incluindo preocupações com a sustentabilidade e a equidade intergeracional.
- **A diversificação**, com forte apoio público ao investimento na agricultura, no turismo e na indústria transformadora.
- **A transparência**, particularmente no que diz respeito a grandes projetos de infraestruturas e a empresas estatais.
- **Equidade**, com os cidadãos a desejarem que a riqueza do petróleo se traduza em melhorias visíveis na vida quotidiana.

Sentimento geral: *«As pessoas querem ter a garantia de que o dinheiro público está a ser utilizado de forma sensata e de que o país não ficará sem dinheiro num futuro próximo.»*

6. Governação, transparência e combate à corrupção

Em todos os grupos — cidadãos, OSC e empresas — existe um forte desejo de:

- **Maior transparência na elaboração do orçamento e nos processos de adjudicação**
- **Relatórios mais claros sobre o progresso e os resultados dos projetos**
- **Maior responsabilização pelo uso indevido de fundos públicos**
- **Informação mais simples e acessível sobre os programas governamentais**

Sentimento geral: *«A confiança aumenta quando a informação é clara e os resultados são visíveis.»*

7. Otimismo em relação à reforma, aliado à exigência de resultados

Embora as preocupações sejam reais, existe também um notável sentimento de otimismo em relação à agenda de reformas do governo. Os cidadãos e as empresas manifestam o seu apoio a:

- **Modernização da gestão das finanças públicas**
- **Melhoria na prestação de serviços**
- **O reforço do desenvolvimento local**
- **Expansão das oportunidades económicas**

No entanto, salientam que as reformas têm de se traduzir em **melhorias tangíveis** — melhores estradas, melhores escolas, mais empregos e processos governamentais mais previsíveis.

Opinião geral: *«As reformas são bem-vindas, mas os resultados têm de ser sentidos no terreno.»*

Consultas aos cidadãos e aos parceiros sociais — Feedback sobre as prioridades para o Orçamento de 2027

Feedback dos cidadãos

A definição das prioridades para o Orçamento do Estado de 2027 está a ser orientada por consultas à comunidade. Nos termos da Secção II do Decreto-Lei n.º 4/2025, o Governo estabeleceu um processo de orçamentação participativa apoiado por consultas aos cidadãos, aos parceiros sociais e aos órgãos soberanos. Estas Sessões Orçamentais têm como objetivo identificar propostas para novas prioridades nacionais com implicações orçamentais. Os resultados preliminares das consultas aos cidadãos já estão disponíveis e foram recolhidos através de um inquérito semiestruturado com métodos mistos, concebido para refletir as prioridades, preocupações e experiências vividas pelos cidadãos.

A consulta produziu um conjunto de dados sobre a voz dos cidadãos que capta as prioridades, preocupações e experiências vividas por 1 214 inquiridos em todos os municípios e postos administrativos. Reúne as perspetivas de membros da comunidade, líderes locais, utilizadores de serviços e funcionários da linha da frente, proporcionando uma imagem fundamentada de como as pessoas vivem os serviços públicos, as infraestruturas, as oportunidades económicas, as pressões ambientais e a governação. Através de uma combinação de perguntas estruturadas e respostas abertas, os cidadãos identificaram os desafios mais urgentes que as suas comunidades enfrentam e as ações que, na sua opinião, o governo deve priorizar em 2027. Esta base de dados ajuda a garantir que o Orçamento de 2027 reflita as condições no terreno e alinhe as prioridades nacionais com as vozes das pessoas a quem serve.

Figura 38. Prioridades da consulta aos cidadãos para o Orçamento de 2027



Os resultados da consulta fornecem uma base clara para priorizar o espaço orçamental limitado em áreas de despesa de elevado impacto e amplamente apoiadas, melhorando simultaneamente a eficácia das despesas existentes. O sinal mais forte e consistente, tanto por parte dos cidadãos como dos parceiros sociais, é que ***as infraestruturas devem receber a maior parte do espaço orçamental disponível***, especialmente ***estradas e pontes***, seguidas pela ***água e pelo saneamento***. Isto não é visto como uma competição com os setores sociais, mas sim como a plataforma facilitadora de um melhor acesso à saúde, à educação, aos mercados e aos serviços.

No âmbito dos setores sociais, os resultados sugerem que o espaço orçamental deve ser direcionado para a resolução de *estrangulamentos específicos na prestação de serviços, em vez de para uma expansão generalizada*. Na educação, isto significa dar prioridade *à qualidade, à afetação e à retenção dos professores*, especialmente em áreas carenciadas. Na saúde, a prioridade mais clara é resolver *a escassez de medicamentos e equipamentos*, a par das lacunas na força de trabalho no setor da saúde e das barreiras de acesso em áreas remotas. No emprego e no desenvolvimento económico, os dados apontam para *a formação profissional e técnica, o apoio à agricultura e aos meios de subsistência rurais,* e *o acesso ao financiamento para as pequenas empresas* como as utilizações mais credíveis dos recursos adicionais para apoiar a criação de emprego, especialmente para os jovens.

Os resultados indicam também que a forma como o dinheiro é gasto é tão importante quanto o local onde é gasto. Uma grande parte dos inquiridos atribui o fracasso dos projetos não à falta de financiamento, mas a ***atrasos na implementação, ao fraco desempenho dos contratantes e à má manutenção***. Isto implica que parte de qualquer margem orçamental disponível deve ser utilizada para reforçar ***os sistemas de adjudicação de contratos, gestão de contratos e execução***, de modo a que as novas dotações se traduzam em resultados visíveis. De um modo geral, a consulta apoia uma abordagem de priorização que canalize o escasso espaço orçamental para ***infraestruturas essenciais, para a resolução de estrangulamentos específicos no capital humano, para percursos de emprego para jovens e para uma maior capacidade de implementação***.

Parceiros sociais

A consulta aos parceiros sociais proporciona uma perspetiva institucional clara sobre os constrangimentos e as prioridades de desenvolvimento do país, complementando o inquérito aos cidadãos — de âmbito geográfico alargado — com uma análise aprofundada sobre a conceção dos programas e as barreiras sistémicas. As 40 organizações participantes representam ONG nacionais, universidades, sindicatos, grupos de defesa de direitos e parceiros internacionais. Embora estejam, na sua maioria, sediadas em Díli, têm mandatos nacionais e trazem um nível de especialização técnica e setorial que ajuda a interpretar os sinais dos cidadãos. O seu perfil demográfico é mais equilibrado do que o dos cidadãos em geral, com quase metade de mulheres e uma representação notavelmente mais elevada de pessoas com deficiência, refletindo a inclusão deliberada de organizações de pessoas com deficiência.

Em todos os setores, os parceiros sociais reforçam as mesmas prioridades centrais identificadas pelos cidadãos, mas acrescentam detalhes de diagnóstico mais precisos. No domínio da proteção social, salientam que o apoio às famílias vulneráveis de baixos rendimentos continua a ser a necessidade mais urgente e destacam as ligações com o emprego juvenil e as

melhorias na base de dados dos beneficiários como essenciais para uma orientação eficaz dos intervenções. Isto leva a discussão para além de categorias gerais de vulnerabilidade, rumo a ajustamentos específicos nos programas sobre os quais os ministérios podem agir. O seu feedback sugere que o desafio não reside apenas na escala do apoio, mas também na precisão e na capacidade administrativa do sistema que o presta.

No que diz respeito ao emprego, os parceiros sociais fornecem a análise estrutural mais passível de aplicação prática em toda a consulta. Enquanto os cidadãos dão prioridade, de forma esmagadora, à formação profissional e técnica, *os parceiros sociais explicam por que razão o desajustamento persistente entre as competências e o mercado, o investimento limitado do setor privado e a complexidade regulamentar constituem os principais obstáculos à criação de emprego*. Este diagnóstico institucional confere ao SEFOPE e ao Ministério da Educação um mandato mais claro — não apenas para expandir o ensino e formação profissional (TVET), mas para alinhar os currículos com a procura dos empregadores e abordar o ambiente regulatório e de investimento que limita o crescimento do emprego. Reenquadra o emprego juvenil como um problema sistémico, em vez de um problema exclusivamente de formação.

A sua avaliação das questões de saúde e governação também aprofunda as conclusões dos cidadãos. Os parceiros sociais confirmam que a escassez de medicamentos e de equipamento continua a ser o principal desafio na área da saúde, mas associam-na diretamente às fragilidades da cadeia de abastecimento e às lacunas na mobilização da força de trabalho. No que diz respeito à governação, fazem eco das preocupações dos cidadãos relativamente aos atrasos na implementação e ao fraco desempenho dos contratantes, identificando a gestão de contratos e de aquisições como falhas sistémicas, em vez de questões municipais isoladas. Isto reforça a necessidade de mecanismos de supervisão mais robustos no âmbito do Ministério das Finanças e dos ministérios setoriais, particularmente no que diz respeito a projetos de capital.

Figura 39. Prioridades dos Parceiros Sociais para o Orçamento de 2027



Em conjunto, a análise dos parceiros sociais fornece aos ministros uma narrativa institucional coerente: *as prioridades centrais do país — infraestruturas, emprego juvenil, fiabilidade do sistema de saúde e proteção social — são amplamente partilhadas, mas a sua resolução depende da correção dos sistemas que as concretizam*. As suas perspetivas apontam para reformas específicas nas áreas das aquisições, cadeias de abastecimento, registo de beneficiários e alinhamento de competências. Neste sentido, a linha de ação dos Parceiros Sociais não contradiz o mandato dos cidadãos; explica-o, oferecendo os detalhes programáticos necessários para traduzir as prioridades públicas gerais em opções políticas exequíveis para o orçamento de 2027.

Considerações de economia política para a CRP: Compromissos e definição de prioridades

As escolhas orçamentais são moldadas não só pela análise fiscal e pelas necessidades de prestação de serviços, mas também por pressões mais amplas da economia política. Os orçamentos devem funcionar num contexto de gestão de coligações, negociação interinstitucional e necessidade de manter um consenso político viável. Isto pode alargar o leque de pedidos de despesas para além do que a eficiência ou os retornos de desenvolvimento a longo prazo justificariam. Para o Orçamento de 2027, é, por isso, importante reconhecer que algumas exigências de despesas podem decorrer da necessidade de preservar a estabilidade política, manter os mecanismos de governação ou responder a atores influentes, mesmo quando tal não se coaduna perfeitamente com a disciplina fiscal e a definição de prioridades baseada em políticas.

O ciclo eleitoral que se aproxima constitui outra fonte importante de pressão orçamental. À medida que as eleições municipais, presidenciais e parlamentares se aproximam, os governos em todo o mundo enfrentam frequentemente incentivos mais fortes para favorecer despesas de grande visibilidade, de curto prazo ou geograficamente dispersas, que demonstrem capacidade de resposta aos cidadãos e aos eleitores locais. Isto não implica, por si só, um comportamento inadequado, mas aumenta o risco de que os incentivos políticos de curto prazo suplantem investimentos mais disciplinados em manutenção, capacidade institucional e reformas cujos benefícios são significativos, mas menos visíveis. Um quadro orçamental claro a médio prazo é, por conseguinte, importante para equilibrar a capacidade de resposta eleitoral com a sustentabilidade e a coerência das políticas. Uma vantagem política prática das estimativas prospectivas é que é possível tomar decisões firmes agora, enquanto os efeitos das despesas são escalonados para os anos futuros, o que permite margem para revisão antes da implementação total.

As relações externas também podem gerar implicações orçamentais significativas. As relações de Timor-Leste com parceiros bilaterais e regionais fundamentais revestem-se de importância estratégica, diplomática e económica, mas podem igualmente criar expectativas em matéria de cofinanciamento, compromissos de acolhimento, financiamento de contrapartida, despesas relacionadas com o protocolo ou apoio a iniciativas ligadas ao posicionamento internacional. Os compromissos que envolvem países como Portugal, a Austrália, a Indonésia, a China e outros podem cruzar-se com as agendas das infraestruturas, da

educação, da segurança, do comércio e da energia, criando tanto oportunidades como obrigações fiscais. Estas não são apenas questões de política externa; são também questões de gestão orçamental, uma vez que podem moldar a composição e o calendário das despesas e exigem um equilíbrio cuidadoso face às prioridades internas.

Outra questão é o risco de que as pressões políticas e administrativas possam enfraquecer a qualidade da afetação e execução das despesas. Quando os sistemas orçamentais, os controlos de contratação pública e os mecanismos de prestação de contas são fracos, é mais provável que os recursos sejam canalizados para projetos de baixa prioridade, afetações geográficas desequilibradas ou despesas com valor limitado para o desenvolvimento. Isto deve ser entendido, antes de mais, como um risco de governação e integridade, e não apenas como um problema técnico de orçamentação. A discussão sobre as diferenças políticas deve, por conseguinte, enfatizar também a transparência, uma avaliação credível, um sistema de contratação pública robusto e um acompanhamento consistente da execução. O reforço destes sistemas ajuda a conter o risco de que as pressões políticas se traduzam em despesas de má qualidade, preservando simultaneamente a capacidade do Governo de responder a exigências políticas e sociais legítimas de forma mais disciplinada e equitativa.

Um risco relacionado com a economia política é o surgimento de «armadilhas de vulnerabilidade mútua». Estas surgem quando os atores políticos, as instituições e os agentes de execução ficam interligados entre si através de alocações discricionárias, controlos fracos ou dependência da continuidade dos fluxos orçamentais. Nesses contextos, os líderes podem depender de compromissos de despesa para manter o apoio, enquanto as agências, os contratantes ou outros atores se tornam dependentes desses mesmos mecanismos para obter recursos ou proteção. O resultado é que, mesmo quando as ineficiências ou as fraquezas de governação são amplamente reconhecidas, a reforma torna-se mais difícil porque múltiplos atores enfrentam custos decorrentes da alteração do sistema. Com o tempo, isto pode fixar o orçamento em despesas de baixo valor, enfraquecer a prestação de contas e reduzir a capacidade do Governo de redirecionar recursos para utilizações de maior prioridade e maior impacto.

Para a CRP, a implicação é que as decisões orçamentais devem ser avaliadas não só em termos de viabilidade fiscal, mas também para determinar se reduzem a dependência de acordos discricionários e reforçam, ao longo do tempo, uma afetação de recursos baseada em regras e de maior valor.

Em conjunto, estas pressões reforçam a necessidade de uma abordagem holística e de a CRP tratar o Orçamento de 2027 não apenas como um exercício fiscal, mas como um teste para verificar se a elaboração orçamental baseada em políticas pode reforçar a disciplina, a transparência e a alocação estratégica sob restrições políticas reais.

Opção PPG 13: sobre a gestão das pressões da economia política no Orçamento de 2027

O Ministério das Finanças, o Ministério do Planeamento e do Investimento Estratégico, os ministérios da CRP e o Ministério da Administração Estatal devem apresentar uma proposta de Prioridade Política do Governo sobre a gestão das pressões da economia política no Orçamento de 2027. A recomendação deverá apresentar opções práticas para reforçar a afetação de recursos baseada em regras, melhorar a transparência em torno das pressões de despesas politicamente sensíveis e garantir que as decisões da RPC sejam avaliadas não só em termos de viabilidade financeira, mas também quanto ao seu efeito na disciplina orçamental, na qualidade da execução e na capacidade do Governo de redirecionar recursos para utilizações de maior prioridade e maior valor ao longo do tempo. A opção política deverá prever um fundo reservado para prioridades políticas fundamentais e um mecanismo para isolar as políticas de elevado crescimento, com salvaguardas e mecanismos de autoaplicação.

Impacto orçamental estimado ao longo das Estimativas Futuras: 10 milhões de dólares ao longo de 3 anos (com caducidade)

3: Oportunidades e pressões das políticas setoriais

PPG 14: Garantir o futuro: do compromisso à decisão sobre o petróleo e os minerais

O desenvolvimento dos campos de Kuda Tasi e Jahal é um projeto petrolífero offshore em Timor-Leste operado pela Finder Energy em parceria com a Timor Gap. O projeto está a avançar rumo a uma decisão final de investimento, estando a primeira produção de petróleo prevista para o final de 2027. Espera-se que esta produção se torne a primeira nova produção de petróleo de Timor-Leste desde Bayu-Undan, proporcionando uma importante fonte de receitas petrolíferas e oportunidades de investimento, além de ajudar a reduzir a pressão fiscal.

O projeto **Greater Sunrise está mais próximo da execução efetiva do que em qualquer outro momento nos últimos 20 anos**, mas continua pré-Decisão Final de Investimento (FID). A FID é um marco crítico em que o Governo e os investidores aprovam formalmente o projeto e comprometem o capital necessário para passar do planeamento à execução. O momento decisivo é em meados de 2026, quando a Woodside e Timor-Leste terão de chegar a um consenso sobre um único conceito de desenvolvimento. Todos os sinais apontam para o Timor-Leste Liquified Natural Gas (TLNG) em Natarbora, embora os riscos financeiros continuem a ser significativos.

A urgência económica está a intensificar-se. O Fundo Petrolífero de Timor-Leste desceu para 18 mil milhões de dólares em 2026, com os levantamentos a excederem as receitas — o que aumenta a pressão para garantir as receitas do Sunrise. Tendo em conta que as receitas petrolíferas potenciais de Kuda Tasi e Jahal são estimadas como sendo relativamente reduzidas, dependendo da produção e dos preços globais da energia, garantir o «Greater Sunrise» não é, portanto, apenas um objetivo do setor energético; é fundamental para a estratégia fiscal de médio prazo do Governo, para a sua capacidade de evitar um ajustamento mais acentuado na década de 2030 e para a sua ambição mais ampla de converter a riqueza petrolífera remanescente num crescimento sustentável não petrolífero.

O Governo já comprometeu cerca de 20 milhões de dólares para estudos técnicos numa fase inicial, incluindo 5,6 milhões de dólares para um estudo geotécnico e 13 milhões de dólares para um estudo meteorológico e oceânico. Estes estudos estão a ser realizados ao abrigo de um acordo de cooperação entre o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais e a Woodside, com o objetivo de aperfeiçoar um conceito de Liquefied Natural Gas (LNG) / Gás Natural Liquefeito (GNL) com base em Timor. Estes estudos são explicitamente descritos como essenciais para reduzir os riscos do projeto de engenharia e do planeamento do desenvolvimento offshore.

Meados de 2026 é agora o prazo decisivo para a seleção do conceito. A Woodside e o Governo concordaram em apresentar uma recomendação de seleção do local até meados de 2026, comparando o TLNG em Natarbora (Timor-Leste) com o Darwin LNG (Austrália). O Presidente Ramos-Horta afirmou publicamente que espera que os parceiros anunciem o TLNG em Timor-Leste como a opção escolhida até meados de 2026.

A dinâmica política mudou significativamente no sentido do «Timor-Leste em primeiro lugar». Verificou-se uma importante mudança geopolítica após o Acordo de Cooperação em

matéria de GNL entre Timor-Leste e a Woodside. O Governo impôs efetivamente uma reorientação para o processamento em terra em Timor, um objetivo político de longa data. As equipas de engenharia estão agora a avaliar unidades modulares de GNL para Natarbora, a fim de compensar o custo adicional de cerca de 5 mil milhões de dólares americanos associado à travessia da Fossa de Timor. Esta abordagem modular visa reduzir as despesas de capital e acelerar os prazos.

A Austrália e Timor-Leste reafirmaram o seu compromisso de acelerar o projeto. Em janeiro de 2026, ambos os governos emitiram uma declaração conjunta para: i) concluir o Código de Exploração Petrolífera; ii) finalizar o Contrato de Partilha de Produção (PSC) do Greater Sunrise; iii) finalizar o regime fiscal; e iv) apoiar a Joint Venture (JV) Sunrise a apresentar um único Conceito de Desenvolvimento o mais rapidamente possível. A Austrália anunciou também que se compromete a transferir pelo menos um terço da sua quota de receitas para um Fundo de Infraestruturas de Timor-Leste. O funcionamento deste fundo ainda está por determinar.

O âmbito técnico está a ser aperfeiçoado pela Woodside. A Woodside está a avançar com estudos de viabilidade para uma nova unidade de GNL de Timor-Leste (TLNG) com uma capacidade de cerca de 5 mtpa, incluindo: i) o abastecimento de gás doméstico; ii) a extração de hélio; e iii) o aperfeiçoamento comercial e técnico em paralelo com as negociações jurídicas e fiscais.

Para melhorar o acompanhamento do progresso do projeto Greater Sunrise – TLNG, poderão ser realizadas análises para acompanhar quatro elementos essenciais: 1. se os marcos estratégicos estão a avançar (seleção do conceito, quadros jurídicos e fiscais, preparação para a Decisão Final de Investimento (FID) e infraestruturas de apoio); 2. se as vertentes técnicas estão a reduzir os riscos do conceito TLNG (resultados geotécnicos e meteorológicos-oceânicos, conceção modular do GNL, engenharia de gasodutos e planeamento de reservatórios); 3. se as condições comerciais e financeiras continuam viáveis (capex/opex atualizados, perspetivas do mercado de GNL, alinhamento da joint venture e estratégia de financiamento); e 4. se a governação e a coordenação política entre Timor-Leste, a Austrália e a joint venture se mantêm estáveis. Cada revisão deve atualizar um registo de riscos em tempo real e verificar se há atrasos no caminho crítico, desde a seleção do conceito até ao FEED, à FID, à construção e ao primeiro gás.

Opção PPG 14: sobre Garantir o Futuro: Do compromisso à decisão sobre o petróleo e os minerais

O Ministério do Petróleo e dos Recursos Minerais, o Ministério das Finanças, o Ministério Planeamento e Investimento Strategico e o Fundo de Infraestruturas devem apresentar uma proposta orçamental relativa ao desenvolvimento petrolífero e mineral, em particular ao avanço do projeto Greater Sunrise – TLNG, indicando as despesas efetuadas até à data, os progressos no sentido da Decisão Final de Investimento e quaisquer alterações necessárias às atuais decisões de investimento e aos quadros de monitorização. A proposta deve identificar o que já foi comprometido, o que ainda falta financiar, as implicações para a estratégia fiscal a médio prazo, as estimativas futuras e os pontos de decisão que têm implicações orçamentais e que exigirão orientação da CRP.

Impacto fiscal estimado ao longo das estimativas futuras: 0 milhões de dólares

PPG 15: Concretizar o potencial da economia azul — Desenvolver uma indústria pesqueira de 200 milhões de dólares por ano

Timor-Leste possui um forte potencial marítimo, mas partimos de uma base extremamente baixa. Um setor das pescas sustentável no valor de 200 a 300 milhões de dólares é um objetivo realista com a estratégia certa, mas exigirá investimento, reforma regulamentar e industrialização. Um estudo recentemente concluído estima que Timor-Leste tenha perdido 407 milhões de dólares entre 2018 e 2024 devido à ausência de uma indústria pesqueira forte liderada por timorenses, o que permitiu que a pesca ilegal estrangeira prosperasse. Isto equivale a uma perda de 58 milhões de dólares por ano. Foi desenvolvida uma estratégia preliminar de dez anos como caso-piloto. O horizonte temporal é 2027–2037 (ver Figura 40)

O objetivo estratégico é: «Construir um setor das pescas diversificado e com capacidade de exportação, que inclua a pesca costeira sustentável, a pesca industrial do atum, a aquicultura e a transformação com valor acrescentado». Isto exigirá um investimento sustentado ao longo de dez anos, mas irá gerar crescimento, criar postos de trabalho e ajudar a diversificar a economia, bem como a reduzir a pressão a longo prazo sobre o fundo petrolífero.

Estratégia de Dez Anos em Três Fases

O investimento seria realizado em três fases durante o período de investimento de dez anos (verFigura 40 abaixo).

As estimativas iniciais apontam para que o setor das pescas produza cerca de 200 milhões de dólares por ano no décimo ano. O investimento total necessário para construir tal indústria ronda os 300 milhões de dólares, aumentando gradualmente ao longo do tempo (verTabela 22 eTabela 23).

O financiamento proviria de várias fontes e assumiria diferentes formas, incluindo o Governo, empréstimos em condições favoráveis de parceiros de desenvolvimento, o setor privado e investimentos do Fundo do Petróleo/Desenvolvimento (participações de capital) (verTabela 24).

Figura 40. Cronograma de Desenvolvimento da Indústria Pesqueira (10 Anos)

PHASE 1 (Years 1–3): Foundation	PHASE 2 (Years 4–7): Industrialisation	PHASE 3 (Years 8–10): Expansion & Export Growth
• Avaliação das unidades populacionais de atum • Reforma do sistema de licenciamento • Fase 1 da cadeia de frio • Expansão da produção de algas marinhas	• Fábrica de atum em funcionamento • Barcos de pesca com palangre e redes de cerco operacionais • Construção de explorações de camarão	• Segunda expansão da aquicultura • Transformação de valor acrescentado • Diversificação de mercados (Japão, Coreia, UE)

• Modernização da frota artesanal • Início da construção da fábrica de atum **Investimento:** 80–100 milhões de dólares **Valor do setor:** 40–60 milhões de dólares	• Fase 2 da cadeia de frio • Certificação de exportação obtida **Investimento:** 120–150 milhões de dólares **Valor do setor:** 100–140 milhões de dólares	• Modernização do retalho nacional **Investimento:** 100–120 milhões de dólares **Valor do setor:** 180–220 milhões de dólares

Tabela 22. Subsectores das pescas e estimativas do valor potencial (190-240 milhões de dólares por ano)

Subsetor	Valor anual (USD)	Quota
Atum industrial (palangre + transformação)	90–110 milhões	45–55%
Pesca costeira (artesanal + de proximidade)	35–45 m	18–22%
Aquicultura (algas marinhas, camarão, garoupa)	40–50 m	20–25%
Taxas de licenciamento e acesso	15–20 m	8–10%
Venda a retalho no mercado interno e cadeia de frio	10–15 milhões	5–7%

Tabela 23. Necessidades de investimento na indústria pesqueira

Componente	Custo (USD)
A. Desenvolvimento da indústria do atum	120–150 milhões
B. Expansão da aquicultura	60–70 m
C. Modernização da pesca costeira	35–45 m
D. Cadeia de frio + logística	40–50 m
E. Regulamentação + MCS + certificação	20–25 m
F. Investigação, formação e extensão	15–20 m
G. Portos e infraestruturas de apoio	20–25 m

Tabela 24. Estratégia de Financiamento do Desenvolvimento da Indústria Pesqueira

Fonte	Montante (USD)	Notas
Governo de Timor-Leste	80–100 milhões	Infraestruturas, MCS, certificação
Parceiros de desenvolvimento (BAD, BM, JICA, UE, DFAT)	80–120 m	Cadeia de frio, aquicultura, pesca costeira
Setor privado (estrangeiro + nacional)	120–150 m	Fábrica de atum, frota, explorações de camarão
Capital catalisador de fundos soberanos	20–30 milhões	Participação em joint ventures de atum

Podem ser criados cerca de 10 000 postos de trabalho a partir de um investimento no setor das pescas (ver Tabela 25 e Tabela 26). Esta estimativa baseia-se em:

- Economias insulares comparáveis (Fiji, Palau, Seicheles, Cabo Verde)
- A intensidade de mão-de-obra de Timor na indústria pesqueira e a estratégia de investimento centrada na costa norte.

Tabela 25. Estimativas de criação direta de emprego decorrentes do investimento na indústria pesqueira

Setor	Empregos diretos	Exemplos
Atum industrial (frota + transformação)	3 500–5 000	Navios de pesca com palangre, navios de pesca com rede de cerco, trabalhadores de fábricas de transformação, inspetores, logística
Pesca costeira (artesanal + de proximidade)	2 500–3 500	Pescadores, pessoal dos locais de desembarque, fábricas de gelo, processadores de pequena escala
Aquicultura (algas, camarão, peixes)	1 800–2 500	Técnicos de exploração, pessoal de incubadoras, cooperativas de algas marinhas
Cadeia de frio e logística	300–500	Motoristas, operadores de armazéns frigoríficos, controlo de qualidade
Total	**8 000–11 000**	

Tabela 26. Estimativas totais de criação de emprego decorrentes do investimento no setor das pescas

Categoria	Empregos criados
Diretos	8 000-11 000
Indiretos	6 000–9 000
Induzidos	4 000–6 000
TOTAL	**18 000–26 000**

Para além dos postos de trabalho diretos, criam-se também postos de trabalho indiretos e induzidos.

Os postos de trabalho indiretos estão relacionados com a cadeia de abastecimento, onde poderão surgir mais 6 000 a 9 000 postos de trabalho. Trata-se de postos de trabalho criados em: i) construção e reparação de embarcações; ii) fabrico de redes e fornecimento de artes de pesca; iii) produção de rações (camarão/peixe); iv) transporte e distribuição; v) embalagem e produção de gelo; vi) abastecimento de combustível; vii) engenharia e manutenção; viii) insumos de fabrico local; e ix) serviços de TIC e rastreabilidade digital. A pesca industrial do atum e a aquicultura apresentam multiplicadores muito fortes na cadeia de abastecimento.

Os empregos induzidos são aqueles criados através dos efeitos económicos mais amplos do rendimento da pesca, à medida que as famílias e as empresas ligadas ao setor gastam os seus rendimentos em bens e serviços locais. As estimativas nesta categoria situam-se entre 4 000 e 6 000 empregos induzidos. Estes provêm de: i) comércio a retalho; ii) serviços locais; iii) mercados alimentares; iv) educação; v) transportes; e vi) pequenas empresas sustentadas pelo rendimento proveniente da pesca.

Como esta proposta se alinha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento

1. Apoia a diversificação económica para além do petróleo

Um tema central do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) é a redução da dependência do petróleo e do gás através do desenvolvimento de setores produtivos não petrolíferos. A proposta relativa às pescas faz exatamente isso, desenvolvendo uma **nova economia marinha com capacidade de exportação**, incluindo:

- a pesca industrial do atum,
- pesca costeira,
- aquicultura,
- transformação,
- logística da cadeia de frio e
- regulamentação e certificação de apoio.

Isto está em consonância com a ênfase do SDP na construção de uma base económica mais ampla e resiliente.

2. Promove o crescimento e o emprego impulsionados pelo setor privado

O SDP coloca uma forte ênfase no **desenvolvimento do setor privado, na criação de emprego e no investimento em setores produtivos**.

A estratégia para as pescas está alinhada com este objetivo, uma vez que se destina a:

- atrair **investimento privado**,
- criar uma nova indústria comercial,
- gerar **emprego direto, indireto e induzido**, e
- construir cadeias de valor, em vez de depender apenas da extração de matérias-primas.

Isto torna-a coerente com a visão do SDP de um crescimento impulsionado pelo empreendedorismo, pela produção e pelos mercados.

3. Reforça os meios de subsistência rurais e as comunidades costeiras

O SDP destaca a necessidade de reduzir a pobreza e melhorar os meios de subsistência fora de Díli, especialmente nas zonas rurais. A proposta relativa às pescas contribui para isso através de:

- apoio à **pesca artesanal e costeira**,
- modernização das pequenas frotas pesqueiras,
- locais de desembarque comunitários,
- instalações de gelo e armazenamento,
- expansão da aquicultura e
- melhores sistemas de comercialização do pescado no mercado interno.

Isto associa a proposta não só ao crescimento das exportações, mas também ao **desenvolvimento local inclusivo**.

4. Investe em infraestruturas facilitadoras, o que constitui uma das principais prioridades do SDP

Um dos principais pilares do SDP é o desenvolvimento de **infraestruturas essenciais** para impulsionar o crescimento.
A proposta relativa às pescas enquadra-se perfeitamente neste contexto, uma vez que depende de:

- melhorias nos portos e locais de desembarque,
- armazenamento frigorífico,
- transportes e logística,
- fiabilidade do abastecimento de energia,
- instalações de transformação e
- sistemas de exportação.

Assim, a proposta não é apenas uma estratégia setorial — apoia também a agenda mais ampla do SDP em matéria de infraestruturas.

5. Contribui para a segurança alimentar e para um melhor abastecimento interno

O SDP atribui importância à melhoria da produção interna e à redução da vulnerabilidade. Ao reforçar a pesca costeira, a aquicultura e os sistemas de cadeia de frio, a proposta pode:

- aumentar a disponibilidade interna de peixe,
- melhorar a nutrição,
- reduzir as perdas pós-colheita e
- reforçar a oferta no mercado interno.

Isto confere à proposta uma **dimensão social e de segurança alimentar**, e não apenas comercial.

6. Contribui para o desenvolvimento do capital humano e das capacidades institucionais

O SDP salienta igualmente a necessidade de melhorar as competências, as instituições e a capacidade técnica.
A proposta relativa às pescas apoia este objetivo através de:

- formação no setor das pescas,
- extensão em aquicultura,
- investigação,
- sistemas de certificação,
- monitorização, controlo e vigilância,
- reforma legislativa e de licenciamento.

Isto é importante porque o SDP não se resume apenas à criação de ativos, mas também ao desenvolvimento da capacidade de gerir o crescimento de forma sustentável.

7. Aproveita a vantagem comparativa de Timor-Leste em termos de recursos marinhos

O SDP incentiva os setores em que Timor-Leste possui uma vantagem estratégica natural. Uma estratégia para as pescas está alinhada com essa lógica, uma vez que Timor-Leste dispõe de:

- uma vasta área marítima,
- recursos valiosos de atum,
- um forte potencial de aquicultura,
- e um potencial económico marítimo significativo ainda por explorar.

Assim, a proposta está em consonância com o objetivo do SDP de transformar os ativos naturais em ganhos de desenvolvimento nacional a longo prazo.

A Estratégia de Investimento

A. Atum industrial (120–150 milhões de dólares)

Esta seria a espinha dorsal da estratégia de investimento.

1. Unidade de transformação de atum (2 , com certificação HACCP/UE)

- 1 unidade de média escala (15 000–20 000 toneladas/ano)

[2] A Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo (HACCP) é um sistema de segurança alimentar reconhecido internacionalmente, utilizado para garantir que o peixe e os produtos do mar são seguros para consumo humano. A aprovação da UE é considerada a referência global mais elevada. Quando um país cumpre as normas da UE, consegue normalmente aceder a outros mercados de excelência (EUA, Japão, Coreia) com requisitos adicionais mínimos. O HACCP pode ser considerado o sistema operacional, e a certificação da UE é a porta de entrada para o mercado. Em conjunto, constituem a base imprescindível para que Timor-Leste: i) exporte atum e marisco de elevado valor; ii) atraia investimento; iii) desenvolva capacidade de transformação; e iv) passe de uma pesca costeira

- **Custo: 35–45 milhões de dólares**
- Localização: Tibar ou Com
- Produção: lombos, atum congelado, produtos de valor acrescentado
- Potencial de receitas: 60–80 milhões de dólares/ano

2. Desenvolvimento da frota industrial

Opção A: Parcerias com o Japão, a Coreia e Taiwan
Opção B: Frota nacional (mais lenta, maior investimento inicial)

- 12–15 palangreiros + 2 navios de pesca com rede de cerco
- **Custo: 50–60 milhões de dólares**
- Potencial de receitas: 40–60 milhões de dólares/ano

3. Melhorias nos portos e locais de desembarque

- Desembarque em águas profundas, fábricas de gelo, combustível, inspeção
- **Custo: 20–25 milhões de dólares**

4. Avaliação das unidades populacionais de atum + reforma do sistema de licenciamento

- Estudos científicos + VMS + observadores
- **Custo: 5–8 milhões de dólares**

B. Pesca costeira (35–45 milhões de dólares)

Objetivo: Aumentar a produtividade e a sustentabilidade da pesca artesanal.

1. Modernização de 3 000–4 000 embarcações artesanais

- Casco em fibra de vidro, motores, equipamento de segurança
- **Custo: 15–20 milhões de dólares**

2. Locais de desembarque comunitários (20–25 locais)

- Máquinas de gelo, armazenamento, higiene
- **Custo: 10–12 milhões de dólares**

3. Gestão dos recursos costeiros

- Áreas Marinhas Protegidas (AMP), cogestão, fiscalização
- **Custo: 5–6 milhões de dólares**

4. Desenvolvimento do mercado interno

- Cadeia de frio no retalho, normas de qualidade
- **Custo: 5–7 milhões de dólares**

C. Aquicultura (60–70 milhões de dólares)

Setor de elevado crescimento, orientado para a exportação.

1. Expansão da produção de algas marinhas (10 000–15 000 toneladas)

- Insumos, plataformas de secagem, cooperativas

no valor de 20 a 40 milhões de dólares para uma indústria de mais de 200 milhões de dólares. Sem a conformidade com o HACCP/UE, o setor das pescas não pode expandir-se para além da produção artesanal.

- **Custo: 10–12 milhões de dólares**
- Receitas: 20–25 milhões de dólares/ano

2. Aquicultura de camarão (2 a 3 explorações industriais)

- 300–400 ha
- **Custo: 25–30 milhões de dólares**
- Receitas: 40–50 milhões de dólares/ano

3. Peixes marinhos (garoupa, barramundi)

- Incubadoras + jaulas
- **Custo: 15–18 milhões de dólares**
- Receitas: 15–20 milhões de dólares/ano

4. Investigação + biossegurança

- **Custo: 8–10 milhões de dólares**

D. Cadeia de frio e logística (40–50 milhões de dólares)

Fundamental para a viabilidade das exportações.

1. Rede nacional de cadeia de frio

- 8 a 10 armazéns frigoríficos regionais
- Câmaras de congelação rápida
- Camiões frigoríficos
- **Custo: 25–30 milhões de dólares**

2. Transporte aéreo e logística de exportação

- Acordos com os operadores do aeroporto de Díli
- **Custo: 5–7 milhões de dólares**

3. Sistema de rastreabilidade digital

- Documentação das capturas baseada em códigos QR
- **Custo: 3–5 milhões de dólares**

4. Fiabilidade do abastecimento de energia (energia solar + sistema de reserva)

- **Custo: 7–8 milhões de dólares**

E. Regulamentação, MCS, Certificação (20–25 milhões de dólares)

Para aceder aos mercados da UE, do Japão e dos EUA.

1. Sistemas de certificação HACCP, UE e FDA dos EUA

- **Custo: 5–7 milhões de dólares**

2. Monitorização, Controlo e Vigilância (MCS)

- VMS, AIS, drones, patrulhas
- **Custo: 10–12 milhões de dólares**

3. Reformas legais ***e institucionais***

- Licenciamento, quotas, aplicação da lei

- **Custo: 3–5 milhões de dólares**

F. Competências, formação e investigação (15–20 milhões de dólares)

- Centro de formação em pescas
- Extensão em aquicultura
- Parcerias em ciências marinhas
- **Custo: 15–20 milhões de dólares**

Opção PPG 15: Sobre a Economia Azul: Desenvolvimento da Indústria Pesqueira

O Fundo de Infraestruturas, o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, o Ministério da Agricultura, Pescas, Pecuária e Florestas e o Ministério da Defesa apresentam uma proposta conjunta para uma estratégia de investimento de 10 anos com vista à criação de uma indústria pesqueira no valor de vários milhões de dólares. As condições para o sucesso devem ser claramente definidas, incluindo os responsáveis pelo programa. A médio e longo prazo, a estratégia de investimento deverá também dar prioridade à gestão marinha sustentável, reforçando simultaneamente as capacidades de segurança e defesa para combater as atividades de pesca ilegal e proteger os recursos marinhos de Timor-Leste.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 156 milhões de dólares

PPG 16: Do Potencial ao Premium: Desenvolver uma Economia Turística de Nicho de 300 milhões de dólares por ano

Timor não consegue competir com Bali, Phuket ou Labuan Bajo no turismo de massa, mas pode competir em áreas de nicho. Será necessário um investimento a longo prazo para que este potencial se concretize. Apresentam-se aqui as estimativas iniciais.

Timor-Leste necessita de uma Estratégia de Investimento Turístico com um horizonte temporal de 10 a 15 anos. A meta é atingir uma economia turística anual de 300 a 500 milhões de dólares até 2040. O modelo proposto é de alto rendimento e baixo volume, semelhante ao das Ilhas Fiji e de Palau, com base na identidade única de Timor.

Figura 41. Cronograma de desenvolvimento da indústria do turismo de nicho (15 anos)

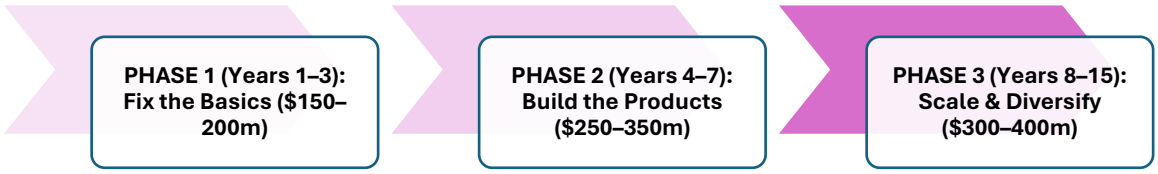


Tabela 27. Estimativas do valor potencial da indústria do turismo de nicho (285–500 milhões de dólares por ano)

Pilar do turismo	Valor Anual (USD)	Quota do total
A. Turismo de aventura e ecoturismo	120–180 milhões de dólares	40–45%
B. Turismo cultural e patrimonial	35–55 milhões de dólares	10–15%
C. Turismo de luxo de nicho	80–120 milhões de dólares	25–30%
D. Diáspora + Viagens regionais de fim de semana	50–80 milhões de dólares	15–20%

Tabela 28. Necessidades de investimento no setor do turismo de nicho (700–950 milhões de dólares)

Componente	Custo (USD)
FASE 1 (Anos 1–3): Consolidar as bases	**150–200 milhões de dólares**
A. Infraestruturas essenciais	100–130 milhões de dólares
B. Sistemas de apoio ao turismo	10–15 milhões de dólares
C. Desenvolvimento de produtos-chave	30–40 milhões de dólares
FASE 2 (Anos 4–7): Criar os produtos	**250–350 milhões de dólares**
A. Atauro como produto emblemático	80–120 milhões de dólares

Componente	Custo (USD)
B. Montanhas e Cultura	40–60 milhões de dólares
C. Díli como porta de entrada	60–80 milhões de dólares
D. Acesso e conectividade	40–50 milhões de dólares
FASE 3 (Anos 8–15): Expandir e diversificar	**300–400 milhões de dólares**
A. Luxo ecológico de gama alta	120–150 milhões de dólares
B. Turismo de cruzeiros e iates	40–60 milhões de dólares
C. Eventos e economia criativa	10–20 milhões de dólares
D. Competências e mão-de-obra	30–40 milhões de dólares

Tabela 29. Estratégia de Financiamento para o Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Nicho

Fonte	Partilhar	Notas
Investimento público	**40–50%**	Para: Aeroportos, estradas, gestão de resíduos, parques marinhos e segurança e normas
Investimento privado	**40–50%**	Para: hotéis, alojamentos ecológicos, centros de mergulho, restaurantes e serviços de transporte
Parceiros de desenvolvimento	**10–20%**	Para: conservação, competências, sistemas digitais e turismo comunitário

Esse investimento **pode gerar 25 000 postos de trabalho**. A estimativa de criação de emprego para a estratégia de turismo centra-se nos quatro pilares do turismo, dimensionados para um modelo de alto rendimento com 300 000 visitantes (um aumento em relação ao recorde de 80 000 por ano registado em 2019, antes da COVID). Esta estimativa baseia-se em:

- Economias insulares comparáveis (Fiji, Palau, Seicheles, Cabo Verde)
- A intensidade de mão-de-obra de Timor no setor do turismo
- A estratégia de investimento centrada em Atauro, Maubisse, zona ribeirinha de Díli, património, alojamentos ecológicos, etc.; e
- Um modelo de alto valor e baixo volume (não o turismo de massa ao estilo de Bali)

Tabela 30. Estimativas de criação direta de emprego decorrentes do investimento na indústria do turismo de nicho

Pilar	Empregos diretos (por ano)	Exemplos
A. Turismo de aventura e ecoturismo	7 000–10 000	Guias de mergulho, tripulações de embarcações, guias de caminhadas, guardas florestais, alojamentos ecológicos
B. Turismo cultural e patrimonial	2 500–3 500	Pessoal de museus, guias do património, centros culturais, festivais
C. Turismo de luxo de nicho	5 000–7 000	Funcionários de resorts boutique, instrutores de bem-estar, chefs, concierges
D. Diáspora + Viagens regionais	3 500–4 500	Hotéis, restaurantes, transportes, serviços para viagens de fim de semana
Total	**18 000–25 000**	

Tabela 31. Estimativas totais de criação de emprego decorrentes do investimento na indústria do turismo de nicho

Categoria	Empregos criados
Diretos	18 000–25 000
Indiretos	10 000–15 000
Induzidos	7 000–10 000
TOTAL	**35 000–50 000**

Para além dos postos de trabalho diretos, criam-se também postos de trabalho indiretos e induzidos.

Os postos de trabalho indiretos estão relacionados com a cadeia de abastecimento, onde podem surgir mais 10 000–15 000 postos de trabalho. Trata-se de postos de trabalho criados em: i) agricultura, que abastece os hotéis; ii) pesca, que abastece os restaurantes; iii) transportes e logística; iv) construção e manutenção; v) artesanato e produção local; vi) serviços de energia, água e gestão de resíduos; vii) TIC e serviços digitais para operadores turísticos. O turismo é extremamente dependente da cadeia de abastecimento — especialmente os alojamentos ecológicos e os resorts boutique.

Os empregos induzidos são aqueles criados pela despesa das famílias impulsionada pelo turismo. As estimativas nesta categoria situam-se em cerca de 7 000 a 10 000 empregos induzidos. Estes provêm de: i) comércio a retalho; ii) serviços locais; iii) mercados alimentares; iv) educação; v) transportes; e vi) pequenas empresas apoiadas pelas receitas do turismo.

Posicionamento estratégico: o que Timor-Leste deve vender

Existem quatro áreas-chave em que Timor *pode* competir quando as bases estiverem estabelecidas:

A. Turismo de aventura e ecoturismo

- Mergulho (Atauro é de classe mundial)
- Caminhadas (Ramelau, Matebian, Kablaki)
- Rotas de migração das baleias
- Observação de aves, espécies endémicas

B. Turismo cultural e patrimonial baseado na comunidade

- Património colonial português
- História da resistência
- Paisagens sagradas

C. Luxo de nicho

- Pequenas pousadas ecológicas
- Resorts de mergulho de luxo
- Retiros de bem-estar

D. Diáspora + Viagens regionais de fim de semana

- Diáspora timorense (Austrália, Portugal)
- Visitantes em estadias curtas provenientes de Darwin, Kupang e Bali

Estas prioridades devem orientar a estratégia de investimento.

A estratégia turística de Timor só terá sucesso se evitar a armadilha de «construir tudo em todo o lado». A fórmula vencedora é: *«Investir fortemente em 3 a 4 destinos emblemáticos, apostar na qualidade e não na quantidade e visar nichos de mercado de elevado poder de compra*.»

Como esta proposta se alinha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento

1. Apoia a diversificação económica e o crescimento não petrolífero

O Plano Estratégico de Desenvolvimento coloca grande ênfase na redução da dependência do petróleo através do desenvolvimento de setores produtivos não petrolíferos. A proposta de turismo de nicho está intimamente alinhada com este objetivo, uma vez que foi concebida para construir uma **economia turística de elevado valor** baseada na aventura, no ecoturismo, no património cultural, no luxo de nicho e nas viagens regionais de curta duração. Isto apoia o objetivo mais amplo do PED de criar uma base económica mais diversificada e resiliente.

2. Promove o crescimento e o emprego impulsionados pelo setor privado

O PDS dá prioridade ao **desenvolvimento do setor privado, ao crescimento empresarial e à criação de emprego**. A proposta turística está alinhada com este objetivo, uma vez que depende fortemente do investimento privado em hotéis, alojamentos ecológicos, centros de mergulho, serviços de transporte, restaurantes e experiências para visitantes. Espera-se também que gere um grande número de **postos de trabalho diretos, indiretos e induzidos**, o que a torna consistente com o enfoque do PDS no crescimento gerador de emprego.

3. Apoia o desenvolvimento regional e os meios de subsistência rurais

O SDP destaca a importância de alargar o desenvolvimento para além de Díli e de melhorar as oportunidades nas zonas rurais e remotas. A estratégia de turismo de nicho contribui diretamente para isso, centrando-se em destinos como **Atauro, Maubisse, Jaco, Baucau e circuitos culturais e de montanha**, que podem criar oportunidades de rendimento e emprego em áreas que atualmente apresentam uma atividade económica formal limitada. Isto torna a proposta coerente com a ênfase do SDP num desenvolvimento territorial mais equilibrado e inclusivo.

4. Depende e reforça as infraestruturas de apoio, que constituem uma das principais prioridades do SDP

Um dos principais pilares do SDP é o investimento em **infraestruturas essenciais** como base para o crescimento. A proposta turística está fortemente alinhada com este objetivo, uma vez que requer melhores aeroportos, estradas, ligações de ferry, energia, água, saneamento, gestão de resíduos, sistemas digitais e equipamentos públicos nas principais zonas turísticas. Neste sentido, a proposta não é apenas uma estratégia turística; reforça também a agenda mais ampla do SDP em matéria de infraestruturas.

5. Aproveita as vantagens comparativas culturais e naturais de Timor-Leste

O SDP incentiva o desenvolvimento de setores em que Timor-Leste possui pontos fortes nacionais distintivos. A proposta de turismo de nicho segue esta lógica, tirando partido do **mergulho de classe mundial, das paisagens montanhosas, da biodiversidade, do património português e da resistência, dos locais sagrados e de uma identidade nacional distinta**. Em vez de competir no turismo de massa, posiciona Timor-Leste em torno de ativos únicos que podem sustentar um modelo de alto rendimento e baixo volume, consistente com a escala e a vantagem comparativa do país.

6. Contribui para o desenvolvimento do capital humano e para a qualidade dos serviços

O SDP salienta também a necessidade de melhorar as competências, os padrões de serviço e a capacidade institucional. A proposta turística apoia este objetivo através do investimento **na formação em hotelaria, na certificação de guias, nas competências culinárias, nas normas de segurança, na polícia turística e nos sistemas digitais de turismo**. Estes investimentos são importantes não só para o turismo em si, mas também para o reforço da capacidade do setor de serviços em toda a economia.

7. Reforça o posicionamento internacional e a abertura económica de Timor-Leste

O Plano Estratégico de Desenvolvimento prevê Timor-Leste como uma economia mais conectada e voltada para o exterior. Um setor de turismo de nicho bem-sucedido ajudaria a aumentar a visibilidade internacional, a atrair visitantes e investimento estrangeiros e a reforçar os laços com a diáspora e os mercados regionais vizinhos. Nesse sentido, a proposta apoia a ambição mais ampla do PED de integrar Timor-Leste de forma mais eficaz nos fluxos económicos regionais e globais.

A Estratégia de Investimento

Uma estratégia de investimento de 15 anos, dividida em três fases, irá lançar as bases, gerando simultaneamente crescimento e emprego. Esta estratégia define claramente o que deve ser construído e em que ordem.

FASE 1 (Anos 1–3): Consolidar as Bases (150–200 milhões de dólares)

Objetivo: Tornar Timor «pronto para o turismo» — seguro, limpo e acessível.

A. Infraestruturas Essenciais

- Modernizar o Aeroporto de Díli para a Categoria 1 da ICAO
- Reparar as estradas para Atauro, Baucau, Maubisse e Jaco
- Construir redes fiáveis de eletricidade e água nas principais zonas turísticas
- Programa nacional de gestão de resíduos

Investimento: 100–130 milhões de dólares

B. Sistemas de Apoio ao Turismo

- Visto à chegada para todos os principais mercados
- Unidade de polícia turística
- Normas nacionais de turismo (alojamento, guias, segurança)
- Portal digital de turismo + integração de reservas

Investimento: 10–15 milhões de dólares

C. Desenvolvimento de produtos-chave

- Gestão do Parque Marinho de Atauro + cais
- Infraestruturas do trilho de Ramelau
- Limpeza da zona ribeirinha de Díli

Investimento: 30–40 milhões de dólares

FASE 2 (Anos 4–7): Construção dos produtos (250–350 milhões de dólares)

Objetivo: Criar ativos turísticos com qualidade de exportação.

A. Atauro como projeto emblemático

- 3 a 4 resorts ecológicos (modelo PPP)
- Centros de mergulho + conservação marinha
- Terminal de ferry + ferry rápido

Investimento: 80–120 milhões de dólares (na sua maioria privado)

B. Montanhas e Cultura

- Reabilitação da cidade histórica de Maubisse
- Circuitos de caminhadas em Ramelau e Matebian
- Programa de alojamento em casas de família (200–300 casas)

Investimento: 40–60 milhões de dólares

C. Díli como porta de entrada

- Passeio marítimo
- Renovação do Museu da Resistência

- Hotéis boutique (PPP)

Investimento: 60–80 milhões de dólares

D. Acesso e conectividade

- Incentivos à rota do triângulo Darwin–Díli–Bali
- Modernização de pistas de aterragem nacionais (Oecusse, Baucau)

Investimento: 40–50 milhões de dólares

FASE 3 (Anos 8–15): Expansão e diversificação (300–400 milhões de dólares)

Objetivo: Entrar em mercados de luxo e de nicho, de alto rendimento e baixo volume.

A. Eco-luxo de gama alta

- 2 a 3 alojamentos de luxo (Atauro, Jaco, Maubisse)
- Centros de bem-estar e retiro

Investimento: 120–150 milhões de dólares (capital privado)

B. *Turismo de cruzeiros e iates*

- Pequeno terminal de cruzeiros em Díli
- Ancoradouros para iates em Atauro e Jaco

Investimento: 40–60 milhões de dólares

C. Eventos e economia criativa

- Maratona Internacional de Díli
- Festival Oceânico de Atauro
- Festivais do património

Investimento: 10–20 milhões de dólares

D. Competências e mão-de-obra

- Instituto de formação em hotelaria
- Certificação de guias
- Escola de culinária

Investimento: 30–40 milhões de dólares

Opção PPG 16: para o desenvolvimento da indústria do turismo de nicho

O Fundo de Infraestruturas, o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, e o Ministério do Turismo apresentam uma proposta conjunta sobre uma estratégia de investimento de 15 anos para construir uma indústria de turismo de nicho no valor de vários milhões de dólares. As condições para o sucesso devem ser claramente definidas, incluindo o grupo de liderança do programa.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 156 milhões de dólares

PPG 17: Empregos no setor digital para os jovens — Criar uma economia de serviços digitais no valor de 350 milhões de dólares por ano

Se o nosso governo pretende criar empregos para os jovens em grande escala, rapidamente e sem ter de esperar pela construção de aeroportos, hotéis ou fábricas, então os serviços digitais e de TI de pequena escala constituem o caminho mais realista. E, ao contrário do turismo ou das pescas, este é um setor em que Timor-Leste pode dar um salto em frente, em vez de ter de recuperar o atraso. Eis uma estratégia que pode funcionar num ambiente com poucas infraestruturas, de baixo custo e com uma população jovem, como é o caso de Timor-Leste.

A Estratégia de Empregos Digitais para os Jovens de Timor-Leste seria implementada ao longo de 5 a 10 anos. O objetivo é criar entre 20 000 e 30 000 postos de trabalho no setor digital e desenvolver uma economia de serviços digitais no valor de 350 milhões de dólares por ano. O modelo assenta em TI de pequena escala, externalização de processos empresariais (BPO), centros de atendimento, microfreelancing e empreendedorismo digital.

Este setor é adequado para Timor-Leste. O país possui: i) uma população jovem (idade média de cerca de 20 anos); ii) custos de mão-de-obra baixos em comparação com a Indonésia e as Filipinas; iii) o domínio do inglês, português, tetum e malaio representa uma enorme vantagem multilingue; iv) o trabalho digital não requer estradas ou aeroportos em perfeitas condições; v) as redes da diáspora e dos doadores podem ser aproveitadas para a obtenção de contratos; e vi) o Governo pode criar empregos rapidamente através de formação direcionada.

Empregos digitais alcançáveis dentro de 3 a 5 anos

Este é um dos poucos setores em que Timor pode, de forma realista, criar milhares de empregos em 3 a 5 anos.

O impacto na produtividade nesta área é muito elevado. Os empregos digitais apresentam: i) Elevado valor acrescentado por trabalhador; ii) Baixo custo de capital; iii) Serviços exportáveis (Austrália, Portugal, Indonésia); iv) Fortes efeitos multiplicadores (telecomunicações, serviços de TI, logística); v) Inclusão urbana e rural (através de centros digitais); vi) Participação da mão-de-obra feminina (40–60 % é habitual no setor de BPO).

Este é um dos setores de maior produtividade que Timor pode desenvolver fora do setor do petróleo e do gás. A estratégia é financeiramente viável porque: i) o custo por posto de trabalho é baixo; ii) a maior parte das despesas é operacional, não se tratando de infraestruturas pesadas; iii) o setor privado coinveste em centros de BPO; iv) os doadores podem financiar a formação profissional e os centros; e v) a digitalização da administração pública já é necessária de qualquer forma. Esta é uma das estratégias de emprego mais baratas, rápidas e de maior impacto que Timor pode adotar.

O cabo de fibra ótica de Timor-Leste é, portanto, um facilitador estratégico de toda a agenda de empregos digitais, mas apenas se se traduzir em melhorias reais no custo, na qualidade e na fiabilidade da Internet. Por si só, a instalação do cabo não cria empregos. O retorno económico surge quando as empresas, os prestadores de formação, os freelancers, os centros de atendimento e os serviços digitais do governo conseguem aceder a uma conectividade

estável e de alta velocidade a preços que tornam o trabalho digital comercialmente viável. Se os preços grossistas e retalhistas da Internet continuarem demasiado elevados, se as falhas de serviço persistirem ou se os benefícios do cabo não chegarem às empresas e às comunidades através de uma distribuição eficaz na «última milha», então o país terá construído um ativo importante sem concretizar os ganhos em termos de emprego e produtividade que o justificam.

A questão central para o Governo não é, portanto, simplesmente se o cabo será concluído, mas sim se o ambiente propício mais alargado será criado com a rapidez necessária para transformar a conectividade em postos de trabalho. Isto inclui decisões sobre a governação operacional, os acordos de acesso grossista, a concorrência no mercado retalhista, as estratégias de preços acessíveis, a energia de reserva e a sequência de investimentos complementares em Zonas de Emprego Digital, centros comunitários e centros de formação. No que diz respeito ao processo orçamental de 2027, a questão política fundamental é saber se o cabo de fibra ótica funcionará apenas como infraestrutura básica ou como uma plataforma deliberada para uma estratégia mais ampla de emprego juvenil e do setor privado. Sem que essa ligação seja explicitada, existe o risco de que as ambições em matéria de empregos digitais ultrapassem as condições de conectividade necessárias para as sustentar.

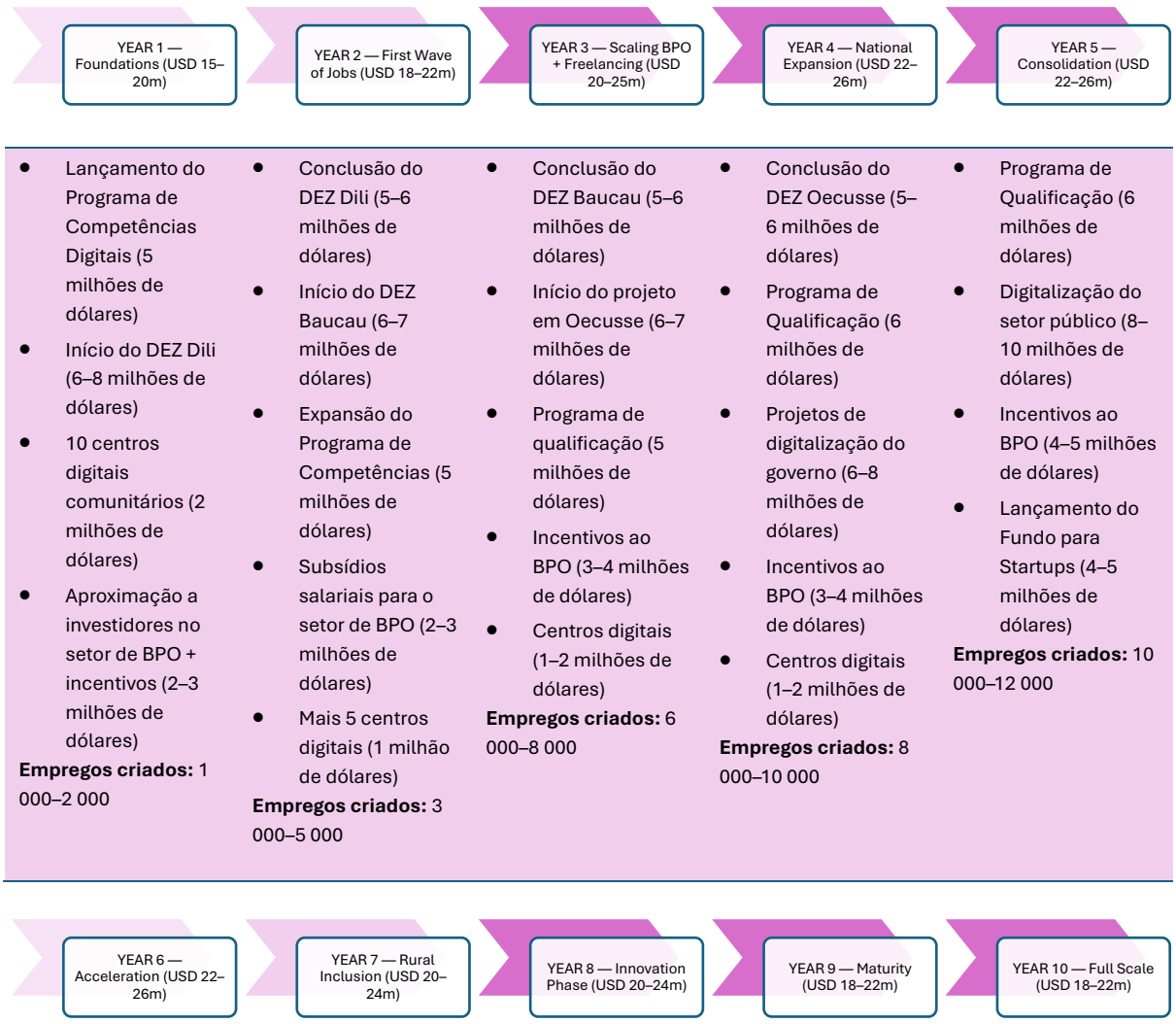
Tabela 32. Empregos Digitais para os Jovens: Estimativas do Valor Potencial (350–500 milhões de dólares por ano)

Categoria	**Produtividade Anual (USD)**
Direta	180–260 milhões
Indireto	110–160 milhões
Induzida	60–80 m
TOTAL	**350–500 m**

Tabela 33. Componentes do investimento em empregos digitais.

Pilar	**Custo (USD)**	**Notas**
Zonas de Emprego Digital (DEZ)	40–50 milhões	Díli, Baucau, Oecusse
Programa Nacional de Competências Digitais	50–60 milhões	20 000–30 000 jovens formados
Incentivos para BPO/Centros de Atendimento	40–50 milhões	Subsídios salariais e incentivos aos investidores
Centros Digitais Comunitários (50 centros)	10–12 milhões	Acesso nas zonas rurais
Digitalização da administração pública (serviços de TI)	40–50 milhões	Gera procura interna de TI
Fundo para startups e inovação	20–25 milhões	Subsídios + incubadoras
Melhorias na conectividade e no abastecimento de energia	10–15 milhões	Fibra ótica + energia de reserva
Total	**210–260 m**	

Figura 42. Cronograma do Programa de Desenvolvimento de Empregos Digitais para os Jovens (15 anos)



Quatro pilares da Estratégia de Empregos Digitais para Jovens

A estratégia de empregos digitais para jovens assenta em quatro pilares que irão criar entre 14 000 e 25 000 empregos (verTabela 34).

Tabela 34. Empregos digitais criados

Pilar	Empregos criados
A. BPO e Centros de Atendimento	5 000–10 000
B. Microfreelancers e trabalhos pontuais	5 000–8 000
C. Serviços de TI em pequena escala	3 000–5 000
D. Empreendedorismo digital (empregos)	1 000–2 000
Total	**14 000–25 000**

A. BPO e Centros de Atendimento (5 000–10 000 postos de trabalho)

Timor pode competir em:

- Apoio ao cliente
- Introdução de dados
- Processamento administrativo
- Moderação de conteúdos
- Transcrição
- Apoio em língua portuguesa (um nicho enorme)

Por que funciona:

- Baixo investimento em ativos fixos
- Trabalho previsível
- Fácil de formar
- Elevada participação feminina
- Pode ser construído em Díli, Baucau, Oecusse

O que é necessário:

- Energia elétrica fiável + sistema de reserva
- Fibra de 50–100 Mbps em zonas designadas
- 3–4 inquilinos âncora (empresas australianas, portuguesas e indonésias)
- Subsídios salariais do governo durante os primeiros 12 meses

B. Microfreelancing e trabalho temporário (5 000–8 000 postos de trabalho)

Esta é a forma mais rápida de criar emprego.

Os jovens podem obter rendimentos através de:

- Design gráfico
- Gestão de redes sociais
- Programação básica
- Assistência virtual
- Tradução (tetum, português, inglês)
- Aulas particulares online
- Tarefas digitais simples (Upwork, Fiverr, Remotasks)

Por que funciona:

- Não há necessidade de investidores estrangeiros
- Funciona mesmo em zonas rurais
- Escalável infinitamente
- Desenvolve competências digitais reais

O que é necessário:

- Uma «Academia Nacional de Trabalho Digital»
- Acesso a plataformas negociado pelo governo
- Micro-subsídios para computadores portáteis + conectividade
- Centros digitais comunitários

C. Serviços de TI em pequena escala (3 000–5 000 postos de trabalho)

Empregos na economia digital local:

- Desenvolvimento web
- Manutenção de aplicações
- Suporte informático
- Noções básicas de cibersegurança
- Apoio aos pagamentos digitais
- Projetos de digitalização governamental

Por que funciona:

- O governo é o maior cliente
- As empresas locais precisam de digitalização
- Cria um ecossistema tecnológico nacional

O que é necessário:

- Reforma dos contratos públicos
- Política «Digital First» para os ministérios
- Incentivos às startups
- Incubadoras tecnológicas em Díli e Baucau

D. Empreendedorismo digital (1 000–2 000 postos de trabalho)

Pequenas startups nas áreas de:

- Comércio eletrónico
- Tecnologia logística
- Tecnologia agrícola
- Tecnologia do turismo
- Fintech (pagamentos, microcréditos)

Por que funciona:

- Gera inovação a longo prazo
- Atrai investimento da diáspora
- Desenvolve as capacidades nacionais

O que é necessário:

- Subsídios para startups

- Incentivos para investidores-anjo
- Ambiente de testes regulamentar
- Parcerias com universidades

Como esta proposta se enquadra no Plano Estratégico de Desenvolvimento

1. Apoia a diversificação económica e o crescimento não petrolífero

O Plano de Desenvolvimento Estratégico coloca grande ênfase na redução da dependência do petróleo através do desenvolvimento de setores produtivos não petrolíferos. A proposta relativa aos empregos digitais está intimamente alinhada com este objetivo, uma vez que se destina a construir uma **nova economia de serviços exportáveis** baseada em serviços de TI, externalização de processos empresariais, centros de atendimento, trabalho independente, empreendedorismo digital e um ecossistema digital nacional mais forte. Isto apoia o objetivo mais amplo do Plano de Desenvolvimento Estratégico de criar uma base económica mais diversificada e resiliente.

2. Promove o crescimento e o emprego impulsionados pelo setor privado

O PDD dá prioridade ao **desenvolvimento do setor privado, ao crescimento das empresas e à criação de emprego**. A proposta de empregos digitais está alinhada com este objetivo, uma vez que procura atrair investimento privado em operações de BPO, centros de atendimento, empresas de serviços digitais, startups e atividades empresariais baseadas na tecnologia. Espera-se também que gere um grande número de **empregos diretos, indiretos e induzidos**, o que a torna consistente com o enfoque do PDD no crescimento gerador de emprego.

3. Aborda diretamente o emprego dos jovens, que constitui uma das principais prioridades nacionais de desenvolvimento

O Plano Estratégico de Desenvolvimento coloca uma forte ênfase na criação de oportunidades para a população jovem de Timor-Leste. A proposta de empregos digitais está especialmente bem alinhada, uma vez que foi explicitamente concebida para criar percursos de emprego para os jovens através de competências digitais, trabalho online, serviços de TI, BPO e empreendedorismo. Isto torna-a particularmente relevante para os objetivos do PED de reduzir o desemprego, desenvolver o capital humano e transformar a pressão demográfica num dividendo económico.

4. Reforça o capital humano e o desenvolvimento de competências modernas

O PDD também sublinha a importância da educação, da formação e das competências da força de trabalho. A proposta de empregos digitais apoia este objetivo através do investimento na **literacia digital, na programação, no inglês empresarial, no atendimento ao cliente, nas competências de trabalho independente e na formação técnica**. Estas competências não são apenas relevantes para o próprio setor digital, mas também fortalecem a economia em geral, melhorando a qualidade e a adaptabilidade da força de trabalho.

5. Depende e reforça a infraestrutura digital facilitadora, que é cada vez mais central na agenda do SDP

Um dos principais pilares do SDP é o investimento na infraestrutura necessária para impulsionar o crescimento. A proposta de empregos digitais está alinhada com este objetivo, uma vez que depende de **conectividade de fibra fiável, Internet a preços acessíveis, energia de reserva, centros digitais e zonas de emprego dedicadas**. Neste sentido, a proposta não é apenas uma estratégia para o mercado de trabalho; reforça também a agenda mais ampla do SDP em matéria de infraestruturas e modernização.

6. Apoia o desenvolvimento territorial equilibrado e uma inclusão mais ampla

O SDP destaca a importância de alargar as oportunidades para além de Díli e de garantir que o desenvolvimento chegue a mais partes do país. A proposta de empregos digitais contribui para isso ao incluir **centros digitais comunitários, múltiplas zonas de emprego digital e o potencial para o trabalho remoto**, permitindo que mais jovens nos municípios e cidades secundárias participem na economia. Isto torna a estratégia coerente com a ênfase do SDP na inclusão e num desenvolvimento nacional mais equilibrado.

7. Reforça a integração internacional e a competitividade de Timor-Leste

O Plano Estratégico de Desenvolvimento prevê Timor-Leste como uma economia mais conectada e voltada para o exterior. Um setor de empregos digitais bem-sucedido ajudaria Timor-Leste a ligar-se aos **mercados de serviços regionais e globais**, a atrair investidores digitais estrangeiros, a tirar partido das redes da diáspora e a exportar serviços sem necessidade de infraestruturas físicas de comércio em grande escala. Nesse sentido, a proposta apoia a ambição mais ampla do PED de integrar Timor-Leste de forma mais eficaz nos fluxos económicos regionais e globais.

A Estratégia de Investimento

1. Criar 3 Zonas de Emprego Digital (ZED)

Localizações: **Díli, Baucau, Oecusse** Características:

- Energia elétrica 24 horas por dia, 7 dias por semana
- Internet por fibra ótica
- Espaço de escritório partilhado
- Incentivos fiscais
- Segurança + transporte

Custo: **10–15 milhões de dólares** Impact: **5 000–7 000 postos de trabalho em 3 anos**

2. Lançar um Programa Nacional de Competências Digitais

Formar 20 000 jovens em:

- Inglês para negócios
- Atendimento ao cliente
- Conhecimentos básicos de TI
- Trabalho freelance digital
- Noções básicas de programação

Custo: **5–8 milhões de dólares por ano** Impacto: **Empregabilidade imediata**

3. Atrair 3–5 investidores-âncora no setor de BPO

Mercados-alvo:

- **Austrália** (próximo de Darwin)
- **Portugal** (nicho linguístico)
- **Indonésia** (excesso de trabalho)

Incentivos:

- Isenção do imposto sobre os salários durante 2 anos
- Formação subsidiada
- Espaço de escritório pronto a utilizar

Impacto: **2 000–4 000 postos de trabalho por investidor**

4. Construir 50 Centros Digitais Comunitários

Para os jovens das zonas rurais:

- Computadores
- Internet
- Formação
- Apoio ao trabalho independente

Custo: **10–12 milhões de dólares** Impact: **Mais de 5 000 trabalhadores digitais rurais**

5. Digitalizar os serviços públicos

O governo torna-se o primeiro grande cliente:

- saúde digital
- fiscalidade eletrónica
- contratação pública eletrónica
- identificação digital
- digitalização de documentos

Impacto:

- 1 000–2 000 postos de trabalho na área das TI
- Ecosistema nacional robusto

Opção PPG 17: sobre empregos digitais para os jovens

O Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), o Instituto de Tecnologias da Comunicação (TIC), o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, e o Fundo de Infraestruturas devem apresentar uma proposta conjunta sobre uma estratégia de investimento de 10 anos para criar até 25 000 empregos digitais para os jovens. A proposta deverá fornecer uma atualização sobre o estado do cabo de fibra ótica de Timor-Leste, incluindo os progressos no sentido da sua plena operacionalidade, as medidas necessárias para garantir uma conectividade acessível e fiável e quaisquer decisões de investimento ou políticas associadas que sejam agora necessárias. As condições para o sucesso devem ser claramente articuladas, incluindo a liderança do programa, as responsabilidades de implementação e a sequência dos investimentos de apoio.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 76 milhões de dólares

PPG 18: Da Fibra à Função: Transformar a Conectividade em Capacidade Estatal

A chegada do Sistema de Cabos Submarinos do Sul de Timor-Leste marca uma mudança estrutural na trajetória de desenvolvimento digital do país. Durante muitos anos, a economia digital e a administração pública digital de Timor-Leste foram limitadas por uma conectividade lenta, dispendiosa e pouco fiável, restringindo a escala dos serviços digitais, da atividade empresarial online, dos sistemas de dados modernos e do trabalho remoto. A nova ligação de fibra ótica à Austrália altera esta limitação de forma fundamental. Deve, portanto, ser entendida não apenas como um projeto de telecomunicações, mas como uma infraestrutura económica e administrativa essencial, capaz de reduzir os custos de conectividade, melhorar a fiabilidade, diminuir a latência e criar as condições básicas para um Estado mais moderno. Se bem gerido, o cabo pode tornar-se a espinha dorsal de uma agenda de transformação digital mais ampla, que melhore a forma como o governo funciona, como os cidadãos interagem com as instituições públicas e como o setor privado participa nos mercados digitais regionais e globais.

O governo já está a começar a passar da ambição digital para a implementação prática. Os progressos recentes, incluindo o lançamento do verify.gov.tl para apoiar a autenticação de documentos oficiais e reduzir o custo da emissão segura de documentos, demonstram que Timor-Leste está a começar a construir infraestruturas públicas digitais básicas. Estas reformas iniciais são importantes porque mostram que a transformação digital já não é apenas uma aspiração futura prevista em documentos de estratégia a longo prazo, mas uma área em que a implementação já teve início. O cabo de fibra ótica cria agora uma base mais credível para ampliar estes esforços. Uma conectividade mais rápida e fiável pode apoiar uma troca de dados mais forte entre agências, fluxos de trabalho mais eficientes, uma melhor gestão de registos, sistemas de verificação pública melhorados e uma prestação mais ampla de serviços digitais, tanto na administração central como na subnacional. O desafio estratégico para o Orçamento de 2027 é, portanto, ligar esta nova infraestrutura nacional a um programa prático de modernização do governo.

Tabela 35. Pacote de Transformação Digital

Categoria	2027	2028	2029	Total
Computadores, dispositivos e equipamento de escritório local	5	2,5	1	8,5
Software essencial, licenças e ferramentas de produtividade	1,5	1,8	1,7	5
Atualizações dos fluxos de trabalho e dos sistemas de gestão do Ministério	1,5	2,5	2	6
Conectividade, redes locais e acesso seguro	1,8	1,2	0,8	3,8
Cibersegurança, cópias de segurança e resiliência	0,8	0,8	0,9	2,5
Gestão da mudança, formação e apoio	1	1,4	1,8	4,2
Total	**11,6**	**10,2**	**8,2**	**30**

Um primeiro passo prático seria um Pacote de Transformação Digital da Administração Pública no valor de 20 milhões de dólares, direcionado para o Ministério das Finanças, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e

Florestas. O objetivo deste pacote seria transformar a forma como a administração pública opera nos setores mais centrais para a gestão orçamental, o capital humano e a análise do desempenho orçamental. A primeira prioridade deve ser uma atualização estruturada de computadores, equipamentos de escritório, redes locais e infraestruturas digitais básicas nos quatro ministérios, particularmente nas funções essenciais de finanças, planeamento, contratação pública, administração e serviços de atendimento ao público. Esta atualização deve ser acompanhada por software moderno de produtividade e de gestão empresarial, sistemas seguros de gestão de documentos e registos, proteções básicas de cibersegurança e melhorias nos fluxos de trabalho que reduzam a dependência de processos manuais fragmentados. Um pacote sequencial deste tipo permitiria aos ministérios tirar partido imediatamente dos benefícios do cabo de fibra ótica, reforçando simultaneamente as bases para uma futura interoperabilidade, uma melhor utilização dos dados e uma prestação de serviços mais eficiente. Em termos de políticas, trata-se de uma forma disciplinada e acessível de converter a infraestrutura nacional de conectividade numa capacidade estatal mais forte, com potencial para uma expansão posterior a todo o setor público, assim que os resultados forem demonstrados.

O perfil de custos está deliberadamente concentrado nos primeiros dois anos, para permitir que os quatro ministérios prioritários substituam equipamento obsoleto, estabeleçam ambientes de software seguros e realizem a reformulação inicial dos fluxos de trabalho necessária para utilizar eficazmente a nova conectividade de fibra. As despesas diminuem depois ao longo do tempo, à medida que o programa passa da renovação de ativos e da implantação de sistemas básicos para a manutenção, o reforço da cibersegurança, melhorias específicas nos sistemas e o desenvolvimento contínuo das competências do pessoal. Isto resulta num percurso de reforma de cinco anos exequível, que começa com melhorias operacionais visíveis no Ministério das Finanças, no Ministério da Educação, no Ministério da Saúde e no Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas, evitando simultaneamente um aumento irrealista das aquisições tecnológicas num único ano, que os ministérios poderiam ter dificuldade em absorver.

Opção PPG 18: De «Fibra para Função»: Transformar a Conectividade em Capacidade Estatal

O MTC, o CTL, o Ministério das Finanças (MdF), o Ministério da Educação (MdE), o Ministério da Saúde (MdS) e o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas (MAPPF) devem apresentar uma proposta conjunta de Prioridade Política do Governo relativa a um Programa «Da Fibra à Função» de três anos, concebido para converter o novo cabo submarino numa capacidade estatal mais forte e numa prestação de serviços mais eficiente. A proposta deverá definir um pacote sequencial de investimentos e reformas centrado na substituição de computadores e equipamentos de escritório obsoletos, na atualização do software ministerial e dos sistemas de registos seguros, no reforço da cibersegurança e das redes locais, e na modernização dos processos operacionais prioritários nos seis ministérios. Deverá também identificar as disposições de implementação e governação necessárias para garantir que a melhoria da conectividade se traduza em ganhos práticos na elaboração de orçamentos, nas aquisições, na administração, na gestão da educação, na administração do sistema de saúde e

na prestação de serviços agrícolas e das pescas, em vez de permanecer como um ativo de infraestrutura subutilizado.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 30 milhões de dólares ao longo de 3 anos

PPG 19: «Grow Timor 2037» para uma economia agrícola de 500 milhões de dólares por ano

Em 2027, Timor-Leste encontra-se num ponto de viragem. Uma geração após a independência, o país construiu as bases de um Estado moderno — escolas, estradas, postos de saúde, eletricidade e uma identidade nacional enraizada na resiliência. No entanto, uma verdade permanece inalterada*: **o bem-estar da maioria das famílias timorenses continua a depender da terra***.

Durante décadas, a agricultura tem suportado o peso da nação sem receber o investimento, a tecnologia ou o acesso aos mercados necessários para aumentar os rendimentos rurais. Os agricultores têm trabalhado arduamente, mas, com demasiada frequência, com sementes de má qualidade, abastecimento de água instável, apoio técnico limitado e mercados que premiam o volume em detrimento da qualidade. Os choques climáticos tornaram-se mais frequentes e os jovens têm procurado cada vez mais oportunidades noutros locais.

O «Grow Timor 2037» parte de uma premissa simples, mas poderosa: **se a agricultura crescer, Timor-Leste cresce.**

A próxima década oferece uma rara conjuntura de oportunidades. As receitas do petróleo ainda podem ser utilizadas estrategicamente. Novas reformas orçamentais estão a reforçar o planeamento, a estimativa de custos e o desempenho. As ferramentas digitais estão a chegar às comunidades rurais. Os mercados regionais de alimentos, rações e horticultura estão em expansão. E a população jovem de Timor-Leste está pronta para criar empresas, desde que existam as condições adequadas.

O «Grow Timor 2037» pode ser o plano nacional para aproveitar esse momento. Trata-se de uma transição da subsistência para a produtividade, de projetos fragmentados para investimentos coordenados, de soluções de curto prazo para sistemas de longo prazo. Centra-se em corredores de irrigação, sistemas modernos de sementes e insumos, desenvolvimento da cadeia de valor, financiamento rural, empreendedorismo juvenil e nas infraestruturas que ligam as explorações agrícolas aos mercados. Foi concebido para ser realista em termos de custos, implementado em fases ao longo de dez anos e ancorado no novo quadro de orçamentação baseado em políticas do país.

Acima de tudo, o «Grow Timor 2037» é um compromisso: *garantir que as famílias rurais disponham das ferramentas, dos conhecimentos e dos mercados de que necessitam para construir um futuro mais próspero — nas suas próprias terras, nas suas próprias comunidades e para a próxima geração.*

O «Grow Timor 2037» irá adicionar 420–610 milhões de dólares à economia anualmente até 2037, impulsionado por rendimentos mais elevados, cadeias de valor mais fortes, transformação interna e redução das importações de alimentos. Isto representa 15–22% do atual PIB não petrolífero, tornando a agricultura o maior contribuinte individual para a diversificação económica e o crescimento do rendimento rural.Tabela 36 abaixo apresenta a repartição por canal de impacto.

Tabela 36. Grow Timor 2037 Impacto no PIB : 420–610 milhões de dólares

Canal de impacto	Impacto anual no PIB (USD)	O que o impulsiona
Produção agrícola direta	180–260 milhões de dólares	Maiores rendimentos, produção irrigada, produção da cadeia de valor
Indireto (cadeia de abastecimento e serviços)	140–200 milhões de dólares	Transportes, logística, fatores de produção, transformação, armazenamento
Induzido (despesas das famílias)	60–80 milhões de dólares	Rendimento rural → consumo → serviços
Substituição de importações	40–70 milhões de dólares	Redução das importações de arroz, milho, rações para aves e produtos hortícolas
Expansão das exportações	20–30 milhões de dólares	Café de qualidade superior + horticultura de nicho

As três fases do Grow Timor 2037

Fase 1 — Lançamento das bases (2027–2030)

A primeira fase centra-se na correção dos aspetos fundamentais que têm travado a produtividade agrícola há décadas. Timor-Leste começa por restaurar a segurança hídrica nos corredores de irrigação prioritários, reconstruir os sistemas de sementes e insumos e relançar o serviço nacional de extensão agrícola, para que os agricultores recebam finalmente apoio prático e atempado. São introduzidos sistemas de informação de mercado para fornecer aos agricultores sinais de preços em tempo real, e é criada a Unidade de Execução para coordenar ministérios, doadores e municípios. Esta fase visa **garantir que os aspetos básicos estejam em ordem** — abastecimento de água fiável, sementes de melhor qualidade, serviços que funcionem e uma governação clara — para que os investimentos posteriores possam produzir resultados.

Fase 2 — Ampliação para impacto (2031–2034)

Com as bases estabelecidas, a segunda fase passa à expansão. A irrigação expande-se para novos corredores, são construídas estradas secundárias e centros de agregação para ligar os agricultores aos mercados, e o país investe fortemente em três a quatro cadeias de valor emblemáticas: arroz, milho e rações para aves, horticultura e café de qualidade superior. Os instrumentos de financiamento rural — garantias, financiamento misto e seguros indexados às condições meteorológicas — começam a atrair investimento privado. As instalações de transformação e armazenamento proliferam nos municípios, e as PME agrícolas lideradas por jovens emergem como um novo motor do emprego rural. Esta fase consiste na **transição de projetos-piloto para sistemas à escala nacional**, garantindo que os ganhos de produtividade se traduzam em rendimentos, postos de trabalho e crescimento impulsionado pelo mercado.

Fase 3 — Consolidação e Competitividade (2035–2037)

A fase final centra-se em tornar o sistema sustentável, competitivo e cada vez mais orientado para o setor privado. As associações de utilizadores de água assumem a responsabilidade total pela operação e manutenção da irrigação, as ferramentas digitais de extensão alcançam cobertura nacional e as cadeias de valor amadurecem, transformando-se em indústrias preparadas para a exportação. A transformação, a cadeia de frio e a logística tornam-se comercialmente viáveis, e Timor-Leste posiciona-se como um fornecedor de nicho de horticultura de alta qualidade e café premium. A Unidade de Execução transita para uma estrutura institucional permanente, garantindo a continuidade para além dos ciclos políticos. Esta fase visa **consolidar os ganhos**, assegurando que a agricultura se torne um pilar estável e competitivo da economia nacional.

Figura 43. Cronograma do Grow Timor 2037 (10 anos) 520–720 milhões de dólares

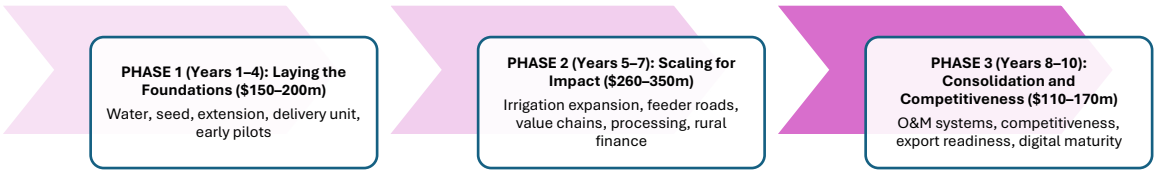


Tabela 37. Estimativas de investimento do Grow Timor 2037 (285–500 milhões de dólares por ano)

Pilar	Custo em 10 anos (USD)	Percentagem do total	Notas
1. Corredores de irrigação	160–200 milhões de dólares	31%	Principal fator impulsionador; construção faseada + O&M
2. Sistemas de sementes e insumos	45–60 milhões de dólares	9%	Sementes certificadas + programa de fertilidade do solo
3. Reestruturação do sistema de extensão	40–55 milhões de dólares	8%	Sementes certificadas + programa de fertilidade do solo
4. Estradas de acesso e agregação	120–160 milhões de dólares	23%	300–400 km de estradas de acesso + 20–30 centros de agregação
5. Cadeias de valor emblemáticas	45–70 milhões de dólares	9%	Arroz, milho/avicultura, horticultura, café
6. Financiamento rural e redução de riscos	35–50 milhões de dólares	7%	Garantias + seguros + financiamento misto

7. Transformação e armazenamento	60–90 milhões de dólares	12%	Moinho, secadores, cadeia de frio, armazenamento solar
8. Jovens nas PME agrícolas	25–40 milhões de dólares	5%	Subsídios, incubação, serviços de mecanização
9. Informação sobre mercados e preços	10–15 milhões de dólares	2%	Digital + rádio + análise de dados
10. Unidade de Execução e Governação	20–30 milhões de dólares	4%	Unidade ligada ao PMO com duração de 10 anos

Tabela 38. Estratégia de Financiamento do Grow Timor 2037

Fonte de financiamento	Estimativa baixa	Estimativa elevada	Percentagem do total	O que financia principalmente
Orçamento do Estado	180 milhões de dólares	300 milhões de dólares	35–45%	Irrigação, extensão, estradas secundárias, sistemas de sementes, Unidade de Execução
Subvenções de doadores	110 milhões de dólares	180 milhões de dólares	20–30%	Extensão digital, reforma do setor das sementes, PME de jovens, projetos-piloto climaticamente inteligentes, assistência técnica
Bancos de desenvolvimento (empréstimos concessionais)	140 milhões de dólares	210 milhões de dólares	20–30%	Expansão da irrigação, estradas de ligação, transformação/armazenamento, financiamento rural
Investimento do setor privado	60 milhões de dólares	120 milhões de dólares	10–20%	Moinho, secadores, cadeia de frio, mecanização, logística, agricultura por contrato
TOTAL	**520 milhões de dólares**	**720 milhões de dólares**	**100%**	

Tabela 38 above apresenta uma estratégia de financiamento inicial para o Grow Timor 2037. A lógica de financiamento é a seguinte: i) o Governo financia a estrutura de base; ii) os doadores financiam a reforma, a inovação e o reforço de capacidades; iii) os bancos de desenvolvimento financiam infraestruturas de grande dimensão e de longo prazo; e iv) o setor privado financia a valorização e a criação de emprego. Esta combinação garante a

sustentabilidade fiscal, ao mesmo tempo que contribui para a construção de uma economia agrícola moderna e competitiva até 2037.

Tabela 39. Estimativas de criação de emprego decorrentes do investimento no Grow Timor 2037

Fase	Anos	Criação de Emprego	O que a impulsiona
Fase 1 — Bases	2027–2030	12 000–18 000	Reabilitação de sistemas de irrigação, relançamento da expansão, sistemas de sementes, projetos-piloto iniciais na cadeia de valor
Fase 2 — Expansão	2031–2034	32 000–45 000	Expansão da irrigação, estradas secundárias, transformação, financiamento rural, crescimento das PME
Fase 3 — Consolidação	2035–2037	18 000–26 000	Cadeias de valor preparadas para a exportação, serviços de mecanização, transformação pelo setor privado
Total		**62 000 – 89 000**	

O Grow Timor 2037 irá gerar 62 000–89 000 novos postos de trabalho ao longo da próxima década, impulsionados pela expansão da irrigação, pelo desenvolvimento da cadeia de valor, pela transformação, pelo financiamento rural e pelas PME agrícolas lideradas por jovens. A maioria dos postos de trabalho surge nas zonas rurais, contribuindo diretamente para a redução da pobreza, a segurança alimentar e a diversificação económica. (VerTabela 39 .)

Tabela 40. Estimativas totais de criação de emprego decorrentes do investimento na indústria do turismo de nicho

Categoria	Fonte	Estimativa de postos de trabalho (10 anos)	Percentagem do total
Direto	Empregos criados na agricultura e nas cadeias de valor agrícolas: agricultura, operação e manutenção de sistemas de irrigação, extensão agrícola, produção de sementes, transformação, logística e PME	28 000 – 40 000	45–50%
Indireto	Empregos criados em setores de apoio: fornecedores de insumos, transportes, construção, serviços de equipamento, embalagem, finanças	20 000 – 28 000	32–35%

Induzidos	Empregos criados pelo aumento das despesas das famílias: retalho, serviços, alimentação, construção, comércio local	14 000 – 21 000	18–23%
TOTAL		**62 000 – 89 000**	**100**

Como esta proposta se enquadra no Plano Estratégico de Desenvolvimento

1. Apoia a diversificação económica e o crescimento não petrolífero

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) coloca grande ênfase na redução da dependência do petróleo através do desenvolvimento de setores produtivos não petrolíferos. O Grow Timor 2037 está intimamente alinhado com este objetivo, uma vez que foi concebido para aumentar a produtividade agrícola, expandir as cadeias de valor nacionais, reduzir as importações de alimentos e construir uma economia rural mais ampla e orientada para o mercado. Isto apoia o objetivo mais abrangente do PED de criar uma base económica mais diversificada e resiliente.

2. Reforça a segurança alimentar e reduz a dependência das importações

O PED atribui importância à melhoria da produção interna e à redução da vulnerabilidade nacional. A proposta para a agricultura está fortemente alinhada com este objetivo, uma vez que visa aumentar a produção de arroz, milho, horticultura, rações para aves e outras cadeias de valor prioritárias, melhorando simultaneamente o armazenamento, a irrigação e o acesso ao mercado. Tal reforçaria o abastecimento alimentar interno, reduziria a dependência das importações e melhoraria a resiliência das famílias e da economia em geral.

3. Promove o desenvolvimento rural, a redução da pobreza e meios de subsistência de base alargada

O Plano Estratégico de Desenvolvimento destaca a necessidade de reduzir a pobreza e melhorar as oportunidades fora de Díli, especialmente nas zonas rurais, onde a maioria das famílias timorenses ainda depende da agricultura. O «Grow Timor 2037» está diretamente alinhado com este objetivo, uma vez que se centra no aumento dos rendimentos agrícolas, na expansão do emprego rural, na melhoria das estradas de acesso e dos sistemas de agregação, e no apoio às micro, pequenas e médias empresas agrícolas lideradas por jovens. Isto torna a proposta consistente com a ênfase do PED no desenvolvimento inclusivo e territorialmente equilibrado.

4. Depende e reforça as infraestruturas facilitadoras, que constituem uma das principais prioridades do PDE

Um dos principais pilares do PED é o investimento nas infraestruturas necessárias para impulsionar o crescimento. A proposta agrícola está alinhada com este objetivo, uma vez que depende fortemente de corredores de irrigação, estradas de ligação, armazenamento, instalações de transformação, centros de agregação e sistemas de logística rural. Neste sentido, o «Grow Timor 2037» não é apenas uma estratégia agrícola; reforça também a agenda mais ampla do PED em matéria de infraestruturas e transformação económica.

5. Apoia o desenvolvimento do setor privado e a expansão da cadeia de valor

O PED dá prioridade ao crescimento impulsionado pelo setor privado, ao desenvolvimento empresarial e a ligações de mercado mais fortes. O «Grow Timor 2037» está alinhado com este objetivo, uma vez que foi concebido não só para aumentar a produção agrícola, mas também para estimular o investimento na moagem, armazenamento, transformação, logística, agricultura por contrato e fornecimento de fatores de produção. Ao construir cadeias de valor comercialmente viáveis, a proposta contribui para a transição da agricultura de subsistência para um sistema mais produtivo e orientado para o mercado.

6. Promove o capital humano, a adoção de tecnologia e a capacidade institucional

O PED também sublinha a importância de competências, instituições e sistemas de prestação de serviços mais sólidos. A proposta para a agricultura apoia este objetivo através da reforma dos serviços de extensão, da melhoria dos sistemas de sementes e insumos, da disponibilização de informação de mercado digital, de práticas climaticamente inteligentes e de uma maior capacidade de implementação e coordenação. Estes investimentos são importantes porque o PED não se resume apenas ao aumento da produção, mas visa também construir as bases técnicas e institucionais necessárias para um crescimento sustentado.

7. Contribui para transformar a base de recursos naturais de Timor-Leste em ganhos de desenvolvimento nacional a longo prazo

O Plano Estratégico de Desenvolvimento incentiva o país a fazer melhor uso das suas terras, água e ativos naturais para apoiar a prosperidade a longo prazo. O «Grow Timor 2037» segue esta lógica, centrando-se na irrigação, na utilização produtiva da terra, na agricultura de maior valor acrescentado e numa melhor integração dos agricultores nos mercados internos e de exportação. Nesse sentido, a proposta está em consonância com a ambição mais ampla do PED de transformar a base de recursos naturais de Timor-Leste numa economia mais produtiva, geradora de emprego e sustentável.

Estratégia de Investimento

Esta secção apresenta a estratégia de investimento do «Grow Timor 2037» por principais componentes de custo, com uma repartição mais detalhada das medidas propostas no âmbito de cada pilar. O objetivo é mostrar mais claramente como a estratégia global é orçamentada e onde surgiriam as principais necessidades de investimento ao longo do período de dez anos.

1. Corredores de irrigação — 160–200 milhões de dólares

- Reabilitação dos corredores (2 primeiros corredores): **60–75 milhões de dólares**
- Expansão para 4–5 corredores: **70–90 milhões de dólares**
- Gestão de bacias hidrográficas: **10–15 milhões de dólares**
- Associações de utilizadores de água + O&M: **20 milhões de dólares**

2. Sistemas de sementes e insumos — 45–60 milhões de dólares

- Programa nacional de sementes + laboratórios: **15–20 milhões de dólares**
- Produtores locais de sementes: **10–15 milhões de dólares**

- Programa de acesso a fertilizantes/cal: **15–20 milhões de dólares**
- Controlo de qualidade + certificação: **5 milhões de dólares**

3. Reestruturação do sistema de extensão — 40–55 milhões de dólares

- Recrutamento + formação: **15–20 milhões de dólares**
- Motociclos + kits de campo: **10–12 milhões de dólares**
- Ferramentas digitais de extensão: **8–10 milhões de dólares**
- Incentivos ao desempenho: **7–13 milhões de dólares**

4. Estradas de acesso e agregação — 120–160 milhões de dólares

- Estradas de ligação (300–400 km): **90–120 milhões de dólares**
- Pequenas pontes + bueiros: **10–15 milhões de dólares**
- Centros de agregação (20–30): **20–25 milhões de dólares**

5. Cadeias de valor emblemáticas — 45–70 milhões de dólares

- Projetos-piloto de agricultura por contrato: **10–15 milhões de dólares**
- Centros de acondicionamento + cadeia de frio: **15–25 milhões de dólares**
- Normas de qualidade + certificação: **5–10 milhões de dólares**
- Valorização do café: **15–20 milhões de dólares**

6. Financiamento rural e redução de riscos — 35–50 milhões de dólares

- Garantias de crédito: **15–20 milhões de dólares**
- Redução das taxas de juro: **10–15 milhões de dólares**
- Seguro indexado às condições meteorológicas: **5–8 milhões de dólares**
- Mecanismo de financiamento misto: **5–7 milhões de dólares**

7. Transformação e armazenamento — 60–90 milhões de dólares

- Fábricas de pequena e média dimensão: **20–30 milhões de dólares**
- Secadores + armazenamento: **15–25 milhões de dólares**
- Cadeia de frio: **15–20 milhões de dólares**
- Soluções de energia solar: **10–15 milhões de dólares**

8. Jovens nas PME agrícolas — 25–40 milhões de dólares

- Incubação + formação: **8–12 milhões de dólares**
- Subsídios/empréstimos iniciais: **10–15 milhões de dólares**
- Serviços de mecanização: **7–13 milhões de dólares**

9. Informação sobre mercados e preços — 10–15 milhões de dólares

- Criação de plataformas: **4–6 milhões de dólares**
- Recolha e análise de dados: **3–4 milhões de dólares**
- Implementação de rádio/SMS/WhatsApp: **3–5 milhões de dólares**

10. Unidade de Execução e Governação — 20–30 milhões de dólares

- Contratação de quadros seniores + análise: **10–15 milhões de dólares**
- Monitorização + missões de resolução de problemas: **5–8 milhões de dólares**
- Avaliações anuais de desempenho: **5–7 milhões de dólares**

Opção PPG 19: sobre a Agricultura: Grow Timor 2037

O Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas, o Ministério das Finanças, o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, o Fundo de Infraestruturas e as agências económicas relevantes devem apresentar uma proposta conjunta sobre o «Grow Timor 2037» como uma estratégia de investimento e reforma de 10 anos destinada a aumentar a produtividade agrícola, reforçar a segurança alimentar, aumentar os rendimentos rurais e criar postos de trabalho. A proposta deve definir prioridades por fases, opções de financiamento, cadeias de valor emblemáticas e os mecanismos de governação e execução necessários para garantir a disciplina na implementação e resultados mensuráveis.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 156 milhões de dólares

PPG 20: Segurança hídrica e saneamento básico para as comunidades

A água e o saneamento estão a emergir como uma das prioridades mais evidentes em matéria de infraestruturas e prestação de serviços para o Orçamento de 2027. Os comentários recolhidos nas consultas aos cidadãos já apontam nessa direção, com a água e o saneamento a ocuparem o segundo lugar, logo a seguir às estradas e pontes, entre as preocupações mais frequentemente identificadas em matéria de infraestruturas. Isto é importante porque a água e o saneamento não são simplesmente uma questão restrita aos serviços públicos. Afetam o bem-estar das famílias, a saúde pública, a assiduidade escolar, o desempenho das unidades de saúde, a utilização do tempo pelas mulheres, a produtividade económica local e a confiança mais ampla na capacidade do governo de proporcionar melhorias visíveis na vida quotidiana. Nesse sentido, a água e o saneamento situam-se na intersecção entre infraestruturas, política social e legitimidade do Estado.

Timor-Leste tem registado progressos neste setor, mas a tendência continua a ser de expansão parcial, em vez de um serviço universal fiável. A atividade do Governo e dos parceiros de desenvolvimento nos últimos anos demonstra que o setor está a avançar na direção certa. Os mecanismos institucionais foram reforçados através da ANAS e do desenvolvimento da Bee Timor-Leste como um modelo operacional mais semelhante ao de uma empresa de serviços públicos, enquanto os investimentos apoiados por fontes externas estão a ajudar a expandir os sistemas urbanos de água e saneamento e a reforçar o planeamento e a prestação de serviços WASH nas zonas rurais. No entanto, o fosso entre a intenção política e as condições no terreno continua a ser grande. O acesso básico à água melhorou, mas a cobertura de saneamento continua significativamente atrasada, e a disparidade entre as zonas rurais e urbanas mantém-se acentuada. Muitos sistemas continuam a enfrentar dificuldades em termos de manutenção, fiabilidade do serviço, deterioração dos ativos e responsabilização pouco clara pelas operações após a construção das infraestruturas.

O principal problema político já não é apenas como construir mais sistemas, mas como garantir a segurança hídrica e prestar serviços básicos de saneamento de forma mais fiável, mais equitativa e a um ritmo que os cidadãos possam perceber. Isto é especialmente importante fora de Díli e de outras áreas melhor servidas, onde as comunidades enfrentam frequentemente uma combinação de abastecimento pouco fiável, drenagem deficiente, condições de saneamento inseguras e respostas lentas à reparação quando as infraestruturas falham. O desafio está a ser intensificado pelas pressões climáticas. A seca, os episódios de chuvas mais intensas, as inundações, a erosão e a pressão sobre as fontes de água estão a aumentar a fragilidade dos sistemas existentes e a elevar o custo da inação. Se o investimento em água e saneamento continuar a ser tratado principalmente como uma obra pontual, o país corre o risco de construir infraestruturas que não proporcionem ganhos duradouros em termos de serviço. Uma abordagem mais sólida trataria o setor como um sistema de serviços a longo prazo que requer proteção das fontes, operações e manutenção, responsabilização local e conceção resiliente às alterações climáticas.

No que diz respeito ao Orçamento de 2027, isto constitui um forte argumento a favor de uma Prioridade Política Governamental centrada na Segurança Hídrica e no Saneamento Básico

para as Comunidades. Tal proposta responderia diretamente ao feedback dos cidadãos, ao mesmo tempo que abordaria uma verdadeira fraqueza estrutural nas infraestruturas e no sistema de desenvolvimento humano de Timor-Leste. A prioridade não deve ser enquadrada como um compromisso aberto para financiar tudo de uma só vez. Em vez disso, deve ser concebida como um programa faseado de cinco a dez anos que combine resultados rápidos em comunidades com necessidades prementes com um reforço mais abrangente do sistema ao longo do tempo. As prioridades devem incluir a reabilitação de sistemas de abastecimento de água que não funcionam, a expansão do abastecimento de água em pequena escala e nas cidades, a proteção das fontes, o acesso a água, saneamento e higiene (WASH) em escolas e unidades de saúde, a aceleração do saneamento rural e medidas práticas de saneamento e drenagem urbanos onde os défices de serviço são mais graves. Igualmente importante, a proposta deve clarificar as responsabilidades institucionais, melhorar os mecanismos de manutenção, identificar modelos de prestação realistas para os municípios e as comunidades e definir metas de serviço mensuráveis, para que os ministros possam avaliar se os gastos adicionais se traduzem em ganhos visíveis em termos de fiabilidade, saúde e equidade.

Opção PPG 20: sobre Segurança Hídrica e Saneamento Básico para as Comunidades

O Ministério das Obras Públicas, a ANAS, a Bee Timor-Leste, o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, e os municípios apresentam uma proposta conjunta de Prioridade Política do Governo sobre Segurança Hídrica e Saneamento Básico para as Comunidades, concebida para responder diretamente aos comentários recolhidos na consulta aos cidadãos, que identificaram a água e o saneamento como uma das principais prioridades de infraestruturas para o Orçamento de 2027.

A proposta deverá definir um programa nacional de cinco a dez anos para alargar o acesso fiável ao abastecimento básico de água e ao saneamento seguro, dando prioridade às comunidades rurais, aos aglomerados periurbanos, às escolas, às unidades de saúde e aos municípios carenciados. Deve combinar a reabilitação de sistemas de água inoperacionais, a expansão direcionada de sistemas de abastecimento de água de pequena escala e municipais, a proteção e armazenamento de fontes resilientes às alterações climáticas, mecanismos de manutenção comunitários e municipais, a aceleração do saneamento rural e medidas práticas de saneamento urbano, incluindo a gestão de lamas fecais, a drenagem e a redução dos riscos associados às águas residuais, sempre que apropriado.

A proposta deve ir além da mera construção, clarificando as responsabilidades institucionais entre as agências centrais, os serviços públicos e os municípios; reforçando as operações e a manutenção; melhorando a fiabilidade do serviço e a responsabilização local; e integrando a resiliência climática no planeamento setorial e na conceção dos ativos. Deve também apresentar uma estratégia de execução sequencial, incluindo resultados rápidos em áreas de grande necessidade nos Orçamentos de 2027 e 2028, seguidos de um reforço mais abrangente do sistema e de uma expansão em escala a médio prazo.

A proposta deve avaliar os custos de capital e correntes, as opções de financiamento e de cofinanciamento por parte de doadores, os riscos de implementação e as metas de serviço mensuráveis, incluindo melhorias no acesso básico à água, na cobertura de saneamento, nas

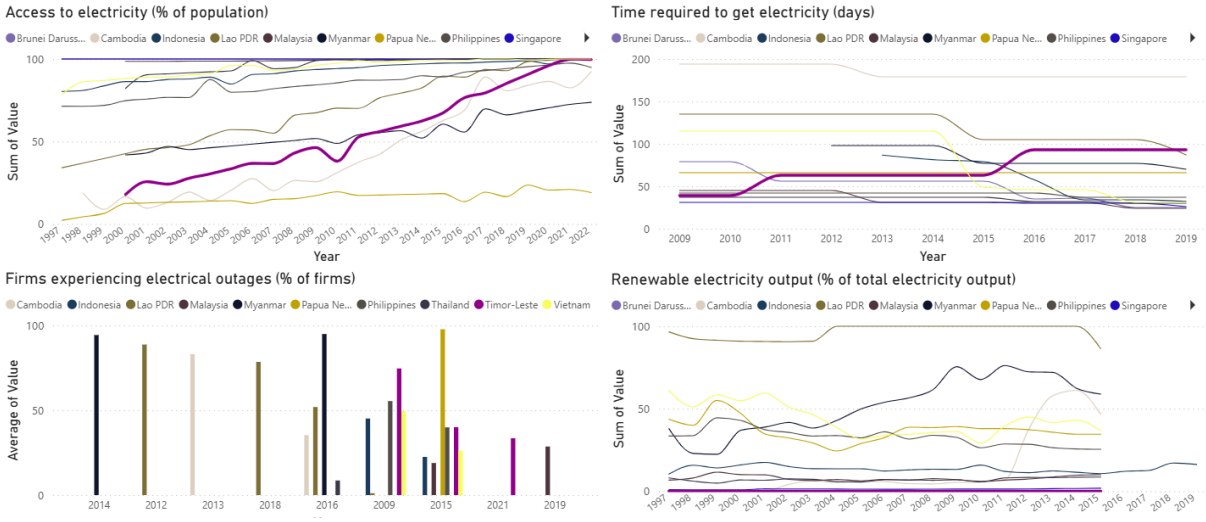
condições de WASH (água, saneamento e higiene) em escolas e clínicas, reduções no tempo gasto na recolha de água e uma maior equidade na prestação de serviços entre os municípios.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 40 milhões a 90 milhões de dólares

PPG 21: Custos elevados da energia, estradas e pontes

O financiamento destinado aos assuntos económicos é elevado e necessita de reequilíbrio. Os investimentos públicos realizados há mais de uma década em infraestruturas elétricas proporcionaram a capacidade económica tão necessária, nomeadamente uma melhoria notável no acesso à eletricidade e reduções sustentadas nas falhas de fornecimento. No entanto, os subsídios diretos e indiretos ao consumo de eletricidade são muito elevados, com a energia a representar 12 % das despesas, em comparação com a média da ASEAN de 2 % (verTabela 41). Em termos de percentagem das despesas, Timor-Leste gasta três vezes o nível médio dos países do G7+ e cerca de cinco vezes o dos países do G20. O setor elétrico continua a ser ineficiente e apresenta níveis muito baixos de recuperação de custos (25%).

Figura 44. Tendências no desempenho do setor elétrico – comparadores da ASEAN



Fonte: TiFIS

Tabela 41. Outras subfunções em % das despesas – Timor-Leste vs. ASEAN

Timor BCG

L2 2011 COFOG	2022	2023	Total
7043-Fuel and energy	13.67%	9.96%	**11.96%**
7102-Old age	10.48%	6.74%	**8.75%**
7011-Executive and legislative organs, financial and fiscal affairs, external affairs	7.43%	9.70%	**8.48%**
7041-General economic, commercial, and labor affairs	10.79%	3.81%	**7.57%**
7045-Transport	5.95%	8.20%	**6.99%**
7062-Community development	9.13%	4.38%	**6.94%**
7091-Pre-primary and primary education	3.57%	5.93%	**4.66%**
7104-Family and children	0.62%	9.14%	**4.56%**
7109-Social protection not elsewhere classified	6.91%	0.55%	**3.97%**
7031-Police services	3.69%	4.02%	**3.84%**
7016-General public services not elsewhere classified	2.48%	3.22%	**2.82%**
Total	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**

ASEAN GG Averages (excl. TL)

L2 2011 COFOG	2022	2023	Total
7043-Fuel and energy	1.33%	4.42%	**2.40%**
7044-Mining, manufacturing, and construction	0.11%	0.18%	**0.14%**
7045-Transport	7.26%	6.05%	**6.84%**
7046-Communication	0.17%	0.12%	**0.16%**
7047-Other industries	0.35%	0.57%	**0.42%**
7048-R & D Economic affairs	-0.38%	0.22%	**-0.17%**
7049-Economic affairs not elsewhere classified	1.83%	0.23%	**1.27%**
7051-Waste management	0.01%	0.01%	**0.01%**
7052-Waste water management	0.01%	0.02%	**0.02%**
7053-Pollution abatement	0.03%	0.08%	**0.05%**
7054-Protection of biodiversity and landscape	0.02%	0.07%	**0.04%**
Total	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**

Fonte: TiFIS

O financiamento para estradas e pontes também estabeleceu bases económicas fundamentais e algumas oportunidades de emprego e criação de riqueza a longo prazo, mas a despesa continua elevada em termos nominais e relativos. Ainda não foi alcançado o equilíbrio adequado entre manutenção e construção para criar um programa rodoviário eficiente, mas já foram lançadas as bases para se registarem progressos substanciais nesta área.

São necessárias **medidas de eficiência nos setores da eletricidade e** das estradas.

É necessária uma revisão das políticas para fomentar um maior crescimento relacionado com **o comércio, o emprego e as remessas** em setores como a agricultura, o turismo e os serviços de TI. Estes três setores necessitam de investimentos adicionais para ajudar a garantir

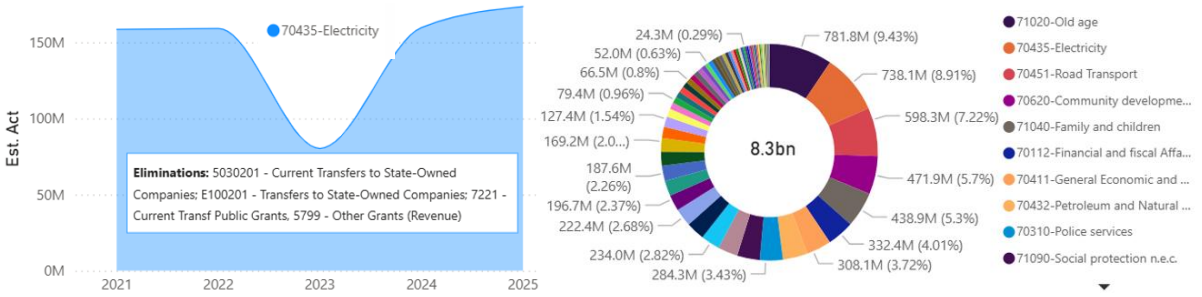
um crescimento sustentável, o que contribuirá para reduzir as preocupações com a instabilidade orçamental.

Eletricidade e EDTL

Foram gastos 0,7 mil milhões de dólares em subsídios à eletricidade entre 2021 e 2025. A eletricidade é a segunda maior rubrica orçamental, a seguir à proteção social na velhice. O subsídio à EDTL tem rondado os 150 milhões de dólares por ano, exceto em 2023, ano em que foi de 70 milhões de dólares.

Figura 45. Painel de Controlo da Eletricidade

COFOG1 (AFI)	2021	2022	2023	2024	2025	Total
704-Economic affairs	**432,351,829**	**614,772,860**	**440,241,332**	**567,126,744**	**660,412,277**	**2,714,905,043**
7043-Fuel and energy	**235,369,688**	**237,893,055**	**148,052,852**	**209,212,357**	**213,599,986**	**1,044,127,940**
70435-Electricity	**158,781,912**	**161,995,922**	**80,553,443**	**162,387,399**	**174,414,449**	**738,133,125**
024 Ministry of Public Works	**157,933,907**	**148,653,498**	**70,189,663**	**148,809,631**	**163,571,896**	**689,158,594**
8023102 Supply Electricity to All	157,933,907	148,653,498	70,000,000	148,492,000	163,500,000	**688,579,405**
8023002 Prepare regulations and technical standards			105,470	114,018	30,225	**249,714**
8023003 Prepare electricity plans and technical studies			84,193	87,344	20,987	**192,524**
8023004 Monitor and Supervise Electrical Energies				116,269	20,683	**136,952**



Fonte: TiFIS

Estradas e pontes

Foram gastos 0,6 mil milhões de dólares em estradas entre 2021 e 2025. As estradas constituem a terceira maior classe funcional, a seguir à proteção social na velhice e à eletricidade. Os montantes gastos em estradas aumentaram de 68 milhões de dólares em 2021 para 183 milhões de dólares em 2025, representando 7% do total das despesas ao longo do período.

Figura 46. Função «Transportes» versus «Combustíveis e Energia» (2021-25)

COFOG1 (AFI)	2021	2022	2023	2024	2025	Total
704-Economic affairs	**432,351,829**	**614,772,860**	**440,241,332**	**567,126,744**	**660,412,277**	**2,714,905,043**
7043-Fuel and energy	**235,369,688**	**237,893,055**	**148,052,852**	**209,212,357**	**213,599,986**	**1,044,127,940**
70435-Electricity	158,781,912	161,995,922	80,553,443	162,387,399	174,414,449	**738,133,125**
70432-Petroleum and Natural Gas	76,587,777	75,897,133	67,499,410	46,824,958	39,185,537	**305,994,815**
7045-Transport	**71,118,945**	**103,713,757**	**122,640,538**	**145,606,958**	**204,165,695**	**647,245,893**
70451-Road Transport	68,355,622	93,028,975	113,331,273	140,197,233	183,392,552	**598,305,655**
70454-Air Transport	1,904,095	8,342,174	5,916,322	1,371,111	16,091,847	**33,625,549**
70452-Water transport	859,227	2,342,609	3,392,943	4,038,613	4,681,297	**15,314,688**

Fonte: TiFIS

Opção PPG 21: sobre os elevados custos da eletricidade, estradas e pontes

O Ministério das Obras Públicas (MOP), o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, e a EDTL apresentam uma proposta de estratégia de investimento para melhorar a recuperação de custos, aproximando-a dos 50% no prazo de 5 anos, mantendo simultaneamente um elevado nível de acesso e reduzindo o tempo necessário para obter ligações à rede elétrica. Devem também ser desenvolvidas opções para uma utilização mais rentável das fontes de energia renováveis.

O MOP apresentará ainda uma atualização do plano diretor para estradas e pontes de Timor-Leste, com base numa despesa média anual de 100 milhões de dólares ao longo de 5 anos, recorrendo a contratos plurianuais de 5 anos.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: -230 milhões de dólares

PPG 22: Transparência e eficiência da proteção social

A proteção social proporcionou valiosos dividendos da paz, mas foi alcançada a um custo elevado. A despesa com a proteção social é muito elevada em comparação com outros países da ASEAN (verFigura 47 eFigura 48) e estas políticas estão potencialmente a afastar investimentos críticos para o crescimento sustentável noutros setores. Em termos de percentagem das despesas, Timor-Leste apresenta um valor quase dez vezes superior à média dos países do G7+ e o dobro da média dos países da ASEAN.

Melhorar a eficiência das despesas com a proteção social é uma prioridade política fundamental, uma vez que o reequilíbrio pode reduzir a desigualdade e aumentar o risco de conflito (veteranos e jovens do sexo masculino). A necessidade de garantir a sustentabilidade das despesas ao longo do tempo significa que não há margem no orçamento para mais despesas com a proteção social sem reduzir e reequilibrar as despesas atuais noutras áreas.

Tendências das despesas com a proteção social

Figura 49 abaixo mostra que Timor-Leste tem mantido um nível consistentemente elevado de despesas com proteção social em relação aos principais países de referência, tendo o fosso-se alargado ainda mais nos últimos anos. A característica mais marcante desta série é o aumento acentuado registado desde 2021, o que sugere que a proteção social se tornou uma componente ainda mais proeminente da política orçamental, em vez de um mecanismo de apoio temporário ou com um alvo restrito. Isto ajuda a explicar o papel que o setor tem desempenhado no apoio à paz e à estabilidade social, mas também reforça a preocupação de que um compromisso tão grande e crescente possa estar a limitar a margem orçamental para outras prioridades, incluindo a ordem pública e a segurança, a qualidade da educação e as infraestruturas produtivas. A figura aponta, portanto, para uma clara tensão política: a proteção social tem proporcionado importantes benefícios políticos e sociais, mas a sua escala atual levanta questões sobre a sustentabilidade financeira a longo prazo, a eficiência e se o equilíbrio das despesas entre os setores continua a ser sustentável.

Figura 47. Tendências COFOG - % das despesas públicas – ASEAN vs. TL (FMI)

Timor

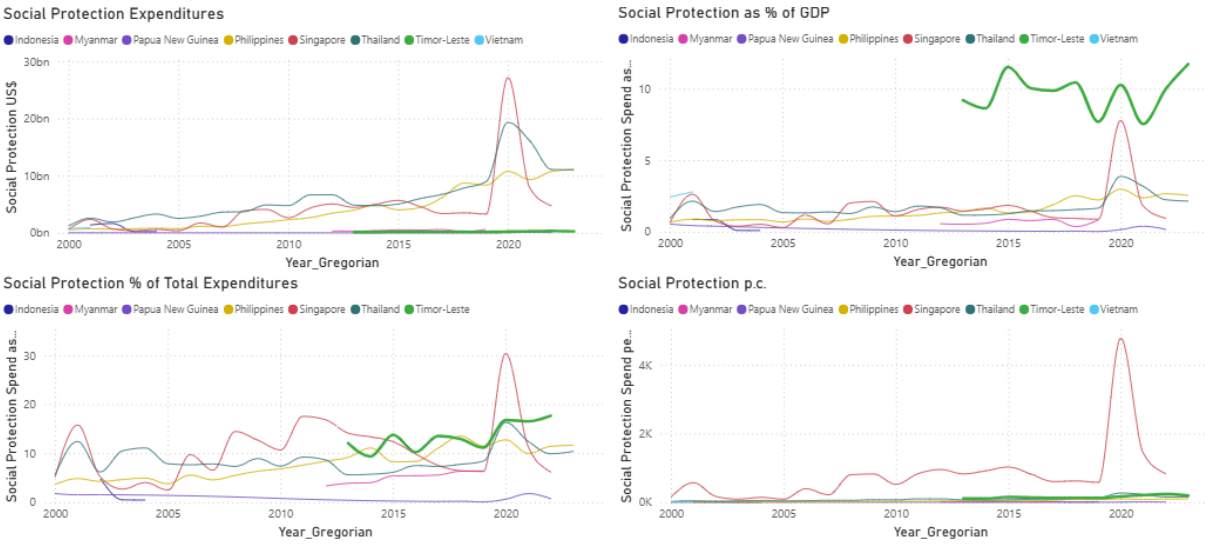
COFOG1 (AFI)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
701-General public services	20.41%	24.73%	20.09%	15.89%	16.37%	9.46%	17.09%	14.37%	12.80%	12.71%	15.86%	20.70%	16.72%
702-Defense	3.72%	3.26%	2.78%	2.09%	2.23%	2.31%	2.74%	2.22%	2.32%	2.47%	4.40%	2.89%	2.78%
703-Public order and safety	4.31%	4.74%	5.73%	4.05%	5.12%	5.51%	4.99%	4.74%	5.37%	4.97%	5.87%	4.59%	4.99%
704-Economic affairs	37.75%	36.99%	40.56%	54.74%	45.59%	49.60%	43.96%	31.40%	29.60%	35.37%	29.58%	32.02%	38.70%
705-Environmental protection	0.19%	0.48%	0.36%	0.22%	0.41%	0.19%	0.16%	0.20%	0.44%	0.59%	0.94%	1.47%	0.51%
706-Housing and community amenities	5.41%	4.08%	1.46%	1.00%	0.58%	0.48%	1.22%	1.95%	7.12%	10.45%	5.89%	5.33%	4.02%
707-Health	5.58%	4.75%	4.61%	3.55%	5.42%	7.41%	5.18%	14.76%	11.47%	6.11%	7.08%	7.16%	6.83%
708-Recreation, culture and religion	0.69%	0.73%	0.71%	0.77%	1.65%	1.33%	2.85%	1.97%	1.68%	1.52%	1.56%	1.72%	1.43%
709-Education	10.48%	11.03%	10.05%	7.55%	9.41%	9.69%	9.29%	8.85%	10.52%	7.45%	11.25%	9.02%	9.45%
710-Social protection	11.75%	9.21%	13.66%	10.15%	13.23%	14.03%	12.53%	19.53%	18.67%	18.36%	17.58%	15.09%	14.58%
Total	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

ASEAN Averages (excl. TL)

L1 2011 COFOG	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
701-General public services	47.93%	46.20%	38.87%	39.81%	35.58%	35.12%	38.00%	31.19%	35.97%	39.72%	47.52%	38.76%
702-Defense	3.55%	3.32%	3.54%	4.11%	7.70%	7.47%	7.99%	6.33%	6.85%	6.51%	3.84%	5.91%
703-Public order and safety	2.96%	3.00%	4.44%	4.51%	5.72%	5.28%	5.74%	4.97%	5.11%	4.55%	4.52%	4.77%
704-Economic affairs	22.65%	24.20%	23.92%	18.43%	17.65%	19.52%	16.24%	15.94%	17.29%	20.83%	15.19%	18.83%
705-Environmental protection	0.04%	0.05%	0.12%	0.14%	0.60%	0.69%	0.65%	1.73%	0.69%	0.48%	0.24%	0.58%
706-Housing and community amenities	1.41%	1.07%	1.16%	1.33%	2.59%	2.51%	1.95%	1.97%	2.09%	0.74%	0.80%	1.65%
707-Health	5.40%	6.36%	6.74%	7.69%	6.79%	6.48%	6.82%	6.88%	8.63%	7.87%	5.98%	7.01%
708-Recreation, culture and religion	0.69%	0.57%	0.53%	0.61%	1.11%	1.16%	1.23%	1.06%	1.01%	1.26%	0.66%	0.96%
709-Education	12.44%	12.33%	16.27%	18.00%	15.69%	14.35%	13.00%	12.33%	12.37%	10.48%	12.00%	13.43%
710-Social protection	2.93%	2.92%	4.41%	5.38%	6.55%	7.42%	7.39%	17.60%	10.00%	7.55%	9.24%	8.11%
Total	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

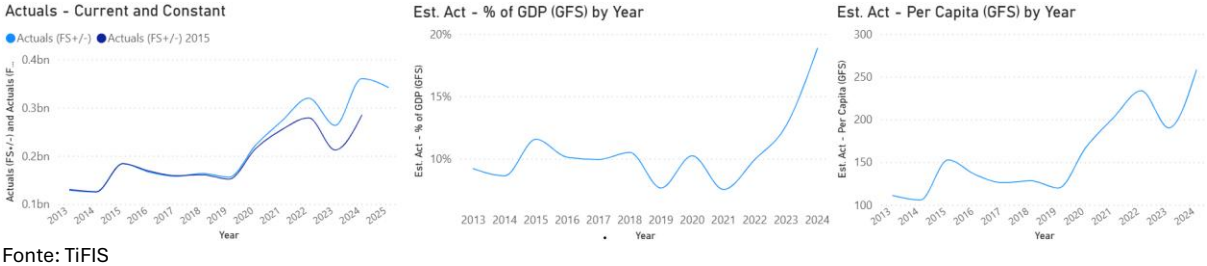
Fonte: TiFIS

Figura 48. Tendências da Proteção Social – Orçamento do Governo Central – ASEAN



Fonte: TiFIS

Figura 49. Tendências na despesa com proteção social – Principais países de comparação



Fonte: TiFIS

Tabela 42. Tendências de despesas na função de proteção social: 2013-25

COFOG1 (AFI)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
704-Economic affairs	**412,766,100**	**500,090,750**	**544,315,721**	**895,702,096**	**542,867,075**	**578,201,514**	**546,198,850**	**356,687,835**	**432,351,829**	**614,772,860**	**440,241,332**	**567,126,744**	**669,951,116**	**7,101,273,824**
701-General public services	**222,855,485**	**333,556,334**	**268,976,496**	**259,922,154**	**195,221,998**	**110,550,297**	**214,894,269**	**166,764,724**	**188,712,826**	**223,218,474**	**240,466,540**	**272,293,043**	**241,213,938**	**2,938,646,578**
710-Social protection	**128,459,330**	**124,893,930**	**183,892,832**	**166,027,512**	**157,539,068**	**163,538,531**	**155,639,400**	**222,042,068**	**272,994,943**	**319,859,023**	**263,061,639**	**360,486,160**	**342,085,950**	**2,860,520,386**
7102-Old age	3,925,137	3,297,678	3,983,806	4,365,334	100,380,720	106,968,693	92,781,916	96,857,542	152,511,236	182,696,842	100,957,242	192,985,586	152,578,796	**1,194,290,528**
7109-Social protection not elsewhere	114,931,470	112,474,244	175,070,119	150,571,302	43,599,617	45,332,128	49,804,372	115,480,342	104,385,163	120,394,895	8,128,828	30,254,736	16,123,859	**1,086,551,074**
7104-Family and children	811,489	669,320	717,085	846,005	10,533,653	9,335,798	8,518,927	6,742,689	6,602,291	10,815,011	136,862,090	120,723,691	163,363,140	**476,541,190**
7107-Social exclusion not elsewhere classified	1,547,373	2,465,394	2,308,333	1,647,585	1,557,900	1,376,135	3,601,230	2,227,299	8,061,529	3,911,953	5,366,483	5,766,154	6,980,136	**46,817,503**
7106-Housing	7,243,861	5,987,294	1,813,490	8,597,285	868,639	53,333	53,029	40,639			9,735,685			**34,393,254**
7101-Sickness and disability					180,954	267,584	769,826	619,811	757,244	1,257,461	1,962,671	7,010,463	2,528,326	**15,354,339**
7103-Survivors					417,586	204,861	110,100	73,746	653,360	782,861	48,640	3,745,532	511,693	**6,548,378**
7108-R & D Social protection									24,120					**24,120**
707-Health	**61,064,643**	**64,494,452**	**62,167,167**	**58,078,575**	**64,525,519**	**86,312,102**	**63,667,121**	**167,606,580**	**167,583,023**	**106,289,208**	**105,769,784**	**125,236,108**	**136,328,394**	**1,269,122,677**
703-Public order and safety	**47,168,870**	**64,271,282**	**77,205,092**	**66,345,875**	**60,956,409**	**64,311,345**	**61,572,666**	**52,232,898**	**77,891,032**	**85,913,678**	**87,160,002**	**80,407,034**	**83,586,819**	**909,023,002**
706-Housing and community amenities	**59,167,221**	**55,331,924**	**19,615,250**	**16,330,632**	**6,911,762**	**5,628,904**	**15,149,627**	**22,236,318**	**104,094,678**	**181,540,906**	**87,538,573**	**92,286,324**	**94,197,307**	**760,029,426**
702-Defense	**40,723,177**	**44,241,804**	**37,389,065**	**34,145,952**	**26,552,625**	**26,906,919**	**33,241,998**	**24,374,782**	**33,282,366**	**42,231,796**	**64,988,339**	**50,730,989**	**52,651,041**	**511,460,854**
708-Recreation, culture and religion	**7,540,227**	**9,935,754**	**9,545,979**	**12,579,415**	**19,606,799**	**15,495,595**	**35,471,806**	**22,410,188**	**24,615,439**	**26,389,847**	**23,232,406**	**27,245,330**	**30,394,722**	**264,463,505**
705-Environmental protection	**2,126,822**	**6,471,905**	**4,807,654**	**3,557,489**	**4,832,565**	**2,181,719**	**1,967,989**	**2,311,174**	**6,404,696**	**10,213,961**	**14,029,497**	**25,896,306**	**6,579,049**	**91,380,826**
Total	**1,093,502,073**	**1,356,941,943**	**1,347,162,190**	**1,636,309,226**	**1,191,217,512**	**1,166,129,419**	**1,243,842,918**	**1,137,549,967**	**1,462,463,960**	**1,742,822,109**	**1,497,484,238**	**1,760,119,791**	**1,812,320,836**	**18,447,866,183**

Fonte: TiFIS

Tabela 43. Demonstrações financeiras da proteção social: 2013-25

GFS 1	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
1 REVENUE					**65,194**	**80,471**	**250,360**	**108,941**	**5,102**		**660,432**	**24,843**	**0**	**1,195,343**
11 Taxes											660,312	24,843	0	**685,155**
12 Social contributions													0	**0**
13 Grants												0	0	**0**
14 Other revenue					65,194	80,471	250,360	108,941	5,102		120	0	0	**510,188**
2 EXPENSE	**120,044,606**	**116,212,177**	**178,141,727**	**154,613,618**	**156,653,733**	**163,232,279**	**153,983,859**	**220,933,517**	**272,181,506**	**312,283,153**	**261,433,102**	**340,570,421**	**339,285,661**	**2,789,569,359**
21 Compensation of employees	1,572,749	1,339,842	1,411,231	1,256,613	2,034,042	3,105,918	2,271,309	2,070,274	2,918,574	2,890,927	26,223,357	31,027,897	34,309,072	**112,431,806**
22 Use of Goods & Services	4,488,385	10,549,187	9,861,156	6,123,128	6,338,747	5,549,067	8,816,491	8,304,884	75,077,433	41,208,522	7,168,959	10,237,722	11,184,294	**204,907,976**
25 Subsidies											325,760	8,892,031	6,154,534	**15,372,325**
26 Grants							0			33	76,201,891	91,707,653	122,453,316	**290,362,893**
27 Social benefits	107,664,127	99,494,196	163,962,742	145,254,901	144,496,415	146,199,869	134,993,700	140,464,029	100,324,860	195,916,471	135,919,608	198,705,117	165,184,444	**1,878,580,480**
28 Other expense	6,319,345	4,828,952	2,906,598	1,978,976	3,784,529	8,377,424	7,902,359	70,094,330	93,860,640	72,267,200	15,593,527			**287,913,880**
3 CHANGE IN NET WORTH	**8,330,289**	**8,682,899**	**5,720,323**	**11,400,695**	**846,326**	**247,067**	**1,498,708**	**478,563**	**881,735**	**6,626,066**	**1,592,107**	**2,539,854**	**2,800,290**	**51,644,921**
31 Net acquisition of nonfinancial assets	8,330,289	8,682,899	5,720,323	11,400,695	846,326	247,067	1,498,708	478,563	881,735	6,626,066	1,592,107	2,539,854	2,800,290	**51,644,921**
Net Lending/Borrowing	**-128,374,895**	**-124,895,076**	**-183,862,051**	**-166,014,314**	**-157,434,865**	**-163,398,875**	**-155,232,207**	**-221,303,140**	**-273,058,139**	**-318,909,218**	**-262,364,777**	**-343,085,431**	**-342,085,950**	**-2,840,018,937**

Fonte: TiFIS

Tabela 44. As 10 principais agências de proteção social: 2013-25

Admin Unit	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
021 Ministry of Social Solidarity	113,814,677	111,273,140	174,022,151	150,446,302	147,934,017	141,803,600	54,037,877	52,924,415	12,994,405	86,693,306	24,758,169	16,737,428	21,258,259	**1,108,697,746**
022 Ministry for the Affairs of National Liberation Combatants						93,474,176	88,190,830	91,936,780	92,129,339	97,845,874	109,110,691	107,245,951	147,954,538	**827,888,180**
013 General State Appropriation	4,120,892	3,372,678	4,145,944	4,365,334	4,671,358	13,818,760	4,852,988	4,921,491	62,903,260	87,267,584	101,198,009	117,188,255	146,070,780	**558,897,333**
079 COVID-19 Fund								64,256,231	97,325,504	5,780				**161,587,515**
106 National Social Security Institute												82,372,271	2,885,846	**85,258,117**
026 Ministry of Tourism										36,639,357	3,410	9,000	0	**36,651,767**
081 Human Capital Development Fund	377,559	82,406	67,132	135,999	605,214	669,512	119,166	73,746			7,133,550	8,821,172	12,142,503	**30,227,959**
080 Infrastructure Fund	7,129,370	5,920,026	1,700,000	8,486,216	813,622						0	75,932	1,606,380	**25,731,546**
005 Secretary of State for Equality and Inclusion	1,547,373	2,382,988	2,241,201	1,622,579	1,434,416	1,051,326	1,109,083	848,843	1,036,224	1,210,184	1,260,579	1,585,765	1,465,216	**18,795,776**
107 Social Security Reserve Fund												17,375,886	0	**17,375,886**
Total	**128,459,330**	**124,893,930**	**183,892,832**	**166,027,512**	**157,539,068**	**163,538,531**	**155,639,400**	**222,042,068**	**272,994,943**	**319,859,023**	**263,061,639**	**360,486,160**	**342,085,950**	**2,860,520,386**

Fonte: TiFIS

As tendências de despesas por função mostram que a proteção social tem sido uma das funções de despesa mais significativas e persistentes ao longo do período de 2013–25 (verTabela 42). A série sugere que as despesas se mantiveram estruturalmente elevadas, em vez de refletirem um pico de curto prazo, o que é consistente com o papel político e social que as pensões, os benefícios aos veteranos e outras transferências têm desempenhado na manutenção da estabilidade. Ao mesmo tempo, a composição da função aponta para uma forte concentração num grupo relativamente restrito de programas, o que significa que os elevados gastos globais não se traduziram necessariamente num sistema de apoio abrangente ou altamente diversificado. Isto levanta uma importante questão política sobre se a atual distribuição dos benefícios é a forma mais eficaz de reduzir a vulnerabilidade, preservando simultaneamente a margem orçamental para prioridades futuras.

As demonstrações financeiras indicam que a despesa com a proteção social é predominantemente impulsionada por despesas correntes, especialmente pagamentos do tipo transferência, em vez de investimento de capital ou de constituição de ativos (verTabela 43). É isso que seria de esperar num sistema centrado em pensões, prestações e pagamentos de apoio direto, mas também significa que o encargo orçamental é contínuo e difícil de reverter uma vez que os direitos se tornem politicamente ou socialmente enraizados. O gráfico destaca,

portanto, a rigidez orçamental a longo prazo associada ao setor: uma vez estabelecidos os compromissos em matéria de prestações, estes tendem a criar pressões de despesa duradouras que podem limitar a flexibilidade do governo noutras áreas. Em termos de políticas, isto reforça a importância de melhorar a transparência, os parâmetros de contribuição e as regras de direcionamento, para que o sistema se mantenha sustentável, preservando simultaneamente os seus objetivos de paz e equidade.

Outra importante lacuna de transparência visível nas demonstrações financeiras é a ausência de dados consolidados da segurança social, particularmente no que diz respeito às contribuições sociais. As contribuições sociais são pagamentos obrigatórios ou quase obrigatórios efetuados por empregadores, empregados, trabalhadores independentes ou pelo Estado em nome dos segurados, para financiar prestações da segurança social, tais como pensões, apoios ao rendimento na velhice, invalidez, sobrevivência e outros direitos de seguro social. Em termos orçamentais e de GFS, estes fluxos são essenciais porque ajudam a mostrar em que medida as prestações de proteção social estão a ser financiadas a partir de receitas de contribuições específicas, em vez de transferências do orçamento geral. A sua ausência destas demonstrações financeiras deve-se ao facto de as operações dos fundos de segurança social extra-orçamentais ainda não terem sido devidamente consolidadas no sistema GRP, o que significa que a verdadeira dimensão, a estrutura de financiamento e as responsabilidades futuras do sistema de proteção social ainda não são totalmente visíveis.

Estes dados são essenciais para a análise da sustentabilidade orçamental, pois permitem ao governo avaliar se o sistema de proteção social está a tornar-se mais autofinanciado ao longo do tempo ou se o aumento dos compromissos com prestações continuará a aumentar a pressão sobre o orçamento central. Sem informação fiável sobre as receitas de contribuições, os saldos dos fundos, as obrigações relativas às prestações e a relação entre as prestações sociais brutas e líquidas, é difícil estimar os défices de financiamento a médio prazo, avaliar os passivos a longo prazo ou conceber reformas credíveis para melhorar a sustentabilidade financeira. Um melhor acompanhamento e consolidação das contribuições sociais não é, portanto, uma mera questão técnica de contabilidade; é um requisito fundamental para uma política orçamental sólida, maior transparência, relatórios mais precisos das administrações públicas e um debate mais informado sobre como preservar os dividendos da paz decorrentes da proteção social, mantendo simultaneamente a sustentabilidade do orçamento global.

O gráfico das principais agências mostra que as despesas com a proteção social se concentram num pequeno número de instituições, confirmando que um conjunto limitado de agências suporta a maior parte do peso orçamental do setor (verTabela 44). Esta concentração é importante porque sugere que qualquer tentativa séria de melhorar a eficiência, a transparência ou a orientação dos programas pode centrar-se, em primeiro lugar, num número relativamente pequeno de atores administrativos, em vez de no sistema governamental na sua totalidade. Indica também que os riscos políticos estão concentrados: se as maiores agências não estiverem a operar com controlos rigorosos, dados fiáveis e regras programáticas claras, então uma grande parte da despesa total com a proteção social poderá estar exposta à ineficiência ou a uma supervisão deficiente. O gráfico apoia, portanto, uma abordagem prática de reforma centrada numa maior visibilidade dos maiores programas e instituições, combinada

com um reforço dos relatórios e da revisão das políticas relativas aos maiores fluxos de prestações.

Tabela 45. Ajuda à Proteção Social em % das Despesas com Proteção Social (Todos os Canais)

Item and Code 2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
705-Environmental protection	424.9%	128.6%	189.5%	308.9%	164.1%	293.2%	263.2%	224.2%	44.1%	58.2%	38.6%	**129.5%**
703-Public order and safety	91.1%	36.6%	25.7%	25.6%	30.2%	21.0%	24.7%	35.7%	39.9%	38.8%	34.5%	**35.4%**
707-Health	40.1%	41.9%	39.9%	45.2%	34.5%	26.1%	40.3%	26.1%	32.5%	30.6%	30.7%	**33.4%**
709-Education	33.4%	27.5%	23.4%	32.8%	30.8%	35.2%	42.9%	41.3%	27.6%	31.3%	29.7%	**31.8%**
701-General public services	23.6%	16.0%	15.7%	16.7%	31.3%	47.8%	21.8%	44.7%	35.6%	21.6%	31.0%	**25.4%**
706-Housing and community amenities	44.9%	41.8%	74.0%	67.0%	157.7%	186.9%	65.5%	26.1%	5.2%	1.5%	9.1%	**22.4%**
704-Economic affairs	16.7%	13.8%	14.5%	10.4%	16.3%	13.9%	18.2%	20.9%	13.4%	11.9%	13.7%	**14.4%**
710-Social protection	1.5%	9.8%	2.9%	1.5%	1.6%	6.2%	1.1%	0.6%	2.6%	2.3%	9.2%	**3.5%**
708-Recreation, culture and religion	2.4%	2.7%	1.4%	1.3%	0.9%	1.6%	0.9%	1.0%	1.4%	1.4%	0.7%	**1.3%**
Total	**24.1%**	**19.0%**	**16.9%**	**15.0%**	**20.7%**	**20.3%**	**20.4%**	**23.3%**	**18.4%**	**14.1%**	**19.0%**	**18.8%**

Fonte: TiFIS

Tabela 46. Ajuda à proteção social em % das despesas com proteção social (canais governamentais)

Item and Code 2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
705-Environmental protection	126.4%	27.0%	46.0%	74.9%	44.2%	31.6%	12.0%	27.8%	3.6%	8.5%	1.4%	**24.3%**
707-Health	10.6%	12.2%	6.6%	10.5%	10.1%	9.4%	15.3%	11.4%	7.5%	6.8%	10.2%	**9.8%**
704-Economic affairs	8.9%	8.7%	9.7%	6.5%	8.6%	9.0%	13.2%	10.8%	6.3%	6.8%	7.2%	**8.6%**
709-Education	7.2%	5.1%	8.0%	8.7%	7.3%	12.9%	16.4%	1.0%	0.8%	3.0%	1.6%	**6.2%**
701-General public services	6.3%	4.5%	5.0%	4.9%	9.5%	13.0%	3.5%	11.8%	11.4%	2.7%	2.9%	**6.2%**
706-Housing and community amenities	4.2%	2.0%	7.1%	17.5%	11.4%	5.4%	3.0%	1.0%	1.1%	1.1%	7.9%	**3.4%**
703-Public order and safety	6.0%	0.4%	0.3%	0.2%	0.0%	0.4%	0.0%	1.6%	0.2%	0.5%	7.5%	**1.6%**
710-Social protection	0.2%	0.3%	0.2%	0.3%	0.2%	0.2%	0.3%	0.1%	1.0%	0.0%	2.8%	**0.6%**
708-Recreation, culture and religion		0.8%	0.7%	0.4%	0.5%	0.9%	0.3%	0.1%	0.0%		0.1%	**0.3%**
Total	**6.7%**	**5.7%**	**6.4%**	**5.8%**	**7.0%**	**7.8%**	**8.8%**	**7.0%**	**4.6%**	**3.6%**	**4.9%**	**6.0%**

Fonte: TiFIS

Os doadores canalizam a maior parte da ajuda à proteção social através de canais externos aos sistemas governamentais. Ao longo do período, o total da ajuda à proteção social desembolsada através de todos os canais equivalia a 3,5% das despesas governamentais com a proteção social. Em contrapartida, a ajuda à proteção social canalizada através dos sistemas governamentais ascendeu a apenas 0,6% das despesas governamentais com a educação e, em 2023, o valor foi significativamente superior, atingindo apenas 2,8% (verTabela 45Tabela 46 acima). Isto sugere que há fortes argumentos a favor de se trabalhar com os parceiros de desenvolvimento para identificar acordos mutuamente aceitáveis que permitam que, ao longo do tempo, uma maior parte da ajuda à educação seja canalizada através de canais governamentais.

Melhorar a transparência na proteção social

Já foram tomadas algumas medidas para melhorar a eficiência e a orientação do sistema de proteção social. Estas incluem uma utilização mais intensiva dos sistemas nacionais de identificação e registo digital para melhorar a verificação dos beneficiários, reduzir a duplicação de esforços e apoiar uma identificação mais precisa dos agregados familiares elegíveis. No âmbito da Estratégia Nacional de Proteção Social 2021–2030 do Governo, tem-se verificado também uma mudança mais ampla no sentido de uma melhor integração de dados, de uma coordenação setorial reforçada e de uma conceção de políticas mais baseada em dados concretos, incluindo esforços para reforçar as estatísticas consolidadas de proteção social e a

apresentação de relatórios. Na área do apoio à infância e à maternidade, as reformas do programa «Bolsa da Mãe» — agora encerrado — e de programas relacionados foram acompanhadas pelo registo eletrónico, por plataformas de pagamento digitais e por sistemas de monitorização melhorados, contribuindo para tornar os pagamentos mais transparentes, atempados e auditáveis, ao mesmo tempo que se reduziu a dependência de processos em papel, menos eficazes.

Timor-Leste está a avançar no sentido de um registo social nacional mais integrado e começou a testar métodos de seleção de beneficiários mais avançados, incluindo a utilização de dados detalhados do recenseamento dos agregados familiares e um ***«Proxy Means Test»*** (***teste de recursos substituto***) aprimorado por aprendizagem automática, para melhorar a identificação de agregados familiares vulneráveis e alinhar melhor o apoio com os objetivos de combate à pobreza, nutrição e resposta a choques.

Estas reformas são importantes porque abordam diretamente o problema central de eficiência no sistema de proteção social de Timor-Leste: como preservar os benefícios em termos de paz e equidade decorrentes de um elevado nível de despesas, melhorando simultaneamente a relação custo-benefício e reduzindo as fugas, a má orientação dos apoios e a pressão fiscal a longo prazo. Uma melhor orientação dos apoios e dados mais precisos sobre os beneficiários facilitam a direcionação dos recursos para os agregados familiares com maior necessidade, em vez de distribuir os benefícios de forma demasiado ampla ou manter listas de beneficiários desatualizadas. Os sistemas digitais de registo, pagamento e prestação de contas também melhoram a rastreabilidade, reforçam o controlo sobre as despesas e criam uma base mais credível para futuras escolhas políticas sobre quem deve ser abrangido, a que nível e em que condições.

Ao longo do tempo, o desenvolvimento de um registo social nacional e de dados mais sólidos ao nível dos programas deverá permitir ao Governo avançar para um sistema mais adaptável e capaz de responder a **choques**, que esteja mais bem preparado para lidar com crises sem criar compromissos de despesa permanentes desnecessários. Nesse sentido, as melhorias na orientação dos programas não são apenas reformas administrativas; são fundamentais para a sustentabilidade orçamental, porque ajudam a conter o crescimento futuro das despesas, melhoram a qualidade da despesa social e apoiam uma reafetação mais equilibrada dos recursos entre prioridades políticas concorrentes.

Opção PPG 22: sobre a Melhoria da Transparência e da Eficiência da Proteção Social

O MSSI e o Ministério das Finanças apresentam uma proposta para melhorar a visibilidade e a eficiência do sistema de proteção social. A proposta inclui uma sugestão para estabelecer um sistema de reporte das operações do Fundo de Segurança Social e de reporte consolidado das administrações públicas, em conformidade com as Normas de Estatísticas das Finanças Públicas (GFS). Além disso, prevê-se um plano para aumentar as contribuições sociais e reduzir os benefícios sociais líquidos a médio prazo, a fim de contribuir para a sustentabilidade orçamental a médio e longo prazo. Serão elaboradas medidas que incluem um identificador único e a obrigatoriedade de certidões de óbito nos municípios.

A revisão deverá incluir uma avaliação do sistema de ordem pública e segurança, a fim de garantir um equilíbrio entre a obtenção dos dividendos da paz através da aplicação da lei e da dissuasão e através de incentivos positivos, tais como o sistema de proteção social (ver PPG 25). Devem ser identificadas opções de poupança através de uma avaliação de caráter atuarial dos dados demográficos relativos à elegibilidade.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: -125 milhões de dólares

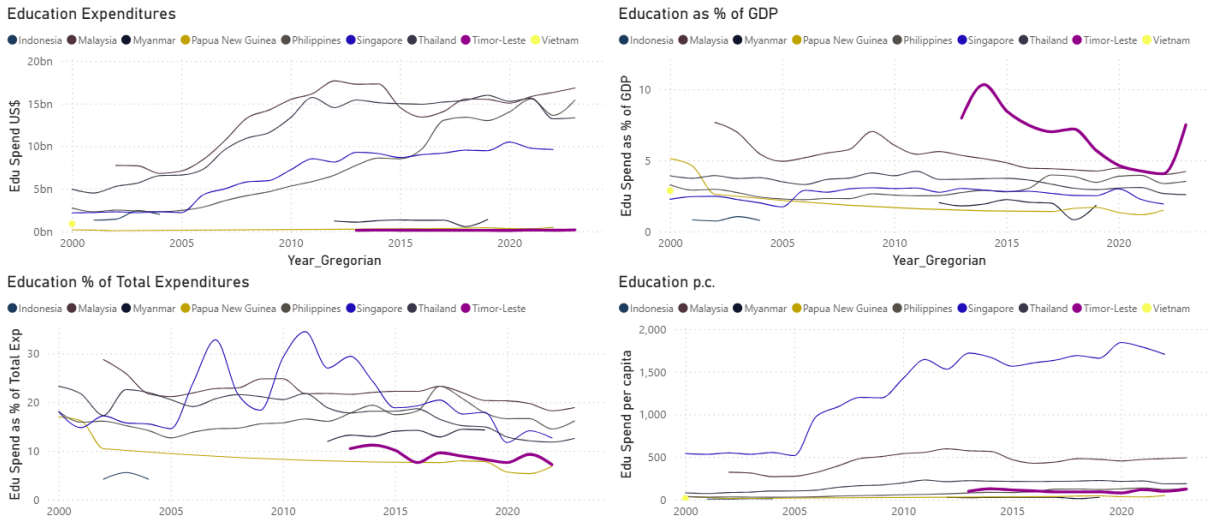
PPG 23: Eficiência na educação e escolas seletivas multilingues

Uma situação semelhante verifica-se no setor da Educação, que necessita de melhorar as instalações escolares e, acima de tudo, reforçar a capacidade de garantir bons resultados de aprendizagem. O financiamento da educação é relativamente elevado em termos de percentagem do PIB, mas baixo em termos de percentagem do orçamento (verFigura 50). Garantir que as crianças permaneçam na escola — especialmente os rapazes — é também importante para a ordem pública e a segurança, bem como para o crescimento. Repetiu-se o padrão de um financiamento baixo em termos de percentagem das despesas, mas elevado em termos de percentagem do PIB.

Tendências da despesa com a educação

Os dados relativos aos gastos com a educação indicam que Timor-Leste tem mantido um nível significativo de investimento na educação ao longo do tempo, mas o padrão e a composição desses gastos levantam questões políticas importantes. Os dados comparativos (verFigura 51 abaixo) indicam que, embora os gastos com a educação sejam relativamente elevados quando medidos em relação ao PIB, parecem menos proeminentes quando avaliados como uma parte da despesa pública total, apontando para pressões fiscais concorrentes noutras áreas do orçamento. Isto sugere que a questão pode não ser apenas o nível global de financiamento, mas também até que ponto a educação está a ser priorizada em relação a outros setores.

Figura 50. Educação – BCG – ASEAN



Fonte: TiFIS

Os dados de séries temporais sobre a despesa com a educação de 2013 a 2025 mostram que a despesa diminuiu em termos nominais, reais e relativos entre 2014 e 2020. Ao longo de todo o período, a educação foi a terceira maior área de despesa, representando 1,8 mil milhões de dólares de um total de 18,4 mil milhões de dólares. As recentes melhorias na classificação das despesas também reforçaram a visibilidade sobre a composição das despesas com a educação, utilizando as normas COFOG. Os dados indicam que o ensino básico representou 61 por cento dos gastos com a educação em 2025 (94 milhões de dólares), em comparação com 11 por cento para o ensino secundário (16 milhões de dólares) e 14 por cento para o ensino superior (21

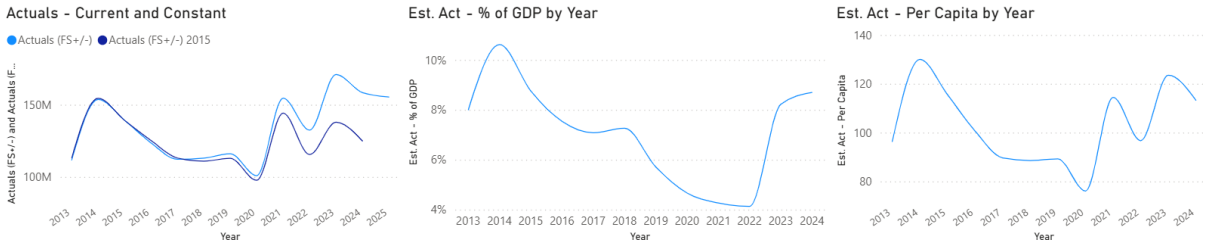
milhões de dólares). Em conjunto, isto sugere uma forte concentração dos gastos no nível do ensino básico, com possíveis implicações para a progressão para níveis mais elevados de educação e para o desenvolvimento de competências mais produtivas.

Do ponto de vista dos recursos, as despesas com a educação de Timor-Leste têm-se desviado cada vez mais da formação de capital para os custos correntes. O investimento em ativos não financeiros representou apenas 3,3% do total das despesas com a função educativa em 2025, e apenas 56 milhões de dólares foram gastos em ativos fixos entre 2013 e 2025. Este valor parece baixo em comparação com os padrões internacionais. Nos sistemas da OCDE, as despesas de capital representam habitualmente uma percentagem que varia entre um dígito médio e dois dígitos baixos do total das despesas, com cerca de 8 % do total das despesas dos níveis do ensino básico ao ensino superior a ser atribuído ao capital nos últimos anos, embora isto varie entre países e ao longo do tempo. Nessa base, o nível de Timor-Leste para 2025 parece estar bem abaixo da norma internacional aproximada e sugere um subinvestimento em edifícios escolares, salas de aula, mobiliário, laboratórios, equipamento e infraestruturas digitais. A composição das despesas com ativos fixos de Timor-Leste também parece restrita: o montante limitado investido foi repartido de forma praticamente equitativa entre edifícios e máquinas e equipamentos, enquanto a construção de escolas e universidades realizada através do Fundo de Infraestruturas ascendeu a apenas 17 milhões de dólares ao longo do período. A questão política não reside, portanto, simplesmente no facto de a despesa de capital ser baixa num determinado ano, mas sim em que o sistema educativo parece ter mantido um nível muito baixo de renovação e expansão de ativos durante um longo período, o que dificilmente contribuirá para melhores condições de aprendizagem, um acesso mais alargado em áreas carenciadas ou a modernização tecnológica necessária para um sistema educativo moderno.

Os doadores canalizam a maior parte da ajuda à educação através de canais externos aos sistemas governamentais. Ao longo do período, o total da ajuda à educação desembolsada através de todos os canais foi equivalente a 32% da despesa pública com a educação. Em contrapartida, a ajuda canalizada através dos sistemas governamentais ascendeu a apenas 6% da despesa pública com a educação e, em 2023, esse valor caiu para apenas 1,6% (verTabela 50 eTabela 51). Isto sugere fortes argumentos a favor de uma colaboração com os parceiros de desenvolvimento para identificar acordos mutuamente aceitáveis que permitam que, ao longo do tempo, uma maior parte da ajuda à educação seja canalizada através de canais governamentais.

Os dados, por si só, não demonstram se a despesa se traduziu em melhores resultados de aprendizagem. Em conjunto, os números sublinham que o principal desafio na educação não é simplesmente gastar mais, mas melhorar a eficiência e a eficácia da despesa existente, de modo a que o investimento em escolas, professores e sistemas produza melhorias visíveis na aprendizagem dos alunos.

Figura 51. Tendências na despesa com a educação – Principais países de comparação



Fonte: TiFIS

Tabela 47. Tendências de despesas na área da educação: 2013-25

COFOG1 (AFI)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
704-Economic affairs	412,766,100	500,090,750	544,315,721	895,702,096	542,867,075	578,201,514	546,198,850	356,687,835	432,351,829	614,772,860	440,241,332	567,126,744	669,951,116	7,101,273,824
701-General public services	222,855,485	333,556,334	268,976,496	259,922,154	195,221,998	110,550,297	214,894,269	166,764,724	188,712,826	223,218,474	240,466,540	272,293,043	241,213,938	2,938,646,578
710-Social protection	128,459,330	124,893,930	183,892,832	166,027,512	157,539,068	163,538,531	155,639,400	222,042,068	272,994,943	319,859,023	263,061,639	360,486,160	342,085,950	2,860,520,386
709-Education	111,630,198	153,653,806	139,246,934	123,619,525	112,203,691	113,002,495	116,039,193	100,883,401	154,533,126	132,392,356	170,996,126	158,411,753	155,332,499	1,741,945,104
7098-Education not elsewhere classified	27,394,954	51,277,375	41,993,585	40,974,827	32,911,052	39,238,156	82,743,433	75,024,386	89,417,182	17,012,984	12,858,564	86,448,471	16,642,301	613,937,269
7091-Pre-primary and primary education	39,903,802	43,169,288	40,560,841	42,563,724	45,650,089	42,186,665	5,473,011	2,689,521	27,338,222	62,257,884	88,737,229	21,242,330	94,128,090	555,900,695
7094-Tertiary education	14,194,114	15,543,123	21,376,652	15,470,359	13,665,625	17,328,472	16,328,085	14,580,848	6,010,692	10,924,936	14,830,361	21,702,315	21,055,274	203,010,855
7095-Education not definable by level	11,366,313	15,841,353	13,820,680	12,251,855	6,043,126	4,461,049	4,042,410	3,066,674	6,349,393	18,652,527	12,845,419	9,320,608	4,839,740	122,901,147
7096-Subsidiary services to education	10,552,734	17,343,254	10,783,934	1,840,410	2,785,072	1,410,968	4,538,627	3,519,957	8,466,825	12,246,044	22,800,041	2,123,755	1,078,073	99,489,693
7092-Secondary education	5,982,512	5,737,387	5,905,672	6,187,052	6,747,783	5,054,917	580,170	377,864	1,556,432	5,122,844	13,460,466	14,289,182	16,442,518	87,444,800
7093-Postsecondary nontertiary education	2,235,769	4,742,027	4,805,570	4,331,298	4,400,944	3,322,268	2,333,337	1,624,153	15,394,382	6,175,136	5,464,046	3,285,092	1,069,140	59,183,161
7097-R & D Education							120						77,364	77,484
707-Health	61,064,643	64,494,452	62,167,167	58,078,575	64,525,519	86,312,102	63,667,121	167,606,580	167,583,023	106,289,208	105,769,784	125,236,108	136,328,394	1,269,122,677
703-Public order and safety	47,168,870	64,271,282	77,205,092	66,345,875	60,956,409	64,311,345	61,572,666	52,232,898	77,891,032	85,913,678	87,160,002	80,407,034	83,586,819	909,023,002
706-Housing and community amenities	59,167,221	55,331,924	19,615,250	16,330,632	6,911,762	5,628,904	15,149,627	22,236,318	104,094,678	181,540,906	87,538,573	92,286,324	94,197,307	760,029,426
702-Defense	40,723,177	44,241,804	37,389,065	34,145,952	26,552,625	26,906,919	33,241,998	24,374,782	33,282,366	42,231,796	64,988,339	50,730,989	52,651,041	511,460,854
708-Recreation, culture and religion	7,540,227	9,935,754	9,545,979	12,579,415	19,606,799	15,495,595	35,471,806	22,410,188	24,615,439	26,389,847	23,232,406	27,245,330	30,394,722	264,463,505
705-Environmental protection	2,126,822	6,471,905	4,807,654	3,557,489	4,832,565	2,181,719	1,967,989	2,311,174	6,404,696	10,213,961	14,029,497	25,896,306	6,579,049	91,380,826
Total	1,093,502,073	1,356,941,943	1,347,162,190	1,636,309,226	1,191,217,512	1,166,129,419	1,243,842,918	1,137,549,967	1,462,463,960	1,742,822,109	1,497,484,238	1,760,119,791	1,812,320,836	18,447,866,183

Fonte: TiFIS

Tabela 48. Demonstrações financeiras da educação: 2013-25

GFS 1	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
1 REVENUE	546,090	535,414	5,130,734	786,079	847,823	1,257,161	1,296,897	2,309,837	927,550	1,521,266	1,712,514	1,501,314	1,308,437	19,681,116
11 Taxes		1,224									160,670	64,022	5,053	230,968
14 Other revenue	546,090	534,190	5,130,734	786,079	847,823	1,257,161	1,296,897	2,309,837	927,550	1,521,266	1,551,845	1,437,293	1,303,385	19,450,148
2 EXPENSE	106,290,452	144,440,575	135,438,740	121,025,578	111,218,436	112,269,837	113,390,305	100,232,913	146,750,942	129,316,879	162,308,835	149,485,879	149,696,850	1,681,866,222
21 Compensation of employees	51,492,114	61,596,846	68,083,469	67,708,285	74,090,564	83,305,991	74,263,430	76,835,455	78,373,984	78,687,755	105,803,283	112,207,144	117,175,101	1,049,623,421
22 Use of Goods & Services	49,024,562	72,585,800	55,641,307	45,109,624	33,170,408	25,761,970	35,441,003	21,562,269	25,619,396	27,031,960	23,940,805	13,480,817	12,432,984	440,802,904
25 Subsidies											10,709,706	23,757,918	20,088,765	54,556,389
26 Grants	2,125,449	1,220,465	1,578,399	1,336,554	459,868	273,450	0				9,375,676	40,000		16,409,861
27 Social benefits	0				-1,099	11,724	770	3,666	89,700	8,416,428				8,521,189
28 Other expense	3,648,328	9,037,464	10,135,565	6,871,115	3,498,695	2,916,702	3,685,102	1,831,523	42,667,862	15,180,736	12,479,366			111,952,457
3 CHANGE IN NET WORTH	5,339,746	9,213,231	3,808,194	2,593,946	985,255	732,658	2,648,889	650,489	7,782,184	3,075,477	8,687,291	8,925,874	5,635,649	60,078,882
31 Net acquisition of nonfinancial assets	5,305,952	9,020,639	3,765,629	2,478,474	827,768	559,999	2,376,793	441,543	7,429,758	3,086,462	8,326,224	8,774,688	5,410,211	57,804,139
311 Fixed assets	5,305,952	9,020,639	3,765,629	2,478,474	827,768	559,999	2,376,793	441,543	7,429,758	3,086,462	8,300,583	7,445,567	4,832,044	55,871,209
3111 Buildings and Structures	3,059,738	4,497,026	2,427,796	1,358,654	530,254	259,088	210,281		2,696,965	2,611,151	3,342,605	4,404,444	3,151,461	28,549,464
3112 Machinery and Equipment	2,246,213	4,523,613	1,337,833	1,119,819	297,513	300,911	2,166,512	441,543	4,732,792	475,311	4,957,978	3,041,123	1,680,583	27,321,746
314 Nonproduced assets											25,641	1,329,122	578,167	1,932,930
32 Financial assets	33,794	192,592	42,565	115,473	157,487	172,658	272,095	208,946	352,427	-10,985	361,067	151,186	225,438	2,274,743
Net Lending/Borrowing	-111,084,108	-153,118,393	-134,116,200	-122,833,446	-111,355,868	-111,745,334	-114,742,297	-98,573,564	-153,605,577	-130,871,090	-169,283,611	-156,910,439	-154,024,062	-1,722,263,988

Fonte: TiFIS

Tabela 49. As 12 principais agências de educação: 2013-25

Admin Unit	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
018 Ministry of Education	79,084,664	110,747,714	102,576,625	98,845,154	82,301,435	121,397,426	78,765,045	73,879,329	102,113,188	90,143,685	117,614,720	110,536,928	109,175,883	1,277,181,796
105 National University of Timor-Leste	9,600,739	12,429,549	13,196,302	11,635,069	11,410,647	20,548,982	14,330,242	12,315,357	13,790,351	13,437,262	15,428,326	14,807,060	14,590,785	177,520,670
081 Human Capital Development Fund	16,571,172	19,807,899	19,074,795	5,893,217	4,772,278	3,989,152	5,423,973	3,739,199	3,159,247	5,708,262	5,358,743	708,517	855,835	95,062,287
020 Ministry of Higher Education						1,725,409	4,551,580	4,077,536	3,520,596	2,278,189	2,673,010	8,443,063	6,122,084	33,391,466
008 State Secretariat for Professional Training and Employment	1,458,658	1,907,129	2,272,301	2,377,707	1,407,909	1,039,015	1,782,820	1,917,338	3,390,600	1,186,399	1,624,133	2,608,872	2,402,605	25,375,486
019 Secretary of State for Youth and Sports	1,797,906	4,552,816	4,153,677	3,682,501	2,264,699	3,470,761	100,285	55,526		53,414	-50			20,131,535
080 Infrastructure Fund	2,900,465	4,025,770	2,065,710	854,432	244,055	152,222	149,184		1,054,890	749,385	1,283,140	2,923,107	601,130	17,003,491
045 Dili Municipal Authority					1,676,675	1,009,074	1,999,632	804,623	735,798	1,936,312	3,297,821	471,364	505,804	12,437,103
046 Ermera Municipal Authority					727,098	425,289	747,911	282,573	1,025,061	1,157,005	2,341,137	2,251,891	3,211,031	12,168,996
079 COVID-19 Fund									11,928,093	-188,115				11,739,978
044 Bobonaro Municipal Authority					1,070,291	656,221	1,034,088	310,557	774,980	1,143,724	1,984,820	1,863,861	2,563,924	11,402,466
051 Lautém Municipal Authority					586,724	671,881	724,584	355,787	981,851	954,205	1,539,388	1,450,981	2,036,661	9,302,062
Total	111,630,198	153,653,806	139,246,934	123,619,525	112,203,691	113,002,495	116,039,193	100,883,401	154,533,126	132,392,356	170,996,126	158,411,753	155,332,499	1,741,945,104

Fonte: TiFIS

Tabela 50. Ajuda à Educação em % das Despesas Públicas com a Educação (Todos os Canais)

Item and Code 2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
705-Environmental protection	424.9%	128.6%	189.5%	308.9%	164.1%	293.2%	263.2%	224.2%	44.1%	58.2%	38.6%	**129.5%**
703-Public order and safety	91.1%	36.6%	25.7%	25.6%	30.2%	21.0%	24.7%	35.7%	39.9%	38.8%	34.5%	**35.4%**
707-Health	40.1%	41.9%	39.9%	45.2%	34.5%	26.1%	40.3%	26.1%	32.5%	30.6%	30.7%	**33.4%**
709-Education	33.4%	27.5%	23.4%	32.8%	30.8%	35.2%	42.9%	41.3%	27.6%	31.3%	29.7%	**31.8%**
701-General public services	23.6%	16.0%	15.7%	16.7%	31.3%	47.8%	21.8%	44.7%	35.6%	21.6%	31.0%	**25.4%**
706-Housing and community amenities	44.9%	41.8%	74.0%	67.0%	157.7%	186.9%	65.5%	26.1%	5.2%	1.5%	9.1%	**22.4%**
704-Economic affairs	16.7%	13.8%	14.5%	10.4%	16.3%	13.9%	18.2%	20.9%	13.4%	11.9%	13.7%	**14.4%**
710-Social protection	1.5%	9.8%	2.9%	1.5%	1.6%	6.2%	1.1%	0.6%	2.6%	2.3%	9.2%	**3.5%**
708-Recreation, culture and religion	2.4%	2.7%	1.4%	1.3%	0.9%	1.6%	0.9%	1.0%	1.4%	1.4%	0.7%	**1.3%**
Total	**24.1%**	**19.0%**	**16.9%**	**15.0%**	**20.7%**	**20.3%**	**20.4%**	**23.3%**	**18.4%**	**14.1%**	**19.0%**	**18.8%**

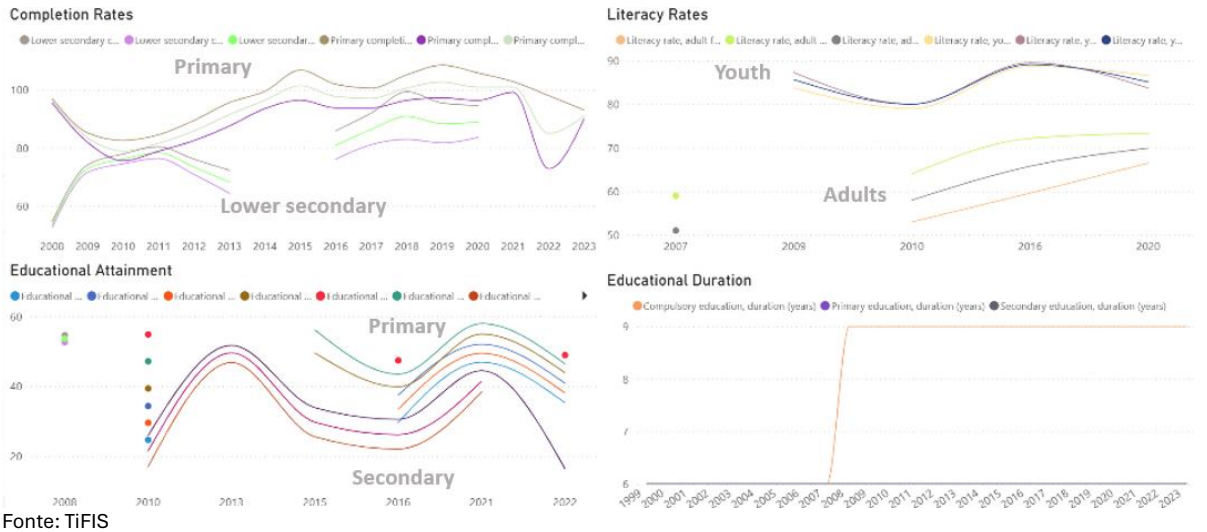
Fonte: TiFIS

Tabela 51. Ajuda à Educação em % dos Gastos com a Educação (Canal Governamental)

Item and Code 2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
705-Environmental protection	126.4%	27.0%	46.0%	74.9%	44.2%	31.6%	12.0%	27.8%	3.6%	8.5%	1.4%	**24.3%**
707-Health	10.6%	12.2%	6.6%	10.5%	10.1%	9.4%	15.3%	11.4%	7.5%	6.8%	10.2%	**9.8%**
704-Economic affairs	8.9%	8.7%	9.7%	6.5%	8.6%	9.0%	13.2%	10.8%	6.3%	6.8%	7.2%	**8.6%**
709-Education	7.2%	5.1%	8.0%	8.7%	7.3%	12.9%	16.4%	1.0%	0.8%	3.0%	1.6%	**6.2%**
701-General public services	6.3%	4.5%	5.0%	4.9%	9.5%	13.0%	3.5%	11.8%	11.4%	2.7%	2.9%	**6.2%**
706-Housing and community amenities	4.2%	2.0%	7.1%	17.5%	11.4%	5.4%	3.0%	1.0%	1.1%	1.1%	7.9%	**3.4%**
703-Public order and safety	6.0%	0.4%	0.3%	0.2%	0.0%	0.4%	0.0%	1.6%	0.2%	0.5%	7.5%	**1.6%**
710-Social protection	0.2%	0.3%	0.2%	0.3%	0.2%	0.2%	0.3%	0.1%	1.0%	0.0%	2.8%	**0.6%**
708-Recreation, culture and religion		0.8%	0.7%	0.4%	0.5%	0.9%	0.3%	0.1%	0.0%		0.1%	**0.3%**
Total	**6.7%**	**5.7%**	**6.4%**	**5.8%**	**7.0%**	**7.8%**	**8.8%**	**7.0%**	**4.6%**	**3.6%**	**4.9%**	**6.0%**

Fonte: TiFIS

Figura 52. Indicadores de resultados na educação 2001-18

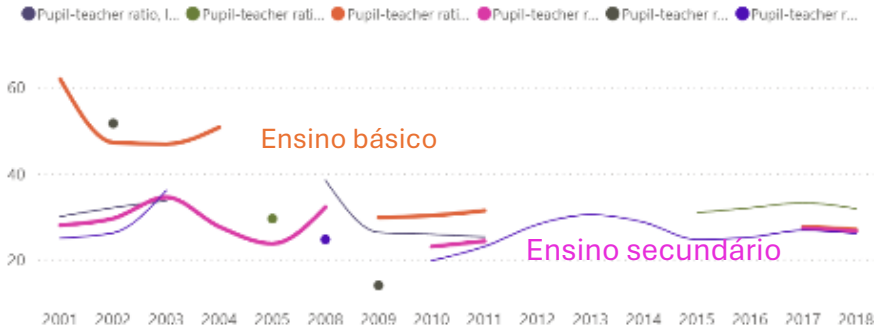


Fonte: TiFIS

Figura 52 eFigura 53 sugerem que o principal problema na educação não é a escassez de professores, mas sim o fraco desempenho na aprendizagem e a progressão desigual ao longo do sistema. Os dados relativos ao rácio aluno-professor no ensino básico e secundário indicam que os níveis de efetivos se situavam, pelo menos historicamente, dentro de um intervalo amplamente razoável segundo os padrões internacionais, em vez de apontarem para uma sobrelotação extrema. No entanto, os indicadores educacionais mais abrangentes apresentam um quadro muito menos positivo. As taxas de conclusão melhoraram durante um período, mas têm vindo a registar uma deterioração mais recente; a alfabetização dos jovens

aumentou até meados da década de 2010, antes de iniciar uma tendência descendente; e a alfabetização dos adultos continua a melhorar apenas gradualmente, refletindo os ganhos anteriores que se vão repercutindo na população, em vez de um forte desempenho atual. Os indicadores mais amplos de desempenho também parecem fracos, particularmente para além do nível do ensino básico, sugerindo que um número excessivo de alunos não está a progredir com sucesso no sistema. A implicação em termos de políticas é que a melhoria dos resultados educativos dependerá provavelmente menos de uma maior expansão do número de docentes e mais do reforço da qualidade do ensino, das condições de aprendizagem, da liderança escolar, da retenção escolar e da monitorização do desempenho do sistema.

Figura 53. Rácio aluno-professor — Ensino Básico e Secundário 2001-18



Fonte: TiFIS

Melhorar a eficiência da educação e as escolas seletivas multilingues

Uma resposta estratégica consiste em estabelecer um sistema competitivo de escolas seletivas multilingues, concebido para atrair os melhores e mais brilhantes alunos timorenses de todas as regiões e origens. Esse sistema deve assentar em elevados padrões académicos e numa forte proficiência em tetum, português e inglês, com um processo de admissão transparente e baseado no mérito, garantias de equidade para alunos talentosos das zonas rurais e de baixos rendimentos, e um corpo docente especializado, capaz de ministrar um ensino trilingue de alta qualidade. A justificação não é apenas educativa. Um percurso escolar de elite multilingue mais sólido ajudaria a formar licenciados melhor preparados para o ensino superior, a liderança pública, a diplomacia, o comércio, o turismo, os serviços digitais e a mobilidade laboral internacional. Em termos económicos, uma educação multilingue de elevado padrão reforçaria a capacidade de Timor-Leste para competir pela captação de investimento, expandir os serviços orientados para a exportação, estabelecer ligações mais eficazes com os mercados lusófonos e anglófonos e melhorar o acesso a empregos qualificados, tanto no país como no estrangeiro. Se devidamente concebido, tal sistema funcionaria, portanto, não como um privilégio restrito, mas como uma estratégia nacional de capacitação para formar futuros líderes, profissionais e trabalhadores competitivos a nível internacional.

Uma outra prioridade deveria ser melhorar a eficiência no seio do sistema educativo, centrando-se na qualidade dos professores e nas infraestruturas escolares, em vez de depender principalmente do recrutamento de pessoal adicional. No que diz respeito às despesas correntes, tal exigiria políticas mais rigorosas em matéria de recrutamento, afetação, desenvolvimento profissional, práticas em sala de aula e gestão do desempenho dos professores, para que as despesas atuais com pessoal proporcionem melhores resultados de aprendizagem. No que diz respeito às despesas de capital, há fortes argumentos a favor de um

programa mais sistemático de reabilitação de escolas, ampliação de salas de aula, mobiliário, laboratórios, saneamento e conectividade digital, particularmente em áreas carenciadas. Dado o baixo nível de despesas de capital com a educação no âmbito do orçamento do ministério, as principais necessidades de infraestruturas escolares seriam melhor planeadas e financiadas através do Fundo de Infraestruturas, em estreita coordenação com o Ministério da Educação, para que o setor possa colmatar as lacunas de longa data em termos de ativos, mantendo simultaneamente o orçamento da educação centrado no ensino, nos materiais didáticos e no desempenho do sistema.

Opção PPG 23: sobre a Melhoria da Eficiência Educativa e as Escolas Seletivas Multilingues

O Ministério da Educação e o Ministério Planeamento e Investimento Strategico deverá apresentar uma estratégia competitiva para um sistema de escolas seletivas multilingues, a implementar ao longo de cinco a dez anos, concebida para atrair os melhores e mais brilhantes alunos timorenses de todas as regiões e origens. A proposta deverá apresentar opções para uma rede faseada de escolas de elevado padrão que ministram ensino em tetum, português, malaio e inglês, com um processo de admissão transparente e baseado no mérito, medidas de equidade para alunos talentosos das zonas rurais e de baixos rendimentos, recrutamento e formação de professores especializados, e um currículo ligado às prioridades económicas nacionais. Deve também avaliar os benefícios prováveis para o comércio, o emprego qualificado, a mobilidade laboral, os percursos de ensino superior e a capacidade de Timor-Leste para competir de forma mais eficaz nos mercados lusófonos e anglófonos.

O Ministério da Educação deve igualmente apresentar opções para melhorar a eficiência em todo o sistema educativo, com foco na qualidade, afetação, desenvolvimento profissional e desempenho dos professores, a par de um programa coordenado de reabilitação e expansão das escolas. Deve ser incluída uma ênfase na melhoria dos dados relativos aos resultados de aprendizagem. As principais necessidades em termos de infraestruturas escolares devem ser definidas em conjunto com o Fundo de Infraestruturas, para que as salas de aula, as instalações sanitárias, os laboratórios, o mobiliário e a conectividade digital possam ser melhorados de forma mais sistemática e fiscalmente sustentável.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 35 milhões de dólares

PPG 24: Cuidados de saúde terciários como infraestrutura social e económica

Tendências na área da saúde

As limitações de capacidade dos cuidados de saúde terciários constituem uma importante preocupação política. A despesa com a saúde ronda os 5% da despesa total, a segunda percentagem mais baixa da ASEAN, embora, em percentagem do PIB, continue a ser uma das mais elevadas da região (verFigura 54). O investimento em ativos não financeiros, quer através do Ministério da Saúde, quer do Fundo de Infraestruturas, tem sido muito limitado. A modernização do hospital nacional é, por conseguinte, uma prioridade fundamental, a par da redução do custo dos tratamentos no estrangeiro. É igualmente necessária uma melhor gestão de uma política de cobrança subsidiada aos utilizadores de produtos farmacêuticos, a fim de reforçar o controlo de inventário e melhorar a eficiência.

No que diz respeito aos principais indicadores de saúde, observam-se tendências positivas que indicam que o sistema está a funcionar. Embora Timor-Leste tenha a terceira esperança de vida mais baixa da ASEAN, registou a melhoria mais rápida ao longo do tempo. Timor-Leste apresenta também o risco de mortalidade materna mais elevado da ASEAN, mas também tem vindo a registar melhorias constantes. Tem a segunda cobertura universal de saúde mais baixa da ASEAN, mas, mais uma vez, com melhorias constantes. No passado, existia um elevado número de camas, mas os dados mais recentes são limitados (verFigura 55). Estes dados indicam que o sistema está a funcionar, mas são evidentes claras deficiências políticas (ou seja, hospital nacional, cuidados de saúde no estrangeiro e produtos farmacêuticos).

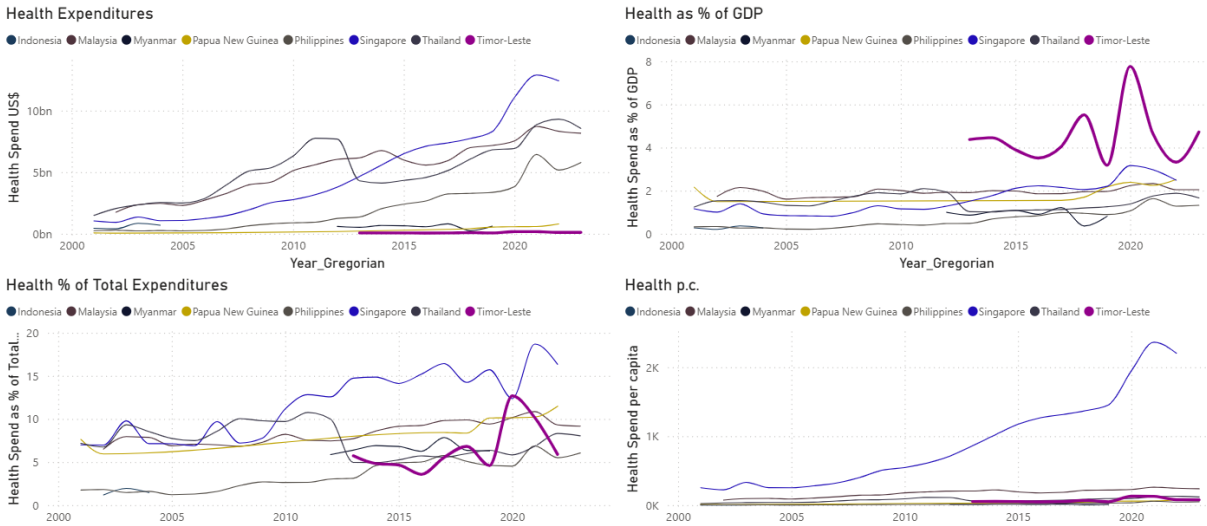
Figura 56 até Tabela 54 revelam que o setor da saúde tem vindo a expandir-se, mas de uma forma cada vez mais impulsionada por pressões de custos recorrentes, em vez de uma transformação abrangente dos serviços. Os dados da função de saúde da COFOG indicam que a despesa com a saúde tem aumentado ao longo do tempo em termos nominais, mas que esse crescimento não tem sido especialmente forte em relação ao orçamento global, deixando Timor-Leste com uma quota modesta para a saúde em comparação com os padrões regionais, apesar de um esforço fiscal significativo em termos de PIB. Dentro desse envelope, as demonstrações financeiras mostram que a composição da despesa se deslocou acentuadamente para os salários e subsídios, apontando para um sistema cujo funcionamento está a tornar-se mais dispendioso, mesmo antes de serem realizadas grandes melhorias de capital.

O crescimento dos custos salariais é consistente com uma força de trabalho em expansão e maiores compromissos com o pessoal, enquanto o aumento dos subsídios sugere uma dependência crescente de transferências e mecanismos de apoio, em vez de investimento direto em infraestruturas ou equipamento. Os maiores subsídios destinam-se a tratamentos médicos no estrangeiro (20 milhões de dólares em 2025).

O investimento em ativos não financeiros tem sido baixo, com apenas 65 milhões de dólares gastos ao longo de 13 anos (5 milhões de dólares por ano), dos quais 12 milhões de dólares foram canalizados através do Fundo de Infraestruturas (principalmente para uma ala pediátrica do hospital), outros 12 milhões de dólares provenientes do Fundo COVID-19 e 22 milhões de dólares através do Ministério da Saúde para postos de saúde rurais (4,3 milhões de dólares), Hospital

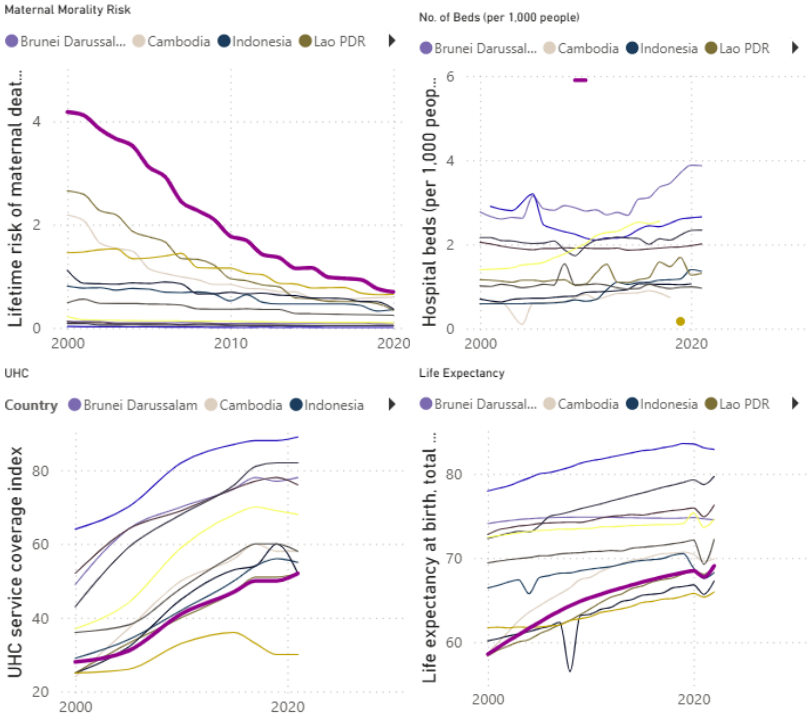
Nacional (4,1 milhões de dólares), Hospital de Bacau (1,6 milhões de dólares) e gestão de veículos e ativos (4,8 milhões de dólares).

Figura 54. Saúde – BCG – ASEAN



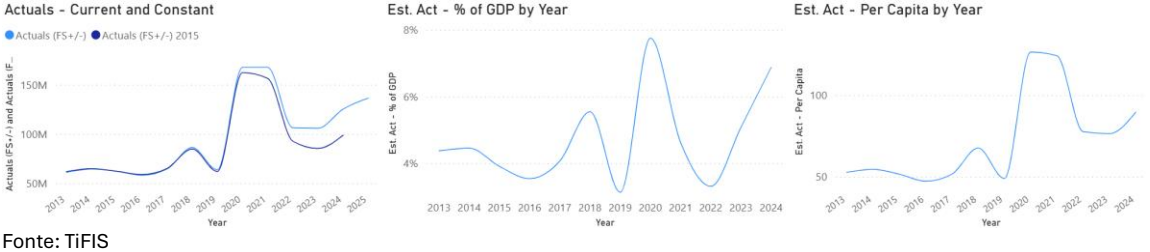
Fonte: TiFIS

Figura 55. Indicadores selecionados de desempenho do sistema de saúde – ASEAN



Fonte: TiFIS

Figura 56. Tendências nas despesas com a saúde – Principais indicadores de comparação



Fonte: TiFIS

Tabela 52. Tendências de despesas por função de saúde: 2013-2025

COFOG1 (AFI)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
704-Economic affairs	412,766,100	500,090,750	544,315,721	895,702,096	542,867,075	578,201,514	546,198,850	356,687,835	432,351,829	614,772,860	440,241,332	567,126,744	669,951,116	7,101,273,824
701-General public services	222,855,485	333,556,334	268,976,496	259,922,154	195,221,998	110,550,297	214,894,269	166,764,724	188,712,826	223,218,474	240,466,540	272,293,043	241,213,938	2,938,646,578
710-Social protection	128,459,330	124,893,930	183,892,832	166,027,512	157,539,068	163,538,531	155,639,400	222,042,068	272,994,943	319,859,023	263,061,639	360,486,160	342,085,950	2,860,520,386
709-Education	111,630,198	153,653,806	139,246,934	123,619,525	112,203,691	113,002,495	116,039,193	100,883,401	154,533,126	132,392,356	170,996,126	158,411,753	155,332,499	1,741,945,104
707-Health	61,064,643	64,494,452	62,167,167	58,078,575	64,525,519	86,312,102	63,667,121	167,606,580	167,583,023	106,289,208	105,769,784	125,236,108	136,328,394	1,269,122,677
7074-Public health services	22,146,845	17,703,423	20,301,377	20,898,715	4,499,490	4,981,528	4,889,752	105,692,984	47,377,241	52,345,079	38,809,806	29,625,709	61,403,706	430,675,656
7076-Health not elsewhere classified	12,804,100	11,598,021	10,405,138	9,050,113	32,763,340	50,132,608	6,604,060	11,307,942	56,349,084	23,745,749	17,303,203	62,986,628	27,205,475	332,255,461
7073-Hospital services	18,494,151	32,878,823	29,172,358	18,034,085	14,386,690	12,095,273	24,967,259	22,751,751	29,488,550	26,904,721	38,719,639	15,135,766	31,051,326	314,080,392
7072-Outpatient services	6,636,052	1,010,121	1,268,717	2,965,543	3,809,697	7,749,504	25,495,250	26,979,022	31,814,656	2,198,294	8,908,635	15,483,796	4,577,044	138,896,331
7071-Medical products, appliances, and equipment	616,054	820,922	628,268	6,717,520	8,818,790	11,122,574	1,438,532	872,938	2,551,876	1,095,366	2,028,501	2,002,416	11,720,857	50,434,611
7075-R & D Health	367,441	483,143	391,310	412,599	247,512	230,615	272,269	1,942	1,616			1,793	369,986	2,780,225
706-Housing and community amenities	59,167,221	55,331,924	19,615,250	16,330,632	6,911,762	5,628,904	15,149,627	22,236,318	104,094,678	181,540,906	87,538,573	92,286,324	94,197,307	760,029,426
702-Defense	40,723,177	44,241,804	37,389,065	34,145,952	26,552,625	26,906,919	33,241,998	24,374,782	33,282,366	42,231,796	64,988,339	50,730,989	52,651,041	511,460,854
708-Recreation, culture and religion	7,540,227	9,935,754	9,545,979	12,579,415	19,606,799	15,495,595	35,471,806	22,410,188	24,615,439	26,389,847	23,232,406	27,245,330	30,394,722	264,463,505
705-Environmental protection	2,126,822	6,471,905	4,807,654	3,557,489	4,832,565	2,181,719	1,967,989	2,311,174	6,404,696	10,213,961	14,029,497	25,896,306	6,579,049	91,380,826
Total	1,093,502,073	1,356,941,943	1,347,162,190	1,636,309,226	1,191,217,512	1,166,129,419	1,243,842,918	1,137,549,967	1,462,463,960	1,742,822,109	1,497,484,238	1,760,119,791	1,812,320,836	18,447,866,183

Fonte: TiFIS

Tabela 53. Demonstrações financeiras da saúde: 2013-2025

GFS 1	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
1 REVENUE	71,996	3,388,523	216,866	442,492	523,766	1,512,886	519,496	737,496	1,869,396	1,786,995	1,659,351	442,470	313,379	13,485,110
11 Taxes											655,322	239,992	36,893	932,207
13 Grants		3,350,159												3,350,159
14 Other revenue	71,996	38,365	216,866	442,492	523,766	1,512,886	519,496	737,496	1,869,396	1,786,995	1,004,029	202,478	276,486	9,202,745
2 EXPENSE	55,398,604	60,341,857	56,749,673	57,546,400	61,726,275	84,847,046	60,964,411	163,292,510	158,194,372	98,278,399	100,108,488	118,710,250	128,314,504	1,204,472,789
21 Compensation of employees	20,502,712	24,417,668	24,448,923	25,663,611	27,266,529	39,574,951	28,320,708	28,433,281	30,105,030	32,282,919	48,354,181	48,982,502	55,240,578	433,593,592
22 Use of Goods & Services	24,606,016	26,673,610	21,575,465	22,163,928	24,250,663	26,229,154	20,799,082	47,500,896	104,910,574	47,566,607	26,041,452	29,301,561	30,438,987	452,057,994
25 Subsidies											2,069,216	40,426,187	42,634,939	85,130,342
26 Grants											5,217,108			5,217,108
27 Social benefits	1,333,413				-295,476	7,654	45,736	207,200	32,400					1,330,927
28 Other expense	8,956,464	9,250,578	10,725,285	9,718,861	10,504,559	19,035,286	11,798,885	87,151,134	23,146,368	18,428,873	18,426,532			227,142,826
3 CHANGE IN NET WORTH	5,666,039	4,152,595	5,417,495	532,175	2,799,244	1,465,057	2,702,710	4,314,069	9,388,652	8,010,809	5,661,296	6,525,858	8,013,890	64,649,888
31 Net acquisition of nonfinancial assets	5,599,590	3,916,848	5,369,580	274,113	2,684,970	976,374	2,376,891	1,645,103	8,199,197	8,433,028	5,579,488	6,504,628	7,924,577	59,484,387
32 Financial assets	66,449	235,747	47,915	258,063	114,274	488,683	325,818	2,668,967	1,189,455	-422,219	81,808	21,230	89,313	5,165,502
Net Lending/Borrowing	-60,992,647	-61,105,929	-61,950,301	-57,636,084	-64,001,753	-84,799,217	-63,147,626	-166,869,084	-165,713,628	-104,502,213	-104,110,433	-124,793,638	-136,015,015	-1,255,637,567

Fonte: TiFIS

Tabela 54. As 15 principais agências de saúde: 2013-2025

Admin Unit	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
017 Ministry of Health	57,971,768	62,233,365	62,648,724	40,273,102	41,222,036	69,859,383	42,285,241	39,529,955	48,838,445	52,432,265	65,875,559	66,555,461	75,567,104	725,292,409
079 COVID-19 Fund								109,918,022	93,135,820	26,558,954	7,678,387			237,291,183
084 Guido Valadares National Hospital				6,481,009	8,962,210	6,599,830	7,662,539	7,090,085	8,678,428	9,893,650	12,176,828	12,715,200	13,879,074	94,138,853
101 Autonomous Service of Medicines and Health Equipment, I.P.				5,533,509	7,919,341	11,359,455	7,320,912	6,685,544	9,626,964	8,542,788	8,701,558			65,690,070
126 National Institute of Pharmacy and Medical Products												15,714,378	15,577,998	31,292,375
041 Civil Society Support Services and Social												15,936,100		15,936,100
132 Office Support Civil Society													15,000,000	15,000,000
081 Human Capital Development Fund	2,692,497	283,394	45,242	3,194,892	2,026,639	2,184,975	790,974	259,365	753,712	600,067	310,139			13,141,896
080 Infrastructure Fund	237,877	1,758,138	1,923,343	165,429	45,982	686,856	123,302	9,560		264,801	2,031,358	2,478,459	2,604,650	12,329,755
103 National Ambulance and Emergency Medical Service									851,011	1,280,092	2,281,617	2,229,735	2,960,703	9,603,158
095 National Institute of Health				412,599	453,104	340,303	672,168	374,605	782,793	823,555	771,985	1,405,381	1,770,226	7,806,719
073 National Rehabilitation Center				663,546	598,451	497,012	326,698	277,799	347,056	687,201	921,656	1,220,912	1,180,109	6,720,440
099 National Health Laboratory				488,617	961,565	550,778	707,613	546,442	572,044	741,772	639,494			5,208,326
045 Dili Municipal Authority					293,503	300,100	432,579	306,239	304,498	358,674	474,233	440,921	1,014,219	3,924,967
043 Baucau Municipal Authority					271,853	281,336	319,823	238,436	346,597	319,912	324,154	389,436	331,577	2,823,124
Net Lending/Borrowing	61,064,643	64,494,452	62,167,167	58,078,575	64,525,519	86,312,102	63,667,121	167,606,580	167,583,023	106,289,208	105,769,784	125,236,108	136,328,394	1,269,122,677

Fonte: TiFIS Fonte: TiFIS

Tabela 55. Ajuda à Saúde em % das Despesas Públicas com a Educação (Todos os Canais)

Item and Code 2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
705-Environmental protection	424.9%	128.6%	189.5%	308.9%	164.1%	293.2%	263.2%	224.2%	44.1%	58.2%	38.6%	**129.5%**
703-Public order and safety	91.1%	36.6%	25.7%	25.6%	30.2%	21.0%	24.7%	35.7%	39.9%	38.8%	34.5%	**35.4%**
707-Health	40.1%	41.9%	39.9%	45.2%	34.5%	26.1%	40.3%	26.1%	32.5%	30.6%	30.7%	**33.4%**
709-Education	33.4%	27.5%	23.4%	32.8%	30.8%	35.2%	42.9%	41.3%	27.6%	31.3%	29.7%	**31.8%**
701-General public services	23.6%	16.0%	15.7%	16.7%	31.3%	47.8%	21.8%	44.7%	35.6%	21.6%	31.0%	**25.4%**
706-Housing and community amenities	44.9%	41.8%	74.0%	67.0%	157.7%	186.9%	65.5%	26.1%	5.2%	1.5%	9.1%	**22.4%**
704-Economic affairs	16.7%	13.8%	14.5%	10.4%	16.3%	13.9%	18.2%	20.9%	13.4%	11.9%	13.7%	**14.4%**
710-Social protection	1.5%	9.8%	2.9%	1.5%	1.6%	6.2%	1.1%	0.6%	2.6%	2.3%	9.2%	**3.5%**
708-Recreation, culture and religion	2.4%	2.7%	1.4%	1.3%	0.9%	1.6%	0.9%	1.0%	1.4%	1.4%	0.7%	**1.3%**
Total	**24.1%**	**19.0%**	**16.9%**	**15.0%**	**20.7%**	**20.3%**	**20.4%**	**23.3%**	**18.4%**	**14.1%**	**19.0%**	**18.8%**

Fonte: TiFIS

Tabela 56. Ajuda à saúde em % das despesas com a educação (canal governamental)

Item and Code 2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
705-Environmental protection	126.4%	27.0%	46.0%	74.9%	44.2%	31.6%	12.0%	27.8%	3.6%	8.5%	1.4%	**24.3%**
707-Health	10.6%	12.2%	6.6%	10.5%	10.1%	9.4%	15.3%	11.4%	7.5%	6.8%	10.2%	**9.8%**
704-Economic affairs	8.9%	8.7%	9.7%	6.5%	8.6%	9.0%	13.2%	10.8%	6.3%	6.8%	7.2%	**8.6%**
709-Education	7.2%	5.1%	8.0%	8.7%	7.3%	12.9%	16.4%	1.0%	0.8%	3.0%	1.6%	**6.2%**
701-General public services	6.3%	4.5%	5.0%	4.9%	9.5%	13.0%	3.5%	11.8%	11.4%	2.7%	2.9%	**6.2%**
706-Housing and community amenities	4.2%	2.0%	7.1%	17.5%	11.4%	5.4%	3.0%	1.0%	1.1%	1.1%	7.9%	**3.4%**
703-Public order and safety	6.0%	0.4%	0.3%	0.2%	0.0%	0.4%	0.0%	1.6%	0.2%	0.5%	7.5%	**1.6%**
710-Social protection	0.2%	0.3%	0.2%	0.3%	0.2%	0.2%	0.3%	0.1%	1.0%	0.0%	2.8%	**0.6%**
708-Recreation, culture and religion		0.8%	0.7%	0.4%	0.5%	0.9%	0.3%	0.1%	0.0%		0.1%	**0.3%**
Total	**6.7%**	**5.7%**	**6.4%**	**5.8%**	**7.0%**	**7.8%**	**8.8%**	**7.0%**	**4.6%**	**3.6%**	**4.9%**	**6.0%**

Fonte: TiFIS

Os dados da agência reforçam este quadro. As despesas concentram-se num pequeno número de instituições, nomeadamente o Ministério da Saúde, o hospital nacional e o Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde (SAMES), que representam as maiores parcelas das despesas do setor. Isto sugere que o orçamento da saúde está a ser puxado em três direções ao mesmo tempo: a prestação de serviços de rotina em todo o sistema através do ministério, as pressões relacionadas com os cuidados terciários e de encaminhamento através do hospital nacional e os produtos farmacêuticos e material médico através da agência autónoma de medicamentos e equipamentos. O quadro geral é, portanto, o de um setor da saúde sob pressão recorrente, com custos crescentes de pessoal e subsídios, despesas concentradas nas agências e um risco subjacente de que uma parte demasiado pequena do aumento esteja a ser direcionada para as melhorias de capital e de qualidade necessárias para reforçar os cuidados terciários e o desempenho global do sistema.

Os doadores canalizam a maior parte da ajuda à saúde através de canais externos aos sistemas governamentais. Ao longo do período, o total da ajuda à saúde desembolsada através de todos os canais foi equivalente a 33% das despesas governamentais com a educação. Em contrapartida, a ajuda canalizada através dos sistemas governamentais ascendeu a apenas 9,8% das despesas governamentais com a saúde (verTabela 55 eTabela 56). Isto sugere um forte argumento a favor da colaboração com os parceiros de desenvolvimento para identificar acordos mutuamente aceitáveis que permitam que, ao longo do tempo, uma maior parte da ajuda à saúde seja canalizada através dos canais governamentais.

O hospital nacional como infraestrutura social e económica

É necessária uma Proposta de Projeto Governamental (PPG) para que o Conselho de Ministros tome uma decisão estratégica sobre a futura configuração dos cuidados de saúde terciários em Timor-Leste. A questão política central não é apenas se se deve investir em infraestruturas hospitalares, mas sim qual o nível de serviço que o país deve procurar prestar a nível nacional a médio prazo. Atualmente, a fraca capacidade de cuidados terciários contribui para custos elevados com tratamentos no estrangeiro — cerca de 20 milhões de dólares por ano —, estrangulamentos nos serviços e uma pressão crescente sobre o sistema de saúde existente. Uma PPG bem estruturada teria, portanto, de definir o modelo de serviço, o percurso de implementação, as implicações em termos de custos recorrentes, as necessidades de recursos humanos e a contribuição esperada do investimento para uma maior autossuficiência nacional em cuidados especializados e de encaminhamento.

Tabela 57. Estimativa de Custos de um Hospital Nacional com Serviço Completo

GRP Compliant GPP Statements							
		Budget 2027	FE1	FE2	FE3	FE4	Total
Expenses		1,500,000	119,093,750	122,666,563	122,666,563	134,469,075	500,395,950
501	Salaries and Wages	-	-	-	-	7,293,688	7,293,688
502	Current Goods and Services	1,500,000	-	-	-	4,508,825	6,008,825
503	Public Transfers	-	-	-	-	-	-
504	Minor Capital	-	-	-	-	-	-
505	Capital Development	-	119,093,750	122,666,563	122,666,563	122,666,563	487,093,438

Tabela 58. Estimativa de custos de um hospital secundário com serviços reduzidos

GRP Compliant GPP Statements							
		Budget 2027	FE1	FE2	FE3	FE4	Total
Expenses		500,000	25,750,000	26,522,500	26,522,500	36,070,600	115,365,600
501	Salaries and Wages	-	-	-	-	1,458,738	1,458,738
502	Current Goods and Services	500,000	-	-	-	8,089,363	8,589,363
503	Public Transfers	-	-	-	-	-	-
504	Minor Capital	-	-	-	-	-	-
505	Capital Development	-	25,750,000	26,522,500	26,522,500	26,522,500	105,317,500

Uma opção é o Governo avançar com a criação de um hospital nacional de serviço completo com 250 camas, com um custo estimado de 0,5 mil milhões de dólares ao longo de cinco anos, incluindo custos de funcionamento de cerca de 12 milhões de dólares por ano (verTabela 57). Esta opção proporcionaria a plataforma mais sólida para a construção de um hospital terciário de referência de primeira linha, com capacidade para uma gama mais ampla de serviços especializados, diagnósticos e tratamentos mais avançados e uma maior redução da dependência dos cuidados no estrangeiro. Criaria também a oportunidade de estabelecer um centro de excelência a longo prazo mais credível para a formação, a governação clínica e o desenvolvimento de profissionais especializados. No entanto, a dimensão do investimento é substancial e exigiria um planeamento cuidadoso por fases, uma liderança forte e uma boa governação do projeto, bem como uma estratégia clara de financiamento proveniente de várias fontes, para garantir que os custos de capital, o equipamento, o pessoal, a manutenção e a prontidão operacional se mantenham financeiramente viáveis.

Numa segunda opção, o Governo construiria um hospital secundário com 100 camas e serviços reduzidos, com um custo estimado de 105 milhões de dólares ao longo de cinco anos, e custos de funcionamento de 9,5 milhões de dólares por ano (verTabela 58 acima). Esta opção seria significativamente menos dispendiosa e mais fácil de financiar, e poderia ainda melhorar a prestação de serviços a nível nacional, aliviando alguma pressão sobre o sistema atual e expandindo a capacidade de camas. No entanto, não resolveria totalmente a lacuna subjacente nos cuidados terciários, e o país provavelmente continuaria a depender do tratamento no estrangeiro para uma parte significativa dos casos de maior complexidade. O PPG deve, portanto, apresentar esta opção como uma alternativa de menor custo, mas de menor impacto, deixando claro que o modelo de serviço completo com 250 camas oferece um caminho mais transformador, embora mais exigente do ponto de vista orçamental. A escolha política central reside em saber se o Governo pretende realizar uma melhoria incremental na capacidade hospitalar ou utilizar o investimento para reposicionar fundamentalmente o sistema nacional de cuidados terciários de Timor-Leste ao longo da próxima década.

Um hospital nacional deve também ser entendido não apenas como infraestrutura social, mas como infraestrutura económica fundamental. Um país que pretende construir uma indústria turística de nicho de elevado valor, atrair profissionais com mobilidade internacional e garantir grandes investimentos privados não pode depender de um sistema de saúde que careça de uma unidade de referência terciária de confiança. Turistas de alto poder de compra,

seguradoras internacionais, empresas estrangeiras e investidores em projetos valorizam a disponibilidade de cuidados hospitalares credíveis ao avaliar o risco do destino e as condições operacionais. Isto é particularmente relevante para a estratégia económica mais ampla de Timor-Leste, incluindo o turismo de nicho e os grandes investimentos relacionados com a Decisão Final de Investimento (FID), em que a confiança na resposta a emergências, no tratamento especializado e na segurança dos doentes pode afetar significativamente a atratividade do investimento. Nessa base, o hospital deve ser enquadrado não apenas como um ativo do setor da saúde, mas como infraestrutura facilitadora do crescimento, da confiança e da diversificação económica.

Opção PPG 24: sobre os Cuidados de Saúde Terciários como Infraestrutura Social e Económica

O Ministério da Saúde, o Ministério das Finanças, o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, e o Fundo de Infraestruturas devem apresentar uma Proposta de Projeto do Governo com vista a reforçar a autossuficiência nacional nos cuidados de saúde terciários através da criação de um hospital terciário de referência de confiança. A proposta deverá definir opções de nível de serviço, incluindo um hospital nacional de serviço completo e um modelo de hospital secundário de custo reduzido, juntamente com estimativas de custos de capital e correntes, requisitos de pessoal e operacionais, fases de implementação, mecanismos de governação e opções de financiamento. Deverá também avaliar o impacto esperado na redução dos custos de tratamento no estrangeiro, na melhoria da segurança dos doentes e da confiança clínica, no apoio ao turismo de alto valor e à confiança dos investidores, e no reforço da resiliência económica e social a longo prazo de Timor-Leste.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 0,1 mil milhões de dólares - 0,5 mil milhões de dólares

PPG 25: Reforço da função de ordem pública e segurança

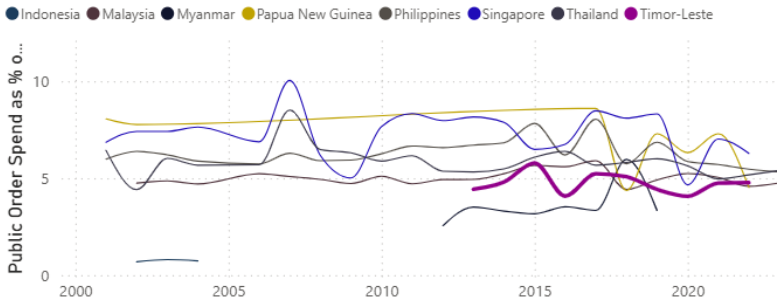
Tendências de despesas com a ordem pública e a segurança

A despesa com a ordem pública e a segurança é relativamente baixa em comparação com outros países da ASEAN e do G7+ (verFigura 57). A razão para este baixo nível de investimento não é clara, mas poderá dever-se à política histórica de proteção social de investir na paz através de políticas destinadas aos veteranos. A política de ordem pública e segurança necessita de uma revisão detalhada para considerar opções relativas ao nível adequado de investimento e aos resultados de desempenho, bem como à forma de reequilibrar as dotações provenientes de outros setores, como a proteção social, a médio prazo.

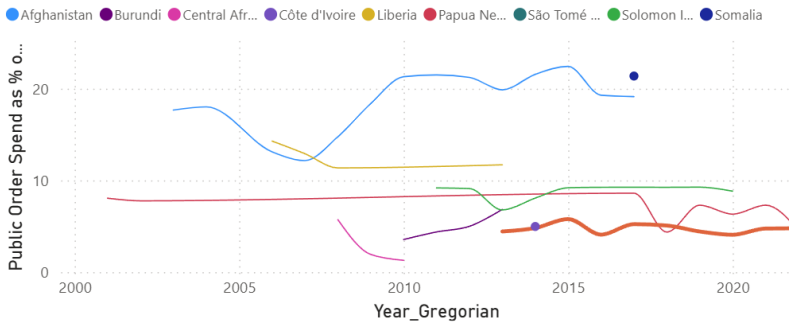
A composição das despesas com a ordem pública e a segurança, segundo a COFOG, é fortemente dominada pelos serviços policiais, que representam cerca de **0,6 mil milhões** de dólares dos aproximadamente **0,9 mil milhões de dólares** gastos ao longo do período de 13 anos (verTabela 59). Os tribunais constituem a segunda maior componente, com cerca de **140 milhões de dólares**, muito atrás da polícia, mas ainda significativamente superior às restantes subfunções. Os números também devem ser interpretados com cautela, uma vez que a classificação dos serviços de bombeiros parece deficiente, sugerindo que algumas despesas podem estar subestimadas, mal atribuídas ou não visíveis separadamente de forma a permitir uma análise de tendências robusta.

Figura 57. Ordem Pública e Segurança – BCG – ASEAN e g7+ (% das despesas)

ASEAN

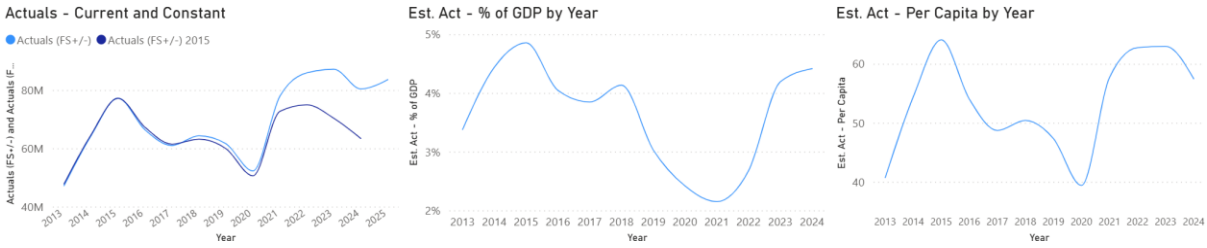


g7+



Fonte: TiFIS

Figura 58. Tendências nas despesas com a ordem pública e a segurança – Principais países de comparação



Fonte: TiFIS

Tabela 59. Funcionalidade das tendências de despesas com a ordem pública e a segurança: 2013-2025

COFOG1 (AFI)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
704-Economic affairs	412,766,100	500,090,750	544,315,721	895,702,096	542,867,075	578,201,514	546,198,850	356,687,835	432,351,829	614,772,860	440,241,332	567,126,744	669,951,116	7,101,273,824
701-General public services	222,855,485	333,556,334	268,976,496	259,922,154	195,221,998	110,550,297	214,894,269	166,764,724	188,712,826	223,218,474	240,466,540	272,293,043	241,213,938	2,938,646,578
710-Social protection	128,459,330	124,893,930	183,892,832	166,027,512	157,539,068	163,538,531	155,639,400	222,042,068	272,994,943	319,859,023	263,061,639	360,486,160	342,085,950	2,860,520,386
709-Education	111,630,198	153,653,806	139,246,934	123,619,525	112,203,691	113,002,495	116,039,193	100,883,401	154,533,126	132,392,356	170,996,126	158,411,753	155,332,499	1,741,945,104
707-Health	61,064,643	64,494,452	62,167,167	58,078,575	64,525,519	86,312,102	63,667,121	167,606,580	167,583,023	106,289,208	105,769,784	125,236,108	136,328,394	1,269,122,677
703-Public order and safety	47,168,870	64,271,282	77,205,092	66,345,875	60,956,409	64,311,345	61,572,666	52,232,898	77,891,032	85,913,678	87,160,002	80,407,034	83,586,819	909,023,002
7031-Police services	25,610,099	27,347,120	37,897,415	39,828,679	37,255,103	39,640,690	42,127,255	38,020,370	53,123,531	64,133,542	60,065,067	53,686,091	52,734,217	571,469,180
7033-Law courts	12,077,366	12,305,530	10,500,451	10,592,165	10,659,818	9,317,375	12,674,472	8,601,127	9,144,683	7,333,632	13,056,669	10,022,453	13,971,559	140,257,299
7036-Public order and safety not elsewhere classified	1,747,968	12,597,960	16,630,500	11,961,307	11,202,411	13,305,558	4,382,539	3,066,998	13,508,697	11,906,409	11,615,558	14,325,775	13,297,054	139,548,733
7034-Prisons	7,733,437	12,020,671	12,176,726	3,963,724	1,839,078	2,047,721	2,283,731	2,437,030	2,114,121	2,413,545	2,311,273	2,269,240	2,748,725	56,359,024
7032-Fire protection services							104,669	107,373		5,646	93,960	103,474	835,265	1,250,387
7035-R & D Public order and safety										120,904	17,476			138,380
706-Housing and community amenities	59,167,221	55,331,924	19,615,250	16,330,632	6,911,762	5,628,904	15,149,627	22,236,318	104,094,678	181,540,906	87,538,573	92,286,324	94,197,307	760,029,426
702-Defense	40,723,177	44,241,804	37,389,065	34,145,952	26,552,625	26,906,919	33,241,998	24,374,782	33,282,366	42,231,796	64,988,339	50,730,989	52,651,041	511,460,854
7021-Military defense	32,318,084	32,150,342	25,059,165	22,253,910	19,489,888	20,292,952	16,411,234	12,020,001	18,406,682	26,288,632	49,079,362	38,335,915	40,235,254	352,341,423
7022-Civil defense	8,405,093	11,987,694	11,285,398	8,358,078	5,455,937	5,021,564	13,828,150	10,002,077	12,394,991	14,953,041	14,470,626	11,099,813	11,246,013	138,508,477
7025-Defense not elsewhere classified		103,768	1,044,502	3,533,964	1,606,800	1,592,402	3,002,613	2,352,705	2,480,693	990,123	1,438,352	1,295,260	1,169,773	20,610,954
708-Recreation, culture and religion	7,540,227	9,935,754	9,545,979	12,579,415	19,606,799	15,495,595	35,471,806	22,410,188	24,615,439	26,389,847	23,232,406	27,245,330	30,394,722	264,463,505
705-Environmental protection	2,126,822	6,471,905	4,807,654	3,557,489	4,832,565	2,181,719	1,967,989	2,311,174	6,404,696	10,213,961	14,029,497	25,896,306	6,579,049	91,380,826
Total	1,093,502,073	1,356,941,943	1,347,162,190	1,636,309,226	1,191,217,512	1,166,129,419	1,243,842,918	1,137,549,967	1,462,463,960	1,742,822,109	1,497,484,238	1,760,119,791	1,812,320,836	18,447,866,183

Fonte: TiFIS

Ao longo do tempo, os gastos parecem ter diminuído significativamente entre 2016 e 2020, indicando um período de contenção antes de uma recuperação no início da década de 2020 (verFigura 58). Uma característica particularmente marcante das demonstrações financeiras (verTabela 60) é o grande aumento da **massa salarial em 2021–22**, o que sugere um aumento do efetivo, dos salários ou de ambos, e provavelmente deslocou a composição das despesas ainda mais para os custos recorrentes. Em contrapartida, as despesas com **ativos fixos** mantiveram-se relativamente baixas ao longo do período, apontando para um investimento limitado a longo prazo em esquadras, infraestruturas judiciais, centros de detenção e outros ativos essenciais para a ordem pública. No entanto, no âmbito das rubricas de capital, as **despesas com maquinaria e equipamento** têm-se revelado muito mais voláteis, com variações anuais mais acentuadas que se coadunam mais com aquisições pontuais de veículos, sistemas de comunicações e equipamento operacional do que com um fluxo de investimento estável. Em conjunto, os números sugerem um setor que tem sido impulsionado mais por pressões operacionais recorrentes — especialmente custos com policiamento e pessoal — do que por um desenvolvimento sustentado de capital.

Tabela 60. Demonstrações Financeiras da Ordem Pública e Segurança: 2013-2025

GFS 1	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
1 REVENUE	4,004,409	2,719,620	4,123,594	3,839,633	4,126,670	3,473,019	4,920,284	3,953,067	4,397,696	5,007,183	2,090,532	1,286,189	657,135	44,599,031
11 Taxes						65,867	227,444	344,476	469,015	586,339	965,152	63,436	155,893	2,877,624
14 Other revenue	4,004,409	2,719,620	4,123,594	3,839,633	4,126,670	3,407,152	4,692,841	3,608,590	3,928,681	4,420,843	1,125,380	1,222,753	501,242	41,721,407
141 Property income	2,502,450	2,706,300	3,865,064	3,632,606	3,879,134	3,363,737	4,255,402	3,083,468	3,544,975	4,349,614				35,182,751
142 Sales of goods and services	1,501,959	13,319	258,530	207,027	247,536	43,415	437,439	525,122	333,367	71,229	664,951	813,919	99,593	5,217,406
1422 Admin. fees	1,500,543	13,319	258,530	207,027	247,506	39,161	435,651	512,648	332,917	54,598	664,951	813,919	99,593	5,180,364
1423 Incidential sales by nonmarket estab.	1,416			0	30	4,253	1,788	12,474	450	16,630				37,042
143 Fines, penalties, and forfeits									50,338			408,834	401,649	860,821
145 Miscellaneous and unidentified revenue											460,429			460,429
2 EXPENSE	41,607,878	56,935,798	71,054,190	61,975,275	59,847,979	63,688,012	55,132,419	51,021,270	68,943,424	76,809,295	76,255,824	74,503,430	78,309,880	836,084,673
21 Compensation of employees	17,927,783	17,973,534	22,805,138	24,292,973	25,805,066	29,223,199	30,127,247	28,819,272	37,187,383	51,103,834	56,669,890	58,532,749	62,916,369	463,384,436
22 Use of Goods & Services	17,566,197	28,891,152	37,910,773	36,069,666	33,755,590	34,314,511	24,811,141	22,148,476	30,419,972	25,313,384	19,585,934	15,955,681	15,393,511	342,135,988
25 Subsidies												15,000		15,000
27 Social benefits	5,132,901	8,565,960	8,375,640											22,074,501
28 Other expense	980,997	1,505,152	1,962,639	1,612,635	287,323	150,302	194,032	53,522	1,336,069	392,078				8,474,748
3 CHANGE IN NET WORTH	5,560,992	7,335,484	6,150,902	4,370,601	1,108,431	623,333	6,440,247	1,211,628	8,947,609	9,104,383	10,904,178	5,903,604	5,276,939	72,938,329
31 Net acquisition of nonfinancial assets	5,521,641	7,342,315	6,151,897	4,288,226	1,076,347	606,122	6,336,355	1,139,882	8,939,303	8,998,989	10,826,734	5,903,604	5,210,610	72,342,024
311 Fixed assets	5,521,641	7,342,315	6,151,897	4,288,226	1,076,347	606,122	6,336,355	1,139,882	8,939,303	8,998,989	10,826,734	5,888,998	5,210,610	72,327,419
3111 Buildings and Structures	3,525,734	3,466,442	2,448,778	2,185,314	403,411	599,696	3,086,190	541,096	3,045,314	1,981,742	5,274,320	1,708,928	4,517,838	32,784,804
3112 Machinery and Equipment	1,995,906	3,875,873	3,703,119	2,102,911	672,936	6,426	3,250,165	598,786	5,893,989	7,017,246	5,552,414	4,180,070	692,773	39,542,615
314 Nonproduced assets												14,606		14,606
32 Financial assets	39,351	-6,831	-995	82,375	32,084	17,210	103,891	71,746	8,306	105,394	77,444		66,329	596,305
Net Lending/Borrowing	-43,164,461	-61,551,663	-73,081,498	-62,506,242	-56,829,739	-60,838,326	-56,652,382	-48,279,831	-73,493,336	-80,906,496	-85,069,470	-79,120,844	-82,929,684	-864,423,971

Fonte: TiFIS

Ao nível das agências, as despesas concentram-se em três instituições: o **Ministério do Interior**, o **Ministério da Justiça** e a **Polícia**, que, em conjunto, representam a maior parte das despesas e explicam, em grande medida, o forte peso atribuído às funções relacionadas com a polícia e a justiça no perfil geral da COFOG (verTabela 61).

Tabela 61. As 12 principais agências de ordem pública e segurança: 2013-2025

Admin Unit	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
030 Ministry of Interior			35,668,816	37,284,965	35,324,238	57,445,674	39,194,031	36,767,989	50,300,189	61,572,731	7,232,414	5,750,667	6,055,514	372,597,228
015 Ministry of Justice	10,772,694	22,148,905	25,472,418	19,807,794	18,177,604	22,322,508	7,126,125	5,519,568	10,191,344	8,551,722	6,955,915	7,041,334	5,615,701	169,703,631
031 Timor-Leste National Police											48,384,574	46,320,517	45,457,015	140,162,107
028 Ministry of Defense	23,666,910	25,555,555	1,264,605											50,487,070
034 Attorney General's Office	3,078,727	3,238,868	2,783,308	2,855,895	3,128,389	4,751,770	3,622,488	3,798,376	4,049,964	3,606,844	5,000,329	3,553,906	3,665,301	47,134,165
033 Tribunals						2,977,140	6,093,027	4,523,456	5,202,572	4,885,475	5,580,544	4,470,924	4,528,014	38,261,151
021 Ministry of Social Solidarity	6,102,313	9,943,091	10,171,941	1,768,289	112,869	276,741	146,167	-133		84,761	17,554	52,604	13,600	28,689,795
080 Infrastructure Fund	2,843,852	2,675,743	1,604,932	1,668,108	401,368	625,767	3,013,556	43,106	2,510,240	968,330	4,514,512	930,043	4,253,363	26,052,920
037 Criminal Investigation Scientific Police				1,039,247	1,555,231	1,254,995	1,682,543	1,432,499	1,981,143	1,654,873	1,711,530	1,868,348	1,994,317	16,174,725
013 General State Appropriation											2,778,021	4,332,205	4,468,600	11,578,826
035 Ombudsman for Human Rights	1,406								1,574,669	1,431,765	1,606,535	1,827,484	1,745,347	8,187,207
074 Anti Corruption Commission					6,812	-1,508	-1,355	7,301	1,140,743	1,433,354	1,131,418	1,673,400	1,551,277	6,941,442
Total	47,168,870	64,271,282	77,205,092	66,345,875	60,956,409	64,311,345	61,572,666	52,232,898	77,891,032	85,913,678	87,160,002	80,407,034	83,586,819	909,023,002

Fonte: TiFIS

Os doadores canalizam a maior parte da ajuda destinada à ordem pública e segurança através de canais externos aos sistemas governamentais. Ao longo do período, o total da ajuda destinada à ordem pública e segurança desembolsada através de todos os canais foi equivalente a 35 % das despesas governamentais com a educação. Em contrapartida, a ajuda canalizada através dos sistemas governamentais ascendeu a 1,6% da despesa governamental com a ordem pública e a segurança (verTabela 62 eTabela 63). Isto sugere fortes argumentos a favor da colaboração com os parceiros de desenvolvimento para identificar acordos mutuamente aceitáveis que permitam que, ao longo do tempo, uma maior parte da ajuda à saúde seja canalizada através dos canais governamentais.

Tabela 62. Ajuda à ordem pública e à segurança em % das despesas com a educação (todos os canais)

Item and Code 2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
705-Environmental protection	424.9%	128.6%	189.5%	308.9%	164.1%	293.2%	263.2%	224.2%	44.1%	58.2%	38.6%	**129.5%**
703-Public order and safety	91.1%	36.6%	25.7%	25.6%	30.2%	21.0%	24.7%	35.7%	39.9%	38.8%	34.5%	**35.4%**
707-Health	40.1%	41.9%	39.9%	45.2%	34.5%	26.1%	40.3%	26.1%	32.5%	30.6%	30.7%	**33.4%**
709-Education	33.4%	27.5%	23.4%	32.8%	30.8%	35.2%	42.9%	41.3%	27.6%	31.3%	29.7%	**31.8%**
701-General public services	23.6%	16.0%	15.7%	16.7%	31.3%	47.8%	21.8%	44.7%	35.6%	21.6%	31.0%	**25.4%**
706-Housing and community amenities	44.9%	41.8%	74.0%	67.0%	157.7%	186.9%	65.5%	26.1%	5.2%	1.5%	9.1%	**22.4%**
704-Economic affairs	16.7%	13.8%	14.5%	10.4%	16.3%	13.9%	18.2%	20.9%	13.4%	11.9%	13.7%	**14.4%**
710-Social protection	1.5%	9.8%	2.9%	1.5%	1.6%	6.2%	1.1%	0.6%	2.6%	2.3%	9.2%	**3.5%**
708-Recreation, culture and religion	2.4%	2.7%	1.4%	1.3%	0.9%	1.6%	0.9%	1.0%	1.4%	1.4%	0.7%	**1.3%**
Total	**24.1%**	**19.0%**	**16.9%**	**15.0%**	**20.7%**	**20.3%**	**20.4%**	**23.3%**	**18.4%**	**14.1%**	**19.0%**	**18.8%**

Fonte: TiFIS

Tabela 63. Ajuda à ordem pública e à segurança em % das despesas com a educação (canal governamental)

Item and Code 2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
705-Environmental protection	126.4%	27.0%	46.0%	74.9%	44.2%	31.6%	12.0%	27.8%	3.6%	8.5%	1.4%	**24.3%**
707-Health	10.6%	12.2%	6.6%	10.5%	10.1%	9.4%	15.3%	11.4%	7.5%	6.8%	10.2%	**9.8%**
704-Economic affairs	8.9%	8.7%	9.7%	6.5%	8.6%	9.0%	13.2%	10.8%	6.3%	6.8%	7.2%	**8.6%**
709-Education	7.2%	5.1%	8.0%	8.7%	7.3%	12.9%	16.4%	1.0%	0.8%	3.0%	1.6%	**6.2%**
701-General public services	6.3%	4.5%	5.0%	4.9%	9.5%	13.0%	3.5%	11.8%	11.4%	2.7%	2.9%	**6.2%**
706-Housing and community amenities	4.2%	2.0%	7.1%	17.5%	11.4%	5.4%	3.0%	1.0%	1.1%	1.1%	7.9%	**3.4%**
703-Public order and safety	6.0%	0.4%	0.3%	0.2%	0.0%	0.4%	0.0%	1.6%	0.2%	0.5%	7.5%	**1.6%**
710-Social protection	0.2%	0.3%	0.2%	0.3%	0.2%	0.2%	0.3%	0.1%	1.0%	0.0%	2.8%	**0.6%**
708-Recreation, culture and religion		0.8%	0.7%	0.4%	0.5%	0.9%	0.3%	0.1%	0.0%		0.1%	**0.3%**
Total	**6.7%**	**5.7%**	**6.4%**	**5.8%**	**7.0%**	**7.8%**	**8.8%**	**7.0%**	**4.6%**	**3.6%**	**4.9%**	**6.0%**

Fonte: TiFIS

Rumo a uma função de ordem pública e segurança mais forte

Uma função de ordem pública e segurança mais forte justifica-se tanto por razões de governação como de desenvolvimento, mas qualquer aumento do financiamento deve estar associado a uma redefinição clara das prioridades e a poupanças noutras áreas do orçamento, em vez de se limitar a aumentar a despesa agregada. A despesa de Timor-Leste com a ordem pública e a segurança continua a ser relativamente baixa quando comparada com a dimensão das necessidades de construção do Estado do país, particularmente no que diz respeito à presença policial, à gestão prisional, ao funcionamento dos tribunais e aos serviços básicos de bombeiros e de emergência. As deficiências nestas áreas podem acarretar custos económicos e sociais mais amplos: menor confiança do público, menor efeito dissuasor, resolução mais lenta de litígios e maior vulnerabilidade à instabilidade localizada. Uma presença mais forte da POS deve, por conseguinte, ser entendida não apenas como uma medida de segurança, mas como parte da plataforma institucional básica necessária para o investimento, a prestação de serviços e a paz a longo prazo. No entanto, dadas as restrições orçamentais e a necessidade mais ampla de reduzir a pressão sobre o Fundo Petrolífero, a abordagem política preferida consiste em reforçar a função da POS através da reorientação das despesas e de poupanças, em vez de um aumento líquido das despesas orçamentais totais.

Polícia

Um serviço policial mais forte exigirá mais do que apenas pessoal adicional. Timor-Leste necessita também de um programa faseado para modernizar as capacidades policiais essenciais, incluindo a substituição de veículos e motociclos envelhecidos, a melhoria dos sistemas de comunicações, equipamento básico de proteção e operacional, ferramentas

atualizadas de informação e gestão de casos, e instalações mais fiáveis nos municípios e postos remotos. As necessidades de formação são igualmente importantes. Uma estratégia credível de reforço da polícia deve incluir formação contínua regular em policiamento comunitário, investigação, gestão da ordem pública, sensibilização para as questões fronteiriças e marítimas, tratamento de provas, liderança e normas profissionais, apoiada por uma supervisão e gestão de desempenho mais rigorosas. Sem um investimento sustentado em equipamento, mobilidade, comunicações e formação, é improvável que o aumento do efetivo se traduza numa presença policial mais visível, fiável e eficaz no terreno.

Tribunais

O sistema judicial de Timor-Leste alargou o acesso básico aos tribunais, mas a estrutura dos tribunais superiores continua incompleta. Ao nível dos tribunais de primeira instância, o país conseguiu estabelecer uma presença judicial básica capaz de tratar de muitos assuntos rotineiros e de primeira instância. Isto tem sido importante para a presença do Estado, a resolução de litígios e o funcionamento visível da autoridade pública. No entanto, a pirâmide institucional acima deste nível continua subdesenvolvida. O problema já não é apenas de conceção jurídica. É também uma questão de infraestruturas físicas, de efetivos judiciais, de profundidade profissional e da capacidade administrativa sustentada necessária para operar eficazmente uma hierarquia completa de tribunais.

A principal lacuna reside no facto de Timor-Leste ainda não dispor de um sistema de tribunais superiores plenamente estabelecido, que seja construído, dotado de pessoal e funcione de forma consistente de acordo com os padrões exigidos a um sistema judicial nacional maduro. Na prática, isto significa que, embora possam existir e funcionar tribunais de nível inferior ou do tipo magistrado, o país tem enfrentado dificuldades para consolidar os níveis superiores do sistema judicial através de instalações permanentes, juízes qualificados, pessoal jurídico especializado e uma capacidade suficientemente forte de gestão de processos e de recurso. Isto cria estrangulamentos na administração da justiça, enfraquece a segurança jurídica, retarda a resolução de litígios mais complexos e limita a capacidade do país de projetar um sistema de Estado de direito completo e credível.

Ainda é necessário criar quatro tribunais: i) Tribunal Constitucional; ii) Supremo Tribunal de Justiça; iii) Tribunal Administrativo e Fiscal; e iv) Tribunal de Contas (a separar do Tribunal de Recurso).

Estes quatro tribunais superiores são importantes porque, em conjunto, completam a arquitetura judicial nacional e reforçam a credibilidade do Estado. Um Tribunal Constitucional ajuda a proteger a Constituição e a resolver litígios sobre a legalidade das leis e da ação governamental; um Supremo Tribunal de Justiça proporciona uma instância de recurso final e autoritária e ajuda a unificar a interpretação jurídica; um Tribunal Administrativo e Fiscal oferece aos cidadãos e às empresas uma via adequada para contestar decisões administrativas e questões fiscais; e um Tribunal de Contas reforça a supervisão das finanças públicas e a utilização legal dos recursos do Estado. Em conjunto, reforçariam o Estado de direito, os freios e contrapesos, os direitos de propriedade, a confiança comercial e a confiança nas instituições públicas.

Isto é importante muito para além do próprio setor da justiça. Um sistema de tribunais superiores que funcione adequadamente é uma parte essencial da governação económica, da confiança dos investidores, da ordem constitucional e da confiança pública. As empresas, os cidadãos e as instituições do Estado dependem todos da existência de uma estrutura judicial capaz de apreciar recursos, resolver questões civis e comerciais complexas, garantir a legalidade administrativa e fornecer uma interpretação judicial autoritária. Quando estas funções são fracas, morosas ou apenas parcialmente institucionalizadas, o resultado não é simplesmente um inconveniente. Trata-se de uma restrição estrutural aos direitos de propriedade, à execução de contratos, à responsabilização pública e à credibilidade do próprio Estado.

No que diz respeito ao Orçamento de 2027, isto constitui um forte argumento para tratar o reforço da capacidade judicial superior como uma prioridade de reforço institucional a médio prazo, em vez de uma questão restrita à administração da justiça. Uma futura Prioridade de Política Governamental nesta área deverá centrar-se na criação e no reforço faseados do sistema de tribunais superiores, incluindo infraestruturas judiciais, desenvolvimento dos quadros judiciais e do Ministério Público, percursos de formação jurídica, sistemas de gestão de processos e as funções administrativas de apoio necessárias para um funcionamento sustentado. O objetivo não deve ser construir instituições formais dispendiosas sem as pessoas necessárias para as gerir. Pelo contrário, deve consistir em sequenciar os investimentos em infraestruturas físicas, legais e de capacidade humana, de modo a que Timor-Leste colmate gradualmente a lacuna entre a existência de tribunais de primeira instância básicos e uma hierarquia judicial nacional completa e credível.

Proposta Conjunta

Para efeitos do CRP, o PPG deve, por conseguinte, encomendar uma proposta conjunta que vincule o reforço do POS diretamente a um percurso de poupanças identificado, a um plano de implementação faseado e a melhorias mensuráveis nos serviços. A proposta deve definir opções de ambição baixa, média e elevada num horizonte de cinco a dez anos, identificando cada opção os custos recorrentes e de capital envolvidos, a fonte de financiamento proveniente de poupanças verificadas e as melhorias operacionais esperadas em troca. Deve também avaliar as compensações entre investir na proteção social como um dividendo da paz e investir nas instituições de aplicação da lei e de justiça como uma função de preservação da paz, com o objetivo de alcançar um melhor equilíbrio global em todo o governo. Isto daria aos ministros do CRP uma base mais clara para decidir não só se devem reforçar o POS, mas também como o fazer de forma fiscalmente disciplinada, de modo a melhorar a segurança pública, apoiar a credibilidade institucional e evitar simplesmente sobrepor novas despesas a um orçamento já sobrecarregado.

Opção PPG 25: sobre o reforço da função de ordem e segurança públicas

Investir na Ordem Pública e na Segurança

O Ministério da Justiça, o Ministério do Interior e o Ministério Planeamento e Investimento Strategico, com o apoio do Ministério das Finanças, devem apresentar uma estratégia conjunta de longo prazo para a Ordem Pública e a Segurança, com o objetivo de estabelecer uma presença nacional mais forte e visível da POS nos próximos 5 a 10 anos. A estratégia deve centrar-se no

reforço da capacidade operacional essencial da polícia, das prisões e dos tribunais, incluindo o planeamento de recursos humanos, as necessidades em termos de instalações e equipamento, a cobertura geográfica dos serviços e os custos recorrentes e de capital a médio prazo necessários para sustentar uma melhor prestação de serviços. Deve também incluir um quadro mais robusto de acompanhamento das despesas e do desempenho dos serviços de bombeiros, para que as despesas possam ser classificadas, monitorizadas e avaliadas com maior precisão, no âmbito do sistema mais alargado de ordem e segurança públicas. A proposta deverá apresentar opções faseadas, requisitos de financiamento, responsabilidades de implementação e a contribuição esperada de uma presença mais forte do POS para a dissuasão, o Estado de direito, a confiança do público e a paz e estabilidade a longo prazo. Devem ser apresentadas opções de financiamento para a estratégia, incluindo uma avaliação sobre se as poupanças na proteção social decorrentes de melhorias de eficiência poderiam cobrir as necessidades de financiamento adicionais.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 0 $

Desenvolvimento do sistema judicial

O Ministério da Justiça, o Tribunal de Recurso e o MPIE, com o apoio do Ministério das Finanças, devem apresentar uma proposta conjunta no âmbito das Prioridades Políticas do Governo sobre o «Reforço dos Tribunais Superiores e da Capacidade Judicial», com o objetivo de colmatar a lacuna existente entre a atual presença de tribunais de primeira instância em Timor-Leste e a implantação ainda incompleta de um sistema de tribunais superiores plenamente operacional. A proposta deverá definir um programa faseado, com uma duração de cinco a dez anos, para o desenvolvimento e a operacionalização da capacidade dos tribunais superiores, incluindo instalações judiciais, gabinetes, sistemas de registo e gestão de processos, desenvolvimento do pessoal judicial e do Ministério Público, percursos de formação jurídica especializada e o apoio administrativo e institucional mais alargado necessário para que as funções de recurso e de tratamento de processos complexos funcionem de forma eficaz. Deve avaliar as lacunas jurídicas e operacionais atuais, identificar opções para articular a infraestrutura física com o recrutamento e a formação profissional de juízes qualificados e de pessoal de apoio, e esclarecer de que forma o Governo evitará a criação de estruturas judiciais que existam formalmente, mas que, na prática, continuem a funcionar de forma insuficiente.

A proposta deve também explicar de que forma o reforço dos tribunais superiores apoiaria o Estado de direito, a ordem constitucional, os direitos de propriedade, a confiança comercial e a resolução mais eficiente de questões civis, administrativas e penais complexas. A proposta deve avaliar os custos de capital e correntes, os riscos de execução e implementação, as disposições transitórias e os indicadores mensuráveis de progresso, incluindo a criação de instalações funcionais para os tribunais superiores, a melhoria da capacidade de recurso, a redução dos atrasos na resolução de processos complexos e o reforço da confiança no sistema judicial nacional ao longo do tempo.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 15 milhões a 40 milhões de dólares

PPG 26: Equidade fiscal e operações dos governos subnacionais

Tendências de despesas dos governos subnacionais

As figuras e tabelas seguintes fornecem um panorama inicial de como a despesa subnacional monitorizada tem evoluído ao longo do tempo nos municípios e em Oecusse, e o que isso sugere sobre a equidade fiscal. Por si só, não são suficientes para determinar se as atuais dotações são equitativas, mas ajudam a identificar tendências gerais, disparidades territoriais e possíveis anomalias nos dados. Em conjunto, indicam que o padrão atual das despesas monitorizadas é desigual ao longo do tempo e entre as diferentes jurisdições, e constituem um ponto de partida útil para avaliar se é necessário um quadro de alocação mais transparente e baseado em regras.

A despesa agregada do governo subnacional fora de Díli foi relativamente elevada na primeira parte do período, com os municípios e Oecusse a representarem, em conjunto, mais de 20 por cento da despesa total entre 2013 e 2018 (verFigura 59). Isto sugere que, pelo menos à luz dos dados, uma parte significativa da despesa pública estava a ser acompanhada a nível subnacional durante esses anos. Esse padrão alterou-se então significativamente em 2019 e 2020, quando a série parece ter estagnado. Ainda não é claro se isto reflete uma redução genuína da despesa subnacional, uma alteração nas práticas de registo ou questões de contabilidade e classificação. A despesa volta então a aumentar nos anos seguintes, mas apenas até um nível ligeiramente superior a 10 por cento da despesa total, bem abaixo do período anterior. Seja qual for a interpretação, os dados apontam para um quadro irregular e instável da despesa subnacional registada ao longo do tempo.

Em termos nominais, os maiores volumes de despesas subnacionais registadas continuam concentrados nos municípios maiores e mais consolidados, refletindo tanto a escala como os padrões de despesas de longa data (verTabela 64). O que é notável nos anos mais recentes é o surgimento de Atauro em 2022 como uma entidade visível separadamente no conjunto de dados, o que altera a apresentação da distribuição territorial a partir desse momento. Isto é importante do ponto de vista analítico, porque o surgimento de Atauro afeta tanto as classificações nominais como a comparabilidade das quotas dos anos posteriores com o período anterior. Os dados devem, portanto, ser interpretados com alguma cautela: parte da aparente mudança nos padrões territoriais após 2022 pode refletir uma alteração real na afetação de recursos, mas parte pode também refletir uma mudança estrutural na forma como as despesas estão a ser atribuídas e reportadas.

A tabela COFOG mostra que os Assuntos Económicos têm sido a função dominante nas despesas subnacionais acompanhadas ao longo do período, indicando que as despesas municipais e de Oecusse têm sido impulsionadas mais por atividades económicas e relacionadas com infraestruturas do que por uma distribuição equilibrada entre as funções de serviços (verTabela 65). Na fase inicial da série, este padrão foi especialmente pronunciado em Covalima, onde as despesas ligadas ao Tasi Mane parecem ter sido um dos principais motores do perfil de despesas do município. Isto é importante porque sugere que alguns dos maiores resultados em termos de despesas territoriais foram moldados menos por um modelo estável de alocação subnacional do que pela concentração geográfica de grandes projetos nacionais. Consequentemente, a tabela reforça a necessidade de distinguir entre as despesas a nível

municipal que refletem a equidade fiscal subjacente e as necessidades de prestação de serviços, e as despesas que são temporariamente elevadas por grandes investimentos nacionais de caráter local.

Figura 59. Tendências agregadas dos gastos dos governos subnacionais 2013-25

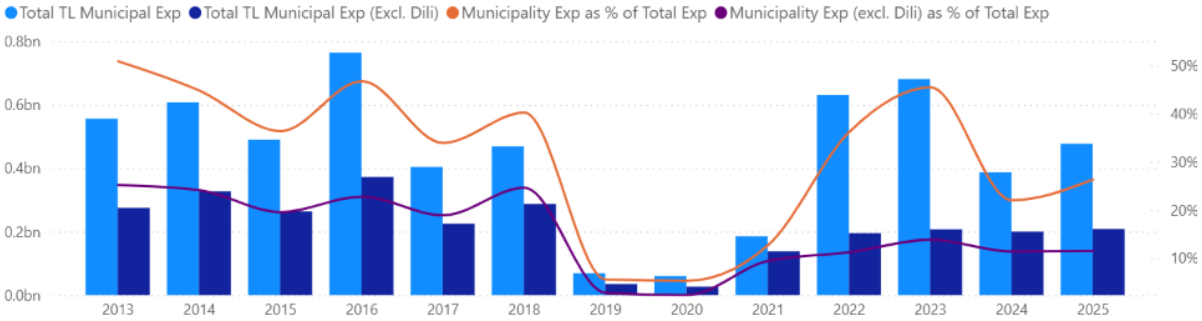


Tabela 64. Despesas dos governos subnacionais por município/região 2013-25

Country	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Timor-Leste	**556,101,122**	**607,637,009**	**489,741,731**	**764,350,022**	**403,898,627**	**468,907,710**	**69,188,321**	**60,089,236**	**185,451,072**	**630,715,807**	**680,634,089**	**387,217,682**	**477,070,772**	**5,781,003,201**
Aileu	11,347,755	13,306,215	9,269,559	11,887,835	5,365,006	6,663,555	2,278,236	1,696,966	7,624,160	11,027,599	20,861,104	8,503,642	14,729,632	**124,561,265**
Ainaro	25,565,940	25,995,677	24,156,399	22,744,887	19,034,142	20,735,534	2,959,579	2,035,018	7,359,679	6,864,030	6,791,248	12,169,827	12,361,125	**188,773,085**
Atauro										1,189,274	1,684,643	3,519,159	4,591,546	**10,984,623**
Baucau	32,433,152	34,066,582	25,663,873	27,533,323	25,248,330	23,576,919	4,352,274	3,373,341	17,678,130	30,654,483	29,878,161	34,584,824	24,639,959	**313,683,349**
Bobonaro	29,638,091	25,189,847	20,417,154	19,145,470	10,814,692	11,140,974	4,136,952	2,882,463	14,996,607	15,471,657	16,234,362	22,592,132	26,063,272	**218,723,674**
Covalima	22,302,752	46,667,759	55,149,615	132,299,454	95,674,495	137,138,570	3,886,701	2,563,976	9,003,894	8,349,686	10,067,037	12,989,906	10,665,208	**546,759,053**
Dili	280,934,885	280,594,801	226,228,758	392,068,655	179,002,708	181,886,754	34,593,272	33,661,051	47,620,332	435,200,753	473,578,652	187,301,459	268,952,105	**3,021,624,184**
Ermera	26,133,013	22,553,839	17,871,370	26,694,679	12,589,299	18,532,919	3,607,195	2,599,449	6,883,749	6,968,638	9,162,886	9,461,912	12,071,116	**175,130,065**
Lautém	20,057,824	22,070,513	16,618,122	13,309,998	7,335,563	6,851,065	2,835,684	2,402,992	12,251,223	11,910,478	9,055,910	11,769,843	11,308,018	**147,777,233**
Liquiça	20,447,492	18,454,572	12,995,452	9,413,933	6,597,943	11,157,921	900,078	1,718,154	4,925,384	8,901,245	8,975,051	8,180,938	9,089,436	**121,757,600**
Manatuto	15,654,673	21,045,364	19,321,892	30,031,643	15,685,864	16,900,695	3,459,681	2,289,015	13,189,874	16,957,859	9,025,064	12,609,015	16,505,911	**192,676,550**
Manufahi	23,445,704	27,486,370	17,716,266	23,508,374	14,108,512	19,326,330	3,100,077	2,456,544	5,657,858	8,217,940	5,469,716	8,466,402	6,564,875	**165,524,966**
Oecussi	18,730,197	44,430,109	15,762,393	9,153,670	2,271,166	2,004,863	108,939	126,277	25,145,804	55,416,987	63,388,057	40,652,469	44,139,118	**321,330,049**
Viqueque	29,409,645	25,775,361	28,570,878	46,558,102	10,170,906	12,991,611	2,969,652	2,283,990	13,114,378	13,585,178	16,462,198	14,416,155	15,389,452	**231,697,506**

Fonte: TiFIS

Tabela 65. Despesas dos governos subnacionais por COFOG 2013-25

COFOG1 (AFI)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
701-General public services	93,682,556	99,981,463	96,887,553	78,721,437	39,613,459	2,373,369	35,868,655	30,046,592	36,486,542	95,191,041	102,300,567	37,796,915	34,820,536	**783,770,686**
702-Defense	13,075,091	15,164,876	11,331,941	11,310,704	9,811,578	10,728,540		15,775,419	11,746,211	39,297,773	46,972,084	7,179,872	6,954,498	**199,348,588**
703-Public order and safety	24,229,167	24,665,251	26,637,052	26,067,150	27,952,165	32,451,833	597,051	598,977	14,764,887	25,568,288	29,965,366	685,292	4,999,826	**239,182,304**
704-Economic affairs	224,361,284	282,882,311	208,692,429	504,449,083	218,430,103	316,063,993	17,157,303	6,687,941	70,227,454	243,832,477	319,152,406	163,841,335	300,187,371	**2,875,965,490**
705-Environmental protection	1,193,694	5,021,030	3,430,707	2,491,163	3,623,550	1,041,306			3,232,839	3,152,662	5,667,656	6,434,952	2,515,497	**37,805,055**
706-Housing and community amenities	56,322,314	54,048,061	17,231,374	14,134,110	3,467,658	3,315,445	924,819	107,484	27,362,551	48,497,371	58,925,660	46,171,004	83,473,905	**413,981,757**
707-Health	30,530,686	32,364,217	32,374,688	30,426,875	14,016,178	14,649,201	3,092,360	2,529,411	8,317,032	30,808,389	29,663,972	6,557,812	16,677,127	**252,007,946**
708-Recreation, culture and religion	4,904,519	5,532,170	3,695,418	5,013,697	2,810,015	2,781,432	507,441	226,204	588,243	4,778,039	8,548,300	1,398,690	2,297,686	**43,081,853**
709-Education	81,663,544	80,627,268	86,339,743	81,986,626	81,936,772	83,937,356	11,014,531	4,081,239	11,318,542	30,848,998	57,390,198	15,604,411	18,929,030	**645,678,258**
710-Social protection	26,138,269	7,350,365	3,120,827	9,749,176	2,237,149	1,565,234	26,161	35,968	1,406,772	108,740,768	22,047,881	101,547,398	6,215,297	**290,181,265**
Total	**556,101,122**	**607,637,009**	**489,741,731**	**764,350,022**	**403,898,627**	**468,907,710**	**69,188,321**	**60,089,236**	**185,451,072**	**630,715,807**	**680,634,089**	**387,217,682**	**477,070,772**	**5,781,003,201**

Fonte: TiFIS

Quando os dados são expressos como percentagens dos gastos subnacionais monitorizados, Atauro, Liquiça e Aileu figuram entre os mais baixos em termos nominais (verTabela 66). Isto não é surpreendente no caso de Atauro, dada a sua recente emergência como unidade administrativa separada e a sua dimensão relativamente pequena. No caso de Liquiça e Aileu, contudo, as quotas persistentemente baixas são mais notáveis, especialmente se se mantiverem ao longo do tempo, em vez de serem impulsionadas por efeitos anuais pontuais. Por si só, uma quota baixa não prova a existência de injustiça, uma vez que é de esperar alguma variação com base na população, nas funções, na geografia e nas responsabilidades em matéria de despesas. Mesmo assim, quotas nominais consistentemente baixas devem ser consideradas um sinal de alerta analítico, especialmente quando se juntam a preocupações mais amplas sobre a ausência de um quadro de alocação claro e baseado em regras.

O sinal mais claro de equidade fiscal provém da análise per capita, que constitui um primeiro teste simples para determinar se os territórios estão a receber níveis globalmente comparáveis de despesas subnacionais registadas em relação à população (ver Tabela 67). Nesta base, os dados sugerem que Ermera e Liquiça são valores atípicos muito baixos, situando-se bem abaixo dos outros municípios em termos per capita. Isto, por si só, não prova que as dotações sejam injustas, uma vez que um quadro de equidade mais abrangente teria também de considerar o afastamento geográfico, os custos de prestação de serviços, os défices de infraestruturas herdados e o desempenho. No entanto, indica que o atual padrão de dotação justifica uma análise mais aprofundada. Em termos de políticas, estes valores atípicos reforçam a necessidade de avançar para um sistema mais transparente e baseado em fórmulas para as dotações subnacionais, utilizando métricas simples de equidade fiscal, como a população e o afastamento geográfico, como ponto de partida inicial.

Tabela 66. Quotas de despesas do SNG por município/região – excluindo Díli 2013-25

Country	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Timor-Leste	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**	**100.00%**
Covalima	**8.11%**	**14.27%**	**20.93%**	**35.54%**	**42.54%**	**47.78%**	**11.23%**	**9.70%**	**6.53%**	**4.27%**	**4.86%**	**6.50%**	**5.12%**	**19.81%**
Oecussi	**6.81%**	**13.59%**	**5.98%**	**2.46%**	**1.01%**	**0.70%**	**0.31%**	**0.48%**	**18.24%**	**28.34%**	**30.61%**	**20.33%**	**21.21%**	**11.65%**
Baucau	**11.79%**	**10.42%**	**9.74%**	**7.40%**	**11.23%**	**8.21%**	**12.58%**	**12.76%**	**12.83%**	**15.68%**	**14.43%**	**17.30%**	**11.84%**	**11.37%**
Viqueque	**10.69%**	**7.88%**	**10.84%**	**12.51%**	**4.52%**	**4.53%**	**8.58%**	**8.64%**	**9.51%**	**6.95%**	**7.95%**	**7.21%**	**7.39%**	**8.40%**
Bobonaro	**10.77%**	**7.70%**	**7.75%**	**5.14%**	**4.81%**	**3.88%**	**11.96%**	**10.91%**	**10.88%**	**7.91%**	**7.84%**	**11.30%**	**12.52%**	**7.93%**
Manatuto	**5.69%**	**6.44%**	**7.33%**	**8.07%**	**6.97%**	**5.89%**	**10.00%**	**8.66%**	**9.57%**	**8.67%**	**4.36%**	**6.31%**	**7.93%**	**6.98%**
Ainaro	**9.29%**	**7.95%**	**9.17%**	**6.11%**	**8.46%**	**7.22%**	**8.55%**	**7.70%**	**5.34%**	**3.51%**	**3.28%**	**6.09%**	**5.94%**	**6.84%**
Ermera	**9.50%**	**6.90%**	**6.78%**	**7.17%**	**5.60%**	**6.46%**	**10.43%**	**9.84%**	**4.99%**	**3.56%**	**4.43%**	**4.73%**	**5.80%**	**6.35%**
Manufahi	**8.52%**	**8.40%**	**6.72%**	**6.31%**	**6.27%**	**6.73%**	**8.96%**	**9.30%**	**4.10%**	**4.20%**	**2.64%**	**4.23%**	**3.15%**	**6.00%**
Lautém	**7.29%**	**6.75%**	**6.31%**	**3.58%**	**3.26%**	**2.39%**	**8.20%**	**9.09%**	**8.89%**	**6.09%**	**4.37%**	**5.89%**	**5.43%**	**5.36%**
Aileu	**4.12%**	**4.07%**	**3.52%**	**3.19%**	**2.39%**	**2.32%**	**6.59%**	**6.42%**	**5.53%**	**5.64%**	**10.08%**	**4.25%**	**7.08%**	**4.51%**
Liquiça	**7.43%**	**5.64%**	**4.93%**	**2.53%**	**2.93%**	**3.89%**	**2.60%**	**6.50%**	**3.57%**	**4.55%**	**4.33%**	**4.09%**	**4.37%**	**4.41%**
Atauro										**0.61%**	**0.81%**	**1.76%**	**2.21%**	**0.40%**

Fonte: TiFIS

Tabela 67. Despesas per capita do SNG 2013-25 (população de 2022)

Country	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Timor-Leste	**798.93**	**994.81**	**987.77**	**1,203.61**	**869.40**	**851.27**	**909.61**	**843.23**	**1,080.92**	**1,290.79**	**1,107.22**	**1,305.89**	**1,359.78**	**1,046.40**
Dili	865.11	864.07	696.65	1,207.34	551.22	560.10	106.53	103.66	146.64	1,340.16	1,458.34	576.78	828.21	**715.75**
Covalima	301.66	631.22	745.94	1,789.45	1,294.07	1,854.90	52.57	34.68	121.78	112.94	136.16	175.70	144.26	**568.87**
Oecussi	232.14	550.66	195.36	113.45	28.15	24.85	1.35	1.57	311.65	686.83	785.62	503.84	547.05	**306.35**
Manatuto	307.81	413.80	379.91	590.49	308.42	332.30	68.02	45.01	259.34	333.43	177.45	247.92	324.54	**291.42**
Atauro										115.52	163.64	341.83	446.00	**266.75**
Viqueque	366.81	321.48	356.35	580.70	126.86	162.04	37.04	28.49	163.57	169.44	205.33	179.81	191.95	**222.30**
Manufahi	386.48	453.08	292.03	387.51	232.56	318.57	51.10	40.49	93.26	135.46	90.16	139.56	108.22	**209.89**
Ainaro	349.67	355.55	330.39	311.08	260.33	283.60	40.48	27.83	100.66	93.88	92.88	166.45	169.06	**198.61**
Baucau	240.46	252.57	190.27	204.14	187.19	174.80	32.27	25.01	131.07	227.28	221.52	256.42	182.68	**178.90**
Aileu	208.89	244.94	170.63	218.83	98.76	122.66	41.94	31.24	140.35	203.00	384.01	156.54	271.14	**176.38**
Lautém	286.45	315.19	237.33	190.08	104.76	97.84	40.50	34.32	174.96	170.10	129.33	168.09	161.49	**162.34**
Bobonaro	277.93	236.22	191.46	179.54	101.41	104.47	38.79	27.03	140.63	145.08	152.24	211.86	244.41	**157.77**
Liquiça	244.42	220.60	155.34	112.53	78.87	133.38	10.76	20.54	58.88	106.40	107.28	97.79	108.65	**111.96**
Ermera	189.71	163.73	129.74	193.79	91.39	134.54	26.19	18.87	49.97	50.59	66.52	68.69	87.63	**97.80**

Fonte: TiFIS

Receitas do SNG

As receitas do SNG continuam baixas, mas os dados, embora suficientemente precisos, devem ser interpretados com alguma cautela. Foram registados cerca de 540 milhões de dólares arrecadados ao nível do governo subnacional entre 2013 e 2025, com um pico acentuado em 2024 e montantes registados quase insignificantes em alguns anos anteriores. No entanto, a qualidade, a consistência e a classificação destes registos contabilísticos podem ainda não ser suficientemente sólidas para sustentar conclusões definitivas sobre a verdadeira escala ou composição do esforço de receitas locais ao longo do tempo. Em particular, alguns movimentos registados podem refletir alterações na prestação de contas, registos tardios, reclassificações

ou deficiências na consolidação, em vez de mudanças genuínas no desempenho das receitas próprias locais. A fonte dominante das receitas registadas continua a ser as subvenções, que representam a maioria do total ao longo do período, sublinhando que a maioria das entidades subnacionais ainda depende fortemente de transferências, em vez de gerar fluxos de receitas autónomas significativos por conta própria.

Mesmo com estas limitações contabilísticas, as receitas subnacionais devem ser cada vez mais vistas como uma área de crescimento do espaço fiscal a médio prazo, especialmente à medida que os municípios avançam para uma maior autonomia e uma responsabilidade funcional mais significativa. Uma base de receitas municipais mais sólida não eliminaria a necessidade de transferências centrais, nem se deve esperar que o financiamento local substitua os mecanismos de equalização num país com grandes disparidades geográficas e económicas. Mas, ao longo do tempo, receitas locais, taxas, encargos de serviços, pequenas cobranças relacionadas com a propriedade, impostos de mercado, licenciamento e outras receitas próprias municipais, melhor concebidas e administradas, poderiam criar espaço fiscal adicional à margem, melhorando simultaneamente a visibilidade do Estado local. Quando os cidadãos verificam que as receitas locais são cobradas de forma transparente e se traduzem em melhores estradas, saneamento, mercados, iluminação, segurança pública e serviços municipais, o resultado pode ser não só uma maior capacidade fiscal, mas também uma maior legitimidade, responsabilização e confiança no governo descentralizado. Por essa razão, a tarefa política não consiste simplesmente em aumentar as cobranças, mas em melhorar a integridade da contabilidade e dos relatórios subnacionais, construindo simultaneamente um caminho realista para que os municípios mobilizem mais das suas próprias receitas, no âmbito de uma agenda de autonomia gradual.

Tabela 68. Receitas do SNG por município/região

Country	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Timor-Leste	**5,022,941**	**29,780**	**959,957**	**96,654**	**81,308**	**55,367**	**21,206**	**9,159**	**26,520**	**4,248,932**	**193,015,997**	**304,147,109**	**32,448,805**	**540,163,734**
Aileu	27,610				33	977	0			90,340	599,389	112,687	0	**831,035**
Ainaro					31,750	602	141			38,503	83,135	166,998	8,103	**329,233**
Atauro										3,251	30,942	0	16,687	**50,880**
Baucau					384	2,165	1,273			393,543	609,612	474,766	0	**1,481,743**
Bobonaro					109	50,024		313	100	144,726	199,213	341,086	0	**735,571**
Covalima	407				354	1,755	630	188		43,998	103,777	135,013	62,669	**223,453**
Dili	4,942,799		959,957	4,628	9,630	4,206	13,312	9,655	25,998	2,869,584	160,662,516	299,607,254	6,106,192	**475,207,318**
Ermera					131	2,117	0			33,332	155,033	41,361	0	**231,975**
Lautém					61	2,452	2,661			171,251	90,668	187,293	0	**454,386**
Liquiça					65	5,660		509	1,200	82,824	159,440	152,439	0	**390,818**
Manatuto	23,665	29,780		92,026	38,672	5,142	3,189	1,595	779	195,246	89,178	584,156	590,945	**1,649,623**
Manufahi	28,460				62			90		25,473	41,656	52,753	0	**148,494**
Oecussi										42,936	29,987,679	2,112,259	25,789,548	**57,932,422**
Viqueque					58	0	0			113,924	203,757	179,044	0	**496,783**

Fonte: TiFIS

Tabela 69. Receitas do SNG por classificação económica das GFS

GFS 1	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
1 REVENUE	**5,022,941**	**29,780**	**959,957**	**96,654**	**81,308**	**55,367**	**21,206**	**9,159**	**26,520**	**4,248,932**	**193,015,997**	**304,147,109**	**22,448,805**	**530,163,734**
11 Taxes	**3,613**	**29,780**		**96,184**	**44,622**	**10,086**	**12,979**	**7,765**	**26,520**	**3,931,182**	**142,928,834**	**3,450,746**	**2,421,885**	**141,198,762**
111 Taxes on income, profits, and capital gains	3,613	29,780		96,184	44,622	10,086	12,979	7,765	26,520	3,930,903	44,528,802	3,450,746	2,421,885	**42,798,451**
114 Taxes on goods and services										279	98,400,033	0	0	**98,400,312**
115 Taxes on international trade and transactions												0	0	**0**
116 Other taxes												0	0	**0**
13 Grants	**5,019,328**		**959,957**	**470**								**300,000,000**	**10,000,000**	**315,979,755**
131 Grants from foreign governments	2,019,292		857,647									0	0	**2,876,939**
132 Grants from international organizations	2,921,846													**2,921,846**
133 Grants from other general government units	78,190		102,310	470								300,000,000	10,000,000	**310,180,970**
14 Other revenue					**36,686**	**65,453**	**8,227**	**1,394**		**317,750**	**50,087,162**	**7,597,855**	**14,870,691**	**72,985,216**
141 Property income					764	17,158	6,322	999		45,403		1,040,167	557,255	**1,668,069**
142 Sales of goods and services					35,921	48,295	1,905	394		263,990	14,278,947	6,519,585	13,777,219	**34,926,255**
143 Fines, penalties, and forfeits										8,357		38,104	536,217	**582,678**
145 Miscellaneous and unidentified revenue											35,808,215	0		**35,808,215**
3 CHANGE IN NET WORTH												**0**	**10,000,000**	**10,000,000**
33 Liabilities (-)												**0**	**10,000,000**	**10,000,000**
331 Net incurrence of liabilities - Domestic debtors												0	10,000,000	**10,000,000**
Net Lending/Borrowing	**5,022,941**	**29,780**	**959,957**	**96,654**	**81,308**	**55,367**	**21,206**	**9,159**	**26,520**	**4,248,932**	**193,015,997**	**304,147,109**	**32,448,805**	**540,163,734**

Oportunidades de reforma em matéria de equidade fiscal

A secção anterior sobre prioridades não financiadas estava relacionada com as eleições municipais de 2027. Salienta que a reforma subnacional não é apenas uma questão fiscal e administrativa, mas também política. Para que os municípios possam eleger os seus líderes e exercer maior responsabilidade sobre as prioridades locais, existe um benefício potencial em aproximar os decisores dos cidadãos e em conferir às instituições locais maior visibilidade, capacidade de resposta e legitimidade democrática. Em princípio, isto pode fortalecer o processo político, criando linhas de responsabilização mais claras entre as comunidades e os responsáveis pela prestação de serviços locais e pelas escolhas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, estes ganhos potenciais têm de ser ponderados face aos riscos bem conhecidos no contexto de um pequeno Estado, incluindo a perda de economias de escala e de âmbito, a duplicação de funções e as restrições de capacidade persistentes a nível subnacional. Os argumentos a favor da reforma são, portanto, mais fortes nos casos em que os benefícios políticos e de governação são reais, mas em que a conceção da descentralização mantém estes custos fiscais e administrativos dentro de limites controláveis.

O sistema subnacional de Timor-Leste permanece numa fase de transição entre a desconcentração e uma descentralização mais completa. As funções, os fluxos de financiamento e as responsabilidades administrativas têm vindo a ser cada vez mais transferidos para os municípios e para Oecusse, mas a arquitetura fiscal subjacente continua subdesenvolvida. Na prática, isto significa que as dotações subnacionais ainda não estão claramente ancoradas num quadro transparente e baseado em regras que explique quanto financiamento cada território deve receber, com base em que critérios e para que conjunto de responsabilidades. O sistema atual proporciona, portanto, apenas uma base parcial para a equidade fiscal e limita a capacidade do Governo de demonstrar que os recursos estão a ser distribuídos de forma consistente pelos territórios, em conformidade com as necessidades objetivas.

A orientação da reforma deve agora avançar no sentido de um modelo de dotação explícito e baseado na equidade, que abranja tanto as questões de dotação vertical como as horizontais. Verticalmente, o Governo precisa de decidir a escala global de recursos que devem ser atribuídos ao nível subnacional em relação às responsabilidades do governo central. Horizontalmente, necessita então de um método claro para distribuir esses recursos pelos municípios e por Oecusse, de forma a refletir as diferenças em termos de necessidades, custos

e capacidade. Ao longo do tempo, esse quadro deverá incorporar tanto a dimensão do desempenho como a das necessidades, apoiado por um conjunto transparente de indicadores. Um ponto de partida prático seria utilizar parâmetros simples e justificáveis, tais como quotas populacionais, afastamento geográfico e outros fatores básicos de custo, antes de avançar gradualmente para uma fórmula mais sofisticada, à medida que a qualidade dos dados e a confiança institucional melhorarem.

Já existe uma base analítica razoável a partir da qual se pode iniciar este trabalho. O Ministério das Finanças dispõe de dados relativos às despesas dos municípios e de Oecusse que abrangem os últimos 13 anos, o que permite examinar padrões históricos de afetação de recursos e compará-los entre territórios ao longo do tempo. Uma análise inicial per capita, utilizando dados de 2022, pode fornecer um retrato indicativo da equidade fiscal e ajudar a identificar disparidades evidentes no padrão atual de despesas. Isto deve ser tratado como um ponto de partida e não como um julgamento definitivo, uma vez que uma comparação per capita relativa a um único ano não consegue, por si só, captar diferenças em termos de afastamento geográfico, custos de prestação de serviços, lacunas de infraestruturas herdadas ou a evolução do equilíbrio de funções entre os níveis de governo. Mesmo assim, é suficiente para fundamentar a necessidade de reforma e para apoiar o desenvolvimento de um método de alocação mais credível e transparente.

O próximo passo deverá ser a conceção de uma nova fórmula alinhada com as boas práticas internacionais de gestão das finanças públicas, incluindo as expectativas do PEFA em matéria de transparência, previsibilidade e transferências intergovernamentais baseadas em regras. Tal fórmula não precisaria de ser complexa numa fase inicial. Poderia começar com um pequeno número de variáveis claramente definidas, tais como um montante base fixo, a população e o grau de afastamento, com margem para incorporar outros indicadores ao longo do tempo, à medida que o sistema amadurece. O requisito fundamental é que a fórmula seja compreensível, replicável e capaz de ser defendida publicamente como uma base justa para a distribuição de recursos. Isto melhoraria a credibilidade orçamental, reforçaria a prestação de contas e proporcionaria uma plataforma mais estável para futuras eleições municipais, para a política de descentralização e para expectativas mais claras quanto à prestação de serviços a nível subnacional.

Ao mesmo tempo, a defesa de uma descentralização mais profunda deve ser abordada com alguma cautela e não deve ser tratada como algo que seja, por si só, benéfico em todos os aspetos. Timor-Leste está, em termos de população, a lidar com questões que, em países maiores, poderiam assemelhar-se à descentralização de uma cidade relativamente pequena, o que levanta questões legítimas sobre até que ponto a fragmentação da autoridade é desejável ou eficiente. Há também uma consideração mais ampla em matéria de governação: quando os sistemas, os controlos e a capacidade administrativa continuam a ser desiguais, a transferência de funções e financiamento adicionais para níveis inferiores, sem salvaguardas adequadas, pode correr o risco de reproduzir, ou mesmo dispersar, os problemas existentes de gestão fraca, supervisão deficiente e uso indevido de recursos. Por essa razão, qualquer passo no sentido de uma descentralização mais completa deve ser cuidadosamente planeado e associado a uma maior responsabilização, a regras orçamentais mais claras e a uma capacidade local

comprovada, de modo a que a reforma reforce a prestação de serviços e a equidade, em vez de se limitar a deslocar as fraquezas existentes.

Dito isto, a descentralização pode ainda assim ser desejável no contexto de Timor-Leste, onde traz benefícios claros a nível político, de governação ou de legitimidade e onde a perda de economias de escala e de âmbito pode ser mantida dentro de limites razoáveis. Em particular, se se considerar que uma representação local mais forte, uma maior visibilidade do Estado e uma governação territorial mais responsiva têm um valor concreto, há razões para prosseguir com uma forma de descentralização cuidadosamente concebida, mesmo num país relativamente pequeno. O essencial é evitar partir do princípio de que todas as funções devem ser transferidas de uma só vez, ou que cada município tenha de replicar toda a estrutura do governo central. Uma abordagem mais prudente consiste em descentralizar de forma seletiva, manter a prestação partilhada ou centralizada nos casos em que as eficiências de escala são importantes e sequenciar as reformas, de modo a que os ganhos políticos decorrentes da capacitação local não sejam anulados por duplicações administrativas desnecessárias ou por custos mais elevados a longo prazo.

Outra condição prévia para um sistema de financiamento subnacional credível é um quadro claro para a consolidação, eliminação e prestação de contas. Para que os municípios e Oecusse recebam dotações maiores ou mais baseadas em regras, o Governo precisará de regras claras sobre a forma como os dados fiscais subnacionais são compilados e apresentados, incluindo o tratamento das transferências, das atividades partilhadas e das transações entre os níveis de governo. Isto deve incluir uma abordagem consistente para a consolidação das contas subnacionais e a eliminação de fluxos internos e de atividades ao nível municipal, quando apropriado, para que as despesas não sejam sobrestimadas ou contabilizadas duas vezes nos relatórios agregados. Ao longo do tempo, Timor-Leste deverá avançar para um quadro de prestação de contas subnacional que seja, em linhas gerais, análogo às normas das Estatísticas das Finanças Públicas, permitindo que as operações municipais e de Oecusse sejam classificadas, comparadas e consolidadas de forma a melhorar a transparência, apoiar a análise fiscal e reforçar a base para monitorizar a equidade, a sustentabilidade e o desempenho na prestação de serviços em todos os territórios.

É importante referir que esta reforma não deve ser dispendiosa. O trabalho analítico essencial pode ser realizado utilizando os dados existentes sobre despesas e população, com um esforço adicional modesto para desenvolver indicadores de afastamento geográfico e outros indicadores básicos. Mais importante do que novas despesas é um processo de consulta estruturado para alcançar um consenso em todo o Governo sobre os princípios de afetação, o tratamento de Oecusse e o equilíbrio entre equidade, simplicidade e incentivos ao desempenho. Um processo de elaboração de políticas de baixo custo, liderado pelo Ministério das Finanças, em consulta com os ministérios relevantes, os municípios e a RAEOA, deverá, por conseguinte, ser suficiente para apresentar opções para apreciação pelo Governo. O principal valor deste exercício não reside nas despesas adicionais, mas sim no estabelecimento de uma base credível para um financiamento e prestação de contas subnacionais mais justos e transparentes ao longo do tempo.

Opção PPG 26: sobre a Equidade Fiscal das Operações do Governo Subnacional

A Ministério da Administração Estatal, a RAEOA e os municípios, em consulta com o MdF, devem apresentar uma proposta de política sobre o financiamento e a prestação de contas dos governos subnacionais que proponha uma fórmula de alocação simples, transparente e baseada na equidade para os municípios e para Oecusse, juntamente com regras de consolidação claras e um quadro de prestação de contas subnacional amplamente alinhado com os princípios de setorização das Estatísticas das Finanças Públicas (GFS). A proposta deverá avaliar opções de alocação vertical e horizontal utilizando indicadores objetivos, tais como a população e o grau de afastamento geográfico, basear-se na análise das despesas existentes e na análise per capita para identificar questões de equidade fiscal e definir um quadro de transferências alinhado com o PEFA e baseado em regras, que possa ser implementado a baixo custo na sequência de uma consulta estruturada em todo o Governo. A proposta deve também apresentar opções para melhorar a integridade da contabilidade e dos relatórios subnacionais, ao mesmo tempo que estabelece um caminho realista para que os municípios mobilizem uma maior parte das suas próprias receitas, no âmbito de uma agenda de autonomia gradual.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 1 milhão de dólares

PPG 27: Direitos de Propriedade Privada para o Crescimento

Direitos de Propriedade Privada e Títulos de Propriedade: Para o Crescimento, o Investimento e a Diversificação

A reforma agrária é um dos alicerces mais importantes e ainda por concluir do desenvolvimento económico de Timor-Leste. Direitos de propriedade seguros e exequíveis são essenciais para o investimento privado, a modernização agrícola, o desenvolvimento urbano, a habitação, a construção de infraestruturas e a estabilidade social. Sem maior certeza sobre quem é proprietário de que terrenos, com base em que fundamentos jurídicos e com que proteções, Timor-Leste continuará a enfrentar restrições ao investimento, dificuldades na aquisição de terrenos para fins públicos e litígios recorrentes que enfraquecem a confiança tanto nas instituições do Estado como no desenvolvimento do mercado.

Timor-Leste já registou progressos importantes no estabelecimento dos fundamentos jurídicos para um sistema moderno de administração fundiária. O marco fundamental foi a Lei n.º 13/2017, que estabeleceu o regime especial para a definição da propriedade de bens imóveis, reconheceu reivindicações anteriores de origem portuguesa, indonésia, consuetudinária e baseadas na posse, criou o Registo Nacional de Propriedade e previu a Comissão de Terras e Propriedade para tratar de casos contestados. Desde então, o quadro jurídico tem sido igualmente apoiado pela Ordem Ministerial n.º 32/2023 relativa aos procedimentos de levantamento cadastral e, mais recentemente, pelo Decreto-Lei n.º 36/2025 relativo à gestão e utilização dos bens imóveis do Estado, que alterou aspetos do quadro informativo do registo predial relativos aos bens do Estado. Em conjunto, estas medidas contribuíram para reforçar a arquitetura jurídica mais ampla da administração fundiária, embora o principal desafio resida agora na implementação em grande escala.

No entanto, a implementação continua incompleta e a titularidade ainda está longe de estar resolvida em grande escala. O *Relatório Económico de Timor-Leste 2025* do Banco Mundial defende que a administração fundiária fragmentada continua a criar barreiras sistémicas ao crescimento inclusivo, apesar de se terem registado progressos significativos no estabelecimento dos fundamentos jurídicos do sistema. Na prática, a principal lacuna reside entre, por um lado, o registo de parcelas e reivindicações e, por outro, a resolução de reivindicações concorrentes e a emissão de títulos juridicamente fiáveis. Isto significa que Timor-Leste dispõe da estrutura básica de um sistema fundiário moderno, mas ainda não traduziu esse quadro num sistema fiável, completo e escalável de títulos seguros e direitos de propriedade executórios.

O desafio político já não reside, portanto, principalmente na aprovação de leis; reside na execução operacional, na legitimidade e na confiança. Um sistema fundiário funcional em Timor-Leste deve ser capaz de determinar a propriedade de forma credível, resolver litígios num prazo razoável, reconhecer os interesses legítimos da comunidade e os interesses consuetudinários, proteger na prática os direitos fundiários das mulheres e fornecer informação pública clara sobre o estatuto das parcelas e os direitos legais. Se estas condições não forem cumpridas, o próprio registo fundiário pode tornar-se mais uma fonte de conflito, em vez de uma solução para o mesmo.

Numa perspetiva de desenvolvimento, a regularização da propriedade fundiária deve agora ser tratada como uma reforma económica nacional fundamental. Direitos de propriedade claros e exequíveis ajudariam a desbloquear o investimento privado, a apoiar uma agricultura de maior produtividade, a reduzir os conflitos relacionados com a terra, a melhorar o planeamento municipal e das infraestruturas, a reforçar os mercados de crédito internos e a aumentar o valor e a utilidade de um dos ativos nacionais mais importantes de Timor-Leste. A recente análise do Banco Mundial é explícita ao afirmar que um registo fundiário eficiente e direitos fundiários seguros e inclusivos são fundamentais para estimular o investimento, criar emprego e reduzir a pobreza.

Um próximo passo prático seria passar da criação de um quadro jurídico para uma estratégia nacional de conclusão do registo de propriedade com prazos definidos. Tal implicaria dar prioridade à conversão de parcelas registadas em títulos legalmente finalizados, acelerar os processos claramente incontestáveis, reforçar os mecanismos de resolução de litígios para reivindicações contestadas, clarificar os limites entre terras do Estado, terras comunitárias e terras privadas, e estabelecer uma plataforma de informação fundiária mais transparente e acessível. Tal estratégia deveria também incluir medidas explícitas para garantir que os direitos fundiários das mulheres sejam protegidos na prática e que as realidades da posse comunitária e consuetudinária sejam tratadas de forma credível, em vez de serem ignoradas.

O objetivo político deve ser claro: tornar a segurança dos títulos de propriedade e o respeito pelos direitos de propriedade uma pedra angular do modelo de desenvolvimento pós-petrolífero de Timor-Leste. Isso significa tratar a reforma agrária não como uma questão restrita de justiça ou cadastral, mas como uma prioridade económica transversal a todo o governo, diretamente ligada à agricultura, à habitação, às infraestruturas, ao desenvolvimento municipal, à promoção do investimento e à mobilização de receitas internas. Se bem conduzida, a reforma agrária

poderá tornar-se um dos fatores facilitadores mais importantes da próxima fase de crescimento e de construção do Estado de Timor-Leste.

A Estratégia de Investimento

Um programa nacional realista de reforma do registo fundiário e dos direitos de propriedade para Timor-Leste teria de ser estruturado como um programa de implementação de 7 anos, com os primeiros dois anos centrados no reforço institucional, na conceção de sistemas, na preparação jurídico-operacional e na fase-piloto, seguidos de um período de expansão de 5 anos para a adjudicação sistemática, a resolução de litígios e a emissão de títulos de propriedade.

Um prazo mais curto acarretaria o risco de promessas excessivas e resultados aquém do esperado, especialmente tendo em conta a necessidade de resolver reivindicações concorrentes, reforçar a confiança do público, integrar dados cadastrais e jurídicos e reforçar a capacidade humana e institucional necessária para sustentar o sistema. Um prazo mais longo pode ser realista na prática, mas um horizonte de 7 anos constitui uma base de planeamento razoável para a elaboração do orçamento e a sequenciação das reformas.

O custo indicativo total de tal programa deverá situar-se na ordem dos 85 a 120 milhões de dólares ao longo de sete anos (verTabela 70 eTabela 71 abaixo). Tal dependerá do ritmo de implementação, do número de parcelas que obtiverem o título definitivo, da intensidade da resolução de litígios necessária e da medida em que os sistemas digitais e a capacidade de prestação de serviços provinciais precisem de ser construídos a partir do zero.

Este valor não seria invulgarmente elevado para um programa nacional de reforma da administração fundiária segundo os padrões internacionais, mas é suficientemente significativo para que seja necessário um planeamento cuidadoso por fases e uma estratégia de financiamento mista, combinando financiamento orçamental, apoio de parceiros de desenvolvimento e, potencialmente, financiamento em condições favoráveis para sistemas e infraestruturas institucionais. As abordagens de administração fundiária adaptadas às necessidades são geralmente concebidas precisamente para manter os custos do registo e da titulação sistemáticos mais baixos do que os modelos cadastrais tradicionais.

Tabela 70. Necessidades indicativas de investimento em títulos de propriedade por componente

Componente	Estimativa em US$	Notas
1. Unidade de gestão do programa nacional, coordenação de políticas e execução	8–12 milhões de dólares	Estrutura de execução ligada ao Gabinete de Gestão de Projetos (PMO) ou interministerial, planeamento anual, monitorização e coordenação jurídico-política
2. Operações sistemáticas de adjudicação e titulação de parcelas	28–40 milhões de dólares	Equipas no terreno, recolha de pedidos, afixação pública, apoio à adjudicação, processamento de parcelas, emissão de títulos de propriedade

Componente	Estimativa em US$	Notas
3. Resolução de litígios e liquidação de reclamações	10–15 milhões de dólares	Reforço das funções da comissão, painéis de mediação, tratamento de processos, análise jurídica, apoio aos recursos
4. Cadastro, registo e plataforma digital de informação fundiária	12–18 milhões de dólares	Plataforma integrada de cadastro e registo, digitalização de registos, mapas de parcelas, capacidade de transações/atualizações
5. Quadro de reconhecimento de terras comunitárias e consuetudinárias	5–8 milhões de dólares	Cartografia, consultas, processos de reconhecimento legal, ferramentas de posse coletiva, quando apropriado
6. Inventário e clarificação das terras do Estado	6–10 milhões de dólares	Identificação e verificação das terras do Estado, clarificação de limites, articulação com reivindicações privadas/comunitárias
7. Capacidade de prestação de serviços municipais e locais	6–9 milhões de dólares	Serviços de cadastro locais, formação, equipamento, equipas móveis, reforço dos pontos de atendimento
8. Comunicação pública, transparência e sensibilização jurídica	4–6 milhões de dólares	Campanhas de informação pública, sistemas de notificação comunitária, sensibilização para os direitos, comunicação sobre os direitos fundiários das mulheres
9. Inclusão de género, apoio jurídico e salvaguardas sociais	3–5 milhões de dólares	Acesso das mulheres, grupos vulneráveis, apoio à assistência jurídica, tratamento de reclamações, salvaguardas de proteção social
10. Formação, desenvolvimento profissional e gestão da mudança	3–5 milhões de dólares	Inquéritos, resolução de litígios, registo, mediação, gestão de dados, apoio à reforma institucional
Total	**85–120 milhões de dólares**	

Tabela 71. Estimativa anual para o plano de financiamento dos títulos de propriedade (7 anos)

Ano	Estimativa em US$	Principais atividades
Ano 1	8–12 milhões de dólares	Implementação do programa, unidade de execução, conceção jurídico-operacional, arquitetura de sistemas, projetos-piloto, levantamento de terrenos estatais
Ano 2	10–15 milhões de dólares	Registo de títulos de propriedade nos projetos-piloto, reforço da resolução de litígios, preparação dos escritórios locais, lançamento da campanha de sensibilização pública, desenvolvimento da plataforma digital

Ano 3	13–18 milhões de dólares	Expansão sistemática do registo em zonas urbanas e periurbanas prioritárias, emissão inicial de títulos em grande escala
Ano 4	15–20 milhões de dólares	Ampliação nos municípios, reforço da resolução de litígios, projetos-piloto de reconhecimento comunitário/consuetudinário, clarificação da situação fundiária estatal
Ano 5	15–20 milhões de dólares	Ano de pico da implementação: adjudicação em massa, emissão de títulos de propriedade, integração do registo e atualizações cadastrais
Ano 6	13–18 milhões de dólares	Continuação da implementação a nível nacional, casos mais complexos, recursos, conclusão dos corredores prioritários e das principais áreas urbanas
Ano 7	11–17 milhões de dólares	Finalização, redução do atraso acumulado, transferência institucional para a gestão de rotina, transição para o modo de manutenção
Total	**85–120 milhões de dólares**	

Opção PPG 27: sobre os direitos de propriedade privada para o crescimento

O Ministério da Justiça, o Ministério das Finanças, o Ministério do Planeamento e do Investimento Estratégico e as autoridades competentes em matéria de administração fundiária devem apresentar uma proposta conjunta sobre uma estratégia nacional de reforma do registo de propriedade e dos direitos de propriedade. A proposta deverá definir um plano plurianual realista para regularizar a propriedade fundiária, alargar a emissão de títulos de propriedade, reforçar a resolução de litígios, clarificar o tratamento das terras do Estado, da comunidade e privadas, e criar um sistema de informação fundiária transparente e fiável. Deverá também identificar o investimento necessário, as opções de financiamento, as modalidades de implementação e as reformas necessárias para tornar os direitos de propriedade privada seguros uma pedra angular do investimento privado, da transformação agrícola, do desenvolvimento urbano e da diversificação económica a longo prazo.

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 66 milhões de dólares

PPG 28: Bases para a soberania financeira

Reforço da soberania: construir as bases financeiras para a desdolarização

Existe um argumento credível a longo prazo para que Timor-Leste se prepare para uma maior soberania monetária, enquadrado numa agenda de construção do Estado com uma duração de dez anos. A dolarização total trouxe benefícios importantes, especialmente uma inflação baixa e relativamente estável num contexto pós-conflito frágil, mas também priva Timor-Leste de algumas das principais alavancas políticas que os Estados soberanos normalmente utilizam para gerir a liquidez, a competitividade e os choques macroeconómicos. Isto é particularmente importante num país onde o Fundo Petrolífero suporta uma parte excessiva do fardo do ajustamento. Na prática, o Fundo funciona não só como um veículo de poupança intergeracional, mas também como o principal amortecedor orçamental e instrumento de estabilização macroeconómica de facto. Ao longo do tempo, uma arquitetura monetária e financeira interna mais forte poderia ajudar a reduzir essa dependência e alargar o conjunto de ferramentas disponíveis para proteger o Fundo Petrolífero antes que quaisquer riscos de precipício orçamental se tornem agudos.

A questão da soberania é, portanto, real, mas os riscos de inflação e de credibilidade significam que a desdolarização só pode ser abordada de forma gradual e condicional. No âmbito da dolarização, Timor-Leste importa a credibilidade do dólar norte-americano, mas também importa condições monetárias que podem não se adequar à sua própria estrutura económica e renuncia a instrumentos potenciais, tais como a gestão da liquidez interna, a flexibilidade cambial, a senhoriagem e o desenvolvimento do mercado de dívida em moeda local. A análise recente do FMI é clara ao afirmar que a dolarização ajudou a estabilizar a inflação, mas que também pode estar a contribuir para uma menor competitividade, e que qualquer consideração futura sobre uma moeda nacional exigiria, em primeiro lugar, progressos significativos na disciplina orçamental, na capacidade do banco central, na regulamentação financeira e numa reforma estrutural mais ampla. A questão política correta não é, portanto, se Timor-Leste deve abandonar o dólar agora, mas se deve começar a criar sistematicamente as condições institucionais prévias necessárias para que, dentro de uma década, disponha de uma opção monetária credível, especialmente se o Fundo Petrolífero for submetido a uma pressão muito maior.

Um plano realista de dez anos teria de ser executado por fases. A Fase 1 (Anos 1–3) deveria centrar-se nos alicerces institucionais: reforçar a disciplina orçamental, reduzir os défices estruturais, melhorar as previsões macro-orçamentais, aprofundar a capacidade do banco central, modernizar o sistema de pagamentos e expandir a infraestrutura financeira digital. Estes esforços já estão a ser levados a cabo. Esta fase deve também incluir trabalho técnico sobre opções de conceção da moeda, quadros jurídicos, salvaguardas prudenciais e comunicação pública, sem se comprometer com uma data de lançamento. **A Fase 2 (Anos 4–7)** deve centrar-se na preparação do mercado e dos sistemas: desenvolver títulos do Tesouro em moeda local de forma limitada, expandir os instrumentos de poupança domésticos, melhorar a supervisão bancária, testar plataformas de pagamentos digitais de retalho e grossistas e construir a capacidade operacional necessária para a emissão de moeda, a gestão da liquidez e a gestão das reservas cambiais. **A Fase 3 (Anos 8–10)** deve ser condicional e baseada em decisões: se a

estabilidade macroeconómica, a confiança pública e a preparação institucional forem suficientes, o Governo e o Banco Central de Timor-Leste poderão considerar a introdução faseada de uma moeda nacional ou de um modelo de moeda paralela; caso contrário, o país continuaria a beneficiar da construção de instituições financeiras e monetárias muito mais sólidas no âmbito da dolarização continuada.

Uma estratégia de financiamento realista deve também incluir um compromisso deliberado com o risco soberano como parte do processo de preparação. Uma opção prática seria recorrer a um montante limitado de empréstimos comerciais bem estruturados a médio prazo, não porque seja a fonte de financiamento mais barata, mas porque ajudaria Timor-Leste a começar a construir um histórico de crédito soberano baseado no mercado e a demonstrar disciplina no serviço da dívida fora dos canais puramente concessionais. Tal deveria ser acompanhado pela decisão de encomendar notações de crédito soberano formais assim que o Governo tenha estabelecido um quadro orçamental a médio prazo mais claro, uma estratégia de endividamento mais credível e uma capacidade de gestão da dívida mais sólida. O objetivo não seria uma emissão imediata em grande escala no mercado, mas sim garantir que, antes que os riscos de instabilidade orçamental se intensifiquem, Timor-Leste já tenha desenvolvido a infraestrutura básica de risco soberano necessária para aceder a um conjunto mais alargado de opções de financiamento em condições mais informadas e credíveis. Nesse sentido, o compromisso com o risco soberano deve ser entendido como parte da mesma agenda de construção do Estado que a soberania monetária: ambas visam aumentar o número de alavancas políticas disponíveis para gerir a transição para além do petróleo.

A principal justificação política para iniciar este trabalho agora é que Timor-Leste necessita de mais instrumentos antes que surja qualquer risco acrescido de instabilidade orçamental. Atualmente, se o Governo quiser proteger o Fundo Petrolífero, as principais ferramentas são uma política orçamental mais restritiva, uma tributação mais forte, o endividamento, a contenção da despesa e um crescimento mais rápido dos setores não petrolíferos. Todas estas medidas são necessárias, mas são, na sua esmagadora maioria, instrumentos orçamentais. Um sistema monetário e financeiro interno mais desenvolvido permitiria, a longo prazo, ao Estado gerir melhor a liquidez, apoiar os mercados de poupança e de dívida em moeda local, reduzir a dependência do dinheiro em numerário e alargar o leque de instrumentos disponíveis para o ajustamento macroeconómico. Mesmo que Timor-Leste não venha a adotar uma moeda nacional dentro de dez anos, o próprio ato de se preparar para a soberania monetária reforçaria a economia e reduziria a vulnerabilidade. É por isso que um plano decenal de construção de bases deve agora ser considerado uma opção estratégica prudente, e não um projeto simbólico.

Necessidades de investimento

É improvável que o custo direto de um programa de dez anos de preparação para a soberania monetária e a desdolarização seja elevado em termos macro-fiscais, mas exigiria, ainda assim, um investimento sustentado e destinado exclusivamente a esse fim. Uma estimativa realista para o planeamento situar-se-ia na ordem dos ***40 a 60 milhões de dólares ao longo de dez anos,*** concentrada na modernização dos pagamentos, nas infraestruturas financeiras digitais, nos sistemas de gestão da moeda e das reservas, na capacitação do banco central, na supervisão prudencial, na reforma legal e regulatória, na comunicação pública e na preparação

técnica necessária para possíveis operações em moeda local ou em moeda paralela. O custo seria fortemente concentrado na fase inicial, em sistemas, recursos humanos e conceção institucional, em vez de na própria emissão física de moeda. Em termos práticos, isto significa que o objetivo é exequível se for tratado como um programa estratégico de reforço de capacidades, mas é demasiado importante para ser deixado sem financiamento ou para ser financiado através de dotações anuais pontuais.

Uma estratégia de financiamento sensata consistiria em o Banco Central de Timor-Leste liderar o programa de investimento institucional através de uma combinação de lucros retidos, apoio orçamental específico e financiamento de parceiros cuidadosamente direcionado. As funções essenciais da banca central, tais como os sistemas de pagamentos, a capacidade de gestão de reservas, a supervisão e as operações monetárias, devem continuar a ser financiadas principalmente através do próprio balanço e das receitas do banco central ao longo do tempo, em vez de através de grandes levantamentos diretos do Fundo Petrolífero. Tal reforçaria a apropriação institucional e reduziria o risco de que a preparação para a desdolarização seja vista como um projeto fiscalmente imprudente. O financiamento orçamental deve limitar-se a reformas transversais ao governo com benefícios mais amplos para o bem público, tais como a integração da identificação digital, a reforma jurídica e as infraestruturas de inclusão financeira, enquanto os parceiros de desenvolvimento poderiam apoiar a assistência técnica e atualizações selecionadas dos sistemas. O princípio de financiamento deve, portanto, ser claro: construir a soberania monetária gradualmente, financiar as bases de forma prudente e garantir que o custo da preparação de novas alavancas macroeconómicas não contribua, por si só, de forma significativa para as pressões orçamentais que a reforma se destina a ajudar a gerir.

Opção PPG 28: sobre as Bases para a Soberania Financeira

O Banco Central de Timor-Leste, com o apoio do Ministério das Finanças, deve apresentar uma proposta relativa a um plano decenal para construir as bases institucionais de uma maior soberania monetária, antes que haja qualquer possibilidade de os riscos de instabilidade orçamental se intensifiquem. A proposta deverá definir reformas faseadas para reforçar a disciplina orçamental, os sistemas de pagamentos, a gestão das reservas e da liquidez, os mercados financeiros nacionais e a capacidade do banco central, avaliando simultaneamente as condições em que Timor-Leste poderia considerar, de forma credível, um futuro modelo de moeda nacional ou paralela. Deve ainda incluir uma estratégia para um envolvimento deliberado no risco soberano, incluindo contração de empréstimos comerciais de forma limitada e prudente para construir um historial de crédito soberano, uma maior capacidade de gestão da dívida e a obtenção de notações de crédito soberano, assim que as condições prévias fiscais e institucionais necessárias estiverem em vigor

Impacto orçamental estimado ao longo das estimativas futuras: 2 milhões de dólares (líquido do financiamento proveniente de fontes próprias do CBTL)

4. Novas ideias políticas dos ministros

Visão geral das novas ideias políticas[3]

A pedido do Primeiro-Ministro, os ministros foram convidados a apresentar ideias para o financiamento de novas políticas, com vista a informar o processo orçamental de 2027 e a avaliar se deveriam ser avançadas prioridades adicionais a par da agenda política existente do Governo. O Ministério das Finanças analisou as propostas à luz do quadro de orçamentação baseada em políticas, avaliando cada ideia quanto ao alinhamento estratégico, fundamentação política, implicações orçamentais, prontidão para a estimativa de custos, relação com as linhas de base existentes, viabilidade de implementação e adequação às 28 opções de Prioridades Políticas do Governo já identificadas no Documento de Orientação do Governo.

Foram apresentadas 119 novas ideias políticas para apreciação no Orçamento de 2027. Destas, 35 foram recomendadas para avançarem para a fase seguinte, incluindo seis que cumpriram os critérios de alta qualidade das propostas; 82 foram recomendadas para serem mantidas em espera, aguardando esclarecimentos adicionais; e apenas duas foram recomendadas para exclusão nesta fase inicial. Foram apresentadas estimativas de custos para 69 das 112 propostas, totalizando 2,0 mil milhões de dólares a médio prazo e 1,3 mil milhões de dólares para o Orçamento de 2027, enquanto as 35 propostas recomendadas para avançar representam 343 milhões de dólares. Nenhuma das propostas identificou receitas adicionais, poupanças ou medidas de reordenação de prioridades para financiar as novas despesas propostas. Os percursos de apresentação das propostas também foram desiguais: apenas 29 propostas foram encaminhadas através do ministro da pasta competente, em comparação com 33 através do Gabinete do Primeiro-Ministro e 47 apresentadas diretamente ao Ministério das Finanças.

A conclusão principal é que a ronda de junho produziu algumas boas ideias, mas estas não constituem uma agenda política substancialmente nova fora do quadro existente do PPG. Quase todas as propostas correspondem já diretamente a uma das 28 opções do PPG apresentadas no Documento Informativo do Governo, e as 40 ideias prioritárias inicialmente identificadas como «novas» também podem ser integradas na mesma estrutura através de uma coordenação sensata, agrupamento e absorção ou articulação com as opções existentes.

A lista completa encontra-se na Tabela 72, abaixo. Anexo 3: Convite do Primeiro-Ministro à apresentação de novas ideias políticas – Avaliação global, na página 156, apresenta um resumo mais pormenorizado da avaliação global realizada pelo secretariado da CRP. Anexo 4: Convite do Primeiro-Ministro à apresentação de novas ideias políticas – Análise de cada nova ideia política, na página 175, apresenta a avaliação de cada proposta apresentada por cada agência.

[3] As informações contidas nesta secção e nos anexos 3 e 4 refletem as novas propostas políticas recebidas até à data-limite (22/6/2026)

Tabela 72. Lista de novas propostas de políticas apresentadas

Portfólio dos pais	N.º de políticas	Resumo	Total (US$)
Ministério da Administração Estatal (MAE)	20	1. Realização de eleições presidenciais; correção da dotação orçamental da MAE para: Arquivo Nacional: nacional; MAE-A: aprofundamento administrativo; MAE-B: simplificação administrativa e; PIM Municipal de Aileu 2027: capital; PIM Municipal de Ainaro 2027: capital; PIM Municipal de Atauro 2027: capital; +12 mais	217 806 617 (+4 n/q)
Órgãos de soberania (fora do poder executivo do Governo)	14	Reforço do Ministério Público e inclusão social; Empoderamento das mulheres; Gestão do dormitório feminino; Maratona Internacional de Díli 2027; Desenvolvimento institucional da Presidência; «Dapur Ba Povu»; Apoio às comunidades vulneráveis; +6 mais	9 990 000 (+10 n/q)
Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas (MAPPF)	9	Segurança alimentar e agricultura resiliente; Água e irrigação resiliente; Prevenção de pragas e doenças vegetais; Revitalização do setor nacional do café; Desenvolvimento pecuário resiliente; Economia azul e desenvolvimento das pescas; Desenvolvimento da aquicultura; Reflorestação, conservação da água; +1 mais	n/q (todos os 9)
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC)	8	Modernização do sistema de dados do ensino superior; Escola de Doutoramento + corpo docente avançado; Sistema Nacional de Qualificações +; IPB-a: Nova Escola Superior de Hotelaria; IPB-b: Reforço do ensino e da investigação; Internacionalização da acreditação +; Capacidade nacional em ciência, tecnologia e investigação e institucional	34 519 283 (+6 n/q)
Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI)	7	1. Criação de um centro temporário para: SANUTRIO; Casa da Solidariedade; CASPA; Linha da Solidariedade 116; Aquisição de veículo funerário; Registo Social Único	9 920 008
Presidência do Conselho de Ministros (PCM)	7	Digitalização do Jornal Oficial; Prioridades em matéria de igualdade e inclusão; Atividades estratégicas da PCM: continuidade; Preservação e promoção da; Memória, direitos humanos e reparações; SECOMS-A: Meios de comunicação de serviço público; SECOMS-B: Jornalismo/meios de comunicação comunitários	26 260 824 (+2 n/q)

Portfólio dos pais	N.º de políticas	Resumo	Total (US$)
Ministério da Educação (MdE)	6	Competências do século XXI; Sistema nacional de avaliação da aprendizagem; Aprendizagem básica; Aceleração das infraestruturas escolares; Quadro de Competências dos Professores; Centro de Ciências + SEAMEO	136 730 760 (+1 n/q)
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (MNEC)	6	Aquisição de bens diplomáticos; Instalações diplomáticas e protocolares; Presidência Pro Tempore da CPLP em 2027; Preparação para a Presidência da ASEAN em 2029 +; Coordenador Nacional ASEAN-Nova Zelândia; Coordenação da Ação Setorial da ASEAN	44 659 016 (+2 n/q)
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE)	6	Formação estratégica de capital humano e; Divulgação do Código de Contratação Pública e; ADN-A: Qualidade dos projetos públicos; ADN-B: Desenvolvimento rural e urbano; ADN-C: Programa de Cuidados de Saúde Primários; Infraestruturas estratégicas do MPIE:	50 213 614 (+1 n/q)
VPM Assuntos Económicos / Turismo e Ambiente	4	Segurança alimentar nacional, inspeção e; Cooperativas Resilientes Nacionais; SEFOPE-A: Formação profissional; SEFOPE-B: Serviços de emprego +	23 000 000 (+2 n/q)
Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)	4	Recursos humanos portuários/formação marítima; MTC-A: Transportes ecológicos; MTC-B: Infraestruturas de transportes; MTC-C: Conectividade digital/telecomunicações	42 625 000 (+2 n/q)
Ministério das Obras Públicas (MOP)	4	Centro Nacional de Oficinas de Maquinaria Pesada; Estradas resilientes; Água resiliente; Energia resiliente	836 000 000
Ministério da Defesa (MdD)	4	Defesa-A: Marítimo Integrado Nacional; Defesa-B: Infraestruturas militares; Defesa-C: Hospital Militar; Defesa-D: Apoio às populações	n/q (todos os 4)
Ministério do Interior (MI)	3	MI-PPG1: Segurança e Estabilidade Nacionais; MI-PPG2: Gestão Integrada das Fronteiras; MI-PPG3: Resiliência Nacional e Catástrofes	n/q (todas as 3)
Ministério do Petróleo e dos Recursos Minerais (MPRM)	3	Regulamentação do setor petrolífero: Maior; MPRM-A: Megaprojetos petrolíferos; MPRM-B: Institucional do setor petrolífero	367 700 000 (+1 n/q)

Portfólio dos pais	N.º de políticas	Resumo	Total (US$)
Ministério da Saúde (MdS)	3	Infraestruturas e acesso aos cuidados de saúde; Prestação de serviços de saúde; Capital humano na área da saúde	125 967 000 (+1 n/q)
Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Sociais / Desenvolvimento Rural e Habitação	2	1. Reforço de capacidades; Fortalecimento do programa nacional de VIH/SIDA	3 227 817
Agências independentes (subordinadas diretamente ao Estado)	2	Reforço do Conselho de Imprensa; Reforma da administração pública e	5 200 000
Ministério do Comércio e Indústria (MCI)	2	MCI-A: Industrialização nacional; MCI-B: Desenvolvimento das MPMEs + comércio	6 955 000 (+1 em relação ao trimestre anterior)
Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura (MJDAC)	2	MJDAC-A: Competências nacionais para a juventude; MJDAC-B: Programa cultural nacional	1 720 000
Ministério da Justiça (MJ)	1	Reforço das competências técnicas e	16 000 000
Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional (MACLN)	1	Reconhecimento dos veteranos: pensões	n/q (todos 1)
Ministério das Finanças (MdF)	1	Reforma da gestão das finanças públicas +	911 272
TOTAL	**119**		**1 959 406 211 (+50 n/q)**

Conclusões da Análise de Novas Ideias

A principal conclusão é que a ronda de junho produziu algumas boas ideias, mas estas não constituem uma agenda política substancialmente nova fora do quadro existente do PPG. Quase todas as propostas correspondem diretamente a uma das 28 opções do PPG apresentadas no Documento do Governo, e as 35 ideias prioritárias inicialmente identificadas como «novas» também podem ser integradas na mesma estrutura através de um agrupamento sensato, da incorporação ou da ligação a opções existentes.

Em termos práticos, isto significa que todas as propostas podem ser consideradas no contexto das 28 PPG existentes, em vez de serem tratadas como uma lista alargada ou paralela de prioridades. As sete novas ideias não exigem a criação de novas categorias de PPG. As propostas relacionadas com a cultura e a iniciativa de segurança alimentar podem ser consideradas no âmbito do PPG do turismo de nicho para efeitos de financiamento; o pedido da MSSI relativo a veículos funerários pode ser associado às medidas relativas às certidões de óbito, uma vez que a certificação obrigatória de óbito pode estar associada à utilização e regulamentação de veículos funerários; as propostas de justiça de transição podem ser integradas no PPG relativo aos tribunais e à justiça; e a Iniciativa Comunitária da Presidência pode ser enquadrada no PPG13, que já permite a concessão de pequenas subvenções comunitárias.

A implicação para a Comissão é que a análise deve centrar-se menos na questão de saber se as propostas são formalmente «novas» e mais na possibilidade de serem priorizadas, orçamentadas e coordenadas no âmbito da arquitetura existente do PPG. O atual quadro dos 28 PPG é suficientemente abrangente para absorver o conjunto completo de propostas apresentadas, incluindo aquelas que parecem inovadoras à primeira vista. Isto apoia um processo orçamental disciplinado: as propostas devem ser encaminhadas para a opção PPG relevante, consolidadas com iniciativas relacionadas e avaliadas em termos de viabilidade financeira, capacidade de execução e riscos de duplicação, em vez de serem utilizadas para alargar o próprio quadro de prioridades.

A decisão recomendada continua a ser a de aprovar 35 propostas para desenvolvimento posterior, devolver 82 para esclarecimento e excluir ou integrar 2 através do processo orçamental ordinário. No entanto, estas decisões devem ser entendidas como decisões no âmbito do envelope orçamental existente do PPG, e não como decisões para adicionar novas categorias de políticas ou limites de impacto fiscal. O custo quantificado da fase de aprovação é de 343 milhões de dólares americanos, havendo ainda 13 propostas cujos custos ainda não foram calculados. A aprovação deve, por conseguinte, continuar a estar condicionada à autorização de custos pelo Ministério das Finanças, à separação das despesas genuinamente novas das bases de referência existentes e a um tratamento mais claro entre compromissos de capital recorrentes e pontuais.

O principal risco orçamental e de coordenação não é a existência de novas ideias, mas sim a fragmentação das propostas entre as agências e a possibilidade de que itens de rotina, duplicados ou com elevado impacto orçamental sejam tratados como prioridades distintas. Várias propostas criariam compromissos recorrentes permanentes nas Estimativas Prospectivas, incluindo o SANUTRIO, a Linha Solidariedade 116, o Quadro de Competências dos

Professores, a formação na área da justiça e os serviços do CNR. Os itens de capital de grande dimensão devem ser canalizados através do Fundo de Infraestruturas, enquanto eventos com prazos definidos, tais como as eleições de 2027, a CPLP 2027 e a ASEAN 2029, devem ser provisionados, mas mantidos fora da base de referência recorrente, estando já abrangidos pelas secções não financiadas conhecidas do quadro do PPG.

Solicita-se, portanto, à Comissão que confirme que a estrutura 28-PPG continua a ser o quadro de referência para o processo de 2027, que encaminhe as propostas inicialmente «novas» para os PPGs existentes relevantes ou para as reservas, e que exija que a fase de esclarecimento isole os custos genuinamente novos das atividades da base de referência. Em termos práticos, isto significa aprovar um número menor de prioridades com custos mais bem calculados e melhor coordenadas, evitando simultaneamente a criação de categorias adicionais de PPG ou de uma lista de prioridades paralela.

Estão a ser retiradas lições

É de salientar que esta é a primeira vez que se pede às agências que elaborem novas propostas de políticas iniciais no âmbito de um processo de pré-seleção da primeira ronda para o Orçamento, pelo que o exercício deve ser entendido tanto como um processo de desenvolvimento de políticas como um processo de aprendizagem. As propostas apresentadas mostram que se conseguiu um bom começo: as agências responderam ao pedido do Primeiro-Ministro, geraram um conjunto substancial de ideias e começaram a testar como as novas propostas de despesas podem ser enquadradas em função das prioridades governamentais, das restrições orçamentais, da prontidão para a implementação e da abordagem emergente de orçamentação baseada em políticas.

Os candidatos mais fortes foram aqueles que apresentavam uma fundamentação clara em termos de política nacional, urgência jurídica ou com prazos definidos, alinhamento estratégico e vias de implementação exequíveis, incluindo financiamento eleitoral, capacidade do setor da justiça, reformas fundamentais na educação, medidas de combate ao atraso no crescimento e de registo social, proteção civil, gestão de fronteiras, administração pública digital, acreditação, contratos públicos, registos e reformas das finanças públicas. No entanto, muitas propostas limitam-se a apresentar atividades de base como se fossem novas políticas, carecem de estimativas de custos indicativas, estão a cargo da entidade errada ou exigem a consolidação entre setores relacionados. A abordagem recomendada, caso houvesse tempo suficiente, seria que o Secretariado do CRP classificasse as propostas em quatro categorias — aprovar para apresentação com orçamento completo, aprovar com revisões, reter para esclarecimentos ou rejeitar —, sendo que a maioria das aprovações seria tratada como autorização para elaborar propostas orçamentadas, em vez de decisões finais de financiamento. A outra opção consistia em analisar as propostas no contexto dos 28 PPG existentes.

Foram enviadas demasiadas propostas ao Ministério das Finanças sem autorização ministerial ou coordenação através da pasta ministerial responsável. Dado que esta foi a primeira vez que se realizou um processo orientado por políticas, tal não foi inesperado. No entanto, daqui em diante, o Ministério das Finanças deverá envidar esforços para garantir que as propostas passem pelo ministro da pasta responsável para revisão e aprovação.

A próxima fase será também um processo de aprendizagem, à medida que as agências aperfeiçoam as suas propostas, separam os custos genuinamente novos das bases de referência existentes, reforçam a estimativa de custos, clarificam a responsabilidade institucional e melhoram a fundamentação política das propostas levadas por diante. Este processo irá desenvolver capacidades práticas em todo o governo. Até ao próximo ano, as agências deverão estar numa posição muito mais sólida para preparar novas propostas políticas de melhor qualidade, com competências melhoradas na conceção de políticas, estimativa de custos, definição de prioridades, planeamento da implementação e alinhamento com o quadro das Estimativas Prospectivas.

Conclusão

O Orçamento de 2027 constitui um teste crucial para determinar se Timor-Leste é capaz de passar de uma ambição genérica para uma definição de prioridades disciplinada e baseada em políticas. A análise apresentada neste documento mostra que o principal desafio não consiste simplesmente em identificar ideias válidas, mas sim em fazer escolhas credíveis num contexto orçamental cada vez mais restritivo. Isso exige que o Comissão de Revisão de Políticas (CRP) se concentre, em primeiro lugar, na proteção da base orçamental através de uma proteção mais forte do Fundo Petrolífero, de uma melhor mobilização de receitas, de uma reforma de eficiência mais ativa e de uma abordagem mais clara em relação ao endividamento e à ajuda externa. Exige também um controlo mais rigoroso das pressões sobre as despesas do governo central, uma disciplina de implementação mais forte e um planeamento a médio prazo mais realista. Nesse quadro, deve ser promovido um número limitado de estratégias setoriais de maior valor, sempre que estas possam apoiar a diversificação, o emprego e a resiliência nacional a longo prazo. A tarefa imediata dos ministros consiste, portanto, em decidir quais as opções que devem avançar para o desenvolvimento completo das políticas e a estimativa de custos antes da ronda de agosto, mantendo simultaneamente uma linha clara entre despesas politicamente atrativas e reformas que reforcem genuinamente a sustentabilidade orçamental, o crescimento e o valor público ao longo do tempo.

Para a CRP, a implicação é que o Orçamento de 2027 deve ser tratado como um exercício de afetação de recursos voltado para o futuro, e não simplesmente como uma reação a pedidos de despesas imediatas. A transição para um orçamento baseado em políticas dá aos ministros a oportunidade de olhar mais para o futuro e questionar quais as pressões, reformas e orientações de investimento que são mais importantes para preparar agora, de modo a que os orçamentos futuros estejam mais bem alinhados com a sustentabilidade orçamental, o crescimento e as prioridades nacionais. Nesta fase, não se pede à CRP que aprove projetos individuais ou que fixe decisões finais de despesa. Em vez disso, pede-se-lhe que identifique quais as prioridades políticas suficientemente sérias, estrategicamente importantes ou fiscalmente relevantes para justificar um trabalho mais aprofundado, de modo a que possam ser devidamente orçamentadas, testadas e comparadas antes de serem tomadas as decisões orçamentais finais.

O processo entre agora e agosto consiste, portanto, em encomendar e moldar as propostas políticas sobre as quais a CRP deseja obter mais informações. Os ministros indicarão quais as áreas que devem avançar para a fase seguinte, e os ministérios ou agências relevantes serão então chamados a preparar propostas mais completas dentro do âmbito estabelecido pela CRP. Essas propostas devem apresentar a fundamentação política, o modelo de execução, os riscos de implementação, as opções e o cálculo detalhado dos custos, utilizando o modelo orçamental acordado e com a revisão das premissas fiscais pelo Ministério das Finanças. Desta forma, a CRP utiliza a ronda atual para decidir quais as ideias que merecem um desenvolvimento e uma avaliação rigorosos, em vez de permitir que todas as questões avancem automaticamente para o processo orçamental. Isto ajuda a restringir o leque de opções, a concentrar o esforço analítico nas prioridades mais importantes e a garantir que a ronda de agosto se baseie em dados concretos e cálculos de custos realistas, em vez de conceitos vagos ou meras reivindicações políticas.

A principal distinção reside no facto de a CRP tomar as suas decisões finais em agosto, uma vez que as propostas pré-selecionadas tenham sido devidamente desenvolvidas e avaliadas. É nesse momento que os ministros podem decidir se aprovam, rejeitam, adiam, redimensionam, sequenciam ou reformulam as propostas, à luz das suas implicações orçamentais globais e do seu valor estratégico. O ponto de decisão atual diz, portanto, respeito ao estabelecimento de prioridades para a estimativa de custos e avaliação, e não à aprovação de projetos, programas ou compromissos de despesa em si. Tornar essa distinção explícita é importante para a disciplina orçamental: garante que a discussão de hoje se centre no que merece consideração séria, enquanto agosto continua a ser a fase de decisão formal para determinar quais as propostas que irão efetivamente integrar o Orçamento de 2027.

Anexos

Anexo 1: Análise da Sustentabilidade Orçamental com o Sunrise–Tasi Mane TLNG (IA v1)

Trata-se de uma análise inicial apoiada pela IA sobre os riscos de sustentabilidade fiscal de Timor-Leste. Define-se aqui como o momento em que o Fundo Petrolífero (FP) é demasiado pequeno para financiar «com segurança» uma parte dominante das despesas orçamentais (ou seja, quando as partes interessadas acreditam que existe um desastre iminente e os orçamentos são forçados a sofrer reduções drásticas).

Resumo dos cenários de sustentabilidade fiscal s

Com base em pressupostos, incluindo um financiamento orçamental de 80 %:

- **Com o Sunrise–Tasi Mane TLNG**, o **Fundo Petrolífero, por si só, não pode financiar indefinidamente 80% de um orçamento sujeito a inflação crescente**
- **O que o TLNG realmente proporciona** é:
    - **Um nível de instabilidade fiscal mais tardio e menor**,
    - Uma janela de oportunidade maior para **reduzir gradualmente a dependência do Fundo Petrolífero** e aumentar as receitas não petrolíferas,
    - Alguma capacidade para **reconstruir ou, pelo menos, preservar** um stock de PF diferente de zero até às décadas de 2040 e 2050.

Pressupostos do modelo:

- **Saldo inicial do Fundo do Petróleo (FP):**
    - **18,3 mil milhões de dólares a 1 de janeiro de 2024**, **18,27 mil milhões de dólares a 31 de dezembro de 2024**.
    - **18,3 mil milhões de dólares** como ponto de partida.
- **Rendibilidade dos investimentos do FP:**
    - Rendimento real de **3,5% ao ano** (aproximadamente em linha com os pressupostos financeiros de longo prazo).
- **Estrutura orçamental:**
    - **80% da despesa total financiada por levantamentos do Fundo Petrolífero**,
    - **20 % provenientes de receitas internas não petrolíferas e outras fontes.**
- **Despesa pública total em 2025:**
    - Aproximadamente **2,5–2,6 mil milhões de dólares** (próximo do orçamento para 2025 de cerca de 2,6 mil milhões de dólares referido no East Asia Forum).
    - **2,5 mil milhões de** dólares, para arredondar.
- **Crescimento da despesa:**

- **Inflação de 3% ao ano**
- **A despesa real mantém-se estável** — a despesa nominal cresce a uma taxa de **3**%.

- **Sunrise–Tasi Mane TLNG:**
  - **Decisão Final de Investimento (FID) por volta de 2028**, primeiros fluxos de gás e receitas fiscais **a partir de 2034** (previsão realista, não otimista).
  - São necessárias **despesas adicionais de 2,6 mil milhões de dólares** para chegar à FID
  - **Entradas fiscais anuais** do TLNG:
    - 2034–2035: **0,6 mil milhões de dólares/ano**,
    - 2036–2045: **0,9 mil milhões de dólares/ano**,
    - 2046–2050: **0,5 mil milhões de dólares/ano**.
  - Trata-se de estimativas estilizadas, consistentes com a previsão de que Timor-Leste arrecade cerca de **20–25 mil milhões de dólares** ao longo da vida útil do projeto Sunrise, num cenário com o TLNG.

Estudos do IMF e outros comentários já alertam que**, se as grandes retiradas continuarem, o Fundo Petrolífero (FP) está a caminho de se esgotar até ao final da década de 2030**, o que este cenário também demonstra, partindo do pressuposto de um financiamento orçamental de 80%.

Etapas da modelação

Etapa 1 – Linha de base: despesas e levantamentos do FP

Pressupostos-chave: o FP financia 80% do orçamento e as despesas mantêm-se estáveis, crescendo apenas ao ritmo da inflação.

Tabela 73. Evolução estilizada das despesas

Ano	Despesas totais (mil milhões de dólares)	80% provenientes do Fundo Petrolífero (levantamento)	20% de receitas não petrolíferas
2025	2,50	2,00	0,50
2030	2,90	2,32	0,58
2035	3,36	2,69	0,67
2040	3,89	3,11	0,78

Resultado: os levantamentos do PF são elevados e estão a aumentar em termos nominais.

Passo 2 – Cenário A: sem Sunrise–TLNG (o PF financia 80% até à sua falência)

Pressupostos:

- Saldo inicial do PF em 2025: **18,3 mil milhões**

- Rendimento: **3,5%** sobre o saldo inicial
- Levantamento: **80% das despesas** (conforme a tabela acima)

Tabela 74. Evolução do PF – instantâneos de 5 anos – Sem Sunrise

Ano	Saldo inicial do PF (mil milhões de dólares)	Rendimento do investimento 3,5%	Levantamento (80% das despesas)	Saldo final do PF (mil milhões de dólares)
2025	18,3	+0,64	-2,00	16,9
2030	16,9	+0,59	-2,32	15,2
2035	15,2	+0,53	-2,69	13,0
2040	13,0	+0,46	-3,11	10,3
2045	10,3	+0,36	-3,60	7,1
2050	7,1	+0,25	-4,18	3,2

Resultado: Esta estimativa continua a ser conservadora: o FMI alerta que, em caso de **«grandes retiradas», o PF poderá esgotar-se totalmente até ao final da década de 2030**, e um financiamento de 80 % é, de facto, «grande». Estes números aproximados revelam **uma erosão acentuada** e estão inteiramente em consonância com esse aviso, mas a erosão total ocorre mais tarde.

O esgotamento efetivo (político ou legal) ocorrerá antes de 2040 se:

- **As despesas forem superiores** a estes níveis (por exemplo, o orçamento de 2025 já é «mais do dobro do nível de levantamento sustentável»), ou
- **Os retornos** reais dos investimentos **forem inferiores a 3,5%.**

Início, dimensão e duração da instabilidade fiscal no Cenário A

- **Impactos:** **A contração orçamental surge por volta do final da década de 2030**
  - **O momento de instabilidade fiscal ocorre aqui quando o** Fundo Petrolífero **(FP) é demasiado pequeno para** financiar **«com segurança»** 80% das despesas (ou seja, quando as partes interessadas acreditam que há um desastre iminente e os orçamentos são forçados a sofrer reduções drásticas)
  - Com estas taxas de levantamento, o Fundo Petrolífero (FP) fica **fortemente comprometido no final da década de 2030**, em consonância com as estimativas do FMI (ou seja, ***o saldo do PF considerado inseguro é de 12 mil milhões de dólares ou menos***)
- **Dimensão (choque):** As despesas orçamentais caem um terço, ficando limitadas às receitas do ESI e às receitas não petrolíferas – de **3,5 mil milhões de dólares para 1 mil milhões de dólares a preços correntes,** ou mais de metade, para cerca de 0,8 mil milhões de dólares a preços constantes
  - Passa-se de um Fundo Petrolífero que cobre **80% do orçamento** para **algo próximo de zero**, a menos que se reduza radicalmente a despesa ou se encontre financiamento externo. No final da década de 2030, se o saldo do

Fundo Petrolífero for de 10 mil milhões de dólares, a decisão será forçada: cortar e contar apenas com o ESI, juntamente com as receitas fiscais e outras receitas não petrolíferas

- Isso implica um ajustamento repentino da ordem dos **15–20% do PIB**, dada a predominância do orçamento financiado pelo PF.

- **Duração: Indefinida – Um choque fiscal, económico e social permanente, possivelmente catastrófico,** se não houver o «Sunrise»

  - Sem novas receitas significativas do setor a montante e com políticas de crescimento económico e desenvolvimento falhadas, a incapacidade fiscal será **duradoura** — uma década ou mais de austeridade forçada e dívida crescente.

Portanto: no cenário «80% do PF, despesas indexadas à inflação, sem o Sunrise TLNG», verifica-se uma **redução significativa e duradoura das despesas algures entre meados da década de 2030 e a década de 2040**, dependendo das despesas e retornos exatos.

Passo 3 – Cenário B: com o Sunrise–Tasi Mane TLNG

Pressupostos: A mesma regra orçamental (o Fundo Petrolífero financia 80% de um orçamento com crescimento de 3%)

O Sunrise–TLNG acrescenta 2,6 mil milhões de dólares em despesas extra-orçamentais até à decisão final de investimento (FID).

Adicione o TLNG a partir de 2034 e mantenha a mesma trajetória de despesas.

O Sunrise TLNG gera entradas de caixa a partir de 2034:

- 2034–2035: **+0,6 mil milhões/ano**
- 2036–2045: **+0,9 mil milhões/ano**
- 2046–2050: **+0,5 mil milhões/ano**

Para efeitos de modelação, **estes são considerados fluxos de receitas adicionais que entram diretamente no orçamento** (em vez de no Fundo Petrolífero), o que reduz a necessidade líquida de recorrer ao Fundo Petrolífero existente. Presume-se também que os governos optem por ser disciplinados e não aumentem ainda mais as despesas.

Tabela 75. Evolução do Fundo Petrolífero com as entradas do projeto Sunrise-Tase Mane TLNG

Ano	Saldo inicial do Fundo Petrolífero (mil milhões de dólares)	Rendimento do investimento 3,5%	Retirada (80% das despesas)	Entrada da Sunrise	Saldo final do PF (mil milhões de dólares)
2030	16,9	+0,59	-2,32	0	15,2
2033	15,8	+0,55	-2,51	0	13,8
2034	13,8	+0,48	-2,58	+0,6	12,3

2035	12,3	+0,43	-2,69	+0,6	10,6
2040	10,6	+0,37	-3,11	+0,9	8,8
2045	8,8	+0,31	-3,60	+0,9	6,4
2050	6,4	+0,22	-4,18	+0,5	3,0

Em comparação com **o Cenário A**:

- O Fundo Petrolífero continua a **deteriorar-se**, mas **a um ritmo mais lento** assim que o Sunrise entrar em vigor.
- **Não se estabiliza** ao abrigo de uma regra de financiamento de 80 % com despesas indexadas à inflação, mesmo com o TLNG; limita-se a **adiar o ano em que ocorre a instabilidade orçamental e torna-a menos dramática**.

Passo 4 – Comparação da instabilidade orçamental nos dois cenários

Sem o Sunrise–TLNG (processamento offshore ou ausência de projeto)

- **Momento da contração orçamental: a instabilidade orçamental surge por volta do final da década de 2030**
    - O PF fica efetivamente esgotado (ou seja, o PF é demasiado baixo para suportar com segurança orçamentos de 80%) no **final** da década **de 2030**, em consonância com os alertas do FMI.
- **Magnitude da contração orçamental: as despesas caem para 1 mil milhões de dólares a preços correntes** (0,8 mil milhões de dólares a preços constantes)
    - Uma perda efetiva pontual de **até 80% do financiamento orçamental atual**, a menos que:
        - As despesas forem drasticamente reduzidas,
        - Ou novas receitas/empréstimos colmatem o défice.
- **Duração da contração orçamental: Indefinida – Um choque social permanente**
    - **Prolongada** — a ausência de novos fluxos de entrada significativos a montante significa que não há saída rápida.

Com o Sunrise–Tasi Mane TLNG

- **Calendário da contração orçamental: A instabilidade orçamental continua a surgir por volta do final da década de 2030,** devido às despesas adicionais necessárias para o Tasi Mane TLNG
    - Os fluxos de entrada do Sunrise, a partir de cerca de **2034,** achatam a curva de esgotamento:
        - O Fundo Petrolífero continua a esgotar-se na década de 2020 e no início da década de 2030,
        - mas o **momento da «restrição severa» é adiado para a década de 2040 ou mais tarde**, dependendo da disciplina.

- **Dimensão da contração orçamental:**
    - Em vez de uma **interrupção abrupta** do apoio do Fundo Petrolífero, obtém-se:
        - Um **PF que continua a diminuir, mas sem entrar em colapso**, e
        - Uma **nova fonte de receitas** que cobre cerca de **20–30 % do orçamento** no pico (0,9–1,0b face a um orçamento de 3–4b).
- **Duração da contração fiscal:**
    - A verdadeira «janela de perigo» passa a ser o **período anterior ao Sunrise**:
        - **Final da década de 2020 – início da década de 2030**: o Fundo Petrolífero (FP) está a ser rapidamente esgotado, mas as receitas do Sunrise ainda não chegaram.
    - Se o Sunrise for adiado para além de 2035 ou tiver um desempenho abaixo do esperado, os riscos de contração orçamental ressurgem rapidamente.

Anexo 2: Resultados da consulta sobre o Orçamento Participativo

Conclusões nacionais: cidadãos e parceiros sociais

Ministério das Finanças – Direção-Geral de Planeamento e Orçamento (DGPO)
junho de 2026 | Cidadãos n = 1 214 (14 municípios) | Parceiros sociais n = 40 | Total N = 1 254

Este relatório resumido segue a mesma estrutura do relatório nacional completo. O inquérito aos cidadãos e a consulta aos parceiros sociais são mantidos analiticamente separados ao longo de todo o documento, sendo as duas vertentes combinadas apenas para identificar conclusões convergentes. A indicação **«dupla vertente»** significa que ambas as vertentes concordam de forma independente; estes são os sinais de evidência mais robustos para as decisões orçamentais do OJE 2027. Para a análise completa, tabelas de dados, desagregações municipais e conclusões de resposta aberta, consulte as secções principais do relatório (S3–S8).

1. Visão geral

A consulta sobre o OJE 2027 abrangeu todos os 14 municípios e territórios administrativos de Timor-Leste entre abril e maio de 2026, envolvendo **1 254 participantes** em duas vertentes complementares. O Inquérito aos Cidadãos (n = 1 214) captou as prioridades ao nível da comunidade junto de partes interessadas institucionalmente envolvidas em todos os municípios. A Consulta aos Parceiros Sociais (n = 40) captou a voz institucional da sociedade civil organizada, dos sindicatos, das universidades e das organizações de defesa de causas — principalmente sediadas em Díli, mas com mandatos nacionais.

Esta é a maior e mais abrangente consulta do OJE até à data, em termos geográficos. As duas vertentes convergem no mesmo mandato em matéria de infraestruturas, na mesma prioridade de emprego para os jovens e no mesmo diagnóstico das falhas de implementação. Nos pontos em que divergem, a diferença revela, em vez de contradizer — a vertente dos parceiros sociais fornece uma profundidade a nível dos subprogramas (prioridades de proteção social, barreiras à criação de emprego) que a vertente dos cidadãos não proporciona.

2. Perfil dos participantes

Cidadãos (n = 1 214): Os inquiridos são predominantemente representantes do governo (74,3 %), refletindo a estrutura do Conselho Consultivo Municipal da consulta, com jovens, sociedade civil, organizações de mulheres, setor privado e outras categorias

institucionais como vertentes distintas. Verifica-se um desequilíbrio de género notável: 74 % de homens e 23 % de mulheres. Metade dos inquiridos reside em zonas urbanas (50,5%), 37,6% em zonas rurais e 11,5% em zonas periurbanas. Estão representados todos os 14 municípios, com o número de respostas a variar entre 63 (Lautém) e 128 (Baucau).

Parceiros Sociais (n = 40): Os participantes provêm de ONG e da sociedade civil (27,5%), universidades e instituições académicas (12,5%), organizações laborais e sindicatos (12,5%), organizações parceiras internacionais (10,0%) e organizações de jovens, mulheres e pessoas com deficiência. A distribuição por género apresenta uma ligeira predominância masculina (52,5% de homens, 47,5% de mulheres), e **87,5% estão sediados em Díli** — o que reflete a concentração de organizações nacionais na capital. É de salientar que 15,0% se identificam como pessoas com deficiência, um valor substancialmente superior aos 3,8% da amostra de cidadãos, refletindo a inclusão intencional de organizações de pessoas com deficiência.

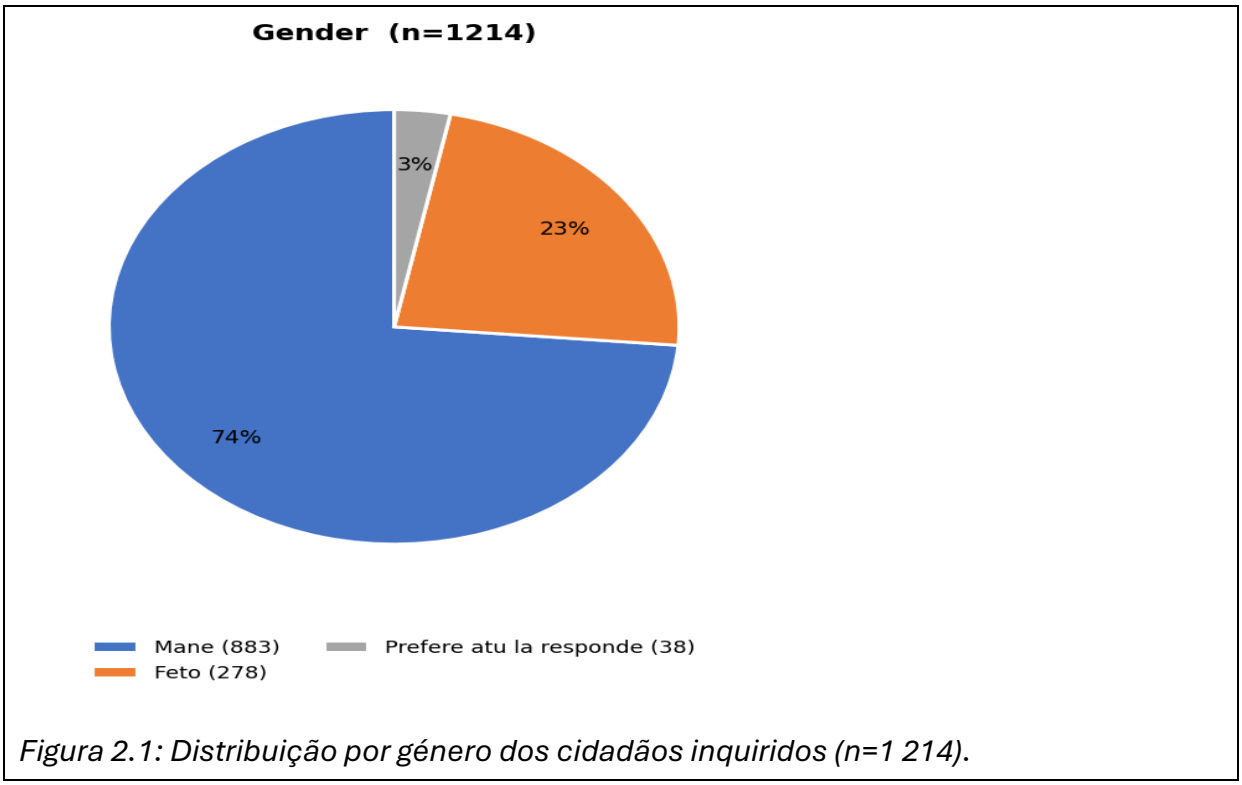


Figura 2.1: Distribuição por género dos cidadãos inquiridos (n=1 214).

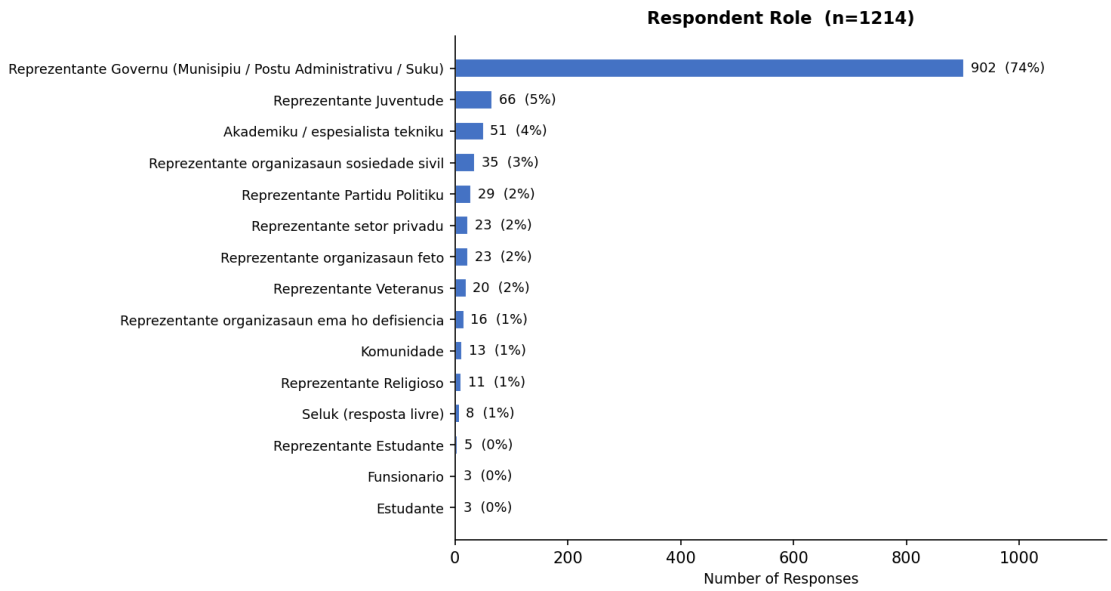


Figura 2.2: Função dos inquiridos / categoria institucional — grupo dos cidadãos.

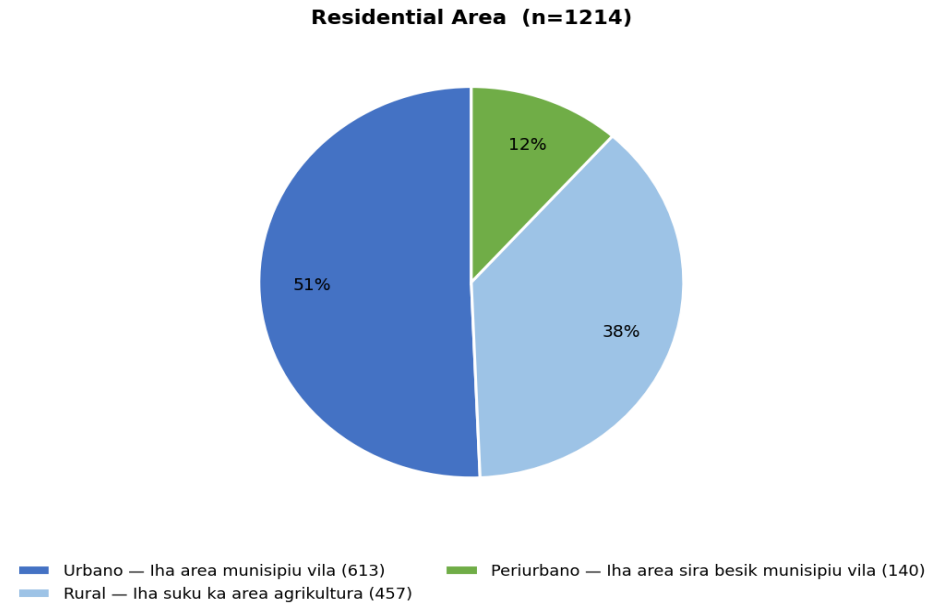


Figura 2.3: Distribuição por tipo de residência — urbana, periurbana, rural.

3. Capital social — educação, saúde e inclusão

Educação

As duas vertentes A qualidade e a capacidade dos professores constituem a principal prioridade em matéria de educação para ambas as vertentes. Os cidadãos classificam-na em primeiro lugar (64,5%), seguida da infraestrutura escolar (54,9%) e do acesso às

escolas (45,9%). Os parceiros sociais corroboram estreitamente esta opinião: 72,5% identificam a formação de professores como a prioridade e 52,5% destacam as condições de trabalho dos professores — apontando para um problema de retenção e afetação, em vez de uma questão exclusivamente relacionada com a formação. A educação profissional e técnica apresenta um valor global mais baixo a nível nacional (19,3% dos cidadãos), mas é considerada a **principal prioridade em matéria de emprego juvenil** por 89,0% — a taxa de seleção mais elevada de todas as opções de seleção múltipla em todo o inquérito.

> **O que está a funcionar bem:** o acesso à educação é classificado como bom ou excelente por **75,0%** dos cidadãos inquiridos, sendo o serviço público com a avaliação mais positiva na consulta. Estas conclusões representam aperfeiçoamentos a um sistema que funciona, e não uma exigência para o reconstruir.

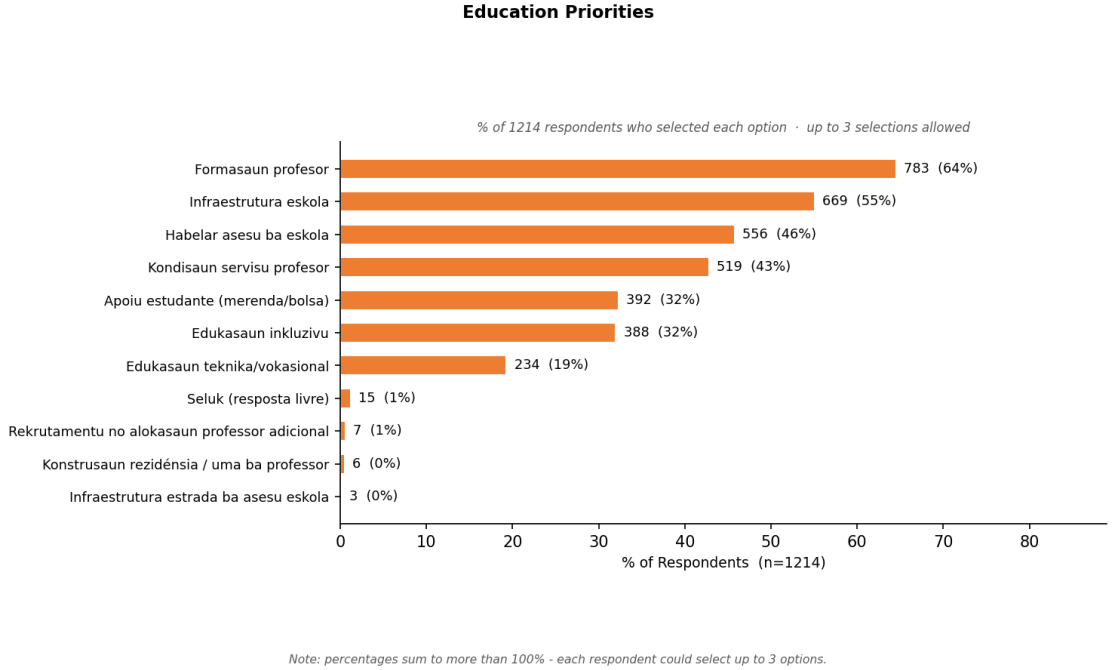


Figura 3.1: Prioridades em matéria de educação — respostas múltiplas, cidadãos (n=1 214).

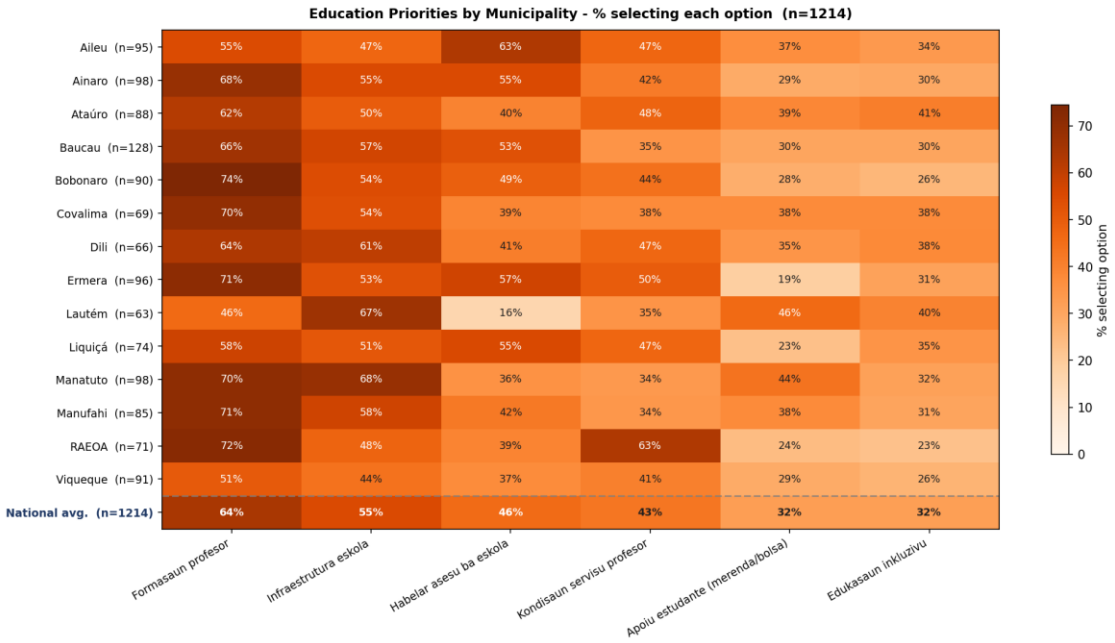


Figura 3.2: Mapa de calor das prioridades educativas — todos os 14 municípios. Linha da média nacional na parte inferior.

Saúde

Dupla vertente A escassez de medicamentos e de equipamento é o principal desafio na área da saúde para ambas as vertentes: 68,0% dos cidadãos e 77,5% dos Parceiros Sociais identificam este como o principal problema. A insuficiência de pessoal de saúde (63% dos cidadãos, 52,5% dos parceiros sociais) e a distância até às unidades de saúde (51,5% dos cidadãos) completam os três principais problemas. Trata-se de uma falha na cadeia de abastecimento e na distribuição de recursos, sendo que estes três desafios se mantêm na mesma ordem de classificação que em 2026.

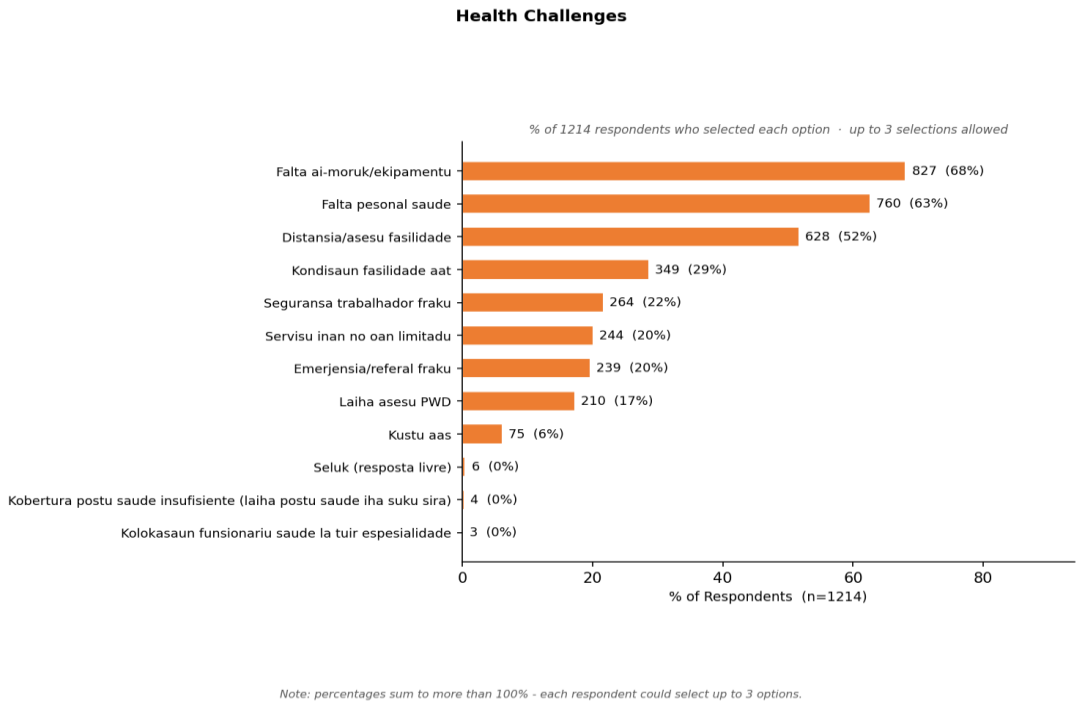


Figura 3.3: Desafios na área da saúde – seleção múltipla, cidadãos (n=1 214).

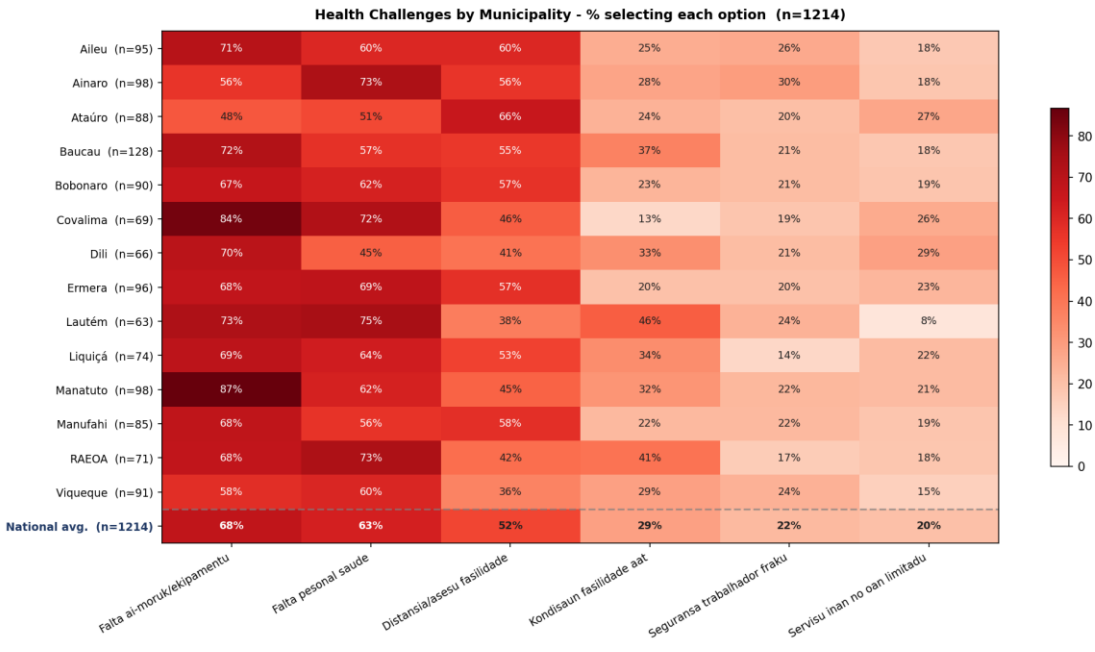


Figura 3.4: Mapa de calor dos desafios de saúde — todos os 14 municípios. Linha da média nacional na parte inferior.

Inclusão social e grupos vulneráveis

O apoio governamental aos grupos vulneráveis é considerado apenas «razoavelmente eficaz» por 46,5% dos cidadãos, enquanto 17,7% afirmam que não é eficaz. As pessoas com deficiência ocupam o primeiro lugar como o grupo que mais necessita de apoio adicional (65,0%), seguidas pelas famílias de baixos rendimentos (51,9%) e pelos jovens (52,0%). Os parceiros sociais identificam as famílias vulneráveis (75,0 %) e as crianças em situação de risco (42,5 %) como as populações com maiores necessidades e assinalam especificamente as lacunas no registo dos beneficiários como uma barreira sistémica a uma orientação eficaz das medidas.

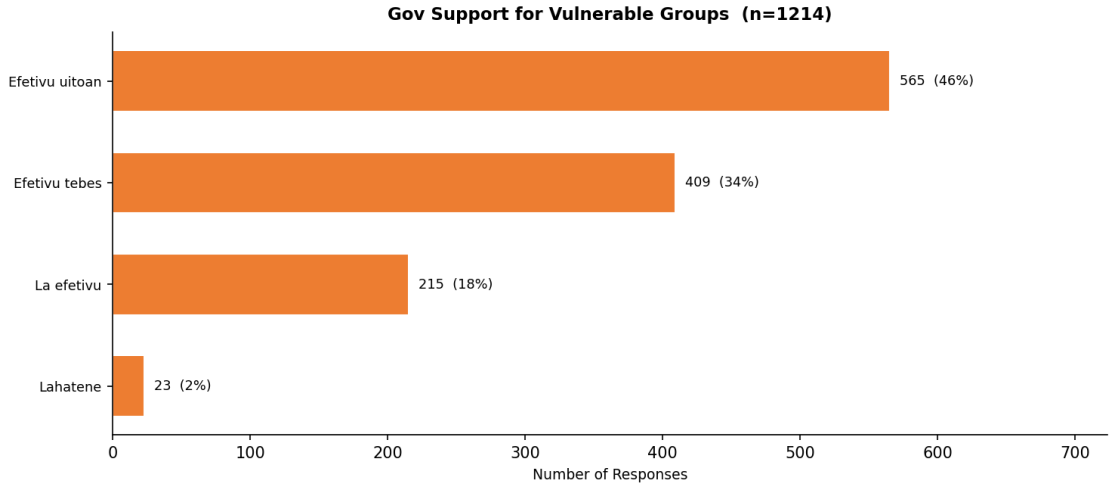


Figura 3.5: Avaliação da eficácia do apoio governamental aos grupos vulneráveis — cidadãos (n=1 214).

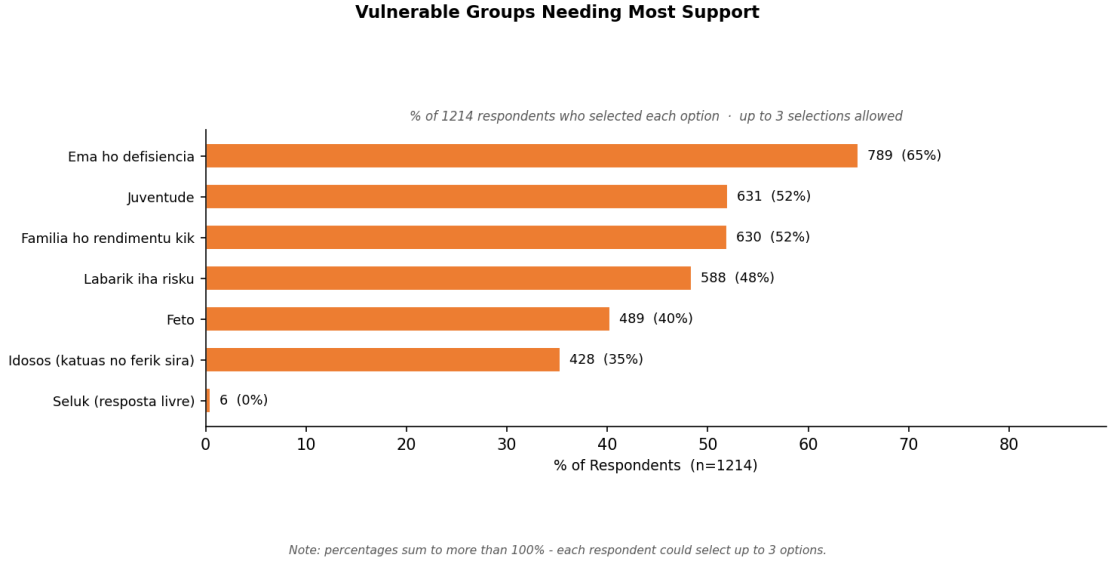


Figura 3.6: Grupos que mais necessitam de apoio governamental adicional — seleção múltipla, cidadãos.

Ambiente

A gestão de resíduos e a poluição constituem o principal desafio ambiental a nível nacional, sendo citadas com maior destaque nos municípios urbanos. A desflorestação e as inundações/drenagem são a segunda e a terceira preocupações, sendo as inundações particularmente graves em Manatuto, Liquiçá e Bobonaro.

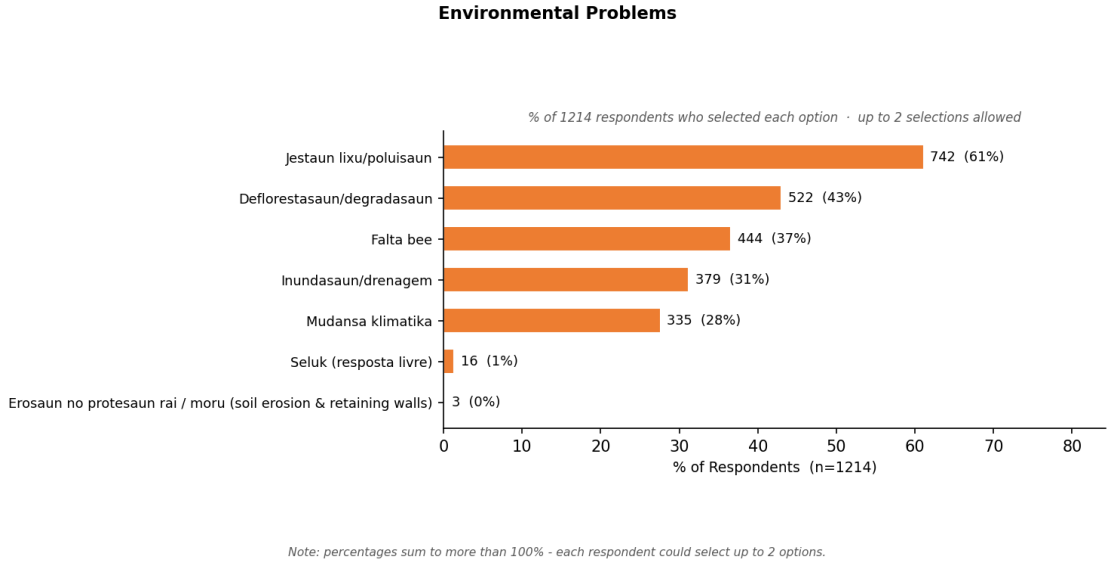


Figura 3.7: Desafios ambientais — seleção múltipla, cidadãos (n=1 214).

4. Infraestruturas — O sinal dominante

Em ambas as vertentes, as infraestruturas constituem a conclusão mais clara e consistente em todas as 14 autarquias.

- **82,9%** dos cidadãos identificam estradas e pontes como uma necessidade urgente em termos de infraestruturas — o valor mais elevado para qualquer opção do inquérito; os parceiros sociais corroboram esta opinião numa proporção comparável
- **69,5%** dos cidadãos apontam as estradas e as pontes como a sua principal prioridade em termos de infraestruturas para o OJE 2027
- **60,3%** dos cidadãos escolhem o «Desenvolvimento de Infraestruturas» como o pilar orçamental que deve receber a maior parte do OJE 2027 — mais do que os outros três pilares combinados; os parceiros sociais convergem, de forma independente, para a mesma escolha
- **44,4%** dos cidadãos classificam o estado das estradas como mau; esta percentagem sobe para **55,8%** entre os inquiridos das zonas rurais

- A água e o saneamento constituem claramente a segunda prioridade em matéria de infraestruturas: **77,2%** identificam-na como urgente e **14,9%** classificam-na como a sua principal prioridade — um novo sinal em relação a 2026

O que está a funcionar bem: o acesso à eletricidade chegou à maior parte da população — **88,7%** dos inquiridos têm eletricidade, com 32,5% a classificar a fiabilidade como muito boa. O desafio em termos de infraestruturas reside agora na fiabilidade e na cobertura da «última milha», e não na implantação inicial.

Esta opinião é comum em todos os municípios, grupos demográficos e tipos de habitação. Não se trata de uma média que esconda divergências — é um sinal uniforme.

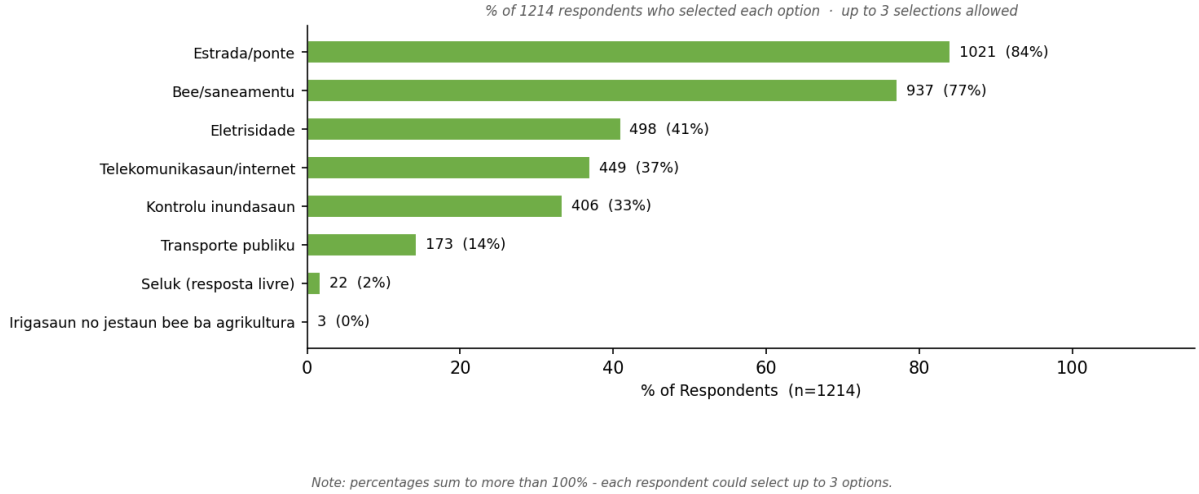


Figura 4.1: Necessidades urgentes de infraestruturas — seleção múltipla, cidadãos (n=1 214). Estradas e pontes lideram com 82,9%.

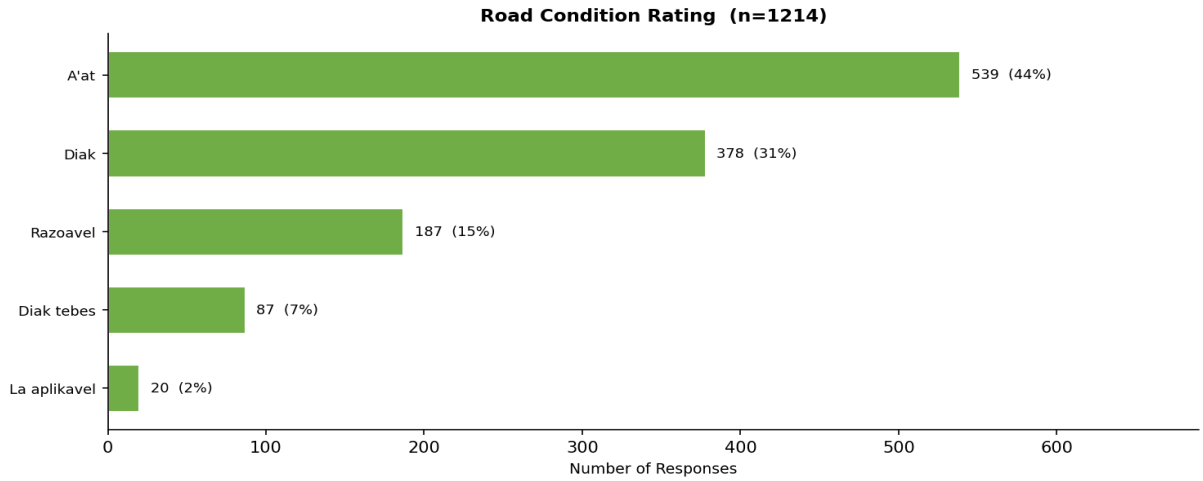


Figura 4.2: Avaliação do estado das estradas — cidadãos (n=1 214).

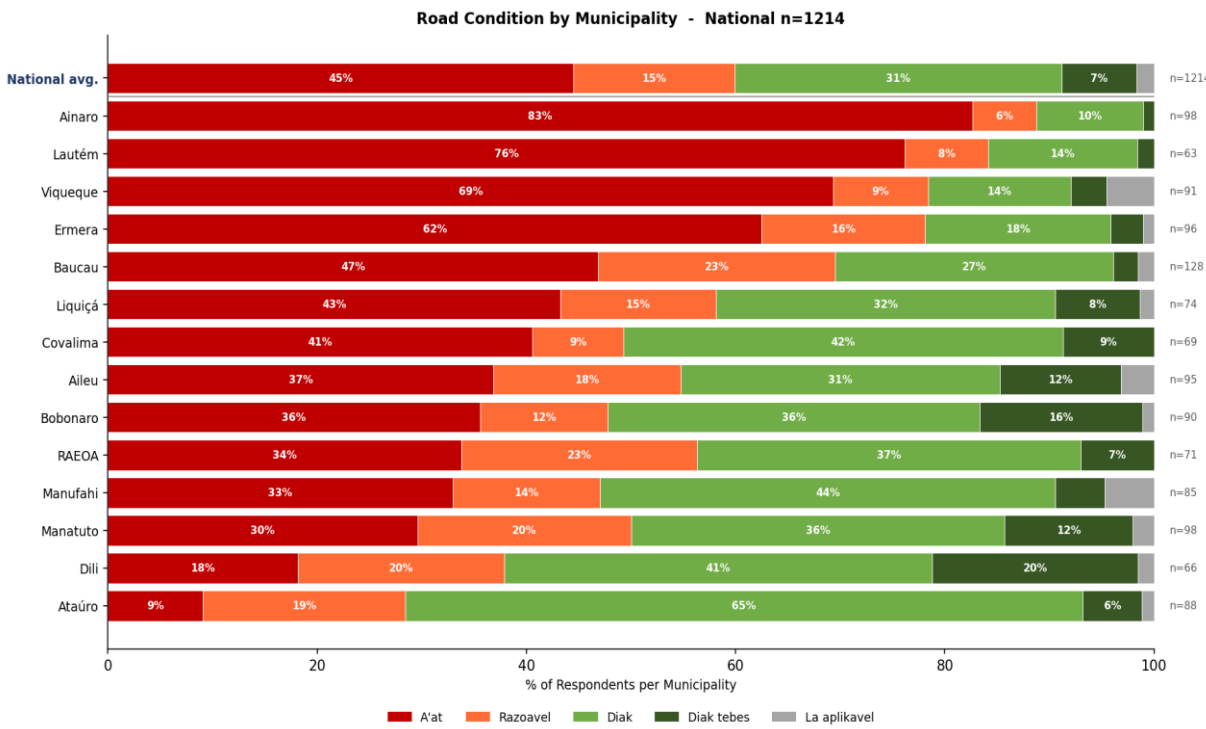


Figura 4.3: Estado das estradas por município — todos os 14 municípios. Apresenta-se a média nacional.

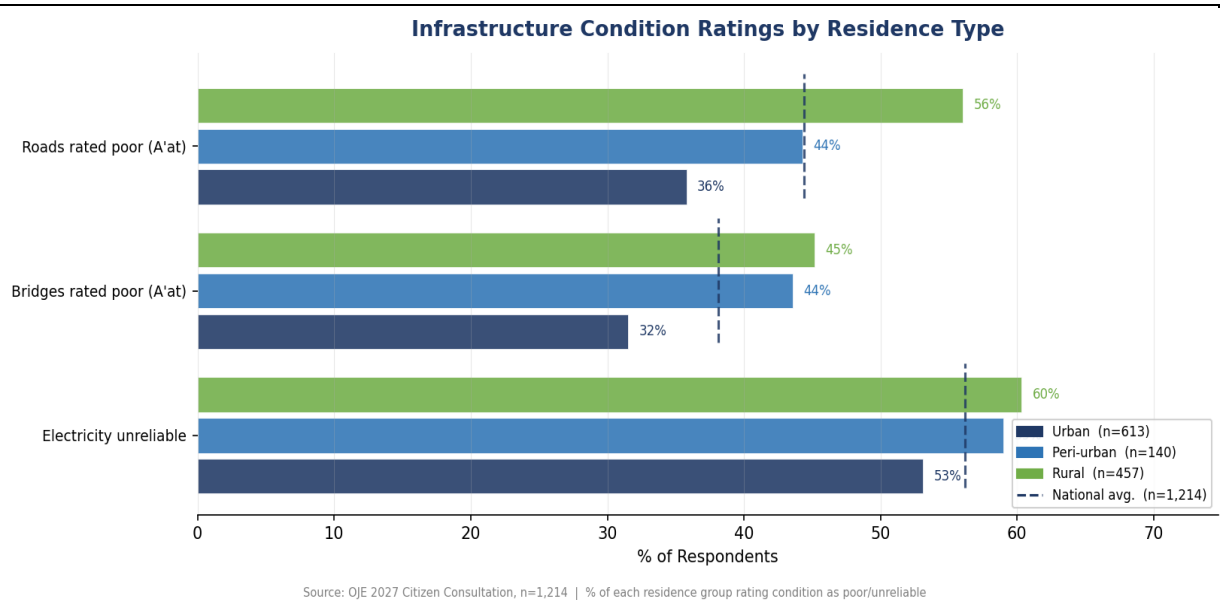


Figura 4.4: Avaliações do estado das infraestruturas por tipo de residência. Os inquiridos das zonas rurais classificam o estado das estradas como significativamente pior.

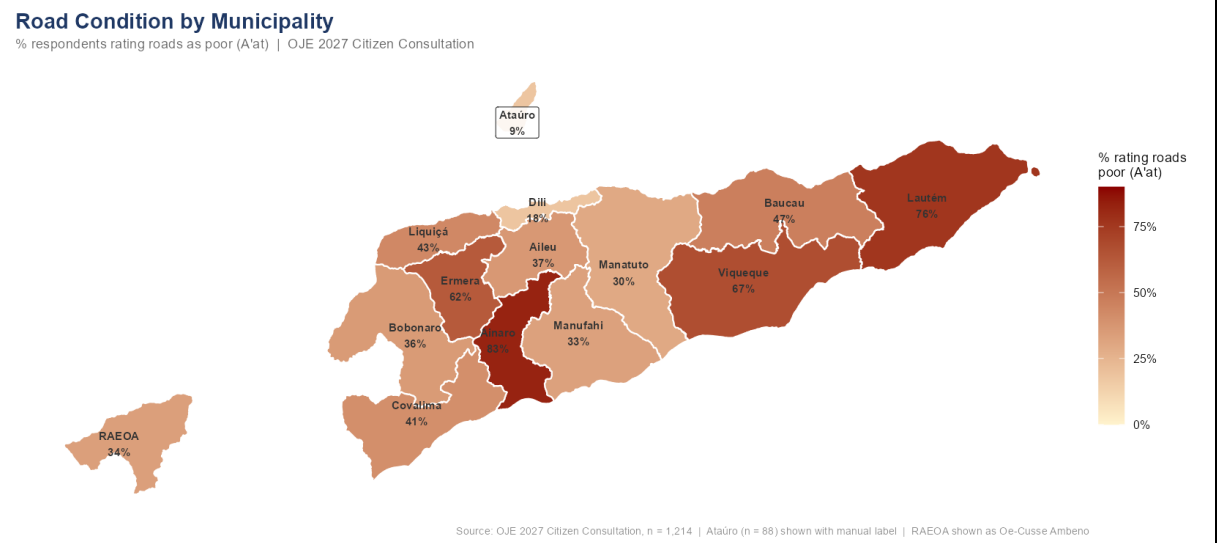


Figura 4.5: Mapa do estado das estradas — avaliações ao nível municipal. Sombreado mais escuro = pior estado.

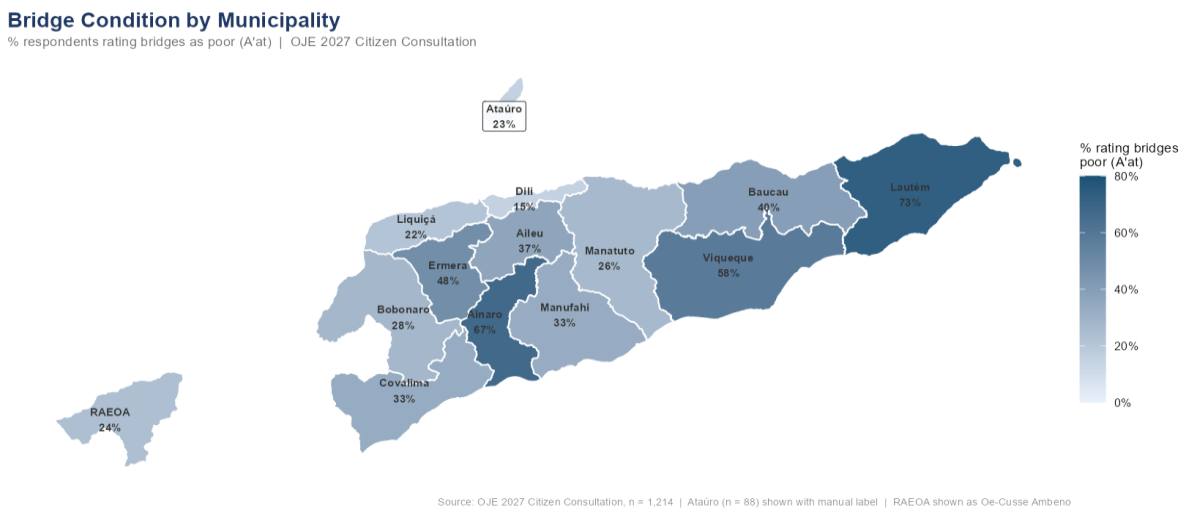


Figura 4.6: Mapa do estado das pontes — avaliações a nível municipal.

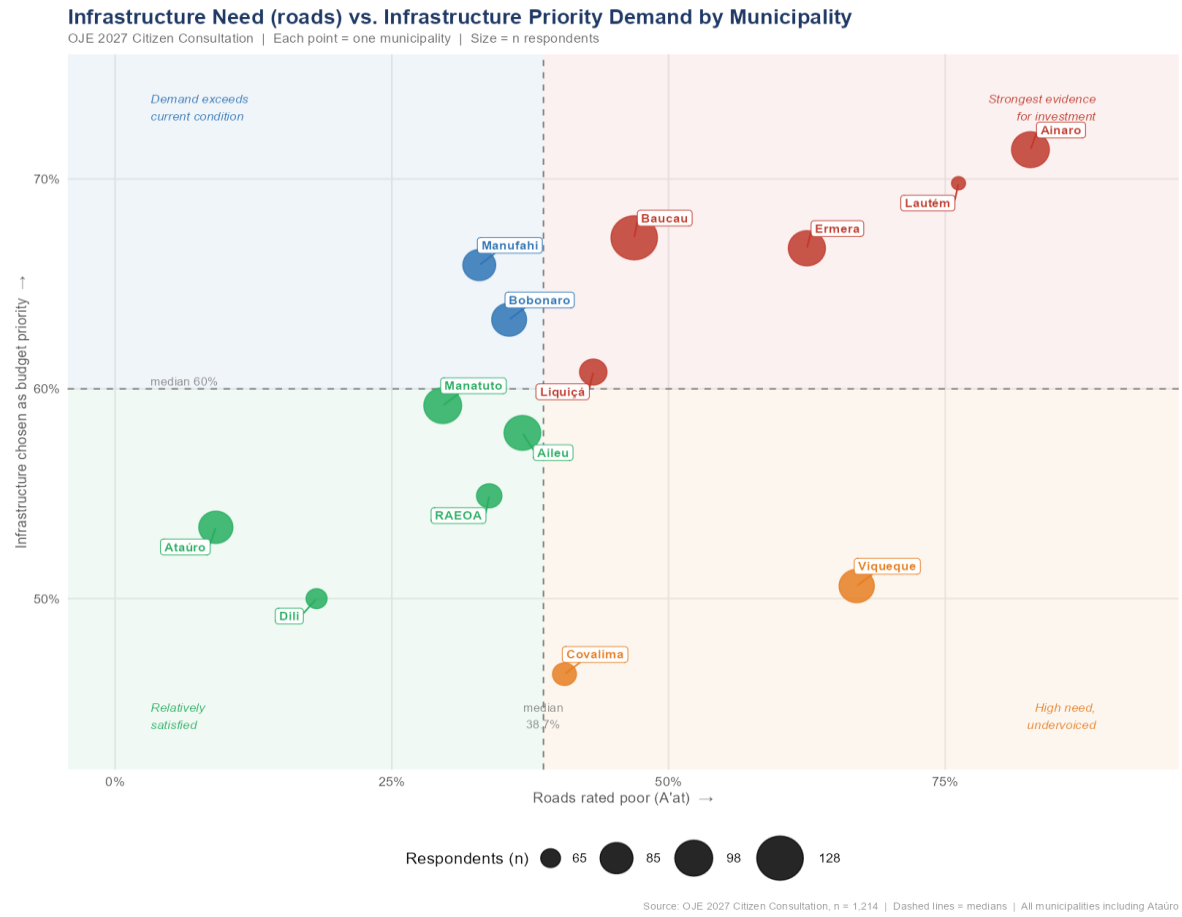


Figura 4.7: Urgência das infraestruturas vs. procura por pilar, por município. Quadrante superior direito = municípios com elevada urgência em termos de infraestruturas e elevada procura orçamental por pilar — o mandato mais forte para o investimento de capital.

5. Desenvolvimento Económico

A escassez de emprego é o principal desafio económico (42,4%), seguido da baixa produtividade agrícola (22,2%) e do acesso limitado ao mercado (15,4%). **A agricultura e o desenvolvimento rural** são o setor prioritário para a criação de emprego, identificado por **63,5%** dos cidadãos — um sinal forte e estável em relação a 2026.

As prioridades em matéria de emprego juvenil constituem o sinal mais concentrado nos dados económicos: **88,1%** referem a formação profissional e vocacional como a principal prioridade, 76,4% referem o acesso ao financiamento para pequenas empresas e 60,0% referem o apoio às PME e às cooperativas. Isto descreve um percurso de empreendedorismo, e não uma procura de emprego formal.

(Via dupla – análise aprofundada exclusiva do SP) Foram colocadas aos Parceiros Sociais duas perguntas que não constavam do inquérito aos cidadãos: - **P29 Barreiras**

à criação de emprego – identificação dos obstáculos estruturais que impedem a criação de emprego em Timor-Leste. As principais barreiras mencionadas são a incompatibilidade entre as competências e o mercado (70,0% dos PS), o investimento limitado do setor privado e a complexidade regulamentar. Isto proporciona à SEFOPE um objetivo político para além do sinal dos cidadãos relativo à EFP do lado da procura. - 61,0% dos cidadãos classificam o ambiente empresarial como, pelo menos, relativamente fácil — uma base de referência maioritariamente positiva que sugere que as barreiras são específicas e superáveis, em vez de sistémicas.

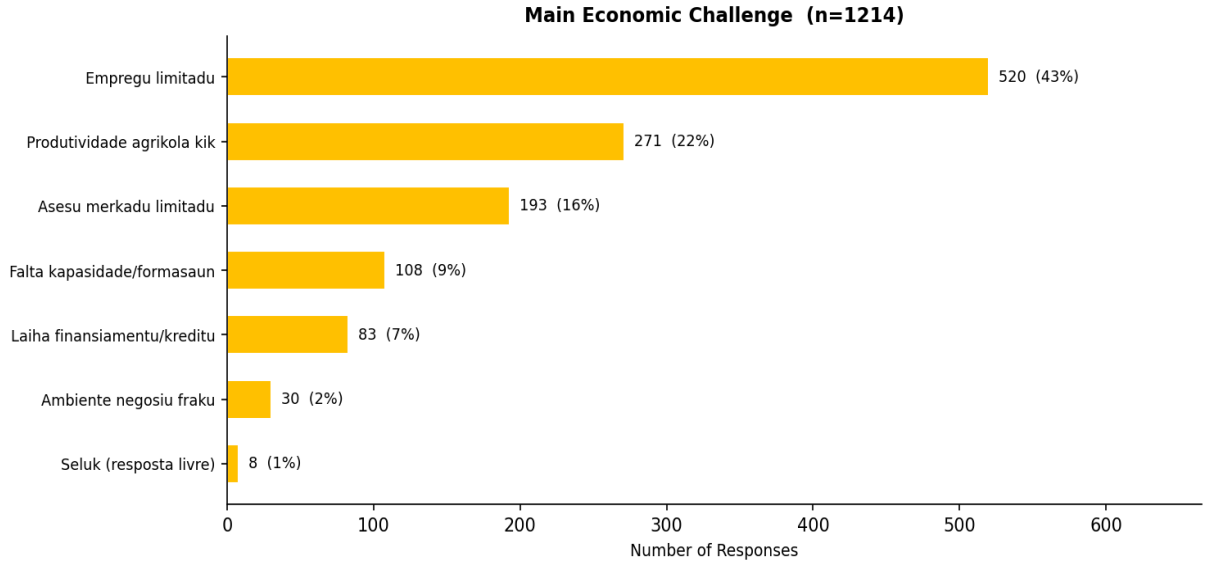


Figura 5.1: Principais desafios económicos — cidadãos (n=1 214). A escassez de emprego lidera com 42,4%.

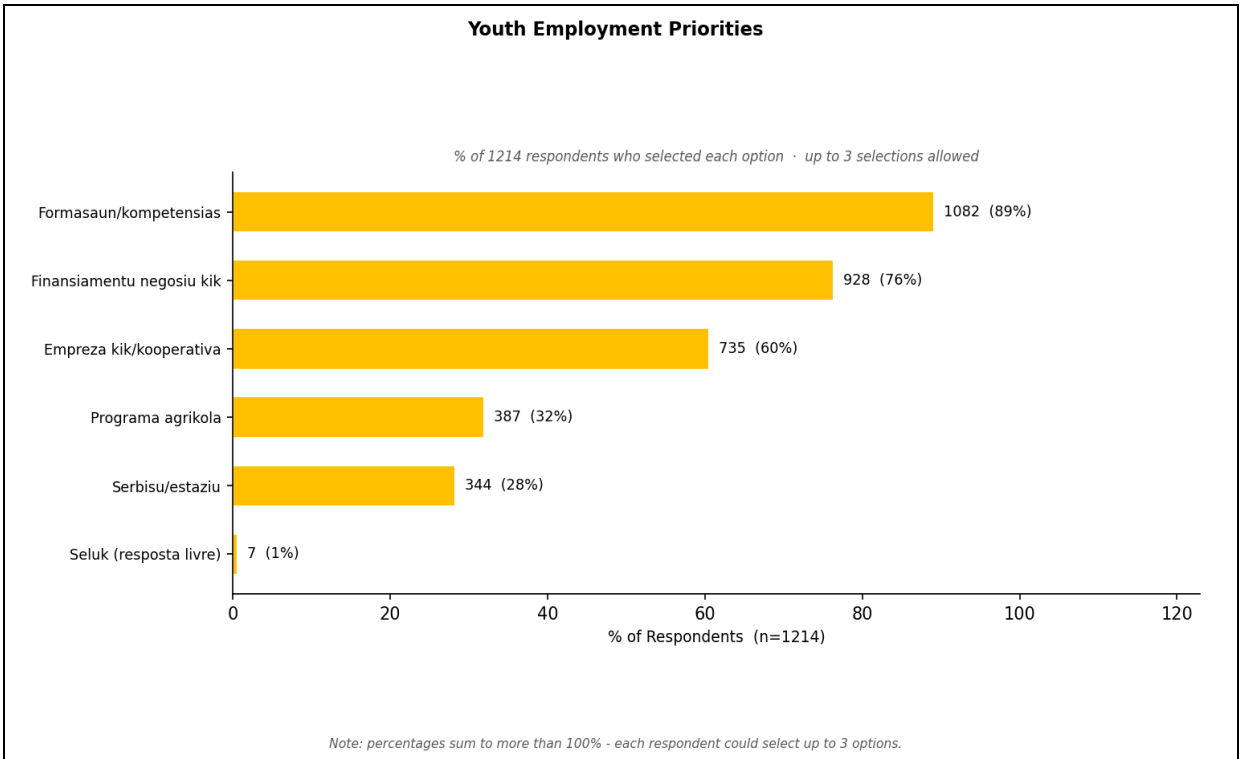


Figura 5.2: Prioridades em matéria de emprego dos jovens — seleção múltipla, cidadãos. A EFTP lidera com 88,1% — a taxa mais elevada de todas as opções de seleção múltipla do inquérito.

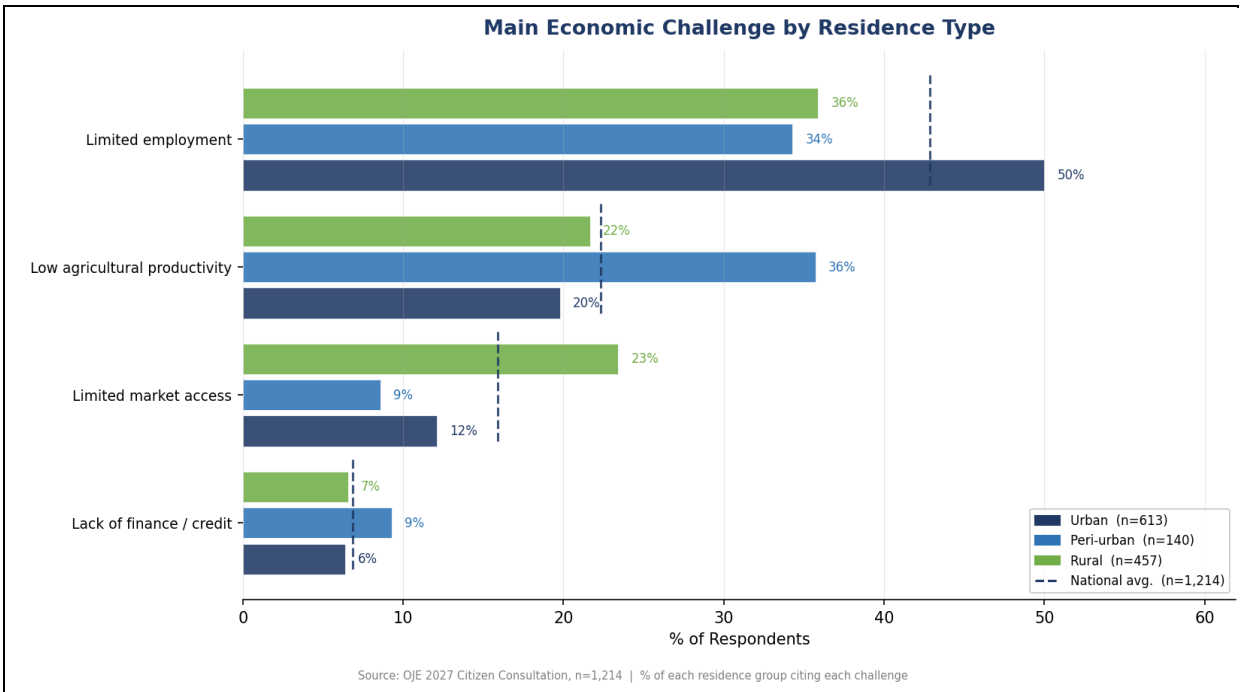


Figura 5.3: Principal desafio económico por tipo de residência.

6. Governação e serviços públicos

A qualidade dos serviços públicos é classificada como boa ou muito boa por **69,9%** dos cidadãos e, de forma semelhante, pelos parceiros sociais — uma base de referência amplamente positiva. As conclusões sobre a governação identificam falhas *específicas* no acesso e na prestação de serviços, em vez de uma perda generalizada de confiança.

Barreiras de acesso: A distância aos serviços é a principal barreira para os inquiridos das zonas rurais; os requisitos administrativos e a complexidade da documentação (burocracia) são a principal barreira para os inquiridos das zonas urbanas. As reuniões comunitárias são o canal de comunicação preferido, seguidas pela rádio — o que aponta para a divulgação de baixa tecnologia e baseada na comunidade como o modelo de alcance mais eficaz.

Prioridade da reforma da governação: A administração municipal é a principal área que os cidadãos identificam como necessitando de melhorias, sendo esta constatação consistente em todos os municípios e vertentes.

Falhas na implementação: 75,4% referem atrasos na implementação e **61,1%** referem o fraco desempenho dos empreiteiros como as principais razões para o fracasso dos projetos governamentais. A falta de manutenção e a ausência de transparência completam o quadro. Os parceiros sociais **de ambas as vertentes** corroboram estes motivos de falha em proporções comparáveis, apontando para um problema de gestão de contratos e adjudicações — e não para um problema orçamental.

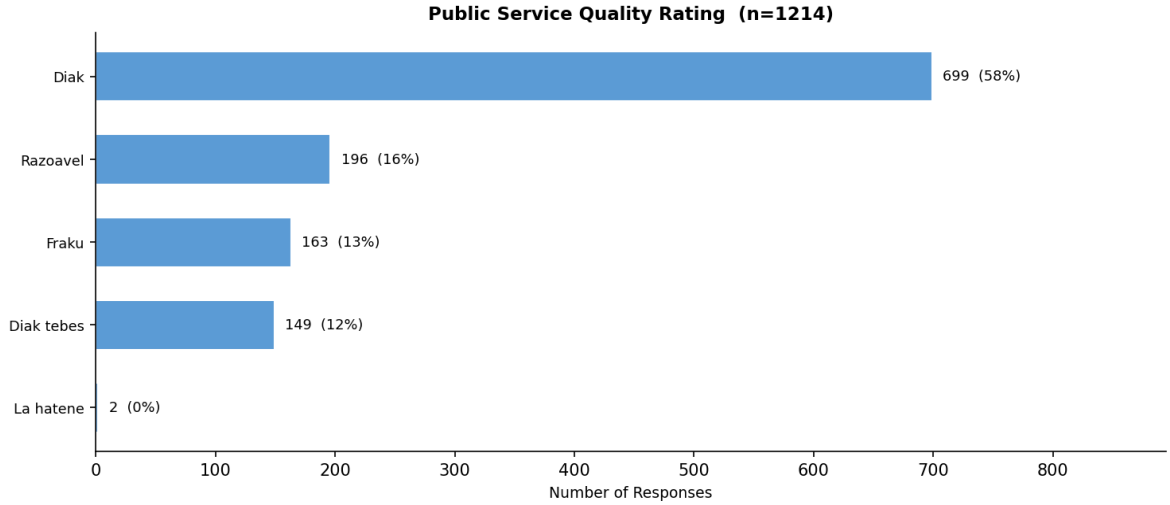


Figura 6.1: Classificação da qualidade do serviço público — cidadãos (n=1 214). 69,9% classificam-na como boa ou muito boa.

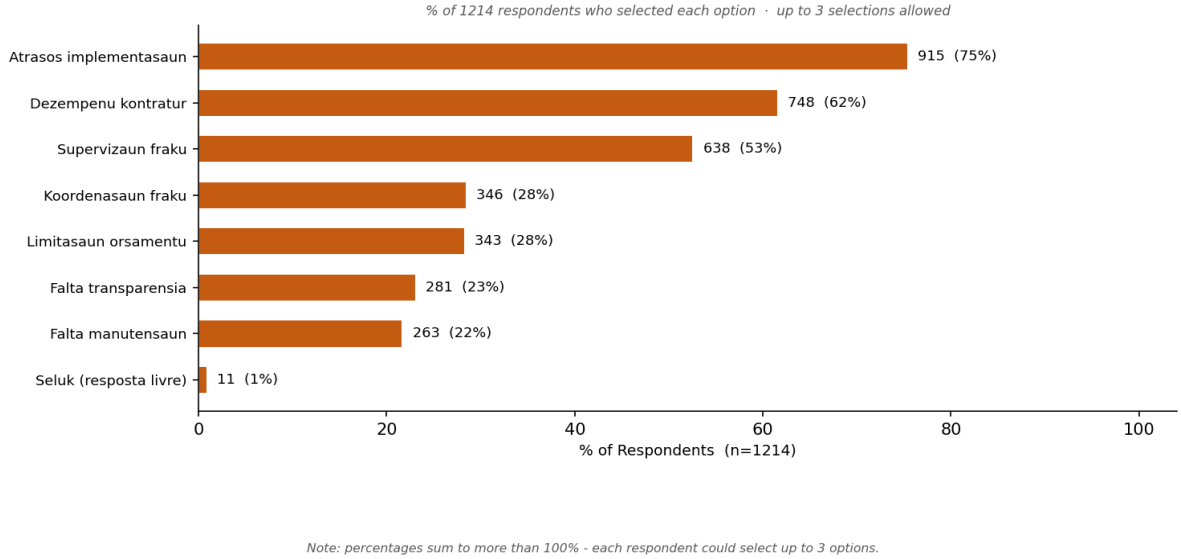


Figura 6.2: Razões para o fracasso dos projetos governamentais — seleção múltipla, cidadãos. Os atrasos na implementação (75,4%) e o desempenho dos empreiteiros (61,1%) lideram.

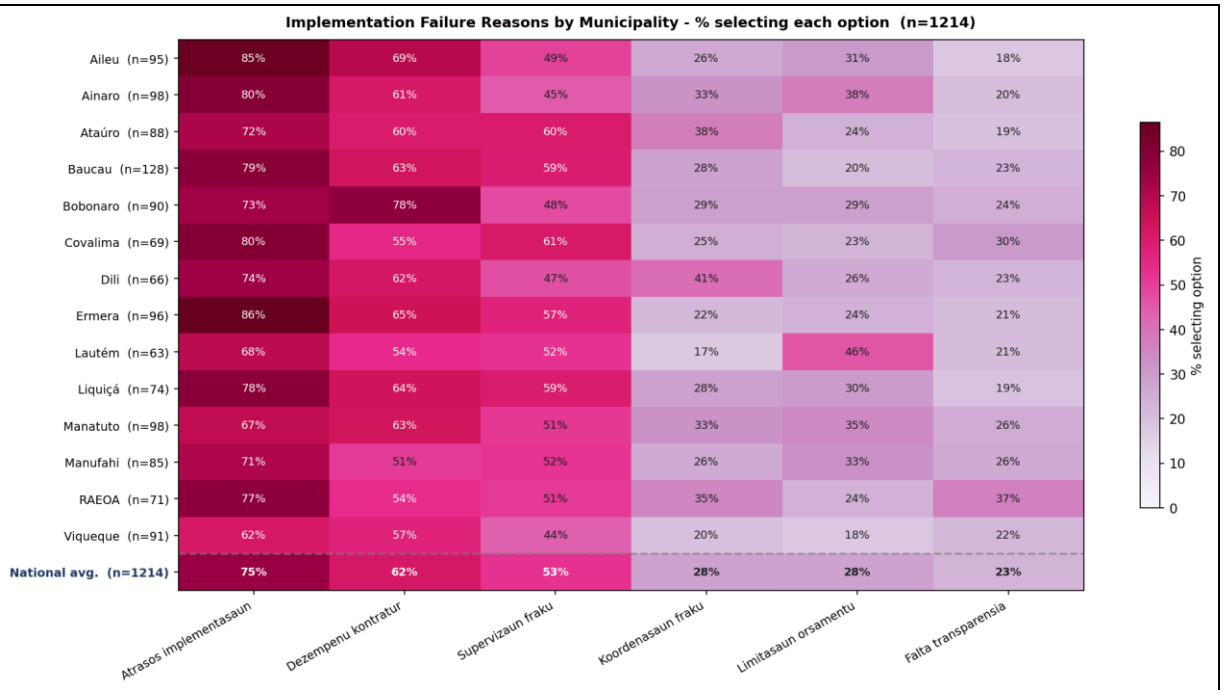


Figura 6.3: Mapa de calor das razões para o insucesso na implementação — todos os 14 municípios. Os atrasos e o desempenho dos empreiteiros são consistentes em todos os municípios.

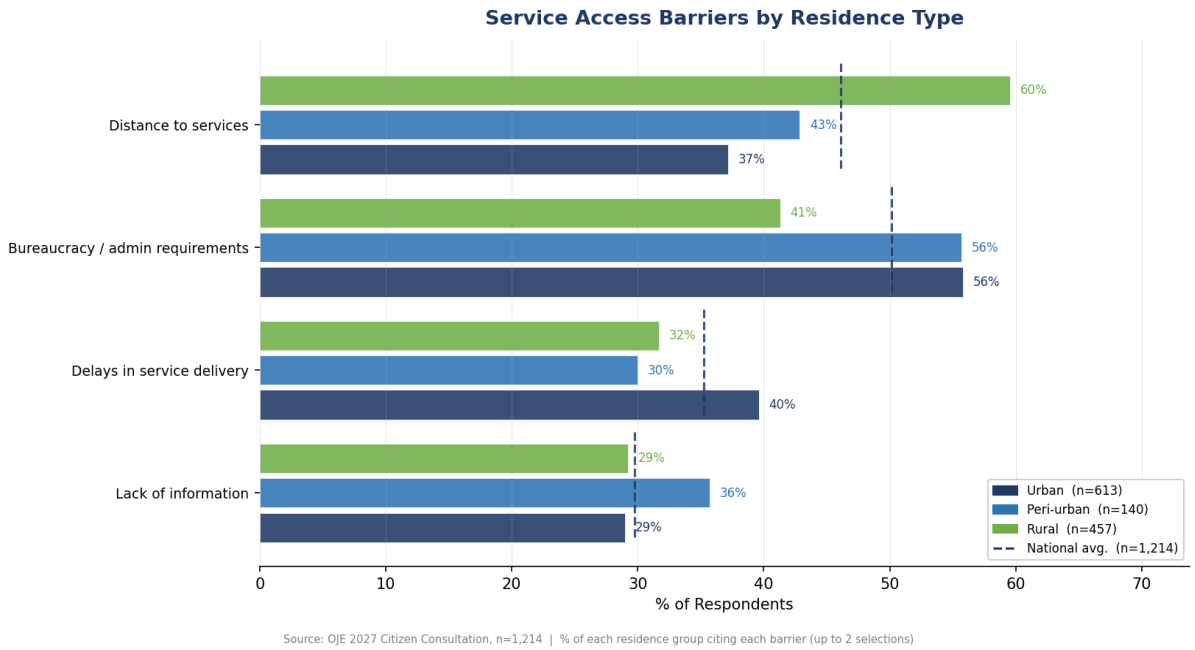


Figura 6.4: Barreiras ao acesso aos serviços por tipo de residência. A distância é o principal obstáculo para os inquiridos das zonas rurais; a burocracia, para os das zonas urbanas.

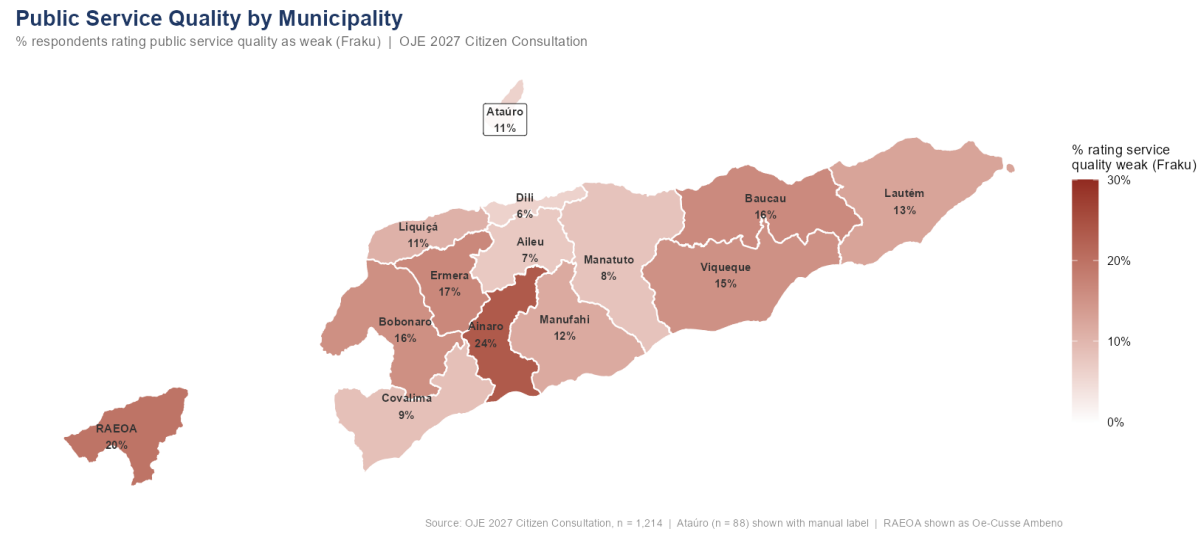


Figura 6.5: Mapa de classificação da qualidade dos serviços públicos — agregados ao nível municipal. Revela agrupamentos geográficos nas perceções sobre a qualidade dos serviços.

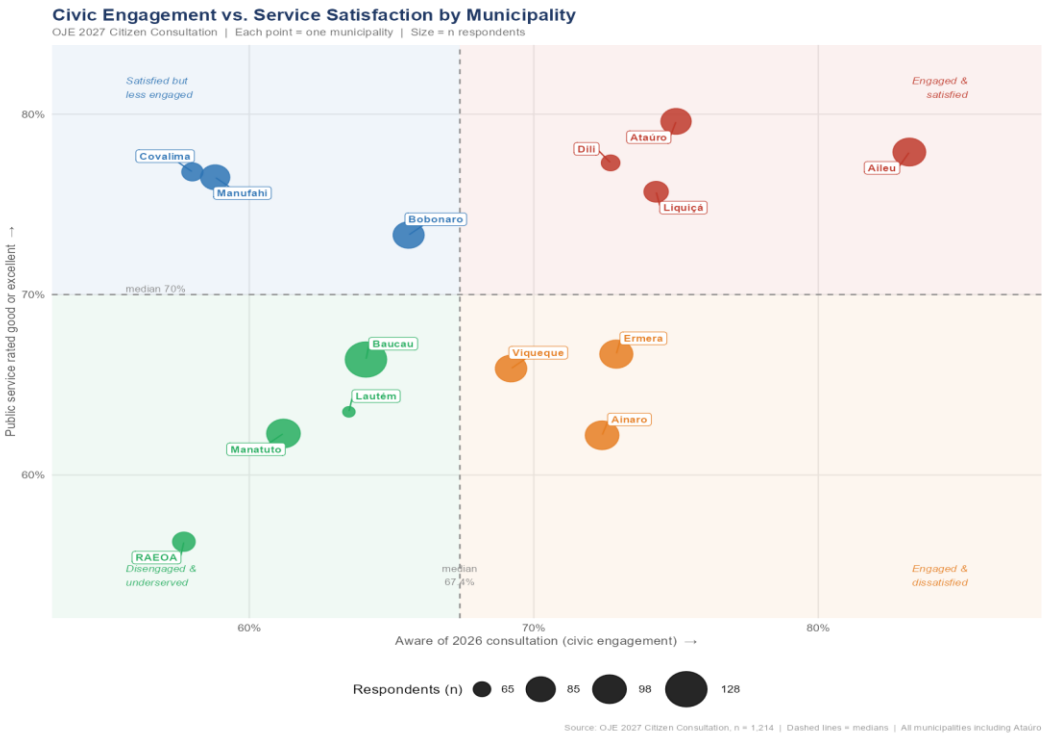


Figura 6.6: Nível de envolvimento vs. classificação da qualidade dos serviços por município. Os municípios no quadrante superior esquerdo (elevado envolvimento, baixa qualidade dos serviços) representam os alvos mais urgentes para investimento na governação.

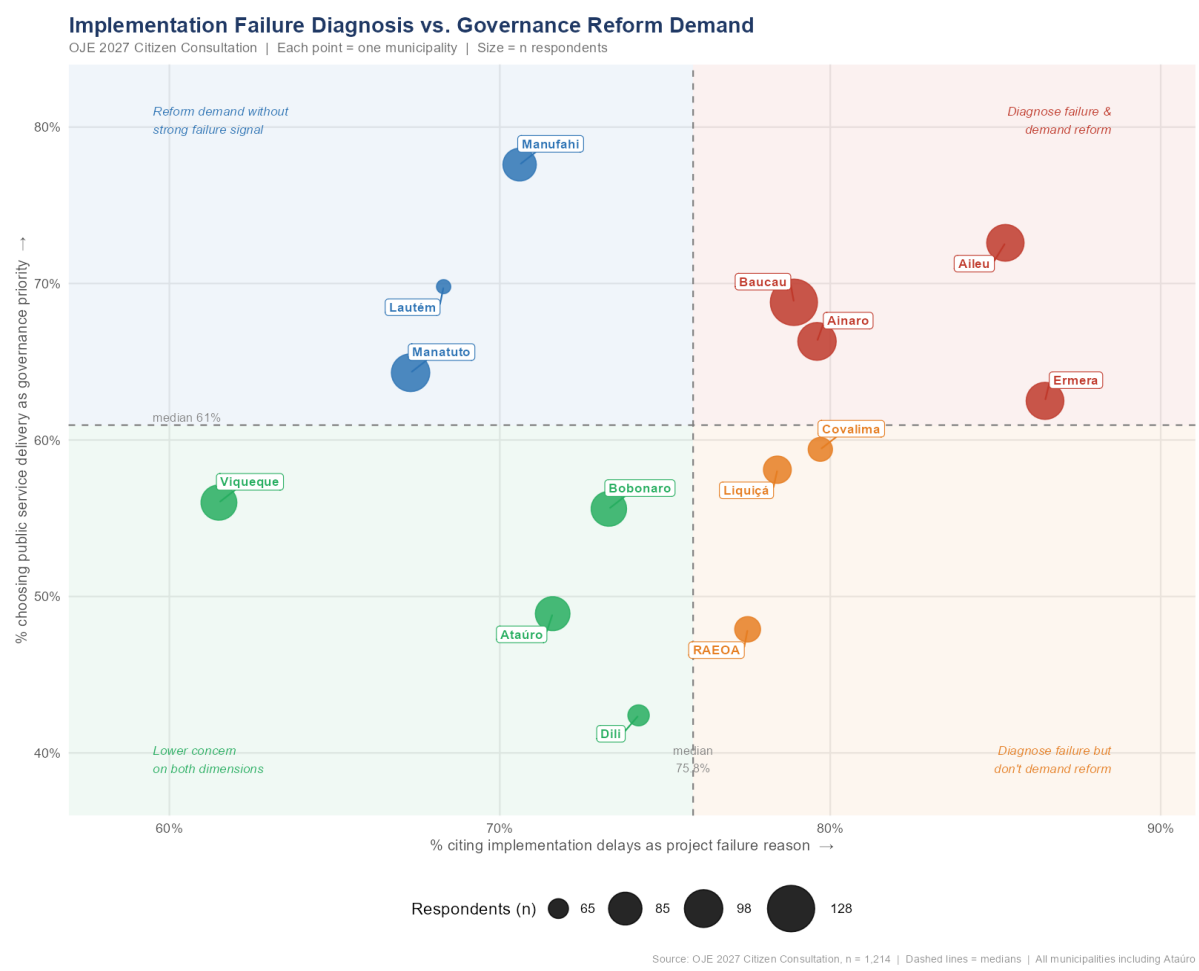


Figura 6.7: Taxa de insucesso na implementação vs. procura de reformas de governação por município. Canto superior direito = municípios onde tanto as taxas de insucesso como a procura de reformas são elevadas — um sinal consistente de responsabilização na governação.

7. Prioridades orçamentais e responsabilização

Os cidadãos são claros tanto quanto ao que pretendem que seja financiado como à forma como querem que isso seja decidido:

- **60,3%** escolhem as infraestruturas como principal pilar orçamental (Economia 20,2%, Capital Social 15,2%, Governação 4,2%)
- **67,3%** afirmam que a urgência da necessidade deve ser o principal fator a orientar as decisões orçamentais; seguem-se o potencial de criação de emprego (39,5%) e o número de pessoas afetadas (32,8%)
- **68,0%** dos cidadãos estão cientes de que os seus contributos para a consulta de 2026 influenciaram o orçamento nacional — um sinal significativo de responsabilização, embora persista uma lacuna de 32% na perceção

A classificação que coloca as infraestruturas à frente do capital social não constitui uma contradição: os cidadãos vivem a falha das infraestruturas como a causa principal dos maus resultados em matéria de saúde, educação e economia. O mandato não consiste em escolher entre setores — consiste em reparar a plataforma física que permite o funcionamento de todos os outros serviços.

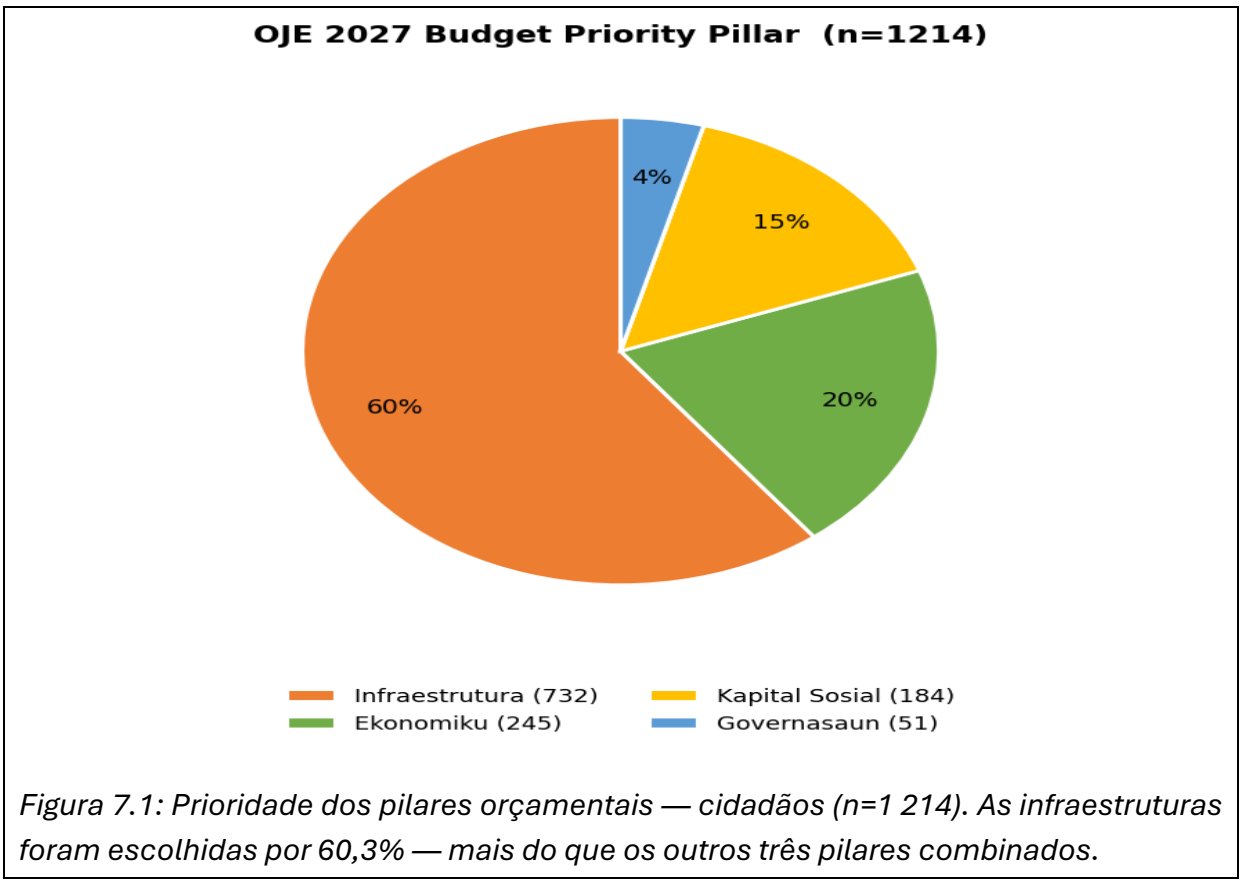


Figura 7.1: Prioridade dos pilares orçamentais — cidadãos (n=1 214). As infraestruturas foram escolhidas por 60,3% — mais do que os outros três pilares combinados.

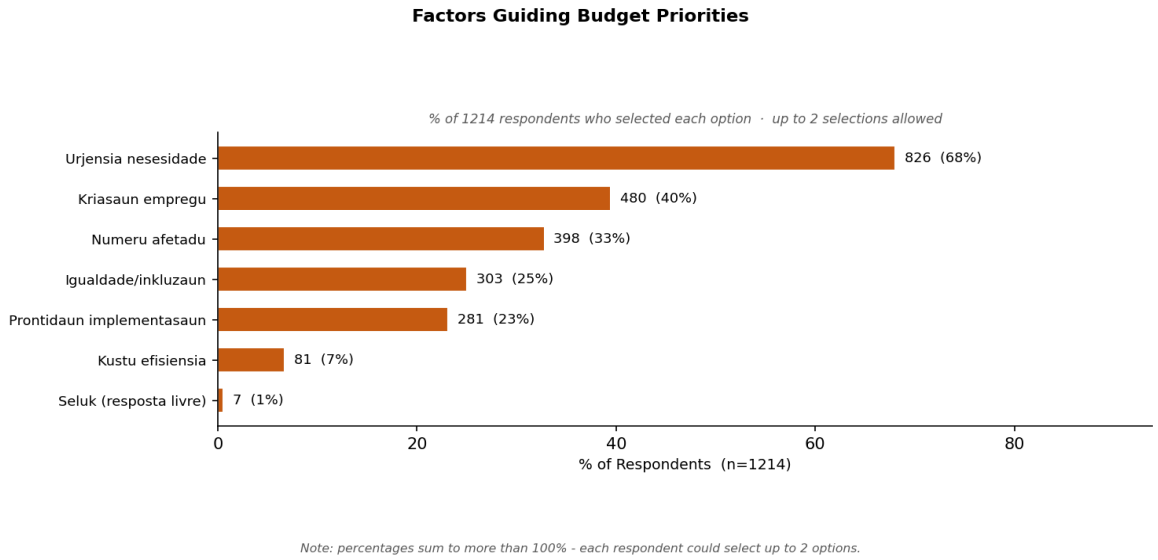


Figura 7.2: Fatores que devem orientar as dotações orçamentais do OJE 2027 — seleção múltipla, cidadãos. A urgência da necessidade lidera com 67,3%.

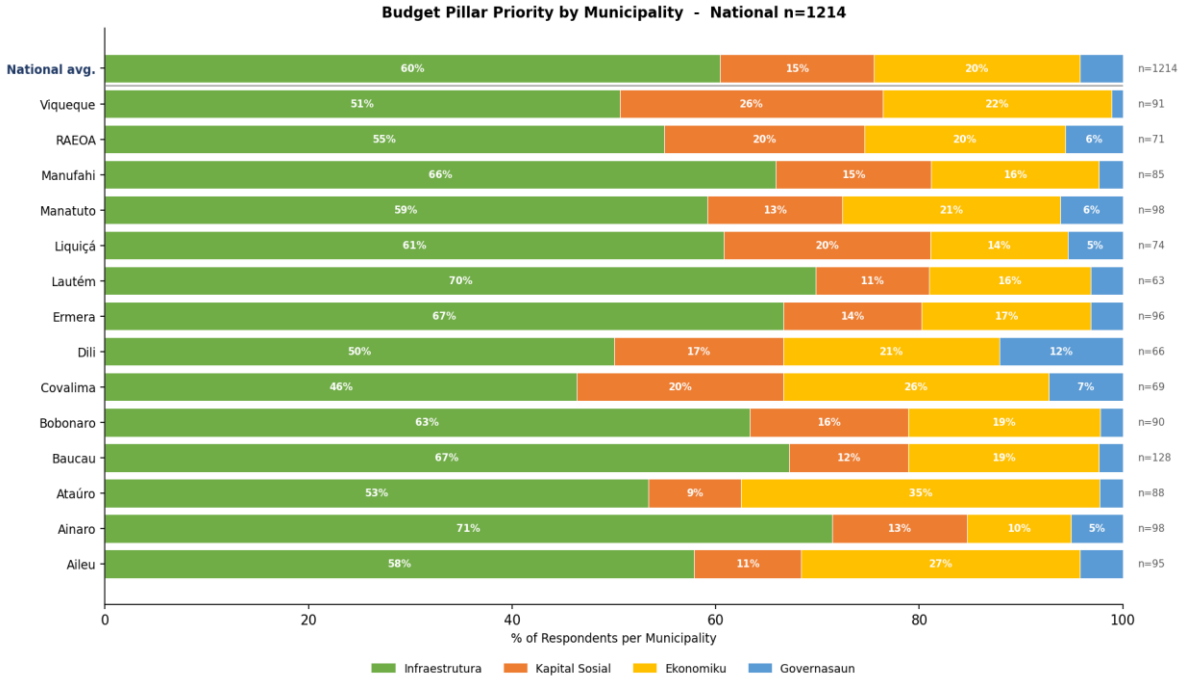


Figura 7.3: Prioridade do pilar orçamental por município — a infraestrutura lidera em todos os 14 municípios.

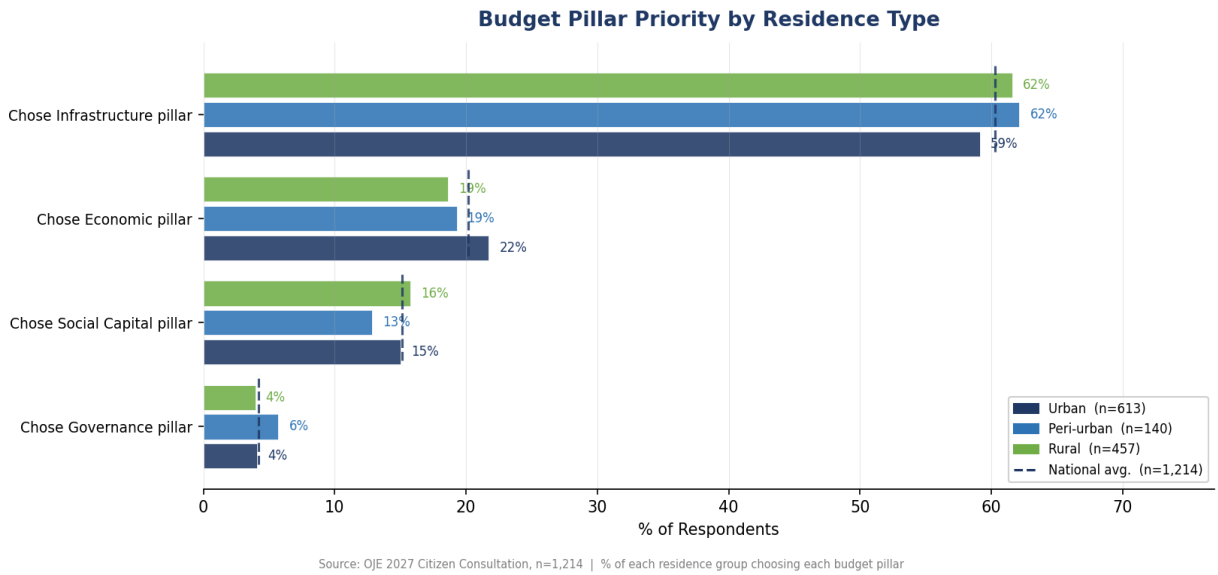


Figura 7.4: Prioridade do pilar orçamental por tipo de residência. A prioridade dada às infraestruturas mantém-se nas zonas urbanas, periurbanas e rurais.

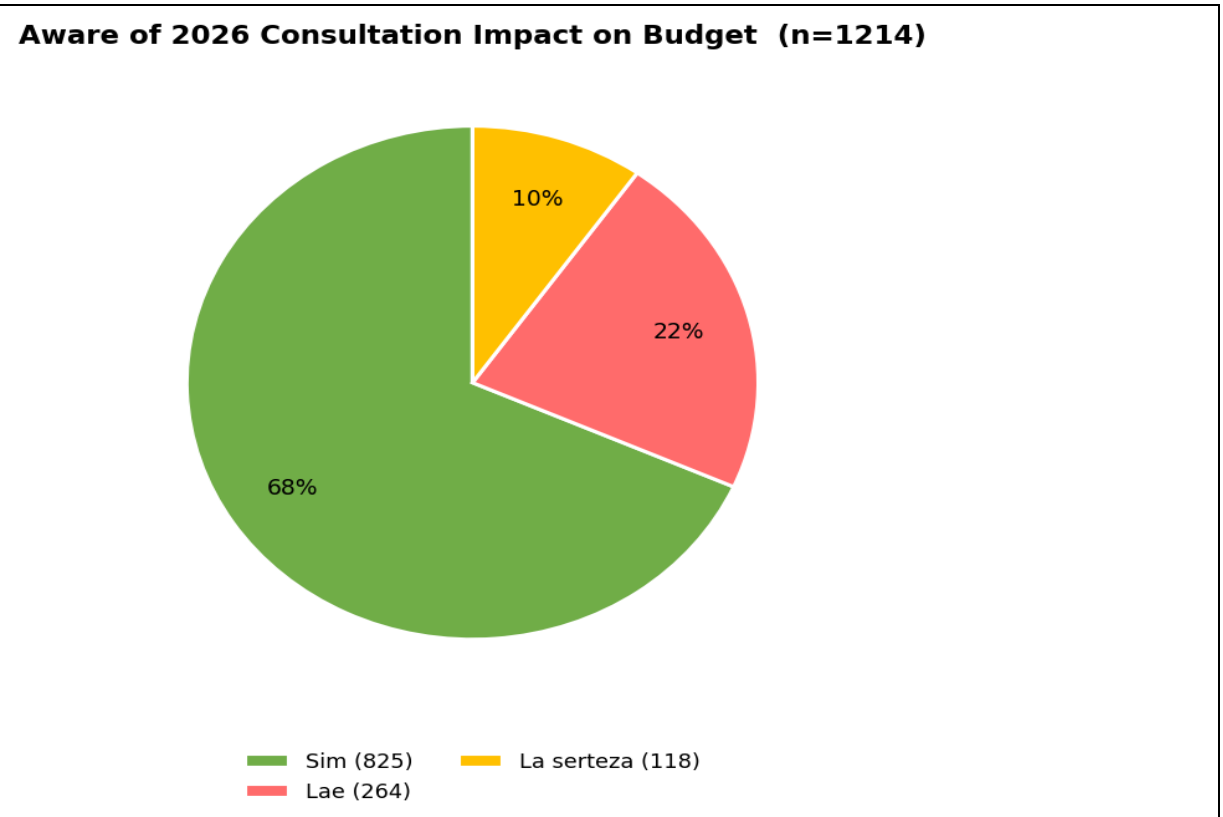


Figura 7.5: Consciência de que os resultados da consulta de 2026 influenciaram o orçamento nacional — cidadãos. 68,0% estão cientes; permanece uma lacuna de 32%.

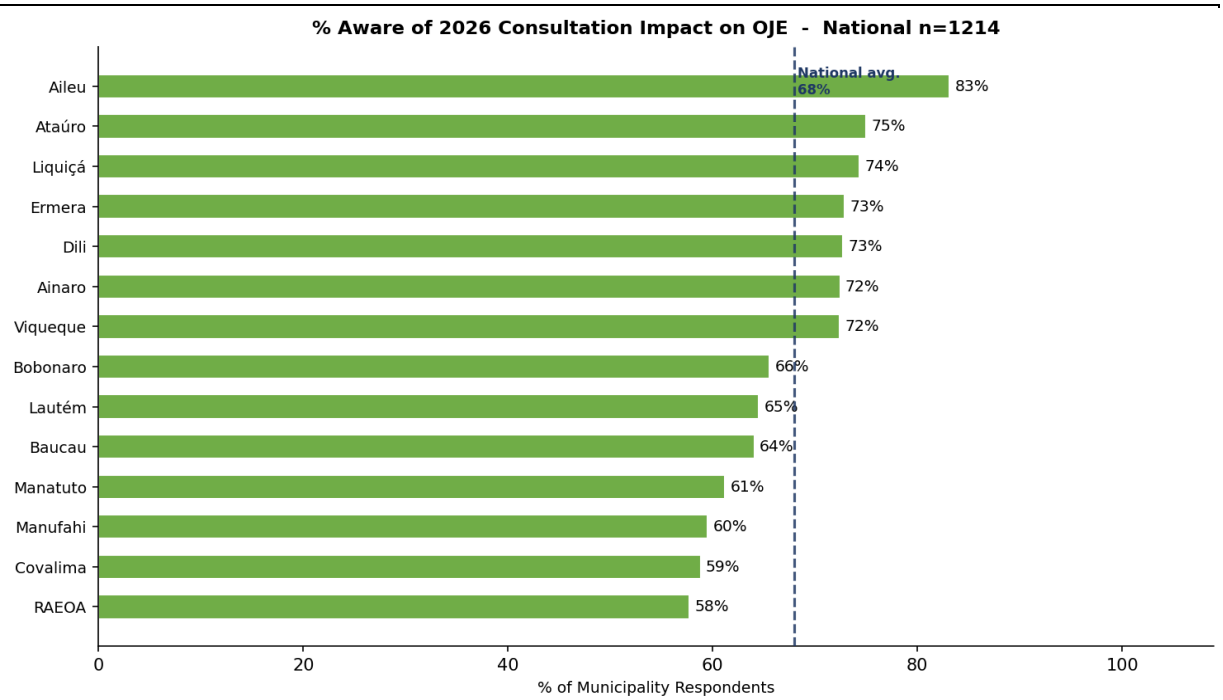


Figura 7.6: Consciência da consulta por município — a variação municipal aponta para necessidades de divulgação diferenciadas.

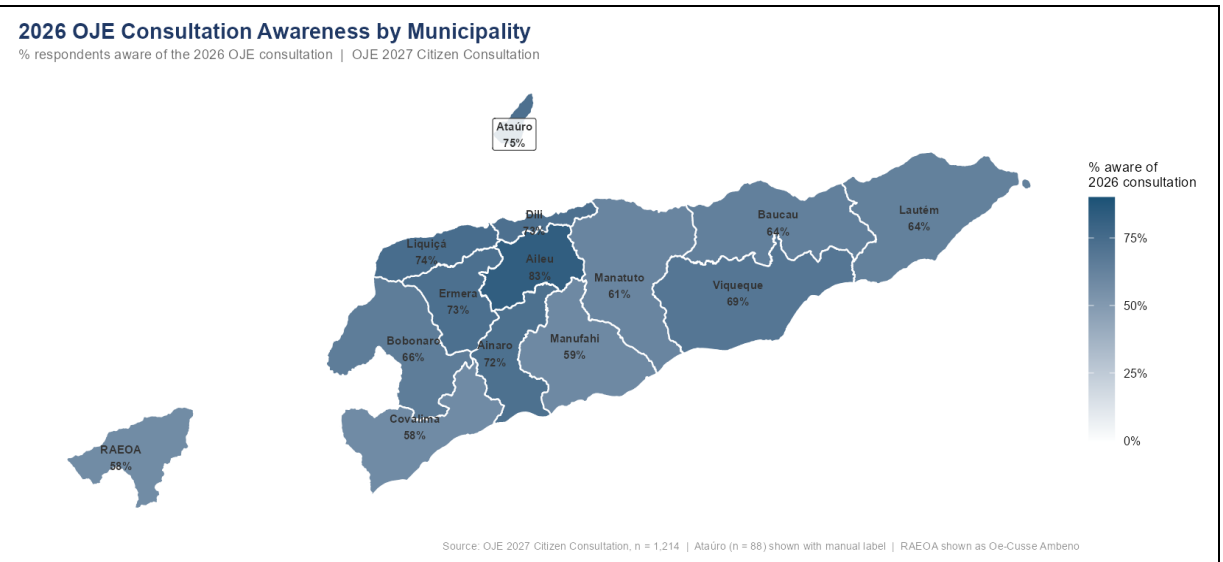


Figura 7.7: Mapa de conhecimento da consulta — % de inquiridos por município que sabem que os resultados da consulta de 2026 influenciaram o orçamento. As lacunas geográficas de conhecimento identificam alvos prioritários de divulgação para o OJE 2028.

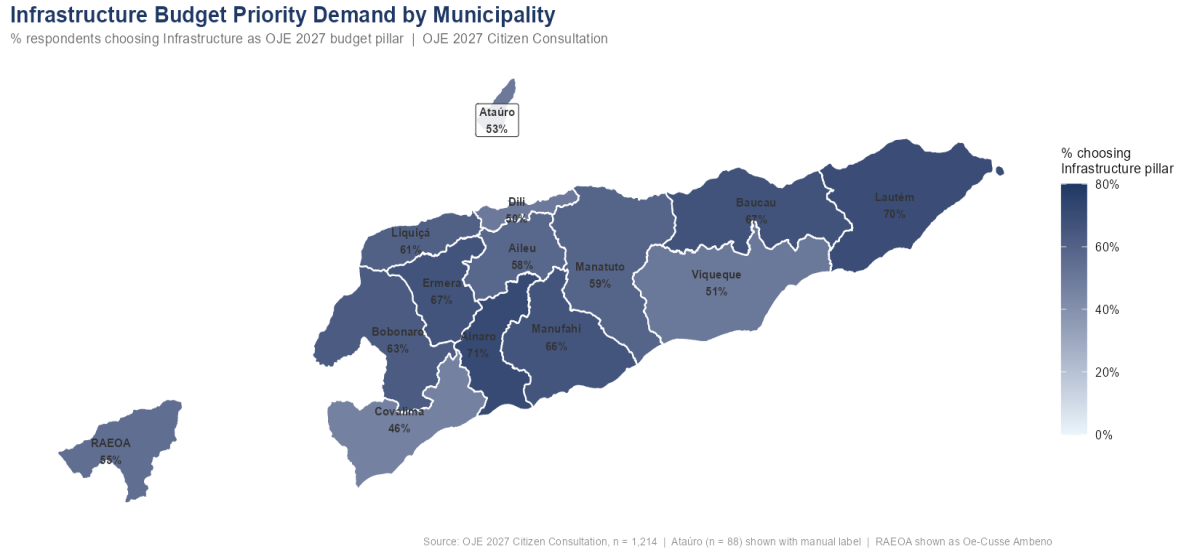


Figura 7.8: Mapa da procura do pilar das infraestruturas — % de inquiridos por município que escolheram as infraestruturas como principal pilar do OJE 2027. A procura uniformemente elevada em todos os municípios confirma que se trata de um mandato a nível nacional.

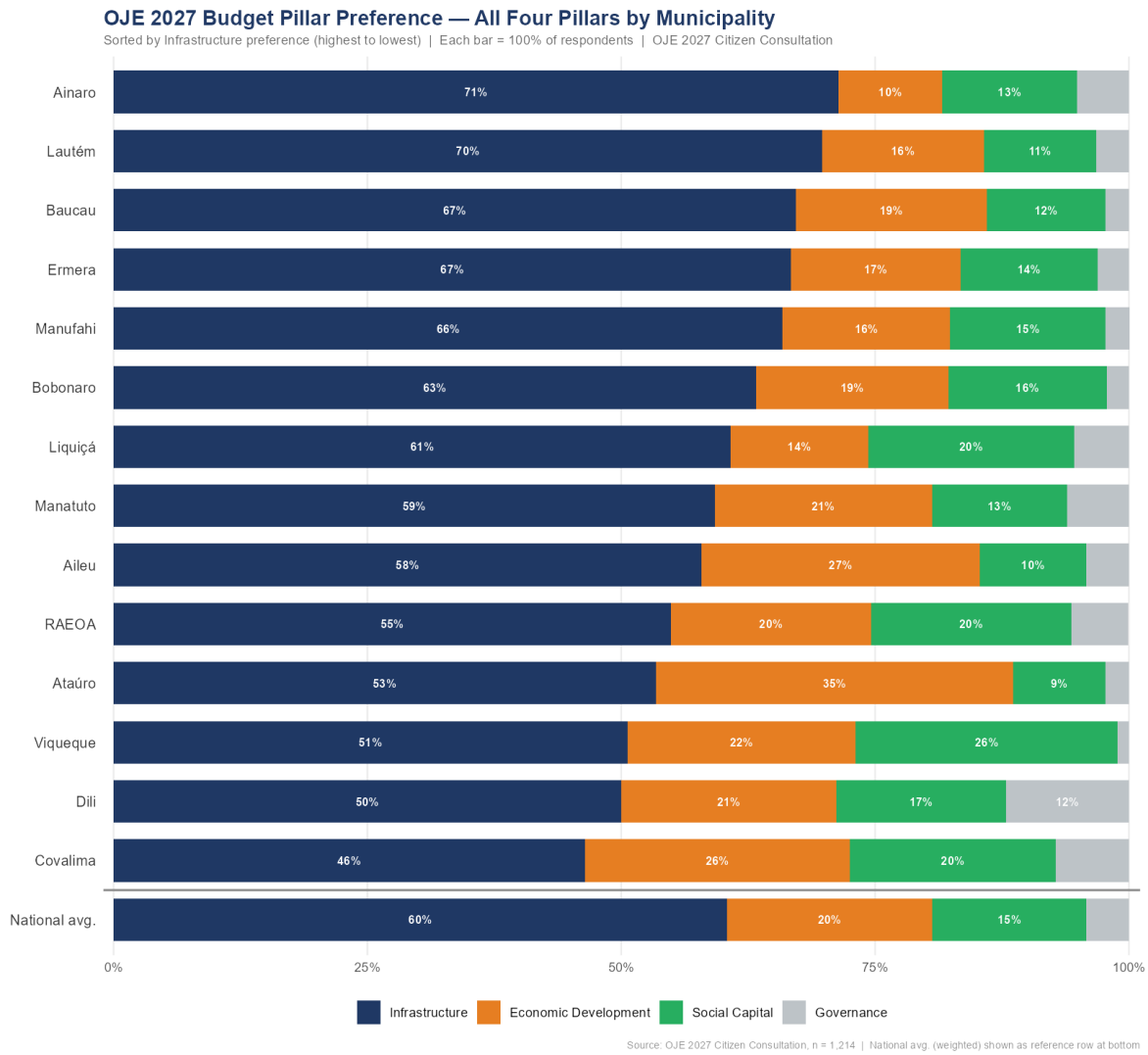


Figura 7.9: Visão geral das preferências em relação aos pilares orçamentais — os quatro pilares em todos os municípios. Visualiza o predomínio das Infraestruturas e o peso relativo das preferências pelas áreas económica, de capital social e de governação.

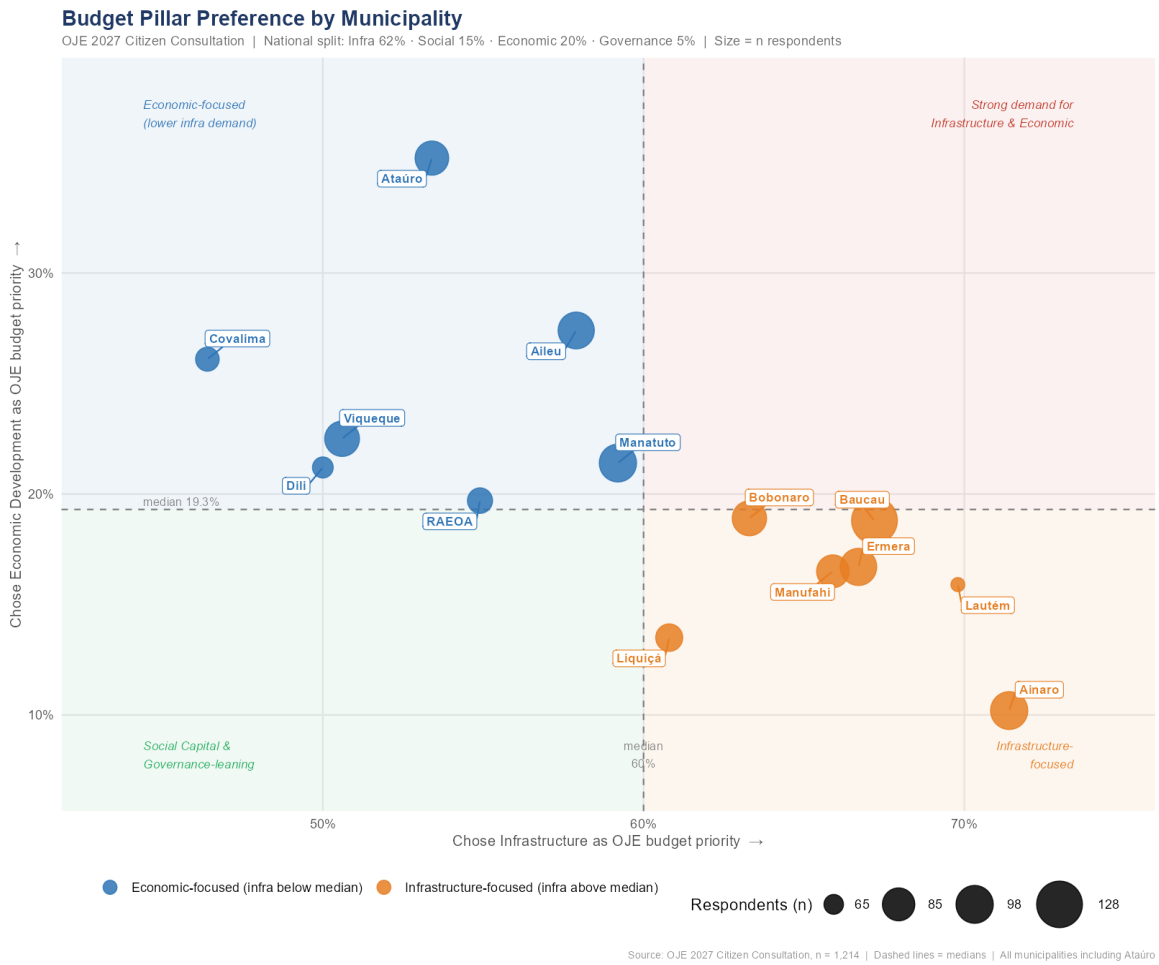


Figura 7.10: Quadrante de preferências por pilar — procura de Infraestruturas vs. procura de Economia por município. Os municípios estão posicionados de acordo com a sua preferência relativa por cada pilar.

8. Parceiros Sociais — Conclusões Institucionais Exclusivas

Foram colocadas duas perguntas exclusivamente aos Parceiros Sociais, proporcionando uma profundidade sobre os subprogramas que não está disponível a partir do inquérito aos cidadãos:

P15 Prioridades de Proteção Social — Os Parceiros Sociais classificaram intervenções específicas de proteção social por ordem de prioridade. O apoio a famílias vulneráveis com baixos rendimentos lidera a lista, seguido das medidas de integração dos jovens no mercado de trabalho e da melhoria da base de dados dos beneficiários. Estas classificações fornecem ao Ministério da Segurança Social (MdSS) contributos orçamentais diretos para os subprogramas, no âmbito das dotações de proteção social do Orçamento de Estado para 2027 (OJE 2027).

P29 Barreiras à criação de emprego — Os parceiros sociais identificaram as barreiras estruturais que impedem o crescimento do emprego. A inadequação entre as competências e o mercado, o investimento limitado do setor privado e a complexidade regulamentar são as três principais. Trata-se de um diagnóstico do lado da oferta que complementa o sinal dos cidadãos, relativo à EFP do lado da procura, e constitui a conclusão mais diretamente passível de ação para o SEFOPE.

Disfarite de representação: as mulheres representaram apenas 47,5 % dos inquiridos dos parceiros sociais. A abordagem direcionada a organizações lideradas por mulheres deve ser integrada na conceção de futuras rondas de consulta.

9. Aspetos transversais: pontos de concordância entre ambas as vertentes

As seguintes conclusões são válidas para ambas as vertentes e para todos os municípios. Estes são os sinais mais sólidos da consulta.

Sinal	Cidadãos	Parceiros sociais	Força
As infraestruturas como principal pilar do orçamento	60,3%	Comparável	★★★ Agir agora
Estradas e pontes: urgentes	82,9%	Comparável	★★★ Agir agora
A EFP como principal prioridade para o emprego dos jovens	88,1%	70,0%+ (desfasamento entre competências e mercado)	★★★ Agir agora
Escassez de medicamentos/equipamento — principal desafio na área da saúde	68,0%	77,5%	★★★ Aja agora
Atrasos na implementação causam o fracasso do projeto	75,4%	Comparável	★★ Forte
Desempenho fraco do empreiteiro	61,1%	Comparável	★★ Forte

Sinal	Cidadãos	Parceiros sociais	Força
Apoio governamental a grupos vulneráveis — eficácia limitada	80,2% apenas um pouco+	SP corrobora	★★ Forte
PSQ classificado como bom ou melhor	69,9%	Comparável	★ Contexto
Consciência do impacto da consulta de 2026	68,0%	Comparável	★ Contexto

Onde as vertentes divergem de forma útil: os Parceiros Sociais fornecem uma profundidade ao nível dos subprogramas (Q15, Q29) que os cidadãos não conseguem proporcionar. Os cidadãos fornecem uma granularidade geográfica (14 municípios) que a vertente dos Parceiros Sociais, concentrada em Díli, não consegue proporcionar. As duas vertentes são complementares, não substitutas.

> **Nota da tabela:** «Comparável» indica que a tendência dos parceiros sociais aponta na mesma direção que a dos cidadãos, mas o inquérito aos parceiros sociais utilizou um formato de perguntas diferente — não está disponível uma percentagem direta dos parceiros sociais para estas linhas. ★ Sistema: ★★★ = ambas as vertentes concordam fortemente, magnitude elevada, objetivo de ação claro · ★★ = ambas as vertentes concordam, é necessária a tradução em políticas · ★ = base de referência consistente, não constitui um apelo à ação.

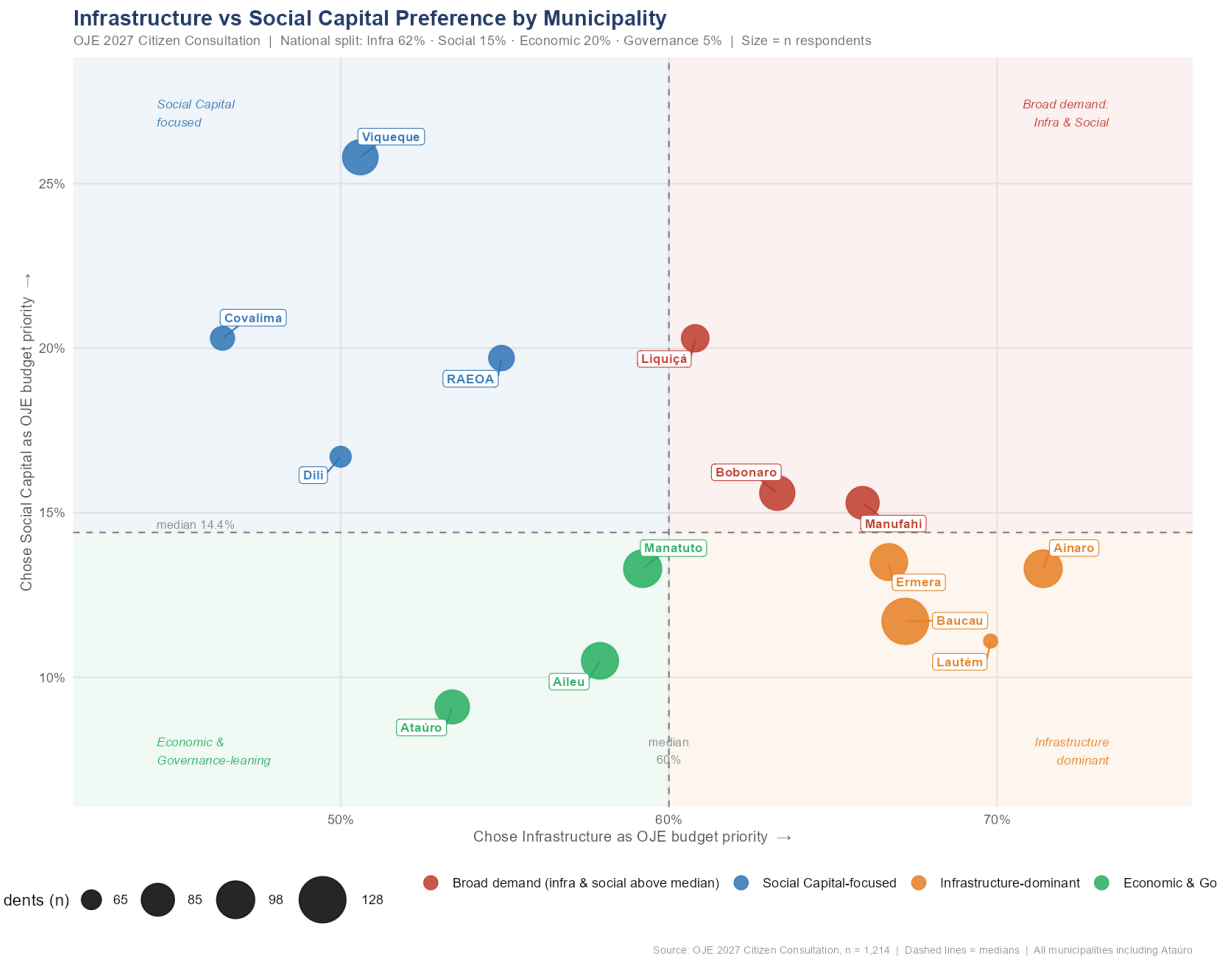


Figura 9.1: Preferência por infraestruturas vs. capital social por município. A grande maioria dos municípios concentra-se na preferência por infraestruturas — confirmando que o mandato das infraestruturas não é um artefacto da média nacional, mas sim um sinal consistente em todo o país. Os municípios com maior preferência pelo capital social também são visíveis, proporcionando uma base para um investimento setorial diferenciado.

10. Prioridades políticas imediatas — Resumo

Com base em ambas as vertentes, as seguintes ações apresentam a base de evidência mais sólida, proveniente de múltiplas fontes, para o OJE 2027:

Infraestruturas (MoP) — Dar prioridade à reabilitação de estradas e à reparação de pontes no orçamento de capital de 2027 — mandato universal, ambas as vertentes, todos os municípios — Expandir as infraestruturas de água e saneamento — segundo sinal mais forte em matéria de infraestruturas, novidade em 2027

Educação (Ministério da Educação + SEFOPE) — Investir na afetação de professores e em incentivos à retenção para postos de trabalho em zonas rurais e remotas — não

apenas formação, mas as condições que tornam a retenção possível **(duas vertentes)** — Expandir a capacidade do ensino e formação profissional (TVET) a nível municipal com programas curriculares alinhados com as necessidades dos empregadores — o sinal mais forte nos dados relativos à juventude **(duas vertentes)**

Saúde (Ministério da Saúde) — Corrigir a cadeia de abastecimento de medicamentos e equipamentos — o mesmo problema, a mesma classificação, dois anos consecutivos — **dupla vertente** — Reforçar a afetação de pessoal de saúde nas zonas rurais — afetação vinculada e regimes de incentivos rurais

Proteção Social (MSSI) — Utilizar as conclusões da SP Q15 para orientar as dotações orçamentais dos subprogramas — as ligações com famílias vulneráveis e jovens são as principais prioridades institucionais — Resolver as lacunas no registo de beneficiários — assinaladas diretamente pelos Parceiros Sociais como um estrangulamento na prestação de serviços

Prestação de contas (MF) – Reforçar a gestão de contratos e a supervisão dos processos de adjudicação – ambas as vertentes identificam o mesmo padrão de falha; trata-se de uma questão sistémica, não específica de um município – Colmatar a lacuna de sensibilização: apenas 68 % dos cidadãos e uma percentagem semelhante de parceiros sociais sabem que o seu contributo para 2026 foi importante – a divulgação pós-relatório através de reuniões comunitárias e da rádio é essencial para o ciclo de 2028

Para a análise completa, tabelas de dados, conclusões abertas e detalhes ao nível municipal: consulte o relatório principal, Secções 3–8.

Consulta Nacional aos Cidadãos OJE 2027 — Ministério das Finanças, DGPO — junho de 2026

Anexo 3: Apelo do Primeiro-Ministro a novas ideias políticas – Avaliação global

O presente anexo apresenta a análise que defende que as 119 propostas de Prioridades Políticas do Governo (PPG) apresentadas não criam uma agenda política substancialmente nova para o Orçamento de 2027, uma vez que todas podem ser integradas no quadro existente de 28 PPG. A maioria das propostas já se enquadra diretamente nas opções existentes das PPG, enquanto as poucas inicialmente identificadas como «novas» podem ser integradas através de ligações sensatas ao turismo, à justiça, à certificação de óbito, às reservas políticas ou a outras categorias já estabelecidas. A questão fundamental para a Comissão não é, portanto, se se deve alargar o quadro de prioridades, mas sim como selecionar, consolidar, calcular os custos e coordenar as propostas no seu âmbito. A abordagem recomendada consiste em aprovar 35 propostas para desenvolvimento posterior, devolver 82 para esclarecimento e excluir ou integrar 2 através de processos orçamentais ordinários, com as aprovações condicionadas à autorização de custos pelo Ministério das Finanças, a uma separação mais clara dos novos custos em relação às bases de referência e a um tratamento cuidadoso dos compromissos recorrentes, de capital e com prazos definidos, embora isto deva ser feito na próxima fase do processo orçamental, no âmbito do processo de cálculo de custos e de elaboração da nova proposta orçamental para as políticas.

Resumo executivo da avaliação global

Este resumo avalia 119 propostas de Prioridades Políticas do Governo (PPG) apresentadas para apreciação no Orçamento de 2027. Destas, recomenda-se que 35 avancem para a fase seguinte, incluindo seis que cumpriram os critérios de alta qualidade das propostas; 82 devem ficar em suspenso até que sejam esclarecidas; e apenas duas são recomendadas para exclusão nesta fase inicial. Foram apresentadas estimativas de custos indicativas para 69 propostas, totalizando 2,0 mil milhões de dólares a médio prazo e 1,3 mil milhões de dólares para o Orçamento de 2027, enquanto as 35 propostas recomendadas para avançar representam 343 milhões de dólares. Nenhuma das propostas identificou receitas adicionais, poupanças ou medidas de reordenação de prioridades para financiar as novas despesas propostas. Os percursos de apresentação das propostas também foram desiguais: apenas 29 propostas foram encaminhadas através do ministro da pasta competente, em comparação com 33 que passaram pelo Gabinete do Primeiro-Ministro e 47 apresentadas diretamente ao Ministério das Finanças.

A principal conclusão é que a ronda de junho produziu algumas boas ideias, mas estas não constituem uma agenda política substancialmente nova fora do quadro existente do PPG. Quase todas as propostas correspondem já diretamente a uma das 28 opções do PPG apresentadas no Documento de Orientação do Governo, e as 40 ideias prioritárias inicialmente identificadas como «novas» também podem ser integradas na mesma estrutura através de um agrupamento sensato, da absorção ou da ligação a opções existentes.

Em termos práticos, isto significa que todas as propostas podem ser consideradas no contexto das 28 PPG existentes, em vez de serem tratadas como uma lista alargada ou paralela de prioridades. As sete novas ideias não exigem a criação de novas categorias de PPG. As propostas relacionadas com a cultura e a iniciativa de segurança alimentar podem ser consideradas no âmbito do PPG do turismo de nicho para efeitos de financiamento; o pedido da MSSI relativo a veículos funerários pode ser associado às medidas relativas às certidões de óbito, uma vez que a certificação obrigatória de óbito pode estar associada à utilização e regulamentação de veículos funerários; as propostas de justiça de transição podem ser integradas no PPG relativo aos tribunais e à justiça; e a Iniciativa Comunitária da Presidência pode ser enquadrada no PPG13, que já permite a concessão de pequenas subvenções comunitárias.

A implicação para a Comissão é que a análise deve centrar-se menos na questão de saber se as propostas são formalmente «novas» e mais na possibilidade de serem priorizadas, orçamentadas e coordenadas no âmbito da arquitetura existente do PPG. O atual quadro dos 28 PPG é suficientemente abrangente para absorver o conjunto completo de propostas apresentadas, incluindo aquelas que parecem inovadoras à primeira vista. Isto apoia um processo orçamental disciplinado: as propostas devem ser encaminhadas para a opção PPG relevante, consolidadas com iniciativas relacionadas e avaliadas em termos de viabilidade financeira, capacidade de execução e riscos de duplicação, em vez de serem utilizadas para alargar o próprio quadro de prioridades.

A decisão recomendada continua a ser a de aprovar 40 propostas para desenvolvimento posterior, devolver 77 para esclarecimento e excluir ou integrar 2 através do processo orçamental ordinário. No entanto, estas decisões devem ser entendidas como decisões no

âmbito do envelope orçamental existente do PPG, e não como decisões para adicionar novas categorias de políticas ou limites de impacto fiscal. O custo quantificado da fase de aprovação é de 343 milhões de dólares americanos, havendo ainda 13 propostas cujos custos ainda não foram calculados. A aprovação deve, por conseguinte, continuar a estar condicionada à autorização de custos pelo Ministério das Finanças, à separação das despesas genuinamente novas das bases de referência existentes e a um tratamento mais claro entre compromissos de capital recorrentes e pontuais.

O principal risco orçamental e de coordenação não é a existência de novas ideias, mas sim a fragmentação das propostas entre as agências e a possibilidade de que itens de rotina, duplicados ou com elevado impacto orçamental sejam tratados como prioridades distintas. Várias propostas criariam compromissos recorrentes permanentes nas Estimativas Prospectivas, incluindo o SANUTRIO, a Linha Solidariedade 116, o Quadro de Competências dos Professores, a formação na área da justiça e os serviços do CNR. Os itens de capital de grande dimensão devem ser canalizados através do Fundo de Infraestruturas, enquanto eventos com prazos definidos, tais como as eleições de 2027, a CPLP 2027 e a ASEAN 2029, devem ser provisionados, mas mantidos fora da base de referência recorrente, estando já abrangidos pelas secções não financiadas conhecidas do quadro do PPG.

Solicita-se, portanto, à Comissão que confirme que a estrutura 28-PPG continua a ser o quadro de referência para o processo de 2027, que encaminhe as propostas inicialmente «novas» para os PPGs existentes relevantes ou para as reservas, e que exija que a fase de esclarecimento isole os custos genuinamente novos das atividades da base de referência. Em termos práticos, isto significa aprovar um número menor de prioridades com custos mais bem calculados e melhor coordenadas, evitando simultaneamente a criação de categorias adicionais de PPG ou de uma lista de prioridades paralela.

1. Resumo

Políticas avaliadas	**119**
Custo indicativo de todas as propostas	1 959 406 211 dólares americanos (+50 não quantificadas)
Aprovadas (prioritárias / com revisões)	35 (7 prioritárias / 28 com revisões)
Em espera — esclarecimento	82
Excluir / absorver	2
Custo indicativo do nível «Aprovar» (quantificado)	343 405 768 dólares americanos (+13 não quantificado)
Grupos de sobreposição entre entidades (coordenar)	13 (fragmentação das relações públicas; PPG 11/SEII; NIC; petróleo; meios de comunicação social; capital humano; justiça; eventos PPG 8; digital PPG 17/18; saúde; descentralização; grande capital -> Fundo de Infraestruturas; água - MAPPF/MOP/Saúde)

2. Visão geral das propostas

Os órgãos apresentaram 119 propostas de políticas para o Orçamento de 2027, provenientes de 62 unidades de execução distribuídas por 43 submissões, agrupadas em 23 pastas principais do IX Governo Constitucional. 96 das 119 correspondem a uma das 28 opções do próprio Resumo do PPG do Governo; 23 podem ser consideradas novas ideias. Isto inclui as três propostas da 2.ª Fase recebidas a 27 de junho de 2026 (Saúde, Obras Públicas e Agricultura), desagregadas em 15 políticas.

2.1 Políticas por ministério de tutela

Cada política está agrupada no âmbito da sua pasta de tutela (Decreto-Lei n.º 11/2026). O custo é apresentado em duas colunas: «2027 (Ano 1)» corresponde ao pedido orçamental para o primeiro ano (programas plurianuais anualizados como total/N — por exemplo, Obras Públicas, IGEADI, bolsas de estudo do FDCH), e «Total / plurianual» corresponde ao compromisso total do programa. Os dois valores são iguais para propostas anuais e divergem para as plurianuais. n/q = não quantificado (ainda não orçamentado). «Perfil» indica se uma pasta contém algum programa plurianual. O maior bloco individual é o dos Órgãos de Soberania (fora do Executivo do Governo) — a Presidência da República e o Ministério Público (Procurador-Geral) — órgãos constitucionais que se situam FORA do Executivo e apresentam propostas diretamente (não através de um ministério), pelo que a sua apresentação direta não é considerada como fragmentação; a maior parte corresponde aos 13 pequenos programas setoriais da Presidência.

Carteira principal	Agências de execução	N.º de políticas	Resumo	2027 (Ano 1) (US$)	Total / plurianual (US$)	Perfil
Ministério da Administração Estatal (MAE)	18	20	1. Eleições presidenciais; Correção da dotação orçamental do MAE para; Arquivo Nacional: nacional; MAE-A: Aprofundamento administrativo; MAE-B: Simplificação administrativa e; PIM Municipal de Aileu 2027: capital; PIM Municipal de Ainaro 2027: capital; PIM Municipal de Atauro 2027: capital; +12 mais	217 806 617 (+4 n/q)	217 806 617 (+4 n/q)	anual
Órgãos de soberania (fora do executivo governamental)	2	14	Reforço do Ministério Público e Inclusão Social; Empoderamento das Mulheres; Gestão do Residencial Feminino; Maratona Internacional de Díli 2027; Desenvolvimento institucional da Presidência; «Dapur Ba Povu»; Apoio a Comunidades Vulneráveis; +6 mais	9 990 000 (+10 n/q)	9 990 000 (+10 n/q)	anual
Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas (MAPPF)	1	9	Segurança alimentar e agricultura resiliente; Água e irrigação resiliente; Prevenção de pragas e doenças vegetais; Revitalização do setor cafeeiro nacional; Desenvolvimento pecuário resiliente; Economia azul e desenvolvimento das pescas; Desenvolvimento da aquicultura;	n/q (todos os 9)	n/q (todos os 9)	anual

Carteira principal	Agências de execução	N.º de políticas	Resumo	2027 (Ano 1) (US$)	Total / plurianual (US$)	Perfil
			Reflorestação, conservação da água; +1 mais			
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC)	5	8	Modernização do sistema de dados do ensino superior; Escola de Doutoramento + corpo docente avançado; Sistema Nacional de Qualificações +; IPB-a: Nova Escola Superior de Hotelaria; IPB-b: Reforço do ensino e da investigação; Internacionalização da acreditação +; Capacidade nacional em ciência, tecnologia e investigação e capacidade institucional	34 519 283 (+6 n/q)	34 519 283 (+6 n/q)	anual
Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI)	2	7	1. Criação de centros temporários para: SANUTRIO; Uma Solidária; CASPA; Linha Solidariedade 116; Aquisição de veículo funerário; Registo Social Único	9 920 008	9 920 008	anual
Presidência do Conselho de Ministros (PCM)	6	7	Digitalização do Jornal Oficial; Prioridades em matéria de igualdade e inclusão; Atividades estratégicas da PCM: continuidade; Preservação e promoção da; Memória, direitos humanos e reparações; SECOMS-A: Meios de comunicação social de serviço público; SECOMS-B:	26 260 824 (+2 n/q)	26 260 824 (+2 n/q)	anual

Carteira principal	Agências de execução	N.º de políticas	Resumo	2027 (Ano 1) (US$)	Total / plurianual (US$)	Perfil
			Jornalismo/meios de comunicação social comunitários			
Ministério da Educação (ME)	1	6	Competências do século XXI; Sistema nacional de avaliação da aprendizagem; Aprendizagem básica; Melhoria das infraestruturas escolares; Quadro de Competências dos Professores; Centro de Ciências + SEAMEO	136 730 760 (+1 n/q)	136 730 760 (+1 n/q)	anual
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (MNEC)	1	6	Aquisição de imóveis diplomáticos; Instalações diplomáticas e protocolares; Presidência Pro Tempore da CPLP em 2027; Preparação para a Presidência da ASEAN em 2029 +; Coordenador Nacional ASEAN-Nova Zelândia; Coordenação da Ação Setorial da ASEAN	44 659 016 (+2 em relação ao trimestre anterior)	44 659 016 (+2 em relação ao trimestre anterior)	anual
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE)	3	6	Formação estratégica de capital humano e; Divulgação do Código de Contratação Pública e; ADN-A: Qualidade dos projetos públicos; ADN-B: Desenvolvimento rural e urbano; ADN-C: Programa de Cuidados de Saúde Primários; Infraestruturas estratégicas do MPIE:	18 213 614 (+1 n/q)	50 213 614 (+1 n/q)	incluindo programa(s) plurianual(is)

Carteira principal	Agências de execução	N.º de políticas	Resumo	2027 (Ano 1) (US$)	Total / plurianual (US$)	Perfil
VPM Assuntos Económicos / Turismo e Ambiente	3	4	Segurança alimentar nacional, inspeção e; Cooperativas Resilientes Nacionais; SEFOPE-A: Formação profissional; SEFOPE-B: Serviços de emprego +	15 500 000 (+2 n/q)	23 000 000 (+2 n/q)	incluindo programa(s) plurianual(is)
Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)	2	4	Recursos humanos portuários/formação marítima; MTC-A: Transportes ecológicos; MTC-B: Infraestruturas de transportes; MTC-C: Conectividade digital/telecomunicações	42 625 000 (+2 n/q)	42 625 000 (+2 n/q)	anual
Ministério das Obras Públicas (MOP)	2	4	Centro Nacional de Oficinas de Maquinaria Pesada; Estradas resilientes; Água resiliente; Energia resiliente	202 700 000	836 000 000	incluindo programa(s) plurianual(is)
Ministério da Defesa (MdD)	1	4	Defesa-A: Marítima Nacional Integrada; Defesa-B: Infraestruturas militares; Defesa-C: Hospital Militar; Defesa-D: Apoio às populações	n/q (todos os 4)	n/q (todas as 4)	anual
Ministério do Interior (MI)	3	3	MI-PPG1: Segurança e Estabilidade Nacionais; MI-PPG2: Gestão Integrada das Fronteiras; MI-PPG3: Resiliência Nacional e Catástrofes	n/q (todos os 3)	n/q (todos os 3)	anual
Ministério do Petróleo e dos Recursos Minerais (MPRM)	2	3	Regulação do setor petrolífero: Maior; MPRM-A: Megaprojetos petrolíferos; MPRM-B: Institucional do setor petrolífero	367 700 000 (+1 n/q)	367 700 000 (+1 n/q)	anual

Carteira principal	Agências de execução	N.º de políticas	Resumo	2027 (Ano 1) (US$)	Total / plurianual (US$)	Perfil
Ministério da Saúde (MdS)	1	3	Infraestruturas e acesso aos cuidados de saúde; Prestação de serviços de saúde; Recursos humanos na área da saúde	125 967 000 (+1 n/q)	125 967 000 (+1 n/q)	anual
VPM Assuntos Sociais / Desenvolvimento Rural e Habitação	2	2	1. Fortalecimento das capacidades; Fortalecimento do programa nacional de VIH/SIDA	3 227 817	3 227 817	anual
Organismos independentes (diretamente subordinados ao Estado)	2	2	Reforço do Conselho da Imprensa; Reforma da administração pública e	1 200 000	5 200 000	incluindo programa(s) plurianual(is)
Ministério do Comércio e da Indústria (MCI)	1	2	MCI-A: Industrialização nacional; MCI-B: Desenvolvimento das MPME + comércio	6 955 000 (+1 n/q)	6 955 000 (+1 n/q)	anual
Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura (MJDAC)	1	2	MJDAC-A: Competências nacionais para a juventude; MJDAC-B: Programa cultural nacional	1 720 000	1 720 000	anual
Ministério da Justiça (MJ)	1	1	Reforço de Competências Técnicas e	16 000 000	16 000 000	anual
Ministério dos Assuntos dos	1	1	Reconhecimento dos veteranos: pensões	n/q (todos 1)	n/q (todos 1)	anual

Carteira principal	Agências de execução	N.º de políticas	Resumo	2027 (Ano 1) (US$)	Total / plurianual (US$)	Perfil
Combatentes da Libertação Nacional (MACLN)						
Ministério das Finanças (MdF)	1	1	Reforma da gestão das finanças públicas +	911 272	911 272	anual
TOTAL	**62**	**119**		**1 282 606 211 (+50 n/q)**	**1 959 406 211 (+50 n/q)**	

Interpretação dos totais: o montante solicitado para o Ano 1 (2027) é de 1 282 606 211 dólares americanos e o compromisso plurianual total é de 1 959 406 211 dólares americanos (+50 não quantificado). Ambos incluem 354 000 000 USD / 354 000 000 USD para o MPRM-A (megaprojetos petrolíferos), recomendado como uma exclusão do âmbito do Fundo Petrolífero — excluindo-o, os valores relevantes para o PPG são 928 606 211 USD (2027) e US$ 1 605 406 211 (total). Para os municípios da MAE, o custo apresentado refere-se apenas ao Desenvolvimento de Capital (PIM) 505; a proposta municipal completa para 2027 é de US$ 409,86 milhões (contra US$ 161,43 milhões em 2026, +153%) — a diferença deve-se, em grande parte, ao crescimento recorrente da base de referência, detalhado por município na Secção 5 e nas notas. Duas das entidades da área municipal são geridas através de Fundos Especiais de Desenvolvimento separados e estão identificadas de forma distinta da dotação do PIM dos 12 municípios do continente (~114,65 milhões de dólares): Atauro, através do seu FEDA (código 083), e RAEOA/Oecusse (uma Região Autónoma Especial), através do seu FED (código 109, cerca de US$ 68,2 milhões, 0 $ na secção do PIM municipal). Os valores são indicativos; os grandes investimentos de capital (hospitais, obras públicas) são, na sua maioria, pontuais e financiados por doadores, fazendo parte do pipeline do Fundo de Infraestruturas.

2.2 Políticas por entidade responsável

O organismo responsável pela implementação de cada política. A Presidência da República, por si só, é responsável por 13 (o seu conjunto de pequenos programas setoriais); segue-se a Agricultura com 9, e depois a Educação, os Negócios Estrangeiros e a Solidariedade Social, com 6 cada.

Órgão	Código	Políticas
PR	001	13
MAPPF	027	9
MSSI	021	6
ME	018	6
MNEC	014	6
MDef	028	4
MESCC	020	3
MAE	016	3
MTC	025	3
ADN	057	3
MoH	017	3
MOP	024	3
IPB	098	2
MPIE	023	2
MCI	113	2
MPRM	032	2
SECOMS	121	2
SEFOPE	008	2
MJDAC	115	2
AIFAESA	064	1
STAE	100	1
CNR	073	1
INTL	085	1
SEII	005	1
INDDICA	096	1
MJ	015	1
MACLN	022	1
ANAAA	060	1
INCT	092	1
UNTL	105	1
PNTL	031	1
MI	030	1
APC	038	1
MF	012	1
MP	034	1
SECOOP	009	1
PCM	004	1
ANP	067	1
APORTIL	056	1
AMRT	061	1
CNC	070	1
INSCIDA	093	1
CI	077	1
CFP	075	1
IGE	127	1
ANTL	062	1
CNA	122	1
Aileu	047	1
Ainaro	048	1
Atauro	049	1
Baucau	043	1
Bobonaro	044	1
Covalima	050	1
Díli	045	1
Ermera	046	1
Lautem	051	1
Liquica	052	1
Manatuto	053	1
Manufahi	054	1
Viqueque	055	1
RAEOA	108	1
AtauroFEDA	083	1
TOTAL		**119**

2.3 Novas ideias para além do Documento de Referência do Governo

A maioria das propostas está em consonância com o próprio documento de orientação do Governo. As 23 propostas seguintes podem ser consideradas novas ideias que não se enquadram diretamente numa das 28 opções existentes do PPG, mas existem ligações indiretas claras, conforme ilustrado abaixo:

Entidade proponente	Política	Tema	Indireta Opção do PPG
AIFAESA	Segurança alimentar nacional, inspeção e proteção do consumidor	Não existe uma opção clara no resumo - completamente novo i	PPG16 - Turismo
MSSI	Anexo 5: Aquisição de veículo funerário (substituição)	Sem opção de briefing - substituição de ativos operacionais	PPG22 - Proteção Social
AMRT	Preservação e promoção do arco da resistência	Património cultural / identidade nacional	PPG16 - Turismo
CNC	Programa de Memória, Direitos Humanos e Reparações (	Direitos humanos / justiça de transição	PPG25 - POS
PR	PR-8: Programa Presidencial de Arte e Cultura	Património cultural	PPG16 - Turismo
PR	PR-12: Iniciativa Comunitária Presidencial	Comunidade / social	PPG - Outros
PR	PR-13: Iniciativa de Reconciliação Nacional	Direitos humanos / justiça de transição	PPG25 – POS
Ministério da Saúde	H1: Infraestruturas de saúde e acesso – 3 novos hospitais	Acesso aos serviços de saúde (confirmar Breve opção	PPG-24 – Cuidados de saúde terciários
Ministério da Saúde	H3: Recursos humanos na área da saúde — recrutar 2 460 profissionais de saúde	Pessoal de saúde nas zonas rurais (confirmar opção do resumo	PPG24 - Cuidados de Saúde Terciários
MAPPF	A1: Segurança alimentar e agricultura resiliente — su	Segurança alimentar / resiliência climática (confirmar)	PPG19 - Grow 37
MAPPF	A2: Água e infraestruturas de irrigação resilientes	Resiliência climática / infraestruturas rurais	PPG-20 WatSan
MAPPF	A3: Prevenção e controlo de pragas e doenças das plantas	Resiliência agrícola	PPG19 – Grow 37
MAPPF	A4: Revitalização do setor cafeeiro nacional - re	Diversificação económica / exportações	PPG19 - Grow 37

Entidade proponente	Política	Tema	Indireta Opção do PPG
MAPPF	A5: Desenvolvimento resiliente da pecuária - genética	Segurança alimentar / diversificação económica	PPG19 - Grow 37
MAPPF	A6: Economia azul e desenvolvimento das pescas - pescas	Economia azul / diversificação económica	PPG15 Pescas
MAPPF	A7: Desenvolvimento da aquicultura – água doce e mar	Economia Azul / segurança alimentar	PPG15 Pescas
MAPPF	A8: Reflorestação, conservação da água e clima	Adaptação às alterações climáticas / ambiente	PPG19 – Grow 37
MAPPF	A9: Biosfera de Nino Konis Santana – gestão integrada	Ambiente / Economia Azul	PPG15 Pescas
MPIE	Infraestruturas estratégicas do MPIE: corredores económicos	Infraestruturas / Economia Azul (confirmar B	PPG15 Pescas
MDef	Defesa-A: Segurança Marítima Integrada Nacional	Segurança marítima / economia azul (confirmar	PPG15 Pescas
MDef	Defesa-C: Hospital Militar — dedicado às forças armadas	Infraestrutura de saúde (em coordenação com o M	PPG-24 - Cuidados de Saúde Terciários
MDef	Defesa-D: Apoio às populações, re	Resiliência a catástrofes / HADR	PPG25- POS
MJDAC	MJDAC-A: Competências dos jovens a nível nacional, empreendedorismo	Emprego juvenil / MPME (confirmar resumo de	PPG17 – Emprego para a juventude

A maioria destas 23 propostas não constitui prioridades verdadeiramente distintas, mas sim aperfeiçoamentos ou extensões da agenda PPG existente do Governo: agrupam-se em torno de seis temas principais — diversificação económica e setores produtivos, especialmente agricultura, pescas, aquicultura, café, pecuária e iniciativas da economia azul ligadas principalmente ao PPG15 e ao PPG19; infraestruturas facilitadoras e resiliência climática, incluindo irrigação, conservação da água, infraestruturas rurais e corredores económicos ligados ao PPG20, PPG19 e PPG15; acesso aos cuidados de saúde e infraestruturas de saúde, incluindo hospitais, expansão dos recursos humanos na área da saúde e um hospital militar ligados ao PPG24; emprego e competências dos jovens ligados ao PPG17; ordem pública, segurança, segurança marítima, resposta a catástrofes, reconciliação e justiça de transição ligados ao PPG25; e património cultural, identidade nacional, arquivos da resistência, artes e propostas relacionadas com o turismo ligadas ao PPG16. Um pequeno número de itens — tais como a substituição de veículos funerários, iniciativas comunitárias presidenciais e segurança alimentar/proteção do consumidor — são de natureza mais operacional ou transversal, mas

podem ainda assim ser tratados através dos canais existentes do PPG, em vez de se criar um quadro de prioridades separado.

De um modo geral, as propostas reforçam a utilidade da estrutura dos 28 PPG:a maioria pode ser integrada através do esclarecimento do âmbito, do agrupamento de propostas relacionadas no âmbito do PPG principal relevante e da exigência de que os ministérios responsáveis apresentem propostas coordenadas e orçamentadas, em vez de tratar cada ideia como uma prioridade orçamental isolada.

2.4 Canal de apresentação e fragmentação

A quem cada proposta foi enviada e por quem, conforme consta das cartas de acompanhamento assinadas e das notas de envio do Ministério das Finanças.

Canal	Políticas
Diretamente ao Ministério das Finanças	47
Ao Primeiro-Ministro (com cópia para o Ministério das Finanças)	33
Através do ministério de tutela	29
Não consta do conjunto de digitalizações assinadas (cópia digital)	10
TOTAL	**119**

Fragmentação: 12 políticas provieram de um órgão de tutela ou de um Secretário de Estado que as apresentou em seu próprio nome, em vez de o fazer através do seu ministério de tutela. As submissões provenientes dos órgãos de soberania, dos organismos independentes e dos próprios ministérios de tutela (incluindo os ministérios da Saúde, das Obras Públicas e da Agricultura da 2.ª Fase) não são consideradas como fragmentação.

3. Método

Cada política foi analisada à luz dos Critérios de Priorização do PPG:critérios G1 (carta do Primeiro-Ministro), G3 (autenticamente nova em relação aos Planos Anuais de 2026), G4 (não pode ser absorvida); o critério 2 (alinhamento sucinto) é um sinal positivo informativo, não um critério de exclusão; mérito = capacidade C5 + impacto C6 (cada um com pontuação máxima de 5). A distinção entre novas e existentes é comprovada em relação a; os custos são divididos em recorrentes (linha de base das Estimativas Prospectivas) e pontuais/de capital.

4. Recomendado para aprovação (com revisões)

35 políticas passaram na primeira ronda. 7 políticas atingiram o limiar de prioridade (mérito >=8); 28 passaram no critério de seleção restante — as políticas aprovadas são sólidas, mas condicionadas às revisões indicadas. As que melhor se enquadram nas opções existentes do PPG estão assinaladas.

Entidade	Política	Opção do PPG	Mérito	Custo indicativo (US$)
Ministério da Solidariedade	Anexo 1: SANUTRIO - Bolsa da Mãe condicional (	22	9	5 735 000
Ministério da Educação	E5: Quadro de Competências do Docente (TCF) operacional	23	9	2 110 000
Ministério da Justiça	Reforço de Competências Técnicas e Especialização	25	8	1 350 000
Ministério da Solidariedade	Anexo 6: Registo Social Único (RSU) - nacional	22	8	não quantificado
Ministério da Educação	E2: Sistema nacional de avaliação da aprendizagem	23	8	5 200 000
Ministério da Educação	E3: Aprendizagem básica (literacia e numeracia)	23	8	não quantificado
Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE)	2027 Eleições presidenciais e municipais	2,3 / 9	8	~18 milhões de dólares (em vias de expiração)
Ministério da Saúde (MdS)	1.º semestre: Infraestruturas de saúde e acesso (3 novos hospitais + reabilitação de centros de saúde comunitários, WASH, equipamento)	-	7	94 250 000
Centro Nacional de Reabilitação	1. Criação de um centro temporário de atendimento	11	7	400 008
Ministério da Solidariedade	Anexo 4: Linha Solidariedade 116 - Violência de Género/crianças	11	7	não quantificado
Ministério do Ensino Superior (MESCC)	M2: Escola de Doutoramento + formação avançada do corpo docente	23	7	não quantificado
Ministério do Ensino Superior (MESCC)	M3: Sistema de Qualificações + Currículo Padrão + BOK	23	7	não quantificado
Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC)	MNEC-3: Presidência Pro Tempore da CPLP 2027	8	7	1 000 000
Ministério do Interior (MI) - Migração/PNTL	MI-PPG2: Gestão Integrada das Fronteiras	25	7	não quantificado

Entidade	Política	Opção do PPG	Mérito	Custo indicativo (US$)
Ministério do Interior (MI) - Proteção Civil	MI-PPG3: Resiliência Nacional e Gestão de Catástrofes	5	7	não quantificado
Ministério do Comércio e da Indústria (MCI)	MCI-A: Industrialização nacional (sal, praças de alimentação, PPP Tasi-Mane)	27	7	10 000 000+
AIFAESA	Segurança alimentar nacional, inspeção e defesa do consumidor	-	6	8 000 000
Imprensa Nacional	Digitalização do Jornal Oficial + segurança	17/18	6	1 440 000
Ministério do Ensino Superior	Modernização do sistema de dados do ensino superior (SGDES) +	17/18	6	2 800 000
Ministério da Educação	E1: Competências do século XXI (reforma curricular, En	23	6	0
Ministério da Educação	E4: Acelerar a construção de infraestruturas escolares	23	6	110 300 000
Agência Nacional de Avaliação/Acreditação (ANAAA)	Internacionalização da acreditação + transformação digital	17/18	6	não quantificado
Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC)	MNEC-2: Instalações diplomáticas e protocolares	8	6	750 000
Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC)	MNEC-5: Coordenador Nacional ASEAN-NZ 2027	8	6	não quantificado
Secretaria de Estado das Cooperativas (SECOOP)	Programa Nacional de Cooperativas Resilientes 2027-31	27	6	1 200 000
Ministério da Administração Estatal (MAE)	MAE-B: Governação local digital (Portal Municipal, balcões únicos)	17/18	6	não quantificado
Ministério do Comércio e Indústria (MCI)	MCI-B: Desenvolvimento das MPMEs + promoção do comércio (INTE 2027)	27	6	não quantificado
Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)	MTC-A: Transportes ecológicos – projeto-piloto de autocarros elétricos (Díli)	17/18	6	não quantificado

Entidade	Política	Opção do PPG	Mérito	Custo indicativo (US$)
Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOMS)	SECOMS-B: Apoio ao jornalismo + combate à desinformação	17/18	6	não quantificado
Ministério da Solidariedade	Anexo 2: Uma Solidária — habitação para pessoas vulneráveis	11/22	5	90 000
Ministério da Solidariedade	Anexo 3: CASPA - posto de assistência social pós-construção	11	5	1 500 000
Ministério da Educação	E6: Centro de Ciências + SEAMEO – resiliência climática	23	5	12 000 000
Instituto Politécnico de Betano (IPB)	IPB-a: Nova Escola de Hotelaria e Turismo, Lospalos	23	5	não quantificado
Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (INCT)	Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2027-30	23	5	não quantificado
Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC)	MNEC-1: Aquisição de imóveis diplomáticos no estrangeiro	7/8	5	39 660 000

Candidatos prioritários (mérito >=8), avaliados como os casos mais fortes para priorização — alto impacto com capacidade de execução adequada (Q1): MSSI SANUTRIO — transferência para combate ao atraso no crescimento (mérito 9), Educação E5 — Quadro de Competências dos Professores (9), Educação E2 — sistema nacional de avaliação (8), MJ — formação em justiça + instalação de tribunais (8). De elevado impacto, mas condicionados à capacidade de execução (Q2: reforçar primeiro a capacidade de execução): MSSI Registo Social Único / registo social nacional (8 — confirmar a governação de dados) e Educação E3 aprendizagem básica (8 — custo ainda provisório). Todas se enquadram perfeitamente nas Opções 22 (proteção social), 23 (educação) e 25 (justiça) do Brief. Trata-se de contributos de avaliação para a DGPO/MF; a decisão de financiamento cabe à liderança. Separadamente, as eleições de 2027 (STAE) atingem o nível de prioridade como um compromisso obrigatório reconhecido que deve ser financiado — custo calculado através dos cenários baixo/moderado/elevado solicitados pelo Brief.

5. Em espera — é necessário esclarecimento

- Secretaria de Estado da Igualdade e Inclusão — Prioridades de igualdade e inclusão (4 programas estratégicos): a SEII é a entidade líder designada para a Opção 11 do Brief (Género/Crianças/Deficiências). Trata-se, em grande parte, de uma continuação; o seu principal valor aqui reside no papel de centro de coordenação para as propostas relativas à deficiência e às crianças (CNR, INDDICA)

- Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança — 1. Fortalecimento da capacidade institucional 2. Monitorização da implementação de políticas e programas infantis 3. Sensibilização e educação.: 1,14 milhões de dólares (2027) + 0,78 milhões de dólares (2028). Apresentado DIRETAMENTE ao Primeiro-Ministro (cc Vice-Primeiro-Ministro/MCAS e Ministério das Finanças) — contornou a consolidação parental. Principalmente reforço institucional, capacitação, monitorização e CONTINUAÇÃO do INDDI
- Instituto Politécnico de Betano (IPB) – IPB-b: Reforçar a qualidade do ensino e da investigação; Ermera: melhoria da qualidade de uma escola existente do IPB; provavelmente parcialmente absorvível nas despesas operacionais de base – necessita de uma repartição orçamental entre despesas genuinamente novas (por exemplo, laboratórios/equipamento) e despesas operacionais recorrentes antes de um convite à apresentação de propostas no âmbito do PPG.
- Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL) – Capacidade de investigação (Anexo I) + proposta de orçamento anual total de 31,72 milhões de dólares: os 31,72 milhões de dólares correspondem à dotação anual institucional da UNTL (em grande parte de base/continuação), não a um aumento específico do PPG – isolar e calcular o custo da nova componente de capacidade de investigação; a maior parte passa pela dotação de base da UNTL (Div. 1050101), não por um novo PPG.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC) - MNEC-4: preparação para a ASEAN 2029 + ACNOC: a maior parte corresponde à dotação de base existente para os Assuntos da ASEAN (2,95 milhões de dólares); isolar o incremento genuinamente novo do PPG (+301 mil dólares + operacionalização da ACNOC) antes do financiamento.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC) - MNEC-6: Coordenação dos planos de ação setoriais da ASEAN: trata-se, em grande parte, de um mandato de coordenação já existente do MNEC/DGAA no âmbito das operações atuais — financiar a maior parte na dotação de base; apenas uma assistência técnica adicional limitada é nova.
- Ministério do Interior (MI) / PNTL - MI-PPG1: Segurança e Estabilidade Nacionais: trata-se, na sua maioria, da dotação de base existente da PNTL — isolar o que é genuinamente novo (Academia de Polícia/ISCP, infraestruturas de segurança em Díli, recrutamento faseado) e modelar o elevado custo recorrente com salários de 2 500 a 3 000 novos agentes.

6. Excluir ou absorver (tratar no orçamento ordinário, não como uma nova PPG)

Estas propostas não devem ser financiadas como novas Prioridades de Política Governamental. «Excluir» significa que não cumpre os critérios de elegibilidade — está fora do âmbito da carta do Primeiro-Ministro ou já está a ser executada (não é genuinamente nova). «Absorver» significa que é real, mas não requer novos fundos — é prevista por lei/obrigatória ou pode ser financiada com os fundos existentes. Ambas são tratadas através do orçamento anual ordinário.

- Ministério da Solidariedade Social — Anexo 5: Aquisição de veículo funerário (substituição): Substituição de ativos, não uma política. Recomenda-se a «ABSORÇÃO» na rubrica de capital menor da base de referência, não a elevação a uma PGP.
- Ministério dos Combatentes — Reconhecimento dos veteranos: pensões, subvenções, bolsas de estudo, monumentos: Na sua esmagadora maioria, já existentes/previstas por lei

(pensões e reconhecimento dos veteranos). Excluir — não se trata de um novo PPG; financiar através da dotação de base como despesa obrigatória (Opção 9 resumida).

7. Conclusões sobre coordenação e duplicação

A coordenação é o principal resultado da análise. O mapa completo dos 12 agrupamentos (com responsáveis e coordenação recomendada) encontra-se na folha «Mapa de Coordenação» da pasta de trabalho; as principais conclusões:

- Fragmentação da Presidência: a Presidência apresentou cerca de 13 pequenos programas setoriais que, em grande parte, duplicam as competências dos ministérios de tutela. Recomenda-se que a Presidência convoque/promova, mas NÃO administre a execução setorial — encaminhar cada um através do ministério relevante (deficiência/mulheres → SEII; grupos vulneráveis/cozinhas comunitárias → MSSI; saúde → Ministério da Saúde; arte/cultura → MESCC/Turismo; eventos da Maratona/Natal/Asia-Horasis → Turismo/Juventude/MNEC; reconciliação → CNC).
- Opção 11 (Género/Crianças/Deficiências): consolidar sob a alçada do SEII (o líder designado para a Opção 11) — CNR, INDDICA, MSSI Linha 116, além das propostas de relações públicas relativas à deficiência e às mulheres.
- Centro Nacional de Informação (NIC): criar UM ÚNICO NIC no âmbito do MESCC M1; integrar a acreditação da ANAAA e a plataforma digital — não financiar duas plataformas.
- Petróleo: os megaprojetos do MPRM (~2 mil milhões de dólares, Greater Sunrise/Bayu-Undan) são do Fundo do Petróleo/estratégicos — fora do âmbito do fluxo recorrente do PPG; capacidade institucional do MPRM + regulamentação da ANP = um único cluster.
- Meios de comunicação social/arquivos: coordenar a SECOMS (meios de comunicação social públicos/RTTL, jornalismo, combate à desinformação), o Conselho de Imprensa, o INTL e o Arquivo Nacional como uma única solicitação setorial.
- Capital humano/competências: coordenar o MPIE, o SEFOPE, a formação da ADN, a formação do MCI para as MPME e o Ensino Profissional e Técnico (TVET) através do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano — evitar a duplicação do financiamento da formação.
- Justiça: MJ (tribunais) + MP (Ministério Público) + tribunais como uma única solicitação do setor da justiça no âmbito da Opção 25 / Tema 9.
- Grandes eventos (Opção 8) 2027-29: CPLP 2027 + ASEAN 2029 + eleições ao abrigo de um único plano de segurança e logística; os eventos são pontuais/de duração limitada — manter fora da base de referência das Estimativas Prospectivas.
- Saúde: encaminhar os cuidados de saúde primários da ADN através do Ministério da Saúde (inadequadamente atribuídos a uma agência de desenvolvimento); coordenar o INSCIDA (VIH) com o Ministério da Saúde.
- Grandes investimentos de capital -> Fundo de Infraestruturas (Opção 7): industrialização do MCI, infraestruturas de transportes do MTC (cerca de 00 milhões de dólares), ADN rural/urbano, centro de maquinaria do IGEADI (cerca de 3 milhões de dólares), infraestruturas de educação, imóveis do MNEC — canalizar através do Fundo de Infraestruturas e coordenar a lista de projetos planeados, e não através do fluxo recorrente do PPG.

Área temática da água: sobreposição entre a irrigação do MAPPF, o abastecimento de água rural das Obras Públicas e o programa WASH da Saúde — coordenar para que os mesmos sistemas não sejam financiados mais do que uma vez. Os projetos de grande investimento (os hospitais da Saúde e o plano de estradas/água/energia das Obras Públicas) devem ser canalizados através do Fundo de Infraestruturas (Opção 7), e não pela dotação municipal/recorrente.

8. Implicações nas estimativas prospectivas

Compromissos recorrentes que ficam fixados na base de referência das Estimativas Prospectivas: SANUTRIO, Linha 116, Quadro de Competências dos Professores, formação do MJ, CNR. Estes representam um custo permanente e contínuo.

Grandes despesas pontuais/de capital — canalizadas através do Fundo de Infraestruturas (Opção 7 resumida), e não como despesas recorrentes: infraestruturas escolares (110,3 milhões de dólares), SEAMEO/Centro de Ciências (12 milhões de dólares), CASPA (1,5 milhões de dólares), impressão internacional (1,44 milhões de dólares).

Despesas com prazo determinado/transitórias — provisionadas nas Estimativas Prospectivas, mas mantidas fora da base de referência recorrente: eleições STAE de 2027 (~8 milhões de dólares no ciclo eleitoral), eventos da CPLP de 2027 e da ASEAN de 2029. Estatutárias e já obrigatórias: pensões dos veteranos do MACLN.

Os novos pedidos de investimento de grande dimensão são, na sua maioria, pontuais e fortemente financiados por doadores (Obras Públicas: 60-75 % por doadores; os hospitais da Saúde são investimentos de capital), pelo que devem ser incluídos no pipeline do Fundo de Infraestruturas e não na base de referência recorrente. Os programas agrícolas (MAPPF) ainda não foram orçamentados; a prestação de serviços de saúde e o capital humano na área da saúde têm componentes recorrentes a quantificar.

9. Divulgações

- Apresenta-se um breve alinhamento por política (convergência positiva, não constitui motivo de desqualificação).
- Novos vs. existentes vs. expansão comprovados em relação aos Planos Anuais de 2026, com códigos de programas/atividades.
- Perfil de custos: custos recorrentes anuais vs. custos pontuais/de capital.
- Sobreposições com o ministério de tutela assinaladas, especialmente para propostas diretas (não pertencentes ao ministério de tutela).
- Lacunas no cálculo de custos (abaixo do padrão do Anexo B): Educação básica (valor provisório), MSSI Linha 116 e RSU, MI (multicomponente) — a calcular.

10. Recomendação

Recomenda-se que a Comissão:

1. **Aprove as 35 propostas** da Secção 4 para desenvolvimento, sujeitas à aprovação de custos pelo Ministério das Finanças e às revisões indicadas;

2. **Devolva as 82 propostas** da Secção 5 para esclarecimento (separar as verdadeiramente novas da linha de base; completar os cálculos de custos);
3. **Exclua/absorva as 2 propostas** da Secção 6 (estatutárias/obrigatórias ou de rotina — financiar através da linha de base);
4. **Instrua a Presidência a encaminhar os seus cerca de 13** programas setoriais através dos ministérios competentes, em vez de os gerir a partir da Presidência (ver o Mapa de Coordenação);
5. **Instruir a SEII (líder da Opção 11 do Resumo) a consolidar** o cluster de Género/Crianças/Deficiências — a CNR, a INDDICA e a MSSI Linha 116 devem encaminhar os seus elementos da Opção 11 através da SEII como um único pacote;
6. **Criar um único Centro Nacional de Informação (NIC) no âmbito do MESCC M1** — integrar a componente de acreditação/digital da ANAAA, para evitar o financiamento de duas plataformas;
7. **Coordenar os grupos interinstitucionais restantes** — Opção 25 (tribunais do MJ + polícia do MI) e o grupo de eventos 2027-29 (MNEC CPLP/ASEAN + eleições STAE + segurança de eventos do MI) — no âmbito de planos únicos, mantendo os eventos pontuais fora da base de referência das Estimativas Antecipadas.

11. Abreviaturas e glossário

Identificadores das políticas: E1-E6 = as seis subpolíticas do Ministério da Educação; M1-M3 = as três subpolíticas a nível ministerial do MESCC; PPG1-PPG3 = as três subpolíticas do Ministério do Interior; Anexo I-IV = os anexos da proposta da MNEC.

Termo	Significado
ACNOC	Comité Nacional para a Organização da Presidência da ASEAN
ADN	Agência de Desenvolvimento Nacional
AIFAESA	Autoridade de Inspeção Alimentar e Supervisão das Atividades Económicas, Sanitárias e Alimentares (código administrativo 064)
ANAAA	Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Académica (código administrativo 060)
APC	Autoridade de Proteção Civil (código administrativo 038)
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BOK	Conjunto de Conhecimentos — o padrão de conhecimentos/competências específico da disciplina
C5	Critério 5 — capacidade institucional (pontuação de 1 a 5)
C6	Critério 6 — alinhamento e impacto (pontuação de 1 a 5)
CASPA	o programa de serviços sociais MSSI (alarga os serviços ao nível dos cargos administrativos)
CLN	Combatentes da Libertação Nacional
CNR	Centro Nacional de Reabilitação (código administrativo 073)
CoM	Conselho de Ministros
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGAA	Direção-Geral dos Assuntos da ASEAN (no âmbito do MNEC)
DGPO	Direção-Geral de Planeamento e Orçamento — a unidade do Ministério das Finanças responsável por esta análise
DL	Decreto-Lei
DOI	Identificador de Objeto Digital
FE	Estimativas Prospectivas - a projeção de referência plurianual das despesas recorrentes
G1	Portão 1 — cumpre o disposto na carta do primeiro-ministro
G3	Porta 3 — novidades genuínas em relação aos Planos Anuais de 2026
G4	Porta 4 — necessita de novos recursos (não pode ser absorvida na base de referência)
GBV	Violência de Género
PPG	Prioridades políticas do governo (o processo de seleção)
Sede	Sede
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
IES	Instituições de Ensino Superior
INCT	Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (código administrativo 092)
INDDICA	Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança (código administrativo 096)

INTL	Imprensa Nacional de Timor-Leste (código administrativo 085)
IPB	Instituto Politécnico de Betano (código administrativo 098)
ISCP	Instituto Superior de Ciências Policiais
ISSN	Número Internacional Normalizado de Publicações Seriadas
TI	Tecnologia da Informação
KPI	Indicador-chave de desempenho
MACLN	Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional (código administrativo 022)
MAE	Ministério da Administração do Estado (código administrativo 016)
MCAE	Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos
MCAS	Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais
ME	Ministério da Educação (código administrativo 018)
MESCC	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (código administrativo 020)
MI	Ministério do Interior (código administrativo 030)
MJ	Ministério da Justiça (código administrativo 015)
MNEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (código administrativo 014)
MdF	Ministério das Finanças
MSSI	Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (código administrativo 021)
n/q	não quantificado — não foram apresentados valores orçamentais na proposta
NIC	Centro Nacional de Informação — para o reconhecimento de qualificações do ensino superior
NZ	Nova Zelândia
OGE	Orçamento Geral do Estado
PCM	Presidência do Conselho de Ministros (código administrativo 004)
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento - o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030
PESI	Plano Estratégico de Segurança Interna — o Plano Estratégico de Segurança Interna 2026-2040
PM	Primeiro-Ministro
PN	Parlamento Nacional
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste (código administrativo 031)
PPG	Prioridades de Política Governamental - designação em português/tetum para o processo de Prioridades de Política Governamental
PR	Presidente da República
PWD	Pessoas com deficiência
RSU	Registo Social Único
SANUTRIO	o programa condicional de transferência monetária para a saúde materna e nutrição «Bolsa da Mãe» (contra o atraso no crescimento)
SEAMEO	Organização dos Ministros da Educação do Sudeste Asiático

SEII	Secretaria de Estado para a Igualdade e a Inclusão (código administrativo 005)
SGDES	Sistema de Gestão de Dados do Ensino Superior
SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
STAE	Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (código administrativo 100)
TA	Assistência Técnica
A determinar	a determinar
TCF	Quadro de Competências do Professor
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação (a agência «TIC Timor»)
TL	Timor-Leste
UNDRR	Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes
UNTL	Universidade Nacional de Timor-Leste (código administrativo 105)
Vol. IIB	Volume IIB dos Planos Anuais de 2026 — a base orçamental utilizada para a verificação do que é «verdadeiramente novo»
VPM	Vice-Primeiro-Ministro

Anexo 4: Apelo do Primeiro-Ministro a novas ideias políticas – Análise de cada nova ideia política

Em 27/6/2026

Este anexo avalia as novas ideias políticas apresentadas para o processo de Prioridades Políticas do Governo de 2027 e conclui que, embora exista uma forte procura por novas despesas, a qualidade das propostas é muito desigual e muitas das propostas apresentadas ainda não estão prontas para decisão. As propostas mais promissoras são aquelas que apresentam uma fundamentação clara em termos de política nacional, urgência jurídica ou com prazos definidos, alinhamento estratégico e vias de implementação exequíveis, incluindo financiamento eleitoral, capacitação do setor da justiça, reformas fundamentais na educação, medidas de combate ao atraso no crescimento e de registo social, governo digital, acreditação e contratos públicos. No entanto, muitas propostas reapresentam atividades de base como novas políticas, carecem de estimativas de custos indicativas para as Estimativas Prospectivas, agrupam rubricas de capital e correntes, estão a cargo da entidade errada ou exigem a consolidação entre setores relacionados. A abordagem recomendada, caso houvesse tempo suficiente, seria que o Secretariado do CRP classificasse as propostas em quatro vias — aprovar para apresentação com orçamento completo, aprovar com revisões, reter para esclarecimentos ou rejeitar —, sendo que a maioria das aprovações seria tratada como autorização para desenvolver propostas robustas e orçamentadas, em vez de decisões finais de financiamento. A outra opção é considerar as propostas no contexto dos 28 PPGs existentes.

Resumo Executivo da Avaliação Consolidada das Novas Ideias Políticas Ministeriais

Objetivo. Este anexo consolida a avaliação das novas ideias políticas apresentadas para o processo de Prioridades Políticas do Governo de 2027 por uma série de diferentes agências de implementação. Aplica um quadro de triagem comum para verificar se cada proposta cumpre o apelo do Primeiro-Ministro a novas ideias políticas, representa uma mudança política genuinamente nova, requer recursos adicionais e possui mérito político, capacidade de implementação e alinhamento estratégico suficientes para avançar para a próxima fase de apreciação orçamental.

Conclusão geral. As propostas apresentadas revelam uma forte procura por novas despesas, mas uma qualidade muito desigual das mesmas. Um pequeno número de propostas constitui claramente candidatas prioritárias, especialmente quando são exigidas por lei, têm prazos definidos, estão bem alinhadas com as prioridades nacionais ou criam sistemas fundamentais para a prestação de serviços e a gestão orçamental. Muitas outras propostas devem ser retidas para esclarecimento, uma vez que se tratam, em grande parte, de continuações de projetos anteriores, não apresentam estimativas de custos suficientes, estão associadas a atividades de base ou foram encaminhadas através da instituição errada. Várias propostas de grande envergadura, de capital ou de natureza comercial, não devem ser tratadas como propostas recorrentes ordinárias do PPG, devendo, em vez disso, ser encaminhadas através do Fundo de Infraestruturas, do Fundo do Petróleo ou de outros canais de investimento estratégico.

Candidatos prioritários. As propostas mais sólidas são aquelas com uma fundamentação clara na política nacional e um percurso de implementação exequível. Estas incluem o financiamento eleitoral para a STAE, a instalação de tribunais e a capacitação técnica no setor da justiça, reformas fundamentais na educação, tais como a avaliação nacional da aprendizagem, a alfabetização e numeracia básicas e a reforma das competências dos professores, a medida anti-atrofia SANUTRIO do MSSI e o Registo Social Único, reformas na proteção civil e na gestão de fronteiras, bem como reformas selecionadas em matéria de governo digital, acreditação, registos, contratos públicos e finanças públicas, nas quais o incremento genuinamente novo possa ser claramente identificado.

Principais questões de triagem. A avaliação identifica quatro problemas recorrentes. Em primeiro lugar, muitas propostas reapresentam atividades de base já existentes como novas propostas políticas, especialmente no que diz respeito ao reforço institucional, formação, manutenção, pagamentos legais e substituição rotineira de ativos. Em segundo lugar, várias propostas estão fragmentadas por diferentes agências, particularmente nas áreas do género, da infância, da deficiência, da proteção social, da transformação digital, da qualidade do ensino superior, dos meios de comunicação social e da regulamentação do setor petrolífero. Em terceiro lugar, muitas propostas carecem dos detalhes de cálculo de custos necessários para as decisões relativas às Estimativas Prospectivas, incluindo a distinção entre despesas de capital e despesas recorrentes, o calendário de execução, as implicações em termos de pessoal e os custos operacionais recorrentes. Em quarto lugar, algumas propostas foram apresentadas à agência de execução errada e devem ser reencaminhadas para o ministério de tutela responsável antes de se considerar o seu financiamento.

Tratamento dos investimentos de capital e estratégicos. Uma parte significativa da pressão orçamental proposta provém de grandes investimentos em infraestruturas, edifícios, instalações, transportes, telecomunicações e no setor petrolífero. Estes não devem ser aprovados através da vertente corrente do PPG sem uma decomposição mais pormenorizada. As infraestruturas escolares, os imóveis diplomáticos, as instalações protocolares, os edifícios municipais, os edifícios da polícia e da proteção civil, os portos, as infraestruturas de transportes, as instalações científicas e de investigação e os novos campus de ensino superior devem ser encaminhados através do Fundo de Infraestruturas ou de outros processos de priorização de despesas de capital. Os megaprojetos petrolíferos, tais como os investimentos relacionados com o Greater Sunrise e o Bayu-Undan, devem ser tratados como investimentos comerciais estratégicos fora do processo ordinário de candidatura orçamental.

Abordagem recomendada para o Secretariado do CRP. O Secretariado do CRP deve utilizar este anexo para classificar as propostas em quatro vias de decisão: aprovar candidatos prioritários para apresentação com orçamento completo; aprovar com revisões nos casos em que a justificação política seja sólida, mas a conceção, o cálculo de custos ou o encaminhamento devam ser melhorados; suspender para esclarecimento nos casos em que o acréscimo da nova política não seja claro; e excluir propostas que constituam despesas de base, obrigatórias, operacionais de rotina ou que estejam fora do âmbito do PPG. Na maioria dos casos, a aprovação nesta fase deve significar a aprovação para elaborar uma proposta com orçamento detalhado e robusto, e não a aprovação final do financiamento.

Próximos passos imediatos. O Ministério das Finanças deve solicitar propostas revistas às agências nos casos em que a justificação política seja potencialmente sólida, mas a proposta ainda não esteja pronta para decisão. As revisões devem isolar a componente genuinamente nova, confirmar se o financiamento de base existente pode absorver a atividade, fornecer estimativas de custos plurianuais, separar os custos de capital dos custos recorrentes, identificar riscos de execução e demonstrar coordenação com as agências relacionadas. Os grupos transversais devem ser consolidados antes das decisões de agosto, especialmente os relativos à inclusão social, proteção infantil, deficiência, transformação digital, qualidade do ensino superior, justiça, regulamentação do petróleo, preparação eleitoral e propostas relacionadas com infraestruturas.

001 - Presidência da República

Portfólio principal: Órgãos de Soberania (fora do Executivo do Governo) | *Políticas: 13*

PR-1: Inclusão Social — apoio a pessoas com deficiência (tecnologia de apoio, por exemplo, computadores portáteis para estudantes com deficiência)

Entidade proponente: Presidência da República (PR) - Casa Civil

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 100 000 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos das 13 propostas de relações públicas variam entre cerca de 50 mil e 210 mil dólares cada (por exemplo, deficiência: cerca de 100 mil dólares; empoderamento das mulheres: cerca de 65 mil dólares; fórum Asia Horasis: cerca de 125 mil a 210 mil dólares) — num total de cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial. [Total das propostas de relações públicas: 6,88 milhões de dólares por registo, distribuídos por 13 programas; custos não discriminados individualmente; componentes não especificados] [A capa do ficheiro PR.pdf (p. 2) cita uma tabela de prioridades com custos indicativos; total do registo: 6,88 milhões distribuídos por 13 programas; componentes não extraídos individualmente — não especificados, necessita de reconciliação manual]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Beneficiário

- O apoio à deficiência sobrepõe-se aos programas de inclusão social SEII/MSSI existentes (admin. 005/021). Novo programa de pequena dimensão gerido pela Presidência (admin. 001).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real (tecnologia de apoio para estudantes com deficiência); custo reduzido e controlado (~100 mil dólares).
- Está em conformidade com a Opção 11 do Resumo (deficiências).

Problemas / revisões necessárias

- A implementação através da Presidência é o canal errado — o apoio a pessoas com deficiência é da competência da Opção 11 do SEII; consolidar no âmbito do SEII (005) para evitar a fragmentação (G3 = necessita de informação).
- Confirmar que não se trata de uma duplicação dos programas existentes da SEII/MSSI relativos à deficiência.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

PR Casa Civil (001) — mas o apoio às pessoas com deficiência é da competência da Opção 11 da SEII; MAIS UM sinal de fragmentação da Opção 11. Encaminhar através da SEII (005)/MSSI em vez de pela Presidência.

PR-2: Empoderamento da Mulher

Entidade proponente: Presidência da República (PR) – Casa Civil

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 65 000 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos nas 13 propostas da PR variam entre cerca de 50 mil e 210 mil dólares cada (por exemplo, deficiência ~100 mil dólares, empoderamento das mulheres ~65 mil dólares, fórum Asia Horasis ~125-210 mil dólares) — cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares no total. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial.

Verificação da situação de referência (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Beneficiários/Âmbito

- Presidência (admin 001). Sobrepõe-se ao mandato do SEII (005) — trata-se da execução presidencial de um programa setorial.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real no âmbito do programa presidencial «Unidade Nacional».
- Custo reduzido e controlado.

Problemas / revisões necessárias

- Duplica o mandato do SEII (005) — a execução presidencial de um programa setorial é um sinal de fragmentação; encaminhar através desse ministério (G3 = necessita de informação).
- Confirmar que não se sobrepõe a programas existentes dos ministérios competentes; apresentar uma estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Duplica o mandato do SEII em matéria de igualdade de género (Opção 11) — encaminhar através do SEII (005), e não pela Presidência.

PR-3: Gestão do Dormitório Feminino doado pelos Emirados Árabes Unidos

Entidade proponente: Presidência da República (PR) – Casa Civil

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos nas 13 propostas da PR variam entre cerca de 50 mil e 210 mil dólares cada (por exemplo, deficiência ~100 mil dólares, empoderamento das mulheres ~65 mil dólares, fórum Asia Horasis ~125-210 mil dólares) — cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares no total. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: Beneficiário/Âmbito

- Presidência (admin 001). Sobrepõe-se ao mandato do SEII/MSSI — trata-se da execução presidencial de um programa setorial.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
A G1 cumpre o disposto na carta do primeiro-ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Precisa de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real no âmbito do programa presidencial «Unidade Nacional».
- Custo reduzido e controlado.

Problemas / revisões necessárias

- Duplica o mandato do SEII/MSSI — a execução presidencial de um programa setorial é um sinal de fragmentação; encaminhar através desse ministério (G3 = necessita de informação).
- Confirmar que não se sobrepõe a programas existentes dos ministérios competentes; apresentar uma estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Abrigo/dormitório para mulheres — mandato do SEII (005)/MSSI (021); encaminhar através do ministério de tutela; confirmar os custos operacionais recorrentes.

PR-4: Maratona Internacional de Díli 2027

Entidade proponente: Presidência da República (PR) – Casa Civil

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: pontual / transitório

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos nas 13 propostas da PR variam entre cerca de 50 mil e 210 mil dólares cada (por exemplo, deficiência ~100 mil dólares, empoderamento das mulheres ~65 mil dólares, fórum Asia Horasis ~125-210 mil dólares) — cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares no total. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: Beneficiário/Âmbito

- Presidência (admin 001). Sobrepõe-se ao mandato da Juventude/Desporto (MJSAC 115) / Turismo — trata-se da execução presidencial de um programa setorial.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 4

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real no âmbito do programa presidencial «Unidade Nacional».
- Custo reduzido e controlado.

Problemas / revisões necessárias

- Duplica o mandato da Juventude/Desporto (MJSAC 115) / Turismo — a execução presidencial de um programa setorial é um sinal de fragmentação; encaminhar através desse ministério (G3 = necessita de informação).
- Confirmar que não se sobrepõe a programas existentes dos ministérios competentes; apresentar uma estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Evento desportivo — mandato da Juventude/Desporto/Turismo; pontual/de duração limitada; encaminhar através do ministério competente.

PR-5: Desenvolvimento institucional da Presidência (sistemas de dados, apoio consultivo)

Entidade proponente: Presidência da República (PR) – Casa Civil

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: predominantemente recorrente

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos nas 13 propostas da PR variam entre cerca de 50 mil e 210 mil dólares cada (por exemplo, deficiência ~100 mil dólares, empoderamento das mulheres ~65 mil dólares, fórum Asia Horasis ~125-210 mil dólares) — cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares no total. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial.

Verificação da situação de referência (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: Beneficiários/Âmbito

- Presidência (admin 001). Sobrepõe-se ao mandato de referência do PCM/Presidência — trata-se da execução presidencial de um programa setorial.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Suspender — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real no âmbito do programa presidencial «Unidade Nacional».
- Custo reduzido e controlado.

Problemas / revisões necessárias

- Duplica o mandato de base do PCM/Presidência — a execução presidencial de um programa setorial constitui um sinal de fragmentação; encaminhar através desse ministério (G3 = necessita de informação).
- Confirmar que não se sobrepõe a programas existentes dos ministérios competentes; apresentar uma estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Fortalecimento institucional da própria Presidência — em grande parte da linha de base do PCM/Presidência; integrar.

PR-6: «Dapur Ba Povu» (Cozinha Comunitária / apoio alimentar)

Entidade proponente: Presidência da República (PR) — Casa Civil

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos nas 13 propostas da PR variam entre cerca de 50 mil e 210 mil dólares cada (por exemplo, deficiência ~100 mil dólares, empoderamento das mulheres ~65 mil dólares, fórum Asia Horasis ~125-210 mil dólares) — cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares no total. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Beneficiários/Âmbito

- Presidência (admin 001). Sobrepõe-se ao mandato do MSSI (021) — trata-se da execução presidencial de um programa setorial.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real no âmbito do programa presidencial «Unidade Nacional».
- Custo reduzido e controlado.

Problemas / revisões necessárias

- Duplica o mandato do MSSI (021) — a execução presidencial de um programa setorial é um sinal de fragmentação; encaminhar através desse ministério (G3 = necessita de informação).
- Confirmar que não se sobrepõe a programas existentes dos ministérios competentes; apresentar uma estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Alimentação/apoio social — mandato de proteção social do MSSI (021); encaminhar através do MSSI; confirmar sobreposição com programas existentes.

PR-7: Apoio às comunidades vulneráveis

Entidade proponente: Presidência da República (PR) – Casa Civil

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: predominância de despesas recorrentes

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos nas 13 propostas da PR variam entre cerca de 50 mil e 210 mil dólares cada (por exemplo, deficiência ~100 mil dólares, empoderamento das mulheres ~65 mil dólares, fórum Asia Horasis ~125-210 mil dólares) — cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares no total. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial.

Verificação da situação de referência (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: Beneficiários/Âmbito

- Presidência (admin 001). Sobrepõe-se ao mandato do MSSI (021) — trata-se da execução presidencial de um programa setorial.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Suspender — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real no âmbito do programa presidencial «Unidade Nacional».
- Custo reduzido e controlado.

Problemas / revisões necessárias

- Duplica o mandato do MSSI (021) — a execução presidencial de um programa setorial é um sinal de fragmentação; encaminhar através desse ministério (G3 = necessita de informação).
- Confirmar que não se sobrepõe a programas existentes dos ministérios competentes; apresentar uma estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Assistência a comunidades vulneráveis — mandato do MSSI; encaminhar através do MSSI; provavelmente sobrepõe-se a programas sociais existentes.

PR-8: Programa Presidencial de Arte e Cultura

Entidade proponente: Presidência da República (PR) — Casa Civil

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos das 13 propostas de relações públicas variam entre cerca de 50 mil e 210 mil dólares cada (por exemplo, deficiência: cerca de 100 mil dólares; empoderamento das mulheres: cerca de 65 mil dólares; fórum Asia Horasis: cerca de 125 mil a 210 mil dólares) — num total de cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: Beneficiário/Âmbito

- Presidência (admin 001). Sobrepõe-se ao mandato do MESCC (cultura) / Turismo — trata-se da execução presidencial de um programa setorial.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Precisa de informações
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 4

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real no âmbito do programa presidencial «Unidade Nacional».
- Custo reduzido e controlado.

Problemas / revisões necessárias

- Duplica o mandato do MESCC (cultura) / Turismo — a execução presidencial de um programa setorial é um sinal de fragmentação; encaminhar através desse ministério (G3 = necessita de informação).
- Confirmar que não se sobrepõe a programas existentes dos ministérios competentes; apresentar uma estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Artes/cultura — mandato do MESCC em matéria de cultura/turismo; encaminhar através do ministério competente.

PR-9: Programa Presidencial de Saúde

Entidade proponente: Presidência da República (PR) — Casa Civil

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos nas 13 propostas da PR variam entre cerca de 50 mil e 210 mil dólares cada (por exemplo, deficiência ~100 mil dólares, empoderamento das mulheres ~65 mil dólares, fórum Asia Horasis ~125-210 mil dólares) — cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares no total. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial.

Verificação da situação de referência (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Beneficiários/Âmbito

- Presidência (admin 001). Sobrepõe-se ao mandato do Ministério da Saúde (017) — trata-se da execução presidencial de um programa setorial.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 4

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real no âmbito do programa presidencial «Unidade Nacional».
- Custo reduzido e controlado.

Problemas / revisões necessárias

- Duplica o mandato do Ministério da Saúde (017) — a execução presidencial de um programa setorial é um sinal de fragmentação; encaminhar através desse ministério (G3 = necessita de informação).
- Confirmar que não se sobrepõe a programas existentes de ministérios setoriais; apresentar estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Iniciativa na área da saúde — mandato do Ministério da Saúde (017); encaminhar através do Ministério da Saúde; confirmar sobreposição.

PR-10: «Natal Ho Povu» (Natal com o Povo)

Entidade proponente: Presidência da República (PR) — Casa Civil

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: pontual / transitório

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos nas 13 propostas da PR variam entre cerca de 50 mil e 210 mil dólares cada (por exemplo, deficiência ~100 mil dólares, empoderamento das mulheres ~65 mil dólares, fórum Asia Horasis ~125-210 mil dólares) — cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares no total. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: Beneficiário/Âmbito

- Presidência (admin 001). Sobrepõe-se ao mandato do MSSI / social — trata-se da execução presidencial de um programa setorial.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Precisa de informação
O G4 precisa de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 1 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 3

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real no âmbito do programa presidencial «Unidade Nacional».
- Custo reduzido e controlado.

Problemas / revisões necessárias

- Duplica o mandato do MSSI / social — a execução presidencial de um programa setorial é um sinal de fragmentação; encaminhar através desse ministério (G3 = necessita de informação).
- Confirmar que não se sobrepõe a programas existentes dos ministérios competentes; apresentar uma estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Evento comunitário sazonal — pontual/de duração limitada; social/MSSI; absorver ou encaminhar através do ministério de tutela.

PR-11: Reunião da Horasis na Ásia (organização de um fórum económico internacional)

Entidade proponente: Presidência da República (PR) — Casa Civil

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 125 000 dólares americanos | Perfil de custos: pontual / transitório

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos nas 13 propostas da PR variam entre cerca de 50 000 e 210 000 dólares americanos cada (por exemplo, deficiência ~100 000 dólares, empoderamento das mulheres ~65 000 dólares, fórum Asia Horasis ~125 000-210 000 dólares) — cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares americanos no total. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: Beneficiário/Âmbito

- Presidência (admin 001). Sobrepõe-se ao mandato do MNEC / Turismo — trata-se da execução presidencial de um programa setorial.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real no âmbito do programa presidencial «Unidade Nacional».
- Custo reduzido e controlado.

Problemas / revisões necessárias

- Duplica o mandato do MNEC / Turismo — a execução presidencial de um programa setorial é um sinal de fragmentação; encaminhar através desse ministério (G3 = necessita de informação).
- Confirmar que não se sobrepõe a programas existentes dos ministérios setoriais; apresentar estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Organização de fóruns internacionais — MNEC/Turismo/eventos; pontual/de duração limitada; coordenar no âmbito do grupo de eventos Opt 8.

PR-12: Iniciativa Comunitária Presidencial

Entidade proponente: Presidência da República (PR) – Casa Civil

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: predominantemente recorrente

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos nas 13 propostas da PR variam entre cerca de 50 mil e 210 mil dólares cada (por exemplo, deficiência ~100 mil dólares, empoderamento das mulheres ~65 mil dólares, fórum Asia Horasis ~125-210 mil dólares) — cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares no total. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial.

Verificação da situação de referência (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: Beneficiários/Âmbito

- Presidência (admin 001). Sobrepõe-se ao mandato do MSSI / MAE — trata-se da execução presidencial de um programa setorial.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 4

Recomendação

Suspender — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real no âmbito do programa presidencial «Unidade Nacional».
- Custo reduzido e controlado.

Problemas / revisões necessárias

- Duplica o mandato do MSSI/MAE — a execução presidencial de um programa setorial é um sinal de fragmentação; deve ser encaminhado através desse ministério (G3 = necessita de informação).
- Confirme que não se trata de uma duplicação de programas já existentes nos ministérios competentes; apresente uma estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Envolvimento da comunidade — mandato do MSSI/MAE; encaminhar através do ministério de tutela; provável linha de base.

PR-13: Iniciativa de Reconciliação Nacional

Entidade proponente: Presidência da República (PR) — Casa Civil

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: pequena iniciativa do programa presidencial. Os custos indicativos nas 13 propostas da PR variam entre cerca de 50 mil e 210 mil dólares cada (por exemplo, deficiência ~100 mil dólares, empoderamento das mulheres ~65 mil dólares, fórum Asia Horasis ~125-210 mil dólares) — cerca de 1 a 1,5 milhões de dólares no total. Os eventos (Maratona, Natal, Asia Horasis) são pontuais/de duração limitada. A maioria duplica um mandato de um ministério setorial.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Beneficiários/Âmbito

- Presidência (admin 001). Sobrepõe-se ao mandato do CNC (070) / PCM — trata-se da execução presidencial de um programa setorial.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real no âmbito do programa presidencial «Unidade Nacional».
- Custo reduzido e controlado.

Problemas / revisões necessárias

- Duplica o mandato do CNC (070) / PCM — a execução presidencial de um programa setorial é um sinal de fragmentação; encaminhar através desse ministério (G3 = necessita de informação).
- Confirmar que não se sobrepõe a programas existentes dos ministérios competentes; apresentar uma estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Reconciliação/unidade nacional — sobrepõe-se ao mandato de justiça transicional do CNC (070, linha 83); coordenar, não gerir separadamente da Presidência.

004 - Presidência do Conselho de Ministros

Portfólio de tutela: | *Políticas: 1*

Atividades estratégicas da PCM: continuidade, documentação e diplomacia parlamentar (Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares)

Entidade proponente: Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 4 310 000 dólares americanos | Perfil de custos: predominância de despesas recorrentes

Estimativas futuras: PCM propriamente dito = coordenação dos assuntos parlamentares (Subprograma 4.998, Vice-Ministério dos Assuntos Parlamentares) — representação do Governo no Parlamento, processo legislativo e controlo parlamentar; destaca-se uma carga parlamentar mais pesada em 2027, nomeadamente devido à descentralização/poderes locais. Continuidade institucional em grande parte; pedido limitado de novos recursos. Não orçamentado. [custo: valor do registo da DGPO, atualizado a 27-06-2026; a confirmar face à proposta completa na fase de orçamentação] [registo do PCM 4,31 milhões (prioridades da ASEAN/comunicações, descrição). NOTA: O PCM.pdf, p. 27, reproduz o EXEMPLO hipotético do hospital nacional retirado de «Modelos de Cartas de Resposta - Orçamento 2027.docx» (orientações para as entidades) — valor meramente ilustrativo (400 milhões de dólares/100 milhões de dólares), NÃO se trata de uma proposta real; EXCLUÍDO desta análise (verificado: ausente de todas as células de custos)]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação do existente | Dimensão: Intensidade

- Função de assuntos parlamentares do PCM (admin 004, Subprograma 4.998) — operações na sua maioria existentes; isolar qualquer elemento genuinamente novo.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Suspender — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Mantém a coordenação essencial entre o Governo e o Parlamento, bem como o processo legislativo e de supervisão; a carga de trabalho aumenta com a descentralização.
- Função de coordenação a nível de todo o governo.

Questões / revisões necessárias

- Em grande parte, trata-se de continuidade (Subprograma 4.998) — poucas novidades evidentes (G3/G4 = necessita de informação); financiar a maior parte na linha de base.
- Especificar qualquer acréscimo genuinamente novo e orçamentado; o ficheiro PCM.pdf também agrupa o INTL (085, linha 14), o CNC (070, linha 83) e o AMRT (061, linha 82), avaliados nas respetivas linhas.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

PCM (004). NOTA: o documento PCM.pdf também inclui o INTL-085 (avaliado, linha 14), o CNC-070 e o AMRT-061 (avaliados separadamente) — esta linha = apenas o PCM propriamente dito.

005 - Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

Prioridades em matéria de igualdade e inclusão (4 programas estratégicos)

Entidade proponente: Secretaria de Estado da Igualdade e Inclusão

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 9 143 815 dólares americanos | Perfil de custos: A determinar

Estimativas futuras: Na sua maioria, continuação dos programas existentes em matéria de violência de género e empoderamento (recorrentes). Isolar qualquer elemento novo.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: n/a

- Programas permanentes da SEI (PEI 2023-2028): Desenvolvimento Institucional; Prevenção da Violência de Género; Empoderamento Económico das Mulheres; Participação Política das Mulheres — em grande parte, continuação. O SEII é o Brief Opt 11 LEAD. (Confirmar os códigos exatos dos programas sob a tutela do PCM.) Programa 980 Inclusão Social (por exemplo, Ativ 9801702 igualdade de género, 9801705, 9803201), admin 005 — em grande parte continuação; isolar qualquer elemento genuinamente novo.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Suspender — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- A SEII é a entidade designada para liderar a Opção 11 do Resumo (Género/Crianças/Deficiências) — o centro natural de coordenação para a CNR, a INDDICA e as outras propostas relativas a deficiências e crianças.
- Forte alinhamento estratégico com as prioridades em matéria de capital humano e inclusão.

Questões / revisões necessárias

- Em grande parte, trata-se de uma continuação dos programas existentes — separar qualquer elemento genuinamente novo do mandato de base (G3 = necessita de informação).
- Verificar se a solicitação pode ser integrada no mandato de base (G4 = necessita de informação).
- Concretizar a consolidação da Opção 11: integrar o CNR, o INDDICA e a MSSI Linha 116 no âmbito da SEII para eliminar a fragmentação.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Apresentado diretamente (sob a tutela do PCM). A SEII é a entidade líder da Opção 11 — o CNR e o INDDICA devem consolidar-se sob a sua alçada.

008 - Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego

Portfólio de tutela: VPM Assuntos Económicos / Turismo e Ambiente | Políticas: 2

SEFOPE-A: Formação profissional (centros de formação, desenvolvimento de competências)

Entidade proponente: Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Formação profissional/vocacional — centros de formação, competências alinhadas com o mercado de trabalho. Principalmente a base de formação existente da SEFOPE + qualquer nova capacidade. [Total da proposta da SEFOPE: 5 600 000 USD, segundo o registo da DGPO; ainda não repartido pelas linhas [116, 117]; custos por componente n/q, pendentes da proposta completa] [SEFOPE.pdf, p. 22, tabela orçamental (girada); total do registo: 5,6 milhões; componentes 116/117 n/q]

Verificação da base de referência (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: Intensidade

- A formação profissional é ministrada através dos centros nacionais de formação — Programa 983 Investimento e Diversificação Económica, Subprograma 98315 Atividades de Formação Profissional (115 197 dólares, CNEFP-Tibar 071) — além do organismo de normalização da mão-de-obra INDMO (094, Programa 983, Subprogramas 98302/98303/98304, 171 550 dólares americanos). O PPG amplia a capacidade de formação.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- O desenvolvimento de competências é uma prioridade do Brief com elevado impacto para uma força de trabalho jovem.
- Estruturas de implementação já estabelecidas (centros de formação).

Questões / revisões necessárias

- Formação do SEFOPE, na sua maioria já existente — identificar as ações genuinamente novas (G3 = necessita de informação); fornecer os custos com base nas tabelas do PAA.

- Coordenar com o cluster do capital humano (MPIE/FDCH, ADN, MCI, Educação TVET) para evitar duplicações.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do SEFOPE (008); forte sobreposição na área do capital humano com o MPIE/FDCH (067), formação do ADN-A (109), formação do MCI-B para MPME (105) e Educação TVET — coordenar como um único cluster.

SEFOPE-B: Serviços de emprego + emprego juvenil + emprego no estrangeiro

Entidade proponente: Secretaria de Estado da Formação Profissional e do Emprego (SEFOPE)

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Serviços de emprego, correspondência entre oferta e procura no mercado de trabalho, programas de emprego juvenil, emprego no estrangeiro. Os elementos relativos ao emprego juvenil são verdadeiramente novos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Âmbito

- Baseia-se na linha de base dos serviços de emprego (SEFOPE 008) e no desenvolvimento da força de trabalho do INDMO (094, Programa 983, 171 550 dólares americanos; Subprograma 98346 «Promoção de Competências da Mão-de-Obra»). Verdadeiramente novo = programa de emprego para jovens (expansão).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- O emprego, em particular o emprego juvenil, constitui uma prioridade de grande impacto; aborda o desemprego juvenil.
- Serviços de emprego concretos + canais de emprego no estrangeiro.

Questões / revisões necessárias

- Isolar os programas genuinamente novos (programas de emprego para jovens) da linha de base dos serviços de emprego (G3 = necessita de informação); apresentar os custos.
- Coordenar com o MJSAC (juventude) e o grupo de trabalho sobre capital humano.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança da SEFOPE (008); coordenar o emprego juvenil com o MJSAC (115, juventude) e o grupo de trabalho sobre capital humano.

009 - Secretaria de Estado das Cooperativas

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

Programa Nacional de Cooperativas Resilientes (PNCR) 2027-2031

Entidade proponente: Secretaria de Estado das Cooperativas (SECOOP)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 15 000 000 USD (opção 1) / 25 000 000 USD (opção 2) | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Novo programa nacional de cooperativas. Opção 1 ~0,95 milhões de dólares americanos / Opção 2 (recomendada) ~1,2 milhões de dólares americanos. Combinação de despesas recorrentes (formação, apoio) + algum capital. Custo modesto e contido. [custo: SECOOP.pdf – projeto-piloto 2027-28: 15-25 milhões de dólares indicativos; programa completo 2029-32: 50-80 milhões; era de 0,95 milhões]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: n/a

- Novo programa nacional (PNCR) — não incluído na linha de base de 2026 (admin 009). Reforça/moderniza o setor cooperativo.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 4 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Programa nacional novo e bem delimitado, com um orçamento modesto (~0,95-1,2 milhões de dólares).
- Conciliando a diversificação económica com o crescimento do setor privado; as cooperativas chegam aos produtores rurais.

Questões / revisões necessárias

- Confirmar os custos ao nível das atividades e a repartição entre despesas correntes e de capital.
- Coordenar com o MCI (MPME) e o Ministério da Agricultura para evitar sobreposições entre os programas de apoio às cooperativas.

Sobreposição entre ministérios de tutela (a confirmar)

Liderança da SECOOP (009); coordenar com o MCI (113) no que diz respeito às MPME/setor privado e com o Ministério da Agricultura/MAF no que diz respeito às cooperativas agrícolas; cooperação com a ASEAN assinalada.

012 - Ministério das Finanças

Portfólio de referência: | *Políticas: 1*

Reforma da gestão das finanças públicas + reforma fiscal/das receitas internas (medidas políticas próprias do Ministério das Finanças)

Entidade responsável pela apresentação: Ministério das Finanças (MF) — medidas próprias

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 10 711 681 dólares americanos | Perfil de custos: Misto (correntes + de capital; menu de opções)

Estimativas futuras: Fonte MF.pdf, p. 11, «Total do Orçamento Indicativo» consolidado: 2027: 4 122 209 dólares americanos (salários recorrentes 0,40 milhões + bens e serviços 1,25 milhões = 1,65 milhões; capital 2,47 milhões) + 2028 US$ 6 589 472 = US$ 10,71 milhões no total. Menu de opções (Censo Económico/estatísticas; gestão de ativos + equipamento ASEAN/CPLP; fiscal/alfândega + 3 postos fronteiriços; reforma contabilística). Inconsistência interna entre a p. 11 e as listas detalhadas das p. 14/p. 15 -> requer verificação independente dos custos (por um organismo externo ao Ministério das Finanças). O valor anterior de 911 272 US$ resultou de uma leitura errada da subtabela de capital da p. 15 (na realidade, 811 272,48 US$). ***Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)***

Estado: Continuação da iniciativa existente | Dimensão: Intensidade

- Existente no âmbito do Programa 023 Gestão das Finanças Públicas (7 483 071 dólares dos EUA) — Subprogramas 02331 Cobrança de Receitas e Mobilização de Financiamento (4 617 762 dólares dos EUA), 02333 Execução Orçamental/Auditoria (526 282 dólares dos EUA), 02321 Melhoria da Despesa Pública, 02322 Aumento da Arrecadação de Receitas Internas — além do Programa 510 Funcionamento (2 175 098 dólares). PPG PFM + reforma das receitas internas = expansão destas (com forte componente de continuação). [MF 012]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 4 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Suspender — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- A sustentabilidade orçamental e uma base de receitas mais sólida são as principais prioridades do Brief; a digitalização da tributação eletrónica e das receitas apresenta um claro potencial de aumento das receitas.
- O Ministério das Finanças dispõe de uma forte capacidade de execução.

Questões / revisões necessárias

- Isolar as medidas genuinamente novas (digitalização do sistema de receitas/tributação eletrónica) da agenda de reformas em curso do Ministério das Finanças + assistência técnica dos doadores (G3 = necessita de informação).
- Na qualidade de órgão de avaliação, a proposta do próprio Ministério das Finanças necessita de uma verificação independente dos custos (realizada por um organismo externo ao Ministério das Finanças); coordenar a tributação eletrónica com o cluster digital Opt 17/18.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

O Ministério das Finanças (012) é também o órgão responsável pela análise — confirmar se as medidas de reforma já não constam da linha de base do Ministério das Finanças ou se já são financiadas por doadores; coordenar com os parceiros da gestão das finanças públicas.

014 - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Portfólio principal: Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC) | *Políticas: 6*

MNEC-1 (Anexo I): Aquisição de imóveis diplomáticos no estrangeiro (Lisboa, Jacarta, Bruxelas)

Entidade proponente: Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 39 660 000 dólares americanos | Perfil de custos: Pontual / de capital

Estimativas futuras: Grande investimento de capital pontual ~39,66 milhões de dólares americanos (Lisboa 12,96 + Jacarta 24,0 + Bruxelas 2,7, incl. custos administrativos). Converte a renda recorrente em ativos do Estado — as poupanças recorrentes compensam ao longo do tempo. Canalização através do Fundo de Infraestruturas.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: n/a

- NÃO consta do plano de 2026 — as missões encontram-se atualmente em regime de arrendamento (Programa 510 Política Externa, administração 014). Aquisição de imóveis = novo ativo de capital.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Converte rendas recorrentes em ativos permanentes do Estado — poupança fiscal a longo prazo (por exemplo, renda em Lisboa ~420 mil dólares/ano vs. compra).
- Reforça a presença diplomática e a capacidade dos serviços consulares; apoia o posicionamento na CPLP/ASEAN.

Problemas / revisões necessárias

- Investimento de capital pontual muito elevado (~39,66 milhões de dólares) — canalizar através do Fundo de Infraestruturas (Opção 7), com uma análise adequada de custo-benefício entre compra e arrendamento e uma avaliação estrutural por imóvel (a própria proposta recomenda isto).

- A aquisição de imóveis no estrangeiro é complexa — a capacidade de mobilização de capital do MNEC constitui um risco; proceder por fases, imóvel a imóvel.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MNEC (014); canalizar através do Fundo de Infraestruturas (080); confirmar a análise de custo-benefício entre compra e arrendamento.

MNEC-2 (Anexo II): Instalações diplomáticas e protocolares (VIP/VVIP, espaços para reuniões/imprensa) no MNEC

Entidade proponente: Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 750 000 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Construção de instalações VIP/VVIP e de protocolo (~750 mil dólares, projeto ADN) = investimento de capital pontual; reduz o aluguer recorrente de espaços para eventos (~500 mil dólares/ano). Componente de imprensa/armazenamento não orçamentada. Canalizar através do Fundo de Infraestruturas.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: Âmbito

- NÃO consta do plano de 2026 — novas instalações protocolares (Programa 510, admin 014). Projeto ADN com mais de 5 anos — reavaliar através do Fundo de Infraestruturas.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Reduz as despesas recorrentes com o aluguer de espaços para eventos (~500 mil dólares/ano) e apoia a organização da CPLP 2027 e da ASEAN.
- Melhora a capacidade protocolar e a imagem institucional do Estado no âmbito de visitas de alto nível.

Problemas / revisões necessárias

- Construção (~750 mil dólares, mais uma componente de imprensa/armazenamento cujo custo ainda não foi calculado) — canalizar através do Fundo de Infraestruturas e reavaliar o projeto da ADN, com mais de 5 anos.

- Confirmar a projeção da procura e o modelo operacional antes da construção.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MNEC (014); encaminhar a construção através do Fundo de Infraestruturas (080); associar à necessidade de acolhimento da CPLP/ASEAN.

MNEC-3 (Anexo III): Presidência Pro Tempore da CPLP em 2027 (programa de eventos)

Entidade proponente: Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 1 000 000 USD (opção 1) / 2 000 000 USD (opção 2) | Perfil de custos: Pontual / transitório

Estimativas Prospectivas: Evento pontual em 2027: Cenário 1 1,0 milhão de dólares americanos (atividades normais) / Cenário 2 2,0 milhões de dólares americanos (incluindo a Cimeira de Chefes de Estado em TL). Despesa transitória — NÃO é incluída na base de referência das Estimativas Prospectivas. O documento recomenda o Cenário 1.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: n/a

- NÃO é um item recorrente da linha de base — presidência pro tempore da CPLP em 2027, de caráter pontual (TL detém-na de janeiro de 2026 a julho de 2027).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do primeiro-ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 4 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Aprovar com alterações

Pontos fortes

- Corresponde exatamente à Opção 8 do Brief (grandes eventos) — uma obrigação com prazo definido até 2027 e retornos diplomáticos/económicos claros.
- De natureza pontual e com prazo determinado — sem custos anuais recorrentes permanentes; o Cenário 1 (1 milhão de dólares) corresponde à prática habitual.

Questões / revisões necessárias

- Confirmar o Cenário (1 vs 2) — o Cenário 2 (2 milhões de dólares) apenas se o Presidente decidir acolher a Cimeira de Chefes de Estado em TL.
- Coordenar a segurança do evento com o MI (PPG1-B) e as instalações de protocolo (MNEC-2) para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MNEC (014); coordenar a segurança do evento com o MI (PPG1-B) e a decisão relativa à cimeira com a Presidência.

MNEC-4 (Anexo IV-1): Preparação para a Presidência da ASEAN 2029 + reforço institucional do ACNOC

Entidade proponente: Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 3 249 016 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: 3 249 016 dólares americanos no âmbito do orçamento para os Assuntos da ASEAN de 2027, contra 2 947 716 dólares americanos em 2026 = +301 300 dólares americanos (+10,1%). Na sua maioria, base de referência EXISTENTE para os Assuntos da ASEAN; incremento genuinamente novo do PPG = os +301 mil dólares + operacionalização da ACNOC. As infraestruturas críticas (aeroporto, centro de convenções, hotéis) estão incluídas nos orçamentos dos ministérios setoriais.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação do existente | Dimensão: Intensidade/Âmbito

- Base de referência dos Assuntos da ASEAN (Programa 510, admin. 014); ACNOC criada pela Resolução Governamental n.º 12/2026. O acréscimo de +301 mil dólares constitui o novo elemento. Assuntos da ASEAN no âmbito do Programa 510 (por exemplo, Ativ 5100109/5100112), admin. 014.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Prioridade estratégica nacional (ASEAN 2029) com base jurídica (Resolução do Governo n.º 12/2026); a preparação antecipada reduz os custos e riscos posteriores.
- Deixa capacidade institucional permanente (protocolo, gestão de eventos, coordenação).

Questões / revisões necessárias

- A maior parte corresponde à dotação de base existente para os Assuntos da ASEAN (2,95 milhões de dólares); isolar o acréscimo genuinamente novo do PPG (+301 mil dólares + operacionalização da ACNOC) — EM ESPERA até que essa separação seja efetuada.

- Os itens de infraestruturas críticas (aeroporto, centro de convenções, hotéis) devem constar nos orçamentos dos ministérios setoriais — esta proposta limita-se a coordená-los.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MNEC (014); o acompanhamento das infraestruturas críticas cabe aos ministérios setoriais (aeroporto = MTC, centro de convenções, hotéis) — estes têm os seus próprios orçamentos.

MNEC-5 (Anexo IV-2): Função de Coordenador Nacional da ASEAN-Nova Zelândia em 2027 (incluindo a reunião em Díli)

Entidade proponente: Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC)

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: pontual / transitório

Estimativas futuras: No âmbito do orçamento para os Assuntos da ASEAN de 2027 (rubricas reforçadas para a reunião de alto nível ASEAN-Nova Zelândia em Díli: 10 Estados da ASEAN + Secretariado + Nova Zelândia). Custos principalmente relacionados com um evento pontual; confirmar o montante incremental em relação à base de referência.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: Âmbito

- Nova função para 2027 (o TL é o coordenador nacional ASEAN-Nova Zelândia). Dentro da linha de base dos Assuntos da ASEAN (Programa 510, administração 014).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Compromisso concreto para 2027 (TL é o coordenador da ASEAN-NZ) e um ensaio útil para a Presidência de 2029.
- A organização da reunião em Díli reforça a visibilidade regional de TL.

Questões / revisões necessárias

- O financiamento está integrado no orçamento dos Assuntos da ASEAN — confirmar o custo incremental da reunião de Díli em relação à base de referência.
- Despesas pontuais/temporárias — manter fora da base de referência recorrente da FE.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MNEC (014); acolhimento pontual — coordenar com o MI (segurança) para a reunião de Díli.

MNEC-6 (Anexo IV-3): Coordenação dos Planos de Ação Setoriais da ASEAN 2026-2030 (MNEC/DGAA)

Entidade responsável pela apresentação: Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNEC)

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Predominantemente recorrente

Estimativas futuras: Na sua maioria no âmbito das operações atuais do MNEC/DGAA; necessidades adicionais limitadas (assistência técnica especializada, capacidade, ferramentas de monitorização) — a confirmar com o Ministério das Finanças. Trata-se, em grande parte, de um mandato de coordenação já existente.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação de uma iniciativa existente | Dimensão: Intensidade

- Mandato de coordenação nacional-ASEAN existente da DGAA (Programa 510, admin 014); apenas uma assistência técnica adicional limitada é nova.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Precisa de informação
O G4 precisa de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Suspender — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Aborda um risco real de integração (compromissos fragmentados e envolvendo vários ministérios da ASEAN) através de um mecanismo de coordenação.
- Recorre em grande parte à capacidade existente da DGAA — baixo custo incremental.

Questões / revisões necessárias

- Trata-se, na sua maioria, de um mandato de coordenação já existente da DGAA no âmbito das operações atuais — poucas novidades genuínas (G3/G4 = necessita de informação); financiar a maior parte no orçamento de base.
- Apenas uma assistência técnica e monitorização adicionais limitadas constituem novidade — SUSPENDER até que esse pequeno acréscimo seja especificado.

Sobreposição com o ministério de tutela (a confirmar)

Papel de coordenação do MNEC/DGAA (014) entre os ministérios setoriais; não é da responsabilidade do ACNOC.

015 - Ministério da Justiça

Área de competência do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

Reforço de Competências Técnicas e Especialização Profissional (formação em justiça + instalação de tribunais)

Entidade proponente: Ministério da Justiça

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 16 000 000 USD | Perfil de custos: Predominantemente recorrente

Estimativas futuras: A formação é recorrente (~1,2 milhões de dólares/ano); apenas 50 mil dólares de despesas de capital em 2027. Compromisso recorrente plurianual. [custo: registo do MJ 16 milhões de dólares (a fonte apresenta 9 orçamentos de atividades plurianuais); era 1,35 milhões = uma rubrica orçamental]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Geográfica + intensidade

- Existente no âmbito do Programa 392 Acesso à Justiça (5 656 326 dólares) - Subprogramas 39201 Acesso à Justiça (31 600 dólares), 39213 Desenvolvimento de RH em áreas técnicas (147 240 dólares) — mais o Programa 510 Funcionamento (1 856 986 dólares). Verdadeiramente novo = instalação de tribunais/procuradorias + formação técnica especializada (expansão). [MJ 015]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 4 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 8

Recomendação

Aprovar – candidato prioritário

Pontos fortes

- Forte alinhamento com o Brief Opt 25 (justiça/ordem pública); o elemento genuinamente novo é a instalação de tribunais e procuradorias.
- Desenvolve competências técnicas especializadas no setor da justiça.

Questões / revisões necessárias

- Em parte, trata-se de uma continuação da formação anterior na área da justiça — isolar a nova componente de instalação de tribunais da formação recorrente.
- 3,65 milhões de dólares ao longo de 3 anos: confirmar a repartição entre despesas de capital e correntes e coordenar com o MI (grupo da Opção 25).

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Ministério de tutela; confirmar em relação às linhas de formação existentes do CFJJ/INAP e ao programa judicial da Opção 25.

016 - Ministério da Administração Estatal

Portfólio de tutela: Ministério da Administração Estatal (MAE) | *Políticas: 3*

Correção da dotação orçamental do MAE para 2027 (transferência de fundos municipais) [1 de uma apresentação do MAE em 3 partes]

Entidade proponente: Ministério da Administração Estatal (MAE)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Predominantemente recorrente

Estimativas futuras: A carta de referência n.º 434 corrige os valores da dotação orçamental municipal (valores em dólares americanos por município) constantes da referência n.º 428. Parece tratar-se de uma dotação orçamental municipal anual, e não de uma nova política específica. [Total da proposta do MAE: 25 450 761 dólares americanos, segundo o registo da DGPO; ainda não repartido pelas linhas [81, 102, 103]; custos por componente não quantificados, aguardando a proposta completa] [Tabela orçamental na p. 25 do MAE.pdf: secção «dias nacionais» ~22,5 milhões de dólares (Salários 9,02 milhões + Bens/Serviços 11,76 milhões + Transferências 2,2 milhões); o texto indica 22 488 880 USD; total do registo 25,45 milhões — tabela de origem encontrada, reconciliar entre os 3 componentes do MAE na fase de cálculo de custos]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação existente | Dimensão: n/a

- Dotação orçamental municipal anual — abrange o Programa 025 Descentralização Administrativa e Poder Local (1 018 787 USD) mais os próprios orçamentos das Autoridades Municipais (043-055). Trata-se de uma correção do processo orçamental (a ref. 434 corrige a 428), não de uma nova rubrica do programa. [MAE 016]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Suspender — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- O financiamento municipal/de descentralização apoia a prestação de serviços nas zonas rurais (Prioridade 2 do resumo).
- Foram fornecidos valores concretos por município.

Questões / revisões necessárias

- Parece tratar-se de uma correção na dotação orçamental municipal anual (a ref. 434 corrige a ref. 428), e NÃO de uma nova política distinta — confirmar o âmbito; provavelmente insere-se no processo do orçamento anual, e não no fluxo do PPG.
- Obter a proposta substantiva de nova política do MAE (ref. 428), caso exista separadamente.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

MAE (016); STAE (linha 8) é a outra proposta do grupo MAE. ÂMBITO: parece tratar-se de uma dotação orçamental anual — confirmar se as novas ideias políticas de fundo do MAE (ref. 428) constituem um documento separado.

MAE-A: Aprofundar a descentralização administrativa + criar órgãos representativos do poder local (assembleias municipais, eleições municipais, edifícios das assembleias, quadro jurídico)

Entidade proponente: Ministério da Administração Estatal (MAE)

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Multicomponente: criar assembleias municipais + organizar eleições para o poder local (municipais) (uma única vez) + construir edifícios para as assembleias/autoridades municipais (capital — Fundo de Infraestruturas) + quadro jurídico + rever o financiamento municipal. Recomenda-se a Opção 3; sem cálculo de custos.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Âmbito

- Já existente no âmbito do Programa 025 Descentralização Administrativa e Poder Local (1 018 787 dólares dos EUA) — Subprogramas 02502 Descentralização Administrativa (439 546 dólares dos EUA), 02501 Desenvolvimento Local (351 260 dólares), 02504 Instalação dos Órgãos do Poder Local (98 241 dólares) — além do Programa 510 (6 527 848 dólares). O PPG aprofunda a descentralização + eleições municipais (expansão); coordenar com a STAE. [MAE 016]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Cumpre a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 É genuinamente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Um importante passo no sentido da descentralização (criação de órgãos de poder local eleitos) — está em consonância com a prioridade do Documento de Orientação relativa ao acesso aos serviços rurais e à descentralização.
- Reforça a governação local democrática e a prestação de serviços mais próxima dos cidadãos.

Questões / revisões necessárias

- Multicomponente — decompor; isolar os elementos genuinamente novos (eleições, edifícios para as assembleias, quadro jurídico) da linha de base da descentralização em curso (G3 = necessita de informação).
- Coordenar as eleições municipais com a STAE (100); canalizar o capital para a construção de estradas através do Fundo de Infraestruturas; apresentar os custos (Opção 3 não quantificada).

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MAE (016); sobreposição das eleições municipais com o STAE (100) — coordenar; canalizar o capital para a construção de edifícios da assembleia através do Fundo de Infraestruturas (080).

MAE-B: Simplificação administrativa e digitalização da governação local (Portal Municipal, Balcão Único, Centro de Modernização Administrativa)

Entidade proponente: Ministério da Administração Estatal (MAE)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Portal Municipal + expansão da rede de Balcões Únicos + Centro de Modernização Administrativa. Investimento inicial (único) + custos operacionais recorrentes. Recomenda-se a Opção 3; sem cálculo de custos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Âmbito

- Baseia-se no Programa 025 Descentralização Administrativa e Poder Local (1 018 787 dólares dos EUA) - Subprograma 02502 Descentralização Administrativa (439 546 dólares), 02503 Planeamento Integrado Municipal (129 740 dólares) — mais o Programa 510 Funcionamento (6 527 848 dólares). Balcões únicos digitais do PPG (Portal Municipal, Balcão Único, Centro de Modernização) = expansão/nova digitalização dos serviços locais. [MAE 016]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Infraestrutura concreta de serviços digitais (balcões únicos, portal municipal) — melhora a prestação de serviços e a transparência; está em conformidade com a Opção 17/18.
- Reduz a carga administrativa para os cidadãos a nível municipal/local.

Questões / revisões necessárias

- Coordenar a implementação digital com o grupo das Opções 17/18 e a TIC Timor (059) para evitar a duplicação de plataformas.
- Apresentar os custos (a Opção 3 não está quantificada); confirmar os custos operacionais recorrentes.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MAE (016); coordenar com o cluster digital Opt 17/18 (MESCC M1, TIC Timor-059); ligações à reforma da administração pública (CFP-075).

017 - Ministério da Saúde

Portfólio de referência: Ministério da Saúde (MdS) | *Políticas: 3*

H1: Infraestruturas de saúde e acesso — 3 novos hospitais (Ermera, Manufahi, Psiquiátrico), centros de saúde comunitários/pós-reabilitação, WASH, equipamento, 14 veículos

Entidade proponente: Ministério da Saúde

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 94 250 000 dólares americanos | Perfil de custos: Pontuais/de capital

Estimativas futuras: Na sua maioria pontuais/de capital; os novos hospitais acrescentam uma pequena componente recorrente de O&M.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Geográfica/Âmbito

- MdS 017 (Vol. IIA) — programas de infraestruturas de saúde; os novos hospitais são adicionais à linha de base

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
O G4 precisa de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Responde diretamente a 76,4% da procura dos cidadãos (Lian Sidadaun) em matéria de infraestruturas de saúde.
- Três novos hospitais municipais/psiquiátricos colmatam importantes lacunas de acesso.

Problemas / revisões necessárias

- Distinguir os projetos genuinamente novos (novos hospitais) dos projetos de base (centros de saúde comunitários, pós-reabilitação e manutenção).
- Investimento avultado — canalizar através do Fundo de Infraestruturas (Opção 7).
- Custos indicativos — é necessário um caderno de encargos e um estudo de viabilidade.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Confirmar em relação às linhas de construção de referência do Ministério da Saúde + carteira de projetos do Fundo de Infraestruturas.

H2: Prestação de serviços de saúde — fornecimento de medicamentos e vacinas, saúde materno-infantil e nutrição, tuberculose/lepra, saúde escolar, promoção da saúde

Entidade proponente: Ministério da Saúde

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 31 717 000 dólares americanos | Perfil de custos: Predominantemente recorrentes

Estimativas futuras: Custos recorrentes de abastecimento/tratamento; estabelece uma base de referência recorrente.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Intensidade/Beneficiários

- MdS 017 (Vol. IIA) — programas de cuidados de saúde primários + medicamentos (INFPM)

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 É genuinamente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- A saúde materno-infantil e a redução do atraso no crescimento (<40%) estão em conformidade com a Opção Breve 22.
- Tem como objetivo resolver a falta de medicamentos (disponibilidade >95%).

Problemas / revisões necessárias

- Separar o NOVO acréscimo da base de referência para medicamentos recorrentes/cuidados de saúde primários — risco de duplo financiamento.
- Especificar o custo anual recorrente para as Estimativas Prospectivas.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Sobreposições com o MSSI SANUTRIO (Opção 22) + Unidade de Missão para Combater o Atraso no Crescimento (120).

H3: Capital humano na saúde — recrutar 2 460 profissionais de saúde (contínuo), progressão na carreira, formação por simulação (INSP-TL)

Entidade proponente: Ministério da Saúde

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Predominância de despesas recorrentes

Estimativas futuras: despesas salariais recorrentes para 2 460 funcionários — não quantificadas.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Beneficiários/Volume

- MdS 017 (Vol. IIA) — pessoal; norma de dotação de pessoal: 1 médico/2 enfermeiros/2 parteiras por posto

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Aborda a escassez de pessoal nas zonas rurais (60 % da procura por parte dos cidadãos); equipas multidisciplinares fixas por posto.

Problemas / revisões necessárias

- A distribuição salarial recorrente para 2 460 funcionários não foi quantificada — é necessário modelá-la.
- Confirmar o PPG em comparação com o DL42 em termos de pessoal/percurso obrigatório.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Confirmar em relação ao pessoal do DL42/processo obrigatório (tal como no recrutamento do MI).

018 - Ministério da Educação

Portfólio do ministério de tutela: Ministério da Educação (ME) | *Políticas: 6*

E1: Competências do século XXI (reforma curricular, inglês/TIC, empreendedorismo)

Entidade proponente: Ministério da Educação

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 6 740 000 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Currículo/formação = recorrente; modesto. Valores à escala-piloto incluídos na proposta. [custo: documento de origem 01 TOTAL 6 740 000 dólares americanos (era 0)]

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito

- Atividades de reforma curricular do Programa 510 (Ativ 510022T Implementar a Política; 510022V Elaboração da reforma) + programas curriculares do ensino secundário. Expansão: acrescenta inglês (Ciclo 2), orientação em TIC e empreendedorismo.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Totalmente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Modernização do currículo (competências do século XXI, inglês/TIC) alinhada com o Brief Opt 23.
- Custo modesto (projeto-piloto) — baixo risco fiscal.

Questões / revisões necessárias

- Especificar o orçamento para a expansão para além da fase-piloto.
- Confirmar a sequência com o E2 (avaliação) e o E5 (quadro de referência para professores).

Sobreposição entre pais e ministério (confirmar)

Confirmar em relação às linhas curriculares existentes.

E2: Sistema nacional de avaliação da aprendizagem

Entidade proponente: Ministério da Educação

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: equipamento informático ~0,8 milhões de dólares em capital; impressão/formação recorrentes. 5,2 milhões de dólares ao longo de 2 anos. [custo: estimativa interna anterior de 5,2 milhões de dólares NÃO encontrada na proposta — n/q, a entidade deve confirmar]

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito

- As funções de avaliação existentes estão integradas nos programas do sistema escolar — Programa 521 Ensino Básico (65 993 690 dólares), em especial Subprograma 52115 Sistema de Gestão e Administração (65 818 358 dólares) e os subprogramas de qualidade docente 52110/52206 — além do Programa 510 Funcionamento (6 411 536 dólares). Não existe uma linha de avaliação autónoma; o PPG cria um sistema nacional dedicado à avaliação da aprendizagem (expansão — âmbito/intensidade). [EDU 112]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 4 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 8

Recomendação

Aprovar – candidato prioritário

Pontos fortes

- Reforma fundamental da avaliação; mensurável; está em conformidade com a Orientação 23.
- Permite o ensino baseado em evidências e a monitorização do sistema.

Questões / revisões necessárias

- Confirmar o custo recorrente da realização de avaliações nacionais.
- Coordenação com o E3 (aprendizagem básica) e o E5 (TCF).

Sobreposição entre o ministério e os pais (confirmar)

Confirmar em relação às linhas de exames/avaliações existentes.

E3: Aprendizagem básica (literacia e numeracia)

Entidade responsável pela apresentação: Ministério da Educação

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 5 580 760 USD | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Materiais + formação descentralizada de professores. Custo NÃO finalizado na apresentação (valor provisório). [custo: documento de origem 03 5 580 760 USD (era n/q)]

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito + intensidade

- Currículo do ensino básico/programas para professores (atividades de reforma do Programa 510 510022T/510022V); ampliação dos materiais de literacia e numeracia básicas + formação descentralizada de professores.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 5 / 5 | Mérito: 8

Recomendação

Aprovar – candidato prioritário

Pontos fortes

- De elevado impacto, baseado em evidências (literacia e numeracia básicas); forte adequação ao Brief Opt 23.
- Entre as ações educativas com maior retorno.

Problemas / revisões necessárias

- Cálculo de custos INFERIOR AO PADRÃO — valor deixado como marcador de posição «XXX»; deve ser calculado antes da aprovação.
- Especificar os custos recorrentes com materiais/formação.

Sobreposição entre o ministério responsável e o ministério de tutela (confirmar)

Confirmar em relação às rubricas existentes relativas ao currículo e à formação de professores.

E4: Acelerar a construção/reabilitação das infraestruturas escolares

Entidade proponente: Ministério da Educação

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 110 300 000 dólares americanos | Perfil de custos: Único / de capital

Estimativas futuras: Investimento de capital avultado (110,3 milhões de dólares/2 anos). Obra pontual; acrescenta custos de manutenção recorrentes após a construção. [custo: documento de referência 04 Total geral 110,3 milhões de dólares – confirmado]

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Geográfica

- Programa 520 / Subprograma 52011 (construção, reabilitação e fornecimento de instalações escolares) + Atividade 510021Z (Construção de novos edifícios). Acelera a construção de escolas EXISTENTES (expansão geográfica, prioridade rural).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
A G1 cumpre a carta do primeiro-ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado

G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Aborda um atraso real nas infraestruturas escolares; está em consonância com o Brief Opt 23.
- Investimento de capital de grande dimensão e visível.

Problemas / revisões necessárias

- Investimento de grande dimensão (110,3 milhões de dólares) — deve ser canalizado através do Fundo de Infraestruturas / priorização da Opção 7, e não da dotação corrente do PPG.
- Confirmar em relação à lista existente de projetos de construção escolar planeados para evitar o duplo financiamento.

Sobreposição entre o ministério responsável e a entidade gestora (confirmar)

Coordenar com o Fundo de Infraestruturas (Resumo da Opção 7) — os investimentos de capital de grande dimensão devem constar da lista de projetos planeados do FI.

E5: Operacionalização do Quadro de Competências dos Professores (TCF)

Entidade proponente: Ministério da Educação

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 2 110 000 USD | Perfil de custos: Predominantemente recorrentes

Estimativas futuras: Desenvolvimento do quadro + implementação = maioritariamente recorrente (2,11 milhões de dólares/2 anos). Cria sistemas de carreira/desenvolvimento profissional. [custo: documento de referência 05 2,11 milhões de dólares – confirmado]

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo / Expansão | Dimensão: Âmbito

- Subprograma 52009 (garantir a qualidade dos educadores; Atividade 5200904 Formação especializada) + programas para professores. Põe em prática a Estrutura de Competências dos Professores recém-criada.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 4 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 5 / 5 | Mérito: 9

Recomendação

Aprovar – candidato prioritário

Pontos fortes

- A qualidade dos professores é a ação com maior impacto; forte adequação à Opção 23 do Brief.
- Custo razoável; concretiza um quadro já existente.

Questões / revisões necessárias

- Confirmar os custos recorrentes do funcionamento do TCF (avaliação, desenvolvimento profissional contínuo).
- Coordenação com as reformas E1/E2.

Sobreposição entre pais e ministério (confirmar)

Confirmar em relação às rubricas orçamentais existentes para a formação de professores/INFORDEPE.

E6: Centro de Ciências + Centro de Resiliência Climática da SEAMEO

Entidade proponente: Ministério da Educação

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 12 000 000 USD | Perfil de custos: Custo único / de capital

Estimativas futuras: Nova instituição de grande investimento de capital (12 milhões de dólares em 2027 + 5 milhões de dólares ou mais em 2028). Construção pontual + novos custos operacionais recorrentes. [custo: documento de referência 06, 12 milhões de dólares – confirmado]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: n/a

- NÃO consta da linha de base de 2026 — nova instituição (Centro Nacional de Ciência + centro regional SEAMEO para a resiliência climática e a resiliência a catástrofes).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Novo e ambicioso Centro Nacional de Ciência + centro regional da SEAMEO dedicado à resiliência climática e a catástrofes; visibilidade regional.
- Alinha-se com o Resumo da Opção 23 + resiliência climática.

Questões / revisões necessárias

- Risco relacionado com a capacidade e o financiamento recorrente de uma nova instituição.
- Investimento de capital avultado (12 milhões de dólares em 2027 + mais de 5 milhões de dólares em 2028) — fasear e coordenar com o Fundo de Infraestruturas; confirmar os custos operacionais recorrentes.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o capital com o Fundo de Infraestruturas; confirmar o financiamento operacional recorrente.

020 - Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura

Portfólio do ministério de tutela: Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC) | *Políticas: 3*

Modernização do sistema de dados do ensino superior (SGDES) + Centro Nacional de Informação

Entidade proponente: Ministério do Ensino Superior (MESCC)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 2 800 000 USD (opção 1) / 1 500 000 USD (opção 2) | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Desenvolvimento do sistema = despesas de capital; gestão contínua de dados = despesas recorrentes. O pacote completo de 77 páginas ainda não foi desagregado.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Âmbito

- Programa 524 Ensino Superior / Subprograma 52415 Sistema de garantia de qualidade (Atividades 5241501 Criação de plataforma; 5241502 acreditação; 5241504 reforço). A modernização do SGDES e a criação do Centro Nacional de Informação baseiam-se neste trabalho já existente em matéria de garantia de qualidade e da plataforma.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Infraestrutura digital fundamental (SGDES + Centro Nacional de Informação) para uma política de ensino superior baseada em dados concretos.
- Apoia o reconhecimento de qualificações da Convenção de Tóquio/Global; está em conformidade com o Resumo Opt 17/18 + 23.

Questões / revisões necessárias

- Consolidar a criação do Centro Nacional de Informação (NIC) com a proposta da ANAAA (linha 55) para evitar duplicações.
- Separar o desenvolvimento do sistema (investimento) da gestão contínua de dados (despesas correntes) para as Estimativas Prospectivas.
- O pacote agora está dividido nas linhas 51-57 — avaliar cada um com base no seu próprio código administrativo.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Abrange a tutela do ensino superior (INCT-092, UNTL-105, IPB-098, ANAAA-060) — agora desagregada nas linhas 51 a 57 por entidade, cada uma com o seu próprio código administrativo. A vertente do NIC/dados sobrepõe-se à proposta da ANAAA (linha 55) — consolidar sob esta rubrica.

M2: Escola Doutoral + formação avançada do corpo docente (Escola Doutoral)

Entidade proponente: Ministério do Ensino Superior (MESCC)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Na sua maioria recorrentes (formação, bolsas de estudo a partir de 2028) + despesas pontuais de implementação (diploma legal, comissão de criação). O custo anual recorrente surge em 2028; não foi orçamentado na proposta.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: n/a

- NÃO consta do plano de 2026 como Escola de Doutoramento (Programa 524 Ensino Superior). Os estudos de pós-graduação do corpo docente são atualmente financiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (081) — confirmar que não há sobreposição.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Reforça a capacidade de investigação do corpo docente — aborda uma lacuna real na qualidade do ensino superior; está em consonância com o Resumo da Opção 23.
- Pode ser implementado por fases (Opção 1: institucionalização mínima inicial) para conter custos e riscos.

Questões / revisões necessárias

- Não orçamentado (apenas opções de custo baixo/moderado/elevado) — obter os valores do Anexo B.
- Coordenar as bolsas de estudo com o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (081) para evitar duplicações; surgem custos anuais recorrentes a partir de 2028.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança política do MESCC; coordenar com a CUIS, a ANAAA e o Fundo 081 (bolsas de estudo).

M3: Sistema Nacional de Qualificações + Currículo Padrão + Conjunto de Conhecimentos

Entidade proponente: Ministério do Ensino Superior (MESCC)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Principalmente despesas de funcionamento recorrentes (workshops, grupos técnicos, acompanhamento) + desenvolvimento pontual do Conjunto de Conhecimentos. Escala modesta; sem orçamento.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Âmbito

- Programa 524 / Subprograma 52415 – sistema de garantia da qualidade (atos 5241501-03). Instrumentos SNQ/curriculares existentes em fase de aprovação; implementação em 2027 + BOK = nova atividade.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Põe em prática os instrumentos nacionais aprovados (SNQ + Currículo Padrão) + BOK — reforça a qualidade, a comparabilidade e o reconhecimento pela ASEAN; está em conformidade com a Opção 23 do Resumo.
- Baseia-se em instrumentos que já se encontram na fase final de aprovação pelo Conselho de Ministros.

Questões / revisões necessárias

- Sem estimativa de custos — especificar workshops, grupos técnicos e projetos-piloto.
- Forte sobreposição com a ANAAA (acreditação/reconhecimento de qualificações) e convergência com a M1 — coordenar.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MESCC (DGESC); sobreposição com a ANAAA em matéria de qualificações/reconhecimento — coordenar.

021 - Ministério da Solidariedade Social e Inclusão

Portfólio do ministério de tutela: Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI) | *Políticas: 6*

Anexo 1: SANUTRIO — Bolsa da Mãe condicional (saúde e nutrição, combate ao atraso no crescimento)

Entidade proponente: Ministério da Solidariedade Social

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 5 735 000 dólares americanos | Perfil de custos: Predominantemente recorrente

Estimativas futuras: Dinheiro condicional + LNS = subsídio recorrente; constitui um custo de referência recorrente. Cerca de 10 000 beneficiários.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito + beneficiários

- Baseia-se na Bolsa da Mãe (Programa 980 Inclusão Social) e no Programa 528 Cuidados de Saúde Primários; acrescenta saúde/nutrição condicional (LNS, SANUTRIO) nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2025.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Cumpre a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 4 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 5 / 5 | Mérito: 9

Recomendação

Aprovar – candidato prioritário

Pontos fortes

- Previsto por lei (DL 29/2025) e de combate ao atraso no crescimento — forte alinhamento com a Opção 22 do Brief.
- Transferência condicional de elevado impacto (Bolsa da Mãe) com um resultado nacional claro.

Questões / revisões necessárias

- Subsídio recorrente — confirmar o custo marginal em comparação com a atual Bolsa da Mãe, para evitar financiar duas vezes a mesma coisa.
- Especificar o custo anual recorrente para as Estimativas Prospectivas.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Confirmar em relação às rubricas existentes da Bolsa da Mãe; legalmente previsto pelo Decreto-Lei n.º 29/2025.

Anexo 2: Uma Solidária — habitação para famílias vulneráveis

Entidade proponente: Ministério da Solidariedade Social

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 90 000 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Construção = capital por unidade (6 mil $ x 15 = 90 mil $/ano). Pequena; construções anuais recorrentes. [custo: uma fonte cita 90 mil US$/ano E 300 mil US$/2 anos — mantivemos 90 mil, a entidade deve confirmar]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: n/a

- Programa 980 Inclusão Social — nova sublinha de habitação social acessível a pessoas com deficiência (15 unidades em 2027).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Aborda a habitação para famílias vulneráveis; está em conformidade com o Resumo da Opção 11/22.
- Custo reduzido e controlado (90 mil dólares/ano; 300 mil dólares/2 anos para 30 unidades).

Problemas / revisões necessárias

- Escala modesta — considerar o alargamento ou a integração nos programas de habitação social existentes.
- Confirmar a definição dos destinatários e a localização junto da rede MSSI.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Confirmar em relação às linhas de habitação comunitária do MDRHC e a quaisquer outros proponentes de habitação.

Anexo 3: CASPA — serviços sociais pós-construção (subnacional)

Entidade proponente: Ministério da Solidariedade Social

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 1 500 000 USD | Perfil de custos: Custo único / de capital

Estimativas futuras: Construção de capital (1,5 milhões de dólares). Despesa pontual; pequeno custo operacional recorrente após a construção.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo / Expansão | Dimensão: Geográfica

- Programa 980 Inclusão Social + Programa 510 institucional — novos postos de serviços sociais a nível subnacional (nível administrativo).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Alarga os serviços sociais ao nível pós-administrativo — melhora o acesso nas zonas rurais.
- Infraestruturas de capital com uma justificação clara da cobertura.

Questões / revisões necessárias

- Coordenar a localização com a rede de serviços MSSI existente para evitar sobreposições.
- Confirmar os custos operacionais recorrentes após a construção dos postos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Confirmar em relação à rede de prestação de serviços do MSSI e às rubricas de investimento.

Anexo 4: Linha Solidariedade 116 — Sistema de encaminhamento de casos de violência de género e violência infantil

Entidade proponente: Ministério da Solidariedade Social

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 320 000 dólares americanos | Perfil de custos: Predominantemente recorrentes

Estimativas futuras: Centro de atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana + gestão de casos = custos operacionais recorrentes. Constitui um custo anual recorrente. [custo: documento de referência da Linha 116 TOTAL 320 000 dólares americanos (anteriormente n/q)]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Geográfica + âmbito

- Programa 980 Inclusão Social (Violência de Género/proteção infantil) — implementação nacional do sistema de encaminhamento (Centro de Atendimento, SIGAS, CPIMS+).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Sistema importante de encaminhamento em matéria de violência de género e proteção infantil; elevado impacto (C6=4); está em conformidade com a Opção 11 do Resumo.
- Infraestrutura de proteção à escala nacional.

Problemas / revisões necessárias

- Custo não quantificado — especificar antes do financiamento.
- Coordenar com a SEII (líder da Opção 11) e a INDDICA para evitar duplicações.

Sobreposição com o ministério responsável (confirmar)

Forte sobreposição entre o trabalho da SEII (líder da Opção 11) em matéria de violência de género e a proteção infantil da INDDICA — consolidar no âmbito da Opção 11.

Anexo 5: Aquisição de veículo funerário (substituição)

Entidade proponente: Ministério da Solidariedade Social

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 600 000 dólares americanos | Perfil de custo: Pontual / de capital

Estimativas futuras: Substituição pontual de um ativo de capital menor. Sem conteúdo político; enquadra-se no capital menor da linha de base.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: n/a

- Ativo operacional ao abrigo do Programa 510/980 — substituição de veículo funerário (centro Bemori). Investimento de capital menor de rotina.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Reprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: - / 5 | C6 Alinhamento e impacto: - / 5 | Mérito: não pontuado (orientado por etapas)

Recomendação

Incorporar na linha de base — não é um PPG

Pontos fortes

- Mantém uma função de serviço necessária (transporte fúnebre) — razoável do ponto de vista operacional.

Problemas / revisões necessárias

- Substituição de ativos, não uma política — integrar na rubrica de capital menor da base de referência; não elevar a um PPG.
- Excluir do fluxo do PPG.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Item operacional de rotina.

Anexo 6: Registo Social Único (RSU) — registo social nacional

Entidade proponente: Ministério da Solidariedade Social

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 1 275 000 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Construção da plataforma = capital; manutenção contínua dos dados = recorrente. Sistema fundamental. [custo: documento de referência do RSU TOTAL 1 275 000 USD (era n/q)]

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: n/a

- Abrange vários programas (Programa 980 + 510) — não existe atualmente uma rubrica de registo único; a RSU é um novo sistema fundamental que sustenta toda a orientação da proteção social.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado

G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 5 / 5 | Mérito: 8

Recomendação

Aprovar – candidato prioritário

Pontos fortes

- Registo social fundamental — forte adequação à Opção 22 do Resumo (eficiência/visibilidade da proteção social).
- Reduz a duplicação de benefícios entre programas — elevado valor a nível do sistema.

Problemas / revisões necessárias

- Custo a especificar (atualmente n/d).
- Confirmar os acordos de partilha de dados e de governação entre os programas do MSSI.

Sobreposição com o ministério de tutela (a confirmar)

Abrangendo vários programas — sustenta TODOS os programas de proteção social; coordena-se com o Ministério das Finanças (o Resumo Opt 22 menciona o Ministério da Segurança Social e o Ministério das Finanças).

022 - Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional

Portfólio principal: | *Políticas: 1*

Reconhecimento dos veteranos: pensões, subvenções, bolsas de estudo, monumentos

Entidade responsável pela apresentação: Ministério dos Combatentes (MACLN)

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Predominantemente recorrente

Estimativas futuras: As pensões/subvenções aos veteranos são despesas recorrentes obrigatórias (Programa 980). Já incluídas na base de referência. [MACLN.pdf = lista narrativa de prioridades, sem tabela orçamental; pensões aos veteranos = processo estatutário/obrigatório (exclusão)]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: n/a

- Programa 980 Inclusão Social - Ativ 9800306 (reconhecimento de veteranos), 9801101 (proteção social CLN), 9805001 (bolsas para filhos CLN), 9804902 (monumentos/cemitérios) + Programa 510. O plano próprio do MACLN classifica todas as «Atividades em curso» (existentes/estatutárias).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Reprovado
G4 Necessita de novos recursos	Reprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: - / 5 | C6 Alinhamento e impacto: - / 5 | Mérito: não pontuado (orientado por etapas)

Recomendação

Excluir — já concluído

Pontos fortes

- Reconhece os veteranos — elevada legitimidade política/social; está em conformidade com a Opção 9 do Resumo (obrigatória).
- Base jurídica/legal clara.

Problemas / revisões necessárias

- Prevalentemente já existente/estatutário (pensões e reconhecimento dos veteranos) — não se trata de um novo PPG; financiar através da dotação de base como despesa obrigatória (Opção 9).
- Excluir da vertente discricionária do PPG.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Ministério de tutela; as pensões são despesas obrigatórias previstas na lei.

023 - Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico

Portfólio do ministério de tutela: Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE) | Políticas: 2

Formação estratégica de capital humano e formação de quadros profissionais (através do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano)

Entidade proponente: Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 40 000 000 USD (opção 1) / 5 070 000 USD (opção 2) | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: (proposta de 4 páginas): formação estratégica de capital humano / formação de quadros profissionais, canalizada através do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH). Opções ~US.76m / ~US.x m / ~US.07m, mais uma referência de capital plurianual de maior dimensão. Trata-se, em grande parte, de um investimento canalizado pelo FDCH — isolar o incremento genuinamente novo da linha de base do FDCH. [custo: registo do MPIE 4,49 milhões de dólares; era 2,76 milhões] [custo: MPIE.pdf = programa de capital humano/bolsas de estudo do FDCH 40 milhões de dólares ao longo de 5 anos (~8 milhões/ano); CORRIGIDO a partir do registo de infraestruturas de 4,49 milhões, que estava errado. NB: uma proposta separada de infraestrutura do MPIE (reg131, 4,49 milhões) pode não estar representada — verificar] [esta linha = programa de bolsas de estudo do FDCH (entidade implementadora FDCH 081, uma entidade subordinada ao MPIE 023); a proposta de infraestrutura estratégica do MPIE ref131 é agora a linha 136]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente-continuação | Dimensão: Intensidade/Âmbito

- Plano do MPIE para 2026 = Programa 510 Funcionamento (1 174 504 dólares), Programa 984 Ordenamento do Território (496 017 dólares), Programa 023 GFP/BNDTL (194 550 dólares), Programa 980 Inclusão Social (15 300 dólares) — sem rubrica para formação de capital humano; o programa de bolsas de estudo/formação profissional seria gerido através do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH, admin. 081). Novidade na linha de base do MPIE. [MPIE 116]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- O capital humano é uma prioridade central do Brief; alinha o plano a médio prazo com o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (o ministro preside ao conselho de administração do FDCH).
- Opções implementáveis por fases (de cerca de 0,76 milhões de dólares a cerca de 0,07 milhões de dólares na totalidade).

Questões / revisões necessárias

- Cobre em grande parte o FDCH existente (081) — isolar o incremento genuinamente novo da base de referência do fundo e evitar financiar a mesma coisa duas vezes (G3 = necessita de informação).
- Forte sobreposição em matéria de capital humano com o SEFOPE (071) e a Educação e Formação Profissional (TVET) — coordenar como um único cluster; confirmar os custos ao nível das atividades.

Sobreposição do ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MPIE (023); o ministro também preside ao conselho de administração do FDCH — confirmar se isto já não está a ser financiado através do FDCH (081) para evitar financiar a mesma coisa duas vezes.

Infraestruturas estratégicas do MPIE: conectividade dos corredores económicos + criação de emprego na economia azul (~600/ano) + infraestruturas de água e saneamento + conceção técnica da aquisição de terrenos

Entidade proponente: Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 4 487 689 dólares americanos | Perfil de custos: Misto (capital de infraestruturas + estudos)

Estimativas futuras: valor registado de 4 487 689 dólares americanos (reg131). Conectividade do corredor económico + economia azul + água/saneamento + projeto de aquisição de terrenos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: A determinar | Dimensão:

- MPIE 023 (Vol. IIA) – programas de planeamento/investimento estratégico

Condições de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Conectividade do corredor económico com a criação de emprego na economia azul (~600/ano).
- Infraestruturas de água e saneamento para o desenvolvimento rural.

Problemas / revisões necessárias

- OMISSÃO na primeira análise: o MPIE apresentou DUAS propostas — bolsas de estudo da FDCH (ref. 129, linha 67) E esta infraestrutura estratégica (ref. 131); apenas a FDCH foi avaliada. Adicionado em 27/06/2026.
- Apenas no registo — NÃO foi encontrada nenhuma digitalização assinada; obter a proposta.
- Confirmar se é genuinamente nova em relação à linha de base.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Confirmar sobreposição com o MOP (Água) (PW2) e o MAPPF (Economia Azul) (A6).

024 - Ministério das Obras Públicas

Portfólio do ministério de tutela: Ministério das Obras Públicas (MOP) | *Políticas: 3*

PW1: Estradas resilientes — manutenção de rotina de 2 500 km + reabilitação resistente às alterações climáticas de 800 km + monitorização comunitária/GPS

Entidade proponente: Ministério das Obras Públicas

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 280 000 000 USD (opção 1) / 350 000 000 USD (opção 2) | Perfil de custos: Despendos pontuais/de capital

Estimativas futuras: Investimento de capital avultado; ~60 % financiado por doadores (ADB/JICA/Austrália).

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação de projeto existente | Dimensão: Intensidade (resiliência climática)

- MOP 024 (Vol. IIA) - Programa 6 (Estradas e Pontes); o plano mantém a linha de base

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- A mudança para a manutenção protege um investimento histórico superior a 3 mil milhões de dólares (Banco Mundial: os custos de reabilitação são cerca de 3 vezes superiores aos de manutenção).

Questões / revisões necessárias

- Trata-se, em grande parte, da manutenção de ativos existentes (continuação, não novos) — confirmar a elegibilidade para o PPG em comparação com a linha de base do MOP.
- Custos indicativos — é necessária uma análise de viabilidade/lista de quantidades.
- Financiamento através do Fundo de Infraestruturas (Opção 7); cerca de 60 % proveniente de doadores.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Confirmar em relação à linha de base do MOP: Programa 6 (16 subprogramas, cerca de 700 atividades).

PW2: Água resiliente — reabilitação de 500 sistemas rurais + reservatórios em 7 municípios + tratamento em Díli/Baucau/Suai (Fase 2)

Entidade proponente: Ministério das Obras Públicas

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 180 000 000 USD (opção 1) / 240 000 000 USD (opção 2) | Perfil de custos: Despesa pontual/capital

Estimativas futuras: Investimento de capital avultado; ~70 % financiado por doadores (Banco Mundial/Banco Asiático de Desenvolvimento/UNICEF).

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente — continuação | Dimensão: Âmbito/Intensidade

- MOP 024 (Vol. IIA) - Programa 6 (Água e Saneamento)

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Meta de 90 % de acesso a água potável; sistemas resilientes às alterações climáticas.

Problemas / revisões necessárias

- Sobreposições entre o MAPPF-A2 (irrigação) e o cluster de água do programa de Saúde e WASH — evitar o triplo financiamento.
- Custos indicativos; ~70% de financiamento por doadores.
- Rota através do Fundo de Infraestruturas.

Sobreposição com o ministério de tutela (a confirmar)

Sobreposições com o MAPPF - irrigação (A2) + Saúde e WASH (H1) - cluster da água.

PW3: Energia resiliente — 150 MW de energia solar nova + 30 MW de reabilitação hidroelétrica + transmissão rural / últimas 10 aldeias

Entidade proponente: Ministério das Obras Públicas

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 250 000 000 USD (opção 1) / 320 000 000 USD (opção 2) | Perfil de custos: Custo único/capital

Estimativas futuras: Investimento de capital avultado; ~75 % financiado por doadores (Fundo Verde para o Clima/JICA/Portugal).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito (transição para as energias renováveis)

- MOP 024 (Vol. IIA) - Programa 6 (Eletricidade); EDTL

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Precisa de informações
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Meta de 50% de energias renováveis; redução de 70% da dependência do gasóleo; redução do custo da energia solar em cerca de 70% numa década.

Questões / revisões necessárias

- Custos indicativos; cerca de 75% de financiamento por doadores.
- Coordenação da EDTL.
- Percurso através do Fundo de Infraestruturas.

Sobreposição com o ministério de tutela (a confirmar)

Coordenação da EDTL em matéria de produção/transmissão.

025 - Ministério dos Transportes e Comunicações

Portfólio do ministério de tutela: Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) | *Políticas: 3*

MTC-A: Transportes ecológicos — projeto-piloto de autocarros elétricos para Díli (2027-2028)

Entidade proponente: Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Projeto-piloto de autocarros elétricos para Díli: identificação de percursos, regulamentos técnicos/operacionais, financiamento do transporte ecológico por parte de doadores e do setor privado. Verdadeiramente novo, de dimensão modesta.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: n/a

- NÃO consta do plano MTC 2026 — novo projeto-piloto de transportes ecológicos (admin 025).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Verdadeiramente inovador, alinhado com as metas climáticas (transportes ecológicos); projeto-piloto modesto e implementável por fases.
- Potencial de cofinanciamento por parte de doadores e do setor privado.

Questões / revisões necessárias

- Confirmar o modelo operacional recorrente e o financiamento para a expansão para além da fase-piloto.
- Coordenar a mobilidade urbana com o MOP e o município.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MTC (025); mobilizar financiamento de doadores e do setor privado; coordenar a mobilidade urbana com o MOP (024) e a Autoridade Municipal de Díli.

MTC-B: Infraestruturas de transportes — portos, aeroportos e sistema marítimo para a ASEAN 2029 (~200 milhões de dólares)

Entidade proponente: Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 40 000 000 de dólares americanos | Perfil de custos: Pontual / de capital

Estimativas futuras: ~200 milhões de dólares americanos em infraestruturas de transportes (portos, aeroportos e sistema marítimo para a ASEAN 2029), através do Fundo de Infraestruturas + ADB/Banco Mundial. Trata-se, em grande parte, do programa de capital de infraestruturas em curso. [custo: MTC.pdf p. 28, financiamento concessionário do ADB de cerca de 40 milhões de dólares para 2027; infraestruturas mais abrangentes através do Fundo de Infraestruturas; estimativa anterior de 200 milhões REMOVIDA (não confirmada)]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação do existente | Dimensão: Âmbito

- Existente no âmbito do Programa 502 Transportes (1 383 737 dólares dos EUA) - Subprogramas 50203 Infraestruturas de Transportes Terrestres (481 756 dólares), 50204 Transporte Marítimo (215 393 dólares) — mais o Programa 510 (3 228 334 dólares). O novo capital para transportes, de cerca de 200 milhões de dólares, vai além disto — canalizado através do Fundo de Infraestruturas (080). [MTC 025]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Grande infraestrutura cofinanciada por organismos multilaterais que apoia a conectividade e a preparação para a ASEAN 2029.
- Capital visível para o desenvolvimento nacional.

Questões / revisões necessárias

- ~200 milhões de dólares americanos pertencem ao Fundo de Infraestruturas/âmbito multilateral, NÃO ao fluxo recorrente do PPG — percurso até lá (G3 = necessita de informação).
- Distinguir as iniciativas verdadeiramente novas das que já fazem parte do programa em curso; coordenar o transporte no âmbito da ASEAN-2029 com o MNEC.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MTC (025); encaminhar através do Fundo de Infraestruturas (080) + ADB/Banco Mundial; os transportes da ASEAN-2029 sobrepõem-se ao MNEC ASEAN — coordenar.

MTC-C: Conectividade digital/telecomunicações

Entidade responsável pela apresentação: Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: expansão da conectividade digital/telecomunicações (despesas recorrentes + eventuais despesas de capital do sistema). Não orçamentadas separadamente.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: Âmbito

- Referência do MTC: Programa 558 Serviços Postais (233 285 dólares) + Programa 510 Funcionamento (3 228 334 dólares; incl. Parcerias 51003). Conectividade digital/telecomunicações do PPG = expansão; isolar o que é genuinamente novo da referência de comunicações. [MTC 025]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- A conectividade está na base da transformação digital e do crescimento do setor privado (Prioridades resumidas).
- Âmbito regulatório do setor.

Questões / revisões necessárias

- Distinguir o que é genuinamente novo da base de referência das comunicações (G3 = necessita de informação).
- Coordenar as necessidades digitais com o grupo Opt 17/18; apresentar estimativas de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MTC (025); coordenar com o grupo de trabalho digital Opt 17/18 (MESCC M1, MAE-B, MF e-tax, INTL, Arquivo Nacional).

027 - Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas

Portfólio de tutela: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas (MAPPF) | *Políticas: 9*

A1: Segurança alimentar e agricultura resiliente — distribuição de sementes de alta resistência à seca, multiplicação nacional de sementes, mecanização, gestão da água para a agricultura

Entidade proponente: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas futuras: Não quantificadas — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com custos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão: Âmbito

- Agricultura 027 (Vol. IIA) — programas de agricultura, pecuária, pescas e silvicultura

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Reduz a dependência das importações de alimentos; resiliência à seca e ao El Niño; alinha-se com a prioridade da segurança alimentar.

Questões / revisões necessárias

- Sem orçamento (carta de aprovação de princípio) — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com orçamento.
- Confirmar a repartição entre novos e de referência em relação aos programas 027 do Vol. IIA.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar a água/irrigação com o MOP e a Saúde (grupo temático da água); a alimentação escolar com o ME/MSSI.

A2: Infraestruturas hídricas e de irrigação resilientes para o El Niño — reabilitação/manutenção de sistemas de irrigação, reservatórios, armazenamento de água e tecnologias modernas de irrigação

Entidade proponente: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas futuras: Não quantificadas — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com custos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão: Âmbito

- Agricultura 027 (Vol. IIA) — programas de agricultura, pecuária, pescas e silvicultura

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Resiliência da irrigação face ao fenómeno El Niño; contribui para a segurança alimentar.

Questões / revisões necessárias

- Sem orçamento (carta de aprovação de princípio) — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com orçamento.
- Confirmar a repartição entre «novo» e «de referência» em relação aos programas 027 do Vol. IIA.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar a água/irrigação com o MOP e a Saúde (grupo temático da água); a alimentação escolar com o ME/MSSI.

A3: Prevenção e controlo de pragas e doenças das plantas — monitorização nacional, alerta precoce, serviços fitossanitários, laboratório nacional

Entidade proponente: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas futuras: Não quantificadas — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com custos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão: Âmbito

- Agricultura 027 (Vol. IIA) — programas de agricultura, pecuária, pescas e silvicultura

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Capacidade de resposta rápida à propagação de pragas/doenças impulsionada pelas alterações climáticas.

Questões / revisões necessárias

- Sem orçamento (carta de aprovação de princípio) — o MAPPF deve apresentar uma proposta detalhada com orçamento.
- Confirmar a repartição entre «novo» e «de referência» em relação aos programas 027 do Vol. IIA.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar a água/irrigação com o MOP e a Saúde (grupo temático da água); a alimentação escolar com o ME/MSSI.

A4: Revitalização do setor cafeeiro nacional — reabilitação do café estatal/comunitário, mudas de qualidade superior, certificação biológica, infraestruturas pós-colheita

Entidade proponente: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas futuras: Não quantificadas — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com custos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão: Âmbito

- Agricultura 027 (Vol. IIA) — programas de agricultura, pecuária, pescas e silvicultura

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Aumenta a produtividade, a qualidade e o valor das exportações de café; aumenta o rendimento das famílias rurais.

Questões / revisões necessárias

- Sem orçamento (carta de aprovação de princípio) — o MAPPF deve apresentar uma proposta detalhada com orçamento.
- Confirmar a repartição entre «novo» e «de referência» em relação aos programas 027 do Vol. IIA.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar a água/irrigação com o MOP e a Saúde (grupo temático da água); a alimentação escolar com o ME/MSSI.

A5: Desenvolvimento pecuário resiliente — melhoramento genético, importação de búfalos Murrah/sémen, centro de inseminação artificial, bancos de forragem, serviços veterinários

Entidade proponente: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas futuras: Não quantificadas — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com custos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão: Âmbito

- Agricultura 027 (Vol. IIA) — programas de agricultura, pecuária, pescas e silvicultura

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação

G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Manter - é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Pecuária resiliente às alterações climáticas; reservas de forragem para o fenómeno El Niño.

Questões / revisões necessárias

- Sem orçamento (carta de aprovação de princípio) — o MAPPF deve apresentar uma proposta detalhada com orçamento.
- Confirmar a distinção entre «novo» e «de referência» em relação aos programas 027 do Volume IIA.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar a água/irrigação com o MOP e a Saúde (grupo temático da água); a alimentação escolar com o ME/MSSI.

A6: Economia azul e desenvolvimento das pescas — portos de pesca, cadeia de frio, centros de desembarque, infraestruturas de apoio às pescas

Entidade proponente: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas futuras: Não quantificadas — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com custos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão: Âmbito

- Agricultura 027 (Vol. IIA) — programas de agricultura, pecuária, pescas e silvicultura

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Implementa a política da Economia Azul; reduz as perdas pós-captura e melhora o acesso ao mercado.

Questões / revisões necessárias

- Sem orçamento (carta de aprovação de princípio) — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com orçamento.
- Confirmar a repartição entre «novo» e «de referência» em relação aos programas 027 do Volume IIA.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar as questões relacionadas com a água/irrigação com o MOP e a Saúde (grupo temático da água); a alimentação escolar com o ME/MSSI.

A7: Desenvolvimento da aquicultura — aquicultura de água doce e marinha, centros de produção de alevins, tanques comunitários, investimento privado

Entidade proponente: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas futuras: Não quantificadas — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com custos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão: Âmbito

- Agricultura 027 (Vol. IIA) — programas de agricultura, pecuária, pescas e silvicultura

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Diversifica as fontes de proteína; resiliência em matéria de segurança alimentar.

Questões / revisões necessárias

- Sem orçamento (carta de aprovação de princípio) — o MAPPF deve apresentar uma proposta detalhada com orçamento.

- Confirmar a repartição entre «novo» e «de referência» em relação aos programas 027 do Vol. IIA.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar a água/irrigação com o MOP e a Saúde (grupo temático da água); a alimentação escolar com o ME/MSSI.

A8: Reflorestação, conservação da água e adaptação às alterações climáticas — reflorestação de terras degradadas, parques nacionais, recuperação de bacias hidrográficas, agrossilvicultura, prevenção de incêndios

Entidade proponente: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas futuras: Não quantificadas — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com custos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão: Âmbito

- Agricultura 027 (Vol. IIA) — programas de agricultura, pecuária, pescas e silvicultura

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Precisa de informações
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Muito bom (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Manter — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Resiliência do ecossistema e segurança hídrica nacional.

Questões / revisões necessárias

- Sem orçamento (carta de aprovação de princípio) — o MAPPF deve apresentar uma proposta detalhada com orçamento.
- Confirmar a repartição entre «novo» e «de referência» em relação aos programas 027 do Vol. IIA.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar as questões relacionadas com a água/irrigação com o MOP e a Saúde (grupo temático da água); a alimentação escolar com o ME/MSSI.

A9: Gestão integrada da Biosfera de Nino Konis Santana — conservação da biodiversidade, proteção dos ecossistemas marinhos e terrestres, ecoturismo

Entidade proponente: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas futuras: Não quantificadas — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com custos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão: Âmbito

- Agricultura 027 (Vol. IIA) — programas de agricultura, pecuária, pescas e silvicultura

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Precisa de informações
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Proteção da biodiversidade e ecoturismo; continuação.

Questões / revisões necessárias

- Sem orçamento (carta de aprovação de princípio) — o MAPPF deverá apresentar uma proposta detalhada com orçamento.
- Confirmar a repartição entre «novo» e «de referência» em relação aos programas 027 do Vol. IIA.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar as questões relacionadas com a água/irrigação com o MOP e a Saúde (grupo temático da água); a alimentação escolar com o ME/MSSI.

028 - Ministério da Defesa

Portfólio de tutela: Ministério da Defesa (MdD) | *Políticas: 4*

Defesa-A: Sistema Nacional Integrado de Segurança Marítima — consciência situacional, presença operacional, coordenação interinstitucional; reequipamento das F-FDTL

Entidade proponente: Ministério da Defesa

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas futuras: Não quantificadas — proposta narrativa de 15 páginas, sem tabela orçamental; o cálculo detalhado dos custos será apresentado posteriormente.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão:

- Defesa 028 (Vol. IIA) — Programas das Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Protege a soberania, combate as atividades marítimas ilícitas, apoia a economia azul e a segurança regional (ASEAN).

Problemas / revisões necessárias

- Sem estimativa de custos (n/q) — proposta estratégica descritiva; apresentar atividades com estimativa de custos.
- Confirmar a comparação entre o novo e a situação de referência em relação à situação de referência das F-FDTL (028); o hospital militar deve coordenar-se com o Ministério da Saúde.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

O hospital militar da Defesa-C sobrepõe-se ao Ministério da Saúde; a HADR da Defesa-D sobrepõe-se à Proteção Civil (APC) e aos programas de gestão de catástrofes.

Defesa-B: Infraestruturas militares — Porto de Hera, quartéis em postos avançados, centro de treino de Hatubela, Metinaro, centro de línguas, bases operacionais

Entidade proponente: Ministério da Defesa

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas preliminares: Não quantificadas — proposta narrativa de 15 páginas, sem tabela orçamental; a estimativa detalhada dos custos será apresentada posteriormente.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão:

- Defesa 028 (Vol. IIA) — Programas das Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3: Verdadeiramente novo	Precisa de informações
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Infraestrutura militar faseada, alinhada com as prioridades operacionais e a disponibilidade orçamental.

Problemas / revisões necessárias

- Sem estimativa de custos (n/q) — proposta estratégica descritiva; apresentar atividades com estimativa de custos.
- Confirmar a comparação entre o novo e a linha de base em relação à linha de base das F-FDTL (028); o hospital militar deve coordenar-se com o Ministério da Saúde.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

O hospital militar da Defesa-C sobrepõe-se ao Ministério da Saúde; a HADR da Defesa-D sobrepõe-se à Proteção Civil (APC) e aos programas de resposta a catástrofes.

Defesa-C: Hospital Militar — infraestrutura de saúde dedicada às forças armadas (articulada com o Ministério da Saúde), de dupla utilização para emergências/HADR

Entidade apresentadora: Ministério da Defesa

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas preliminares: Não quantificadas — proposta narrativa de 15 pp, sem tabela orçamental; o cálculo detalhado dos custos será apresentado posteriormente.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão:

- Defesa 028 (Vol. IIA) — Programas das Forças Armadas de Timor-Leste (F-FDTL)

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Unidade de saúde dedicada às forças armadas; complemento de dupla utilização ao acesso à saúde civil em situações de emergência.

Problemas / revisões necessárias

- Sem estimativa de custos (n/q) — proposta estratégica descritiva; apresentar atividades com estimativa de custos.
- Confirmar a comparação entre o novo e a situação de referência em relação à situação de referência das F-FDTL (028); o hospital militar deve coordenar-se com o Ministério da Saúde.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

O hospital militar da Defesa-C sobrepõe-se ao Ministério da Saúde; a HADR da Defesa-D sobrepõe-se à Proteção Civil (APC) e aos programas de resposta a catástrofes.

Defesa-D: Apoio às populações, resiliência nacional e HADR — resposta rápida a catástrofes, engenharia militar (dupla utilização), furos de água, habitação para populações vulneráveis

Entidade proponente: Ministério da Defesa

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas preliminares: Não quantificadas — proposta narrativa de 15 pp, sem tabela orçamental; o cálculo detalhado dos custos será apresentado posteriormente.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Misto | Dimensão:

- Defesa 028 (Vol. IIA) — Programas das Forças Armadas de Timor-Leste (F-FDTL)

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Engenharia militar de dupla utilização para resposta a catástrofes, reconstrução e desenvolvimento territorial.

Questões / revisões necessárias

- Sem orçamento (n/q) — proposta estratégica descritiva; apresentar atividades orçamentadas.
- Confirmar a comparação entre o novo e a linha de base em relação à linha de base da F-FDTL (028); o hospital militar deve coordenar-se com o Ministério da Saúde.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

O hospital militar da Defesa-C sobrepõe-se ao Ministério da Saúde; a HADR da Defesa-D sobrepõe-se à Proteção Civil (APC) e aos programas de gestão de catástrofes.

030 - Ministério do Interior

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

MI-PPG2: Gestão Integrada das Fronteiras (controlo da migração, visto eletrónico/portões eletrónicos, adidos de migração; Patrulha de Fronteira + Polícia Marítima)

Entidade responsável: Ministério do Interior (MI) - Migração e PNTL

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Misto: recorrente (salários dos adidos de migração, profissionalização, operações nos postos) + de capital (postos de vigilância, meios navais/marítimos — através do Fundo de Infraestruturas). Digitalização (visto eletrónico/portões eletrónicos) = investimento inicial + recorrente.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Âmbito

- Baseia-se no controlo de migração existente (admin 030; PESI Obj 02). Âmbito verdadeiramente novo: sistema integrado de gestão de fronteiras, portões eletrónicos, adidos de migração nas embaixadas, vigilância marítima. Serviço de Migração Programa 366 (por exemplo, Ativ 3661301/3661304/3661305), admin 030.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Reforça a soberania e a segurança nas fronteiras, ao mesmo tempo que facilita a circulação legítima; alinha a Opção 25 do Resumo com a política da economia marítima.
- Capacidade genuinamente nova: sistema integrado de gestão de fronteiras, digitalização de vistos eletrónicos/portas eletrónicas, adidos para a migração, vigilância marítima.

Questões / revisões necessárias

- Os meios navais e os postos de vigilância representam um investimento de capital elevado — recorrer ao Fundo de Infraestruturas e implementar por fases.
- Coordenar os adidos para a migração com o MNEC (embaixadas) e o controlo fronteiriço com as Alfândegas/SNIE/PCIC; confirmar os custos operacionais recorrentes.

Sobreposição de competências do ministério de tutela (confirmar)

Tutela do MI (030); execução pelo Serviço de Migração + unidades da PNTL (031); coordenação com as Alfândegas/SNIE/PCIC e o MNEC (adidos/embaixadas); investimento naval através do Fundo de Infraestruturas.

031 - Polícia Nacional de Timor-Leste

Portfólio de tutela: | *Políticas: 1*

MI-PPG1: Consolidação da Segurança e Estabilidade Nacionais (PNTL: prevenção, segurança de eventos, policiamento comunitário, Academia de Polícia, infraestruturas)

Entidade proponente: Ministério do Interior (MI) / PNTL

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Pacote misto de grande dimensão. Despesas recorrentes: recrutamento faseado de 2 500 a 3 000 agentes = custo salarial permanente e significativo (grande impacto nas estimativas futuras). Despesas de capital: Academia de Polícia + ISCP, edifício do Comando-Geral, esquadras/rede de Dili — através do Fundo de Infraestruturas. Composição do financiamento: OGE + Fundo de Infraestruturas + Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano + CPLP/ASEAN.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação do existente | Dimensão: Intensidade/Âmbito

- Base de referência da PNTL maioritariamente existente (admin. 031; Objetivo 01 do PESI). Elementos genuinamente novos: Academia de Polícia/ISCP, infraestruturas de segurança em Díli, expansão do recrutamento. PNTL/polícia Programa 366 (operações) + 388 (Segurança Pública/Academia), admin. 031.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Proposta do Anexo B bem estruturada, com objetivos SMART, análise de opções, indicadores-chave de desempenho (KPI) e avaliação de riscos.
- Aborda uma disparidade real na proporção de agentes de polícia (1:365 contra o padrão de 1:300) e garante o ciclo de eventos de 2027-29; a Academia de Polícia desenvolve capacidades duradouras.

Questões / revisões necessárias

- Principalmente a linha de base de segurança existente da PNTL — isolar o que é genuinamente novo (Academia de Polícia/ISCP, infraestruturas de segurança em Díli, expansão do

recrutamento) das atividades policiais recorrentes (G3 = necessita de informação) — EM ESPERA/desagregar mais.

- O recrutamento faseado de 2 500 a 3 000 agentes representa um custo salarial recorrente, permanente e significativo — modelar o impacto nas despesas finais e faseá-lo em função da margem orçamental.
- Financiar a construção de edifícios através do Fundo de Infraestruturas; coordenar a segurança dos eventos com o MNEC (CPLP) e o calendário eleitoral.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Tutela do MI (030); execução pela PNTL (031); a segurança de eventos sobrepõe-se ao MNEC-3 (CPLP) e às eleições (STAE); edifícios através do Fundo de Infraestruturas (080).

032 - Ministério do Petróleo e Recursos Minerais

Portfólio de tutela: Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (MPRM) | *Políticas: 2*

MPRM-A: Megaprojetos petrolíferos (Greater Sunrise GNL + Bayu-Undan 2.0) [ESTRATÉGICO — fora do âmbito das despesas recorrentes do PPG]

Entidade proponente: Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (MPRM)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 354 000 000 USD | Perfil de custos: Pontual/capital (upstream) — excluído do âmbito do Fundo do Petróleo

Estimativas futuras: valor orçamental registado de 354 milhões de dólares americanos (perfuração exploratória/de avaliação + desenvolvimento do campo). NOTA: os valores de 12 bilhao / 40 bilhao / 2 bilhao por ano indicados na carta do MPRM correspondem ao INVESTIMENTO TOTAL DO PROJETO e à escala de impacto económico/receitas (Bayu-Undan 2.0 / Greater Sunrise — capital proveniente, em grande parte, de consórcios privados + receitas futuras do Estado), NÃO a um pedido orçamental para 2027. Capital para o setor petrolífero a montante — canalizado através do setor petrolífero / Fundo Petrolífero, e não da dotação corrente do PPG.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação do existente | Dimensão: Âmbito

- Fora das despesas correntes do OGE — os megaprojetos estratégicos do setor petrolífero (Greater Sunrise GNL + Bayu-Undan 2.0, ~2 mil milhões de dólares) são financiados através do Fundo Petrolífero / consórcios, e não por uma rubrica do Plano Anual (admin. 032; regulador ANP 119). Âmbito FORA do fluxo recorrente do PPG.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Precisa de informações
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Manter - é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Importância fiscal nacional transformadora (cerca de 40 mil milhões de dólares de receitas / cerca de 2 mil milhões de dólares por ano no PIB) — o maior valor estratégico individual do conjunto.
- Fundamentação clara em termos de indústrias a jusante e diversificação.

Questões / revisões necessárias

- Fora do âmbito recorrente do PPG — os megaprojetos de cerca de 12 mil milhões de dólares são de natureza estratégica/comercial (Fundo Petrolífero / consórcios / via de investimento estratégico); confirmar a decisão relativa ao âmbito com o Ministério das Finanças.
- Avaliar separadamente apenas a parte relevante para o PPG (MPRM-B); coordenar com a ANP (079).

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

ÂMBITO: via Fundo Petrolífero / consórcios / processo de investimento estratégico (coordenar com o MF, Fundo Petrolífero), NÃO a vertente recorrente do PPG; coordenar com a ANP (079).

MPRM-B: Capacidade institucional, de recursos humanos e regulatória do setor petrolífero (a parte relevante para o PPG)

Entidade proponente: Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (MPRM)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Predominantemente recorrente

Estimativas futuras: Desenvolvimento institucional + capacidade de recursos humanos + capacidade regulatória/de negociação para gerir o setor petrolífero (negociação do Greater Sunrise, supervisão do setor). A parte relevante para o PPG da proposta do MPRM.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação de uma iniciativa existente | Dimensão: Intensidade

- A entidade reguladora do setor petrolífero (ANP, admin 119) é financiada ao abrigo do Programa 510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional (3 961 599 dólares); o plano próprio do Ministério do MPRM é mantido separadamente. PPG = capacidade institucional/de RH/regulatória — isolar o incremento genuinamente novo da linha de base da ANP/MPRM; coordenar com a ANP (linha 79). [MPRM/ANP]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Cria capacidade nacional duradoura para gerir um setor em transformação.
- Apoia as negociações do projeto Greater Sunrise e a supervisão do setor.

Questões / revisões necessárias

- Isolar o acréscimo verdadeiramente novo em termos institucionais, de recursos humanos e regulamentares em relação à linha de base (G3 = necessita de informação); apresentar os custos.
- Coordenar com a ANP (079) como um único cluster petrolífero (evitar duas propostas sobrepostas).

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MPRM (032); forte sobreposição com a ANP (079, regulamentação) — um único cluster petrolífero; coordenar a capacidade de negociação com o Ministério das Finanças/Fundo Petrolífero.

034 - Procuradoria-Geral da República

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

Reforço do Ministério Público e do sistema judicial (recursos humanos, infraestruturas, equipamento, formação)

Entidade proponente: Ministério Público / Procuradoria-Geral

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 9 700 000 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: reforçar o Ministério Público nas áreas de (1) acesso à justiça / inclusão social, (2) combate à corrupção e prevenção do abuso de poder, (3) segurança jurídica para o setor privado e o investimento sustentáveis, além de recursos humanos (procuradores/funcionários), infraestruturas, equipamento e formação. Alinha com o ODS 16. Recrutamento = custo salarial recorrente e contínuo; infraestruturas/equipamento = despesas de capital. Sem cálculo de custos. [custo: valor do registo da DGPO, atualizado a 27-06-2026; a confirmar em relação à proposta completa na fase de cálculo de custos]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação da iniciativa existente | Dimensão: Intensidade/Âmbito

- Existente no âmbito do Programa 392 Acesso à Justiça (415 326 dólares dos EUA) - Subprogramas 39213 Desenvolvimento de RH em áreas técnicas (318 686 dólares), 39205 Gestão de Processos-Crime (96 640 dólares) — mais o Programa 510 Funcionamento (4 852 516 dólares). O PPG reforça a capacidade do Ministério Público/Recursos Humanos (expansão); coordenação com o MJ (Opção 25). [MP/PGR 034]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Precisa de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- O reforço do sistema judicial e a luta contra a corrupção são explicitados nas prioridades do programa (Tema 9, ODS 16); a segurança jurídica também apoia o investimento do setor privado.
- Instituição constitucionalmente central com uma justificação clara para o seu reforço.

Questões / revisões necessárias

- Reforça principalmente um mandato já existente — isolar o recrutamento/infraestruturas genuinamente novos da linha de base (G3 = necessita de informação); modelar o custo salarial recorrente e contínuo.
- Coordenar com o Ministério da Justiça (015) e os Tribunais (033) como uma única solicitação do setor da justiça (Opção 25 / Tema 9).

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

MP/PGR (034); forte sobreposição com o cluster do setor da justiça — coordenar com o MJ (015) e os Tribunais (033) no âmbito da Opção 25 / Tema 9.

038 - Autoridade de Proteção Civil

Portfólio de tutela: Ministério do Interior (MI) | *Políticas: 1*

MI-PPG3: Resiliência Nacional e Gestão de Catástrofes (alerta precoce, número único de emergência, carreira de bombeiro, infraestruturas)

Entidade proponente: Ministério do Interior (MI) – Proteção Civil

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Mistas: correntes (200 novos funcionários em 2027 + reforma da carreira dos bombeiros, incluindo a conversão do subsídio de alimentação em subsídio fixo = custo salarial permanente e contínuo) + de capital (número único de emergência, equipamento de resposta, centros de evacuação/armazéns, edifícios da APC — através do Fundo de Infraestruturas). Financiamento: OGE (principalmente despesas de capital menores) + Fundo de Infraestruturas + HCDF + UNDRR/ASEAN.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Âmbito

- Autoridade de Proteção Civil (admin 038; Bombeiros; PESI Obj 03). Verdadeiramente novo: número único de emergência, sistema integrado de operações de proteção e salvamento, quadro de carreira dos bombeiros, consolidação do sistema de alerta precoce. Alinha-se com o Quadro de Sendai. Programa 366 da Proteção Civil (por exemplo, Ativ 3661311-3661316) + Programa 502 dos Bombeiros, admin 038.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Corresponde diretamente à prioridade de resiliência a catástrofes definida no Resumo e ao Quadro de Sendai; elevado impacto para um país exposto (inundações, sismos, ciclones, tsunamis).
- Elementos do sistema genuinamente novos: número único de emergência, sistema integrado de operações de proteção e salvamento, quadro de carreira dos bombeiros, consolidação do sistema de alerta precoce.

Questões / revisões necessárias

- A contratação de 200 novos efetivos em 2027, juntamente com a reforma da carreira dos bombeiros (conversão do subsídio de alimentação em subsídio fixo), representa um custo salarial recorrente e permanente — simular o impacto e a fase da FE.
- Financiar os edifícios da APC/centros de evacuação através do Fundo de Infraestruturas; completar, em paralelo, o quadro jurídico em falta (rev. Lei n.º 12/2020, Estatuto dos Bombeiros, Conselho Nacional de Proteção Civil).

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Tutela do MI (030); execução pela Autoridade de Proteção Civil (038) + Bombeiros; coordenação com a PNTL e as F-FDTL; infraestruturas através do Fundo de Infraestruturas; cooperação com a UNDRR/ASEAN.

043 - Autoridade Municipal de Baucau

Pastora: Ministério da Administração do Estado (MAE) | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Baucau 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Autoridade Municipal de Baucau

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 14 274 698 dólares americanos | Perfil de custos: Anual (base recorrente + capital do PIM)

Estimativas futuras: PIM/Capital de 2027 (505) 14 274 698 dólares americanos. Proposta municipal total para 2027: 30 782 778 dólares americanos vs. base de referência de 2026: 13 802 085 dólares americanos (incremento de +16 980 693 dólares americanos, +123 %).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Baucau (Vol. IIA, admin. 043); valor de referência de 2026: 13 802 085 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: Capital do PIM de Baucau no valor de 14 274 698 dólares americanos para infraestruturas e serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 US$ 13 802 085 -> 2027 US$ 30 782 778.

Questões / revisões necessárias

- SEPARAR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 123 % é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente resultante de novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

044 - Autoridade Municipal de Bobonaro

Portfólio do ministério de tutela: Ministério da Administração do Estado (MAE) | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Bobonaro 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Autoridade Municipal de Bobonaro

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 13 075 000 USD | Perfil de custos: Anual (base recorrente + capital do PIM)

Estimativas futuras: PIM/Capital de 2027 (505) 13 075 000 USD. Proposta municipal completa para 2027: 28 897 226 USD vs. base de referência de 2026: 12 806 671 USD (incremento de +16 090 555 USD, +126 %).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Bobonaro (Vol. IIA, admin. 044); valor de referência de 2026: 12 806 671 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Manter - é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: capital do PIM de Bobonaro no valor de 13 075 000 dólares americanos para infraestruturas e serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 – 12 806 671 dólares americanos -> 2027 – 28 897 226 dólares americanos.

Questões / revisões necessárias

- SEPARAR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 126 % é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente resultante de novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

045 - Autoridade Municipal de Díli

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Díli 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Autoridade Municipal de Díli

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 9 145 828 dólares americanos | Perfil de custos: Anual (base recorrente + capital do PIM)

Estimativas futuras: PIM/Capital de 2027 (505) 9 145 828 dólares americanos. Proposta municipal completa para 2027: 32 383 980 dólares americanos vs. base de referência de 2026: 19 502 642 dólares americanos (incremento de +12 881 338 dólares americanos, +66 %).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Díli (Vol. IIA, admin. 045); valor de referência de 2026: 19 502 642 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: Capital do PIM de Díli no valor de 9 145 828 dólares americanos para infraestruturas e serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 US$ 19 502 642 -> 2027 US$ 32 383 980.

Questões / revisões necessárias

- SEPARAR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 66 % é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente resultante de novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

046 - Autoridade Municipal de Ermera

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Ermera 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Autoridade Municipal de Ermera

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 8 487 077 dólares americanos | Perfil de custos: Anual (base recorrente + capital do PIM)

Estimativas futuras: PIM/Capital de 2027 (505) 8 487 077 dólares americanos. Proposta municipal total para 2027: 25 981 731 dólares americanos vs. base de referência de 2026: 14 112 994 dólares americanos (incremento de +11 868 737 dólares americanos, +84 %).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Ermera (Vol. IIA, admin. 046); valor de referência de 2026: 14 112 994 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: Capital do PIM de Ermera no valor de 8 487 077 dólares americanos para infraestruturas e serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 US$ 14 112 994 -> 2027 US$ 25 981 731.

Questões / revisões necessárias

- DISTINGUIR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 84 % é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente resultante de novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

047 - Autoridade Municipal de Aileu

Portfólio do ministério de tutela: Ministério da Administração do Estado (MAE) | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Aileu 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Autoridade Municipal de Aileu

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 6 453 470 dólares americanos | Perfil de custos: Anual (base recorrente + capital do PIM)

Estimativas futuras: PIM/Capital 2027 (505) 6 453 470 dólares americanos. Proposta municipal completa para 2027: 18 911 254 dólares americanos, em comparação com a base de referência de 2026: 9 497 727 dólares americanos (aumento de +9 413 527 dólares americanos, +99 %).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Aileu (Vol. IIA, admin. 047); valor de referência de 2026: 9 497 727 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: Capital do PIM de Aileu no valor de 6 453 470 dólares americanos para infraestruturas e serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 US$ 9 497 727 -> 2027 US$ 18 911 254.

Questões / revisões necessárias

- SEPARAR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 99% é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente resultante de novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

048 - Autoridade Municipal de Ainaro

Portfólio do ministério de tutela: Ministério da Administração do Estado (MAE) | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Ainaro 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Autoridade Municipal de Ainaro

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 12 181 237 dólares americanos | Perfil de custos: Anual (base recorrente + capital do PIM)

Estimativas futuras: PIM/Capital de 2027 (505) 12 181 237 dólares americanos. Proposta municipal completa para 2027: 24 522 192 dólares americanos vs. base de referência de 2026: 9 752 205 dólares americanos (incremento de +14 769 987 dólares americanos, +151 %).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Ainaro (Vol. IIA, admin. 048); valor de referência de 2026: 9 752 205 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: Capital do PIM de Ainaro no valor de 12 181 237 dólares americanos para infraestruturas e serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 US$ 9 752 205 -> 2027 US$ 24 522 192.

Questões / revisões necessárias

- DISTINGUIR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 151% é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente resultante de novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

049 - Administração Municipal de Atauro

Portfólio do ministério de tutela: Ministério da Administração do Estado (MAE) | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Atauro 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Administração Municipal de Atauro

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 4 041 391 dólares americanos | Perfil de custos: Administração municipal + Fundo Especial (FEDA de Atauro, código 083)

Estimativas futuras: capital administrativo de 2027 (505) US$ 4 041 391. Orçamento administrativo total de 2027: US$ 7 449 564, em comparação com a base de referência de 2026: US$ 2 713 532 (+175 %). FLUXOS DE FINANCIAMENTO: esta linha corresponde ao financiamento ADMINISTRATIVO da Administração Municipal de Atauro (049). O fundo especial de capital FEDA de Atauro (19,43 milhões de dólares, código 083) é apresentado numa linha separada na linha 160. De acordo com a «Total Proposta» (referência oficial).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Atauro (Vol. IIA, admin. 049); valor de referência para 2026: 2 713 532 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Precisa de informações
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: capital do PIM de Atauro no valor de 4 041 391 dólares americanos destinado a infraestruturas e serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 – 2 713 532 dólares americanos → 2027 – 7 449 564 dólares americanos.

Questões / revisões necessárias

- SEPARAR os PIM/investimento de capital genuinamente novos do crescimento recorrente da linha de base — o aumento de 175 % é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente atribuível a novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

050 - Autoridade Municipal de Covalima

Portfólio do ministério de tutela: Ministério da Administração do Estado (MAE) | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Covalima 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Autoridade Municipal de Covalima

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 11 685 202 dólares americanos | Perfil de custos: Anual (base recorrente + capital do PIM)

Estimativas futuras: PIM/Capital de 2027 (505) 11 685 202 dólares americanos. Proposta municipal total para 2027: 23 766 694 dólares americanos vs. base de referência de 2026: 9 517 979 dólares americanos (incremento de +14 248 715 dólares americanos, +150 %).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Covalima (Vol. IIA, admin. 050); valor de referência de 2026: 9 517 979 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: Capital do PIM de Covalima no valor de 11 685 202 dólares americanos para infraestruturas/serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 US$ 9 517 979 -> 2027 US$ 23 766 694.

Questões / revisões necessárias

- DISTINGUIR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 150 % é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente resultante de novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

051 - Autoridade Municipal de Lautem

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Lautem 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Autoridade Municipal de Lautem

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 4 050 558 dólares americanos | Perfil de custos: Anual (base recorrente + capital do PIM)

Estimativas futuras: PIM/Capital de 2027 (505) 4 050 558 dólares americanos. Proposta municipal completa para 2027: 16 903 190 dólares americanos vs. base de referência de 2026: 8 494 839 dólares americanos (incremento de +8 408 351 dólares americanos, +99 %).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Lautem (Vol. IIA, admin. 051); valor de referência de 2026: 8 494 839 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: Capital do PIM de Lautem no valor de 4 050 558 dólares americanos para infraestruturas e serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 US$ 8 494 839 -> 2027 US$ 16 903 190.

Questões / revisões necessárias

- SEPARAR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 99 % é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente resultante de novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

052 - Autoridade Municipal de Liquica

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Liquica 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Autoridade Municipal de Liquica

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 5 467 560 dólares americanos | Perfil de custos: Anual (base recorrente + capital do PIM)

Estimativas futuras: PIM/Capital de 2027 (505) 5 467 560 dólares americanos. Proposta municipal completa para 2027: 22 389 663 dólares americanos vs. base de referência de 2026: 8 468 045 dólares americanos (incremento de +13 921 618 dólares americanos, +164 %).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Liquica (Vol. IIA, admin. 052); valor de referência de 2026: 8 468 045 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3 e 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: Capital do PIM da Liquica no valor de 5 467 560 dólares americanos para infraestruturas/serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 US$ 8 468 045 -> 2027 US$ 22 389 663.

Questões / revisões necessárias

- SEPARAR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 164 % é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente resultante de novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

053 - Autoridade Municipal de Manatuto

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Manatuto 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Autoridade Municipal de Manatuto

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 6 253 000 USD | Perfil de custos: Anual (base recorrente + capital do PIM)

Estimativas futuras: PIM/Capital de 2027 (505) 6 253 000 dólares americanos. Proposta municipal completa para 2027: 15 854 372 dólares americanos vs. base de referência de 2026: 9 626 242 dólares americanos (incremento de +6 228 130 dólares americanos, +65 %).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Manatuto (Vol. IIA, admin. 053); valor de referência de 2026: 9 626 242 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: Capital do PIM de Manatuto no valor de 6 253 000 dólares americanos para infraestruturas e serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 US$ 9 626 242 -> 2027 US$ 15 854 372.

Questões / revisões necessárias

- SEPARAR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 65 % é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente resultante de novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

54 - Autoridade Municipal de Manufahi

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Manufahi 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Autoridade Municipal de Manufahi

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 11 815 643 dólares americanos | Perfil de custos: Anual (base recorrente + capital do PIM)

Estimativas futuras: PIM/Capital de 2027 (505) 11 815 643 dólares americanos. Proposta municipal completa para 2027: 26 013 441 dólares americanos vs. base de referência de 2026: 9 661 613 dólares americanos (incremento de +16 351 828 dólares americanos, +169 %).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Manufahi (Vol. IIA, admin. 054); valor de referência de 2026: 9 661 613 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: Capital do PIM de Manufahi no valor de 11 815 643 dólares americanos para infraestruturas e serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 US$ 9 661 613 -> 2027 US$ 26 013 441.

Questões / revisões necessárias

- SEPARAR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 169 % é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente resultante de novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

055 - Autoridade Municipal de Viqueque

Portfólio principal: | *Políticas: 1*

PIM Municipal de Viqueque 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Autoridade Municipal de Viqueque

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 11 749 077 dólares americanos | Perfil de custos: Anual (base recorrente + capital do PIM)

Estimativas futuras: PIM/Capital de 2027 (505) 11 749 077 dólares americanos. Proposta municipal completa para 2027: 25 253 841 dólares americanos vs. base de referência de 2026: 10 686 240 dólares americanos (incremento de +14 567 601 dólares americanos, +136 %).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal de Viqueque (Vol. IIA, admin. 055); valor de referência de 2026: 10 686 240 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: Capital do PIM de Viqueque no valor de 11 749 077 dólares americanos para infraestruturas e serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 US$ 10 686 240 -> 2027 US$ 25 253 841.

Questões / revisões necessárias

- SEPARAR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 136 % é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo inteiramente resultante de novas políticas.
- Confirmar em relação ao MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o investimento de capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

056 - Administração dos Portos de Timor-Leste

Portfólio de tutela: Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) | *Políticas: 1*

Recursos humanos portuários/formação marítima (STCW/ISPS), reabilitação portuária (Atauro, Oecusse) e manutenção de equipamentos (11 componentes)

Entidade proponente: Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 2 625 000 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: 11 componentes, total ~2,625 milhões de dólares americanos: formação de recursos humanos/marítima (recorrente) + reabilitação portuária (Atauro) + manutenção de equipamentos/hidrografia (investimento de capital menor). Principalmente manutenção/formação.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação de projeto existente | Dimensão: Intensidade

- Existente no âmbito do Programa 502 Transportes — Subprograma 50207 Operação dos Navios de Passageiros e de Cargas (433 303 dólares) — mais o Programa 510 Funcionamento (1 147 086 dólares). A manutenção portuária + a formação em RH STCW/ISPS são, em grande parte, atividades operacionais de referência; isolar o que é genuinamente novo. [APORTIL 056]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Proposta orçamentada (~2,625 milhões de dólares) com componentes concretos; a formação marítima (STCW/ISPS) reforça a capacidade de conformidade.
- Apoia as infraestruturas portuárias e a conectividade (prioridade secundária).

Problemas / revisões necessárias

- Na sua maioria, manutenção + formação de RH = operação de base — isolar o que é genuinamente novo (por exemplo, reabilitação de Atauro) da linha de base (G3 = necessita de informação).
- Coordenar com a proposta principal do MTC (linha 70); canalizar o capital para a reabilitação de vias através do Fundo de Infraestruturas.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

APORTIL (056) no âmbito do MTC (025); coordenar com a proposta do MTC (linha 70); canalizar o capital para a reabilitação portuária através do Fundo de Infraestruturas.

057 - Agência de Desenvolvimento Nacional

Portfólio do ministério de tutela: Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE) | *Políticas: 3*

ADN-A: Gestão da qualidade dos projetos públicos + funcionamento institucional + formação profissional (atividades principais da ADN)

Entidade proponente: Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 900 000 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Núcleo da ADN: gestão da qualidade de projetos públicos (~300 mil dólares) + funcionamento/desenvolvimento institucional (~600 mil dólares) + formação profissional. Trata-se, na sua maioria, do mandato atual da ADN. [Total da proposta da ADN: 4,28 milhões de dólares dos EUA por registo; componentes aproximados] [ADN.pdf multiprograma; programa de Inclusão Social ~3 milhões de dólares dos EUA (p. 5, digitalização ambígua); total do registo 4,28 milhões; por componente n/q — a entidade deve confirmar]

Verificação da situação de referência (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: Intensidade

- Existente no âmbito do Programa 028 «Desenvolvimento Rural e Urbano» — Subprograma 02811 «Implementação de Projetos das LM» (60 000 dólares; Ativ 0281101 adjudicação/inspeção de projetos) — mais o Programa 510 (527 939 dólares). PPG = expansão da supervisão da qualidade dos projetos públicos; com forte componente de continuação. [ADN 057]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
A G1 cumpre o disposto na carta do primeiro-ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Precisa de informação
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Suspender — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- A função da ADN em matéria de qualidade dos projetos públicos apoia diretamente a prioridade do Resumo relativa à qualidade do investimento público (Opção 4).
- Programas essenciais modestos e orçamentados.

Questões / revisões necessárias

- Principalmente na linha de base do ADN — isolar quaisquer elementos genuinamente novos das operações existentes (G3/G4 = necessita de informação).

- Coordenar a formação com a SEFOPE/FDCH para evitar duplicações.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

ADN (057) sob a alçada do MPIE (023); a qualidade do projeto está em consonância com a Opção 4 resumida; coordenar a formação com o cluster de capital humano do SEFOPE/FDCH.

ADN-B: Programa de desenvolvimento rural e urbano

Entidade proponente: Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 2 800 000 USD | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Programa de desenvolvimento rural/urbano ~4,28 milhões de AUD (~2,8 milhões de US$) — capital + execução. Canalização através do Fundo de Infraestruturas.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: Âmbito

- Já em curso no âmbito do Programa 028 Desenvolvimento Rural e Urbano (60 000 dólares dos EUA) + Programa 980 Inclusão Social/Declaração de Maubisse (3 000 dólares dos EUA). PPG = expansão do programa de desenvolvimento rural e urbano; isolar o incremento genuinamente novo. [ADN 057]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- O desenvolvimento rural/urbano apoia a prioridade «Acesso aos serviços rurais» definida no Resumo.
- Orçamento previsto (~4,28 milhões de AUD).

Questões / revisões necessárias

- Converter o valor em AUD; canalizar o capital através do Fundo de Infraestruturas (G3 = necessita de informação).
- Coordenar com o MOP e os programas de desenvolvimento rural para evitar sobreposições.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

ADN (057) sob a alçada do MPIE (023); canalizar o capital através do Fundo de Infraestruturas (080); coordenar com o MOP e os organismos de desenvolvimento rural.

ADN-C: Programa de Cuidados de Saúde Primários [INADEQUADO — canalizar através do Ministério da Saúde]

Entidade proponente: Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Programa de Cuidados de Saúde Primários (reduzir a mortalidade infantil, melhorar o acesso). Abrange vários programas — mas a prestação de cuidados de saúde é da competência do Ministério da Saúde, não da ADN.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Beneficiário

- Os cuidados de saúde primários são da competência do Ministério da Saúde (Programa 528 Cuidados de Saúde Primários). O próprio plano da ADN apresenta apenas o Subprograma 52809 Infraestruturas de CSP (69 452 dólares, construção). Encaminhar o programa de saúde para o Ministério da Saúde (017); não é uma rubrica da ADN. [ADN 057]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Responde a uma necessidade real (cuidados de saúde primários, mortalidade infantil).
- A justificação do desenvolvimento abrange vários programas.

Problemas / revisões necessárias

- INADEQUADO no ADN — os cuidados de saúde primários são da competência do Ministério da Saúde (017); encaminhar para lá e confirmar que não se sobrepõe a programas existentes do Ministério da Saúde (G3 = necessita de informação).
- Apresentar a estimativa de custos.

Sobreposição entre o ministério de tutela e o ministério responsável (confirmar)

VIA o Ministério da Saúde (017) — uma agência de desenvolvimento (ADN) que presta cuidados de saúde primários é um mandato inadequado; consolidar sob a alçada do Ministério da Saúde.

060 - Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica

Portfólio de tutela: Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC) | *Políticas: 1*

ANAAA: Internacionalização da acreditação + transformação digital

Entidade proponente: Agência Nacional de Avaliação e Acreditação (ANAAA)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Plataforma digital/arquivo eletrónico = investimento pontual; operações de acreditação contínuas = despesas recorrentes. Evitar a duplicação de despesas com o servidor M1/NIC.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Âmbito

- ANAAA Div 0600101, Programa 524 / Subprograma 52415 garantia de qualidade e acreditação (atos 5241501-03). Internacionalização + digitalização = novo âmbito no mandato de acreditação existente.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Reforça o reconhecimento internacional da acreditação TL (ASEAN/global) — valor real para a mobilidade e a qualidade; está em conformidade com o Resumo Opt 17/18 + 23.
- Digitaliza os processos de acreditação (plataforma, arquivo eletrónico).

Questões / revisões necessárias

- Forte sobreposição com o MESCC M1 — o Centro Nacional de Informação (NIC) aparece em ambos; consolidar o NIC/criação de dados sob uma única liderança (M1) para evitar duplicações.
- Não orçamentado; separar a implementação digital pontual das despesas operacionais recorrentes da acreditação.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Tutela do MESCC; sobreposição do NIC/dados com o MESCC M1 e sobreposição parcial com o TIC Timor (059) — coordenar.

061 - Arquivo e Museu da Resistência Timorense

Portfólio de tutela: Presidência do Conselho de Ministros (PCM) | *Políticas: 1*

Preservação e promoção do arquivo/museu da resistência (património, digitalização, educação)

Entidade proponente: Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT)

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 10 573 937 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Arquivo/museu da Resistência do AMRT - (a) exposições/museologia (exposição permanente na sede, exposições temporárias/itinerantes sobre a Resistência), (b) conservação + DIGITALIZAÇÃO do arquivo histórico + sistema de gestão do arquivo, (c) estúdio multimédia/televisão para a produção de programas sobre a Resistência. Património + digitalização; combinação de despesas correntes + de capital. Sem orçamento. [custo: valor do registo da DGPO, transitado em 27-06-2026; a confirmar face à proposta completa na fase de cálculo de custos]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação de projeto existente | Dimensão: Intensidade

- Existente no âmbito do Programa 024 Cultura e Património (1 315 120 dólares) — Subprograma 02412 Realização de Exposições, Investigação e Arquivo — mais o Programa 510 Funcionamento (1 131 690 dólares). PPG = expansão (âmbito/intensidade) da preservação/promoção; em grande parte, continuação. [AMRT 061]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 4

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Preserva o património de resistência de importância nacional; a digitalização e os recursos multimédia modernizam o acesso e apoiam a educação cívica.
- Base de mandato clara.

Questões / revisões necessárias

- Principalmente o mandato existente do arquivo/museu — isolar o que é genuinamente novo (digitalização, estúdio multimédia) da base de referência (G3 = necessita de informação).

- Coordenar a digitalização com o Arquivo Nacional (062); impacto/capacidade modestos; apresentar estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

AMRT (061) sob a alçada do PCM (004) — apresentado no pacote do PCM (PCM.pdf); coordenar com o Arquivo Nacional (062) a digitalização.

062 - Arquivo Nacional de Timor-Leste

Portfólio de tutela: Ministério da Administração do Estado (MAE) | *Políticas: 1*

Arquivo Nacional: preservação de documentos/registos nacionais e digitalização de arquivos [CORRIGIDO — foi lido erroneamente como Comunicações do ANTL]

Entidade apresentadora: Arquivo Nacional de Timor-Leste (Arquivo Nacional)

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: CORREÇÃO: o ficheiro (ANTL NO STAE.pdf) é do Arquivo Nacional de Timor-Leste (Arquivo Nacional, admin 062) que inclui conteúdo eleitoral da STAE — NÃO da Autoridade de Comunicações (erro de leitura anterior). Arquivo Nacional = preservação de documentos/registos + sistema de digitalização/gestão de arquivos. As páginas eleitorais do ficheiro (eleições presidenciais/municipais; recenseamento eleitoral/BDRE para o Parlamento de 2028 ~2,5 milhões de dólares) correspondem à função eleitoral estatutária da STAE (linha 8). [Arquivo Nacional ANTL encaminhado via STAE/MAE; não se encontra qualquer tabela orçamental separada na digitalização; a entidade deve confirmar]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Em curso - continuação | Dimensão: Intensidade

- Existente no âmbito do Programa 024 Cultura e Património (61 620 dólares) — Subprogramas 02415 Gestão Documental, 02416 Preservação e Conservação, 02417 Acesso e Difusão — além do Programa 510 (272 940 dólares). PPG = expansão (digitalização + programa nacional de preservação de registos). [ANTL 062]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Preserva e moderniza o acesso aos registos nacionais (digitalização); apoia a transparência e a administração.
- Base de mandato clara.

Questões / revisões necessárias

- Principalmente o mandato de arquivo existente — isolar a digitalização e a gestão de registos genuinamente novas da linha de base (G3 = necessita de informação).

- Coordenar a digitalização com a AMRT (061) e o grupo Opt 17/18; o registo eleitoral incluído faz parte do mandato legal da STAE (linha 8), não sendo uma política separada do PPG.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Arquivo Nacional (062) sob a alçada do MAE (016); coordenar a digitalização com a AMRT (061, arquivo de resistência) e a governação local digital do MAE-B (103); o conteúdo eleitoral incluído é de natureza estatutária do STAE (linha 8).

064 - Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar

Pastela de competências: VPM Assuntos Económicos / Turismo e Ambiente | Políticas: 1

Modernização da segurança alimentar, inspeção e proteção do consumidor a nível nacional

Entidade proponente: AIFAESA

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 8 000 000 USD | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Equipamento de laboratório/metrologia = despesa de capital pontual; operações de inspeção = despesas recorrentes. É necessária uma repartição.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito + intensidade

- A inspeção já EXISTE - Programa 983 / Subprograma 98334 Controlo da Qualidade de Produtos Alimentares (Ativ 9833400-9833405) e Subprograma 98335 Controlo de atividades económicas (Ativ 9833500-9833510 inspeção/supervisão). Proposta = alargamento do âmbito/intensidade (laboratórios, metrologia legal, combate ao contrabando).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Capacidade nacional genuinamente nova — inspeção de segurança alimentar e proteção do consumidor, não incluída no Resumo nem na linha de base.
- Reforça a integridade do mercado e a saúde pública; encaminhada através da entidade-mãe (VPM-MCAE-MTA).

Questões / revisões necessárias

- Apresentar uma repartição orçamental entre despesas de capital para laboratórios e despesas correntes de inspeção antes da concessão de financiamento.
- Confirmar a preparação institucional para implementar funções de inspeção em grande escala.

Sobreposição com o ministério responsável (confirmar)

Enviado ao VPM/MCAE/MTA (ministro coordenador), com cópia para o MF — ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DE REFERÊNCIA (boa coordenação, ao contrário do INDDICA).

067 - Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais

Portfólio do ministério de tutela: Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (MPRM) | *Políticas: 1*

Regulamentação do setor petrolífero: regime jurídico de Greater Sunrise/Tasi Mane, supervisão do desenvolvimento de campos, concursos de exploração em terra e no mar

Entidade remetente: Autoridade Nacional do Petróleo (ANP)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 13 700 000 dólares americanos | Perfil de custos: Misto (regulamentar/institucional + estudo/HSE)

Estimativas futuras: a ANP discriminou cerca de 13,7 milhões de dólares americanos em cerca de 9 atividades (regime jurídico/fiscal do Greater Sunrise: 2 milhões de dólares americanos; supervisão do KTJ: 0,5 milhões de dólares americanos; ronda de licenciamento: 1 milhão de dólares americanos; PDIMS: 2 milhões de dólares americanos; desenvolvimento institucional: 6 milhões de dólares americanos; energia da ASEAN: 0,5 milhões de dólares americanos; regime a jusante: 0,5 milhões de dólares americanos; monitorização de HSE 0,2 milhões de dólares; estudo conjunto 1 milhão de dólares). Foi registado incorretamente como n/q.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: Âmbito

- Existente — o mandato do regulador está em curso no âmbito do Programa 510 da ANP «Funcionamento e Desenvolvimento Institucional» (3 961 599 dólares). O PPG sobrepõe-se ao MPRM-B (linha 113); coordenar como um único cluster petrolífero. Com forte componente de continuação. [ANP 119]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- A regulamentação da ANP sustenta o principal valor do setor petrolífero (Greater Sunrise/Tasi Mane/Bayu-Undan).
- Resultados concretos em matéria de regulamentação (regime jurídico, concursos de exploração).

Questões / revisões necessárias

- Sobrepõe-se fortemente à proposta apresentada no MPRM (linha 69) — coordenar como UM único cluster petrolífero, e não como duas propostas.

- Mandato regulamentar em curso — isolar o que é genuinamente novo (G3 = necessita de informação); o investimento no megaprojeto é do Fundo do Petróleo/estratégico, não recorrente do PPG.

Sobreposição do ministério de tutela (confirmar)

ANP (067) sob a alçada do MPRM (032) — forte sobreposição com a proposta do MPRM (linha 69); avaliar como UM único cluster do setor petrolífero. O investimento em megaprojetos é do Fundo Petrolífero/estratégico, não recorrente do PPG.

070 — Centro Nacional Chega

Portfólio de tutela: Presidência do Conselho de Ministros (PCM) | *Políticas: 1*

Programa de memória, direitos humanos e reparações (legado do Chega!/CAVR: memorialização, quadro jurídico para as reparações)

Entidade proponente: Centro Nacional Chega! (CNC)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 793 072 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: CNC (legado do Chega!/CAVR) — memorialização, educação em direitos humanos e um programa de REPARAÇÕES que requer um quadro político e jurídico; o CNC definirá as prioridades anuais, o quadro financeiro e os recursos humanos. Combinação de despesas recorrentes (memória/educação) + um potencial custo anual recorrente com reparações. Não orçamentado. [custo: valor do registo da DGPO, atualizado a 27-06-2026; a confirmar face à proposta completa na fase de orçamentação] [custo: CNC.pdf p. 12, total de 793 072 dólares americanos (medidas corretivas 1-4 de 2027) — correspondência exata com o registo]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação da atividade existente | Dimensão: Âmbito

- O CNC (admin 070) não tem uma entrada separada no Plano Anual de 2026; o seu trabalho nas áreas da memória, dos direitos humanos e das reparações faz parte do seu mandato atual — confirmar a rubrica de financiamento de referência.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Aborda o legado do Chega!/CAVR — memória, direitos humanos, reconciliação; de importância nacional.
- Mandato claro e uma proposta concreta de reparações e de quadro jurídico.

Questões / revisões necessárias

- Isolar o programa de reparações genuinamente novo + o quadro jurídico do mandato existente em matéria de memória/direitos humanos (G3 = necessita de informação).

- Um programa de reparações gera um custo anual recorrente — calcular o custo; coordenar o quadro jurídico com o MJ (015); tema da justiça de transição (distinto da Opção 11).

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

CNC (070) subordinado ao PCM (004) — apresentado no pacote do PCM; tema da justiça de transição (distinto da Opção 11); coordenar com o MJ (015) o quadro jurídico das reparações.

073 — Centro Nacional de Reabilitação

Portfólio de tutela: Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI) | *Políticas: 1*

1. Criação de um centro temporário de atendimento e reabilitação no município de Baucau como medida estratégica para aumentar o acesso ...

Entidade proponente: Centro Nacional de Reabilitação

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 400 008 dólares americanos | Perfil de custos: Predominantemente recorrentes

Estimativas futuras: ~98 % do envelope de 5 anos é de despesas recorrentes (pessoal 56 563 $/ano + operações 19 900 $, aumentando para 23 488 $). Apenas 9 000 $ em equipamento são despesas pontuais. Cria um custo permanente de ~76-80 mil $/ano que fica fixado nas estimativas futuras de base.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Geográfica + beneficiários

- A reabilitação já EXISTE no âmbito do Programa 980 Inclusão Social — Subprograma 98024 (sensibilização/promoção); Ativ 9802402 (equipamento para pessoas com deficiência, 179 280 $); 9802401 (divulgação dos serviços do CNR). O PPG alarga a cobertura aos municípios do leste (+150 utilizadores/ano).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 4 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Proposta do Anexo B completa e bem estruturada (problema, objetivos SMART, opções, monitorização e avaliação, cálculo de custos plurianual).
- Existem lacunas evidentes no acesso para pessoas com deficiência na zona rural do leste; indicadores-chave de desempenho (KPI) mensuráveis (referência: 2 678 utilizadores; +150 novos por ano).
- Apoiado pelo Ministro do MSSI — passou pelo ministério de tutela (boa coordenação).

Questões / revisões necessárias

- Expansão predominantemente recorrente: confirmar que o custo marginal na região oriental é incremental e testar a absorção na linha de base do MSSI/CNR, em vez de elevar para um PPG.
- Risco de capacidade/recrutamento: 4 profissionais de reabilitação num mercado de trabalho especializado escasso.
- Sobreposição da linha de base: a reabilitação do CNR insere-se no seu próprio Programa 980 (Inclusão Social); a expansão para leste é incremental, não duplicando as rubricas da sede do MSSI.
- Duplicação entre propostas (em relação ao SEII / outros proponentes na área da deficiência): consolidar no âmbito do SEII (liderança da Opção 11).

Sobreposição entre o organismo de tutela e o ministério (a confirmar)

Através da entidade-mãe (aprovado pelo Ministro do MSSI) — coordenado; confirmar que não se financia a mesma coisa duas vezes com as rubricas de deficiência do MSSI.

075 - Comissão da Função Pública

Portfólio do ministério de tutela: Órgãos independentes (subordinados diretamente ao Estado) | *Políticas: 1*

Reforma da administração pública e gestão de recursos humanos da função pública

Entidade proponente: Comissão da Função Pública (CFP)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 5 000 000 USD (opção 1) / 8 000 000 USD (opção 2) | Perfil de custos: Predominantemente recorrente

Estimativas futuras: duas medidas de reforma da função pública — (1) reforma legislativa e modernização do sistema de carreiras, (2) implementação progressiva de um regime de carreiras unificado + desenvolvimento de um sistema de carreiras funcional/estrutural. Além disso, transformação digital, disciplina administrativa e serviços descentralizados. Trata-se, na sua maioria, de uma reforma técnica no âmbito do mandato da CFP; pedido de novos recursos limitado. Sem orçamento. [custo: valor do registo da DGPO, atualizado a 27-06-2026; a confirmar face à proposta completa na fase de cálculo de custos] [custo: CFP.pdf p. 7, Opção 1: 5-8 milhões de dólares americanos/5 anos (ou Opção 2: 5-15 milhões/3 anos); registo de 5 milhões = limite inferior]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: Intensidade

- Existente no âmbito do Programa 510 «Funcionamento e Desenvolvimento Institucional» (60 000 dólares) — Subprograma 51041 «Políticas, Legislação e Regulamentos» (36 000 dólares), 51043 «Revitalizar a cultura de trabalho» (11 000 dólares). PPG = expansão do mandato de reforma da função pública; financiamento modesto na linha de base. [CFP 075]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Suspender — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- A reforma da administração pública e dos recursos humanos apoia a eficácia do setor público (uma prioridade do Brief).
- A CFP é o órgão responsável pela função pública.

Questões / revisões necessárias

- Principalmente o mandato em curso da CFP em matéria de carreiras e reforma — isolar qualquer aumento de recursos genuinamente novo (G3/G4 = necessita de informação); grande parte poderá ser de base.
- Coordenar com o Ministério das Finanças, a agenda de reforma do Estado e a governação digital do MAE-B; apresentar uma estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

CFP (075, independente); coordenar com o MF (reforma do setor público) e a agenda de reforma do Estado.

077 - Conselho de Imprensa

Portfólio de tutela: Órgãos independentes (ligados diretamente ao Estado) | *Políticas: 1*

Reforço do Conselho de Imprensa (formação de jornalistas, capacidade institucional, apoio à liberdade de imprensa)

Entidade proponente: Conselho de Imprensa (CI)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 200 000 dólares americanos | Perfil de custos: Predominantemente recorrentes

Estimativas futuras: Pequeno reforço institucional: recrutamento de pessoal (despesas recorrentes) + formação de jornalistas. Não orçamentado nesta fase. [custo: valor do registo da DGPO, atualizado a 27-06-2026; a confirmar face à proposta completa na fase de cálculo de custos] [custo: CI.pdf p. 3, total detalhado de 200 000 dólares americanos (veículos/fotocopiadoras/câmaras/1 consultor); o registo indicava 208 mil]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: Intensidade

- Existente no âmbito do Programa 439 «Garantir a Liberdade de Expressão» (184 841 dólares americanos) - Subprogramas 43904 «Competência de Jornalistas» (44 167 dólares), 43911 «Autorregulação» (13 187 dólares), 43912 «Gestão Institucional/Defesa» (88 019 dólares) — mais o Programa 510 (219 918 dólares). PPG = expansão (formação de jornalistas + combate à desinformação). [CI 077]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 4

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- A liberdade de imprensa e a qualidade dos meios de comunicação social promovem a transparência (uma prioridade do Brief).
- Base constitucional/mandatária clara (liberdade de imprensa).

Questões / revisões necessárias

- Pequeno reforço institucional de um mandato existente — isolar qualquer elemento genuinamente novo (G3 = necessita de informação).

- Coordenar com a SECOMS/INTL para evitar um pedido fragmentado do setor dos meios de comunicação social; apresentar estimativa de custos.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Conselho de Imprensa (077); coordenar com o grupo de trabalho dos meios de comunicação social — SECOMS (121), INTL (085) — para alinhar as solicitações relativas à imprensa e aos meios de comunicação social.

083 — Fundo Especial de Desenvolvimento de Atauro (FEDA)

Portfólio do ministério de tutela: Ministério da Administração do Estado (MAE) | *Políticas: 1*

Fundo Especial de Desenvolvimento de Atauro (FEDA) 2027 — programa de investimento de capital (24 projetos de infraestruturas)

Entidade proponente: Fundo Especial de Desenvolvimento de Atauro (FEDA)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 19 425 199 dólares americanos | Perfil de custos: Fundo especial de capital (FEDA de Atauro, código 083) — separado do orçamento administrativo de Atauro (049)

Estimativas futuras: capital do FEDA para 2027 no valor de 19 425 199 dólares americanos (24 projetos de infraestruturas, separador «FEDA»). Fundo de capital especial SEPARADO (código 083), distinto e ADICIONAL ao orçamento administrativo da Administração Municipal de Atauro (049) (7,45 milhões de dólares, incluindo 4,04 milhões de dólares de capital, linha 140). De acordo com a Proposta Total, a FEDA não está incluída na dotação administrativa 501-505, pelo que é aqui apresentada como uma rubrica própria do fundo especial.

Verificação de referência (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão:

- Atauro FEDA (código administrativo 083)

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Fundo Especial de Desenvolvimento de Atauro: capital de 19,43 milhões de dólares americanos para infraestruturas da ilha (24 projetos).

Questões / revisões necessárias

- Fundo de capital especial separado (FEDA 083) — confirmar se se trata de um novo fundo ou se corresponde à linha de base e verificar se há sobreposição com o capital administrativo de Atauro (049) e com o PNDS.
- Primeira análise — atribuir pontuação após revisão completa.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar com o capital administrativo de Atauro (049), o MOP e o PNDS para evitar o duplo financiamento das mesmas obras.

085 - Imprensa Nacional de Timor-Leste

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

Digitalização do Jornal Oficial + capacidade de impressão segura

Entidade proponente: Imprensa Nacional (INTL)

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 1 440 000 dólares americanos | Perfil de custos: Único / transitório

Estimativas futuras: Principalmente despesas de capital (equipamento de impressão segura + plataforma digital). Custo anual recorrente limitado.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo / Expansão | Dimensão: Âmbito

- Já existe no âmbito do Programa 510 — Subprograma 51057 Serviço de Imprensa (Ativ 5105702 Produção) e Subprograma 51026 Comunicação Estratégica. A proposta digitaliza/moderniza esta função de publicação do jornal oficial e de impressão.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Proposta conjunta PCM+INTL — boa coordenação vertical através da entidade-mãe.
- Digitaliza o Jornal da República e o processo legislativo e reforça a capacidade de votação e impressão seguras para as eleições de 2027-28.

Questões / revisões necessárias

- Confirmar a separação entre a implementação digital pontual (investimento de capital) e os custos operacionais recorrentes da plataforma.
- Coordenar a solicitação digital com o MESCC M1 e a ANAAA (grupo Opt 17/18).

Sobreposição entre a entidade-mãe e o ministério (confirmar)

Apresentação conjunta PCM+INTL através do PCM — VIA MINISTÉRIO DE REFERÊNCIA (coordenada).

092 - Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

INCT: Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2027-2030 (sede + unidades de I&D; publicações científicas/ISSN/DOI)

Entidade proponente: Inst. Nac. de Ciências e Tecnologia (INCT)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Grande investimento de capital pontual (sede/edifício de I&D, Opção 1) + pequeno custo recorrente (operações de publicação/ISSN/DOI + custos operacionais do novo edifício). Financiamento através do Fundo de Infraestruturas; sem estimativa de custos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: n/a

- Divisão INCT 0920101, Programa 524 / Subprograma 52425 (atos 5242501-03). Edifício da sede, unidades de I&D e editora nacional/ISSN/DOI não incluídos no plano de 2026 = verdadeiramente novos.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- A componente de divulgação científica (Editora Nacional de Ciência + Centro ISSN + Agência DOI) constitui uma infraestrutura de governação nacional de baixo custo e elevado valor.
- Está em conformidade com a Opção 23 (investigação) + Opções 17/18 (digital) do Resumo.

Questões / revisões necessárias

- Multicomponente — decompor: aprovar a vertente de divulgação de baixo custo; encaminhar o edifício da sede/I&D (Opção 1, investimento de capital avultado) através do Fundo de Infraestruturas (Opção 7) e faseá-lo.
- Risco de capacidade para um instituto recente que executa um projeto de investimento; não orçamentado.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Supervisão do MESCC; coordenar o capital com o Fundo de Infraestruturas; o ISSN/DOI é uma obrigação nacional (coordenar com o Arquivo Nacional/Biblioteca 062).

093 - Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA

Portfólio de referência: | *Políticas: 1*

Reforço da resposta nacional ao VIH-SIDA (recrutamento de recursos humanos, prevenção, tratamento, sensibilização)

Entidade proponente: Inst. Nac. de Combate ao HIV-SIDA (INSCIDA)

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 1 301 346 dólares americanos | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Programa de Prevenção do VIH/SIDA 2027 — prevenção, tratamento, sensibilização + recrutamento de recursos humanos (técnicos internacionais + nacionais). Tabela de custos por atividade (Salários/Bens e Serviços). Custos salariais recorrentes + custos programáticos. Reforça a resposta nacional ao VIH/SIDA. [custo: valor do registo da DGPO, atualizado a 27-06-2026; a confirmar em relação à proposta completa na fase de cálculo de custos] [custo: INSCIDA.pdf, p. 8, total da tabela US$ 1 301 345,50 — correspondência exata com o registo]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: Intensidade

- Já em vigor no âmbito do Programa 980 «Inclusão Social» (525 250 dólares dos EUA) — Subprograma 98056 «Promoção, Prevenção e Comunicação» — mais o Programa 510 «Funcionamento» (289 404 dólares dos EUA). O PPG amplia a resposta nacional ao VIH/SIDA (expansão); coordenação com o Ministério da Saúde. [INSCIDA 093]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 É genuinamente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- A resposta ao VIH/SIDA protege um grupo vulnerável e a saúde pública; alinha as prioridades em termos de capital, recursos humanos e serviços.
- Reforça a capacidade institucional nacional.

Questões / revisões necessárias

- Reforça, na sua maioria, um mandato já existente — isolar a expansão genuinamente nova de recursos humanos/programas da linha de base (G3 = necessita de informação); modelar o custo salarial contínuo do recrutamento.

- Forte sobreposição com os programas de VIH do Ministério da Saúde (017) — coordenar/encaminhar através do Ministério da Saúde para evitar duplicações.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

INSCIDA (093) no cluster da inclusão social (sob tutela do VPM-MCAS/MSSI); FORTE sobreposição com os programas de VIH do Ministério da Saúde (017) — coordenar para evitar duplicação.

096 - Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

1. Fortalecimento da capacidade institucional 2. Monitorização da implementação de políticas e programas 3. Sensibilização e educação sobre...

Entidade proponente: Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 1 926 471 dólares americanos | Perfil de custos: Predominantemente recorrentes

Estimativas futuras: Custo recorrente anual ~0,78-0,85 milhões de dólares/ano (salários 311 820 dólares + bens/serviços 470-537 mil dólares). Cerca de 0,30 milhões de dólares de capital em 2027 (despesas menores de 70 mil dólares + desenvolvimento de 225 mil dólares, incluindo a continuação do edifício INDDICA) é um custo pontual. O custo anual recorrente é a preocupação das Estimativas Prospectivas.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Existente – continuação | Dimensão: Âmbito

- A maioria das atividades está associada ao Programa 510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional - Subprograma 51001; Atividades 5100109 (inspeção/auditoria), 5100112 (apoio jurídico / legislação de proteção à criança / VAC). Edifício = continuação. Isolar qualquer elemento genuinamente novo.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Área política genuinamente importante (proteção da criança; CDC, PANL); está em consonância com a prioridade do capital humano e com a Opção 11 do Resumo.
- Ancoragem nacional/jurídica explícita (Constituição, Convenção sobre os Direitos da Criança, Plano de Ação Nacional para a Infância).

Questões / revisões necessárias

- Enviado DIRETAMENTE ao Primeiro-Ministro (cc Vice-Primeiro-Ministro/MCAS e Ministério das Finanças) — contornou a consolidação pelo ministério de tutela (sinal de fragmentação); encaminhar via SEII (responsável pela Opção 11).

- Na sua maioria, continuação do programa institucional «Programa 510» de 2026 — poucas novidades claras (G3 = necessita de informação).
- Abaixo do padrão do Anexo B: sem análise de opções, cálculo de custos ao nível das atividades, cronograma/Gantt, nem KPIs/linhas de base/metas.
- Alinhamento exagerado com quase todas as 9 prioridades; restringir ao foco genuíno.

Sobreposição com o ministério de tutela (a confirmar)

Apresentado diretamente (contornando a coordenação do VPM/MCAS) — VERIFICAR sobreposição com o ministério coordenador e as linhas de ação relacionadas com a infância do setor social.

098 - Instituto Politécnico de Betano

Portfólio do ministério de tutela: Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC) | *Políticas: 2*

IPB-a: Nova Escola Superior de Hotelaria e Turismo, Lospalos

Entidade proponente: Instituto Politécnico de Betano (IPB)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Pontual / de capital

Estimativas Prospectivas: Investimento de capital para a construção da nova escola + novos custos recorrentes de funcionamento e de pessoal. Não incluídos no orçamento apresentado. O investimento de capital será canalizado através do Fundo de Infraestruturas; os custos recorrentes anuais serão integrados nas Estimativas Prospectivas assim que a escola entrar em funcionamento.

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: n/a

- NÃO consta do plano IPB 2026 (Div. 0980101, Programa 524 — as atividades existentes são a Escola Superior de Agronomia e Zootecnia). Nova escola de hotelaria/turismo = verdadeiramente nova.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Verdadeiramente inovador (a linha de base do IPB para 2026 é Agronomia/Zootecnia) — estabelece uma ligação entre o ensino superior e o setor do turismo; está alinhado com a Opção Breve 23.
- Aborda uma lacuna regional em termos de competências e diversificação.

Problemas / revisões necessárias

- Não foi calculado o custo; investimento em infraestruturas + novos custos operacionais recorrentes e de pessoal — risco significativo em termos de implementação, matrículas e sustentabilidade para um novo campus municipal.
- Canalizar o capital através do Fundo de Infraestruturas (Opção 7); confirmar a procura do setor do turismo e o financiamento recorrente (risco semelhante ao das Opções E4/E6).

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Tutela do MESCC; coordenar com o Ministério do Turismo quanto à procura e com o Fundo de Infraestruturas quanto ao capital.

IPB-b: Reforçar a qualidade do ensino e da investigação, Escola Superior de Estudos e Investigação, Ermera

Entidade proponente: Instituto Politécnico de Betano (IPB)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: a determinar

Estimativas futuras: Mistas/a determinar — melhoria da qualidade principalmente em despesas de funcionamento recorrentes; qualquer equipamento = despesa pontual. É necessário calcular os custos.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Intensidade/Âmbito

- IPB Div 0980101, Programa 524 Ensino Superior — instituição existente; trata-se de uma expansão em termos de intensidade/qualidade da oferta de referência.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 2 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Suspender — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Melhora a qualidade do ensino/aprendizagem e da investigação numa escola existente da IPB — abordagem incremental, com menor risco do que a construção de uma nova escola.
- Está em conformidade com o Resumo da Opção 23 (qualidade).

Questões / revisões necessárias

- A melhoria da qualidade de uma faculdade já existente é provavelmente parcialmente absorvível nas despesas operacionais de base (G3/G4 = necessita de informação).
- É necessária uma repartição orçamental entre despesas genuinamente novas (por exemplo, laboratórios/equipamento) e despesas operacionais recorrentes antes de um pedido de financiamento ao PPG — EM ESPERA.

Sobreposição com o ministério de tutela (a confirmar)

Tutela do MESCC.

100 - Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

Portfólio da entidade responsável: | *Políticas: 1*

1. Eleições para a Presidência da República, a realizar no primeiro semestre de 2027 2. Eleições para a Presidência do Município, vice-pre...

Entidade responsável pela apresentação: Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 11 500 000 dólares americanos | Perfil de custos: Pontual / transitório

Estimativas futuras: Despesas do ciclo eleitoral (PR 11,5 milhões de PR, municipal 4,0 milhões de PR, preparação BDRE/PN 2,5 milhões de PR) para 2027-28. Despesa transitória — repete-se apenas no ciclo eleitoral de cerca de 5 anos. Manter FORA da base de referência recorrente; provisionar nas Estimativas Prospectivas como despesa limitada no tempo. [custo: fonte STAE (ANTL-NO-STAE.pdf p. 4) ORÇAMENTO ALOCADO de 11,5 milhões de dólares para as eleições presidenciais e municipais; o registo apresentava 2,85 milhões de dólares — RECONCILIAR (custo total das eleições vs. incremento do PPG)]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo (evento cíclico — custo de 2027 não incluído na base de referência recorrente) | Dimensão: Volume

- A administração eleitoral já EXISTE — Programa 510 / Subprograma 51049 Administração Eleitoral (Atividades 5104901 Recenseamento Eleitoral; 5104902 Educação Eleitoral). As eleições presidenciais e municipais de 2027 ampliam estas atividades existentes (cíclicas).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 4 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 8

Recomendação

Aprovar – candidato prioritário

Pontos fortes

- Previsto na Constituição e com prazo definido — as eleições presidenciais e autárquicas de 2027 são obrigatórias.
- A STAE demonstrou capacidade comprovada na organização de eleições.
- Explicitamente solicitado no Documento de Referência (2.3 — novas pressões conhecidas sem financiamento) — um compromisso reconhecido de financiamento.

Questões / revisões necessárias

- Apresentar os cenários com custos baixos/moderados/elevados solicitados no Documento de Referência (apresentação à Comissão Eleitoral).
- Coordenar no âmbito do conjunto de eventos e eleições de 2027-29.
- Prever como despesa pontual/temporária nas Estimativas Prospectivas (repete-se num ciclo de cerca de 5 anos); manter fora da base de referência recorrente.
- Confirmar o canal de apresentação (não há carta de acompanhamento no processo).

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Sob a alçada do MAE; confirmar em relação ao plano do MAE para 2026 (as operações eleitorais são da competência dos órgãos eleitorais — prevê-se uma sobreposição reduzida).

105 - Universidade Nacional Timor Lorosae

Portfólio de tutela: | *Políticas: 1*

UNTL: Capacidade de investigação e desenvolvimento institucional (Anexo I) [+ proposta de orçamento anual total de 31,7 milhões de dólares americanos]

Entidade proponente: Universidade Nacional de Timor Lorosae (UNTL)

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 31 719 283 dólares americanos | Perfil de custos: A determinar

Estimativas futuras: Orçamento anual total de 31,72 milhões de dólares (Salários 15,72 milhões, Bens e Serviços 7,23 milhões, Investimento de Pequena Dimensão 2,31 milhões, Investimento de Desenvolvimento 6,47 milhões, Transferências 0,006 milhões). Na sua maioria, despesas recorrentes da base institucional; o novo aumento da capacidade de investigação ainda não é separável.

Verificação da base de referência (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação do existente | Dimensão: Intensidade (investigação)

- Divisão UNTL 1050101, Programa 524 Ensino Superior — plano institucional anual existente; a proposta consiste, em grande parte, no orçamento institucional de 2027, acrescido de uma expansão da capacidade de investigação.

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 É genuinamente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Precisa de informação

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Suspender — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- A capacidade de investigação e desenvolvimento institucional (Anexo I) constitui uma ação legítima de qualidade no ensino superior; está em conformidade com a Opção 23 do Resumo.
- Apresentação detalhada e estruturada do orçamento anual.

Questões / revisões necessárias

- Os 31,72 milhões de dólares representam a dotação anual institucional total da UNTL (em grande parte de base/continuação), NÃO um acréscimo específico do PPG — evitar financiar a mesma coisa duas vezes a partir da dotação do PPG.
- Isolar e calcular o custo da componente de capacidade de investigação genuinamente nova; a maior parte passa pela dotação de base da UNTL (Div 1050101) — SUSPENDER.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Tutela do MESCC; a maior parte é dotação de base da UNTL, não do PPG — evitar financiar a mesma coisa duas vezes a partir do envelope do PPG.

108 — Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA)

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

PIM Municipal da RAEOA para 2027: investimento de capital (505 Desenvolvimento de Capital) no âmbito da proposta de orçamento municipal

Entidade proponente: Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 68 201 677 dólares americanos | Perfil de custos: Capital 68,2 milhões de dólares americanos = ~15 milhões de dólares americanos de novos fundos FED + ~53 milhões de dólares americanos de reafetação (FED da RAEOA, código 109)

Estimativas futuras: capital para 2027 (505) 68 201 677 dólares americanos = 15 168 535 dólares americanos de investimento novo do FED + 53 033 143 dólares americanos de REAPROPRIAÇÃO (fundos existentes redirecionados) — pelo que apenas cerca de 15 milhões de dólares americanos são genuinamente NOVOS (a rubrica do projeto do FED é de 14,24 milhões de dólares americanos, 96 novos projetos). Proposta completa para 2027: 110 752 982 dólares dos EUA vs. valor de referência de 2026: 22 788 994 dólares dos EUA (+386%). FLUXO DE FINANCIAMENTO: RAEOA (Oecusse) = Região Autónoma Especial; ao contrário de Atauro, o seu FED já está INCLUÍDO na «Proposta Total 505». FONTE: «Proposta Total» é a fonte oficial.

Verificação da base de referência (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Volume

- Orçamento municipal da RAEOA (Vol. IIA, admin. 108); valor de referência para 2026: 22 788 994 dólares americanos

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Desenvolvimento local descentralizado: capital do PIM da RAEOA no valor de 68 201 677 dólares americanos para infraestruturas/serviços municipais.
- A comparação entre a situação de referência e a proposta é explícita: 2026 US$ 22 788 994 -> 2027 US$ 110 752 982.

Questões / revisões necessárias

- SEPARAR o PIM/capital genuinamente novo do crescimento recorrente da situação de referência — o aumento de 386% é, em grande parte, recorrente (salários/bens/transferências), não sendo todo resultante de novas políticas.
- Confirmar com o MOP/PNDS/Fundo de Infraestruturas para evitar duplo financiamento. CONFLITO DE DADOS DA RAEOA: apresentado como 0 dólares americanos («tama iha FED») no separador «Lista-PIM», mas 110,75 milhões de dólares americanos aqui no «Total da Proposta» — reconciliar qual se aplica; a RAEOA é uma região autónoma especial (pode ser financiada através do FEDA).

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Coordenar o capital municipal com o MOP (água/estradas), o PNDS e o Fundo de Infraestruturas para evitar o financiamento duplo das mesmas obras.

113 - Ministério do Comércio e Indústria

Portfólio de tutela: Ministério do Comércio e Indústria (MCI) | *Políticas: 2*

MCI-A: Industrialização nacional (indústria do sal, praças de alimentação/mercados modernos, PPP Tasi-Mane, zona industrial de Ulmera-Maubara)

Entidade proponente: Ministério do Comércio e Indústria (MCI)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 6 955 000 dólares americanos (opção 1) / 5 000 000 dólares americanos (opção 2) | Perfil de custos: Custo único / investimento

Estimativas futuras: Investimento intensivo em capital: Indústria Nacional do Sal (multimunicipal), praças de alimentação/mercados modernos ~5 milhões de dólares, PPP Tasi-Mane ~10 milhões de dólares (Banco Mundial), zona industrial de Ulmera-Maubara. Financiamento através do Fundo de Infraestruturas. [custo: total registado no MCI de US$ 6,955 milhões (sem divisão entre MCI-A/B); estimativa anterior de 5 milhões + 5 milhões, baseada em análise aprofundada, removida] [custo: MCI.pdf p. 8 — indústria do sal 10 milhões (PPP/Banco Mundial), praça de alimentação 5 milhões (Fundo de Infraestruturas), óleo alimentar 1 milhão, cooperação com a ASEAN 110 mil, mercado noturno 70 mil, festival 25 mil; itens de grande valor NÃO são despesas recorrentes do PPG; valor do PPG no registo: 6,955 milhões]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: n/a

- NÃO consta do plano MCI 2026 (admin 113) — novo capital industrial (indústria do sal, mercados, PPP).

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 4 / 5 | Mérito: 7

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Capital concreto para a diversificação económica (indústria do sal, agroindústria, mercados modernos) — está em consonância com a prioridade do Brief para o setor privado.
- Potencial de cofinanciamento multilateral (PPP do Banco Mundial).

Questões / revisões necessárias

- Capital avultado — canalizar através do Fundo de Infraestruturas (Opção 7); a indústria do sal e a PPP Tasi-Mane necessitam de estudos de viabilidade/análises de rentabilidade.
- Confirmar em relação à lista existente de projetos planeados para a construção de mercados; definir a sequência/fases dos componentes.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MCI (113); coordenar a indústria do sal com a Agricultura/MAF + Banco Mundial; canalizar o capital industrial/de mercado através do Fundo de Infraestruturas (080).

MCI-B: desenvolvimento das MPMEs + promoção do comércio (preparação para a exportação, formação empresarial, cooperação com a ASEAN/OMPI, feiras comerciais + INTE 2027)

Entidade apresentadora: Ministério do Comércio e da Indústria (MCI)

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Programáticas: preparação das MPMEs para a exportação, capacidade de exportação municipal, formação empresarial/financeira, cooperação com a ASEAN/OMPI; feiras comerciais + exposição internacional INTE 2027 (eventos = pontuais). Não orçamentados separadamente. [custo: parte do total de 6,955 milhões de dólares do registo do MCI (linha 104); n/q pendente de repartição]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Âmbito

- Existente no âmbito do Programa 983 Investimento e Diversificação Económica (1 558 195 dólares dos EUA) - Subprogramas 98313 Políticas Económicas e Comércio (752 989 dólares), 98314 Promoção de Atividades Comerciais (192 679 dólares) - mais o Programa 510 (2 001 421 dólares). PPG = expansão (preparação das MPMEs para a exportação + promoção comercial, incluindo o INTE 2027). [MCI 113]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Contribui para o desenvolvimento do setor privado e da criação de emprego (preparação das MPME para a exportação, promoção do comércio com a ASEAN).

- Instrumento concreto de promoção do comércio (INTE 2027).

Questões / revisões necessárias

- Coordenar a formação das MPMEs com a SEFOPE/IADE para evitar duplicações (polo de capital humano).
- Apresentar os custos ao nível das atividades; excluir as exposições pontuais da base de referência recorrente.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança do MCI (113); coordenar a formação das MPME com o SEFOPE (linhas 116-117) + IADE (086); INTE 2027/exposições no cluster de eventos da Opção 8.

115 - Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura

Portfólio de tutela: Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura (MJDAC) | *Políticas: 2*

MJDAC-A: Programa nacional de competências para jovens, empreendedorismo e micro, pequenas e médias empresas (MPME) — mapeamento, formação, literacia financeira, incubação, formalização, monitorização e avaliação

Entidade proponente: Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 1 260 000 dólares americanos | Perfil de custos: Recorrente (programa)

Estimativas futuras: 2027, valor indicativo de 1 260 000 dólares americanos (6 componentes: mapeamento 120 mil, formação 350 mil, empreendedorismo 180 mil, incubação 420 mil, formalização 120 mil, M&A 70 mil).

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão:

- MJDAC 115 (Vol. IIB) — programas para a juventude/cultura

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Manter - é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Dirige-se aos jovens que não estão empregados, nem a frequentar o ensino, nem a receber formação (NEET); competências práticas + formalização das MPME; parcerias entre autarquias, setor privado e bancos.

Questões / revisões necessárias

- Confirmar a comparação entre o novo e a situação de referência e a sobreposição com as linhas de ação do SEFOPE/MCI relativas ao emprego juvenil e às MPME.
- Avaliação do mérito após revisão completa.

Sobreposição com o ministério de tutela (a confirmar)

Coordenar com o SEFOPE (formação/emprego), o MCI (MPME) e o FDCH (capital humano) para evitar o duplo financiamento de programas para jovens.

MJDAC-B: Programa cultural nacional — Diversificação das artes e indústria cultural, Dili — Capital da Cultura da CPLP 2027, cooperação cultural ASEAN/COCI

Entidade proponente: Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: 460 000 dólares americanos | Perfil de custos: Pontual/evento + recorrente

Estimativas futuras: 460 000 dólares americanos indicativos para 2027 (Tais/indústria cultural 60 mil + Díli V Capital da Cultura da CPLP 2027 + cooperação ASEAN/COCI).

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão | Dimensão: Âmbito/Evento

- MJDAC 115 (Vol. IIB) — programas culturais

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: / 5 | C6 Alinhamento e impacto: / 5 | Mérito:

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Dili V, Capital da Cultura da CPLP 2027, é um evento reconhecido com prazo definido (Opção 8); o Tais apoia a diversificação da indústria cultural.

Questões / revisões necessárias

- Isolar os custos pontuais do evento de 2027 do apoio recorrente à indústria cultural.
- Coordenar com o grupo de eventos da MNEC CPLP 2027.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Díli, Capital da Cultura da CPLP 2027 = conjunto de eventos da Opção 8 (coordenar com o MNEC CPLP 2027 + o programa de eventos 2027-29).

121 - Secretaria de Estado da Comunicação Social

Portfólio de tutela: Presidência do Conselho de Ministros (PCM) | *Políticas: 2*

SECOMS-A: Reforço dos meios de comunicação social de serviço público (emissora pública RTTL, acesso público à informação)

Entidade proponente: Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOMS)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: meios de comunicação social de serviço público + emissora pública RTTL + acesso do público à informação. Despesas de funcionamento recorrentes + eventuais despesas de equipamento/investimento digital. [Total da proposta da SECOMS: 4 190 000 USD, conforme registo na DGPO; ainda não repartido pelas linhas [114, 115]; custos por componente n/q, aguardando proposta completa] [Tabela orçamental da p. 30 do SECOMS.pdf (girada, itens 150k-800k); total do registo 4,19 milhões; componentes 114/115 n/q]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Continuação do projeto existente | Dimensão: Intensidade

- O SECOMS é financiado ao abrigo do Programa 510 «Funcionamento e Desenvolvimento Institucional» (751 701 dólares); os meios de comunicação de serviço público (RTTL) enquadram-se na linha de base do setor dos meios de comunicação social. PPG = continuação + modernização; isolar o que é genuinamente novo. [SECOMS 121]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Está em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Os meios de comunicação de serviço público promovem a transparência e uma cidadania informada (prioridade breve).
- Veículo claro de radiodifusão pública (RTTL).

Questões / revisões necessárias

- Na sua maioria, continuação da comunicação social pública — isolar o que é genuinamente novo (G3 = necessita de informação); apresentar estimativas de custos.

- Coordenar com o cluster dos meios de comunicação social (INTL, RTTL, CI/Conselho da Imprensa).

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança da SECOMS (121); coordenar com a RTTL, a INTL (085) e o Arquivo Nacional (062) — grupo de trabalho dos meios de comunicação social/arquivos.

SECOMS-B: Apoio ao jornalismo e aos meios de comunicação comunitários + combate à desinformação

Entidade proponente: Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOMS)

Custo indicativo e perfil

Custo indicativo: não quantificado | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Apoio a jornalistas/meios de comunicação comunitários, formação de jornalistas e combate à desinformação. O combate à desinformação é uma vertente genuinamente nova.

Verificação da linha de base (em relação aos Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Âmbito

- Para além da linha de base do Programa 510 da SECOMS (751 701 dólares americanos); o combate à desinformação + o apoio aos meios de comunicação comunitários constituem o elemento verdadeiramente novo (expansão). Coordenar com o Programa 439 do Conselho de Imprensa (CI). [SECOMS 121]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3 e 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do Primeiro-Ministro	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Aprovado
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 3 / 5 | Mérito: 6

Recomendação

Aprovar com revisões

Pontos fortes

- Combater a desinformação e apoiar os meios de comunicação independentes e comunitários protege uma cidadania informada.
- Reforça a liberdade de imprensa (com o Conselho de Imprensa).

Questões / revisões necessárias

- Coordenar com o Conselho de Imprensa (CI, 077) e a INTL para evitar um pedido fragmentado do setor dos meios de comunicação social.
- Apresentar os custos; confirmar a distinção entre despesas recorrentes e pontuais.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

Liderança da SECOMS (121); coordenar com o Conselho de Imprensa (CI, 077) e a INTL (085) — cluster dos meios de comunicação social.

122 - Comissão Nacional de Aprovisionamento

Portfólio de tutela: Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE) | *Políticas: 1*

Programa de divulgação e implementação do Código de Contratação Pública (modernização da contratação pública)

Entidade proponente: Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 2 025 925 dólares americanos (opção 1) / 1 025 025 dólares americanos (opção 2) | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Divulgação/implementação do Código de Contratação Pública: Opção ~600 000 dólares americanos / ~1 025 025 dólares americanos. Na sua maioria despesas recorrentes (formação, divulgação) + apoio ao sistema. O ficheiro da CNA contém também um Plano Anual (PAA) — esta linha corresponde à parte do Código de Contratação Pública do PPG. [custo: registo da CNA 2,03 milhões de dólares; era 0,6 milhões] [custo: tabela orçamental do CNA.pdf, p. 5-6 (paisagem/girada, valores ~1,5 milhões+); total do registo 2,03 milhões — consistente com a fonte]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Expansão / Novo | Dimensão: Âmbito

- Já existente no âmbito do Programa 023 «Gestão das Finanças Públicas» — Subprograma 02302 «Execução Orçamental e Prestação de Contas» (1 465 420 dólares; Ativ 0230208 «reforço dos serviços de aquisição», 0230209 «workshops») — mais o Programa 510 (132 447 dólares). PPG = expansão (divulgação/implementação do código de contratação pública entre as entidades adjudicantes). [CNA 122]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Em espera – é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- A divulgação do código de contratação pública melhora a qualidade/integridade do investimento público (uma prioridade do Brief); orçamento estimado (~0,6-1,0 milhões de dólares).
- Alcança todas as entidades adjudicantes — valor a nível do sistema.

Questões / revisões necessárias

- Confirmar o programa do Código de Contratação Pública do PPG em relação ao Plano Anual (PAA), agrupados no mesmo ficheiro (âmbito).

- Socialização/formação principalmente recorrente — confirmar a repartição entre o novo e o de referência; coordenar com a reforma das aquisições do Ministério das Finanças.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

CNA (122) sob a alçada do MPIE (023); a modernização das aquisições está alinhada com a Opção 4 do Resumo (qualidade do investimento público); coordenar com a reforma das aquisições do MF.

127 - Instituto de Gestão de Equipamentos e Apoio às Infraestruturas

Portfólio do ministério de tutela: | *Políticas: 1*

Centro Nacional de Oficinas de Maquinaria Pesada (gestão de equipamentos, manutenção de maquinaria, peças sobressalentes, reabilitação)

Entidade proponente: Instituto de Gestão de Equipamentos e Apoio às Infraestruturas (IGEADI)

Custo e perfil indicativos

Custo indicativo: 126 000 000 USD | Perfil de custos: Misto

Estimativas futuras: Opção 2 (Criação de um centro nacional de oficinas de maquinaria pesada/manutenção rodoviária) — Infraestruturas 12 milhões de dólares + Equipamento 8 milhões de dólares + Operações 13 milhões de dólares = ~33 milhões de dólares (Opção 1 — manutenção do status quo = 0 dólares, não recomendada). Grande investimento de capital — canalizado através do Fundo de Infraestruturas. Centraliza a manutenção de maquinaria e peças sobressalentes, atualmente fragmentadas. [custo: IGEADI.pdf p. 19, 126 milhões de dólares ao longo de 5 anos (~25 milhões/ano); era 33 milhões. (2-3,1 mil milhões aí = valor nacional para 20 anos, não solicitado)]

Verificação da linha de base (em comparação com os Planos Anuais de 2026)

Estado: Novo | Dimensão: Âmbito

- Função do equipamento existente no âmbito do Programa 026 Estradas e Pontes — Subprograma 02606 Gestão e Instalação de Equipamentos (2 050 961 dólares) — mais o Programa 510 (1 332 856 dólares). PPG = NOVO Centro Nacional Centralizado de Oficinas de Maquinaria Pesada (capital), para além da atual linha de manutenção (expansão - âmbito/escala). [IGEADI 127]

Critérios de elegibilidade (critérios 1, 3, 4)

Critério	Resultado
G1 Em conformidade com a carta do PM	Aprovado
G3 Verdadeiramente novo	Necessita de informação
G4 Necessita de novos recursos	Aprovado

Mérito (critérios 5-6)

C5 Capacidade: 3 / 5 | C6 Alinhamento e impacto: 2 / 5 | Mérito: 5

Recomendação

Em espera — é necessário esclarecimento

Pontos fortes

- Uma oficina nacional de maquinaria poderia reduzir o tempo de inatividade e os custos do equipamento nas obras públicas, bem como diminuir a fragmentação dos acordos.
- Opção clara e orçamentada (~33 milhões de dólares) com detalhe da infraestrutura e do equipamento.

Questões / revisões necessárias

- Capital avultado (~33 milhões de dólares) — canalizar através do Fundo de Infraestruturas (Opção 7) e apresentar uma análise da procura/utilização + análise custo-benefício em comparação com a externalização (G3 = verdadeiramente novo, mas justificar a construção).
- Coordenar com as Obras Públicas/MOP (024) a execução das infraestruturas.

Sobreposição com o ministério de tutela (confirmar)

IGEADI (127) subordinado ao Ministério das Obras Públicas/MOP (024); canalizar o investimento em oficinas/maquinaria através do Fundo de Infraestruturas (080); coordenar com o MOP a execução das infraestruturas.



Ministério das Finanças

Avenida de Portugal, Rua Baleia, Edificio do Ministério das Finanças,
10.º andar Aitrak Laran, Dili, Timor-Leste

Website: www.mof.gov.tl

@mof.tl | @mof.l @mof.tl